

4357  
ATLAS

DO

# IMPERIO DO BRAZIL

COMPREHENDENDO AS RESPECTIVAS DIVISÕES

ADMINISTRATIVAS, ECCLESIASTICAS, ELEITORAES E JUDICIARIAS

DEDICADO

A

SUA Magestade o Imperador

O

SENHOR D. PEDRO II

DESTINADO

à

Instrução Publica no Imperio

COM ESPECIALIDADE

à dos Alumnos do

Imperial Collegio de Pedro II

ORGANISADO

POR

*Candido Mendes de Almeida*

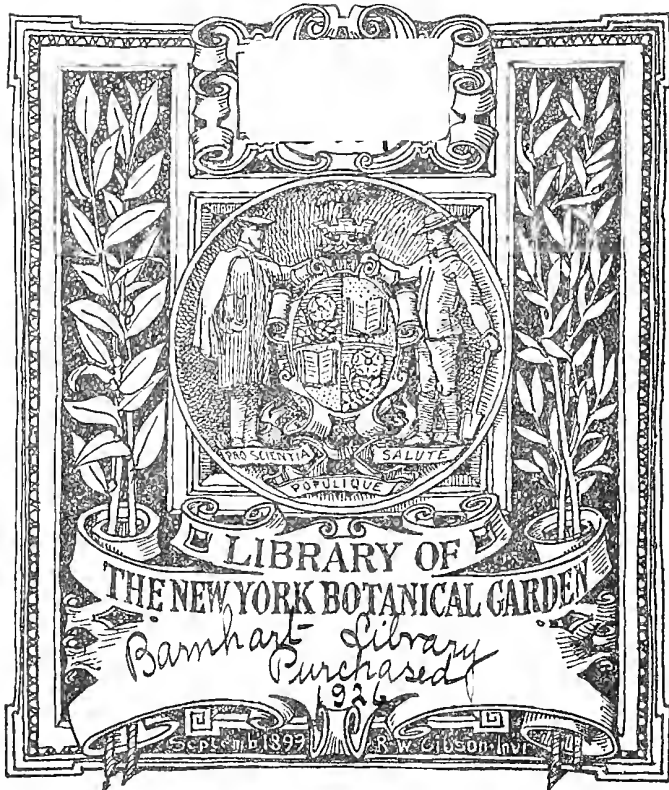
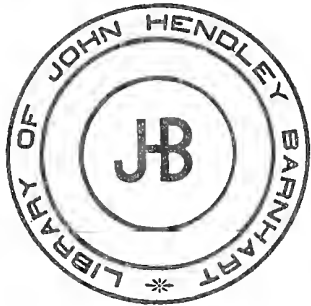
Antigo Professor de Geographia e de Historia no Lyceo d. S. Luiz, na Província da Maranhão.

Rio de Janeiro

Lithographia do Instituto Philomathico, Rua Sete de Setembro n. 68

1868





1852



ATLAS

DO

IMPERIO DO BRAZIL







ATLAS  
DO  
**IMPERIO DO BRAZIL**

COMPREHENDENDO AS RESPECTIVAS DIVISÕES

ADMINISTRATIVAS, ECCLESIASTICAS, ELEITORAES E JUDICIARIAS

DEDICADO

À

SUA Magestade o Imperador

O

**SENHOR D. PEDRO II**

DESTINADO

à

Instrucção Publica no Imperio

COM ESPECIALIDADE

à dos Alumnos do

**Imperial Collegio de Pedro II**

ORGANISADO

POR

*Candido Mendes de Almeida*

Antigo Professor de Geographia e de Historia no Lyceo de S. Luiz, na Provincia do Maranhão.

LIBRARY  
NEW YORK  
BOTANICAL  
GARDEN

Rio de Janeiro

Lithographia do Instituto Philomathico, Rua Sete de Setembro n. 68

1868







Senhor.

V. M. Imperial mais do que a ninguém compete a dedicação do presente trabalho, por que, como eminente cultor das letras, sem sê-lo, mais forte e mais desvelado promotor do estudo da Geographia e Historia patrias.

Satisfazendo como Brasileiro a tão grato dever, confio que V. M. Imperial attenderá menos ao favor da obra, que he nenhum, do que a idea que inspirou-a.

Propuz-me tão somente acompanhar a V. M. Imperial no seu elevado empenho, prestando a nossa Patria o obolo que permittia minhas debis forças. Não passa isto de uma simples aspiração, que outros mais habilitados, se não mais felizes, desempenharão sem duvida com melhor acerto e perfeição.

Posto que o *Atlas do Imperio do Brasil*, queouse expor na Augusta Presença de V. M. Imperial, não seja digno de figurar entre as grandes cousas de seu impercedouro reinado, que a posteridade agradecida melhor e que nós apreciari com justiça; nutro a convicção de que V. M. Imperial por sua provada e extrema benevolencia não desdenhará de acolhe-lo como um singelo mas sincero tributo da mais profunda homenagem ao inextinguivel patriotismo, ás virtudes preclaras e assignalados serviços prestados por V. M. Imperial.

Digne-se V. M. Imperial de permittir que mui respectosamente beije suas Augustas mãos como mui

Reverente Subdito

Candido Mendes de Almeida

Rio de Janeiro, 15 de Maio de 1868.







# INTRODUÇÃO

LIBRARY  
NEW YORK  
BOTANICAL  
GARDEN

## Razão desta obra.

Empreendendo a organização de um Atlas geographico peculiar ao Imperio do Brazil, não tivemos em mira trabalhar para os doutos: estes não precisão das nossas elucubrações e serviços.

O atraso em que se acha o estudo da Geographia entre nós, maxime a do territorio patrio, moveu-nos a dedicar á mocidade estudiosa, e esperançosa do Brazil, alguns momentos que podemos distrahir dos trabalhos de nossa profissão.

Cultivamos em outra época a Geographia, occupando por espaço de 14 annos uma cadeira desta disciplina no Lyceio de nossa Provincia natal, a do Maranhão; mas nunca nos esquecemos de render, sempre que era possível, preito e homenagem á uma sciencia que, além de outras vantagens, tão interessante e proveitoso torna o estudo da Historia.

O fructo desses momentos que dispensamos, tem o publico na presente obra, cheia de defeitos sem duvida, mas sómente inspirada pelo amor do bem, e do vivo interesse que excita em todos os seus filhos uma Patria querida. Ora essa Patria que he nossa segunda familia, desejamos que seja bem conhecida e apreciada por seus filhos, como pelos estranhos. He uma gemma cujas scintillações anciamos que todos contemplem.

E ainda mais: queremos que os que a possuem, se esforcem por ve-la luzir com esmerado brilho.

Para este santo desideratum multissimo auxilia o intelligente cultivo da Geographia; por que he por este meio que um paiz se faz conhecido, ainda daquelles que o não habitão, e pôde fazer valer os seus recursos, e suas qualidades meritorias.

A terra foi dada ao homem para lhe proporcionar, com o trabalho, os meios de bem servir a Deos, de acudir e superar as proprias necessidades, e nunca para frui-la egoisticamente. He mistér que dos dons que possuímos instruamos nossos semelhantes que vivem em outras regiões, para que também comnosco permutem os que lhe couberão em sorte e de que temos necessidade; ou venhão ajudar-nos a colher a nossa herança, se houver que restolhar. Felizmente podemos acolher com os braços bem abertos todos os que nos demandarem: tão inexgotaveis são as riquezas do nosso solo!

Façamos, se fôr possível, cada vez mais conhecidas as nossas formosas plagas, aos povos irmãos de todos os angulos do nosso Planeta, convidemo-los de um modo cortez e animador, a virem auxiliar-nos no amanho deste grande e opulento patrimonio. Conheção todos o paiz que demandão, e não venha o mallegró atrophiar as mais inebriantes esperanças que houverem concebido.

Se por este meio podermos conseguilo, deve-se não só propagar como abençoar uma tal sciencia.

## Sua necessidade.

Não he um simples deleite o estudo da Geographia. He da mais indeclinavel necessidade para o desempenho de qualquer profissão que adoptemos, ainda mesmo não sendo da ordem das liberaes. Esse estudo alarga o espirito, e o despe de muitos prejuizos egoisticos.

Se um povo ou nação representa no nosso planeta uma idéa, e se essa idéa resulta, além da doutrina que adopta esse povo, do territorio e do clima que lhe imprimem certas disposições e tendencias; he claro que o povo que deseja na terra representar bem sua missão, satisfazer á idéa que tem de realizar, tem de por duplice obrigação estudar o territorio que occupa. Ora esse estudo ainda não fizemos depois da nossa emancipação politica.

A aglomeração de territorios que hoje formão o Imperio do Brazil não foi o resultado do acaso. He um facto providencial. Temos por sem duvida uma missão a desempenhar na terra.

Se não fôra providencial aquelle facto, uma constante fortuna não teria acompanhado nossos maiores na luta com os indigenas, e com outros povos, que nos disputarão a posse, e o dominio dos terrenos que hoje occupamos.

Se temos essa missão, convém que nos preparemos seriamente para o seu descargo. Esse preparo presuppõe o exame do nosso estado, quando estamos aguardando o cumprimento de um sério dever.

Dahi a necessidade de saber o que he, e o que vale o territorio patrio. Dever imperioso que a Geographia nos habilite á satisfazer.

A patria lie a caza em ponto grande. Como dirigiria bem seu domicilio quem lhe desconhecesse os compartimentos? Como nas duvidas com os vizinhos, descriminar o nosso do dominio alheio?

No mesmo caso está o Paiz para com os que o habitão e o governão.

O desenvolvimento de qualquer industria existente, a introdução de novas, o alargamento das relações commerciaes, os pontos de defeza de um Paiz, não se poderião estabelecer e crear com vantagem, se a Geographia com a sua luz não viesse aponta-los á sagacidade e intelligencia de qualquer Governo, por mais bem inspirado que fosse.

Eis por tanto demonstrada a necessidade desta sciencia para o Estadista, e para o Legislador. Ella he também indispensavel para o Administrador.

Qual he o thermometro por onde com mais segurança se aquilata o progresso material, e ainda o moral de um povo?

He por sem duvida a Estatistica, que perforando todos os mais reconditos arcanos de uma nação, põe a descoberto os erros e as perfeições de seu governo.

Esta sciencia tão indispensavel ao politico como ao administrador sem a Geographia, ficaria sem base: tornar-se-ia senão inteiramente inutil, incompleta.

Em identicas condições se acha a Historia, outra sciencia, ou melhor outra Estatistica sob differente e mais amena formula, por que he a exposição dos resultados da marcha e vida de um povo na terra, e por tanto de seus triumphos e de seus desacertos. He ella a lição da experiencia para guiar no presente, e resguardar o futuro.

Estudo, labor indispensavel para quem tem de dirigir homens.

Como se sabe tem essa sciencia dous luminares, a Geographia e a Chronologia. O mais importante he por sem duvida o primeiro. Exclui-o, e a viva photographia dos factos perderá o seu relevo, sua cardeal importancia, não se podendo gravar na memoria do adolescente, que deve de sua moralidade extrahir o conveniente proveito.

A Historia santa, e a profana não passarião de méros passatempos, faceis de olvidar na voragem dos quotidianos acontecimentos. A da Patria, dos feitos heroicos e memoraveis de nossos benemeritos patrios, vivificados pelo conhecimento das localidades, perderião em grande parte o seu fulgor, desprendido mais um incentivo para os fazer avultar e engrandecer na memoria dos que quizessem apreciá-los, louva-los e imita-los.

Na administração da Justiça quantas vezes a falta do estudo da Geographia tem exposto o magistrado integerrimo á faltar a seu dever, a inquinár sua toga?

O Commerciantes, essa entidade tão necessaria para a transmissão dos productos aos consumidores, libertando o productor dos incommodos da distribuição dos objectos que fabrica, não poderia satisfazer cabalmente sua missão, se o seu horizonte ficasse limitado ao torrão onde nascera, ou onde só funcionasse. Nunca melhoraria sua posição, nem a dos que dependessem da sua profissão. O mesmo succede com o industrial de qualquer classe.

O Ecclesiastico, tanto o que tem cura d'almas, como o que está dispensado desse encargo, e os que se empregam em Missões, multissimo necessitam deste estudo.

O *cunctis ergo docete omnes gentes* do Evangelho está demonstrando a indeclinavel obrigação do Sacerdocio para o cultivo desta disciplina; necessidade ainda mais pronunciada, tratando-se da comprehensão e exegese dos livros santos, e apreciação da marcha providencial do Christianismo.

Se ha evidente utilidade deste estudo, convém que não seja o privilegio de determinados individuos ou das classes elevadas. He mister que o beneficio alcance á todas, sem o que nunca a Geographia tocará entre nós a sua mais alta expressão, não dando os fructos que todos devemos esperar. O que sobretudo convém, he que seja uma sciencia eminentemente popular.

Se a Musica e a Pintura fossem o apanagio das classes abastadas na Italia e na Allemanha, estas artes chegarião ali á altura que todos conhecemos?

Os genios e os heróes não vêm ao mundo sem razão de ser. Necessitam de pedestal e de publico que os comprehendam, e os fação comprehensíveis á todos. Ora tudo isto precede ao nascimento desses grandes vultos, que resumem em si, compendião todos os recursos da humanidade em determinada época. Do contrario serião

impossiveis. Como as plantas, dependem do terreno onde possão viver e medrar.

Se a Mechanica não estivesse tão popularisada na Inglaterra e nos Estados Unidos da America septentrional, serião essas duas nações as mais industriosas do Universo?

Esses dous povos á quem a Mechanica he tão familiar, também cultivão com a mesma paixão a Geographia; e he esta também uma das poderosas causas porque se tem apossado do commercio de toda a terra, navegando em todos os mares.

Nós que até hoje temos sido um povo *anti-geographico*, não só não conhecemos bem o Atlantico que beija nossas praias, como a mór parte dos nossos rios.

Herdamos esta incuria ou menosprezo de Portugal, que desde que esqueceu ou renegou sua missão, na guerra funesta que fez á Igreja, deixou também de ser uma nação *geographica*, se nos he licita a expressão.

As quinas Lusitanas, outr'ora hasteadas com o pendão da Ordem de Christo, primavão em todos os mares; o que são hoje? Nesses tempos de outr'ora, gloriosos sem duvida, mas em que o cultivo da Geographia em Portugal era moda, forão descobertas as costas occidental e oriental da Africa, o Indostão, e as regiões transganges até a Australia, o Brazil e a terra do Labrador.

Diremos mais: forão também vistas e reconhecidas as fontes do Nilo, que aliás no seculo actual tem dado celebridade á modernos viajantes de outras plagas; assim como a Africa meridional de Loanda até Moçambique, ha mais de trez seculos devassada por mercadores e viajantes Portuguezes, que infelizmente pouco escrevem, e ainda menos publicão.

Essa herança tem produzido entre nós fructos bem amargos. Temos continuado aquellas tradições, de que he documento mais assignalado, a incorrecta e extravagante divisão do Brazil, assim como a planta das suas grandes cidades.

## Plano do Atlas.

Este trabalho, que ora apresentamos ao publico do nosso paiz, como já acima notamos, tem principalmente por fim auxiliar a instrução da mocidade, maxime a que frequenta os estabelecimentos nacionaes de instrução secundaria, em que occupa o primeiro lugar o Collegio de Pedro II.

Para sua confecção recorremos á todas as cartas, mappas e plantas antigas e modernas que nos foi possível obter, seja nos archivos publicos, seja em mão de particulares, que generosamente pozerão á nossa disposição; como poderá o leitor apreciar da relação que acompanha o artigo de cada Provincia, quando tratamos do *Material e outros auxilios consultados e aproveitados nos mappas e plantas do Atlas do Imperio do Brazil*.

Além destes documentos recorremos, na falta de outros dados, a obras de differentes authores que tivemos em mão; aproveitando-nos muitas vezes de informações dadas por pessoas que nos parecerão não só competentes, como sinceras. Se muitas vezes erramos, sempre nos sobrou vontade de acertar.

Como o nosso objectivo era a Geographia patria, della exclusivamente nos occupamos. Todavia entendemos conveniente e bem justificado collocar no vestibulo do nosso edificio um *mappa mundi*, onde procuramos condensar, na superficie de que dispunhamos, o que se podia aproveitar na geographia moderna do globo.

Encaramos o nosso territorio sob quatro pontos de vista: administrativo, ecclesiastico, judiciario e eleitoral; e assim o dividimos.

As divisões administrativas (*por Provincias*), e judiciarias (*por Comarcas*), forão attendidas em mais larga escala.

As ecclesiasticas (*por Dioceses*), e eleitoraes (*por Districtos*) estão traçadas, quanto era possível, nos acanhados espaços de que dispunhamos.

Pelo que respeita aos limites internacionaes do Imperio procuramos trata-los de forma a não se tornarem um segredo de que alguns estudiosos mais pacientes estão de posse. O conhecimento desta materia, tanto quanto possa tornar-se necessario ao commum de nossos concidadãos, pôde ser adquirido com facilidade no nosso Atlas.

Para fazer bem conhecidos os limites nacionaes ou interprovinciaes, e justificar os que traçamos nos nossos mappas, forçoso nos foi descer a maiores detalhes, expondo o historico da organização dos territorios das actuaes

JAN 19 1925 Barnhart Library



Provincias: esforço que para alguns parecerá inutil, mas que julgamos necessario para perante o publico do nosso paiz, e sobretudo os entendidos, demonstrarmos a racionalidade e acerto das divisões que fixamos, em materia tão complexa, ou melhor tão confusa, e por isso mesmo tão disputada.

Além do *mappa-mundi*, contemplamos trez mappas do Imperio com identica escala, em que vão notadas as circumscripções administrativas, ecclesiasticas, eleitoraes. Reservamos as divisões judicias para os mappas parciaes das Provincias.

Julgamos tambem de interesse adicionar aquelles mappas outro da mesma escala, com destino aos exames dos alumnos, apresentando em esqueleto ou mudo todo o nosso territorio: figurando sem nenhuma indicação escripta todos os objectos da geographia physica e politica, embora se consignassem os signaes dos respectivos povoados, conforme sua cathegoria.

Distribuimos nossas Provincias em quatro classes: *septentrionaes e meridionaes, orientaes e occidentaes*. Assim parece-nos que melhor se facilitará o estudo dos respectivos territorios.

A posição astronomica das mesmas circumscripções, e o assignalamento de suas divisas pôde o leitor curioso achar nos artigos relativos á cada uma.

Nos mappas parciaes das Provincias forão contempladas as divisões judicias, mas os seus limites não estão traçados com o preciso rigor.

A deficiencia de estudos topographicos, de accordo com as paixões e interesses politicos tornão a geographia do nosso Paiz, sobre maneira instavel. Não ha um anno em que não soffra consideravel modificação.

As Assembléas Provinciaes parece que se constituirão verdadeiras maquinas de guerra contra a Geographia, e contra o interesse de uma regular administração.

A Assembléa Geral tambem neste sentido tem commettido graves erros, na fórma adoptada na criação das modernas Provincias, assim como na das Dioceses: mas os inconvenientes de taes actos ficão a perder de vista dos que resultão das creações das outras Assembléas. Em taes circumstancias para que fixar limites de Comarcas?

Tomamos por tanto a deliberação de distinguir essas circumscripções por côres, encerrando dentro destas os respectivos Municipios.

Nós não temos um padrão por onde aferir o que he um districto, uma parochia, um municipio, uma Comarca e uma Provincia.

Se tomassemos determinada área para designar o quarterão ou districto, embora não fosse como tal declarado o territorio sem que estivesse habitado pelo *minimo* decretado da população, o territorio do nosso paiz se reorganisaria perfeitamente; ficando o quarterão ou districto como a primeira ou ultima molecula da organização ou edificio territorial do Imperio, tanto no administrativo e no judicial, como no eleitoral, financeiro, militar e ecclesiastico.

Com esse padrão como base, poder-se-ia fixar o maximo e o minimo dos districtos que constituirão uma Parochia; assim como o numero destas indispensavel para a criação do Municipio, e consequentemente o numero destes necessario para que determinado territorio fosse elevado á Comarca.

Mas o vago que ora existe, ou a base simples da população torna-se o mais deficiente dos systemas para organização dos territorios em qualquer paiz.

Da maneira por que actualmente em nossas Provincias

se dividem os territorios, só vemos simile nos Estados Asiaticos, ou de civilisação a mais atrasada.

A divisão do territorio nacional, assentada assim de uma vez por lei geral, era da maior conveniencia publica á todos os respeitos; e de um serviço tão inglorio desembarracava as Assembléas Provinciaes, cuja actividade podia achar applicação em objectos de outro alcance para os interesses das respectivas Provincias, e sem que, mantida aquella base, se limitasse o seu direito de dividir o territorio Provincial.

Nos mappas de cada Provincia se acha contemplada a planta da respectiva Capital, e, sempre que foi possivel, em limitado quadro um ponto do territorio, que nos pareceu conveniente e interessante reproduzir em escala mais larga.

Ao lado de cada um destes mappas ha uma relação das Comarcas com os Municipios de sua dependencia; indicando-se por leguas quadradas a área do territorio, e a população tanto da Provincia como da sua capital.

Separamos da Provincia do Rio de Janeiro, o territorio do Municipio Neutro, por isso que tem administração independente, embora provisoriamente, em quanto se não fundar a verdadeira, e permanente Capital do Imperio. Mas esse provisorio terá de durar longo tempo, e nenhum inconveniente ha em discriminar desde logo o territorio neutralizado; que aliás podia ser mais reduzido.

Entre os mappas que congregamos existe um que representa o territorio de uma Provincia em projecto, que designamos pelo nome de *Pinsonia*, criação que reputamos de summa necessidade. No artigo respectivo encontrarão os leitores a justificação desse projecto; pois, além de outras razões em seu abono, existe ainda a conveniencia de não consentirmos que sobre o Atlantico se conserve territorio Brasileiro despovoado, e mal conhecido.

Nos mappas de todo o Brazil juntamos quadros estatisticos do Imperio, onde o leitor em limitado espaço, pôde de um só lance de vista notar a população, e extensão de qualquer de nossas Provincias, assim como das Dioceses, sem que nos olvidassemos de consignar as datas das respectivas fundações, numero das Comarcas, Municipios, etc.

Tambem organisamos um quadro estatistico dos Paizes limitrophes afim de serem pelos alumnos melhor apreciados e comprehendidos.

O que não seria possivel realizar sem mór dispendio foi a redução de todos os mappas do Atlas á uma unica escala, desde que para elles tomavamos determinada superficie, a que julgamos mais commoda nesta especie de obras para o estudo. Se subordinassemos todo o trabalho do Atlas áquella razão seríamos forçados a reduzir em extremo algumas Provincias, para que outras podessem apresentar supportavel physionomia, ou com grande dispendio organizar um trabalho impossivel para a mór parte das fortunas.

Entendemos vencer a difficuldade como se acha no nosso Atlas. Nos mappas geraes do Imperio pôde o leitor inteirar-se da extensão de qualquer territorio, e verificar a relação em que está do de outra Provincia, com que quizer confrontar.

No interesse historico do Brazil e da America, em pequenos quadros lançamos os diferentes roteiros dos famosos Navegantes, que ligarão ao Velho Mundo, e á civilisação christã, os territorios desconhecidos ou olvidados do Novo Continente; justo premio, por seu divino Fundador dado á Igreja, representada em seus filhos da audaciosa proge-

nie de Japhét, que hastearão com a Cruz o magnifico e verdadeiro estandarte da civilisação do Orbe.

Inaugurando dest'arte o primeiro Atlas na terra de Santa Cruz, quizemos dar um fraco mas significativo testemunho de gratidão, á esses venerandos athletas, de que as Americas, herdeiras da civilisação do antigo Continente e continuadoras de suas glorias, serão o eterno documento e galardão de sua immorredoura memoria. O Brazil, fructo dessas fadigas, e o mais elevado representante daquella civilisação nas plagas illuminadas pela constellação do Cruzeiro, não desmerecerá da sua missão, e fará bem dita a memoria dos que o patentearão ao mundo regenerado por Jesu-Christo.

### Conclusão.

Se na obra que ora entregamos á publicidade não conseguirmos a realisação de nossas aspirações, nem por isso ficarão de todo burladas as fadigas e dispendios que fizemos: abrimos mais um horisonte a actividade Brasileira, e outros desempenharão com proficiencia, o que nos foi permitido encetar. Nossos erros terão ainda uma utilidade, o concorrerem para que outros acertem; e essa esperança he ainda para nós uma consolação, se o Paiz em todo o caso não perder.

O errar he molestia da humanidade, e á ella não poderíamos escapar. O que chamamos experiencia não he mais do que a sciencia ou a historia dos proprios erros, por quanto só depois de conhecê-los he que conseguimos acertar. São sem duvida intuitivas verdades as que enunciamos, mas que repetidas nunca prejudicão.

Apontar esses erros e emenda-los he obrigação dos criticos, a cuja perspicacia sujeitamos esta deficiente producção. Dos criticos competentes, ainda que austeros, esperamos utilizar os doutos reparos. E nossa gratidão será sem limites, se com o fanal de suas descobertas poderemos, em outra edição mais castigada, apagar os descuidos e senões de nossa obra.

Seja-nos porém licito assegnar que, mediante as explicações de qualquer intelligente Professor, os alumnos de Geographia muito podem aproveitar com o presente Atlas, embora no texto que adicionamos não nos fosse possivel dar a amplitude traçada em nossa mente. Com mais repouso e opportunamente preencheremos essa lacuna; falta em parte desculpada pela deficiencia de necessarios esclarecimentos, obice invencivel aos mais perseverantes esforços.

Sem duvida he nobre e bello pôr nossa intelligencia e nossa penna ao serviço da Patria que idolatramos, maxime quando o fim he instruir cidadãos, que no futuro possão collocar os destinos da nossa nacionalidade em firme, eminente e glorioso pedestal.

Mas, para que a offerta seja meritoria e digna da offertada, he indispensavel que os intrumentos, além do rico lavor, e fina tempera, sejão de tal perfeição que possão attingir a elevada mira; não sendo sufficientes os sinceros e estremecidos desejos, que tão sómente sobirão no obscuro Brasileiro que traça estas linhas; que por certo se julgará amplamente recompensado, se, utilizando-se destes trabalhos, a nossa talentosa juventude poder colher os fructos que todos lhe auguramos, e que a Patria commun reclama.



# Material e outros auxilios consultados e aproveitados nos mappas e plantas do Atlas do Imperio do Brazil.

## MAPPA-MUNDI

He o Mappa n. 1. Foi organizado tendo-se á vista diferentes Atlas, com especialidade os de Brué, Garnier, Stieler, Houzé, Dufour, Buchon, Delamarche e Colton.

## Mappa Geral do Brazil

No presente Atlas, e sob os ns. n. 1, 11, 12, 13, 14, 15, e 16, reunimos quatro mappas planos geraes do Imperio.

Trez estão escritos, contendo as circumscripções ou divisões administrativas, ecclesiasticas e electoraes. O ultimo, completamente mudo quanto ao territorio do Imperio, he destinado aos exames, com o fim de apreciar-se a applicação e estudo dos alumnos.

As divisões judicias forão contempladas nos mappas parciaes das Provincias, cujas escalas, convem notar, não são uniformes.

Os mappas geraes do Imperio forão organizados de conformidade com os parciaes das Provincias, reduzidos á uma commun escala; tendo o autor sempre presentes os trabalhos de Martius, Brué e Andrieu-Goujon nas suas cartas da America Meridional.

### MAPPA n. 11.

#### Divisões Administrativas.

Além dos auxilios que acima registamos, cumpre tambem notar o seguinte material: 1º—Carta corographica do Imperio do Brazil, dedicada ao Instituto Historico e Geographico pelo Coronel Conrado Jacob de Niemeyer. Rio de Janeiro, 1846.

2º—Mappa geral do Imperio do Brazil erigido sobre os trabalhos dos Engenheiros e geographos da Condamine, etc., etc., redigido pelo Visconde J. de Villiers de l'Isle Adam. Rio de Janeiro, 1851.

Deficientissimo, não obstante os auxilios que o Autor assegura ter obtido.

3º—Nova Carta corographica do Imperio do Brazil, confeccionada á vista dos trabalhos existentes, por ordem do Ministro da Guerra, Marquez de Caxias, em 1857, pelo mesmo Coronel, e outros. Rio de Janeiro, 1857.

Esta carta foi reduzida á escala menor em 1867 pelo Bacharel Pedro Torquato Xavier de Brito, e lithographada no Archivo Militar. Corre annexa á obra—Imperio do Brazil na Exposição universal de 1867, em Paris.

4º—Mappa do Brazil por Th. Duvernoy, geographo. Paris, 1837 (annexo a obra—Brazil, por Mr. Fernando Denis).

Na Viagem pittoresca e historica do Brazil, por Mr. Debret, vem outro da mesma especie.

5º—Novo mappa do Imperio do Brazil, publicado com as ultimas correções do Governo, por G. W. e G. B. Colton. New-York, 1866.

He a mesma Carta do Coronel Courad, fielmente reproduzida, menos quanto a divisão administrativa por côres, em que he mais deficiente.

6º—Carta postal do Brazil organizada pelos Engenheiros civis C. Krauss e H. L. dos Santos Werneck, publicada por ordem do Ministerio da Agricultura em 1867. Rio de Janeiro.

7º—Novo mappa do Brazil compilado dos ultimos trabalhos do Governo Brasileiro e outros authenticos, para acompanhar a obra, que sobre este paiz, publicou Guilherme Scully, editor do Anglo-Brazilian Times. Rio de Janeiro, 1866 (gravura Inglesa).

Correm impressos outros trabalhos sobre o mesmo assumpto em publicações estrangeiras, mas não passão de méras copias dos mappas de Martius e de Brué, e por serem sem importancia deixamos de enumerar-las, posto que consultassemos á diversos.

Nas costas preferimos seguir os trabalhos hydrographicos do Barão Roussin, de M. M. Tardy de Montravel, Fr. Monchev, de Norie, de Laurie com os melhoramentos de Hewitt, Parker, King e Fitzroy, os de Vital de Oliveira e de outros hydrographos Brasileiros, que iremos notando em cada Provincia de que se houverem occupado: não nos havendo esquecido dos antigos Roteiros de Luiz Serrão Pimentel, e de seu filho Manoel Pimentel Villas-Boas, ainda hoje dignos de apreço.

#### Limites internacionais.

Nestes limites deve-se tambem comprehender os que determinão a posição astronomica do nosso Paiz.

Como em todo este trabalho tomamos como regulador da longitude o meridiano desta cidade (*Observatorio do morro do Castello*), por elle nos regemos para aferir, senão exacta, approximadamente a posição astronomica do territorio Brasileiro, segundo nossos estudos. Portanto:

A Latitude boreal he de 5º e 10', e a meridional ou austral de 33º e 43'.

A Longitude oriental, excluidos os archipelagos de Fernando de Noronha e da Trin-

dade, he de 9º, e a occidental de 32º nas cumeadas dos montes, onde tem sua fonte os rios Uaupés e Cumary ou dos Enganos.

Tem por tanto o Imperio, além de 1300 leguas de costa pouco mais ou menos, desde o Cabo de Orange até a foz do arroyo Chuy; 805 leguas de Norte a Sul da serra Pacaraima nas nascentes do Rio Mahú até a fronteira do Chuy, e 826 leguas de Leste a Oeste, desde Cabo-Frio até as nascentes do rio Uaupés, occupando uma área de 291,018 leguas quadradas.

Sem desprezarmos a lição dos Autores que deste assumpto se tem occupado, as disposições dos antigos Tratados de Utrecht de 11 d'April de 1713, de Madrid de 13 de Janeiro de 1750, de S. Ildefonso do 1º de Outubro de 1777, e de Badajoz de 6 de Junho de 1801, assim como o de Madrid de 29 de Setembro do mesmo anno, o de Amiens de 27 de Março de 1802, art. 7, e o de Vienna de 22 de Janeiro de 1815, e os trabalhos das diferentes commissões demarcadoras, que correm impressos; procuramos sobre tudo cingirmos-nos á letra dos Tratados e convenções modernas, no que estivesse definitivamente assentado.

#### Fronteira Septentrional.

Esta fronteira entesta com as Guyanas Franceza, Hollandeza e Inglesa, e as Republicas de Venezuela, e de Nova Granada, actualmente—Estados Unidos de Colombia.

#### Limites com a Guyana Franceza.

Ainda não se achão definitivamente regulados, posto que tenhamos em nosso favor o art. 8 do Tratado de Utrecht, de 1713, e o art. 107 do Acto do Congresso de Vienna, inserto no Tratado de 1815.

#### Reproduzimos aqui estas disposições:

##### Tratado de Utrecht de 1713:

« Art. 8.—A fim de prevenir toda a occasião de discordia, que poderia originar-se entre os subditos da coroa de Franceza, e da de Portugal, S. M. Christianissima desistirá para sempre, como agora desiste por este Tratado nos termos mais claros e authenticos, e com todas as clausulas requeridas, como se ellas fossem aqui inseridas, tanto em seu nome, como no de seus herdeiros, successores, e descendentes, de todos os direitos e pretensões, que pôde ou poderá ter, sobre a propriedade das terras denominadas do Cabo do Norte, e situadas entre o rio Amazonas e o Oyapock, ou Viçente Ilson, sem se reservar ou reter alguma porção das ditas terras, além de que ellas seão para o futuro possuídas por S. M. Portugal, seus herdeiros, successores e descendentes, com todos os direitos de Soberania, poder absoluto, e inteiro dominio, como fazendo parte dos seus Estados, e que ellas lhe fiquem pertencendo perpetuamente, sem que sua dita Magestade Portuguesa, seus herdeiros, successores e descendentes, possam jamais ser perturbados na dita posse por S. M. Christianissima, nem por seus herdeiros, successores, e descendentes.

« Art. 10.—E por que muito alto, e muito poderosa Princesa Rainha da Grã-Bretanha, se offerece como garante da inteira execução deste Tratado, de sua validade e duração S. M. Christianissima, e S. M. Portugal, accedida e sobredito garantida com toda a força, e vigor para todos e cada um dos artigos estipulados pelo presente Tratado.

##### Tratado de Vienna de 1815:

« Art. 107.—S. A. Real o Príncipe Regente de Portugal e do Brazil para manifestar de um modo incontestavel sua consideração particular para com S. M. Christianissima, se obriga á restituir á Sua dita Magestade a Guyana Franceza, até o rio Oyapock, cuja embocadura está situada entre o 4º e 5º graus de latitude septentrional, limite, que Portugal sempre considerou como o que fôr fixado pelo Tratado de Utrecht.

« A época da entrega desta Colonia á S. M. Christianissima será determinada, desde que as circumstancias o permittem, por uma convenção particular entre as duas Côrtes, e proceder-se-á mutuamente, logo que fôr possível, a fixação definitiva dos limites das Guyanas Franceza e Portuguesa, conforme ao sentido preciso do art. 8 do Tratado de Utrecht.

Na Convenção celebrada em Paris em 28 de Agosto de 1817, entre a França e Portugal, ainda se declarou o seguinte:

« Art. 1.º—S. M. Fidelissima animado do desejo de dar execução ao art. 107 do Acto do Congresso de Vienna, obriga-se a entregar á S. M. Christianissima no termo de trez mezes ou antes, se fôr possível a Guyana Franceza até o rio Oyapock, cuja embocadura está situada entre o 4º e 5º grau de latitude septentrional, e até aos 322 graus de longitude á leste da Ilha do Ferro, pelo paralelo de 2º e 21 minutos de latitude septentrional.

« Art. 2.º—Proceder-se-ha immediatamente de ambas as partes á nomeação e remessa de Commissarios, para fixar definitivamente os limites das Guyanas Portuguesa e Franceza, conforme ao sentido preciso do art. 8 do Tratado de Utrecht: os ditos Commissarios deverão terminar o seu trabalho no prazo de um anno, ao mais tardar, contado do dia da sua reunião na Guyana.

« Acabado este prazo, se os ditos Commissarios não chegarem á concórdia, as duas altas partes contractantes, procederão amigavelmente á outro ajuste, debaixo da mediação da Grã-Bretanha, e sempre conforme ao sentido preciso do art. 8 do Tratado de Utrecht, concluido debaixo da garantia daquella Potencia.

He este o nosso direito, direito de summa importancia, e por certo bem fundado: por elle nos regulamos no nosso mappa. Mas o Governo Francez procura de alguma sorte manter o Tratado de Amiens, de 1802, celebrado com o primeiro Napoleão: como se desprezamos do Relatorio do Ministerio dos Estrangeiros de 1858, narrando o máo resultado da negociação para fixar esses limites em 1856, e que tambem aqui reproduzimos:

« As duvidas pendentes entre os dous Governos versavam sobre a parte do territorio que fica entre o rio Oyapock, que demora entre o 4º e 5º graus de latitude septentrional, e o Amapá, que foi considerado neutro em 1841 por ambos os Governos.

« As linhas do Oyapock e da margem esquerda do Araguari, cuja embocadura ficará a 1º 20', reclamadas, a primeira pelo Brazil, e a segunda pela França, como bases para a demarcação das fronteiras entre os dous paizes, forão igualmente repellidos pelos respectivos plenipotenciarios.

« O plenipotenciario Brasileiro alargou as suas concessões, e apresentou, como ultimo projecto de accordo segundo as suas instrucções, por parte do Brazil, a linha do Calsene, a 2º 20', proximoamente, de latitude norte. « Este mesmo projecto não foi admitido, e o plenipotenciario Francez propoz que fuisse substituída pela seguinte divisa.

« O canal do Carapaporis, que separa a ilha de Maracá das terras adjacentes ao Cabo do Norte; em seguida o ramo septentrional do rio Araguari, se este ramo estiver desobstruido; e no caso contrario o primeiro curso d'agua que se encontrar para o norte, e que desemboca no canal de Carapaporis, a 1º 35' de latitude norte, proximoamente.

« O limite para o interior seguiria o curso do rio supramencionado até a sua origem, e continuaria a igual distancia, da margem esquerda do Amazonas, até encontrar o limite Oeste do Rio Branco.

« O plenipotenciario Brasileiro, não tendo-se conviado sobre a linha da costa, não se podia occupar da demarcação que deveria seguir a linha para o interior.

« Não foi assim possível chegarem os dous negociadores á um accordo.

(Relatorio do Min. dos Neg. Est. de 1857 a pag. 38, e annuo annuo dos respectivos Protocolos; e o de 1858 a pag. 13 e 44).

No Relatorio de 1857 as propostas do Plenipotenciario Brasileiro forão assim resumidas: 1º a linha superior dos terrenos que dividem as aguas do Oyapok e do Cassipure; 2º a margem esquerda do Cassipure; 3º a linha do rio Coanani; 4º a linha do Calsene, que o Tratado de 10 de Agosto de 1797, celebrado entre França e Portugal, diz ser o rio que os Francezes chamavão Vicente Pinson.

As propostas do plenipotenciario Francez forão: 1º a margem esquerda do ramo septentrional do Araguari; 2º o canal do Carapaporis, que separa a ilha de Maracá das terras adjacentes ao Cabo do Norte: em seguida o ramo septentrional do rio Araguari, se este ramo estiver desobstruido, e no caso contrario, o primeiro curso d'agua que se encontrar seguindo para o Norte, e que desemboca (com o nome de Manaye ou Carapaporis) no canal de Carapaporis, a 1º 45' de latitude norte proximoamente.

Em vista do mallogro da negociação, o Governo Francez de accordo com o Brasileiro, mandou proceder a uma exploração dos rios e aguas proximas ao Amazonas.

Mas as explorações infelizmente se fizeram cada uma por sua parte, sem o accordo desejado, e já forão publicadas a Franceza por Mrs. Carpentier e Pyron, a Brasileira, pelo Capitão de Fragata José da Costa Azevedo. (Relatorios de 1858 e 1859).

Consultamos sobre este objecto, além das Memorias do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, de Antonio Ladislau Monteiro Baena, de Manoel José Maria da Costa e Sa, e outras que se leem na Corographia do Brazil e na Revista do Instituto Historico; os Protocollos da mesma negociação no annexo—Limites com a Guyana Franceza ao Relatorio do Ministerio dos Negocios Estrangeiros de 1857, e sobre tudo a importantissima obra *Oyapock et l'Amazone*, pelo Dr. Joaquim Caetano da Silva.

#### Limites com a Guyana Hollandeza.

Nada a semelhante respeito existe assentado, e por isso continuamos a tomar por commun limite a serra Tumucurague, ainda que, se viugarem as pretensões da França, não podemos contar com aquella visinhança.

#### Limites com a Guyana Inglesa.

Pela face septentrional, laes limites estão nas mesmas condições dos com a Guyana Hollandeza, mas pela oriental os embarços que surgirão em 1838 com a invasão do Missionario methodista *Toud*, fizeram com que entrassem n'um accordo com o Governo Britanico, neutralizando o territorio entre os rios Tacutú e Repunury, que nunca foi posto em questão pela Hollanda, outr'ora possuidora dessa Guyana.

Eis o que sobre esta materia dizem os Relatorios de 1841 e de 1843:

« O Presidente do Pará havia ordenado que um Missionario Ingles de nome *Toud*, que se achava cathequizando Indios em territorio, sempre considerado do Brazil, aquiem da serra Pacaraima, divisoria entre o nosso territorio, e o que compõe a Guyana Inglesa, se retirasse para além do limite reconhecido, o que com effeito teve lugar: Este facto deu occasião a que o Governo de S. M. Britanica nomeasse uma commissão com o fim de examinar os verdadeiros limites daquella parte das duas Provincias.

No Relatorio de 1843 exprime-se o Governo Imperial por esta forma:

« He-me lisongeiro annunciar-vos, que a questão de limites, que se havia suscitado, da Guyana Inglesa com o Imperio, fôra ultimamente um andamento regular.

« O destacamento de forças Britanicas, que havia occupado o terreno contestado no lugar denominado o *Piridá*; aquiem da serra Pacaraima, foi mandado retirar, concordando os dous Governos em que o mesmo terreno seja considerado neutro, até que depois das necessarias explorações e exames, se ajuste definitivamente, pelas

vias diplomaticas, o verdadeiro limite; e os marcos levantados, sem audiencia do Governo Imperial, pelo Commissario explorador Britanico Mr. Schomburgk, forão mandados arrancar pelo Governo de S. M. a Rainha, segundo informou, ha pouco o Ministro do Brazil em Londres.

« O Governo Imperial expedio as necessarias ordens ao Presidente da Provincia do Pará para que fôra observada religiosamente o accordo referido, mandando somente proseguir nos trabalhos de exploração, e exame do terreno, pela Commissão de Engenheiros, que para isso havia o Governo nomeado.

(Relatorio do Min. dos Neg. Est. de 1841 a pag. 9, de 1843 a pag. 14, de 1844 a pag. 8, e de 1845 a pag. 13).

Essa commissão deu ao Governo do Brazil a satisfacção de ver que não justas as nossas pretensões, em presenca de minuciosas observações e de excellentes mappas topographicos que apresentou (*Relatorio de 1845*); mas o Governo Britanico recusou annuir um Tratado que sobre taes limites offerecessem em 1843.

Nestas circumstancias entendemos, que deviamos manter a nossa antiga e legitima fronteira naquella parte do Imperio.

A respeito destes limites consultamos ainda diferentes *Memorias* e viagens dos membros da ultima commissão demarcadora do seculo passado, os Drs. Antonio Pires da Silva Pontes, Francisco José de Lacerda e Almeida, e Engenheiro Ricardo Franco de Almeida, e de Francisco José Rodrigues Barata que correm impressas na *Revista do Instituto Historico e Geographico*, sobre tudo a *Memoria* que em 1846 publicou Antonio Ladislau Monteiro Baena, que resume todas.

#### Limites com a Republica da Venezuela.

Estes limites estão hoje fixados pelo Tratado de 5 de Maio de 1859, como já havião sido propostos no Tratado de 25 de Novembro de 1852, que foi mandado archivar por haver expirado o prazo para a troca das respectivas ratificações, como diz o Relatorio do Ministerio dos Negocios Estrangeiros de 1860; dependendo hoje somente do trabalho de demarcação.

Eis o que diz o art. 2º do referido Tratado de 1859:

« Começará a linha divisoria nas cabeceiras do rio Memachy, e seguindo pelo mais alto do terreno passará pelas cabeceiras do Apurí e Tond, e do Guayana e Iquiere ou Issana, de modo que todas as aguas que vão ao Aquio e Tond, fiquem pertencendo a Venezuela, e as que vão ao Guayana, Ní e Issana, ao Brazil; e as que vão ao Negro de fronte da Ilha de S. José, que está proximo á pedra de Cuchuy.

« Da Ilha de S. José seguirá em linha recta, cortando o canal Matracá na sua metade, ou no ponto que acordarem os Commissarios demarcadores, e que dividirá convenientemente o dito canal; e dali passando pelos grupos dos morros Gupy, Inery, Gay e Urucuri, atravessará o caminho que continua por terra o rio Castañon com o Maray, e pela serra Tapiracó buscará os cumes da serra Parima, de modo que as aguas que correm no Padauri, Maray e Cababiris fiquem pertencendo ao Brazil; e as que vão ao Turuaca ou Itapa ou Xibá, á Venezuela.

« Seguirá pelo cume da serra Parima até o angulo que faz esta com a serra Pacaraima, de modo que todas as aguas que correm ao rio Branco fiquem pertencendo ao Brazil, e as que vão ao Orinoco, á Venezuela; e continuará a linha pelos pontos mais elevados da dita serra Pacaraima, de modo que as aguas que vão ao rio Branco fiquem, como se ha dito, pertencendo ao Brazil, e as que correm ao Essequibo, Guayana e Carumy, á Venezuela, até onde se estenderem os territorios dos dous Estados na sua parte oriental.

(Relatorio do Min. dos Neg. Est. de 1860, a pag. 46 e 47, e annexo L. n. 4).

O que aceitamos no Tratado, e he conforme ao mappa de Codazzi, foi proposta Venezolana: a que fizemos havia sido repellido.

Por interesse historico aqui a reproduzimos do Relatorio de 1857:

« Que, em lugar da linha recta da pedra de Cuchuy ao centro do canal Matracá, se seguisse da pedra de Cuchuy ou Ilha de S. José, pelo rio Negro acima até ao Cassiquary, e por esse até a embocadura do Itapa ou Xibá, depois por este rio acima até a serra de Urucuri, e pelos cumes desta serra até a Parima; isto sem prejudicar os estabelecimentos Venezolanos de S. Carlos, Solano, Buen Vista, e Quirabuenca.

#### Limites com a Republica de Nova-Granada, hoje Estados Unidos de Colombia.

Os limites com esta Republica ainda não forão fixados, a despeito das mais generosas propostas do Imperio: que no projecto do Tratado de 23 de Junho de 1853, abandonou-lhe um importante territorio, á que nunca se prestou com a Hespanha o Governo Portuguez; bem que ainda ignoremos qual o interesse que coube ao Imperio em reduzir tanto as linhas da sua fronteira. Não obstante, a offerla que, em seu favor contava a opinião imparcial e authorizada do Barão de Humboldt, foi por esta Republica confinante recusada.

Registamos aqui a proposta do Imperio extrahida do Relatorio de 1857:

« Começará a fronteira na confluencia do rio Apaporis com o Japurá, e seguirá o dito Apaporis aguas acima até o ponto em que lhe entra pela sua margem oriental o tributario chamado, nos mappas do Barão de Humboldt e do coronel Codazzi, Tarairá; e pelo dito Tarairá aguas acima até um ponto que cubra as vertentes do rio Uaupés; de modo que toda a margem esquerda do Apaporis até a confluencia do Tarairá, e toda a margem esquerda deste até o ponto que os Commissarios marcaram, fiquem pertencendo ao Brazil; e toda a margem direita do Apaporis até a confluencia do Ta-

rairá, e ambas as margens do Apaporis, e a margem direita do Tarairá, dessa confluencia para cima, fiquem pertencendo á Nova Granada.

« Do ponto que cubra as vertentes do Uaupés inclinará para o Oriente, passando pelas vertentes que dividem as aguas do Uaupés e do Iquiere ou Issana, das do Memachy, Naquieny e outros que correm no rio Negro superior ou Guayana; de modo que todas as aguas que vão ao Uaupés e Iquiere ou Issana fiquem pertencendo ao Brazil, e as que vão ao Naquieny, Memachy, e outros tributarios do Guayana, á Nova Granada; até onde se estenderem os territorios dos dous Estados.

#### Além disto declarou-se:

« Que se ao subir pelo rio Tarairá, o achassem curto como o descreve Humboldt, inclinasse a linha ao Noroeste quanto fosse sufficiente para cobrir as vertentes do Uaupés; mas que, se o achassem tão extenso como he descrito por Codazzi, continuassem por elle a linha divisoria até um ponto do qual tomando para o Norte, ficassem cobertas as cabeceiras do dito Uaupés.

#### Agora o que abandonamos:

« A linha que sempre sustentamos como a rigorosa divisa do nosso *uti possidetis*, e da qual cedemos por aquelle accordo, he a seguinte:

« Começando no rio Japurá ou Caquetá em frente á embocadura do Apaporis, segue pelo Japurá aguas acima até a embocadura do rio dos Enganos (*Cumary*); continuando por este e por aquelles de seus afluentes cujo curso mais se aproxima do rumo Norte até suas cabeceiras; inclina-se depois para o Oriente a procurar as cabeceiras do rio Memachy; de modo que todas as aguas que vão ao Apaporis, Uaupés e Issana pertençam ao Brazil, e as que vão ao Memachy, Naquieny e outros tributarios do rio Negro superior ou Guayana, á Nova Granada, até onde se estendessem os territorios dos dous Estados.

(Relatorio do Min. dos Neg. Est. de 1857 a pag. 53, e de 1860 a pag. 48).

Nada havendo de assentado em quanto á limites entre o Brazil e aquella Republica, conservamos os limites antigos no nosso mappa do Imperio.

#### Fronteira occidental.

##### Limites com a Republica do Equador.

Pelo abandono que fizemos de tão extenso territorio á precedente Republica, e pelo que accordamos com a do Perú, a Republica do Equador deixa de ser nossa confinante, como em outras circumstancias devêra sê-lo.

Todavia ainda no nosso mappa conservamos com a denominação desse Estado, os territorios á que elle se julga com direito, somente por interesse historico.

##### Limites com a Republica do Perú.

Estes limites já se achão accordados pelos Tratados de 23 de Outubro de 1851 e de 22 do mesmo mez de 1858, e já em começo de execução a demarcação das fronteiras, maxime a meridional.

##### Este Tratado no art. 7 dispõe:

« Para prevenir duvidas a respeito da fronteira alludida (a do ambos os Estados) nas colinas da presente Convenção, reconhecem as altas partes contractantes em que os limites do Imperio do Brazil com a Republica do Perú, seão regulados em conformidade do principio—*uti possidetis*; por conseguinte reconhecem respectivamente, como fronteira, a povoação de Tabatinga; e dali para o Norte em linha recta a encontrar o rio Japurá de fronte da foz do Apaporis; e de Tabatinga para o Sul, o rio Javary desde a sua confluencia com o Amazonas.

« Uma commissão mista nomeada por ambos os Governos reconhecerá, conforme ao principio—*uti possidetis* a fronteira, e proporá a troca dos territorios que julgarem a proposito para fixar os limites, que seão mais naturaes e convenientes á uma e outra nação.

(Relatorio do Min. dos Neg. Est. de 1852 pag. 14, de 1853 annexo A. n. 4, e de 1867 pag. 18 e pag. 102 dos annuos).

No dia 28 de Julho de 1866 a Commissão mista de que trata o art. supra, assentou o primeiro marco na quebrada do Igarapé S. Antonio, affluente esquerdo do rio Amazonas e distante da parochia Brasileira de Tabatinga 2,410 metros ao rumo verdadeiro de 6º 50' N. E.

He desse ponto que deve partir a recta que tem de encontrar a margem direita do rio Japurá em frente á foz do rio Apaporis. (*Acta da inauguração da linha divisoria* no Relatorio de 1867).

##### Limites com a Republica da Bolivia.

Tambem se achão assentados os limites com essa Republica, bem que com grande perda de territorio por nossa parte. O importante rio Paragui deixou deser fronteira do Brazil, e com essa linha um extenso territorio. Custa bem caro ao Brazil o querer viver em paz com seus vizinhos!

Entretanto cumpre notar que, nesta Convenção, sempre houve uma pequena compensação. A nossa linha do Norte que terminava em 10 graus de latitude, he presentemente em 10 graus e 20 minutos, terminando na foz do Beny ou Madeira.

Esta linha não foi logo contemplada no nosso mappa, por virmos a conhecê-la muito depois da respectiva impressão colorida, falta que repararemos nos exemplares que ainda estão por colorir.

O Tratado tem a data de 27 de Março de 1867, e no art. 2 sob o fundamento do *uti possidetis* lê-se a seguinte disposição:

« A partir do rio Paragui na latitude 20º 10', onde desagua a Bahia Negra, a linha divisoria seguirá pelo



meio desta até o seu fim e d'ahi em linha recta à lagôa de Cáceres, cortando-a pelo seu meio, donde irá à lagôa Mandioré e a cortará também pelo meio, assim como as lagôas Gayba e Uberaba, em tantas rectas quantas forem necessárias, de modo que fiquem do lado do Brasil as terras altas das Pedras de Amolar e da Insua.

«Do extremo Norte da lagôa Uberaba irá em linha recta ao extremo Sul da Coriza Grande, salvando as povoações brasileiras e bolivianas, que ficarão respectivamente do lado do Brasil ou da Bolívia; do extremo Sul da Coriza Grande irá em linhas rectas ao Morro da Boa Vista e aos Quatro Irmãos; destes, também em linha recta até as nascentes do rio Verde; baixará por este rio até a sua confluência com o Guaporé, e pelo meio deste e do Mamoré até o Beny, onde principia o rio Madeira.

«Deste rio para Oeste seguirá a fronteira por uma pararella, tirada da sua margem esquerda na latitude Sul 10°20' até encontrar o Javary.

«Se o Javary tiver as suas nascentes ao Norte daquelle linha Leste-oeste, seguirá a fronteira, desde a mesma latitude, por uma recta a buscar a origem principal do dito Javary.»

(Relatório do Min. dos Neg. Estr. de 1868 pag. 11, e anexo n. 1 n. 43 à pag. 63).

### Fronteira meridional.

Limites com a Republica do Paraguay.

Com esta Republica, que ajudamos na aquisição de sua independência, não conseguimos em todo o tempo em que nos achamos de boa intelligencia assentar os limites communs. Como sempre temos praticado, depois que o Brasil se tornou independente, offerecemos ao Paraguay uma porção de territorio nacional, reconhecido pela propria Hespanha, em troca de um limite certo, claro e incontestado.

Em vez de reclamarmos por limites os rios Igurey e Jejuy na conformidade dos Tratados de 13 de Janeiro de 1750 arts. 5 e 6, e do 1º de Outubro de 1777, arts. 8 e 9, offeríamos linha mais vantajada àquella Republica, a dos rios Igutimiy e Apa, aliás não accetia, conforme o proceder tradicional dos nossos conterraneos, que ainda mais exigem de nossa extremada moderação.

A Convenção de 13 de Junho de 1856 mandada executar por D. n. 1783—de 14 de Junho do mesmo anno, estatuiu que os Governos do Brazil e do Paraguay se compromettiam a nomear, logo que as circumstancias o permitissem, e dentro do prazo de seis annos, plenipotenciarios, para de novo examinare e ajustarem a linha divisoria dos dous paizes, respeitando ambos o *uti possidetis* existente.

Antes de chegar a este resultado, propoz o governo Brasileiro ao do Paraguay (Relatório de 1856, anexo com os respectivos Protocollos) a seguinte linha divisoria, que, como já dissemos, não foi accetia.

«O territorio do Imperio do Brazil divide-se do da Republica do Paraguay pelo rio Paraná, desde onde commença as possessões do Brazil, e por elle acina até a foz do Igutimiy, seguindo por este rio acina e pelo seu galho principal (deitando ao Norte o seu confluente Escopoli) até ás suas mais altas vertentes, e d'ahi pela linha mais curta a procurar o alto da serra Maracaju, que divide as aguas do Paraná das do Paraguay.»

«Segue pelos cumes da dita serra, sendo as vertentes de Leste, do Brazil, e de Oeste, do Paraguay, até chegar ás primeiras vertentes do Apa; desce por este rio até a sua confluência com o Paraguay, desde onde a margem esquerda ou oriental pertence ao Brazil, e a direita ou occidental á Republica do Paraguay.»

«Da confluência do Apa segue pelo Paraguay acina até a Bahia Negra, onde as possessões do Brazil occupam ambas as margens do Paraguay.»

(Relatório do Min. dos Neg. Estr. de 1857 pag. 27, e do anexo avulso dos respectivos Protocollos pag. 22).

No nosso mappa do Imperio, e das Provincias do Paraná e de Matto Grosso mantivemos essas fronteiras.

Limites com a Confederação Argentina.

A linha divisoria com esse Estado conterraneo, também não se acha firmada.

Em 1857 celebrou-se um Tratado de limites em 14 de Dezembro do mesmo anno, que vem anexo ao Relatório do Ministerio dos Negocios Estrangeiros de 1858.

Este Tratado no art. 1 dispõe o seguinte:

«O territorio do Imperio do Brazil divide-se do da Confederação Argentina pelo rio Uruguay, pertencendo toda a margem direita ou occidental á Confederação, e a esquerda ou oriental ao Brazil, desde a foz do afluente Quararim até a do Pepiry-guassú, donde as possessões brasileiras occupam as duas margens do Uruguay.»

«Segue a linha divisoria pelas aguas do Pepiry-guassú até a sua origem principal; desde esta continúa pelo mais alto terreno a encontrar a cabeceira principal do Santo Antonio até a sua entrada no Iguaçu no Rio Grande de Coritiba, e por este até a sua confluência com o Paraná.

«O terreno que os rios Pepiry-guassú, Santo Antonio

e Iguaçu separam para o lado do Oriente pertence ao Brazil, e para o lado do Occidente á Confederação Argentina, sendo do dominio commum das duas nações as aguas dos ditos dous primeiros rios em todo o seu curso, e as do Iguaçu somente desde a confluência do Santo Antonio até o Paraná.

(Relatório do Min. dos Neg. Estr. de 1858 pag. 22 e 23, e anexo E n. 10).

No art. 2 declarou-se, que os rios Pepiry-guassú e S. Antonio são os que foram reconhecidos pelos demarcadores do Tratado de 13 de Janeiro de 1750, celebrado entre Portugal e a Hespanha.

O Tratado de 1857, não obstante sua approvação pelo Senado e Camara dos Representantes da Confederação em 24 e 29 de Setembro de 1858, ficou sem effeito por haver expirado o prazo fixado para a troca das ratificações, e não foi possível renovar-o a despeito das boas disposições do Imperio. Entretanto, como naturalmente essa linha se hade manter pela mutua approvação que já obteve nos dous paizes, a conservamos no nosso mappa.

Limites com a Republica Oriental do Uruguay.

He este o unico Estado conterraneo com quem temos limites assentados e demarcados; e para conseguir este resultado perdemos a nossa fronteira de Castillos grandes, e a do rio Arapahy.

Perdemos ainda os beneficios do primeiro Tratado de limites de 13 de Outubro de 1851, e só ficamos com a fronteira que, no interesse da paz e de boa harmonia, nos permitiram os nossos vizinhos.

Eis a linha divisoria traçada no art. 3 daquelle Tratado, e que devia servir de base para a demarcação:

«1.º—Da embocadura do arroyo Chuy no Oceano subirá a linha divisoria pelo dito arroyo na extensão de meia legua, e do ponto em que terminar a meia legua, tirar-se-ha uma recta, que passando pelo Sul do forte de S. Miguel, e atravessando o arroyo desse nome, procure as primeiras pontas do arroyo Palmir. Das pontas do arroyo Palmir descerá a linha pelo dito arroyo até encontrar o arroyo que a carta do Visconde de S. Leopoldo chama de S. Luiz, e a carta do Coronel Engenheiro José Maria Reyes chama de Inda Muerla, e por este descerá até a lagôa Mirim; e circulará a margem occidental della na altura das maiores aguas até a boca do Jaguarão.

«2.º—Da boca do Jaguarão seguirá a linha pela margem direita do dito rio, acompanhando o galho mais ao Sul, que tem sua origem no valle de Açegná e serros do mesmo nome; do ponto dessa origem tirar-se-ha uma recta que atravessa o rio Negro em frente da embocadura do arroyo de S. Luiz, e continuará a linha divisoria pelo arroyo de S. Luiz acina até ganhar a cochilha de Santa Anna, segue por essa cochilha e ganha a de Haedo até ao ponto em que commença o galho do Quararim denominado arroyo da Invernada pela carta do Visconde de S. Leopoldo, e sem nome na carta do Coronel Reyes, e desce pelo dito galho até entrar no Uruguay; pertencendo ao Brazil a ilha ou ilhas que se achão na embocadura do dito rio Quararim no Uruguay.»

(Relatório do Min. dos Neg. Estr. de 1852 anexo F à pag. 18).

Pelo art. 4 deste Tratado obtinha o Brazil meia legua de terras á margem da embocadura de cada um dos rios Cebollay e Taquary, que desagôam na lagôa Mirim.

Este Tratado foi modificado pelo de 15 de Maio de 1852, supprimindo-se as duas meias leguas nas margens dos dous rios supracitados, alterando-se a linha divisoria do Chuy ao rio Jaguarão desta forma:

«Art. 1.º—O § 1 do art. 3 do Tratado de limites fica alterado do seguinte modo:

«Da embocadura do arroyo Chuy no Oceano, subirá a linha divisoria pelo dito arroyo, e dahi passará pelo Pontal de S. Miguel até encontrar a lagôa Mirim; seguirá costeando a sua margem occidental até a boca do Jaguarão, conforme o *uti possidetis*.»

(Relatório do Min. dos Neg. Estr. de 1853 anexo A pag. 45).

Segundo o Relatório do Ministerio dos Negocios Estrangeiros de 1861, o trabalho da demarcação deu-nos as actuaes fronteiras cuja linha divisoria he a seguinte:

«Começa na barra do arroyo de Chuy no Oceano, aos 33º 45' 00" de latitude meridional e aos 53º 25' 05" de longitude occidental do meridiano de Greenwich; segue pelo referido arroyo até ao seu passo geral, e desde corta em linha recta até ao passo geral do arroyo de S. Miguel, tomando depois por este até sair a lagôa Mirim. Depois toma a linha divisoria, a margem meridional da mesma lagôa e do rio Jaguarão (Acta de 13 de Junho de 1853).

«Pela margem direita do Jaguarão acina, prosegue a linha divisoria até a barra do Jaguarão Chico, e pela mesma margem deste até tomar o arroyo da Mina. Pelo arroyo da Mina segue a linha até as suas mais altas vertentes; e d'ahi por uma linha recta pelo Açegná, a barra do arroyo de S. Luiz no rio Negro. Seguindo por este arroyo até próximo á Cochilha de Santa Anna toma a direcção rectilínea entre os seus dous galhos principaes, e vai á mesma Cochilha pelo monte chamado do Cemiterio (Acta de 6 de Abril de 1856).

«Continuando pelo culminante da Cochilha de Santa

Anna, a linha divisoria passa junto á nossa villa de Santa Anna do Livramento, continúa pela mesma Cochilha até a de Haedo, por cujo culminante prosegue até encontrar a Cochilha de Belém. Junto a esta reunião se encontrão as vertentes do arroyo dos Mandôcos, galho do Livramento, e pelas aguas deste vai sair ao Quararim. Finalmente, pelas aguas do Quararim abaixo, prosegue até ao Uruguay (Acta de 28 de Abril de 1856).

(Relatório do Min. dos Neg. Estr. de 1861 à pag. 22 e 23).

Por essa linha nos guiamos no nosso mappa, posto que alguns exemplares ainda se resintão de uma irregular distribuição de tinta na fronteira do Chuy ao Jaguarão, defeito que já se acha reparado em outros.

### Limites nacionaes.

Pelo que respeita á estes limites, mais propriamente interiores ou *inter-provincias*, trataremos nos artigos peculiares á cada Provincia.

### MAPPA n. II A.

Divisões Ecclesiasticas.

Os auxilios que obtivemos para a confecção deste mappa foram mui escassos: e eis por que em relação á circumscripções Ecclesiasticas não teve o Atlas maior desenvolvimento.

Por ora apresentamos somente as nossas grandes divisões Ecclesiasticas da Provincia do Brazil, com os limites que podemos colleccionar na obra que, em 1866, publicamos sob o titulo—*Direito Civil Ecclesiastico Brasileiro* tomo 1, segunda parte; reservando para outra edição mais abundantes detalhes quanto á Comarcas Ecclesiasticas, e Parochias.

São actualmente neste vasto Imperio doze as Dioceses, de que a mais antiga he regida por um Arcebispo, Metropolitano ou chefe da Provincia.

### Limites das Dioceses.

1.—Diocese de S. Salvador, outrora abrangendo o territorio de todo o Brazil (Bulla—*Super specula militantis Ecclesiae*, do Papa Julio III, de 25 de Fevereiro de 1550), actualmente se acha encerradano territórios das Provincias da Bahia e de Sergipe.

Bullas—*Inter pastoralis Officii*, do Papa Innocencio XI, de 16 de Novembro de 1676, e *Gravissimum sollicitudinis* do Papa Pio IX, de 6 de Junho de 1854, e Decreto Consistorial—*Id nuper*, de 25 de Maio do mesmo anno.

11.—Diocese de S. Sebastião do Rio de Janeiro, outrora abrangendo todo o Sul e Oeste do Brazil (Bulla—*Romani Pontificis pastoralis*, do Papa Innocencio XI, de 16 de Novembro de 1676), actualmente se acha limitada aos territórios do Municipio Neutro, e das Provincias do Rio de Janeiro, do Espírito Santo, de S. Catharina, e de parte do de Minas Geraes.

Bullas—*Candor lucis aeternae* do Papa Bento XIV, de 6 de Dezembro de 1745, e *Ad oves dominicas*, do Papa Pio IX, de 7 de Maio de 1848, e Decreto Consistorial—*Quoniam bonus*, de 14 nuper, de 25 de Maio de 1854.

III.—Diocese de S. Salvador de Olinda, vulgarmente conhecida por Diocese de Pernambuco, outrora abrangendo os territórios da antiga Capitania de Pernambuco, e de parte das Provincias de Minas e de Goyaz (Bulla—*Ad sacram Beati Petri* do Papa Innocencio XI, de 16 de Novembro de 1675), acha-se hoje limitada ao territorio das Provincias de Pernambuco, Alagoas, Parahyba e Rio Grande do Norte. Ainda he a mais populosa do Imperio.

Bullas—*Pro animarum salute*, e *Gravissimum sollicitudinis*, do Papa Pio IX, de 6 de Junho de 1854, e Decretos Consistoriaes—*Quoniam pro propensione* e *Id nuper* de 25 de Maio do mesmo anno, *Provisio sine consilio* do 1º de Março e *Pastoralis Officii munus*, de 17 de Setembro de 1860.

IV.—Diocese de S. Luiz do Maranhão, outrora abrangendo todo o territorio denominado—*Estado do Maranhão*, presentemente occupado pelas Provincias do Amazonas, Grão-Pará, Maranhão e Piahy, e parte das Provincias de Goyaz e do Ceará, até á cidade da Fortaleza (Bulla—*Super universis Orbis ecclesias*, do Papa Innocencio XI, de 30 de Agosto de 1677), está hoje reduzida as Provincias do Maranhão e do Piahy.

Bulla—*Copiosus in Misericordia* do Papa Clemente XI, de 4 de Março de 1719, Alvará do Rey D. João V citado na obra do Padre José de Moraes—*Historia da Companhia de Jesus*, fixando em 3º e 15' de latitude austral, tanto o territorio civil como o ecclesiastico do Maranhão, authorisado pela Bulla—*Significabit nobis*, do Papa Bento XIV, de 25 de Abril de 1746, Provisão do Bispo da Diocese do Grão-Pará D. Fr. Miguel de Bulhões, de 2 de Maio de 1758, de accordo com o desta Diocese D. Fr. Antonio de S. José, e Decreto Consistorial—*Utiliorem utilitatem*, de 20 de Julho de 1860.

V.—Diocese de S. Maria de Belem do Grão-Pará, abrangendo em outro tempo os territórios das antigas Capitania do Grão-Pará e Rio Negro, e de parte da Capitania de Goyaz, está circumscripção ao territorio daquellas duas Capitania, hoje denominadas Provincias do Grão-Pará e do Amazonas. He a maior do Imperio em territorio.

Bulla—*Copiosus in Misericordia* do Papa Clemente XI, de 4 de Março de 1719, Provisão do Bispo da mesma Diocese D. Fr. Miguel de Bulhões, de 2 de Maio de 1758, de accordo com o do Maranhão D. Fr. Antonio de S. José, e Provisões do Conselho Ultramarino, de 16 de Maio de 1806, e de 18 de Junho de 1807, fundadas na mesma Bulla—*Significabit nobis*, do Papa Bento XIV, de 25 de Abril de 1746.

VI.—Diocese de N. S. da Assumpção de S. Paulo, outrora abrangendo os territórios das Provincias de S. Paulo, Paraná, e de parte das Provincias de Minas Geraes e de S. Catharina, hoje se acha desligada da parte relativa á ultima Provincia.

Bullas—*Candor lucis aeternae* do Papa Bento XIV, de 6 de Dezembro de 1745, e Decreto Consistorial—*Quoniam bonus*, de 25 de Maio de 1854.

VII.—Diocese de N. S. do Carmo de Marianna, outrora abrangendo a mór parte da Provincia de Minas Geraes, está hoje encerrada dentro de territorio mais limitado, pela criação da Diocese da Diamantina.

Bullas—*Candor lucis aeternae*, do Papa Bento XIV, de 6 de Dezembro de 1745, e *Gravissimum sollicitudinis* do Papa Pio IX de 6 de Junho de 1854, e Decretos Consistoriaes—*Pastoralis Officii munus* de 17 de Setembro de 1860, e *De animarum administratione* de 5 de Setembro de 1865, reproduzido na Pastoral do Bispo desta Diocese de 20 de Abril de 1866 da seguinte forma:

«A linha que divide desce o rio Parahyba até o Dese os Bispos do Rio de Janeiro e Marianna sobre pelo rio Rágado, até suas origens na serra que chamão de Domingos Ferreira, sendo do Rio de Janeiro as vertentes do lado esquerdo do dito Rágado. Continua pelo cume da mesma serra até o rio Bomba perto do arcaal—Mela Patoca, e desce pelo dito rio até o rio Bruma; segue pelo espigão ou cumes, que dividem as aguas do Bruma das do rio Capivara até vertentes do rio Muriahé, e toca no lugar que chamão Poco fundo do mesmo Muriahé. Segue por linha recta do Poco fundo a cachoeira das Laranjeiras no rio Carangola, e dahi em recta até a foz do rio Veado no rio Itabapana, e deixando para Marianna as vertentes do Veado pelo lado esquerdo delle, sobe pelo cume da serra dos Pilões, até encontrar os actuaes limites das duas Provincias do Espírito-Santo e Minas, os quaes accompanha até o rio Dese.»

Na *Folhinha de Marianna* de 1867, addicionou-se o seguinte esclarecimento sobre os limites desta diocese, completando-os:

«Do Rio Dese, a linha segue algumas leguas a divisa da Provincia de Minas, depois toma para Poente serpenteando ao Norte da esquerda dos rios Dese e S. Antonio por lugares em grande parte desconhecidos, e por isso mesmo não determinados. Não longe de S. Anna dos Ferros, corta o rio do Peixe e desce a procurar o rio Tanque ao Sul: depois de voltar para o Norte passa entre Tabiraes e Gouatiba; depois desce a procurar o Paracatu, segue-o ao Rio de S. Francisco abaixo até a altura de pouco mais de 18 grãos de latitude Sul.

«Dahi tomando rumo de Poente vem á serra que no carta do Sr. Gurber corte exactamente algum espaço o meridiano que marca 3 grãos de longitude occidental do meridiano do Pão de Açúcar do Rio de Janeiro.

«Dahi desce para o Sul segue á serra, volta na altura do Campo Grande, deixando-o ao Poente; depois segue para o Sudoeste a procura do rio Grande na altura de S. João Baptista da Gloria.

«Ahi chegada, e deixada esta ultima povoação dentro do Bispo de Marianna sobre o Rio Grande, depois o S. Paulo, depois o rio Lourenço Velho, e tendo passado ao Sul de Campos de Maria da Fé, faz uma pequena volta para o Norte, e logo desce até a serra da Mantiqueira, e vai por ella, e pelo rio Preto, e pelo rio Parahybuna até a foz do rio Rágado.»

VIII.—Diocese de Sant'Anna de Goyaz, abrangendo hoje todo o territorio da Provincia do mesmo nome, e de parte da Provincia de Minas Geraes. Disputa com a de Cuyabá e Matto-Grosso o territorio e parochia de Sant'Anna do Parahyba.

Bullas—*Candor lucis aeternae* do Papa Bento XIV, de 6 de Dezembro de 1745, e *Sollicita Catholici gregis cura*, do Papa Leão XII, de 15 de Julho de 1826, e Decretos Consistoriaes—*Quoniam pro propensione*, de 9 de Maio de 1854, e *Provisio sine consilio* do 1º de Março de 1860, e Provisões do Conselho Ultramarino de 16 de Maio de 1806 e de 18 de Junho de 1807, authorisadas pela Bulla—*Significabit nobis*, do Papa Bento XIV, de 25 de Abril de 1746.

IX.—Diocese do Senhor Bom Jesus de Cuyabá, abrangendo desde a sua criação todo o territorio da Capitania, hoje Provincia de Matto-Gosso.

Bullas—*Candor lucis aeternae* do Papa Bento XIV, de 6

Dezembro de 1745, e *Sollicita Catholici gregis cura* do Papa Leão XII, de 15 de Julho de 1826.

x.—Diocese de S. Pedro do Rio Grande do Sul, encerrando todo o territorio da Provincia do mesmo nome.

Bulla—*Ad oves dominicas* do Papa Pio IX, de 7 de Maio de 1848, e Decreto n. 457—de 27 de Agosto de 1847.

xi.—Diocese do Santo Antonio da Diamantina, compreendendo a parte mais extensa do territorio da Provincia de Minas Geraes do lado do Norte.

Bulla—*Gravissimum sollicitudinis* do Papa Pio IX, de 6 de Junho de 1854, Decretos Consistoriaes—*Id nuper*, de 25 de Maio do mesmo anno, e *Pastoralis officii munus* de 17 de Setembro de 1860, e Lei n. 693—de 10 de Agosto de 1853.

xii.—Diocese de N. S. da Assumpção do Ceará, compreendendo o territorio da Provincia do mesmo nome, com os limites que já tinha com a Diocese de S. Luiz do Maranhão, quando fazia parte da de Pernambuco.

Bulla—*Pro animarum salute* do Papa Pio IX, de 6 de Junho de 1854, Lei n. 693—de 10 de Agosto de 1853, e o Alvará do Rey D. João V, citado na obra do Padre José de Moraes—*Historia da Companhia de Jesus*, fixando o limite septentrional deste territorio, quando ligado ao de Pernambuco, em 3º e 15' de latitude austral.

### MAPPA n. II B.

Divisões eleitoraes.

Este mappa representa o Imperio do Brazil com os seus 46 districtos eleitoraes, distribuidos da seguinte forma:

Noves districtos comprehendem no respectivo territorio, todo o da Provincia onde estão situados.

Taes são: os de Manaós, Belém, Theresina, Natal, Victoria, Curitiba, Desterro, Goyaz e Cuyabá.

Decreto n. 2.623—de 22 de Agosto de 1860.

Dez districtos estão situados em cinco Provincias, a dous por cada uma, estando os respectivos limites regulados por Lei.

Taes são: os de S. Luiz, Caxias, Parahyba do Norte, Pombal, Maceió, Penedo, Aracaju, S. Christovão, Porto Alegre e Rio Grande do Sul.

Decretos n. 2.623, 24, 27, 28, e 31—de 22 e 25 de Agosto, e 1 de Setembro de 1860.

Seis estão situados no territorio de duas Provincias, tendo cada uma, trez.

Taes são: os da Fortaleza, Sobral, Crato, S. Paulo, Taubaté e Mogy-mirim.

Decretos ns. 2.635 e 2636—de 5 de Setembro de 1860.

Quatro estão situados em uma só Provincia: Rio de Janeiro, Campos, Nictheroy, e Pirahy.

Decreto n. 2.635—de 5 de Setembro de 1860.

Dez estão situados em duas Provincias, cabendo á cada uma, cinco.

Taes são: os do Recife, Nazareth, Cabo, Caruaru, Villa Bella, S. Salvador, Cachoeira, Nazareth (das Farinhas), Inhambupe, e Rio de Contas.

Decretos ns. 2.633 e 2.637—de 1 e 5 de Setembro de 1860.

Sete estão situados em uma só Provincia, e de Minas Geraes.

Taes são: os de Ouro Preto, Sabará, Barbacena, S. João d'El-Rey, Campanha, Serro, e Montes Claros.

Decreto n. 2.636—de 5 de Setembro de 1860.

### MAPPA n. II C.

Este mappa, he mudo, quanto ao territorio do Brazil. Contém outro mappa, representando todos os accidentes physicos do nosso planeta, quer na sua parte solida, como na liquida, para instrução dos alumnos; alem de um, estatístico, dos paizes conterraneos, indicando além das capitaes, a área, e população approximada, de cada um; e esclarecimentos collidos em diferentes Obras.

E. Cortambert—*Curso de Geographia*, S. A. Lejosne—*Curso de Geographia moderna*; Ali. Cosson—*Curso completo de Geographia*, etc. para Collegios e escolas da Republica Argentina, Roberto Hempel—*Geographia especial da America*, Almanak de Gotha de 1867, etc.

## Mappas parciaes das provincias

Para este trabalho consultamos alem das cartas e mappas relativos a cada uma, e que serão notados nos artigos especiaes respectivos, as seguintes obras:

*Diccionario topographico do Imperio do Brazil*, e *Roteiro das costas do Brazil* pelo Conselheiro José Saturnino da Costa Pereira; *Diccionario Geographico do Brazil* por Mr. Milliet de Saint Adolphe, traduzido pelo Dr. Caetano Lopes de Moura; *Corographia Brazilica* do Padre Manoel Ayres do Casal; *Memorias historicas do Rio de Janeiro e das Provincias anexas á jurisdicção do Vice-Rey do Estado do Brazil* por José de Souza de Azevedo Pizarro e Araujo; *o Tratado completo de Cosmographia e de Geographia*, etc. por J. P. C. Casado Giraldes, no artigo *Reino do Brazil em 1821*; *Tratado de Geographia Universal* de Adriano Balbi na traducção Portugueza de 1838; *Historia geral do Brazil*, etc. por Francisco

Adolpho de Varnhagen, e outros trabalhos do mesmo author; *Historia do Brazil* por Roberto Southey, na traducção do Dr. Luiz Joaquim de Oliveira Castro; *Brazil* por Mr. Fernando Denis, *Anuario do Brazil em 1846 e 1847*, por Fagundes; *Ensaio Corographico do Imperio do Brazil*, etc. pelo Dr. A. J. de Mello Moraes e I. Accioli de Cerqueira Silva; e o *Compendio elemental de Geographia geral e especial do Brazil* pelo Senador Thomaz Pompêo de Souza Brazil.

Destas obras não faremos menção nos artigos peculiares á cada Provincia, menos as *Memorias* de Pizarro, por isso que não se occupa de todas.

A estes auxilios podemos addicionar diferentes *Memorias* impressas na *Collecção de noticias para a Historia e Geographia das nações ultramarinas*, etc. publicada pela Academia Real de Sciencias de Lisboa, e na *Revista do Instituto Historico e Geographico*

e outras que por sua peculiaridade serão notadas nos artigos privativos á cada Provincia.

### Provincias septentrionaes.

### MAPPA n. III.

PROVINCIA DO AMAZONAS.

Os auxilios que peculiarmente respeitão esta Provincia, e que conseguimos colher, excluidos os já notados no *Mappa geral do Brazil*, são os seguintes:

1.º—Carta do curso do Maranhão ou do grande rio das Amazonas na sua parte navegavel desde Jaen de Bracamoros até a sua foz, comprehendendo a Provincia do

Quito e a costa da Guyana desde o Cabo do Norte até o Essequibo; levantada em 1743 e 1744, e subordinada as observações astronómicas, por Mr. de la Condamine.

Aumentada com o curso do rio Negro e outros detalhes extrahidos de diferentes memorias e roteiros manuscritos de viajantes modernos.

Na mesma carta se acha notado por pontos o curso do mesmo rio, segundo a carta do Padre Samuel Fritz, da Companhia de Jesus, a primeira que deste immenso rio foi levantada.

2.º—Carta do curso do rio Amazonas levantada pelos Drs. de Spix e de Martius, e desenhada pelo Tenente Schwarzmann. Munich 1831.

A mór parte desta carta, diz-se, foi organizada com trabalhos manuscritos dos Padres da Companhia de Jesus, e do Arcebispo José Monteiro de Noronha.

3.º—Carta da Columbia, levantada segun-

do as observações astronomicas de Alexander de Humboldt, e navegantes Hespanhoes, por Mr. A. H. de Brún. Pariz 1823.

4.º—Primeiros traços geraes da carta particular do Rio Amazonas no curso Brasileiro, levantada pelo capitão tenente João Soares Pinto, com o auxilio do 1º tenente Vicente Pereira Dias, somente de Belém á Tefé, nos annos de 1862 á 1864.



Além destas cartas e mappas recorremos: 1.º—Aos *Relatórios* da Presidência da Província, aos do Ministério do Império de 1854 a 1856, e aos da Agricultura de 1862 até o presente, em cujos annexos se encontram as viagens e explorações empreendidas por ordem do Governo nos rios Amazonas, na parte denominada *Solimões*, Madeira, Negro e Purús, sobretudo os trabalhos dos Engenheiros J. M. da Silva Coutinho e W. Chandless, de 1861 e de 1866.

2.º—As viagens e explorações de algum interesse, empreendidas no mesmo rio nos séculos 17, 18 e 19, como as do Padre Christovão da Cunha, da Companhia de Jesus, na volta do Quinto do famoso descobridor Pedro Teixeira, de Mr. de la Condamine, dos Bispos D. Fr. João de S. José Queiroz e D. Fr. Caetano Brandão, do Arcebispo José Monteiro de Noronha, de José Gonçalves da Fonseca, do Ouvidor Francisco Xaxier Ribeiro de Sampaio, de Francisco José Rodrigues Barata, do Conde André Fernandes de Souza, e de H. Lister Maw.

3.º—As viagens e explorações científicas nos rios Amazonas, Madeira, Negro e Branco, de diferentes membros da última comissão demarcadora os Drs. Antonio Pires da Silva Pontes e Francisco José de Lacerda e Almeida, e Engenheiros Ricardo Franco de Almeida Serra, Manoel da Gama Lobo de Alameda e João Vasco Manoel de Braun; bem como a de Spix e Martius de 1817 a 1820, e a de Francisco de Castelnau em 1843.

4.º—Ao *Compendio das Eras do Pará*, ao *Ensaio corographico* sobre a mesma Província, e a *Memoria sobre as terras do rio Branco*, por Antonio Ladislau Monteiro Baena; a *Corographia Paraense* pelo Coronel Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva; a *Valle do Amazonas* pelo Dr. Aureliano Candido Tavares Bastos, ao *Dicionario topographico, historico, descriptivo da Comarca do Amazonas*, pelo Capitão Tenente Lourenço da Silva Araújo e Amazonas, etc.

**Limites.**—Esta Província que deverá conservar a sua antiga denominação de *Rio Negro* ou de *Solimões*, nome que o Amazonas tem quando banha o seu territorio, devendo neste caso manter-se a verdadeira denominação de *Yorimania*, dos Indios *Yorimans*, pelos Portuguezes transformados em *Solimões*; foi ainda christmada com a denominação actual, por esta falta de senso geographico, que infelizmente tem presidido ás nossas divisões territoriaes.

O nome de Amazonas deverá ser reservado para a Província que se creará na foz do grande rio, entre o Nhamundá e o Oceano.

A posição geographica da Província do Amazonas he a seguinte:

Latitude boreal 5º e 10', e austral de 10º e 20', em vista do ultimo tratado com a Bolivia.

Longitude, he sómente occidental entre 13º 40' e 32'.

De Norte a Sul tem esta Província 360 leguas; das nascentes do rio Mahit ao Javary em 10º e 20' de latitude austral, e 300 leguas de Leste á Oeste das nascentes do rio Cuniaru ou dos Enganos, a foz do rio Trez Barras no Tapajoz.

Esta Província he limitada ao Norte pela Guyana Inglesa, e Republicas de Venezuela e de Nova Granada, ao Sul pela Republica da Bolivia e Província de Matto-Grosso, ao Oriente pela Província do Grão-Pará e a Guyana Inglesa, e ao Occidente pelas Republicas do Perú e Nova Granada.

O Tratado de limites com o Perú fez-nos perder o territorio comprehendido entre a linha obliqua que se deverá traçar de Tabatinga ao rio Japurá, na caxoeira do Uviá, ao ponto em que o rio dos Enganos ou *Cuniaru* conflue com o mesmo Japurá. Por esse tratado em vez da linha obliqua deuse-nos a recta de Tabatinga a foz do rio Apaporis.

Descortinada toda a linha do Japurá desde a foz do Apaporis até a caxoeira do Uviá, e serra de Araráquara, facil foi abandonar a Nova-Granada o territorio mais occidental, como está projectado.

A Província do Amazonas foi creada pelo Decreto n. 382—de 5 de Setembro de 1830, que lhe deu, por limites os mesmos da antiga Capitania do Rio Negro, posteriormente reduzida a Comarca.

Esses limites pelo lado do Grão-Pará são o rio Nhamundá ou Jamundá, e o monte ou serra Parintins, de donde segue uma recta á margem esquerda do rio Tapajoz, em frente da confluencia do rio Trez Barras. E pelo lado da de Matto Grosso são: o rio Gi-paraná, ou Machado, affluente do Madeira, o rio Tapajoz desde a foz do Trez Barras até a confluencia do Uruguatá ou Oreguatus, affluentes do rio Tapajoz pelo lado esquerdo.

Estes limites não se achão determinados em lei alguma, porquanto o Decreto de 11 de Julho de 1757 que creou a Capitania de S. José do Javary, denominada posteriormente do *Rio Negro*, não declarou quaes erão os limites da nova Capitania, e tão pouco o fizeram posteriormente os Decretos de 20 de Agosto de 1772, e de 3 de Maio de 1774, e Provisão de 9 de Julho do mesmo anno, quando de todo ficaram separadas as duas Capitánias geraes do Maranhão e do Grão-Pará.

Mas os limites que adoptamos, além de serem naturaes e claros, tem em seu favor a opinião de Amazonas no seu *Liccionario*, e o Relatório do Ministério da Justiça de 1857, tratando dos limites da Diocese de Cuyabá e Matto Grosso, que reproduzimos no nosso *Direito Civil Ecclesiastico Brasileiro* t. 1 parte segunda á pag. 753.

**Divisão Judiciaria.**—Esta Província quanto ao Judicial faz parte do Districto da Relação do Maranhão, e se acha dividida em trez Comarcas: mas os limites dessas divisões traçadas em côres não representam em todo o seu rigor a circumscripção legal, por difficuldades que ainda não podemos vencer, pelo vago e incerteza da Legislação Provincial.

Fizemos o que nos foi possível em taes circumstancias, até que possamos obter dados e esclarecimentos mais positivos.

Grupamos por meio de côres os Municipios, que segundo os *Relatórios* do Ministério da Justiça, dependião da mesma circumscripção denominada *Comarca*, na forma que nos pareceu mais natural e razoavel no ponto de vista geographico.

#### MAPPA n. IV.

##### PROVINCIA DO GRÃO-PARÁ.

Para o mappa desta Província recorremos ao seguinte:

1.º—Mappa ns. 1, 2 e 4 notados no artigo da precedente Província.

2.º—Trabalhos hydrographicos ao norte do Brazil dirigidos pelo Capitão de Fragata José da Costa Azevedo, no anno de 1860, esclarecendo a questão de limites entre o Brazil e a Guyana Franceza. Rio de Janeiro, 1866.

3.º—Mappa geographico do rio das Amazonas levantado em 1758: sem nome de author, offerecido ao Capitão General do Estado do Maranhão Manoel Bernardo de Mello e Castro (*copia do Archivo Militar*).

4.º—Carta plana da costa do Brazil levantada em 1793, comprehendendo todo o espaço entre os portos das Salinas e o Cabo do Norte e ilhas adjacentes, que se achão entre as bocas do rio das Amazonas e do rio Pará: sem nome de author (*copia do Archivo Militar*).

5.º—Nova Carta da costa septentrional do Brazil, por J. W. Norie. Londres 1828.

6.º—Mappa da ilha de Marajó ou de Joanes por J. Wilkens de Mattos (*copia de 1855*, pertencente ao Dr. Francisco da Silva Castro, do Pará).

7.º—Esboço do curso do rio Xingú, desde a ilha de Piranhauara, pouco acima do rio Guiriry, á sua confluencia com o Amazonas (annexo a *Viagem* do Principe Adalberto da Prussia, e dos Condes de Oriola e de Bismark, em 1843).

8.º—Mappas da foz do Amazonas, e do mesmo rio até Santarém, e da costa ao Sul e ao Norte desta Província por Mr. Tardy de Montravel, commandante do *Brigue la Bou-lonnaise*. Paris 1846.

9.º—Cartas do canal boreal do rio das Amazonas desde a barra boreal do Bailique até a praça de Macapá, mandadas construir pelo Capitão General do Pará D. Francisco de Sousa Coutinho, levantadas sobre triangulos apertando o canal, traçados e medidos pelo Dr. em mathematicas o Tenente-Coronel José Joaquim Victorio da Costa, no anno de 1800. Declina a agulha magnetica na barra em Junho de 1799 3º 30' de N á E, e em Macapá em Agosto de 1799 3º 51' de N á E (*copia do Archivo Militar*).

10.º—Mappa da Guyana Brasileira. Sem nome de autor (*copia do Archivo Militar*).

11.º—Mappa da costa oriental da America do Sul, do Cabo do Norte até o Maranhão, publicado por ordem do Almirantado. Londres, 1861.

12.º—Mappa demonstrativo da divisão da Província do Pará, em Districtos e collegios electoraes, conforme o Dec. n. 1790—de 22 de Julho de 1836. Organizado pelo Dr. José Coelho da Gama e Abreu, Director da Repartição das Obras Publicas na mesma Província (*manuscripto*, pertencente ao Comendador Angelo Thomaz do Amaral).

13.º—Mappa da America do Sul, comprehendendo as Guyanas e Brazil septentrional, etc., publicado pela Sociedade propagadora dos conhecimentos uteis, e extrahido de Spix e Martius, Leblond, do Lago, Rous-sin, e Schomburgk. Londres, 1841.

14.º—Carta particular do curso do Amazonas, desde o cabo Maguary até Macapá ao Norte, e desde a entrada do Pará até Brevés ao Sul, levantada e desenhada por Mr. Tardy de Montravel em 1844, etc. Paris, 1846.

15.º—Planta do ancoradouro de Macapá, levantada pelo Guarda-Marinha Dujardin, sob a direcção de Mr. Tardy de Montravel. Paris, 1846.

16.º—Carta particular do ancoradouro e visinhanças da cidade do Pará, etc. por Mr. Tardy de Montravel. Paris, 1846.

17.º—Carta particular do curso do Amazonas, desde a ilha Acará-assu até Obidos, comprehendendo o curso do Tapajoz desde Cury até Santarém, etc. por Mr. Tardy de Montravel. Paris, 1846.

18.º—Carta do rio Pará e de seus portos, etc. por Mr. Tardy de Montravel. Paris, 1846.

19.º—Plano do porto da Vigia, e do porto da ilha de Colares, levantado em 1843, por Mrs. le Serric e Flueriote de Langle, sob a

directão de Mr. Tardy de Montravel, etc. Paris, 1846.

20.º—Carta derroteira da Costa do Brazil, da foz do Amazonas ao Ceará (*ponta do Mucuripe*), levantada, segundo documentos existentes no Deposito de cartas e plantas maritimas, e observações feitas á bordo do *D'Entrecasteur*, por Mr. Er. Mouchez, em 1862. Paris, 1864.

21.º—Planta da cidade de Belem, capital da provincia do Pará, em ponto grande, (*manuscripto*: propriedade do Dr. Francisco da Silva Castro, do Pará).

Além destes mappas, consultamos os *Relatórios* da Presidência, as obras já referidas no artigo precedente, e as seguintes: *Annaes historicos do Estado do Maranhão* por Bernardo Pereira de Berredo, *Discurso ou Memoria sobre a intrusão dos Franceses de Cayena nas terras do Cabo do Norte* em 1836, etc. por Antonio Ladislau Monteiro Baena; *Propriedade e posse das terras do Cabo do Norte pela Corôa de Portugal*, pelo Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira; *Historia da Companhia de Jesus na extincta Província do Maranhão e Pará* pelo Padre José de Moraes; *Diario roteiro do arrayal do Pesqueiro de Araguayá até o rio Oyapock*, por Manoel Joaquim de Abreu; *Roteiro corographico da viagem que o Governador Martinho de Souza e Albuquerque determinou fazer ao Rio das Amazonas*, por João Vasco Manoel e Braun; *Navegação do rio Tapajoz para o Pará em 1799*, etc. pelo Capitão Ricardo Franco de Almeida Serra; *Corographia do Brazil*, pelo Dr. A. J. de Mello Moraes, nos arts. —*Das titulos do Brazil e de seus limites austraes e septentrionaes até o anno de 1765*, *Limites do Norte e questão de limites*; e os elaborados sobre o mesmo assumpto, pelos Conselheiros Antonio de Me-nezes Vasconcellos de Drummond, e Manoel José Maria da Costa e Sá; *Viagens de S. A. Real o Principe Adalberto da Prussia ao Sul da Europa e ao Brazil, com especialidade aos rios Amazonas e Xingú*, em 1842 e 1843, na traducção de R. H. Schomburgk e J. E. Taylor; e o *Oyapock e o Amazonas* pelo Dr. Joaquim Caetano da Silva.

**Limites.**—Esta Província pela sua posição geographica está situada entre 4º e 10' de latitude septentrional, e 8º e 40' de latitude austral; e entre 2º e 10' e 15º e 29' de longitude occidental do meridiano do Rio de Janeiro; tendo do Norte a Sul 276 leguas, desde o Cabo de Orange ao rio Trez Barras, e de Leste á Oeste 256 leguas desde a foz do rio Gurupy as nascentes do rio Nhamundá, na serra de Tumucurape.

Ao Norte além do Oceano Atlantico, confina com as Guyanas Franceza, Hollandeza e Inglesa, ao Sul com as Provincias de Matto Grosso nos montes Gradados, rios Fresco e Caray affluentes do Xingú, e rio das Trez Barras ou Parantinga affluente do Tapajoz, á Leste com as Provincias do Maranhão e Goyaz pelos rios Gurupy e Araguaya, e ao Oeste com as Provincias do Amazonas pelo rio Nhamundá, e recta do monte Parintins á margem esquerda do rio Tapajoz em frente á foz do rio Trez Barras.

Em 3 de Dezembro de 1615 conquistou Francisco Caldeira Castello Branco o territorio desta Província, outr'ora Capitania, começando a gozar deste predio em 1632 por Decreto de 25 de Fevereiro desse anno, mas dependendo do Governo da do Maranhão.

Com a separação do Governo das duas Capitánias, em virtude dos decretos de 20 de Agosto de 1772, e de 3 de Maio de 1774 e Provisão de 9 de Julho do mesmo anno, o limite respectivo foi fixado no rio Tury-assu, divisa que foi removida pelos Decretos n. 639—de 12 de Junho de 1852, e n. 778—de 23 de Agosto de 1854, ficando o rio Gurupy como fronteira entre as duas Provincias, e seguindo uma recta pelo seu galho mais septentrional até o rio Tocantins, no ponto onde este conflue com o Araguaya.

Com a Província de Goyaz não existe lei alguma fixando os respectivos limites. As pretensões da Província de Goyaz neste assumpto vão até o rio Tacayunas, affluente do rio Tocantins, mas as circumstancias, o interesse publico favorecerão a Província do Grão-Pará.

A Provisão do Conselho Ultramarino de 24 de Agosto de 1748 mandou fazer a demarcação de taes limites; infelizmente nada se fez até o presente.

Na falta de lei tomamos os limites da Carta do Brazil do Coronel Conrado, a saber o rio Araguaya, até á Cachoeira de Santa Maria, no morro ou serra dos Indios Gradados.

Sobre estes limites consultamos a *Memoria* do Padre Luiz Antonio da Silva e Souza sobre o descobrimento, governo, população e cousas mais notaveis da *Capitania de Goyaz*, as *Memorias* de Pizarro, o *Itinerario* de R. J. da Cunha Mattos, o *Compendio das Eras do Pará*, por Baena; o nosso opusculo—*Carolina ou a definitiva fixação de limites entre as provincias do Maranhão e Goyaz*, o Relatório do Presidente A. C. da Cruz Machado do anno de 1855, e os *Annaes da Província de Goyaz* por J. M. Pereira de Alencastre.

Com a Província de Matto-Grosso nada também ha de assentado, por isso aceitamos os limites que os Geographos tem estabelecido, e que parecem naturaes.

Com a Província do Amazonas rege o Decreto n. 382—de 5 de Setembro de 1830,

na conformidade do que expendemos no precedente artigo.

**Divisão Judiciaria.**—Como a Província do Amazonas, a do Grão-Pará também no Judicial depende da Relação do Maranhão.

Pelo que respeita á sua divisão sob esse ponto de vista, e limites das respectivas Comarcas, hoje elevadas ao numero de nove, com a criação da Comarca de Obidos, referimo-nos ao que já dissemos sobre identico objecto no artigo da Província do Amazonas

#### MAPPA n. V.

##### PROVINCIA DO MARANHÃO.

Para a carta desta Província recorremos ao seguinte:

1.º—Carta geral da Capitania do Maranhão levantada em 1820 pelo Coronel de Engenheiros Antonio Bernardino Pereira do Lago, reduzida e desenhada pelo Tenente do mesmo corpo J. C. Guillobet (*Copia manuscripta do Archivo Militar*).

2.º—Carta topographica da ilha do Maranhão pelo mesmo Coronel Pereira do Lago (*copia manuscripta*).

3.º—Carta geographica da Capitania do Maranhão, que pode servir de memoria sobre a população, cultura e cousas mais notaveis da mesma Capitania, desenhada e organizada por Francisco de Paula Ribeiro em Fevereiro de 1819 (*manuscripta*, pertencente ao Dr. A. J. de Mello Moraes).

4.º—Carta geral da Província do Maranhão correcta, augmentada, desenhada e offerecida á Sociedade Litteraria do Rio de Janeiro pelo Capitão de Engenheiros José Joaquim Rodrigues Lopes, mandada gravar pela mesma Sociedade em 1841.

5.º—Mappa de uma parte da Província do Maranhão para servir na questão de limites entre as Comarcas de Caxias, Brejo, Itapuerá-mirim, levantada em 1847 pelo Major do Corpo de Engenheiros José Joaquim Rodrigues Lopes (*manuscripto*).

6.º—Mappa do territorio da Província do Maranhão comprehendido entre os rios Mearim e Parnahyba das Comarcas da Chapada, Pastos Bons, Alto-Mearim e Caxias, levantado em 1854 pelo Engenheiro Oscar Henig (*manuscripto*).

7.º—Mappa do rio Pindaré levantado por Guilherme Wellstood em Novembro de 1822, e desenhado por James William Boyle; alcança até a fazenda Camacão, acima da Villa de Monção (*manuscripto da Biblioteca da Marinha*).

8.º—Planta das principais barras do rio Parnahyba levantada em 1853 pelo 1.º tenente Ignacio Agostinho Jauffret e Pratico Pedro Francisco Pereira (*copia manuscripta*).

Parece-nos trabalho mui deficiente.

9.º—Planta do rio Parnahyba desde sua foz até a cidade Theresina, organizada em 1854 por José Pereira de Sá, segundo os trabalhos do 1.º tenente I. A. Jauffret, do Pratico Pedro Francisco Pereira e do Engenheiro Civil João Nunes de Campos. Rio de Janeiro (*sem data*).

10.º—Planta do ancoradouro das ilhas de S. João levantada em 1844 por Mr. Desmou-lins sob as ordens de Mr. Tardy de Montravel. Paris, 1846.

11.º—Planta de baía de S. Marcos levantada em 1845 por Mr. Tardy de Montravel. Paris, 1846.

12.º—Planta do ancoradouro e porto da cidade de S. Luiz, levantada em 1845 por Mr. Tardy de Montravel. Paris, 1846.

13.º—Carta geral da Província do Maranhão dividida em oito Comarcas, copiada em 1854 por ordem do Vice-Presidente da Província Manoel de Sousa Pinto de Magalhães (*copia manuscripta do Archivo Militar*).

14.º—Carta geral da Província do Maranhão organizada pelo Capitão do Estado-maior Franklin Antonio da Costa Ferreira. Rio de Janeiro, em 1854.

15.º—Carta geral da Província do Maranhão conforme os limites actuaes, reduzida no Archivo Militar no anno de 1855 (*copia manuscripta do mesmo Archivo*).

16.º—Carta da costa septentrional do Brazil desde o Ceará até as ilhas de S. João, pelo capitão W. Heweth. Londres, 1851.

17.º—Planta da cidade de S. Luiz, extrahida do mappa do Brazil de Conrado, da edição de 1846.

18.º—Mappa geographico da Capitania do Maranhão e parte das Capitánias circundantes, para servir á viagem, feita pelo Coronel S. G. da S. Berford: meridiano da ilha do Ferro. Sem data, e indicação do local (*gravada em ago*).

19.º—Mappa da costa oriental da America do Sul (*Brazil*), desde as ilhas de S. João até a foz do Mossoró, extrahido das explorações francezas em 1862, e brasileiras em 1857 á 1859, e novas correções. Publicado por ordem do Almirantado. Londres, 1866.

20.º—Cartas n. 5, 11 e 13 do art. da Província do Grão-Pará.

As *Bibliothecas da Marinha*, e *Fluminense* accusão as seguintes Cartas que não nos foi possível consultar:

• Carta plana do Maranhão e Pará que comprehendendo desde o rio Parnahyba até a ilha de Cayena, por J. da Trindade, 1793 (*manuscripto*).

• Carta geral da Província do Maranhão, offerecida á El-Rey constitucional o Sr. D. João VI. Por Antonio Bernardino Pereira do Lago, Coronel do Corpo de Engenheiros, que a levantou e coostroiu, durante a sua com-

missão na Província; nos annos de 1819 até 1822 (*uma folha manuscripta*).

Julga-se perdido tão importante trabalho.

O *Catalogo des manuscritos da Bibliotheca Publica Eboense* também accusa sobre o territorio desta Província os seguintes mappas, de que não encontramos copias em nenhum dos estabelecimentos publicos desta Corte, e que aliás seriam de interesse para a geographia do Paiz, maxime a do seculo passado, e para a historia dessa epocha, esclarecendo factos, que as mutações posteriormente havidas tenham tornado obscuros e problematicos, por deficiencia de taes documentos.

Aqui os notamos:

Mappa da Vice-Propíncia do Maranhão da Companhia de Jesus, levantado em 1753. Largura 44 polegadas e 29 de altura.

Mappa dos rios do Estado do Maranhão. Largura 18 polegadas e 22 de altura. Era dos Jesuitas do Maranhão, e organizado depois de 1750.

Mappa da ilha do Maranhão, e das ilhas, enseadas, rios adjacentes, traçado por um Missionario da Companhia de Jesus, no anno de 1757. Largura 17 polegadas.

Além destas cartas e plantas consultamos os *Relatórios* da Presidência da Província, e as seguintes obras:

*Annaes historicos do Estado do Maranhão*, por Bernardo Pereira de Berredo; *Historia da Companhia de Jesus na extincta Província do Maranhão e Pará*, pelo Padre José de Moraes; *Descripção problematica da longitude e latitude do serião da Capitania geral de S. Luiz do Maranhão no anno de 1798*, etc. pelo Padre Joaquim José Pereira; *Roteiro e mappa da viagem da cidade de S. Luiz do Maranhão até a Corte do Rio de Janeiro*, etc. pelo Coronel Sebastião Gomes da Silva Berford; *Compendio historico-politico dos principios da lavoura do Maranhão*, por R. J. de S. Gayoso; *Roteiro da viagem que fez ás fronteiras da Capitania do Maranhão e da de Goyaz, e Descripção do territorio de Pastos Bons nos sertões do Maranhão*, pelo Major Francisco de Paula Ribeiro; *Estatistica historico-geographica da Província do Maranhão*, por A. B. Pereira do Lago; *Itinerario do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão*, etc. por R. J. da Cunha Mattos; *Roteiro da costa do Norte do Brazil*, etc. por Joaquim Duarte de Souza e Aguiar; e os *Apontamentos para o Dicionario historico, geographico, topographico e estatístico do Maranhão*, pelo Dr. Cesar Augusto Marques.

A estas obras addicionamos as *Memorias* que publicamos em 1851 e 1852 intituladas: *O Tury-assu ou a incorporação deste territorio á Província do Maranhão*, e a *Carolina ou a definitiva fixação de limites entre as Provincias do Maranhão e Goyaz*, contendo cada uma seu respectivo mappa; e diferentes informações impressas e manuscriptas, entre as quaes notaremos a *Exploração ou Roteiro do rio Gurupy em 1849 ou 50*, copia de um manuscripto que nos forneceu o fallecido Presidente Dr. Eduardo Olimpio Machado, em 1852.

**Limites.**—A posição geographica desta Província he a seguinte: A sua latitude, que he toda austral, fica comprehendida entre 1º e 5º e 10º e 40'; a longitude oriental he de 1º e 45', e a occidental de 5º e 43' do meridiano adoptado.

A sua maior distancia de Norte a Sul he de 258 leguas desde a ilha Itacupary ás nascentes do rio Parnahyba na serra das Mangabeiras, e de Leste a Oeste 175 leguas da foz do rio Parnahyba (*barra das Canárias*) até ao local proximo á S. Francisco em frente á confluencia do rio Tocantins e Araguaya.

Esta província confina ao Norte com o Oceano Atlantico, ao Sul com a Província de Goyaz pelos rios Tocantins e Manoel Alves grande, e serra das Mangabeiras; á Leste com a do Piahy pelos rios Parnahyba, e á Oeste com a do Grão-Pará pelo rio Gurupy.

Os limites desta Província, creada Capitania em 1614, quando em 19 de Novembro desse anno, derrotados os Francezes, tomaram posse do territorio os Portuguezes commandados por Jeronymo de Albuquerque; foram fixados pela primeira vez com o Pará no rio Gurupy; divisa que posteriormente foi alterada pelos Decretos de 20 de Agosto de 1772 e de 3 de Maio de 1774 e Provisão de 9 de Julho do mesmo anno; passando a linha divisoria para o rio Tury-assu. Mas, pelo Decreto n. 639—de 12 Junho de 1852, restabeleceu-se o antigo limite, completando-se toda a linha occidental e meridional com a demarcação dos limites da Província de Goyaz, pelos rios Tocantins e Manoel Alves grande, e a serra das Mangabeiras, segundo consta do Decreto n. 773—de 23 de Agosto de 1854, cujas disposições aqui exaramos, com as Dec. n. 639:

» art. unico.—Fica desannexado da Província do Pará e incorporado na do Maranhão todo o territorio entre os rios Tury-assu e Gurupy, servindo este ultimo rio de limite á ambas as Provincias, não obstante quaesquer leis, e disposições em contrario, que fôrão revogadas (Dec. n. 639—de 12 de Junho de 1852).

» art. 4º.—Os limites das Provincias de Goyaz e do Maranhão são os rios Manoel Alves Grande, desde a sua embocadura no rio Tocantins, proccorrendo suas primeiras vertentes até enconrar as do rio Parnahyba; e o alto rio Tocantins desde a foz do Manoel Alves Grande até a do Araguaya, no presidio de S. João de Araguaya comprehendidas as ilhas proximas á margem direita; e deste ultimo ponto até enconrar as vertentes septentrionaes do rio Gurupy, de conformidade com o auto da demarcação celebrada em 19 de Julho de 1816, em cumprimento do Aviso Regio de 11 de Agosto de 1813, e Resolucão de 12 de Junho de 1852.

» art. 5º.—Os mesmos limites terão as duas Dioceses de Goyaz e do Maranhão naquelles pontos; ficando o Governo autorizado para impetrar da Santa Sé as Bullas necessarias. (Dec. n. 773—de 23 de Agosto de 1854).



A fronteira oriental da Província por onde confina com a do Piauí, consta de todo o curso do rio Parnahyba desde a sua foz, pela barra principal, a das Canárias, até as suas nascentes, na serra das Mangabeiras, ou melhor no contra-forte onde essa serra se liga com as do Piauí e Taguatinga.

Esta fronteira, tão natural e tão clara, parece que foi estabelecida pelos Decretos supracitados de 1772 e 1774, quando separados os governos das duas Capitânicas ge-rais do Maranhão e do Grão-Pará, tendo esta por subordinada a de S. José do Rio-Negro, e aquella a de S. José do Piauí; por isso que da Carta Régia de 29 de Julho de 1788, nomeando o primeiro Governador da Capitania subalterna, João Pereira Caldas, nada consta, e ainda menos da de 10 de Outubro de 1811 que totalmente isentou o Piauí da dependência do Maranhão; não nos tendo sido possível obter copia da Provisão do Conselho Ultramarino do anno de 1718, destacando da Bahia e de Pernambuco e unindo ao Maranhão a parte do território do Piauí, que ainda lhe não pertencia; cuja Provisão parece-nos ser o Decreto ou Alvará a que allude em sua *Historia* o Padre José de Moraes.

**Divisão Judiciaria.**—Nesta Província existe uma *Relação*, tribunal superior de segunda instancia, cabeça daquelle Districto Judicial no Imperio, e a que estão subordinados os Juizes desta Província, e os das Provincias do Piauí, Grão-Pará, e do Amazonas.

A limitação das respectivas Comarcas cujo numero eleva-se a 13, foi feita de accordo com a legislação Provincial, o quanto foi possível.

#### MAPPA n. VI.

PROVINCIA DO PIAUHY.

O material de que lançamos mão nesta Província foi o seguinte:

1.º—Mappa geographica da Capitania do Piauí, e parte das do Maranhão e Grão-Pará, offerecido ao Governador Baltasar de Souza Botelho de Vasconcellos (*copia do Archivo Militar*).

2.º—Mappa geographica da Capitania do Piauí, e parte das do Maranhão e Grão-Pará, offerecido ao Illm. Exm. Sr. Governador Baltasar de Souza Botelho de Vasconcellos. Fixa o limite desta Província com a do Ceará no rio Timonha (*manuscripto*, pertencente ao Dr. A. J. de Mello Moraes).

He em escala menor que o precedente, e mostra ser mais antigo que o original do n. 1, que existe no Archivo Militar.

3.º—Carta geographica da Capitania do Piauí e das extremas das suas limitrophes, levantada em 1761 por Henrique Gaullicio (*Galluzi*), Capitão de engenheiros, correcta e acrescentada em 1809 por José Pedro Cesar de Menezes sob as vistas do Governador Carlos Cesar Burlamaqui (*copia do Archivo Militar*).

4.º—Carta topographica e administrativa da Província do Piauí, erigida sobre os documentos mais modernos pelo Visconde J. de Villiers de l'Isle Adam. Rio de Janeiro, 1830.

5.º—Carta geographica da Província de S. José de Piauí, organizada segundo as cartas manuscritas de José Pedro Cesar de Menezes e Mathias José da Silva Pereira, por Joseph Schwarzmann e o Cavalheiro de Martins Munich, 1828.

6.º—Mappa de Parnaguá, levantado em 1818 por Manoel Fernandes Alvares (*manuscripto*, pertencente ao Tenente Coronel Pedro Torquato Xavier de Brito).

7.º—Plantas topographicas do delta do rio Parnahyba por Simplicio Dias da Silva (1809), Ignacio Agostinho Jauffret (1853), e David Moreira Caldas (1867).

8.º—Carta topographica da Freguezia de Marvão levantada em 1831 por Pedro Cronenberg, Tenente do Imperial Corpo de Engenheiros (*copia do Archivo Militar*).

9.º—Planta da cidade Therezina do anno de 1860 (*manuscripto*).

Aceresentada e rectificada por David Moreira Caldas em 1867.

10.—Os Mappas ns. 6, 8, 9, 16 e 19 contemplados no artigo da precedente Província.

Além deste material, dos *Relatorios* da Presidencia da Província, e de algumas obras já notadas no artigo da Província do Maranhão, consultamos na *Revista do Instituto historico e geographico*:

1.º—*Memorias relativas das Capitânicas do Piauí e Maranhão*, por Francisco Xavier Machado.

2.º—*Roteiro para seguir a melhor estrada da Maranhão para a Corte do Rio de Janeiro*, feito em 1810 por José Pedro Cesar de Menezes.

3.º—*Roteiro das Capitânicas do Pará, Maranhão, Piauí, Pernambuco e Bahia pelos caminhos e rios interiores*, por Manoel José de Oliveira Bastos.

4.º—*Memoria chronologica, historica e corographica da Província do Piauí*, por José Martins Pereira de Alencastre.

E no *relatorio* do Ministerio do Imperio de 1854, a:

5.º—*Exploração do rio Parnahyba em*

1854, pelo Engenheiro João Nunes de Campos.

6.º—*Historia do Brazil* por Francisco Solano Constanção.

7.º—*Synopsis ou deducção chronologica dos factos mais notaveis do Imperio do Brazil* pelo General José Ignacio de Abreu Lima.

**Limites.**—A posição astronomica desta Província he a seguinte:

A latitude he toda austral, e o territorio da Província fica encerrado entre 2º e 45º e 11º e 40'. A longitude comprehende 3º e 5' oriental, e 5º e 30' occidental.

A sua maior extensão de Norte a Sul he de 210 leguas, do Pontal da Ilha Grande às nascentes do rio Parnahyba, e de Leste a Oeste de 78 leguas desde a foz do rio Urussuby-assu no rio Parnahyba a serra dos Dous Irmãos, proximo às nascentes do rio Piauí.

Confina ao Norte com o Oceano Atlantico, ao Sul com as Provincias da Bahia e de Goyaz, a Leste com as do Ceará e de Pernambuco, e a Oeste com a do Maranhão.

A linha divisoria com a Província do Maranhão he o rio Parnahyba desde a sua foz até as nascentes, em virtude da legislação prenotada no artigo relativo aquella Província; com a do Ceará he actualmente o correio ou igarapé Igarassu ou Igarassu, que se lança no braço mais oriental do rio Parnahyba, chamado tambem Igarassu a Serra Grande ou Ybiapaba, pela Provisão, Decreto ou Alvará do reinado de D. João V, eitado pelo Padre José de Moraes na sua *Historia da Companhia de Jesus* liv. 1 cap. 1 pag. 15 fixando esse limite em 3º e 15'; cuja serra com diferentes denominações, Serra Grande, Vermelha, dos Dous Irmãos, e do Piauí circunda o territorio desta Província, e o limita tambem com Pernambuco, e actualmente com a Província da Bahia, visto como o territorio desta ultima Província ao Oeste do rio de S. Francisco pertencia outrora a de Pernambuco.

Como já dissemos no art. da ultima Província, suspeitamos que o Alvará, Decreto ou Provisão do Conselho Ultramarino a que allude o Padre José de Moraes, he provavelmente do anno de 1718, ou pouco antes, quando o territorio do Piauí foi organizado em Capitania, como governo subalterno dependente da do Maranhão; ligando-se o territorio proximo ao litoral com o do sertão, povoado por emigrantes da Bahia, o que só veio a verificar-se em 1758, depois da criação da villa da Mocha, e quando apresentou-se o primeiro Governador João Pereira Caldas.

Aquelle sertão como todo o territorio ao Oeste do Rio de S. Francisco, era na epocha conhecido pela denominação de—*Sertão de Rodellas*.

Como a Província de Goyaz os limites estão naserra do Duro, grande contraforte que liga a serra da Ybiapaba com a Taguatinga e Mangabeiras. Esses limites não foram determinados por lei alguma. Ha mais de cem annos que estão admitidos sem que ainda estejam demarcadas as linhas divisorias.

Henrique Antonio Galluzi, Engenheiro e geographo, foi o primeiro que levantou a Carta topographica desta Província, e fixa estes limites na Carta que traçou; assim como deu pela costa o rio Timonha como a divisa desta Província com a do Ceará.

Era este mesmo rio Timonha que extremava a parte do Ceará que dependia do Maranhão, da do Piauí, antes da organização desta Província em Capitania, de que dá testemunho, entre outros documentos, a Carta Régia de 8 de Janeiro de 1697, mandando fundar um Hospicio no Ceará para os Padres da Companhia de Jesus, e distribuindo terras pelos Indios da barra do rio Aracaty-mirim até a do Themonha (*Timonha*), justamente onde se conservou o limite entre os dous Governos de Pernambuco e do Maranhão pelo Alvará, Decreto, Carta Régia ou Provisão do Conselho Ultramarino do anno de 1718.

A falta deste documento priva a geographia do Paiz, de um importante esclarecimento sobre esta materia.

O ex-Presidente desta Província Dr. Adelino Antonio de Luna Freire no *Relatorio* de 1867 communicou a respectiva Assembléa Provincial, que havia encarregado do levantamento de uma *Carta corographica* da mesma Província a David Moreira Caldas, pessoa mui habilitada, onde naturalmente serão traçadas as linhas divisorias a que se julga com direito o Piauí, mas por ora esse trabalho ainda não he conhecido.

Com a Província do Ceará não são somente as questões pela linha do Timonha, outras existem na Comarca do Principe Imperial pelo lado da Serra dos Côcos, e que o mesmo ex-Presidente desenvolve no artigo—*Limites* do mencionado *Relatorio*, que aqui exaramos:

« Eis uma questão que muito tem preocupado a attenção daquelles que se interessam pela Província, mas que continúa sem a precisa solução.

« Julgo de urgente necessidade que representei a Assembléa Geral sobre os nossos limites com o Ceará, não só pelo lado da Parnahyba, como pelo da Comarca de Principe Imperial.

« A respeito do direito, que tem o Piauí a costa que decorre desde a Amarração até a margem esquerda do Timonha ou Timonha, me refiro aos argumentos adduzidos pelo meu antecessor em seu *Relatorio* apresentado no anno de 1864, para que chamamos vossa attenção, assim como para o importante discurso proferido pelo Sr. conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá na sessão de 30 de Maio do mesmo anno, em que vosso illustre comprouviano trata magistralmente dessa materia.

« Quanto a questão que temos com o Ceará pelo que toca ao Principe Imperial, teris noticia minuciosa na seguinte informação que ministrou-me o digno vigário Antonio Cavalcanti de Macedo Albuquerque no officio e documentos que para aqui transcrevi integralmente.

« Tenho a honra de responder ao officio de V. Ex. de 6 do Novembro proximo findo, hoje recebido, em que ordena-me, que com urgencia informe se os limites desta freguezia tem sido respeitadas pelas autoridades da provincia do Ceará, levando ao conhecimento de V. Ex. quanto a respeito se ha passado.

« Exm. Sr., esta freguezia e a da Independencia, desmembradas da de Marvão, bem como esta (a de Marvão) não tem sido respeitadas em seus limites, nem pelas autoridades civis, nem ecclesiasticas das freguezias de S. Gonçalo da Serra dos Côcos e Tamboril da provincia do Ceará, e isto de longa data até o presente, visto como de vez em quando se vão apressando daquelles sitios para onde são chamados por seus habitantes, como passo a demonstrar.

« A freguezia de Marvão, donde foi esta desmembrada, e desta a de Independencia, foi criada por Provisão de 27 de Novembro de 1742, que lhe deu por limites toda a ribeira do Carateus, como verá V. Ex. do documento junto; e no mesmo documento vê-se ainda um provimento passado em 2 de Fevereiro de 1745 pelo vis-tador Francisco Rodrigues Fontes, confirmando tudo aquilo de que trata a citada Provisão; e o Decreto de 6 de Julho de 1832 erigindo esta freguezia em villa, dá-lhe por limites todo o districto da ribeira do Carateus, por consequencia todas as aguas, que banhão a dita ribeira, e engrossando o seu curso dão o nome ao rio Puty, tributario do Parnahyba, pertencem de direito, a esta freguezia; mas não he isso que se vê.

« A distancia da sede da freguezia, que então era em Marvão, muito influio para que os vigários da freguezia de S. Gonçalo da Serra dos Côcos se fossem successivamente apressando do territorio desta freguezia, pelo lado do Norte, porque não vinho todos os annos o vigário de Marvão fazer a descoberta, acontecendo que aproximando-se desta o vigário de S. Gonçalo, os povos que cercado do pasto espirital, a elle recorriam, convidando-o para vir levantar altar em suas casas, ao que facilmente elle annuia.

« A maneira rigorosa, com que sempre tem se cobrado os dízimos nesta Província, tem sido outra causa, que já passa por costume, e tem chegado a tal ponto que hoje basta um individuo ter qualquer quigila, passa-se immediatamente para as freguezias do S. Gonçalo ou Tamboril, chamando os seus parochos para os desobrigarem como acontecem com Manoel de Souza Lima, que sendo morador e herdeiro de uma posse de terra, que contém com outros em uma legua que existe na fazenda Boa-Vista, tendo certa quigila, erigiu uma casa áquella da dita fazenda, e causa de duzentas braças, chamou o parcho de S. Gonçalo e constituiu-se seu parochiano, ficando os mais herdeiros como parochianos desta freguezia, sendo que esse novo sitio fica entre Boa-Vista e esta villa!

« Ha uns seis ou oito annos foi á praça nesta villa a fazenda Irapuá de baixo, que sempre foi desta freguezia, pertencente a casa do finado Sebastião Ribeiro de Mollo, para pagamento de dízimos á administração da fazenda desta provincia: o tenente-coronel Luiz Teixeira apresentando-a; logo situou-a, e fez da freguezia de S. Gonçalo, hoje do Tamboril, e assim havendo decorrido tantos annos as freguezias de Marvão, a esta e a da Independencia tem sido usurpados mais do cem sitios e fazendas.

Eis o que diz o Decreto de 6 de Julho de 1832 no art. 3:

« He igualmente ereta a notavel povoação de Piranhas, em villa do Principe Imperial, e freguezia do Bom Jesus do Bomfim; ficando desmembrada da de Marvão, todo o districto, até agora pertencente á ribeira de Carateus, de que se formará a nova parochia.

Este documento parece-nos decisivo em favor do Piauí, e não pôde ser invalidado pelas invasões notadas.

O *Relatorio* da mesma Presidencia de 1864, a que se refere o art. que acima copiamos, adduz em pró da fronteira do rio Timonha os fundamentos já notados neste artigo, reportando-se a *Memoria* de Pereira de Alencastre, e insistindo na necessidade de uma fixação de limites que dê a esta Província mais avantajado litoral, pois o que tem não excede de cinco leguas, e não se presta a um porto, como já havia representado a Assembléa Provincial de 1835.

No final do artigo diz ainda aquelle expresidente.

« Tambem não são respeitadas nossos limites na Comarca de Parnaguá com as Provincias da Bahia, Goyaz e Maranhão. O Vigário respectivo, a quem me dirigi por duas vezes, me não deu a esse respeito as informações exigidas.

Ignoramos quaes sejam as pretensões desta Província em relação a Bahia e Goyaz, mas quanto a do Maranhão sendo tão clara e natural a linha divisoria, já consagrada no Dec. n. 773—de 23 de Agosto de 1854, facilmente poderão terminar os conflictos, por mutua intelligencia dos Presidentes das duas Provincias, não se reproduzindo as invasões criminosas.

Mas forçoso he dizer-lo, esta Província já pretendeu traçar a linha divisoria com o Maranhão pela barra da Tutoya, como se vê na Portaria de 5 de Julho de 1825 (*Coll. Nabuco*); declarando o Governo, que por então não teria lugar a annexação da barra da Tutoya, ficando reservada a decisão de semelhante assumpto para quando se tratasse do *Regulamento geral dos limites de todas as Provincias do Imperio*; em que por ora ainda não se euidou: por tanto se ha invasões, não tem partido da da Província do Maranhão, sempre respeitadora do direito de suas vizinhas.

Já houve um escriptor tão entusiasta dos interesses do Piauí, que não duvidou escrever e assegurar, que o rio Parnahyba, era todo do Piauí, por isso que *tudo o mundo sabia* que as ilhas que parão pelo leito desse rio pertencem ao Piauí, por quanto o *rio era dessa Província*, visto como nasce em seu territorio e por elle corre mais de trinta leguas (*o que não prova*), e he em grande parte formado por confluente do Piauí, cujos limites chegarão outrora ao Tocantins (*o que tambem não prova, e nem poderia fazer-lo*).

Com razões desta ordem ficariam mais que justificadas quaesquer annexações do velho e novo Mundo.

**Divisão Judiciaria.**—Esta Província, quanto ao Judicial, depende da Relação do Maranhão; e conta hoje 11 Comarcas, com a novamente creada, denominada de Valença, comprehendendo os Municipios, ou Termos

de Valença e de Marvão (Lei Provincial n. 92—de 6 de Agosto de 1866).

Pelo que respeita aos limites das mesmas Comarcas, referimo-nos ao que sobre esta materia dissemos no artigo da Província do Amazonas. Não podemos assegurar a exactidão das divisões, mas, e tão somente, quanto ao grupamento dos respectivos Municipios e Parochias sob determinada cor. He trabalho que depende de mais atturado estudo, e até certo ponto infructifero, pelas alterações e continuas divisões de Comarcas, que fazem as Assembléas Provincias.

#### Provincias orientaes.

#### MAPPA n. VII.

PROVINCIA DO CEARÁ.

O material relativo a esta Província que podemos consultar foi o seguinte:

1.º—Carta da Capitania do Ceará levantada por ordem do Governador Manoel Ignacio de Sampaio, por seu Ajudante de ordens Antonio José da Silva Paulet em 1817. Contem uma planta do porto e cidade da Fortaleza (*manuscripto*, pertencente ao Dr. A. J. de Mello Moraes).

Importante.

2.º—Carta geographica e hydrographica da Capitania do Ceará, levantada em 1816 por Antonio José da Silva Paulet, Tenente Coronel do Real Corpo de Engenheiros (*manuscripto*, pertencente ao Dr. A. J. de Mello Moraes, de graduação inferior a da precedente).

3.º—Carta geographica do Ceará, organizada segundo uma carta manuscripta levantada em 1817 por ordem do Governador Manoel Ignacio de Sampaio, por Antonio José da Silva Paulet, e as observações e cartas maritimas do Barão de Roussin, por José Schwarzmann e o Cavalheiro de Martins Munich, 1831.

Contem uma planta do porto e da cidade da Fortaleza.

4.º—Carta corographica dedicada a S. M. o Imperador o Sr. D. Pedro II contendo as Provincias de Alagoas, Pernambuco, Parnahyba, Rio Grande do Norte e Ceará, arranjada sobre os trabalhos existentes, e esclarecimentos mais exactos feitos desde 1810 pelo Coronel de Engenheiros Conrado Jacob de Niemeyer, sendo ultimamente auxiliado pelo 1º Tenente de Artilharia Marcos Pereira de Sales. Rio de Janeiro, em 1843.

5.º—Carta topographica e administrativa da Província do Ceará, etc. pelo Visconde J. de Villiers de l'Isle Adam. Rio de Janeiro, 1850.

6.º—Carta topographica da Província do Ceará, levantada segundo os trabalhos de Paulet, Conrado, Theberg, e Macedo, e conforme as notas e esclarecimentos obtidos nos proprios lugares em diferentes pontos da Província, por A. J. Brazil, 1866 (*manuscripto*, pertencente ao Conselheiro Fausto Augusto de Aguiar).

7.º—Mappa topographica da Comarca do Crato, Província do Ceará, indicando a possibilidade de um canal tirado do rio de S. Francisco no lugar da villa da Boa-Vista para communicar com o rio Jaguaribe, riacho dos Porcos, rio Salgado, e figurando a planta de uma estrada para o Ico, e a tapagem do Boqueirão no rio Salgado, por Marcos Antonio de Macedo. Rio de Janeiro, 1848.

8.º—Planta topographica da cidade da Fortaleza, capital do Ceará, levantada e organizada em 1863 pelo Engenheiro da Província e architecto da Camara Municipal Adolpho Herberster (*manuscripto*).

9.º—Mappa da costa oriental da America do Sul (*Brazil*), desde as ilhas de S. João até a foz do Mossoró, extrahido das explorações Francezas em 1862, e Brasileiras em 1857 a 1859, e novas correções. Publicadas por ordem do Almirante. Londres, 1866.

10.—Carta derroteira da costa do Brazil da foz do Amazonas ao Ceará (*ponta de Mocuripe*), levantada segundo os documentos existentes no Deposito de cartas e plantas maritimas, e observações feitas a bordo do *D'Entrecasteaux*, por Mr. Er. Mouchez, em 1862. Paris, 1864.

11.—Carta derroteira da costa do Brazil, do Ceará á Bahia (*ponta Mutá e bahia de Camamu*), levantada segundo os documentos existentes no Deposito de cartas e plantas maritimas, e observações feitas a bordo do *D'Entrecasteaux*, por Mr. Er. Mouchez, Paris, 1863.

12.—Plano do porto do Ceará, segundo um esboço de Mr. Elissade, e um plano Brasileiro, por Mr. Er. Mouchez. Paris, 1863.

A este material eumpre additar, além dos *Relatorios* da Presidencia da Província, as seguintes obras:

1.º—*Novo Orbe Seraphico Brasileiro, ou Chronica dos Frades menores da Província do Brazil*, por Fr. Antonio de Santa Maria Jaboatam, t. 8 estancia 13.

2.º—*Memoria sobre a Capitania do Ceará, escripta de ordem superior*, pelo Sargento-mór João da Silva Feijó, naturalista encarregado por S. A. R. das investigações philosophicas da mesma Capitania (no *jornal Patriota* n. 1 do tomo 3, anno de 1814).

3.º—*Memorias historicas do Rio de Janeiro*, etc. por Monsenhor Pizarro, t. 8 cap. 2 art.—*Ceará*.

4.º—*Historia do Brazil*, por F. S. Constanção.

5.º—*Viagem ao interior do Brazil, principalmente nas Provincias septentrionaes, nos districtos arriíferos e diamantinos, durante os annos de 1836 á 1841*, por Jorge Gardner.

6.º—*Roteiro da costa do Norte do Brazil, desde o cubo de S. Agostinho até a cidade do Pará, etc.*, por Joaquim Duarte de Souza e Aguiar.

7.º—*Diccionario topographico e estatistico da Província do Ceará*, e bem assim o *Ensaio estatistico sobre a mesma Província*, etc., pelo Senador Thomaz Pompêo de Souza Brazil.

**Limites.**—A posição astronomica desta Província he a seguinte:

Latitude meridional entre 2º 45', e 7º 11'. A longitude toda oriental do meridiano adoptado demora entre 1º 55' e 6º 25'.

A sua maior extensão de Norte a Sul he 106 leguas da ponta de Jericoacará a serra Arapei na Comarca do Jardim proxima á povoação de Correntes, e de Leste a Oeste 90 leguas do alto da serra do Apody a da Ybiapaba proxima às nascentes do Rio Ubaituba. A costa tem 116 de extensão.

São confinantes desta Província: pelo Norte e Nordeste o Oceano Atlantico, pelo Sul as Provincias da Parahyba e de Pernambuco, por Leste a do Rio Grande do Norte, e pelo Oeste a do Piauí.

O territorio desta Província primitivamente dependia dos dous Governos de Pernambuco, e do Maranhão, mas pela organização da Capitania do Piauí no comego do seculo passado, em 1718, pouco mais ou menos, por um Decreto, Alvará, ou Provisão do Conselho Ultramarino, na latitude de 3º e 15' Sul, segundo o Padre José de Moraes, passou para Pernambuco, o territorio do Ceará, que dependia do Maranhão além daquella latitude; ficando para este Governo, o sertão do Piauí, povoado de emigrantes da Bahia, naquelle tempo subordinado a essa Capitania e ao Bispo de Pernambuco.

O que se acha de accordo com o que escreve Jaboatam no seu *Novo Orbe Seraphico Brasileiro*, estancia 13, ainda que este fixe a latitude em 2º 15', e a nosso ver com mais acerto.

Dessa epocha á 1799 foi o Ceará governado por Capitães-môres, até que por Carta Régia de 17 de Janeiro desse anno ficou inteiramente desligado de Pernambuco, constituindo governo independente. Mas nem da Provisão do Conselho Ultramarino, e nem da Carta Régia conhecemos a integra.

Portanto os limites desta Província, mantem-se pelo costume e tradição, ajudados da posse, do proveitoso *uti possidetis*.

Pelo lado do Piauí existem as difficuldades apontadas no artigo daquella Província, com a do Rio Grande do Norte surgem ontras de identica importancia. Não sendo muito pronunciada, e clara, a divisa da serra e chapada de Apody; os conflictos entre confinantes não são raros.

« Não pude descobrir, diz o Senador Pompêo no *Ensaio Estatístico* nota, a Carta Régia, que marcou os limites da antiga Capitania do Ceará, os quaes tem sido contestados de longa data pela do Rio Grande, mas extremas entre as freguezias do Pereira (*Ceará*) e do Pão Fero (*Rio Grande*); e pelo Piauí na linha divisoria da Serra de Ybiapaba.

E mais adiante no final da nota contes-tando as apreensões da Província do Piauí expressa-se d'esta sorte.

« No livro do registro das Ordens Regias existentes na secretaria do Governo achase a Carta Régia de 24 de Outubro de 1791 de D. João V, determinando que as aldeias de Ybiapaba se não desanexassem da Capitania de Pernambuco, como tinha pedido o Governador do Maranhão, e sim continuassem a pertencer aquella como dantes.

E relativamente as do Rio Grande do Norte, que hoje alcança a foz do rio Apody, denominada Mossoró, diz:

« Quanto a contestação de limites com o Rio Grande achei um officio de data de 1 de Outubro de 1802 do Governador Bernardo Manoel de Vasconcellos ao Capitão General de Pernambuco, queixando-se das violencias praticadas pela Camara de Porto Alegre (*Rio Grande*) que repellira a Justica do Ico (*Ceará*) da serra do Ceará.

« Allega o mesmo Governador não só a posse antiquissima da Capitania na dita serra, como ter sido sempre estabelecida a linha divisoria das duas Capitânicas pela vertente das aguas. Liv. XII dos *Registros da Thesouraria* pag. 38.

Não havendo legislação descriminando os limites desta Província com suas contereaneas Piauí, Pernambuco, Parahyba e Rio Grande do Norte, entendemos que não nos deviamos afastar da *Carta geographica e hydrographica* desta Província levantada em 1816, pelo engenheiro Antonio José da Silva Paulet, maxime a de n. 2, que integralmente reproduzimos no nosso trabalho, fazendo os additamentos que comportavam á situação presente da Província.

O facto do levantamento dessa Carta naquella epocha (assim como as explorações do naturalista João da Silva Feijó), além de demonstrar o interesse da Metropole por aquelle territorio, tinha por fim dar solução aos conflictos que foram occorrendo com a sua organização em Capitania, solução que nunca mais tiveram.

A linha divisoria traçada por Paulet e adoptada por todos os Geographos subsequentes, tem sido aceita pelas provincias de Pernambuco, e da Parahyba, e he assim descriminada pelo mesmo Senador Pompêo no seu tão importante *Ensaio Estatístico*:

« 1.—Os limites officiaes, tanto pelo lado do Poente como o Piauí, como pelo lado do Sueste com o Rio Grande do Norte, são contestados por falta de uma



linha exacta, que os regule; entretanto os naturaes, sobre os quaes se funda a divisão official, e confirmam uma posse antiquissima, são as seguintes:

« Ao ESE a costa do Oceano que decorre na direcção absoluta para ONO, desde o Mossoró até o delta do Parahyba, isto he, a barra do Igarassú; ao O e SO o ribeiro Igarassú, que faz barra no braço mais oriental do Parahyba até a extensa cordilheira da Ibiapaba, a qual começando perto da costa de NO onde se diz Timonha, 11 leguas á leste do Igarassú, se vai estendendo por uma curva para SSE, separando esta Provincia da do Piahy até os Carrys Novos (Crua) ao 70 pouco mais ou menos, na serra do Araripe, com a extensão approximada de 130 leguas; e ao SSE a ramificação do Araripe, que corre de ONO á ESE formando um angulo obtuso até a distancia de 35 leguas, em que termina repentinamente; e seguindo uma lombada baixa pelo 70 e 11' de latitude mais ou menos até 16 leguas, de Oeste a Este, na extrema com Pernambuco.

« 2.ª—Esta raia das extremas do Ceará com Pernambuco póde contar de 45 a 30 leguas; uma linha tirada da extremidade desta na direcção do NNE, sobre uma lombada, que vai formando as serras da Piedade e Luiz Gomes, a separa da Parahyba por uma extensão de perto de 30 leguas, e seguindo a mesma direcção pelas serras do Camará e S. Sebastião, e por um dilatado platô deserto e coberto de matos carraquinhos e espinhosos, chamado *Catinga de Góes*, serra e piedade do Apody até o Mossoró 2 leguas acima da sua foz, completa os limites desta Provincia com a do Rio Grande do Norte por uma extensão de 60 á 70 leguas. De sorte que todo o desenvolvimento das fronteiras da Provincia apresenta uma linha de perto de 400 leguas.

**Divisão Judiciaria.** Esta Provincia depende quanto ao Judicial da Relação de Pernambuco.

Os limites das respectivas Comarcas, cujo numero, actualmente se eleva á 12, estão nas mesmas condições que os das Comarcas das Provincias precedentes; em razão das alterações havidas, ainda que procurassemos não nos afastar dos limites que aponta o mesmo Senador na obra supra citada.

No mappa que ora apresentamos cumpre dar um desconto de 25' para Leste nos grãos de longitude, por um engano que houve em traça-los, falta que já se acha reparada nos outros exemplares tendo-se gravado de novo este mappa.

## MAPPA n. VIII.

### PROVINCIA DO RIO GRANDE DO NORTE.

Esta Provincia he mui deficiente em trabalhos topographicos; e por mais que procurassemos descobri-los, apenas podemos collier os seguintes:

1.ª—Mappa topographico da Capitania do Rio Grande do Norte, offerecido pelo actual Governador José Ignacio Borges, e desenhado por Honorato J. Rodrigo da Natividade em 10 de Agosto de 1819 (*manuscripto*, pertencente ao Dr. A. J. de Mello Moraes).

Contem uma planta da cidade do Natal.

2.ª—Carta corographica contendo as Provincias de Alagoas, Pernambuco, Parahyba, Rio Grande do Norte, e Ceará etc. por Conrado Jacob de Niemeyer e Marcos Pereira de Sales. Rio de Janeiro, 1843.

3.ª—Carta topographica e administrativa da Provincia do Rio Grande do Norte, Parahyba, etc. pelo Visconde J. de Villiers de l'Isle Adam. Rio de Janeiro, 1848.

4.ª—Carta do Canal de S. Roque, e da costa comprehendida entre o cabo de S. Roque e o cabo Tubarão, por Vital de Oliveira da Marinha Brasileira: copiado por Mr. Er. Mouchez, com a redução das sondas á metros. Paris, 1864.

5.ª—Planta da cidade do Natal, capital da Provincia do Rio Grande do Norte, por Gustavo Luiz Guilherme Dodt. 1864 (*manuscripta*).

Fôra destes auxilios, e dos *Relatorios* da Presidencia da Provincia, nos utilisamos das seguintes obras:

1.ª *Novo Orbe Seraphico Brazilico ou Chronica dos Frades menores da Provincia do Brazil*, por Fr. Antonio de S. Maria Jabotam, t. 1 Estancia 12.

2.ª *Memorias historicas etc.* por Monsenhor Pizarro, cap. 2 art. 3.

3.ª *Memorias sobre o sertão do Apody*, pelo Padre Joaquim José Pereira.

4.ª *Viagem ao Norte do Brazil*, etc. por H. Koster.

5.ª *Historia do Brazil*, por Francisco Solano Constancio.

6.ª *Memorias historicas da provincia de Pernambuco*, etc. por José Bernardo Fernandes Gama.

**Limites.**—Esta Provincia confina ao Norte e Leste com o Oceano Atlantico, ao Sul com a Provincia da Parahyba pelo rio Guajú, e serra de Luiz Gomes, á Oeste e Noroeste com a do Ceará pela barra do rio Apody denominada *Mossoró*, até duas leguas acima, as serras do Apody e do Camará.

A sua posição astronomica he a seguinte: A latitude toda austral fica entre 4° e 54' e 6° e 28'. A longitude he toda oriental do meridiano adoptado, e fica entre 52° 22' e 80° e 18'.

A maior extensão desta Provincia de Norte a Sul he de 40 leguas, da ponta da Redondinha á margem esquerda do rio Crumatahi; e de Leste á Oeste 56 leguas dos Marcos á serra do Camará; contando 70 leguas de costa pouco mais ou menos.

Os limites que acima ficão apontados são os que no geral são conhecidos; mas nem suas divisas são claras, naturaes, e incontestadas, como nunca forão demar-

cadadas. Ha uma tal obscuridade, cujas trevas não nos he possivel de todo espancar.

Eis o que podemos collier dos nossos estudos.

A provincia do Rio-Grande do Norte já he celebre na nossa historia por ter sido o seu territorio o primeiro do Brazil onde os Europeos aportaram commandados pelo Hespanhol Alonso de Hojeda, e guiados pelo famoso piloto Florentino, Americo Vesputio, em 1499.

Teve este pequeno territorio tambem a gloria de haver dado o berço ao legendario *Potygua*, denominado *Poty*, mas conhecido em nossa historia por D. Antonio Felipe Camará; á seu irmão Jacatua, o braço direito de Martim Soares Moreno, na conquista e colonisação do Ceará; e a seu thio *Jaguary*, um dos mais bellos typos de fidelidade e dedicação patrias, que nos apresenta a historia da humanidade.

Sem a pacificação dessa poderosa e valente tribo, provocada e consummada pelos Missionarios da Companhia de Jesus, maxime o Padre Francisco Pinto, pelos mesmos Potyguáras, cognominado o Senhor da Chuva (*Amanayára*), o norte do Imperio talvez hoje não fizesse parte do Brazil, nem mesmo se teria podido arrancar aos Holandezes a sua conquista no seculo XVII.

O territorio que constitue hoje a Provincia do Rio-Grande do Norte, melhor denominado *Potygua*, fazia parte da grande doação do historiador João de Barros, que nem por si, nem por seus herdeiros pôde jámais conquistar e povoar.

Revertendo á Corôa foi encarregado desse desempenho Manoel de Mascarenhas Homem, Capitão-mór de Pernambuco, o qual depois de muito lutar na ultima decada do seculo XVI, conseguiu a pacificação de toda a tribo ou nação *Potygua* até o rio Jaguaribe em 1597, começando pelo Principal *Sorobabé* provavelmente o pai de Poty e de Jacatua.

Paz, que o seu successor no governo da nova Colonia Jeronymo de Albuquerque, soube consolidar, fundando ou mantendo a cidade do Natal, proxima ao fortim, onde se achava, em 25 de Dezembro de 1599, mediante o auxilio dos Padres da mesma Corporação, como já havia acontecido com seu predecessor, resultando deste facto a cathequese e baptismo de toda a tribo e dos seus *Principaes*, com especialidade o poderoso *Poty*, que se realizou na sua propria aldeia, situada á margem direita do rio Poty, assim como o seu casamento catholico, com uma de suas antigas mulheres, que escolheu, no domingo da quinquagesima de 1612, presidindo a cerimonia os Padres Diogo Nunes e Gaspar de S. Peres, Jesuitas (*Historia da Companhia de Jesus na extincta provincia do Maranhão e Pará*, pelo Padre José de Moraes, liv. 1 cap. 11).

No intervallo de 1612 á 1654 no fim da guerra com os Holandezes, he a historia deste territorio pouco conhecida. Sabe-se que a metropole para favorecer a colonisação de parte delle, nomeou por donatario a Manoel Jordão, que fallecendo sem successo, voltou tudo ao dominio da Corôa; e em 1663 voltou a funcionar os Capitães-môres, com sujeição ao governo da Bahia, sendo a historia muda quanto á extensão e limites do territorio que administravam (*Catalogo dos Capitães-môres e Governadores da Capitania do Rio-Grande do Norte*, organizado e anotado pelo Dr. Antonio Gonçalves Dias).

Em 1689 he este territorio, parece que com o mesmo proposito da colonisação, elevado a *Condado*, sendo seu titular, Lopo Furtado de Mendonça, que aliás tambem nada levou á effeito com aquelle intuito; e o regimen dos Capitães-môres, dependente do governo de Bahia, continuou até 1701, em que por Carta Régia de 11 de Janeiro, passou esta Capitania, não obstante a repugnancia declarada dos habitantes, á ficar subordinada á Capitania Geral de Pernambuco.

Manteve-se o Rio Grande do Norte nessa dependencia, até 20 de Março de 1817, em que o Capitão-mór ou Governador José Ignacio Borges, por motivo dos acontecimentos do Recife de 6 do mesmo mez, desligou-a *motu proprio* daquella sujeição, em officio daquella data, que dirigio á Camara da cidade do Natal, e que aqui reproduzimos:

« Havendo os funestos e detestaveis acontecimentos que tiverão lugar na villa de S. Antonio do Recife na tarde do dia 6, desligado esta Capitania da condicção de subalterna, em que estava, ao Governo daquella, como já fiz certo pelo meu edital de 13, leãoo determinado estabelecer no porto desta cidade, em conformidade da Carta Régia de 28 de Janeiro de 1808, e Decreto de 18 de Junho de 1814, uma alfândega, etc.

Parece que este acto dictatorial foi applaudido e approved pelo Governo Real, em vista dos resultados do facto consummado; notando-se que no anno seguinte para se completar a independencia da Capitania, foi no Judicial desligada da Comarca da Parahyba por Alvará de 18 de Março de 1818, constituindo nova Comarca, com limites que, diz o Alvará, se achavão designados para a Capitania, os quaes infelizmente ainda hoje não estão definidos e aclarados; não dando o mesmo Alvará luz alguma quanto a taes limites, como se vê da sua integra, que aqui exaramos:

« Eu El-Rey faço saber aos que este Alvará virem, que tomando em consideração os graves prejuizos que ao meu real serviço, ao interesse e segurança publica, e á boa administração da Justiça necessariamente resultão de se achar a Capitania do Rio Grande do Norte aneja á Comarca da Parahyba; por não ser praticavel que hum só Ministro, a quem he sumamente custoso cumprir bem a Comarca da Parahyba pela sua grande extensão, tenha juntamente á seu cargo aquella Capitania, que

tambem abrange hum vasto e dilatado territorio, e possa fazer nella, nos competentes tempos na forma devida, as correções tão necessarias para se manter, pela influencia saudavel da autoridade e abrigo das leis, a segura fruição dos direitos pessoas e reaes dos seus habitantes; e querendo dar as providencias proprias para que possão os habitantes da mesma Capitania gozar dos vantajoos proveitos de hum vigilante policia o exacta administração da Justiça, evitando-se as discordes e perigosas consequencias da impunidade dos crimes, tão frequentes em lugares administrados por Juizes leigos, quando não são advertidos nas annuaes correções; hei por bem determinar o seguinte:

« 1.ª A Capitania do Rio-Grande do Norte ficará desmembrada da Comarca da Parahyba, e formará huma Comarca separada, que sou servido crear com a denominação de Comarca do Rio-Grande do Norte, tendo por cabeça a cidade do Natal, os limites que se achão assignados para a mesma Capitania.

Em 1831 por Decreto de 25 de Outubro definiu-se a linha divisoria de uma parte da fronteira meridional da circumscripção da villa do Principe, donde resultou ficar para a Provincia da Parahyba toda a Parochia dos Patos, e parte do territorio que ficou comprehendida na Parochia do Cuité, da mesma Provincia da Parahyba; mas esta mesma divisão não tem indicações precisas, que possão auxiliar o trabalho do geographo.

Eis como se exprime esse Decreto:

« Art. 1.º A Villa nova do Principe da Provincia do Rio-Grande do Norte continuará na posse de todo o territorio que lhe foi assignado no acto de sua criação, em 31 de julho de 1788, ficando o territorio dentro dos limites da Comarca, e sujeitos os moradores nelle ao Governo Civil Militar e a Administração da Fazenda da sobredita Provincia, com exclusão porém de toda a Freguezia dos Patos, tal qual actualmente existe; e daquella parte da do Cuité, que sempre pertencera a Provincia da Parahyba, na qual ficão comprehendidas, tanto esta parte da do Cuité, como a dos Patos.

« art. 2.º Fica assim entendido o Alvará de 18 de Março de 1818.

Entre os *Relatorios* da Presidencia desta Provincia que consultamos, fracos esclarecimentos descobrimos sobre os respectivos limites, que aliás fomos encontrar no da Presidencia da Parahyba de 1838, cujos limites tambem erão ali ignorados, e a tal ponto que forcoso foi recorrer ás informações dos visinhos.

He curiosa essa confissão, e revela o nosso estado, não só nessa, como em outras Provincias do Imperio. Era Presidente o Conselheiro Henrique de Beaurepaire Rohan, e graças ao seu zelo, interesse pela geographia patria levantou-se uma carta de parte do territorio da Provincia da Parahyba, e obtivemos alguns dados sobre os limites dessa Provincia com a do Rio-Grande do Norte.

Aqui registramos esses esclarecimentos do artigo—*Limites Provinciais* do mencionado *Relatorio*:

« O que sabemos a respeito desta questão he apenas que a provincia da Parahyba he limitada a Norte pela do Rio-Grande do Norte; ao Sul pela de Pernambuco; a Leste pelo Oceano; e ao Oeste pela provincia do Ceará.

« Relativamente á linha divisoria, poucos são os pontos conhecidos. Na secretaria da Presidencia, notamos escriptamente encontrar á tal respeito, Pedros dos Reis, Presidentes de Pernambuco, do Rio-Grande do Norte, e do Ceará. O primeiro não respondeu que nada pôde collier de suas investigações; o segundo prestou-me os seguintes esclarecimentos:

« As duas Provincias dividem-se na litoral pela barra do rio Guajú, seguindo desde a linha divisoria os marcos de cima ao Riohão e ao Boqueirão, o deste ponto ao rio Calabouço, no municipio do S. Bento. Deste municipio segue a linha divisoria ao do Acary, que se define pela fazenda Boa-Vista, comprehendendo esta e as do Pé da Serra, Bico de Arara, Ermo, Riacho Fundo, Cobra, todo o saccão da serra do Boqueirão até a fazenda Tanques, na serra da Borborema (servindo esta de divisão), a serra das Queimadas até a Carneira, e as fazendas Quintos, Caraca, Pão dos Ferros, S. Bento e Sant'Anna.

« Deste municipio segue a linha divisoria para o do Principe, desgrahada, pela parte do Sul, na distancia do sete á dez leguas do municipio de Pombal, com quem confina; e pelo Pombal, em distancia de 7/12 leguas, além do rio Piranhas, confina com o Catolé do Rocha.

« A divisão das duas freguezias do Principe e Acary achou-se autorizada pelo decreto de 27 de Outubro de 1831, segundo o qual, diz a Camara Municipal da villa do Principe, que nenhuma dutila se offerece.

« Quanto ao municipio do Assu, corre a linha divisoria pela ponta da serra do João do Valle, no lugar que denomina—*Serra do Sipó*. Esta parte da serra do Sipó, segundo diz a Camara Municipal do Assu, pertence ao municipio do Catolé do Rocha, apesar de fazer parte do seu patrimonio, segundo uma escriptura de doação deste municipio segue a linha pelo Boente para o municipio do Apody, que se divide com o do Catolé do Rocha pelas fazendas—*Trincheiras* e *Macacão*—com uma distancia, pouco mais ou menos, de quatro leguas do Sul a Norte, com as fazendas Jatobá e Maingão, pertencentes ao referido municipio do Catolé. Do municipio do Apody segue a linha para o do Pão dos Ferros, correndo além da povoação da serra de Luiz Gomes meia legua mais ou menos: este municipio divide-se com o de Serra dessa provincia.

« São estas as informações que eu posso levar ao conhecimento de V. Ex., collididas de diversos officios das Camaras Municipaes desta provincia, em satisfação dos requisitos, que para o mesmo fim lhes forão feitas pela Presidencia por officio de 12 de Dezembro de 1833, devo observar a V. Ex. que estas informações sobre os limites das duas Provincias, como seião na maxima parte fiéis das tradições do passado, talvez não seião muito exactas e seguras. O que á semelhante respeito ha de certo, lê-se na Lei de 25 de Outubro de 1831.

« O Sr. Presidente do Ceará ainda me não respondeu. » (*Relatorio da Presidencia da Parahyba*, de 1838).

Entretanto não se passarão muitos annos, e novos conflictos apparecerão, sem que até hoje tenham tido a menor solução, vindo o adiamento sem termo, matar as esperanças dos que não gosão do *uti possidetis*.

Eis o que diz o *Relatorio* da Provincia de 1861:

« *Questão de limites.*—Em Maio do anno passado constou-me particular e depois officalmente que o subdelegado de policia da Bahia da Tralção (*Provincia da Provincia*) invadira com força armada o territorio desta Provincia no lugar denominado—*Marcos*, onde ficava uma prisão, immediatamente exigiu o esclarecimento preciso, o solicitei do Exm. Presidente da Parahyba as necessarias providencias, que se derão, sendo logo demittido o agente policial que ordenára a sobredita prisão.

« Pouco depois representou-me contra as autoridades judiciaes do termo de Mamanguape que pretendião exercer actos de jurisdicção no lugar—*Marcos*.

« Tratou então de exigir informações sobre a questão de limites que suscitava-se entre esta e a provincia da Parahyba no referido lugar.

« Com todos os dados que pude colher officiai ao respectivo Presidente pedindo-lhe que desu parte procedesse ao exame preciso para adoptar-se o alvitre mais prudente e justo, evitando conflictos perigosos.

« Ao Juiz de Direito da Comarca de S. José, a que pertence o territorio enja posse he disputada, encarecei tambem de proceder ás convenientes averiguações que forão feitas com o maior esmero. Indo ao lugar dos *Marcos*, dirigio-se aquelle Magistrado ás pessoas antigas e conhecedoras do territorio limitropho, e na sua minuciosa exposição indicou as declarações que obtive, e as observações que fez ocularmente para conhecer, quanto era possivel, a verdadeira linha divisoria.

« Toda a difficuldade da questão consiste em verificar-se a primitiva posição de um marco, que servindo de balisa entre as duas Provincias forão mudado para o Norte com prejuizo desta, segundo me levão a crer as allegações contidas nas peças officiaes que vos serão presentes.

« Por mais liquido que me pareça o direito desta Provincia, aliás contestado pelas autoridades da Parahyba com razões que não podem destruir as nossas, cumpre que se proceda a uma demarcação ou aviventação de rmos, conservando-se entretanto a posse no *status quo* até que o Poder competente resolva como for mais justo.

« Neste sentido representei ao Governo Imperial de accordo com a Presidencia da Parahyba, que aguardava o meu parecer ulterior para de sua parte prevenir administrativamente os conflictos em que lhe seja licito intervir.

« Conveni entretanto consultar ainda os archivos publicos, e investigar qualquer prova que tenha por fim elucidar a questão de limites entre as duas mencionadas Provincias.

Pelo lado da fronteira do Ceará, além das pretensões dessa Provincia, de que já demos conta no artigo respectivo, temos sómente os seguintes trechos dos *Relatorios* da Provincia de 1867.

São sempre os mesmos conflictos, mas em vez de ser na serra do Camará, he na foz do rio Apody, questão importante por que nella interessão as finanças da Provincia.

A pretensão do Rio-Grande do Norte he que a linha da serra do Apody continue até o mar no cabo Corso, onde termina essa serra no morro do Tibau; o Ceará talvez reclame linha mais pronunciada, o *thalweg* do rio Apody.

Eis em que termos se expressa a Presidencia do Rio-Grande do Norte:

« *Questão de limites.*—Como sabeis, pendee ainda de solução a questão de limites pelo lado do Sul desta provincia com a da Parahyba.

« Tambem com a Provincia do Ceará temos pelo lado do Norte uma outra questão da mesma natureza, a respeito da margem esquerda do rio Mossoró desde a sua foz até poucos leguas acima.

« O bom direito está sem duvida do lado desta Provincia, e quando assim não fosse, me correria sempre o dever de promover activamente a decisão da questão.

E mais adiante explicando melhor a questão, no artigo—*Porto da Jurema*, exprime-se assim:

« *Porto da Jurema.*—Em consequencia das muitas voltas que faz o rio Mossoró, o armazem construido neste lugar só he accessivel á barcaças de mui diminuta arqueação.

« As margens do rio Mossoró na altura da Jurema são paludosas e alagadiças, do maneira que o armazem he de difficil accesso por terra em todas as estações, e inaccessivel no inverno, segundo as informações, que tenho. Além disso pouco tempo deve durar em consequencia do não terreno onde foi edificado.

« Por estes motivos, parece-me mais conveniente mudal-o para baixo na margem opposta do rio, no lugar denominado *Arês Brancas*, onde os navios da Companhia Pernambucana poderão chegar com muita facilidade e mesmo á granel.

« O terreno ali he muito proprio para a edificação, por ser extremamente enxuto e firme; e demais he de facil accesso aos generos, que vierem por terra, a não ser na quadra das maiores chuvas, quando o riacho Upanema e o rio do Morro Branco transbordão de seus leitos.

« Em consequencia do ser melhor e mais frequentada a estrada da margem esquerda do rio, seria mais vantajoso construir-se o armazem no porto do Marisco um pouco acima de Arês Brancas, nessa margem.

« Sendo, porém, que a Provincia do Ceará conteste a posse desse terreno á do Rio Grande do Norte, conforme vos expuz acima, não pôde esta Presidencia mandar construir ali o armazem. Entretanto consta-me que algumas particularidades pretendem fazer-lhe por sua conta, caso seião auxiliados pela Provincia com 2 ou 3 cordões de reis precisos para a emalisação do rio, ou estes cordões das voltas, de que acima fallei, e que o rio faz no seu curso superior. O fim que com esse trabalho se tem em vista he facilitar a navegação das barcaças e lanchões até o porto da—*Ilha*—, que fica entre o porto da Jurema e a Villa de Mossoró, a pouco mais de uma legua de distancia de cada uma destas localidades.

« Se a iniciativa particular como desejo, e espero for perseverante, estou disposto a prestar-lhe o auxilio que pede.

« O levantamento de cartas topographicas de cada Provincia definindo os seus limites, seria de interesse incalculavel tanto para o bom regimen administrativo, judicial e ecclesiastico, como para as relações commerciaes, que terião por certo outro desenvolvimento, se taes territorios fossem melhor conhecidos.

**Divisão Judiciaria.**—Tanto no ecclesiastico como no Judicial ainda depende esta Provincia da de Pernambuco, por fazer o seu territorio parte da Diocese, e do districto da Relação daquella Provincia.

O numero de suas Comarcas não excede á seis. Os limites das mesmas Comarcas estão nas condições dos da mesma especie nas Provincias de que já tratamos.

## MAPPA n. IX.

### PROVINCIA DA PARAHYBA DO NORTE.

Esta Provincia não he melhor aquinhoada que a precedente. Eis o material que á seu respeito podemos alcançar:

1.ª—Carta corographica contendo as Provincias das Alagoas, Pernambuco, Parahyba, Rio-Grande do Norte, Ceará etc. por Conrado Jacob de Niemeyer e Marcos Pereira de Sales. Rio de Janeiro, 1843.

2.ª—Carta topographica e administrativa das Provincias do Rio-Grande do Norte e da Parahyba, etc., pelo Visconde J. de Villiers de l'Isle Adam. Rio de Janeiro, 1848.

3.ª—Mappa de uma parte da Provincia da Parahyba do Norte, por Carlos Bless e David Polemann (*manuscripto* do archivo do Ministerio da Agricultura).

Trabalho importante, e a enjo respeito, o melhor elogio se acha consagrado no seguinte artigo do *Relatorio* da Presidencia desta Provincia de 1838, cargo que então exercia o Conselheiro Henrique de Beaurepaire Rohan; e he para sentir que não só não esteja lithographado, como que a boa disposição de taes engenheiros não aproveitasse á toda a Provincia.

« *Carta corographica.*—Para dissolver todas as duvidas que existem sobre os limites e extensão de territorio, e até mesmo para determinar mais convenientemente as linhas divisorias dos municipios entre si não temos uma só *Carta corographica* que nos possa guiar. As quaes existem estão ingadas de erros factos, que nenhum erdila merecem.

« Felizmente, algum trabalho já posso apresentar, feito pur ordem minha. Os Srs. Eugenhios Bless e Polemann, aos quaes encarreguei de examinar o estado das estradas actuaes, em relação a construção da de rolagem, levirão seu reconhecimento até a Cachimba do Boi, proximo á villa de Patos, e distante desta cidade 83 leguas.

« Neste trajecto, determinarão a posição geographica das cidades da Parahyba, Mamanguape e Arêla, das villas da Independencia, Bananeiras, Alagôa Nova, S. João, Campina Grande, Inga e Pilar, das freguezias de Santa Rita, Alagôa-Grande, Serra do Teixeira e outros pontos notaveis, assim como parte, e algumas ramificações da serra da Barborema. Este trabalho, na escala de 1 por 250.000, está desenhado com uma perfeição que nada deixa a desear; e quanto aos pontos indicados, e suas vias de communicação satisfaz completamente a necessidade da administração.

« Tenho a intenção de mandar completar tui interessante trabalho, para o qual peço o vosso auxilio.

« Da parte do litoral está encarregado pelo Ministerio da Marinha o Sr. 1.º Tenente Manoel Antonio Vital de Oliveira, um dos mais habéis Officiaes da nossa Armada.

4.ª—Planta do porto da cidade da Parahyba, e da até á foz do rio e fortaleza do Cabedello; extrahida do mappa hydrographico de Vital de Oliveira.

5.ª—Planta da cidade da Parahyba do Norte (*cópia do Archivo Militar*).

Além do material supra exarado, e *Relatorios* da Presidencia, podemos apenas additar o seguinte:

1.ª—*Novo Orbe Seraphico Brazilico, ou Chronica dos Frades menores da Provincia do Brazil*, por Fr. Antonio de S. Maria Jabotam, t. 1 Estancia 11.

2.ª—*Memorias historicas, etc.*, por Monsenhor Pizarro, tomo 8 cap. 2 art. 3.

3.ª—*Viagem a parte septentrional do Brazil*, etc., por H. Koster.

4.ª—*Historia do Brazil*, por F. Solano Constancio.

5.ª—*Roteiro da costa do Brazil, desde o cabo de S. Agostinho até á cidade do Pará*, etc., por Joaquim Duarte de Souza e Aguiar.

6.ª—*Memorias historicas da Provincia de Pernambuco*, por José Bernardo Fernandes Gama.

7.ª—*Relação das Mattas da Capitania da Parahyba do Norte, em que se mostra a sua extensão, as quaes pertencem á commanlancia do Capitão-mór de Mamanguape, e pegão do rio Mirim para o Norte, entre o rio dos Marcos (Guajú) que faz a divisa do Rio Grande, por Antonio Ferreira Soares Pinto.*

8.ª—Diferentes mapps estatísticos com copiosos detalhes sobre esta Provincia, pelo Dr. Luiz de Albuquerque Martins Pereira (*manuscripts*).

**Limites.**—As Provincias que com esta confinão são pelo Norte a do Rio Grande do Norte pelo rio Guajú, povoação dos Marcos, e serra de Luiz Gomes, pelo Sul a de Pernambuco na foz do rio Capiberibe-mirim, ou de Goyana, e serra dos Carrys velhos, pelo Oeste a do Ceará pelas serras do Araripe, Pajuhú ou Piedade, que separam as aguas dos rios Salgado e Piranhas, ficando o Oceano Atlantico á Leste.

A sua posição astronomica he a seguinte: Latitude austral entre 6° 13' e 7° 50'. Longitude oriental entre 5° 5' e 8° 25'.

De Norte á Sul conta esta Provincia 30 leguas na sua maior extensão desde a serra do Cuité nos limites da do Rio Grande do Norte, as vertentes da serra dos Carrys velhos na divisa com a de Pernambuco, e de Leste á Oeste 70 leguas desde o cabo Branco até á fronteira do Ceará, nas nascentes do rio Piranhas; tendo de costa 28 á 30 leguas, da foz do rio Guajú á do Capiberibe-mirim, no pontal de Guajirú.

O territorio desta Provincia fazia parte da antiga Capitania de Itamaracá de que foi donatario Pedro Lopes de Sousa, que não pôde colonisa-la. Era habitado por diversas tribus de Indigenas: ao Sul do Parahyba pelos Cabetés e Tobajáras, e ao Norte pelos Potyguáras, cujos dominios se estendião até o rio Jaguaribe.

A conquista e povoação desta Provincia começou em 1582, sendo Diogo Flores, encarregado pelo governo da Bahia, quem veio desempenhar tal commissão, estabelecendo-se na ilha Gambôa. Seu successor Fructuoso Barbosa transferio o novo estabelecimento para o ponto do Cabedello, e em 1585 lançou os fundamentos da actual cidade da Parahyba do Norte sob o nome de *Philippa*, do nome do Monarcha reinante Felipe II.

Como Pernambuco, fez parte da conquista Hollandeza, acompanhando sua fortuna. Em 1684 desligou-a da Bahia, o Governo da Metropole; conservando-se assim até 1755, em que foi reunida e subordinada á Capitania de Pernambuco, com o proposito de favorecer-se a Companhia de commercio que se creára em Portugal para essas duas Provincias.

A Carta Régia de 17 de Janeiro de 1799,



cujá integra não conhecemos, separou-a de Pernambuco, e como governo independente conservou-se até à época de nossa regeneração política (*Catálogo dos Governadores e Presidentes da Província da Parahyba do Norte*, organizado e anotado por Frederico Carneiro de Campos).

Não ha um documento ou lei fixando os limites da antiga Capitania, tudo he vago e incerto tanto pelo lado de Pernambuco, como pelo do Ceará e do Rio Grande do Norte, e já tivemos disso prova no precedente artigo.

Os conflictos com a Província do Rio Grande do Norte renovarão-se em 1860. Em 1861 ainda se tentou a demarcação, ou aviventação de rumores, por que pareceu em algum tempo houve senão completa demarcação, assentamento de *marcos*, pois ha na costa um lugar com essa designação.

Porém nada se fez d'ahi em diante, e começou a costumada indifferença e abandono por estas cousas, como he sabido, e de que nos dão prova os seguintes artigos que extrahimos dos *Relatórios* da Presidência de 1861 e de 1862:

« Limites.—Por Aviso de 29 de Maio fui authorisado a nomear um Engenheiro para verificar os pontos contestados nos limites desta Província com os do Rio Grande do Norte. O digno Presidente da Província de 18 de Junho communicou-me a nomeação que havia feito do Engenheiro Civil Ernesto Augusto Amorim do Valle em cumprimento ao disposto em o dito aviso.

« Providenciado no mesmo sentido, e espero pelo resultado dos exames para leva-lo ao conhecimento do Governo Imperial (*Relatório da Presidência de 1861*). »

« Questão de limites.—A incerteza dos limites entre esta Província e a do Rio Grande do Norte, permanece no mesmo pé; nenhuma alteração houve.

« No meu Relatório anterior disse-vos tinha designado o Capitão do Corpo de Engenheiros, que existia nesta Província, para verificar a exactidão dos verdadeiros limites, o que não pôde ter lugar, por haver sido mandado recolher a Corte aquelle official, que foi igualmente exonerado da commissão que estava empregado, o que me foi communicado por Aviso do Ministerio da Guerra de 24 de Setembro do anno passado e publicado na ordem do dia do Quartel General sob o n. 281.

« O substituto que se me apresentou em data do 1.º de Dezembro do anno passado, ainda não pôde ir proceder a semelhante trabalho.

« He para lastimar que não seja resolvida a questão pendente acerca dos limites desta com a Província de Pernambuco, na Villa de Pedras de Fogo. Tive occasião de verificar pessoalmente que os limites actuaes não são os do outrora; por a opinião de quasi o geral dos moradores daquella Villa he que a povoação desse nome pertence toda á esta Província, por se achar edificada em terreno da mesma (*Relatório da Presidência de 1862*). »

As questões com Pernambuco não se limitão tão somente á Villa de Pedras de Fogo, mas á Parochia da Taquára na costa, de que por ora conserva a Parahyba posse, mantida por Avisos n. 262—de 26 e 30 de Setembro de 1859.

Eis o que diz o Aviso de 26 de Setembro do Ministerio da Justiça:

« Illm. e Exm. Sr.—Em resposta ao officio de 29 de Outubro do anno passado, que essa Presidência transmittio ao Ministerio ora a meu cargo, representando que o vigário da Freguezia da Taquára, situada nos limites dessa Província com a de Pernambuco, se esquivára do reconhecer a jurisdição civil dessa Presidência, pelo facto de receber a sua congrua na V. Ex. que S. M. o Imperador, á cuja presença levei o dito officio, houve por bem decidir que, pertencendo a referida Freguezia ao territorio da Parahyba, nada justifica a escusa do Parochu, o qual d'ora em diante deveser pago pela respectiva Theosouraria, e não pela de Pernambuco, nesta sentença expere nesta data Aviso ao Ministerio da Fazenda; cumprindo que V. Ex. assim o communique ao mencionado Parochu, para sua intelligencia e execução.

« Deos guarde a V. Ex.—João Lustosa da Cunha Paranaguá.—Sr. Presidente da Província da Parahyba. »

Entretanto o territorio dessa Freguezia vai além da margem direita do rio Abiahy, limite reconhecido por diversos authores como o desta Província com Pernambuco.

O conflicto de 1853, resolvido pelos dous Avisos dos Ministerios da Justiça e da Fazenda, foi provocado pelo respectivo Vigário, que de ha muito tempo se considerava na jurisdição de Pernambuco, em cuja Theosouraria recebia a competente congrua, e la se lhe pagava pelo mesmo fundamento (*Relatório da Presidência desta Província de 1853*).

No nosso mappa tomamos a fronteira que designão os citados Avisos, já por causa dessa decisão, já pelo *uti possidetis* desta Província, que existe desde longo tempo como attesta Pizarro na nota 10 ao cap. 2 do tomo 8.º artigo—Pernambuco, que copiamos:

« Constava Itamaracá de cinco Freguezias, que erão as mencionadas de N. S. da Conceição, a de Tijucupapo, de Goyana, do Desterro de Itambé, e a da Taquára, a qual sendo alias incluída no territorio de Itamaracá, foi contida separada para o da Parahyba, por chegar á sua jurisdição a comarca; mas substituiu-lhe a Parochia de N. S. da Boa-Viagem do Pas-mado (que era Capella Filial), erecía pela Resolução de Consulta de 1821. »

E em outro lugar da mesma nota:

« Sen termo (o de Goyana) abrange toda a Província de Itamaracá, á excepção do territorio da Taquára unida antecedentemente á Villa de Alhandra na Província da Parahyba. »

Mas o mesmo Pizarro no citado cap. 2 artigo—Parahyba do Norte, explica a causa dessa annexação da Parochia da Taquára á esta Província, visto como, segundo o referido author, he o Abiahy, o limite de Pernambuco:

« No territorio desta Villa, diz Pizarro, referindo-se a Alhandra, está comprehendida a Freguezia de N. S. da Penha, situada na Taquára, ao SE, cujo territorio desmembrado do termo da Villa do Goyana, se adjudicou ao de Alhandra, pelo que pertence ao Judicial ficando ao Governador e Capitão General de Pernambuco a jurisdição militar, por ser o districto dos limites da Província. »

O asserto de Pizarro he confirmado por

Fernandes Gama no tomo 1 de suas *Memo-rias* á pag. 61, onde diz:

« O seu Termo (referindo-se ao de Goyana) abrange as Freguezias de Goyana, Itambé, parte da supprimida Freguezia do Pas-mado, á margem esquerda do riacho Ubu, parte da de Tijucupapo ao norte de Carne de Vacca, e perto da de Taquára, encravada nesta Província, que tem estado sujeita ao município de Alhandra, da Província da Parahyba. »

Entretanto facil era traçar o limite desta Província com a de Pernambuco, tanto em Pedras de Fogo, como na costa, por meio de uma demarcação regular. E outro tanto se devêra fazer com a fronteira do Rio-Grande do Norte, ficando para esta Província a povoação dos *Marcos*, que, segundo Vital de Oliveira, demora á margem direita do rio Guajú.

*Divisão Judiciária.*—Como a Província do Rio-Grande do Norte, e da Parahyba ainda depende da de Pernambuco, quanto ao Ecclesiastico e Judicial.

As Comarcas desta Província são em numero de onze, e, pelo que respeita aos seus limites, seguimos o systema adoptado nas outras, das precedentes Províncias.

## MAPPA n. X.

PROVINCIA DE PERNAMBUCO.

Eis o material que sobre esta importante Província colhemos:

1.º—Carta corographica contendo as Províncias das Alagoas, Pernambuco, Parahyba, Rio Grande e Ceará, etc. por Conrado Jacob de Niemeyer e Marcos Pereira de Sales. Rio de Janeiro, 1843.

2.º—Carta topographica e administrativa das Províncias de Pernambuco, Alagoas e Sergipe, etc., pelo Visconde J. de Villiers de l'Isle Adam. Rio de Janeiro, 1848.

3.º—Plano da ilha de Fernando de Noronha levantado por José Fernandes Portugal no anno de 1798, e copiado no de 1805. Foi gravado no Archivo Militar em 1815.

4.º—Planta da povoação de N. S. dos Remedios, levantada em 1863 pelo Capitão A. A. Santos Souza (*manuscripta*): pertencente ao Conselheiro Henrique de Beaurepaire Rohan).

5.º—Planta da cidade do Recife e seus arrabaldes por José Mamede Alves Ferreira. Londres, 1855.

6.º—Carta geographica da parte oriental do Imperio do Brazil em quatro folhas, contendo as Províncias maritimas de Pernambuco até a do Rio de Janeiro, e a de Minas, e uma parte das Províncias limitrophes, organizada segundo suas proprias observações e as cartas mais exactas, e dedicada á S. M. D. Pedro Imperador do Brazil, por Guilherme de Echevege e C. F. Ph. de Martius, e levantada por J. Schwarzmann. Munique, 1834.

7.º—Atlas e relatório concernente a exploração do rio de S. Francisco desde a cachoeira do Pirapora até o Oceano Atlantico, levantado por ordem do Governo de S. M. o Imperador o Sr. D. Pedro II, pelo Engenheiro Henrique Guilherme Fernando Halfeld em 1852, 1853, 1854. Rio de Janeiro, 1860.

8.º—Planta do porto de Tamandaré por Mr. Em. Liais e Ladislau Netto (*annexo* ao Relatório do Ministerio da Guerra de 1861).

9.º—Esboco da planta do porto de Tamandaré, levantado em 1858 por Mr. Mottelet e Menard, por Mr. Er. Mouchez. Paris, 1860.

10.º—Planta da cidade do Recife, que acompanha o projecto da doca no porto de Pernambuco, por M. de Barros Barreto, Engenheiro Civil. Pernambuco, 1863.

11.º—Porto de Pernambuco. Plano para indicar o projecto de melhoramentos apresentado pelos Engenheiros Civis C. B. Lane e C. Neate em 1862, etc. Rio de Janeiro, 1867.

12.º—Carta da costa oriental da America do Sul, desde a ponta de Olinda até a bahia do Espírito Santo, conforme os trabalhos de Mr. Er. Mouchez e brasileiros, addicionados com os sondagens de diferentes officias da Marinha Britannica; publicada por ordem do Almirantado. Londres, 1866.

A este material, e aos *Relatórios* da Presidencia da Província, também consultamos:

1.º—*Novo Orbe Seraphico Brazilico, ou Chronica dos Frades menores da Província do Brazil*, por Fr. Antonio de Santa Maria Jaboatam, t. 1 estancias 9 e 10.

2.º—*Memorias historicas*, etc., por Monsenhor Pizarro, t. 8 cap. 2.

3.º—*Memorias historicas da Província de Pernambuco* etc., por José Bernardo Fernandes Gama.

Contem duas plantas da cidade e porto do Recife.

4.º—*Viagem na parte septentrional do Brazil desde 1809 até 1815, comprehendendo as Províncias de Pernambuco, Ceará, Parahyba, Maranhão*, etc., por H. Koster.

5.º—*Descrição da costa de Pernambuco até os baixos de S. Roque*; anonymo (trabalho do seculo passado, offerecido ao Instituto Historico pelo Tenente-Coronel Ricardo José Gomes Jardim).

6.º—*Diccionario estatístico e historico da Província de Pernambuco*, por Manoel da Costa Honorato.

7.º—*A ilha de Fernando de Noronha considerada em relação ao estabelecimento de uma Colonia agricola penitenciaria*, pelo Brigadeiro Henrique de Beaurepaire Rohan.

8.º—*Historia do Brazil* por Francisco Solano Constancio.

9.º—*Historia do Brazil, e Synopsis Chronologica*, etc. pelo General José Ignacio de Abreu Lima.

10.º—*Elementos de Geographia compilados de diversos authores*, por M. do Rego Barros Sousa Leão.

11.º—*Roteiro da costa do Norte do Brazil, desde o cabo de S. Agostinho até a cidade do Pará*, etc. por Joaquim Duarte de Sousa e Aguiar.

*Limites.*—Esta Província confina ao Norte com as Províncias da Parahyba e do Ceará, ao Sul com as Províncias das Alagoas, e da Bahia, á Leste com o Oceano Atlantico, e Província das Alagoas, e ao Oeste com as Províncias do Piahy e da Bahia.

A fronteira da Província da Parahyba he assignalada pelos rios Capiberibe-mirim, ou Abiahy e Ypocopa, serras dos Carirys velhos, e da Piedade, cujas serras também são conhecidas pelo nome generico de *Borborema*; a do Ceará pela serra Araripe; a das Alagoas pelo ribeirão Persinunga, e de suas nascentes em linha recta á encontrar o rio Jacuipé acima da sua embocadura no rio Una, e seguindo depois pelo rio Taquára, d'onde tirando-se uma recta pelas serras Pelada, e Garanhuns e outras até o lugar Genipapo no rio Panema, e d'ali por meio de outra recta ao rio Moxotó onde conflue o ribeirão Manary, e pelo mesmo Moxotó até sua foz no rio de S. Francisco; a da Bahia he assignalada pelo *thalweg* do rio de S. Francisco, desde a barra do rio Moxotó até ao ponto *Pau da Historia*, abaixo da cachoeira do Sobrado, e deste ponto por uma recta até a serra dos Dous Irmãos; e a da Província do Piahy pela serra da Ybiapába, nos pontos onde he denominada dos Dous Irmãos, Vermella, até o contraforte que a liga com a do Araripe.

Estes limites nunca foram demarcados, e pela mór parte não são claros, e incontestados, sendo raros os documentos de legislação que os comprovem; como mais adiante diremos.

A posição astronomica desta Província he a seguinte:

A Latitude toda meridional encerra o territorio entre 7º e 10º 40'.

A Longitude toda oriental do meridiano adoptado demora entre 1º e 8º 25'.

A maior extensão desta Província de Norte á Sul he de 30 leguas do contraforte da serra Araripe á margem esquerda do rio de S. Francisco, e de Leste a Oeste 155 leguas desde o cabo de S. Agostinho á Serra dos Dous Irmãos, e ao limite com a Província da Bahia.

O littoral comprehendido entre 7º 30' e 8º 55', he calculado em 38 á 40 leguas pouco mais ou menos, dando uns 44, e outros 42 leguas, em consequencia de curvas que nelle existem.

O territorio de Pernambuco foi pela primeira vez descoberto por Vicente Yanes Pinson, em 1499, o qual denominou o cabo de S. Agostinho, *S. Maria de la Consolacion*, e a toda a costa para o Norte, terra de *Rostro Hermoso*.

No anno seguinte, 1500, quando Pedro Alvares Cabral, acabava de descobrir as terras de Porto Seguro, Gaspar de Lemos, enviado á Portugal a dar conta deste acontecimento fez nesse trajeto também a descoberta do territorio de Pernambuco.

Era este paiz habitado pelos Cabetés, os mais ferózes Indigenas da raça Tupy. O seu dominio estendia-se do rio de Iguarassú ou S. Cruz, até o de S. Francisco, compartilhando o territorio até o rio Parahyba com os Tabajaras.

Dividindo a Metropole os territorios do Brazil, por diferentes donatarios coube Pernambuco a Duarte Coelho Pereira, por Carta de Doação de 10 de Março de 1534, e o respectivo Foral foi-lhe expedido em 24 de Setembro do mesmo anno; chegando o Donatario ao seu destino em principios do anno de 1535, quando fundou Iguarassú.

De todos os Donatarios do Brazil foram este e Martin Alfonso de Sousa os mais felizes.

Os limites da sua concessão erão pela costa a foz do rio de Iguarassú e alcançava a margem esquerda do rio de S. Francisco, isto he, todo o dominio da tribu Caytê ou Cabeté.

Passando este territorio para o dominio da Corôa, maxime depois da expulsão dos Hollandezes passou á ser regida por Capitães Generaes, e obteve em 1683 a annexação não só da Parahyba, mas do territorio visinho, da extincta Capitania de Itamaracá; e em 1701 a do Rio Grande do Norte; Capitánias colonisadas e sujeitas ao Governo da Bahia.

Em 1718 obteve ainda a annexação de todo o alto sertão do Rio de S. Francisco; colonisado e também sujeito á Bahia, assim como todo o Ceará grande que dependia do governo do Maranhão.

Com taes annexações era Pernambuco a Capitania, senão a mais extensa em territorio, a mais povoada, e a mais rica do Brazil.

No fim do seculo passado o Ceará e a Parahyba foram desligadas do seu governo. Em 13 de Março de 1817 separou-se a do Rio Grande do Norte, e por Decreto de 16 de

Setembro do mesmo anno, também foi segregada a Província das Alagoas.

Por ultimo o alto sertão do Rio de S. Francisco, outr'ora denominado *sertão de Rodellas*, foi de igual sorte desligado desta Província; passando a primeira vez para a Província de Minas Geraes por Decreto de 7 de Julho de 1824, e depois pela Resolução de 15 de Outubro de 1827 para a da Bahia, mas essa incorporação era com a clausula de *provisoria*, como se pode ver do contexto dos dous Decretos que aqui exaramos:

Decreto de 7 de Julho de 1824.

« Tendo chegado ao Meu Imperial Conhecimento que o intruso Presidente de Pernambuco Manoel de Carvalho Paes do Andrade, que não tem podido seduzir até hoje mais que hum punhado de Militares, e de gente miseravel, sem luzes, sem costumes, e sem fortuna da cidade do Recife, e de trez, ou quatro Villas circunvisinhas, procura levar agora á todos os pontos da Província os mesmos embustes, e imposturas, que lemerariamente tem assalhado, mandando Emissarios para arrastarem ao mesmo abysmo, que o espera os Povos innocentes do Interior a quem difficilissimamente chegam noticias do verdadeiro estado das cousas publicas, que elle cautelosamente occulta, ou desfigura: E devendo eu como Imperador, e Defensor Perpetuo do Imperio, empregar todos os meios possiveis para manter a integridade della, e salvar meus Subditos do contagio da cidade do Recife, e de trez, ou quatro Villas circunvisinhas, que o Partido Demagogo pretende ilaquear-las: E considerando quão importante he a bella Comarca denominada do Rio de S. Francisco que faz parte da Província de Pernambuco, e a pde em contacto com a de Minas Geraes, e o grande cuidado que devem merecer seus habitantes pela constante fidelidade e firme adhesão, que tem mostrado á sagrada causa da Independencia, e do Imperio, e até pelos sacrificios que tem já feito á favor della:

« Hei por bem, como o parecer do Meu Conselho de Estado, ordenar, como por este ordeno, que a dita Comarca do Rio de S. Francisco seja desligada da Província de Pernambuco, e fique, desde a publicação deste Decreto em diante, pertencendo á Província de Minas Geraes, de cujo Presidente receberão as authoridades respectivas as ordens necessarias para o seu Governo, e Administração *provisoriamente*, e enquanto a Assembléa, proxima á instalar-se, não organizar hum *Plano geral de Divisão* conveniente. Ficará porém, a dita Comarca sujeita, como até aqui, em seus recursos Judiciaes á Relação da Província da Bahia. »

Resolução de 15 de Outubro de 1827.

« Tendo resolvido a Assembléa Geral Legislativa que a Comarca do Rio de S. Francisco, que se acha provisoriamente incorporada á Província de Minas Geraes em virtude do Decreto de 7 de Julho de 1824, fique *provisoriamente* incorporada á Província da Bahia, até que se faça a organização das Províncias do Imperio: Hei por bem, sancionando a referida Resolução, que ella se observe e tenha o devido cumprimento. »

Estas ultimas segregações deve-se ás revoluções de 1817 e 1824; notando-se que já em 1817 o sertão ou Comarca do rio de S. Francisco havia sido pela primeira vez mandado annexar á Capitania de Minas Geraes por Decreto de 28 de Maio de 1817, ficando logo sem vigor por haver também terminado a primeira revolução, o que consta do Decreto de 22 de Julho daquelle anno.

Muitos dos documentos do Poder Soberano não são conhecidos, e portanto se nelles havia designação de limites não podem ser apreciados pelo geographo.

Na fronteira septentrional desta Província a linha divisoria dos rios Abiahy ou Abiahy e Ypocopa he contestada, e a Província confinante conta em seu favor os actos ali enumerados, e o *uti possidetis*.

Na mesma direcção e mais para o centro o territorio da Villa de Pedras de Fogo, está nas mesmas condições que o do littoral; ainda que neste ponto o *uti possidetis* he de Pernambuco.

Se passamos á fronteira meridional confinante com a Província das Alagoas ha também obscuridade e duvidas: e podemos comprova-las com o seguinte trecho do *Relatório* da Presidencia de 1859:

« Questões de limites.—O mesmo delegado (do termo de Borborém) faz sentir a confusão e duvidas que se levantarão quanto aos limites daquelle freguezia (*Agua Preta*) com o termo de Porto Calvo, das Alagoas; pois que o riacho *Persinunga*, que divide as duas Províncias, só he bem conhecido no curso de duas leguas desde a sua foz na praia entre Gapeleira e Peroba até o engenho Pão Anarello, onde afluem diversos regatos, havendo discordancia em reconhecer-se qual delles he o *Persinunga*. »

« Dahi os conflictos de jurisdição, que revelão a necessidade de determinar-se a linha divisoria das duas Províncias por aquelle lado, precedendo as explorações convenientes. »

« Parece eocubir pedir-vos uma solução terminante que couber em vossas faculdades sobre questões desta natureza, que a autoridade administrativa vê-se embaraçada em resolver ou por falta de esclarecimentos e exames difficéis de conseguir-se; quando a Província não tem ao menos uma *Carta topographica*; ou porque a intelligencia das leis, que regulão a divisão civil, judicial, ecclesiastica da Província, careça de uma interpretação authentica que só a vós compete dar. »

A fronteira meridional da Bahia, com quanto pareçater um limite claro no *thalweg* do rio de S. Francisco, não estão descriptas, e as innumeras ilhas que cobrem o leito do rio, declarando-se á que circumscripção pertencem.

Será uma fonte de conflictos, logo que a população crescer, e que os interesses estiverem em jogo; como já foi em outra epocha quando a Comarca do rio de S. Francisco fazia parte do seu territorio, assim como a Província das Alagoas; porquanto Pernambuco em consequencia do Foral de Duarte Coelho Pereira mantem a pretensão de que *todas* as ilhas do leito do rio de S. Francisco lhe pertencem.

Nos artigos relativos ás Províncias das Alagoas e da Bahia, trataremos deste assumpto com mais largueza.

O mesmo se pode dizer dos limites com as Províncias do Piahy e do Ceará, e com o alto sertão da Parahyba do Norte.

A linha divisoria da fronteira oriental ou melhor Sudoeste, com a Província da Bahia, também he contestada. Pernambuco fixa-a no ponto denominado *Pau d'Arara*, a Bahia no designado por—*Pau da Historia*, poucas leguas mais abaixo do primeiro.

O Decreto de 1824 e Resolução de 1827 supracitados, são mudos a semelhante respeito; assim como são os Alvarás de 15 de Janeiro

de 1810 e de 3 de Junho de 1820, que elevaram á gradação de Comarca esse territorio como se vê do art. 1 de ambos esses actos, que aqui registramos:

Eis o que dispõe o Decreto de 15 de Janeiro de 1810:

« Haverá nma nova Comarca, que se ha de denominar do *Sertão de Pernambuco*, e comprehenderá a Villa de Cimbres: os Julgados de Garanhuns: de Flores na Ribeira do Pajahú: do Tacarato; de Cabrobó; a Villa de S. Francisco das Chagas, na Barra do Rio Grande, vulgarmente chamada da Barra; as povoações do Pão Areado, Campo Largo e Caranhunha: que hei por bem desmembrar da comarca de Pernambuco. »

« E porque a Villa da Barra do Rio Grande pertencendo á Capitania de Pernambuco, era da corregição da Jacobina, por estar unida proxima á ella, do que a cabeça da Comarca respectiva; sou outro sim servido ordenar que fique pertencendo a esta corregição á nova Comarca, visto que cessão com esta criação os motivos referidos. »

O Decreto de 3 de Junho de 1820 alterou a precedente medida desta fôrma:

« Haverá uma nova Comarca desmembrada da do Sertão de Pernambuco, que se ha de denominar *Comarca do rio de S. Francisco*, e comprehenderá a Villa de S. Francisco das Chagas, vulgarmente chamada da Barra, a de Pão Areado, e as povoações do Campo Largo, e Caranhunha, com os seus respectivos termos; sendo a cabeça da Comarca a Villa de S. Francisco da Barra. Todas as mais Villas e Povoações, que se achão referidas no sobreitto Alvará de 15 de Janeiro de 1810, e que não vão neste indicadas, ficarão pertencendo á Comarca do Sertão de Pernambuco. »

No nosso mappa accitamos a linha divisoria tragada pela Província da Bahia, já em razão do *uti possidetis*, e já porque deve ali haver maior conhecimento do territorio contestado, do que nesta Província; por quanto posto que em 1718 esse territorio fosse annexado á Capitania de Pernambuco, quanto ao administrativo, havia para com a Capitania da Bahia vinculo mais forte, o Judicial, pois que dependia da Comarca da Jacobina, ao menos segundo o regimen daquelle epocha; além do vinculo das familias e o das relações commerciaes.

O vinculo administrativo era mui frouxo, assim como o Ecclesiastico, e a experiencia demonstrou, quanto andavam errados os authores da providencia de 1718.

A ilha de Fernando de Noronha como quanto na latitude da Província do Ceará, 3º 50', depende do governo desta Província.

He uma simples annexação provisoria como se deprehe de a Carta Régia de 26 de Maio de 1737, dirigida ao Capitão General da Capitania de Pernambuco Henrique Luiz Vieira Freire de Andrade, quando teve ordem de retoma-la aos Francezes que ali se haviam estabelecido, e de fortifica-la convenientemente.

Eis como s'expressa a dita Carta Régia que por demasiado extensa não reproduzimos aqui:

« Igualmente he preciso, que em tudo o que obrardes neste particular, procedaes com a cautela de dar a entender, que a dita expedição he acção puramente vosso, e nascida da obrigação que tendes, pelo posto que occupaes, de não consentirdes um usurpação tão escandalosa, e n'uma ilha, que he parte da Capitania que ideis governar, para que em nenhum tempo se possa presumir, que obrastes por minha ordem, o que vos hei por muito recommendado. »

E logo adiante:

« Mais que vos constar que a ilha está desembaraçada e na vossa obediencia, mandareis para ella algumas vacas e bouros, egos e cavallos, galuchas e outros diferentes animaes, como também milho, feijão, legumes e todas as mais sementes, para irem cultivando, e especialmente a planta da mandioca, para sustento dos seus habitantes, e em quanto he falta este, teres cuidado de mandar sempre uma sumaca, com farinha da mesma mandioca á dita ilha, e com os mais mantimentos que forem precisos, para que a guarnição nunca experimente falta, e por esta via possaes juntamente ser informado do que occorrer; advertido ao Official, que ficar governando, que quando succeda qualquer novidade, a tempo que se não ache no porto alguma das ditas sumacas, vos avise logo por qualquer embarcação das que nelle fiarem, para que sem dilação o possaes soccorrer. »

Em um paiz bem dividido essa ilha deveria ser contemplada no territorio mais proximo, o da Província do Ceará, quando foi segregada de Pernambuco; mas se he uma simples fortificação, destinada á defesa ou segurança do Imperio, então não faz parte de Província alguma, he territorio subordinado á Capital do Imperio, como deve ser o archipelago da Trindade, e outras ilhas em identicas condições.

Esta ilha está contemplada na Comarca do Recife: no mappa tem a mesma côr.

*Divisão Judiciária.*—Nesta Província ha uma Relação, cabeça do terceiro districto Judicial do Imperio, de que dependem as Comarcas desta Província e as das Províncias das Alagoas, Parahyba do Norte, Rio Grande do Norte e Ceará.

As Comarcas desta Província estão hoje elevadas á 19 com as novas do Itambé e Caruarú. Os limites destas circumscripções estão nas mesmas condições que os das outras da mesma especie, nas diferentes Províncias de que temos tratado.

## MAPPA n. XI.

PROVINCIA DAS ALAGOAS.

O material a que nos soccorremos para a carta desta Província foi o seguinte:

1.º—As cartas ns. 1 e 2 do artigo precedente.

2.º—O Atlas concernente á exploração do rio de S. Francisco, etc., por H. G. Fernando Halfeld. Rio de Janeiro, 1860.

3.º—Mappa de Jacuipé e Agua Preta organizado conforme as observações dadas, e informações colhidas durante a exploração e reconhecimento que sobre ellas fez, por ordem do Ministerio da Guerra, o Capitão



## MAPPA n. XII.

## PROVINCIA DE SERGIPE.

de Engenheiros Christiano Pereira de Azevedo Coutinho, e 1.º Tenente de Artilharia José da Gama Lobo Bentes (cópia do *Arquivo Militar*).

4.º—Planta e nivelamento para o encanamento do riacho Bebedouro à cidade de Maceió. Rio de Janeiro 1839.

Compreende a planta da mesma cidade.

5.º—Planta da cidade de Maceió copiada pelo Tenente J. M. da Cunha (*manuscrita*).

6.º—Planta do ancoradouro de Maceió, segundo os mais recentes documentos, por Mr. Er. Mouchez. Paris, 1844.

Além do material supra notado, e dos *Relatórios* da Presidência da Província, cumpre additar:

1.º—*Novo Orbe Seraphico Brazilico, ou Chronica dos Frades Menores da Província do Brazil*, por Fr. Antonio de S. Maria Jaboatam, to. 1 Estancia 9.

2.º—*Memorias historicas, etc.*, por Monsenhor Pizarro, to. 8 cap. 2 artigo 2.

3.º—*As Matas das Alagoas*. Providencias acerca dellas e sua descripção, em 1797, por José de Mendonça Mattos Moreira.

4.º—*Relação das Matas das Alagoas, que tem principio no lago do Pescado, e de todas as que ficão ao Norte destas até ao rio da Ipojuca, distarte dez leguas de Pernambuco*, no anno de 1809; por José de Mendonça de Mattos Moreira.

5.º—*Opusculo da descripção geographica e topographica, physica, politica, e historica do que unicamente respeita a Província das Alagoas*. anonymo. Rio de Janeiro, 1844.

6.º—*Viagem á Cachoeira de Paulo Afonso*, pelo Dr. José Vieira Rodrigues de Carvalho e Silva.

7.º—*Historia do Brazil*, por Francisco Solano Constancio.

8.º—*Esboço Geographico da Província das Alagoas*, pelo Dr. José Alexandrino Dias de Moura (*anexo ao Relatório da Presidência* de 1860).

9.º—*Geographia physica, politica, historica e administrativa da Província das Alagoas*, pelo Dr. Thomaz do Bomfim Espinola.

**Limites.** Esta Província confina ao Norte e Oeste com a de Pernambuco, ao Sul com a de Sergipe e Bahia, e a Leste com o Oceano Atlantico.

Sua fronteira septentrional e occidental já se acha assignalada no artigo da precedente Província; a meridional teria divisa mui clara no *thalweg* do rio de S. Francisco, se estivesse demarcada, descriminando-se as ilhas que lhe devião pertencer, assim como as de Sergipe e da Bahia; origem de conflitos, como o que se dá com a ilha *Paraná* ou do Brejo grande, de que Sergipe desfructa o *uti possidetis*, como mais adiante diremos.

A posição astronomica desta Província he a seguinte:

A latitude toda austral encerra o territorio Alagoano entre 8º 4' e 10º 32'.

A longitude, conforme o meridiano que adoptamos, he oriental, dentro de 5º 7' e 7º 58'.

A sua maior extensão de Norte a Sul he de 40 leguas escassas da margem direita do riacho Persimunga ao pontal do rio de S. Francisco, e 58 leguas de Leste a Oeste desde a Ponta Verde à margem esquerda do rio Moxotó. O seu littoral ao Oceano contem 58 leguas, comprehendidas todas as curvas, e do rio de S. Francisco até a foz do rio Moxotó 62, sendo 56 á cachoeira de Paulo Afonso, e 6 á barra do Moxotó.

O Dr. Thomaz do Bomfim Espinola na sua *Geographia* desta Província, diz o seguinte sobre a respectiva situação astronomica:

«A Província das Alagoas acha-se situada entre 30º 30' e 10º 31' de latitude austral, e 27º 27' e 28º 58' de longitude Oeste de Lisboa, segundo a *Carta topographica* de Carlos Mornay, levantada em Maceió aos 9 de Junho de 1842, por ordem do Exm. Sr. Conde Manoel Felizardo de Souza e Mello, etc.»

E mais adiante:

«A opinião do Engenheiro Carlos Mornay he por sem duvida a que deve ser admittida: ella se coordena com as observações do Sr. Capitão de Fragata Felipe José Ferreira, Commandante da *Carroca*.»

Não conhecemos essa *Carta topographica*, e tão pouco as observações do Capitão de Fragata Ferreira, e por isso sem exame não podemos admittir os calculos apontados, contra os nossos, que em seu favor tem os trabalhos de Vital de Oliveira, e de outros hydrographos e geographos.

O territorio desta Província constituia antigamente uma Comarca da Capitania de Pernambuco, cujos limites não constão de acto algum legislativo.

Nesse estado com limites vagos e incorrectos, quando se lhe poderia ter dado por divisa o *thalweg* do rio Una, partindo de suas cabeceiras numa recta até o Moxotó, foi elevada á cathogoria de Capitania por Alvará de 16 de Setembro de 1817, como galardão da lealdade com que se houverão os Alagoanos na Revolução desse anno em Pernambuco.

Eis a integra desse Alvará que sobre os limites nenhuma luz emite, refere-se aos da antiga Comarca, cujas divisas também são desconhecidas:

«Convidando muito ao bom regimen deste Reino do Brazil, e á prosperidade a que me proponho elevar, e, a Província das Alagoas seja desmembrada da Capitania de Pernambuco, e tenha hum Governo proprio que desveladamente se empregue na applicação dos meios mais convenientes para della se conseguirem as

vantagens que o seu terreno o situação podem offerecer em beneficio geral do Estado e particular dos seus habitantes e da minha Real Fazenda: sou servido isentar a absolutamente da subjeição em que até agora esteve do Governo da Capitania de Pernambuco, eregido-a em Capitania com hum Governo independente que a rega na forma praticada nas mais Capitancias independentes, com facultade de conceder sesmarias, segundo as minhas Reaes ordens, dando conta de tudo directamente pelas Secretarias de Estado competentes; e attendendo ás boas qualidades e mais partes que concorrem na pessoa de Sebastião Francisco de Mello; hei por bem nomear-lo Governador della, para servir por tempo de trez annos, e o mais que decorrer enquanto elle não der successor. Palacio do Rio de Janeiro, em 16 de Setembro de 1817.»

Posteriormente esses limites não foram demarcados; e vagos e incertos em toda a fronteira de Pernambuco, como no artigo dessa Província fizemos ver, serão fonte de desagradaveis conflitos.

Se a linha divisoria assignalada pelo ribeirão *Persimunga* carece de demarcação, a do rio de S. Francisco também reclama.

Esta Província exige da de Sergipe a posse da ilha *Paraná* ou do Brejo Grande, que no Ecclesiastico depende ainda hoje da parochia do Penedo.

Eis como a respeito de semelhante questão se exprime o Dr. Vieira de Carvalhona sua *Viagem ás cachoeiras de Paulo Afonso*:

«O ancoradouro do Dendé que fica defronte do Passabussu tem proporções para o facil embarque dos assucars de Cotinguiba, para alli vão alguns barcos á carga, etc. Corra desse lado o riacho Capoeira, que baxa a povoação desse nome, a qual se ligava com o Brejo Grande.»

«Estas duas povoações formão uma península, quando o rio grande de S. Francisco recolhe-se ao alveo natural; passa a ser ilha, nas enchentes; he a reunião dos melhores Engenheiros desses lugares com fertilissimas terras para tudo quanto vegeta.»

E mais adiante:

«Além da fertilidade da intitulada *Ilha do Brejo Grande*, he notavel esta porção de terra, por apresentar-se pertencente á duas Províncias ao mesmo tempo!

He quanto ao Ecclesiastico, da Freguezia desta cidade do Penedo, e quanto ás Justicias, da villa e termo da Comarca de Villa-Nova; comtudo sendo os eleitores por parochias voão os habitantes em a Freguezia de Villa Nova, e para eleições de que não são freguezes, iste he de Sergipe!

«He um desses contrasensos que se depára a cada passo entre a nossa delituosissima organização civil e ecclesiastica: á estes se pôde bem applicar o axioma—*não sabem de que Freguezia são*.»

Não obstante essa dependencia facil de liquidar com Santa Sé, o que he indubitavel he que em favor de Sergipe existe o Decreto de 9 de Junho de 1812, e o Aviso de 30 de Abril de 1832. O primeiro documento que he o mais importante, aqui registramos:

«Havendo-me representado a Camara da Villa Nova de Santo Antonio Real de El-Rey do rio de S. Francisco, o quanto seria conveniente á Administração da Justica, e ao bem commum dos moradores da ilha de *Paraná* do Brejo Grande, incorporal-a no termo desta Villa, qual he mais visinha, e para aonde offerece aos seus moradores mais facil passagem, do que para a Villa do Penedo, a cujo districto actualmente pertence: cnaformando-me com o parecer do Conde dos Arcos, Governador e Capitão General da Capitania da Bahia, a quem mandei ouvir a este respeito; hei por bem desanexar do districto da Villa do Penedo, a ilha da *Paraná* do Brejo Grande, e incorporal-a no termo da Villa Nova de Santo Antonio Real de El-Rey do rio de S. Francisco. A Meza do Desembargo do Faço assim o tenha entendido e faça executar com os despesas necessários. Palacio do Rio de Janeiro, em 9 de Junho de 1812.»

Mas esta Província não se tem julgado vencida, e nem convencida com taes provas. Ella também tem as suas que mais adiante consignamos.

Os conflitos, que aliás são de data mui remota, hão continuado, e por ora ainda não tem apparecido solução.

Eis o que diz o *Relatório* da Presidência de Sergipe de 1860:

«Com a Província de Alagoas, com quem confina pelo lado do Norte, e da qual he separada pelo rio de S. Francisco, duvidas se tem movido suscitadas pelas respectivas autoridades, que pretendem ter jurisdicção e exercer actos de officio na ilha do *Brejo grande de Paraná*, apesar de incontestavel direito e posse que assiste á Província de Sergipe sobre a referida ilha, em vista do Decreto de 9 de Junho de 1812 e Aviso de 1832.»

«Meus antecessores já tem feito chegar semelhante occorrença ao conhecimento do Governo Imperial, e para que mais V. Ex. se instrua nesta questão do summo interesse para a Província, poderei aqui he appropiado, consultar os officios dirigidos á Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 13 de Fevereiro de 1831, 15 de Abril de 1832, e 15 de Fevereiro de 1836.»

«No meo entender, hũa medida que fizesse obstar que as autoridades da Província das Alagoas exerceassem jurisdicção civil sobre a citada ilha, seria uma medida de alta importancia, sobre tudo por que fazia desaparecer os continuados conflitos que se tem dado entre as autoridades desta com aquella Província, conflitos que felizmente durante a minha administração não occorreu.»

O *Relatório* da mesma Presidência em 1863 exprime-se no mesmo sentido desta sorte:

«Passarei agora a tratar das questões, que á respeito dellas (*limites*) se tem suscitado entre esta e a Província das Alagoas. Por Decreto de 9 de Junho de 1812, foi incorporada ao termo de Villa Nova pelos motivos no mesmo Decreto especificados, a ilha *Paraná* ou Brejo Grande. Em 1832 a Camara Municipal da villa, hoje cidade do Penedo, pretendeu que a mesma ilha pertencesse á Província das Alagoas.»

O ex-Presidente desta Província, Conselheiro Joaquim Marcelino de Brito, submettem o procedimento da sobredita Camara ao extinto Conselho do Governo, que em Sessão de 20 de Março de 1832 resolveu inclinar o terreno—*Brejo Grande*—ao districto de Villa Nova, cuja Camara já delle havia tomado posse solemne, publica e judicial, em virtude do Decreto de 9 de Junho de 1812, acima referido. Essa decisão foi levada ao conhecimento do Governo Imperial, que approvou-a.

«Em das do anno de 1836 ou principio de 1837, a Assembléa Legislativa da Província das Alagoas dirigiu-se á Camara dos Deputados, pedindo a incorporação da ilha *Paraná* ao territorio da mesma Província. «Nenhuma decisão teve semelhante pedido, e a ilha *Paraná* ainda hoje faz parte pelo lado Ecclesiastico da Província das Alagoas, e desta pelo Civil. A ilha de que se trata *havendo-se tornado terra firme*, ficou na margem direita do rio S. Francisco, divisa natural desta Província: dista de Villa Nova apenas trez leguas, e do Penedo está, com dependencia, de atravessar o caudaloso rio de S. Francisco, já citado.»

«Esta simples consideração he por demais intuitiva e dispensa qualquer outra. A ilha *Paraná* deve pertencer, tanto pelo lado civil, como pelo religioso á Província

de Sergipe; e a propria natureza o indica, e o bem publico assim o aconselha.»

Portanto em pró da Província de Sergipe existe lei, antiquissimo *uti possidetis*, vontade dos habitantes, e ligação do terreno á margem direita do rio de S. Francisco, desaparecendo a ilha. Como restitui-a á Província das Alagoas?

No nosso mappa preferimos seguir a letra da lei, e a posse antiquissima da Província de Sergipe.

Cumpre notar que a pretensão da Província das Alagoas não deixa de ter fundamentos mui respeitaveis, e que se não estribam somente na divisa Ecclesiastica, com quanto hoje sem valor pela força do facto consuminado, fundado no Decreto de 1812, e na ligação da ilha á terra firme de Sergipe, causada pela corrente do rio.

Esta questão he antiquissima, e convém ser solvida, agora que este grande manancial vai atrahindo as vistas dos governantes, e para melhor esclarecer-a aqui apresentamos as razões dos Alagoanos. Ellas se reduzem a uma, a doação feita em Evora em 10 Março de 1534 pelo Rey D. João III á Duarte Coelho Pereira, Donatario de Pernambuco; onde se declarava que os limites do territorio de sua doação era o rio de S. Cruz (*o de Iguaressu*) até o de S. Francisco, entrando este *tudo*, em vista das seguintes formae palavras da Carta Regia:—*e assim entrará na dita terra, e demarcação della todo o rio de S. Francisco, e a melade do rio de S. Cruz pela demarcação sobredita*.

Palavras que se achão sublinhadas no officio que o Capitão General de Pernambuco dirigio ao da Bahia em 11 de Março de 1805.

Ein outro officio do mesmo Capitão General dirigido em 5 do mesmo mez e anno á Camara da Villa de S. Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande sobre a pretensão desta Villa á posse da ilha do *Miradouro*, e de outras ilhas do seu districto proximas á margem direita on oriental, refere-se á esta questão da seguinte forma:

«Entrando em pois na averiguação do que podia haver a este respeito, achei e vim no conhecimento, de que não era já novo aos miostros do districto da Bahia a pretensão de *usurparem* á Capitania de Pernambuco a posse das ilhas do Rio de S. Francisco, por quanto anno de 1732 na criação da Villa nova, fronteira á villa do Penedo, já o Ouvidor da Comarca de Sergipe d'El-Rey Cypriano José da Rocha, quiz desmembrar as ilhas circunvisinhas, de que estava de posse a villa do Penedo, mas oppondo-se a Camara, e queixando-se ao Vice-Rey d'este a seguinte resolução: *No que respeito ao terreno destinado para a Villa-nova que mandei erigir, em que se acha graciado o do Penedo, também mandei se conservar na jurisdicção desta as ilhas que até agora he estado sujeitas por se fazer escolhido a minha ordem*.»

Como se vê esta questão data de 1732 quando se creou Villa Nova na Capitania de Sergipe. Sendo ella renovada em 1735, foi resolvida em favor de Pernambuco pela Provisão do Conselho Ultramarino de 9 de Fevereiro de 1758, que aqui exaramos:

«D. José por graça de Deus, Rey do Portugal e dos Algarves, d'aquem, e d'além mar em Africa, senhor de Guiné, etc.

«Fago saber a vós Governador e Officiis General da Capitania de Pernambuco, que os Officiis da Camara da villa do Penedo me deram conta, em carta de 8 de Abril de 1735, de que evando aquella Camara na posse immemorial, desde a sua criação, de reger e administrar um lugar chamado a ilha da *Paraná* do Brejo grande, a que divide o Rio de S. Francisco, e das mais ilhas adjacentes, feitas e por fazer, até onde chagão as suas inundações, pelo Foral dado a Duarte Coelho de Albuquerque, Donatario e Governador perpetuo, que foi desas Capitania muito antes da invasão dos Holandezes, e que pôde se conservar sempre, os seus antecessores e mais Justicias daquela villa, e indo no anno de 1732 o Ouvidor da Comarca de Sergipe d'El-Rey por ordem minha a criar a Villa-Nova, querendo sujeitar aquellos moradores, e dividir para o districto della as mais ilhas da jurisdicção das ditas Villas, e na mesma posse continuára até um dos dias do mez de Janeiro do dito anno de 1735, em que novamente aquellas Justicias os inquietarão mandando notificar aos senhores de engenho e mais moradores, a instancias do Contrahedor dos Dízimos, fundamentado por posses da mesma Villa-Nova, interessadas em ser aquelle lugar do seu districto, o que era contra a verdade, pois só pertencia á villa do Penedo como se fazia evidente pelos documentos que offerecião; em consideração do que e do mais que me representarão, me pedião os mandasse conservar na posse, em que estavam da dita ilha *Paraná*, e todas as mais ilhas adjacentes, cujos dízimos nunca foram devidos á jurisdicção da Bahia, e só á de Pernambuco por serem todos aquellos moradores parochianos da matriz da villa do Penedo, e ordenando-se ao Vice-Rey do Estado do Brazil, informasse com o seu parecer, ouvindo as partes interessadas nesta materia.

E sendo tudo visto, como também o que responderon o Procurador da minha Fazenda, me pareceu dizer-vos que ao Vice-Rey desse Estado, se escrevesse, que, vista a informação que deu sobre a referida representação da villa do Penedo, e documentos que remettia, ficava mais que manifesta a injusta pretensão do Contrahedor dos Dízimos da Bahia, que pretende devia procurar a conservação da sua contracto no estado, em que estava no tempo da sua arrematação, e que assim o declare elle Vice-Rey ao Contrahedor do mesmo contracto, para não inquietar indevidamente os Lavradores que não pertencem ao districto do seu contracto. O que se vos participava para que o fiquéis assim entendendo.

«El-Rey Nosso Senhor o mandou pelos Conselheiros do seu Conselho Ultramarino abrir assignados, e se passou por duas vias. Manoel Antonio da Rocha a fez em Lisboa a 9 de Fevereiro de 1738.—O Secretário, Miguel Lopes Lavre a fez escrever.—Antonio Lopes da Costa.—Antonio de Azevedo Coutinho.»

Mas estas victorias de Pernambuco foram nullificadas pelo Decreto de 1812, e inutilizadas pelas occorrenças posteriores e vontade da população, elemento importante nestas questões, e que sem fortes razões não se pode desprezar.

**Divisão Judiciaria.**—Tanto no Ecclesiastico como no Judicial, ainda esta Província se acha subordinada á Pernambuco.

O numero de suas Comarcas eleva-se á 9, e pelo que respeita á limites, está nas mesmas condições das outras circumscripções da mesma especie das precedentes Províncias.

O material que consultamos consta do seguinte:

1.º—*Carta topographica e administrativa das Províncias de Pernambuco, Alagoas, e Sergipe, etc.*, pelo Visconde J. de Villiers de l'Isle Adam. Rio de Janeiro, 1848.

2.º—*Carta corographica para a divisão das Comarcas, termos, e municipios da Província de Sergipe d'El-Rey*, organizada pelas informações, exames e de varias cartas as mais exactas que existem até hoje, por ordem do Presidente Sr. Brigadeiro José de Sá Bethencourt Camara, Presidente da mesma Província, pelo Tenente Coronel do Imperial Corpo de Engenheiros João Bloem, no anno de 1844 (*Lithographia do Archivo Militar*).

3.º—*Carta corographica da Província de Sergipe d'El-Rey, Imperio do Brazil*, composta pelo Coronel João Bloem em 1846, meridiano de Greenwich, etc., publicada por A. Schram & Comp. de Marolm. Lit. de J. Kohler, Hamburgo (*Propriedade do Dr. Tobias Rabello Leite*).

4.º—Plano da foz do rio de S. Francisco (do Norte, ou antes de Assis), Província de Sergipe, segundo os trabalhos de Vital de Oliveira, por Mr. Er. Mouchez. Paris, 1864.

5.º—Planta da cidade do Aracaju, levantada em 1855 pelo Capitão de Engenheiros Sebastião José Basilio Pirrho, augmentada com os novos edificios, e rectificada com as alterações supervenientes pelo Engenheiro P. de Andrade em 1863 (*manuscrita*).

6.º—Atlas concernente á exploração do rio de S. Francisco, etc. por H. G. Fernando Halfeld. Rio de Janeiro, 1860.

A este material, e *Relatórios* da Presidência da Província, additamos o seguinte:

1.º—*Novo Orbe Seraphico Brazilico ou Chronica dos Frades menores da Província do Brazil*, por Fr. Antonio de Santa Maria Jaboatam. t. 1 Estancia 8.

2.º—*Memorias historicas da Província da Bahia*, pelo Coronel Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva.

3.º—*Historia do Brazil*, por Francisco Solano Constancio.

**Limites.**—Esta Província tem a seguinte posição astronomica:

Latitude meridional 5º 3' e 11º 28'.

Longitude oriental 5º 3' e 6º 53'.

A sua maior extensão de Norte a Sul não excede de 38 leguas da barra do rio ou riachão Xingó no rio de S. Francisco ás cabeceiras do rio Real, assim como tem 43 leguas de Leste á Oeste, da ilha do Arambipe á margem direita do mesmo rio ou riachão Xingó.

O littoral do Oceano comprehende com as curvas 36 a 38 leguas pouco mais ou menos, e do rio de S. Francisco 54 leguas.

Conforme as actuaes divisas confina esta Província ao Norte com a das Alagoas pelo *thalweg* (linha central ou fio da corrente) do rio de S. Francisco, ao Sul com a da Bahia pelo *thalweg* do rio Real, a Leste com o Oceano Atlantico, e á Oeste com a Província da Bahia pelo ribeiro ou riachão do Xingó, e uma recta das cabeceiras do mesmo riachão, ás nascentes do rio Real.

A fronteira septentrional em que confina com a Província das Alagoas, se a acha nas circunstancias que expozemos no artigo dessa Província.

As fronteiras meridional e occidental, em que he limitrophe com a Província da Bahia, contem obscuridades e duvidas, maxime a segunda, dependendo de acto legislativo e de demarcação para completo aclaramento dos rumos, e descaço da administração e da população fronteiriña de ambas as Províncias.

O territorio desta Província fazia parte da doação feita á Francisco Pereira Coutinho, a qual ficou sem effeito por morte do mesmo Coutinho, revertendo á Corôa.

Passados muitos annos depois da fundação da Bahia por Thomé de Sousa, resolveu a Metropole, já nessa epocha sob o dominio da Hespanha, a fazer a conquista deste territorio onde os Francezes se haviam estabelecido, mantendo com os Indigenas excellentes relações.

Dominavão o paiz os Indios Tupinambás e Tabajaras representados por cinco *Morabirabás* ou *Principes* como erão tratados e reconhecidos pelo Governo, chamados *Serigy*, ou Sergipe, Siriry, Moribéca, Japarutaba, Pindalyba, e Jucutuba, de que era o primeiro o mais notavel.

Em 1589, pouco mais ou menos, Christovão de Barros, Governador interino da Bahia por ordem Regia, e a reclamo dos habitantes das margens dos rios Real e Itapucuri, emprehendendo essa conquista, e realisou-a, não sem grande resistencia dos Indigenas, sobre tudo do Principal *Serigy* ou *Sergipe*, que succumbindo naluta com seu irmão Siriry, legou seu nome á terra que com tanto denodo defendêra. Os outros Principes submeterão-se ao vencedor, distinguindo-se em primeiro lugar *Japarutaba*, com quem Christovão de Barros firmou logo pazes.

Os Colonos estabelecerão-se a principio na *taba* ou aldeia de Sergipe no lugar Aracaju, onde he hoje a capital da Província, ponto que foi em pouco tempo abandonado pelo de

S. Christovão, visinho das margens do caudaloso Irapirang, honrando assim o conquistador, o santo do seu nome, bem como o do valido Portuguez, na Côte de Philippe II, Christovão de Moura.

A historia deste territorio até o fim do seculo XVII he de extrema obscuridade.

Até o tempo da guerra Hollandeza manteve-se o territorio, sempre qualificado como Capitania, subordinado a Bahia, como tambem erão Parahyba, Rio Grande do Norte, e outras, governadas por Capitães mores, segundo o costume; mas tendo por limites o rio Itapucuri, se não alcançava o de Inhambupe, como Accioli em suas *Memorias* faz acreditar.

Depois de terminada a luta com a Hollanda, por largo tempo ficou essa Capitania, sob o proprio regimen, sem nenhuma dependencia da Bahia por influencia de varios potentados, suppondo alguns que esse estranho facto tivera lugar de 1658 a 1696; quando a Capitania, com a gradação de Comarca, tornou a reconhecer a supremacia da Bahia, sendo os potentados, dispensados do castigo, por irem fazer a guerra aos Tupinambás, que trasião inquietos e assaltados os Colonos.

Então a Bahia foi dividida em duas Comarcas, a da Bahia e a de Sergipe, tendo cada uma seu Ouvidor; comprehendendo-se no districto da segunda as povoações ao Sul do Itapucuri, estando o Inhambupe dentro de sua fronteira.

Essa Villa, e as de Itapucuri, e de Abbadia foram creadas em virtude da Previsão de 28 de Abril de 1728, e contempladas, como acima se disse, na Comarca da Capitania de Sergipe, mas segundo o testemunho de Pizarro e de Accioli em suas *Memorias*, no longo governo do Vice-Rey Conde de Sabugosa, de 1720 a 1735, a requerimento dos povos, foram essas Villas segregadas da Comarca de Sergipe, e annexadas á da Bahia, sendo ambos os Escriptores omissoes, quanto á data precisa deste acontecimento.

Dessa epocha em diante conservou-se a Capitania de Sergipe com o mesmo terreno, menos parte do territorio da Parochia da Abbadia ao Norte do rio Real; e sem previa demarcação de territorio foi elevada á Capitania independente, por Decreto de 8 de Julho de 1820, não se podendo suppr que o Governo Real quizesse que fosse contemplado nessa circumscripção *somente o territorio da Comarca*, quando usa da expressão *Capitania*, em lugar de *Comarca*.

Portanto, se era a Capitania que se tornava independente, devêra receber todo o antigo territorio, para não ficar como ficou com um territorio amesquinhado.

Eis a integra do Decreto de 8 de Julho de 1820, que ainda se acha inédito:

«Convidando muito ao bom regimen deste Reino do Brazil, e á prosperidade a que me proponho elevar, e, a Capitania da Sergipe de El-Rey tenha um Governo independente do da Capitania da Bahia; hei por bem isentá-la absolutamente da subjeição em que até agora tem estado do Governo da Bahia, elevando-a a independente totalmente, para que os Governadores della a goverem na forma praticada nas mais Capitancias independentes, communicando-se directamente com os Secretarios de Estado competentes, e podendo conceder sesmarias na forma das minhas Reaes ordens. «Palacio do Rio de Janeiro, em 8 de Julho de 1820. Com a rubrica de Sua Magestade.—Thomaz Antonio de Villa-nova Portugal.»

Esta medida excitou em extremo o despeito da Bahia, visto como em 1821 a Junta Provisoria da mesma Província por deliberação de 10 de Fevereiro, approvada pelas Cortes Portuguezas em 13 de Junho do mesmo anno, fez esta Província de novo sujeita á sua jurisdicção, havendo para esse fim previa conquista.

O Governador dessa Capitania Carlos Cesar Burlamaque foi preso pelo Coronel Bento da França Pinto Garez a pretexto de não querer jurar a Constituição Portugueza de 1820, e remetido para a Bahia com seus filhos.

Mas sendo vencidos os partidarios daquella Constituição, e expulso o Chefe General Madeira, voltou Sergipe á occupar a sua anterior posição desde 24 de Outubro de 1824, formando uma das estrellas do escudo do nascente Imperio.

Deve-se entretanto notar que o acto da Junta Provisoria da Bahia foi reprovado pelo Principe Regente no Rio de Janeiro, que em vista da representação da Camara de S. Christovão de 30 de Junho de 1822, expedio a Carta Regia de 5 de Dezembro do mesmo anno, em que determinando que o Governo Provisorio leal da Bahia se organisasse de conformidade com o Decreto de 3 de Junho desse anno, diz:

«Exceptuando porém a antiga Comarca de Sergipe de El-Rey, que em virtude do Decreto de 8 de Julho de 1820 se achava constituída em Província separada, e fica desmembrada da Província da Bahia.»

O que ainda confirmarão o Aviso de 5 de Maio de 1823, deferindo á reclamação da referida Camara, e a Carta de Lei de 8 de Abril de 1823, elevando de novo a villa de S. Christovão á cathogoria de cidade, e de capital da nova Província.

Desta data em diante começaram a reviver as questões de limites com as Províncias conterraneas.

Na fronteira septentrional a cansada luta por causa desse torráo de ouro, chamado ilha da *Paraná*, revivio, como já vimos no precedente artigo.

Com a Bahia na fronteira meridional a luta travou-se com muito empenho, por causa do territorio da parochia da Abbadia, situado ao Norte do rio Real.

Felizmente o Governo Imperial por uma



medida provisória resolveu que o território contestado continuasse sob a posse de Sergipe, até que o Corpo Legislativo tomasse sobre o caso deliberação conveniente. Foi isto o que deu lugar a expedir-se o Decreto n. 323—de 23 de Setembro de 1843, cuja integral aqui exaramos:

«Tendo subido a minha Imperial presença o que representou o Presidente da Província de Sergipe, a respeito de conflitos ocorridos entre as autoridades daquella Província, e as da Província da Bahia, por falta da necessária clareza em parte dos limites que os separa; bem como o que por outra parte informou o Presidente desta Província sobre aquelle mesmo objecto: e sendo de urgente necessidade occorrer com o conveniente remédio, para que esses conflitos não continuem em prejuizo do serviço publico, em desaz das mencionadas autoridades e perturbação dos povos, cuja paz e tranquillidade merecem particular attenção: Hoi por bem, tendo ouvido o meu Conselho do Estado, e conforando-me com o seu parecer, que a parte da Freguezia da Abbadia na Província da Bahia, que passa além do rio Real, fiquê pertencendo a Província de Sergipe; servido o dito rio Real de linha divisória entre as duas mencionadas Províncias, enquanto pela Assembléa Geral Legislativa outra cousa não for determinada.»

Mas a fronteira occidental ainda nenhuma lei fixou. Sob a authoridade de Ayres do Casal, na *Corographia Brazilica* e do *Diccionario geographico do Brazil*, de Millicet de Saint-Adolphe tomamos o riachão Xingó, a duas leguas da Cachoeira de Paulo Afonso, como limite occidental, e dahi trazemos uma recta ás nascentes do rio Real.

Mas que lei, decreto, ou alvará sancionou limites tão inconvenientes?

Os limites desta Província ficaram perfeitamente traçados pelos rios Itapicuri, Jacuicy e Pontal, quando não podesse ser pelo mesmo rio Itapicuri, Itapicuri-nirim e Salitre, o que seria melhor, tornando-se mais accentuada a divisão.

O *Relatorio* da Presidencia desta Província do anno de 1860, apresenta outra linha divisória, que não nos parece tão accetável. Eis como se expressa o *Relatorio*:

«Olhando para a costa do Brazil, qualquer espirito reflectido se revolta contra os limites traçados á esta Província pelo lado da Bahia: ao passo que aquella Província tem uma longa costa de extensão de quasi cinco vezes a de Sergipe, ainda, vinda ella tirar-lhe os fúndos pelo lado do rio de S. Francisco, quando ainda por essa direcção o seu fundo he quadruplo do desta acanhada Província.

«Não comprehendendo qual a conveniencia de tamanha desproporção entre o territorio destas duas Províncias, eu só vejo males nesta differença e nenhum beneficio; ao passo que as Províncias de 1.<sup>a</sup> ordem como a da Bahia obtêm todos os favores do Estado, as de quarta ordem como a de Sergipe jazem no esquecimento, e com muita difficuldade podem obter pequenas favores. Bahia, Pernambuco, Minas, S. Paulo e Rio de Janeiro foram dotadas com estradas de ferro, e o Governo garante-lhes o juro de 5 %; Sergipe não tem uma estrada de rodagem, não tem um canal.

«Calculando a Bahia com quatorze mil braças quadradas de extensão e um milhão de habitantes, Sergipe com mil e duzentas braças quadradas e duzentos e dez mil habitantes, vê-se que o territorio daquella Província he mais de onze vezes o desta, e que a população he cinco vezes maior.

«Não se poderá por acaso marcar novos limites, que augmentem convenientemente o territorio de Sergipe? «Pelo exame da costa do Brazil parece nada mais facil: começando do rio Itapicuri até a Villa de Agua Fria, e dahi até Xique Xique pela estrada geral atravessando a serra do Oróbo, e finalmente pelo rio de S. Francisco do Xique Xique até a sua foz, teremos uma divisão territorial que não parece descaçada; salvo as novas divisões civis, judicarias e ecclesiasticas, que teria de acontecer, quando se levasse á effeito este plano que em represento, não por que esteja elle maduramente estudado, porém porque devo dar conta consignada á idéa da necessidade indelivel de augmentar o territorio e a população da Província, e de se levar a effeito uma nova divisão, mais conveniente e justa das Províncias do Imperio, para que se possa fazer com igualdade a distribuição dos dinheiros publicos por todas ellas, e da sua nutricao da administração geral.

«Os limites propostos accrescem a grande vantagem de poder Sergipe participar tambem da estrada de ferro do Joazeiro.

«Se bem que os limites desta Província com os da Bahia sejam muito inconvenientes, pela desproporção enorme que estabelece entre as duas Províncias, como já fiz ver, são elles bem definidos.»

A fixação de um limite claro e incontestado pelo Occidente, que faça olhar com mais interesse para o territorio entre os rios Itapicuri e S. Francisco, desde o Joazeiro ao Xingó, seria de grande vantagem para o paiz. Assim como não he conveniente a conservação de Províncias em extremo grandes, tambem não produz vantagens que se eriem com tão limitado territorio.

Para que se faça idéa dos inconvenientes de uma linha divisória tão imperfeita como a occidental de Sergipe, basta que se lance as vistas sobre o mappa desta Província por aquelle lado: e que estes inconvenientes não são ficticios, dil-o o *Relatorio* da Presidencia de 1865, redigido por um filho da Província limitrophe, e que aqui registramos:

«Passarei finalmente a tratar das questões, que se tem agitado, acerca da divisão pelo lado do Sul com a Bahia.

«Desde longa data serios conflitos se tem encetado entre as autoridades de Sergipe e as da Bahia, cujo Presidente, em data de 21 de Janeiro de 1863, offendeu ao desta Província, trazendo ao seu conhecimento diferentes queixas dos agentes fiscaes da Villa de Geromobão e districto de Coité, contra o procedimento do Collector da Villa de Simão Dias, em relação aos contribuintes que dizião já ter pago alli os impostos a que estavam sujeitos.

«O ex-Presidente Dr. Joaquim Jacintho de Mendonça desajando entrar no perfeito conhecimento dos fundamentos das referidas queixas, dirigio-se ao então Inspector da Thesouraria Provincial, o illustrado Dr. Joaquim José de Oliveira, recomendoando-lhe que, colligindo tudo quanto a tal respeito aqua se tivesse avendado, habilitasse-o a providenciar como fosse justo acerca de semelhante questão. O distincto Dr. Joaquim José de Oliveira prestou as informações que lhe foram exigidas. Importatissimo foi o trabalho que elle apresentou, e do qual, infelizmente, não ha o menor vestigio, tanto na Secretaria do Governo, como na Thesouraria Provincial.

«Em offício de 19 de Julho de 1864 findo remetti copia do indicado trabalho ao Exm. Presidente da Bahia, em solução a que elle me dirigiu em 21 de Janeiro acima referido, enviando igualmente em offício sob n. 47—de 3 de Setembro preterito o proprio original e documento, que acompanhara á Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em observancia do Aviso de 5 de Agosto do anno proximo passado, que pedia esclarecimentos acerca de uma representação contra a invasão do territorio desta Província pelo da Bahia; representação qua a respectiva Assembléa Legislativa encaminhou á Camara dos Senhores Deputados.

«Outra representação, que acompanhou o offício sob n. 25—de 27 de Maio de 1864, foi tambem dirigida ao Governo Imperial por diversos habitantes da villa de Simão Dias, os quaes applicação a S. M. o Imperador providencias em ordem a fazer cessar os conflitos que com tanta frequencia se reproduzão entre as autoridades da Bahia e de Sergipe.

«Em um communicado que corre impresso no *Correio Sergipense* n. 71, de 7 de Setembro de 1861, o Sr. José Zacarias de Carvalho, residente na villa de Simão Dias, tratou perfeitamente da questão dos limites da Província de Sergipe com a da Bahia. Disse elle: que não trataria da divisão pelo rio—Itapicuri, feita pela natureza, e que he de reconhecida justiça, e somente da pela cabeceira do rio Real, aonde chega por uma margem o termo da Villa de Campos desta Província: o dahi linha direita ao Norte do rio Xingó, e por este até o rio de S. Francisco, onde se dividem as duas Províncias.

«Lembra-me bem que o Dr. Joaquim de Oliveira, na exposição a que já me tenho referido, considerou como digno do grande apreço esse trabalho do Sr. José Zacarias de Carvalho, e por isso resolvei dar noticia delle aqui.

«Existo ainda outra opinião que se coaduna com a geralmente seguida, relativamente ao objecto de que trato; he a do fallecido Dr. Martinho de Freitas Garcez, o qual na sua *Discrepção synoptica da Província de Sergipe* organizada a pedido do ex-Presidente Dr. Manoel da Cunha Galvão, exprime-se assim: «Com Alagôas da parte do Norte, confina pelo rio de S. Francisco, subindo por elle até duas leguas abaixo do sulito, ou cachoeira de Paulo Afonso no rio Xingó. Com a Bahia da parte do Sul pelo rio Real, buscando a origem deste e dahi pelo Poente, e por uma linha imaginaria sobre montes e serras, passando entre as matas de Simão Dias, e a villa deste nome, buscado de novo o dito rio Xingó.

«Essa divisão, porém, tem sido e continua a ser interpretada de accordo com a vontade e interesses daquelles que não desejão ser alcançados pela acção da justiça, da qual zombão impunemente, e de outros que para se eximirem ao pagamento de impostos legalmente estabelecidos, varião de residencia sempre que as circumstancias o reclamão.

«Seria fecunda em bons resultados qualquer deliberação que de uma vez tornasse conhecidos e respeitad os os limites desta Província com a da Bahia; pois cessarião assim innumeraveis queixas, desapareceriaõ muitos abusos e finalmente lucraria a causa publica.»

*Divisão judiciaria.*—A Província de Sergipe he a unica que está subordinada á Relação da Bahia, exceptuada a deste nome.

Depende tambem do Arcebisado como Comarca Ecclesiastica da mesma Diocese, exclusive a ilha do Paraúna, sujeita á Diocese de Pernambuco.

As Comarcas civis em que está dividida não exceedem de oito; seguindo no nosso mappa quanto aos respectivos limites, o mesmo systema estabelecido nas outras Províncias.

## MAPPA n. XIII.

PROVINCIA DA BAHIA.

Esta Província, apezar de sua importancia, não he infelizmente das mais ricas em material da geographia do seu territorio: exelimos os trabalhos hydrographicos. Eis o que podemos colher:

1.<sup>o</sup>—Carta geographica e topographica da Província da Bahia comprehendendo desde a margem septentrional do rio Mucury até a margem meridional do Rio Real e Rio de S. Francisco, que fazem o limite desta Província com a de Sergipe d'El-Rey ao lado do Norte, e á Oeste com o Serro do Frio e Minas Novas, vendo-se distinctamente as villas, povoações e estradas geraes e outras que seguem para diferentes Comarcas deste continente, bem como contém a descripção dos rios, serras, montes lagôas e mais pontos memoraveis. Foi mandada levantar pelo Presidente Dr. Francisco de Souza Martins, terminando na Presidencia do Dez. Francisco de Souza Paraizo. Sem nome de autor, e sem declaração do anno em que foi gravada no Archivo Militar.

Deficienciaisima.

2.<sup>o</sup>—Carta geographica da parte oriental do Imperio do Brazil, em quatro partes, contendo as Províncias maritimas de Pernambuco até a do Rio de Janeiro, etc., por Guilherme de Echwege e C. Fr. Ph. de Martius, e desenhada por J. Schwarzmann. Munich, 1834.

3.<sup>o</sup>—Carta topographica e administrativa da Província da Bahia, etc., pelo Visconde J. de Villiers de l'Isle Adam. Rio de Janeiro, 1848.

4.<sup>o</sup>—Plano hydrographico da Bahia de Todos os Santos, metropole do Estado do Brazil, feito por José Fernandes Portugal, em Pernambuco, no anno de 1803, e lithographado no Archivo Militar sem indicação do anno.

5.<sup>o</sup>—Mappa da estrada de ferro da Bahia ao rio de S. Francisco, pelo Engenheiro em chefe Carlos Vignoles.

6.<sup>o</sup>—Mappa da parte septentrional da Província do Espirito-Santo, organizado sobre os trabalhos de R. V. Kruger e outros, por Carlos Krauss. Rio de Janeiro, 1866.

7.<sup>o</sup>—Atlas e relatorio concernente á exploração do rio de S. Francisco, desde a cachoeira de Pirapóra até ao Oceano Atlantico, etc., pelo Engenheiro Civil H. G. F. Halfeld em 1852, 1853 e 1854. Rio de Janeiro, 1860.

8.<sup>o</sup>—Mappa hydrographico da Bahia de Todos os Santos, levantado pelo 2.<sup>o</sup> Tenente Domingos Miguel Marques de Souza, em 1846, sob a direcção do Capitão de Fragata Joaquim Marques Lisboa. Não indica o lugar onde foi lithographado.

Este mappa foi reduzido no Archivo Militar, por R. M. de Sepúlveda Evarado, e gravado em 1863.

9.<sup>o</sup>—Planta do porto da cidade de S. Salvador, extrahida do Atlas de Mr. Mouchez.

10.—Planta da cidade da Bahia em 1806. Acha-se na primeira edição do Mappa do Brazil, de C. J. de Niemeyer, de 1841.

11.—Carta da Costa do Brazil entre os pa-

rallelos 13.<sup>o</sup> e 16.<sup>o</sup>, comprehendendo um parte da Província da Bahia, levantada, e desenhada pelo 1.<sup>o</sup> Tenente da Armada Manoel Ernesto de Sousa França. Bahia, 1866 (*anexo* ao *Relatorio* do Presidente M. P. de Sousa Dantas).

12.—Plano do porto da Bahia, segundo os trabalhos de Mrs. Fitzroy, Belcher, e Rous-sin, por Mr. Er. Mouchez. Paris, 1864.

13.—Esboço da planta da Bahia de Todos os Santos, organizado por Mr. Er. Mouchez segundo os trabalhos brasileiros, francezes e inglezes. Paris, 1864.

14.—Planta do ancoradouro de Joacama (*sul da Bahia*) levantado em 1862 por Mr. Er. Mouchez. Paris, 1863.

15.—Plano do archipelago dos Abrolhos, levantado por Mr. Er. Mouchez, com assistencia de I. da Fonseca, da Marinha Brasileira, Commandante da Canhoneira *Itajubá*. Paris, 1863.

16.—Carta da nova estrada da Villa de S. José de Porto Alegre á Minas Novas, aberta no meio das matas em 1816 pelo Coronel Bento Lourenço Vaz de Abreu Lima, Inspector da mesma estrada (*anexo* á viagem do Principe Maximiliano de Neuwied ao Brazil).

17.—Carta da costa oriental do Brazil entre 15 e 23 grãos de latitude austral, segundo Arrowsmith, com algumas rectificações (*Idem*).

18.—Carta da costa oriental do Brazil entre 12 e 15 grãos de latitude austral (*Idem*).

19.—Carta particular da costa do Brazil, comprehendida entre a Bahia de Todos os Santos e a villa de Olivença, levantada por Mr. Er. Mouchez, com assistencia de I. da Fonseca, Commandante da canhoneira brasileira *Itajubá*. Paris, 1863.

20.—Carta dos recifes dos Abrolhos, e da costa adjacente, entre a ponta Corumbau e a barra de S. Matheus, levantada por Mr. Er. Mouchez, com assistencia de I. da Fonseca, Commandante da Canhoneira *Itajubá*. Paris, 1863.

21.—Plano do ancoradouro do morro de S. Paulo, por Mr. Er. Mouchez. Paris, 1863.

22.—Plano do porto de Camamu, levantado em 1861 por Mr. Er. Mouchez, com assistencia de I. da Fonseca, da Marinha Brasileira, etc. Paris, 1862.

23.—Plano do ancoradouro dos Ilhéos por Mr. Er. Mouchez, e I. da Fonseca, da Marinha Brasileira. Paris, 1863.

24.—Planos das bahias de S. Cruz e Cabral, levantados por Mr. Er. Mouchez, com assistencia de I. da Fonseca, da Marinha Brasileira, etc. Paris, 1863.

25.—Carta derrotera da costa do Brazil, do Ceará a Bahia (*até a ponta Mutê e bahia de Camamu*), levantada segundo os documentos existentes no deposito de cartas e plantas maritimas, e observações feitas em 1861 a bordo do *D'Entrecasteaux*, por Mr. Er. Mouchez. Paris, 1863

N. B. Depois de impresso o nosso mappa veio-nos a mão o

Mappa topographico da cidade de S. Salvador e seus subúrbios, levantado e dedicado á Assembléa Provincial por Carlos Augusto Weyell, e publicado por Fernando Giesker. Impresso em Stuttgart, sem indicação do anno.

Desta planta que nos parece correcta nos aproveitaremos na segunda edição, que pretendemos dar do mappa desta Província, em gradação dupla do presente; assim como do Mappa da mesma Província lithographado na sua capital, levantado para indicar o curso da estrada do Paraguassú, e de outros esclarecimentos que esperamos.

Além deste material, e dos *Relatorios* da Presidencia da Província, obtivemos esclarecimentos das seguintes obras:

1.—*Novo Orbe Seraphico Brazilico*, ou *Chronica dos Frades menores da Província do Brazil*, por Fr. Antonio de S. Maria Jabotam, tom. 1. Estancias 4, 5, 6, e 7.

2.—*Memorias Historicas*, etc. por Monsenhor Pizarro, t. 8 c. p. 1.

3.—*Memorias historicas e politicas da Província da Bahia*, por Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva.

4.—*Informação ou descripção topographica e politica do rio de S. Francisco*, pelo mesmo Accioli.

5.—*Viagem á Villa de Caravellos, Vigosa, Porto Alegre, e aos rios Mucury e Pernambuco*, por Hermenegildo Antonio Barboza de Almeida.

6.—*Comunicação entre a cidade da Bahia e a Villa do Joazeiro*, por André Przewodowski.

7.—*Noticia descriptiva e estatistica da riqueza mineral da Província da Bahia*, em 1863, por Gustavo Adolpho de Menezes, (*Correio Mercantil* de 1865).

8.—*Roteiro da viagem ao sertão de Montes Altos*, para o estabelecimento de uma mina de salitre, pelos Dez. Henrique da Silva e Major Manoel Cardoso Saldanha.

9.—*Itinerario da viagem que fez por terra da Bahia ao Rio de Janeiro em 1808*, o Dez. Luiz Thomaz de Navarro.

10.—*Viagem ao Brazil nos annos de 1815, 1816 e 1817 pelas Províncias da Bahia, Espirito-Santo, e Rio de Janeiro*; por S. A. o Principe Maximiliano de Wied Neuwied.

11.—*Viagem ao Brazil nos annos de 1817 a 1820, feita por ordem de S. M. o Rey da Baviera*, pelos Drs. Spix, e Martius.

12.—*Relatorio sobre a navegação dos rios Jequitinhonha, Pardo, Poxim, Una e de Comtas*, pelo 1.<sup>o</sup> Tenente da Armada Manoel Ernesto de Sousa França (*anexo* ao *Relatorio* do Presidente M. P. de Sousa Dantas: 1866).

13.—*Relatorio dos trabalhos de exploração do rio Paraguassú*, pelos Engenheiros Ladislau de Wideki, e Trajano da Silva Rego (*anexo* ao *Relatorio* do Vice-Presidente M. M. do Amaral, 1864).

14.—*Memoria topographica, historica, commercial, e politica da villa da Cachoeira da Província da Bahia*, por José Joaquim de Almeida e Arnisaunt.

*Limites.*—A posição astronomica desta Província he pouco mais ou menos a seguinte:

Como a precedente Província a sua latitude he toda meridional, e comprehende o espaço entre 9.<sup>o</sup> 53' e 18.<sup>o</sup> 13'.

A longitude he de 5.<sup>o</sup> 30' oriental, e 3.<sup>o</sup> 30' occidental, que outros reduzem á 2.<sup>o</sup>.

A sua maior distancia de Norte a Sul he de 165 leguas da cachoeira de Paulo Afonso, na margem direita do rio de S. Francisco, denominado pelos indigenas *Opara*; até á margem esquerda do rio Mucury; e de Leste a Oeste 140 leguas, desde a ponta de Itapuan á serra de Tabatinga ou Tauatinga.

O litoral maritimo pôde ser calculado em 180 leguas, e o fluvial do rio de S. Francisco em 175 leguas.

Confina ao Norte com as Províncias de Sergipe, Alagôas e Pernambuco pelos rios Real e S. Francisco, ao Sul com as provincias do Espirito Santo e Minas Geraes, pelos rios Mucury, Verde grande, Verde pequeno, e Carunhanha proximo ao vão do Paranan, e serras das Almas, e Crundiúba, Vallo fundo, e deste ponto por uma recta até á barra do rio Mosquito afluente do Parlo, e deste outro ponto por outra recta ao Salto grande do rio Jequitinhonha; á Leste com o Oceano Atlantico e Província de Sergipe, á Oeste com as Províncias de Pernambuco, Piahy, Goyaz e Minas Geraes, pelo rio de S. Francisco; serras dos Dous Irmãos, do Piahy, Gurgueia, Duro, Tabatinga ou Tauatinga, Paranan, e Ay-morés.

Os limites desta vasta, e importante Província padecem dos mesmos defeitos que os das outras do Imperio.

Já sabemos do seu merecimento pelo que respeita ás suas fronteiras com a Província de Sergipe, tanto pelo lado septentrional como pelo oriental, em vista do que ficou relatado no ultimo artigo.

Agora vamos examinar as linhas divisórias com as outras Províncias.

O primitivo territorio desta Província consistia nas cincoenta leguas doadas a Francisco Pereira Coutinho, e que por sua desastrosa morte reverteo á Corôa em 1548. Começava da ponta do Padrão (S. Antonio), onde termina esse magnifico dente que cerca, assignalla e resguarda a bahia de Todos os Santos, até á foz do Rio de S. Francisco, como se vê no Foral dado ao Donatario em 26 de Agosto de 1534 (*Memorias da Bahia*, por Accioli t. 3).

A importancia desta Capitania cresço pela pujança do esforço da Metropole, que tomou sobre seus hombros o encargo de povoal-a e cultiva-a, mandando para esse fim Thomé de Sousa, com grandes recursos do Estado, rico da experiencia dos antigos e infelizes Donatarios, e acompanhado de Missionarios, cheios de fé e de zelo na propagação do Christianismo; assentando desta forma em solidos fundamentos a nascente Colonia.

O infortunio dos Donatarios fez com que os territorios doados revertendo á Corôa, se fossem annexando ao estabelecimento central, maxime quando mais proximoserão.

Assim a Bahia teve sob sua dependencia, além dos territorios que ainda hoje he estão annexados, as Capitánias do Rio de Janeiro, Espirito-Santo, Sergipe, Parahyba, Rio Grande do Norte, Ceará, e Maranhão até o extremo norte, assim como territorios de Pernambuco, de Minas-Geraes e do Piahy, que de novo reverteo ao seu dominio, ou se conservarão sob outro regimen.

No territorio que presentemente constitue a Província da Bahia, tem os que foram annexados, e os conquistados e colonisados pela sua administração.

Entre os primeiros cumpre enumerar as seguintes antigas Capitánias:

1.<sup>a</sup> A de *Paraguassú*, doada a D. Alvaro da Costa por Carta Regia de 16 de Janeiro de 1537; comprehendia o territorio desde o rio Paraguassú até á foz do Jaguaripe, e com direcção ao continente dez leguas, terminando na serra Guararú, no Aporá.

2.<sup>a</sup> A dos *Ilhéos*, doada á Jorge de Figueiredo Corrêa por Foral do 1.<sup>o</sup> de Abril de 1535, comprehendia o espaço entre os rios Jaguaripe e Jequitinhonha: reverteo á Corôa por compra em 1761.

3.<sup>a</sup> A de *Porto Seguro*, doada a Pedro de Campos Tourinho, por Carta Regia de 27 de Maio de 1534, e Foral de 23 de Setembro do mesmo anno: passou á Corôa em 1759, por confisco feito ao ultimo Duque de Aveiro. O seu territorio comprehendia, segundo alguns authors, o espaço entre os rios Jequitinhonha e Doce.

Ayres do Casal ainda a contempla em sua *Corographia* como Província: e merecia só-lo, comprehendendo-se todo o territorio entre os rios Jussiape e Mucury até a serra do Grão Mogol e Almas, sob o nome de *Cabralia*, em honra do famoso descobridor.

Nos seguindos devemos contemplar:

1.<sup>o</sup> O territorio que outrora se chamava *Comarca da Jacobina*, e que se estendia

das fronteiras de Sergipe ao Serro do Frio, e das montanhas proximas á beira mar á margem oriental do rio *Opára* ou de S. Francisco, paiz colonisado e devassado, depois da paz e cathequese dos indigenas Orises.

2.<sup>o</sup> O territorio denominado outrora *Comarca do rio de S. Francisco*, e que pertencia á Província de Pernambuco.

Os limites desta Província no Ecclesiastico estão hoje regulados por dous Decretos Consistoriaes, que em lugar competente ficarão notados; e são os actuaes civis que conhecemos pelas cartas geographicas, mas ignoramos alguns dos actos que os firmarão.

A fronteira meridional com a Província do Espirito Santo, que a Bahia pretende levar até o rio Doce, he repellido por aquella Província em vista de fundamentos muito solidos, *o uti possidetis*, o Aviso de 10 de Abril de 1823 assegurando ao Espirito Santo a posse do Municipio de S. Matheus, e o Decreto de 11 de Agosto de 1831, marcando como limite septentrional desse Municipio o rio Mucury, aqui os copiamos:

Eis a integra do Aviso:

«Sendo presente a S. M. o Imperador o offício do Governo Provisorio da Província do Espirito Santo de 20 de Março proximo passado, em que representa que, tendo-se a villa de S. Matheus unido á referida Província para a reclamação do mesmo Augusto Senhor, e pretendendo agora o Conselho interior do Governo da Bahia, que a dita villa se lhe reconheça sujeita, entra em duvida á qual das duas Províncias deve ficar pertencendo aquella villa: Manda pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio participar ao referido Governo que deve reconhecer-se sujeita áquelle que he ficar mais proximo, até que a Assembléa Geral do Brazil determine os limites da Província. Palacio do Rio de Janeiro, em 10 de Abril do 1823. — José Bonifácio de Andrada e Silva. Para o Governo Provisorio da Província do Espirito Santo.»

Segue o Decreto:

«Art. unico. Que a notavel Capella filial da povoação da barra de S. Matheus, que já tem pia baptismal e cemiterio, seja creeta em Parochia, abrangendo a mesma povoação e todos os povos estabelecidos nas margens de Leste dos rios Preto e da S. Anna, dividindo-se com a Freguezia da dita villa ao Oeste, pelos referidos rios; ao Sul com a de N. S. da Conceição de Linhares pela Barra Seca, e ao Norte com a de S. José do Porto-Alegre de Mucury pelas Itanuas.»

Além disto que he mui positivo, temos ainda a opinião authorisada do Governador da Capitania do Espirito Santo Francisco Alberto Rubim na sua *Estatistica Official* do anno de 1817, que tratando dos limites da mesma Capitania, diz:

«Beira-mar com a Província da Bahia não tem ponto determinado, por que segundo a primeira divisão de Capitánias neste Continente, principiava esta da parte do Sul do rio Mucury, onde finalisava a Capitania de Porto Seguro dada a Pedro de Campos Tourinho. Ao Sul fica a villa de S. Matheus, e ao Sul desta o districto do rio Doce.»

E na verdade, como bem diz o author da *Memoria* sobre os limites da Província do Espirito Santo, ha em leguas da ponta Tinhaíre á foz do rio Mucury, territorio de dous Donatarios das Capitánias dos *Ilhéos*, e de *Porto Seguro*.

Entretanto a Província da Bahia podia tambem invocar em seu apoio além da opinião de varios authors, a Provisão de 18 de Novembro de 1816, em que o seu direito se acha firmado pelo Poder competente, quando declara que a villa de S. Matheus fazia parte da Comarca de Porto Seguro. Aquê o registramos por interesse historico, porque não he provavel nem conveniente, que volte ao dominio da Bahia, essa porção de territorio nacional:

Provisão de 18 de Novembro de 1816.

«D. João por graça de Deos, Rey do Reino Unido de Portugal, Brazil e Algarves, etc. «Pelo saber a V. Magestade e Capitão General da Capitania da Bahia, que tomando em consideração a necessidade que ha, para educação da mocidade, de Atlas das primeiras letras, na Villa de S. Matheus e Povoação de Santa Cruz da Comarca de Porto Seguro; hei por bem crear nas referidas Villa e Povoação uma Cadeira de primeiras letras, tendo cada uma o ordenado que se acha estabelecido para cadeiras desta natureza, segundo as respectivas terras. O que vos mando participar para as proverdes na forma das minhas Reaes Ordens.

«El-Rey Nosso Senhor o mandou pelos Ministros abaixo assignados, do seu Conselho e seus Desembargadores do Paço, João Pedro Maynard da Fonseca e Sá a fez no Rio de Janeiro, a 18 de Novembro de 1816—Bernardo José de Souza Lobato a fez escrever. —Bernardo José da Cunha Gusmão e Vasconcellos.»

A fronteira occidental com Minas Geraes, assignallada pela serra dos Aymerés, não tem Lei ou Decreto que a authorise, e por consequente nem demarcação.

A meridional, ao oriente do rio de S. Francisco, conta em seu favor o Decreto de 10 de Maio de 1757, a Provisão do Conselho Ultramarino de 20 de Agosto de 1760 que segregou da Comarca da Jacobina, e da Capitania da Bahia o districto das *Minas Novas do Arrassuahy*, para annexar á Comarca do Serro do Frio, e Capitania de Minas Geraes.

Divisão inconveniente, somente explicavel pela policia fiscal da mineração, em que o senso geographico e administrativo erão postergados. O Governo de então teria procedido com mais acerto se ligasse esse territorio com o litoral, creando assim uma nova e importante Capitania, sem augmentar em extremo outra, como ficou a de Minas Geraes; deixando a Bahia por sua parte mal dividida, como demonstra a sua figura na Carta do Brazil.

Eis a integra da disposição da mesma Provisão:

«Hei por bem declarar que toda a Jurisdicção das referidas Minas do Fanado fica pertencendo á Comarca do Serro do Frio, e ao Governo de Minas Geraes, sem a distincção de militar e civil, que não fizeo as ditas minhas Ordens, etc. (Accioli — *Memorias da Bahia*; etc. t. 5 pag. 118 e 119).»



Mas como se vê, não havia assignalamento de fronteira; por isso nesta parte do mappa accetamos os limites que vem apontados, e traçados no mappa da Provincia de Minas Geraes por Gerber.

A fronteira meridional ao occidente do rio de S. Francisco, que se assigna pelo *thalweg* do rio Carunhanha, só tem por fundamento o costume, e o *uti possidetis*, a menos que não seja a Provisão ou Decreto de 1748, ou de 11 de Janeiro de 1715, como pretendem Accioli nas suas *Memorias*, e Abreu Lima na *Synopsis*, que segregou esse territorio do da Capitania da Bahia passando para a de Pernambuco.

A fronteira occidental com a Provincia de Goyaz pelas serras do Paranã, Tauatinga e Duro, e com a do Piahy pelas serras de Gurgueia, Piahy, Dous Irmãos, está nas mesmas condições que a precedente.

Notando-se, pelo que respeita a fronteira de Goyaz, que já foi esta invadida no fim do ultimo seculo no territorio banhado pelo rio das Egoas.

No Piahy, como já dissemos no artigo dessa Provincia, as duvidas sobre limites crescem, e necessitam de solução.

A fronteira oriental com Pernambuco, he disputada pelas duas Provincias, como já notamos no artigo de Pernambuco.

Pelo que respeita a fronteira pelo rio de S. Francisco, não quer Pernambuco reconhecer o direito desta Provincia ao *thalweg* do rio, e o mesmo sustenta Alagôas no pequeno espaço que possui; e portanto, prevalecendo esta doutrina, a linha divisoria está feita e demarcada.

Mas a Bahia entende a questão por outra forma: invocando o *uti possidetis*, e a doutrina que rege a divisão pelos rios, nega-se reconhecer a legitimidade de semelhante pretensão, tendo ella colonizado, e descoberto taes territorios, e feito demarcá-los em épocas remotas.

A pretensão de Pernambuco, fundada tão somente na letra morta de uma vaga doação em que não se sabia o que se ia conceder, tornando-se irrealisavel na maxima parte; tem opposto a Bahia, desde mais de um seculo embargos, cujos fundamentos não são para desprezar.

Quando por Provisão do Conselho Ultramarino de 11 de Janeiro de 1715, segundo Accioli, separou-se da jurisdicção da Comarca da Jacobina o territorio que depois foi denominado—*Comarca do Rio de S. Francisco*, passando para Pernambuco, surgiram questões por causa de 75 illas do rio, que entendia Pernambuco, he pertenciam *todas* por effeito da doação de Duarte Coelho Pereira, em 1531, e Provisão do Conselho Ultramarino de 9 de Fevereiro de 1758, que já deixamos registrada no artigo da Provincia das Alagôas. Replicava a Capitania da Bahia com o facto da descoberta e colonização daquelle territorio, e demarcação que se havia feito das mencionadas illas, quando se mandou annexar a Capitania de Pernambuco o mesmo territorio.

Cactano Pinto de Miranda Montenegro, que vinha de Matto Grosso para governar a Capitania de Pernambuco, passando pela Villa da Barra em 1804, apreciou de perto a questão, tendo ouvido sobre ella o Desembargador e Ouvidor da Comarca de Jacobina, José da Silva Magalhães.

Tratava-se tão somente, na occasião da incorporação da ilha do *Miradouro* ao Julgado de Chique-Chique por aquelle Magistrado. Chegando ao Recife o Capitão General Montenegro dirigio ao Vice-Rey e Capitão General da Bahia Francisco da Cunha Menezes o seguinte officio:

« Ilm. e Exm. Sr.—Da copia inclusa, assignada pelo Secretario deste governo, sua presente a V. Ex. a violação praticada pelo Ouvidor da Comarca de Jacobina José da Silva Magalhães, na correição que fez na villa de S. Francisco das Chagas da barra do Rio Grande no anno de 1803, e o que eu ao dito respeito determinei à Camara daquelle villa, fundando-me na Ordem Régia (Provisão de 9 de Fevereiro de 1758), que achiei nesta Secretaria, a qual desde esta questão em casiditudo.

« Depois que escrevi a referida carta, achiei mais a doação feita em Evora, em 10 de Março de 1534, pelo senhor Rey D. João III, á Duarte Coelho, primeiro Donatario desta Capitania, e forão os limites, que se lhe concederão, desde o rio de S. Cruz até o rio de S. Francisco entrando este todo, como he expresso em algumas palavras seguintes: e assim entrará na dita terra, e demarcação della todo o rio de S. Francisco, e metade do rio de S. Cruz pela demarcação sobredit.

« Sendo pois a posse desta Capitania ocoiva com a sua existência, e sendo ella fundada em titulo legitimo, e confirmada por uma Ordem Régia, espero que V. Ex. se dignará de fazer conhecido ao sobredito Ouvidor a incompetência da sua intervenção, mandando V. Ex. que esta fique do nenhum effeito.

« Deus guarde a V. Ex. muitos annos. Recife de Pernambuco 11 de Março de 1805.—Ilm. e Exm. Sr. Francisco da Cunha Menezes.—Cactano Pinto de Miranda Montenegro.

Eis os fundamentos da pretensão da Capitania de Pernambuco

Agora os da Bahia, que forão expostos pelo mesmo Ouvidor José da Silva Magalhães quando no mesmo anno de 1803 representou contra a decisão do Capitão General de Pernambuco dirigida a Camara da Villa da Barra.

Com quanto de alguma extensão, para a questão he muito importante documento, tanto mais quanto tera elle de ser invocado em novas questões que naturalmente surgirão na fronteira de Pernambuco e das Alagôas, ainda não demarcada:

« Ilm. e Exm. Sr. Chegando a esta villa no dia 24 do corrente, assás molesto e soffrendo ha quatro dias imperitinosesões, que são origens de não fazer estas de meu proprio punho, me vejo precisado a mandar este proprio, expondo a V. Ex. o caso que vou referir, e depois da necessaria narração para o conhecimento da justa deliberação.

« Pela Carta Régia de 5 de Agosto de 1720, expedida ao Ilm. e Exm. Sr. Vasco Fernandes Cesar de Menezes, Vice-Rey e Capitão-General da cidade da Bahia,

a qual se acha na secretaria de V. Ex., foi mandado pelo Soberano criar esta Villa de Jacobina, e seodo encargada esta criação ao Desembargador Luiz de Silveira da Gama, adoeceu este na jornada, recebeu-se a mesma cidade, vindo por isso por commissão do mesmo Ilm. e Ex. Sr. Vasco Fernandes Cesar de Menezes, ultimar o estabelecimento do Coronel Pedro Barboza Leal, e depois por haver sido estabelecida a Villa no lugar da missão da Senhora das Neves, a veio mudar e trasladar daquelle terreno para este da Jacobina o Desembargador Pedro Gonçalves Cordeiro, Ouvidor que então era dessa cidade da Bahia, o qual regulou o districto demarcado com Sergipe de El-Rey com a villa de Maragogipe, com os Ilhos na pancada do mar, com o rio das Mortes, Capitania de Mios-Gerees e com a de Pernambuco nas illas que ficam no meio do rio de S. Francisco, para a parte da Bahia, como tudo consta da certidão junta extrahida do livro da criação desta villa.

« Como os Ouvidores da Bahia, pela grande distancia que havia desta a Minas-Novas, não tão á correição, vinha o Ouvidor do Serro do Frio exercer neste termo a sua jurisdicção; porém o Soberano em 10 de Dezembro de 1734 mandou criar esta Comarca, não com a denominação de Ouvidor da Jacobina, e sim a de Ouvidor da Bahia da parte do Sul, nomeado para criar a Camara da Foz de São Brandão, de que he passou Carta em 30 de Junho de 1739, como tambem consta da certidão que remetio; e tomando posse mandou observar a antiga demarcação, na qual ainda que não houvesse pelo que pertence das illas do rio de S. Francisco, devia observar-se a disposição do § 22 do liv. 2 da *Instituta* tit. 1.—*de rerum Divisione*, que serve de lei no nosso Reino, por não haver nelle legislação contraria.

« Esta disposição ainda he mais terminante ao terreno que presentemente forma a ilha denominada *Miradouro*, a qual he a que serve de objecto da questão, porque esta ilha não he daquellas que o mar descobre, nem das que nascem nos rios, e sim foi originada pelas annues alluções, e enchentes do rio de S. Francisco, que tendo por uma baía a terra firme do Julgado de Xique-Xique, pertencente á Capitania da Bahia, abriu com o lapso do tempo e subavagação das aguas uma valla, que tem de largura quarenta braças, e no verão da passagem a pé e a cavallo.

« Este facto he constante a todos os habitantes e ainda se achão homens que se lembro disto: accresce mais uma razão natural, a qual he ver-se na ilha do *Miradouro* os mesmos arvoredos silvestres e qualidade da terra que se vem na terra firme; em razão do que, fica demonstrado pertencer esta ilha ao Julgado do Xique-Xique e Capitania da Bahia, conforme a antiga demarcação, como pertencia antes que o rio a separasse.

« Os habitantes da povoação da Villa da Barra, requererão ao Soberano o mandar-lhes criar villa o seu arriall; pedindo ao mesmo tempo o annexar-se-lhe terreno da parte da Bahia, que vinha a ser as illas deste districto, e expedido-se para este effeito provisão regia do Ilm. e Ex. Sr. Conde de Alouinça, Vice-Rey e Capitão General da Bahia, a 5 de Dezembro de 1732, mandando esta ao Ouvidor desta Comarca de Jacobina o Desembargador Henrique Corrêa de Sá, para que esta criação que do facto a foi ultimar-se bem que não annexou terreno algum da parte da Bahia áquella nova ilha, tanto pela razão de não ser necessario, attendendo a extensão do limite que lhe deu, como por ser muito prejudicial á Villa do Urubú, como tudo consta da publica forma que remetio.

« Alguns dos meus antecessores não cuidarão em manter restrictamente, como devião, assim a demarcação feita pelo Desembargador Pedro Gonçalves Cordeiro, quando o voto era a villa da Barra, a qual foi confirmada aquella, e nada mais se fez do que iram de correição, assim á mesma Villa da Barra, como ao Julgado de Xique-Xique, districto da Bahia, originando-se da falta disto nas occasiões de delictos, questões de jurisdicções entre aquelles Juizes, e para evitar este conflicto, determinei na correição preterita, a que procedi em anno de 1803, se houvesse de observar rigorosamente aquellas demarcações, que se haviam feito, e illas quaes pertenciam *as illas do meio do rio*, para a parte da Bahia á Villa do Urubú e Julgado do Xique-Xique, não innovando neste cousa alguma, e cingindo-me á antiga demarcação como heva.

« O novo Governador do Pernambuco, na passagem que fez por aquelles lugares, exigio de mim a razão daquelle minha determinação, e em lize fiz uma exposição igual a esta, e lhe mandei da cabeça da Comarca outros identicos documentos, o qual agora, recorrendo a não ter-lhes recebido, escreveo a Camara da Villa da Barra a carta da copia junta, pela qual transcreverá aquellas divisões e limites, cuja carta e livre deliberação eu não devo mandar observar, sem positiva ordem de Sua Alteza Real, ou de V. Ex., que faz as suas vezes, porque quando não tenho jurisdicção para alterar, a restringir limites estabelecidos.

« O Governo do Pernambuco nunca teve posse immemorial em todas as illas do rio de S. Francisco, porque para assim o poder dizer, era necessario conforme a lei, que esta posse excedesse o tempo de cem annos, os quaes os não ha, tanto quanto mostra a pretensão que em 1752 fizeram os habitantes da Barra na criação da sua Villa, em se lhe annexar o mesmo terreno da parte da Bahia, que erao as illas que lhe competião: e ainda que os habitantes de algumas dellas não procurou o posto Espiritual á freguezia da Barra, e a do Pão-Araado por causa da indolencia dos Vigários do Urubú e Xique-Xique, nem porisso pode dizer-se haver posse, segundo a legislação da nossa Ordenação, liv. 2 tit. 45 § 10 in principio, e § 36.

« Aquelle documento que se envia á Camara com a Carta, não serve de regulamento para a questão; pois a sua decisão teve por objecto a cobrança de dízimos; e ainda que se queira tirar diversa illação, contido nos termos das demarcações não vem a ter lugar o arbitrio do Ilm. e Ex. Governador de Pernambuco, sem conhecimento da causa, como houve para a expedição daquelle Régia Provisão, e sim deve recorrer immediatamente a Sua Alteza, uma vez que não quer estar pela antiga demarcação.

« Igualmente represento a V. Ex. como Presidente da Real Junta da Fazenda da cidade da Bahia, que aquelle Ex. Governador escreveu a outra carta da copia junta, ao Coronel de Cavallaria da Barra, a cujo districto pertencem os Julgados de Campo-Largo, do Rio Preto, da Carunhanha e de Pão-Araado, para effeito de pôr em execução o pedimento Real, tendo eu já anno passado, em virtude da ordem do V. Ex., mandado fazer esta diligencia; e porque este mandado he um rigoroso esboço, e attentado feito ao Regio Tribunal da Fazenda da cidade da Bahia, pelo a qual, por meio da jurisdicção desta Ouvidoria, se tem sempre cobrado os dinheiros respectivos de toda aquella Villa e seus Julgados, desde a criação da mesma, como ha do constar das arrecadações entradas naquella Real Eariopela thesauraria da Alfandega, como forão as contribuições voluntarias tanto dos primeiros trinta annos, como dos dez que depois sobrevierão, se faz portanto necessario repellir esta força, para que se não haja de diminuir a jurisdicção da Real Junta da Fazenda por um tal modo.

« V. Ex. á vista destes dous objectos, a que dão causa as cartas daquelle Ilm. o Ex. Governador de Pernambuco, me dará na decisão que vou procurar as instruções necessarias para bem poder reger-me afim de que não lique para o futuro em responsabilidade alguma, por não ter recordado a V. Ex., como devo.

« Deus guarde a V. Ex. Villa de Jacobina, 30 de Julho de 1805.—O Desembargador Ouvidor da Comarca de Jacobina, José da Silva Magalhães.

Estas duvidas nunca forão resolvidas no tempo do regimen colonial, apenas o Conde da Ponte, Capitão General da Bahia teve ordem para nada innovar até a resolução do Conselho Ultramarino. Extinguiu-se entretanto a Resolução de 15 de Outubro de 1827, tornando a annexar á Bahia esse vasto e importante territorio; mas somente por aquelle lado.

**Divisão Judiciaria.**—Nesta Provincia ha uma *Relação*, cabeça do segundo Districto

Judicial do Imperio, de que somente dependem as Comarcas desta Provincia, e as de Sergipe.

A legislação Provincial creou nesta Provincia 24 Comarcas, que assignamos no nosso mappa na conformidade do que praticamos em outras Provincias.

## MAPPA n. XIV.

PROVINCIA DO ESPIRITO-SANTO.

A despeito de seu limitado territorio e pouco numerosa população, ha desta Provincia material geographico em quantidade para consulta e estudo, bem que ainda não sufficiente para conhecer-se o seu territorio, em largos espaços ignoto. Aqui registamos o que podemos haver:

1.º—Carta topographica e administrativa da Provincia do Espirito-Santo, etc. pelo Visconde J. Villiers de l'Isle Adam. Rio de Janeiro, 1850.

2.º—Carta da Provincia do Espirito-Santo, organizada segundo os trabalhos de Freycinet, Spix, Martius e Silva Pontes, etc. por Pedro Torquato Xavier de Brito. Rio de Janeiro, 1854.

3.º—Carta da Provincia do Espirito-Santo, com parte da de Minas que lhe está adjacente, etc. pelo 1.º Tenente de Engenheiros João José de Sepulveda e Vasconcellos. Rio de Janeiro, 1856.

4.º—Carta corographica da Provincia do Espirito-Santo, etc. organizada pelo Engenheiro E. de la Martinière. Rio de Janeiro, 1861.

5.º—Mappa das possessões e das colonizações ali iniciadas do Dr. França e Leite nas margens do rio Dóce, Provincia do Espirito-Santo no Imperio do Brazil. Rio de Janeiro (sem data).

6.º—Mappa do rio Dóce organizado pelo Engenheiro Carlos Krauss sobre os trabalhos de A. Pires da Silva Pontes, Arlincourt e outros, etc. Rio de Janeiro, 1866.

7.º—Mappa geral da Provincia do Espirito-Santo, relativo ás colonias e vias de comunicação por Carlos Krauss, etc. Rio de Janeiro, 1866.

8.º—Mappa geral das Colonias de S. Leopoldina, S. Izabel e Rio Novo na Provincia do Espirito Santo, etc. por Carlos Krauss. Rio de Janeiro, 1866.

9.º—Mappa da parte septentrional da Provincia do Espirito-Santo, organizado sobre os trabalhos de R. von Kruger e outros, por Carlos Krauss, etc. Rio de Janeiro, 1866.

10.º—Carta geographica da parte oriental do Imperio do Brazil, em quatro folhas, contendo as Provincias maritimas de Pernambuco até a do Rio de Janeiro, etc. por Guilherme de Eschwege e C. F. Ph. de Martius, desenhada por J. Schwarzmann. Munich, 1834.

11.—Planta da cidade da Victoria, no anno de 1761, sem nome de autor (*Manuscripta*: propriedade do Sr. Braz da Costa Rubim).

12.—Plano da Bahia do Espirito Santo, e do porto da Victoria, levantado por Mr. Er. Mouchez, da Marinha Franceza, com assistencia de I. da Fonseca, Commandante da Canhoneira *Itajahy*, da Marinha Brasileira. Paris, 1863.

13.—Plano da barra de Guarapary, segundo um esboço Brasileiro, copiado por Mr. Er. Mouchez. Paris, 1863.

14.—Plano dos ancoradouros de Benedito, Ilha Franceza, e Itapemirim, levantado por Mr. Er. Mouchez. Paris, 1863.

15.—Carta geographica da Provincia de Minas Geraes, coordenada por ordem do Exm. Sr. Conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo, Presidente da Provincia, segundo os dados officiaes existentes e muitas e proprias observações por Henrique Gerber, Engenheiro da mesma Provincia. 1862.

Não indica o lugar onde foi lithographada.

16.—Carta da Provincia Brasileira de Minas Geraes, conforme os trabalhos feitos de 1836 a 1853, inclusive os do Engenheiro Civil H. G. F. Halfeld, levantada e desenhada por Frederico Wagner. Gotha, 1862 (na lithographia de Justus Perthes).

Fora do precedente material, e dos Relatorios da Presidencia da Provincia, consultamos as seguintes obras:

1.º—*Novo Orbe Seraphico Braziliico da Chronica dos Frades menores da Provincia do Brazil*, por Fr. Antonio de Santa Maria Jabotam, t. 1, estancia 3.

2.º—*Memorias historicas*, etc., por Monsenhor Pizarro.

3.º—*Historia do Brazil*, por Francisco Solano Constancio.

4.º—*Ensaio sobre a historia e estatística da Provincia do Espirito Santo*, etc., por José Marcellino Pereira de Vasconcellos.

5.º—*Dicionario topographico da Provincia do Espirito Santo*, por Braz da Costa Rubim.

6.º—*Noticia chronologica dos factos mais notaveis da Provincia do Espirito Santo desde o seu desenvolvimento até a nomeação do Governo Provisorio*. Idem.

7.º—*Memoria sobre os limites da Provincia do Espirito Santo*. Idem.

8.º—*Memoria historica e documentada da Provincia do Espirito Santo*. Idem.

9.º—*Informações sobre a Capitania do*

*Espirito Santo*, etc., por Francisco Manoel da Cunha.

10.—*Viagem á Provincia do Espirito Santo*, por Manoel José Pereira.

11.—*Relatorio do Engenheiro Julio Borel du Vernay, sobre uma estrada do Cuieté á Provincia do Espirito Santo* (annexo ao Relatorio do Ministerio do Imperio de 1855).

12.—*Viagem ao Brazil nos annos de 1815, 1816 e 1817 pelas Provincias da Bahia, Espirito Santo e Rio de Janeiro*, por S. A. o Principe Maximiliano de Wied Neuwied.

13.—*Viagem ao districto dos diamantes, e no littoral do Brazil*, por Mr. Augusto de Saint-Hilaire, to. 2 cap. 7.—*Quadro geral da Provincia do Espirito Santo*.

14.—*Memoria estatística da Provincia do Espirito Santo no anno de 1817*, por Francisco Alberto Rubim.

15.—*Notas, apontamentos enoticias para a historia da Provincia do Espirito Santo*, offerecidas ao Instituto Historico por José Joaquim Machado de Oliveira.

**Limites.**—A posição astronomica desta Provincia he a seguinte:

A latitude, como a da precedente Provincia, he toda austral, fica entre 18° 5' e 21° e 28'.

A longitude he toda oriental do meridiano adoptado, fica entre 1° 40' e 3° 22'.

A sua maior extensão de Norte a Sul he de 73 leguas da margem direita do rio Mucury, á esquerda do rio Itabapoana, e de Leste a Oeste 25 leguas das ilhas Guarapary ou Guarapirim a margem direita do correjo Jequitibá. No littoral pode-se contar de 75 a 80 leguas com as respectivas curvas.

Confina ao Norte com a Provincia da Bahia pelo rio Mucury, ao Sul com a do Rio de Janeiro pelo rio Itabapoana, a Leste com o Oceano Atlantico, e a Oeste com a Provincia de Minas Geraes pelo rio Preto afluente do Itabapoana, correjo Jequitibá, riachão José Pedro, e serras de Souza, e dos Aymorés.

Bem que estabeleçamos aqui estes limites cumpre notar que, nem todas as linhas são accetadas pelos confinantes, e ha deficiência de actos legislativos para algumas. A demarcação falta em todas.

Esta Provincia foi doada em seu começo a Vasco Fernandes Coutinho por D. João III em 1534.

A Carta Régia da doação que tem a data de 1 de Junho, marca os seguintes limites da concessão:

« De 50 leguas da terra, as quaes começarão na ponta onde acabavão as 50 leguas do que tenho feito mercê a Pedro de Campos Tourinho, e correrão para a banda do Sul tanto quanto couber nas ditas 50 leguas, entrando nesta Capitania quaesquer illas que houver até 10 leguas ao mar na fronteira e demarcação destas 50 leguas, de que assim faz mercê ao dito Vasco Fernandes Coutinho, as quaes 50 leguas se entenderão e serão de largura e ao longo da costa, e tirarão na mesma largura pelo sertão e terra firme a dentro tanto quanto podereem entrar e fôr de sua conquista, etc. »

Partindo as cincoenta leguas do rio Mucury, he claro que não podião ultrapassar os limites do rio Jucú pouco mais ou menos; mas como a Capitania de Porto Seguro nessa epocha alargara a área do seu territorio alcançando o rio Dóce, o certo he que as cincoenta leguas de Vasco Fernandes Coutinho, encontrarão na Capitania de S. Thomé ou da Parahyba do Sul, confinante pelo lado do Sul, embaraços na limitação.

Notando-se que taes embaraços não deverião suscitar-se, attenta a lettras respectivas concessões, como se vai ver da de Pedro de Góes, que por interesse historico tambem aqui reproduzimos:

Alvará de 28 de Janeiro de 1536.

« D. João por graça de Deus, Rey de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'além mar em Africa, senhor de Guiné, da conquista, navegação, Ethiopia, Arabia, Persia e da India, etc.

« Faço saber, que considerando eu quanto serviço de Deus e meu, e assim provisto de meus Reinos e senhores, e dos naturaes e subditos d'elles, a ser a minha conta o terra de Brazil povoada:

« Hei por bem e na paz, havendo respeito aos serviços que me tem feito Pedro de Góes, fidalgo da minha casa, assim a armada que Martin Alfonso do Sousa foi por Capitão-Mór na dita costa do Brazil, como em alguns descobrimentos que o dito Martin Alfonso fez no tempo que lá andou, em todas as mais cousas do meu serviço, e a que so o dito Pedro de Góes achou, e assim como o dito Martin Alfonso como seu elle, depois assim como o dito Martin Alfonso como seu elle, e a mais da sua vida por fôr lá, nas quaes deu de si muito da conta, e havendo a isso mesmo muito respeito, e a outros serviços que delle tenho recebido, e ao diante espero receber, por fôr lhe fazer mercê, de meu molo proprio, certa sciencia, poder real e absoluto, sem molo pedir nem algum por elle.

« Hei por bem e na paz, de lhe fazer mercê como de facto por esta presente Carta faço mercê e irrevogavel doação entre vivos valdora, desde dia para todo o sempre, de juizo e herdade, para elle e todos os seus filhos, netos, herdeiros e successores que após delle vierem, assim descendentes como transversos, collateraes, segundo auctoridade de declarada, da Capitania de trinta leguas de terra na dita costa do Brazil, que comença de tróze leguas além do Cabo Frio pela banda do Norte, onde se acaba a Capitania do dito Martin Alfonso de Souza, e se acabarão nos baixos dos Pargos: se porerem não houver dentro do dito limite e demarcação as ditas trinta leguas, eu lho não seroi obrigado a lhe satisfazer, e havendo mais ficará com tudo que mais fôr: e bem assim seroi da dita sua Capitania e annexas a ella aquellas illas que houver até dez leguas ao mar na fronteira das trinta leguas, as quaes se entenderão, e serão de largo ao longo da costa, e entrarão na mesma largura do sertão e terra firme a dentro tudo, que podereem encontrar, e fôr da minha conquista.

« E esta doação e mercê e todo nella contido se entenderá cumprida inteiramente desde dez dias de Março do anno de 1534 em diante, porque do dito dia lhe fiz esta mercê, da qual tinha Alvará de lembrança por mim assignada, que foi rôto ao assignar desta em 28 de Janeiro de 1536. »

Felizmente o donatario desta Capitania o mesmo Pedro de Góes chegou a um accordo com Coutinho, e assentarão no seguinte:

« Que a terra do dito Pedro de Góes começa onde se acha a de Martin Alfonso de Souza, pela demarcação correndo para a banda do Norte até vir entestar com a

terra do dito Vasco Fernandes, que partem ambas por esse rio que tem na boca a entrada de umas ilhotas de pedra e de baixo mar, e dahi cobre outra ilhotas mais pequena, o qual rio se chamava na lingua dos Índios *Tapemery*, e os ditos Vasco Fernandes o Pedro Góes he que posero o nome rio *S. Catharina*, e está em altura de 249 braça de duas leguas pouco mais ou menos de uma terra do dito Vasco Fernandes que se chama *Aguapé*, e fica todo o dito rio com o dito Pedro Góes e com o dito Vasco Fernandes Coutinho segundo forma de suas doações, ficauo todo o dito rio com o dito Pedro Góes, como dito he, tornando para a banda do Sul, o dito Vasco Fernandes fica da banda do dito rio para a parte do Norte, etc. »

Ora esta demarcação ficou assentada em uma Provisão ou apostilla ao pé da doação de Pedro de Góes, feita em 26 de Março de 1539.

Em 1619 por infortunio dos Donatorios a Capitania de S. Thomé ou da Parahyba do Sul reverteo á corôa, em retorno de outras graças que forão concedidas ao ultimo Donatario.

Desde essa epocha até 1667 não se alterarão taes limites. Mas nesse anno creandose a Comarca de Cabo Frio, ficou-se por limite septentrional ao respectivo districto o lugar de S. Catharina das Mós.

Em 1674 a Capitania de S. Thomé, sob o nome de *Parahyba do Sul*, foi doada ao Visconde de Assêa, e a seu irmão João Correa de Sá, General na India. Eis os termos com que foi feita essa doação na administração do Principe D. Pedro, Regente em nome do Rey D. Afonso VI:

« Governador do Rio de Janeiro. — Eu o Principe vos envio muito saudar. Pelas particularidades rasões que para isso tive, e conveniências que resultão a minha Corôa: Eu servido fazer mercê ao Visconde de Assêa de uma Capitania de vinte leguas do terras, e a seu irmão João Correa de Sá, General do Exército no Estado da India, de outra do dez leguas das trinta da Capitania, que vagou pela deação (que passa de 40 annos) que fez della Gil de Góes, com declaração que seroi obrigados a formarem logo á sua custa, como se offerecerão cada um na Capitania que lhe toca, uma Villa com Igreja deoanto, e casa de Camara, e casa para trinta casaca, com o mais que para elles necessario fôr, obrigando-se que no termo de seis annos as aperfeiçoarão até com vizinhos para perfeição populus, e no estado politico perfectas, de modo que faltando a estas obrigações, se perderá para a Corôa o que estiver feito, de que vos aqui avisar, para que tentaes entendido, ficais obrigado de saber se dão satisfação ás obrigações referidas, com que lhez fiz esta mercê, e quando a ellas fultem me dareis conta para me ser presente. Escrita em Lisboa a 17 do Julho de 1674.—Principe. »

Os successores dos novos Donatarios fizeram demarcar a Capitania por intermedio do Ouvidor do Rio de Janeiro em 1730, fixando-se como limite boreal o mesmo lugar de S. Catharina das Mós, na *enseada e baixos dos Pargos*.

Por este facto a linha divisoria de Itapemirim foi posta a margem, prevalecendo a subsequente divisão.

Confirmada de novo a mesma doação da Capitania da Parahyba do Sul ao 4.º Visconde de Assêa, por Carta Régia de 23 de Agosto de 1747, em consequencia de ajustes dos Procuradores da Corôa e do novo Donatario, lavrou-se em 30 de Dezembro desse anno um *Auto de posse e medição*, a que assistio o Ouvidor da Capitania e Comarca do Espirito Santo, o primeiro que havia sido nomeado, Pascoal Ferreira de Veras.

Por esse auto ficou assentado que o limite da Capitania da Parahyba do Sul, pelo Norte era o mesmo de 1730, e pelo Sul com a Capitania do Rio de Janeiro era o rio Macahé em toda a sua extensão, comprehendendo provavelmente parte da actual Comarca de Cantagallo até o rio Grande ou Negro, a desembocar no Parahyba.

No anno de 1753, foi a Capitania da Parahyba do Sul annexada á Comarca e Capitania do Espirito Santo; a qual por este facto se estendia da margem direita do rio Mucury á esquerda do Macahé, comprehendendo o seu territorio e o da Capitania da Parahyba do Sul, outrora de S. Thomé; se ambas alcançassem pelo Oeste a área decretada na Carta Régia de 11 de Junho de 1534, uma grande parte do territorio *Minheiro*, se lhe devia annexar.

A Capitania do Espirito Santo deixou de pertencer aos Donatarios em 1718. A Corôa portugueza por escriptura lavrada em Lisboa em 6 de Abril desse anno comprou-a ao ultimo Donatario Cosme Rolim de Moura, por quarenta mil cruzados (16.000\$000).

A da Parahyba do Sul, habitada pelos indigenas Pury, Guarús (por corrupção *Guarullhos*) e Goytacás, passou ao dominio da Corôa, pelo mesmo titulo em 1753, por Provisão do Conselho Ultramarino de 10 de Junho, depois de vencidos os amotinadores e desordeiros que nella abundavão, adversos ao Donatario; tomando posse pela Corôa o Ouvidor Francisco de Sales Ribeiro em 3 de Novembro do mesmo anno.

Cumpre notar que depois da compra feita pela Corôa desta Capitania do Espirito Santo em 1718, passou ella a ser governada por Capitães-môres dependentes da Capitania Geral da Bahia, embora no Judicial dependesse da Comarca do Rio de Janeiro, o que terminou em 1732, quando foi elevada a Comarca por Provisão do Conselho Ultramarino de 15 de Janeiro desse anno.

Depois que o Principe Regente, que posteriormente cingio a Corôa da Monarchia Lusitana soh o nome de D. João VI, assumio em Julho de 1799 o cargo da Regencia em seu proprio nome, creara-se no Brazil trez Capitancias independentes, Ceará, Parahyba do Norte, e Espirito Santo, subordinadas como as outras do Brazil ao Vice-Rey, na Bahia.

O celebre astronomo e geographo Dr. Antonio Pires da Silva Pontes, foi quem veio nesta Provincia exercer o cargo de Governador, e tomou posse em 29 de Março de 1800.



Um dos actos mais importantes da sua administração foi o *Auto de demarcação de limites* desta Província com a de Minas Geraes, assignado em 8 de Outubro do mesmo anno, e posteriormente confirmado por Carta Regia de 4 de Dezembro de 1816.

Tem-se pretendido que a independência da Capitania do Espírito Santo da Capitania Geral da Bahia, começou em 1812, quando foi administrada a Francisco Alberto Rubim. Mas nisto ha manifesto engano, nem a Carta patente do Governador Rubim, datada de 12 de Junho de 1812, declara cousa alguma acerca de semelhante medida; antes limita-se a dizer que elle gosaria de todas as honras, poderes, mando, jurisdição e alçada que teve e de que gosou seu antecessor, e do mais que por ordens Regias, e instrucções lhe fosse concedido.

Ha uma differença entre este Governador e seus antecessores Silva Pontes e Manoel Vieira de Albuquerque Tovar, nomeados pelo Governo, estando ainda o Rey em Portugal; e Rubim, pelo contrario, foi despachado, estando já o Rey nesta Corte; e deste acontecimento resultou talvez o equivoco.

No mesmo engano, mas á respeito de outro, cabe Monsenhor Pizarro em suas *Memorias* to. 2 pag. 21, expressando-se por esta fórma:

« Foi extinta essa subalternação no anno de 1809: e principiando de então a ser independente daquelle Capitania (Bahia) do Espírito Santo, teve por seu Governador 1.º a Manoel Vieira de Albuquerque Tovar, á quem succedeu Francisco Alberto Rubim, que por despacho de 4 de Julho de 1818 passou com o mesmo emprego á Capitania do Ceará, etc. »

Sobre os limites septentrionaes já disse-mos, o que havia succedido com a Província da Bahia.

Quanto aos meridionaes, eis o que occorreu depois da annexação da Capitania da Parahyba do Sul ao seu territorio.

O primeiro golpe partio da Capitania do Rio de Janeiro, que como a da Bahia, quando era centro e cabeça do Estado, queria alargar a área do seu territorio.

Por Alvará de 29 de Julho de 1813 foi desligada da Capitania do Espírito Santo, e annexada á do Rio de Janeiro a villa e territorio de Macahé até o rio do Furado. Eis os termos por que se expressa o Alvará:

« Hei por bem erigir em Villa a referida povoação com o nome de Villa de S. João de Macahé, que terá por limites por uma parte o rio de S. João, e pela outra o rio do Furado; e o Ministro á quem o levantamento da Villa for encarregado, a limitará pela parte do sertão e fará levantar pelourinho, casas do Camara, audiência, e todas as mais officinas á custa dos moradores, e tudo se effectuará de acordo das ordens da Meza do meu Desembargo do Paço. »

« A Villa e seus limites fôrão separados dos termos da cidade de Cabo Frio, e da villa de S. Salvador de Campos, e pertencendo á Comarca do Rio de Janeiro, para o que he por desmembrada da Comarca da Capitania (assim era conhecida a do Espírito Santo) a parte do territorio que até agora lhe pertencia. »

Não sendo ainda sufficiente este pequeno corte, essa divisa incompleta, e não demarcada, foi ainda mais alargada com a Lei de 31 de Agosto de 1832, que segregou do Espírito Santo o restante do territorio da antiga Capitania de S. Thomé ou da Parahyba do Sul.

Eis como se expressa a Lei:

« Art. unico.—As Villas de Campos dos Goytacases e de S. João da Barra, com seus respectivos Termos fôrão pertencendo á Província do Rio de Janeiro. »

Mas os limites dessa Capitania da Parahyba do Sul que pela Carta Regia de 23 de Março de 1727 não comprehendia mais de 30 leguas de costa, e dez de sertão, e cujo termo final ao Norte pelo *Auto de demarcação* de 1730 e 1747 não passava da *Enseada dos Pargos* ou de S. Catharina das Mós, forão ainda alargados pelo direito do mais forte, comprehendendo o restante do termo até o rio Itabapuna. Não existe uma lei que os tenha decretado, mas hoje existe o *uti possidetis*, a vontade da população, o facto consummado.

Pede a verdade que aqui digamos, que a divisão Ecclesiastica das duas Paroquias de Campos e de S. João da Barra levava seus limites ate o rio Itabapuna, como attesta Pizarro em suas *Memorias*; e que desde que o rio Parahyba do Sul não foi dado por divisa as duas Províncias, devia preferir-se a linha do Itabapuna a qualquer outra, por ser a mais clara e conveniente.

A fronteira occidental encontra o territorio da Província de Minas Geraes; mas só em dous pontos se acha declarada pela Legislação. Temos:

1.º—O *auto de demarcação* de 8 de Outubro de 1800, approved pela Carta Regia de 4 de Dezembro de 1816, mas só fixa a divisa nos territorios proximos ao rio Doce, no espigão denominado hoje serra do Souza, que divide as aguas dos rios Guandú e Manhu-assu, cuja Carta assim se exprime:

« Sou servido ordenar o seguinte: que se promova, com a maior actividade e communicação dessa Capitania (Minas Geraes) com a do Espírito Santo por muitas e diferentes estradas, tantas quantas julgarem convenientes, sendo feitas as despesas da sua construção pela Junta da minha Real Fazenda, de cada uma das ditas Capitánias na parte que ficar dentro dos limites das mesmas Capitánias, regulado pelo *Auto de demarcação*, celebrado aos 8 de Outubro de 1800, em que se tomou por limite a linha Norte Sul, tirada pelo ponto mais elevado que se acha entre os rios Guandú e Malassu, na sua entrada em o rio Doce, ficando por consequencia pertencendo a jurisdição do Governo da Capitania de Minas Geraes o terreno que se acha a Oeste desta linha, e ao Governo da Capitania do Espírito Santo o que se acha a Leste da mesma linha; que além das estradas principaes que se abrirem para se conseguir mais facil, breve e segura communicação dos povos, se hajão de abrir outras pelo interior do Sertão, não somente pela linha divisoria, mas parallelamente a esta linha em distancias convenientes, a fim de que pelo encurtamento destas com as estradas que se dirigirem á beira mar, fique commu-

nicaivel todo o Sertão, como muito convém á segurança dos que nelle se forem estabelecer, e ao progresso da pacificação e civilização dos Indios, que tanto tenho recommendado, e que vos deve merecer a mais particular attenção. »

O mesmo *Auto* que corre impresso no *Ensaio sobre a historia e a estatística* desta Província, por J. M. Pereira de Vasconcellos, não he mais explicito sobre este objecto.

2.º—O Decreto n. 3043—de 10 de Janeiro de 1863, fixando provisoriamente os limites da Província do Espírito Santo com a de Minas Geraes na parte comprehendida entre os municipios de Itapé-mirim e S. Paulo de Muriaé, só se limita á esse ponto como se verá do art. 4.º que abaixo transcrevemos:

« Os limites entre as Províncias do Espírito Santo e Minas Geraes, na parte comprehendida entre os municipios de Itapé-mirim e S. Paulo de Muriaé, são provisoriamente fixados pelo rio Preto, braço principal do Itabapuna, ficando comprehendidos na primeira dasquellas Províncias os lugares denominados *Veado* e *S. Pedro de Rates*. »

O Aviso n. 824—de 18 de Julho do mesmo anno, referindo-se a esse decreto nenhuma luz accrescenta a este assumpto.

Os mappas ns. 1, 2 e 4 que sobre a materia consultamos, são deficientes: em taes circumstancias aproveitando-nos das cartas de Minas Geraes, por Gerber e Wagner, traçamos os limites que se veem em nosso mappa: bem que por engano na distribuição das tintas, alguns exemplares alcancem a margem direita do Rio Manhu-assu, linha que aliás nos parece a mais natural e conveniente.

Entretanto, a executar-se a Carta de doação de Vasco Fernandes Coutinho, unica lei que existe, o territorio ainda inculto até os rios Doce e Mucury pertence de direito á Província do Espírito Santo, até onde chegarem as 50 leguas concedidas ao mesmo Vasco Fernandes Coutinho.

Não obstante, traçamos no nosso mappa outra linha conforme as já citadas Cartas de Minas Geraes, visto como já por ali se mantem um *uti possidetis*, sem protesto desta Província.

Em vista da mesma Carta de doação, não podemos contemplar no territorio desta Província os Archipelagos da Trindade e de Martin Vaz, posto que demorem em latitudes sujeitas ao territorio desta Província; por quanto esses archipelagos distão da costa mais de duzentas leguas maritimas, o excede o termo fixado como limite oriental a este territorio, a saber dez leguas.

**Divisão Judiciaria.**—Depende esta Província do Ecclesiastico como no Judicial, do Municipio Neutro, onde se acha a sede da Diocese, e o assento da Relação, a cujo districto estão sujeitas as Comarcas desta mesma Província.

Sendo ainda mui minguada a população, diminuto he o numero das respectivas Comarcas, cujos limites estão nas mesmas condições dos das circumscriptões de igual categoria, nas Províncias de que já nos occupamos.

## Províncias meridionaes.

### Mappa n. XV.

MUNICIPIO NEUTRO.

Para a Carta do territorio deste Municipio, dependente da Província do Rio de Janeiro tão somente em eleições de Deputados Geraes e de Senadores, mui escassos recursos encontramos, como se verá na presente resenha:

1.º—Planta de uma parte do Municipio da Corte e Província do Rio de Janeiro, levantada pelo Marechal de Campo Manoel Martins do Couto Reys em 1801, e copiada em 1865 pelo Engenheiro C. J. P. das Neves (*Cópia do Archivo Militar*).

2.º—Mappa topographica da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro até a Real Caza de Santa Cruz, em que se achão notadas as leguas que decorrem de um á outro sitio. Feito no Real Archivo Militar no anno de 1812 (*Cópia do Archivo Militar*).

3.º—Planta cadastral da Fazenda Nacional da Lagoa de Rodrigo de Freitas, levantada por Pedro Gaignoux, por ordem do Ministerio da Fazenda em 1864 (*Cópia do Archivo Militar*).

4.º—Planta da parte meridional do terreno pertencente á Imperial Fazenda de Santa Cruz em o tempo dos Jesuitas, por Antonio Elzeario de Miranda e Brito (*manuscripta*), pertencente ao Commandador Antonio de Souza Ribeiro.

5.º—Planta da estrada de Santa Cruz, por C. J. de Niemeyer, 1838. Copiada do original por C. J. de Niemeyer em 1840 (*Cópia do Archivo Militar* de 1866).

6.º—Mappa da Fazenda de Santa Cruz, segundo a medição do tombo dos Jesuitas (*annexo á obra—O Tombo ou copia fiel da medição da demarcação da fazenda nacional de Santa Cruz*, etc. Rio de Janeiro, 1829).

7.º—Planta hydrographica da bahia do Rio de Janeiro levantada em 1810 por uma Commissão de Officiaes da Armada, e novamente correcta e augmentada por Joaquim Raymundo de Lamare, Capitão Tenente da Armada Imperial e Nacional em 1847.

Não indica o lugar onde foi lithographada.

8.º—Planta da Bahia do Rio de Janeiro, e de seus arredores, levantada por Mr. Guilherme de Eschwege em 1821. Munich, 1834.

Estas plantas vem juntas a Carta geographica da parte oriental do Brazil, pelo mesmo Eschwege e de Martius.

9.º—Planta da bahia do Rio de Janeiro, levantada em 1826 e 1827 por Mr. Barral, etc. Pariz, 1829.

10.—Plano da bahia e cidade do Rio de Janeiro, lithographado em Paris na casa de Kaepelin, no caes Voltaire n. 15 (*sem data*).

11.—Planta da cidade do Rio de Janeiro, organizada no Archivo Militar pelos officiaes do exercito Coronel Frederico Carneiro de Campos, Tenente-Coronel Dr. A. J. de Araujo, capitão M. F. C. de Oliveira Soares, e 1.º Tenente A. L. de Abreu. Rio de Janeiro, 1858.

12.—Idem, por Conrado Jacob de Niemeyer nas duas edições do Mappa geral do Imperio.

13.—Nova planta da cidade do Rio de Janeiro, publicada por E. & H. Laemmert. Rio de Janeiro, 1864.

14.—Planta da cidade do Rio de Janeiro desde a Praia Vermelha até Bemfica (*Cópia do Archivo das Obras Publicas*).

Além destes auxilios, dos *Relatorios* do Ministerio do Imperio, consultamos o seguinte:

1.º—*Memorias historicas do Rio de Janeiro*, etc. por Monsenhor Pizarro.

2.º—*Annaes do Rio de Janeiro contendo a descoberta e conquista deste paiz, a fundação da Cidade, com a historia civil e a ecclesiastica até a chegada do Sr. Rey D. João VI*, por Balthazar da Silva Lisboa.

3.º—*Memorias para servir á historia do Reino do Brazil*, pelo Padre Luiz Gonçalves dos Santos.

Contém as plantas da bahia e da cidade do Rio de Janeiro.

4.º—*Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brazil*, pelo Padre Simão de Vasconcellos.

5.º—*Pequeno Panorama*, pelo Dr. M. D. Moreira de Azevedo.

6.º—*Almanack historico da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro em 1799*, por Antonio Duarte Nunes.

7.º—*Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, pelo Dr. Joaquim Manoel de Macedo.

8.º—*Almanack administrativo, mercantil e industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro*, etc. fundado por Eduardo von Laemmert.

No artigo—*Collecção de documentos Officiaes, dados estatísticos e commerciaes*, etc. de diferentes annos.

9.º—*Corographia historica do Imperio do Brazil*, etc. pelo Dr. A. J. de Mello Moraes.

**Limites.**—A posição astronomica do Municipio Neutro he a seguinte:

A latitude austral he de 22º 43' á 23º 6'. Longitude oriental he de 44º e a occidental de 35', do meridiano adoptado.

A sua maior extensão de Norte á Sul, excluidas as ilhas, he de 8 leguas da margem direita do rio Merity á Pedra do Relogio, e de Leste á Oeste 12 leguas escassas, da ponta do Calabouço á margem esquerda do rio Guandú. De littoral pode-se contar de 25 á 30 leguas, comprehendendo o das ilhas importantes.

O Municipio Neutro he uma criação do Acto Adicional no art. 1.º O seu territorio pertence a circumscriptão da Província do Rio de Janeiro; mas enquanto a Corte estiver fixada na cidade do Rio de Janeiro, sua administração continuará independente do governo da mesma Província; e por isso immediatamente sujeita ao Governo Central, pela Repartição do Ministerio do Imperio.

Confina ao Norte, com o Municipio de Iguaçu pelos rios Guandú-mirim e Mirity, ao Sul com o Oceano Atlantico, a Leste com a Comarca de Niteroy, pelas aguas da bahia do Rio de Janeiro, e á Oeste com o Municipio de Itaguahy, pelo rio Guandú.

Dependem deste Municipio 12 parochias urbanas, e 8 sub-urbanas, sendo duas insulares; e de N. S. da Ajuda da Ilha do Governador, outr'ora denominada pelos Tamoyos *Paranapuá* ou *Paranapuchy*, e pelos Portuguezes, ilha de *Maracajá* ou do Gato; e a do Bom-Jesus do Monte na ilha de Paqueta.

O territorio do Municipio, tal qual se acha organizado, data de 1833, quando se lhe annexou a Parochia da ilha de Paqueta, em virtude do Decreto de 23 do Março de 1833, que abaixo transcrevemos:

« A Regencia em nome do Imperador, tomando em consideração o que lhe representarão os moradores das ilhas de Paqueta e adjacentes, sobre os prejuizos e incommodos que soffrem, de pertencerem ao Municipio da Villa de Magé, onde não tem relações algumas de commercio, e cujas viagens além de dispendiosas, são de grande difficuldade, requerendo por isso ficarem annexas ao Municipio desta Capital, que fornecendo-lhes de tudo o necessário, tornam a sua communicação mui vantajosa pelas relações de reciproco interesse, ligações de amizade e viagens commodas e mui frequentes que hei por bem ordoar que a dita ilha de Paqueta, com as outras adjacentes, que pertencem a mesma Freguezia, fação parte d'ora em diante do Municipio desta Capital, sendo desmembrada do da Villa de Magé a que até agora estarão annexas; ficando nesta parte alterada a disposição dos artigos 1.º e 10 do Decreto de 15 de Janeiro do corrente anno. »

Na bahia ou antes golfo do Rio de Janeiro que foi descoberto no 1.º de Janeiro de 1502 por D. Nuno Manoel e Americo Vesputio, possui o Municipio Neutro todas as ilhas vizinhas da costa occidental: do lado oriental as do archipelago de Paqueta.

Além da ilha do Governador, assim chamada do Governador Salvador Corrêa de Sá, e outr'ora ilha dos *Sete Engenheiros*, e da de Paqueta, as mais notaveis pela extensão do seu territorio, são: a dos *Frades* ou da *Caquerada*, que tem pouco mais de meia legua de comprido, a da *Sapucaia*, de *Manoel Luiz*, e a do *Fundão*, que Pizarro tambem chama dos *Gatos*. E por outras circumstancias são: a das *Cobras*, de *Villegaignon*, outr'ora das *Palmeiras*, da *Lagem*, *Encadas*, *S. Barbara*, *Pombas*, ou *Pombeba*, *Galeão*, etc.

A ilha do Governador he de todas a maior, tendo de circumferencia, segundo Pizarro, quasi 7 leguas, e mais de 2 á 3 no seu diametro. A Bahia do Rio de Janeiro, onde ella occupa tão largo espaço, tem 6 leguas de comprimento de Norte a Sul, 4 na maior largura, e 32 de circumferencia.

Fóra da barra conta tambem o Municipio Neutro como parte do seu territorio as seguintes ilhas:

1.º Em frente á barra: a ilha *Rasa*, onde se acha o pharol, e em sua visinhança, as ilhas das *Palmas*, *Redonda*, *Comprida*, *Lage* e *Alagada*; a que tambem, impropriamente, chamão *Caçarras*.

2.º Em frente a foz do lago de Jacarepaguá: o archipelago das *Tijucas* e as ilhas do *Funil* e *Alfacaça*.

3.º Em frente á ponta ou alto do Curupirã: as ilhas *Sernambityba*.

4.º Na barra da Guaratyba, a ilha *Raza*, e outras de menor importancia.

5.º No golfo ou bahia de Sepetiba: as ilhas de *Guarãquessaba*, do *Tatú* e da *Pescaria*.

Além destas ilhas addicionamos ao mesmo Municipio, o archipelago da *Trindade*, e a ilha de *Martin Vaz*, em 21º 30' de latitude austral, e em 14º 26' de longitude oriental do nosso meridiano; porque entendemos que estando fóra das dez leguas da costa devem ficar incluídas no Municipio da Corte, de preferencia á qualquer Província; tanto mais quanto, essas ilhas em taes condições, servem para presidios, e estabelecimentos penaes, objectos de competencia geral.

He para lastimar que o Governo do Brazil ainda não desse toda a importancia a um ponto digno de ser considerado, pelo lado que já notamos, assim como sob a relação de uma escola pratica da nossa marinha de guerra, etc.

Em 1831 pensou-se uma vez neste objecto como se vê do Aviso de 27 de Outubro desse anno, que aqui registramos, mas abandonou-se pelo adiamento sem termo, segundo os nossos habitos.

Eis o Aviso:

« Sendo preciso que se levante a Carta topographica da ilha da Trindade, e ao mesmo tempo a hydrographica de sua costa, as quaes deverão ser esclarecidas com uma exacta e circumstanciada descripção mineralogica e botânica da mesma ilha, a fim de poder o Governo deliberar com acerto sobre a occupação della do modo que lhe mais conveniente ao serviço nacional; determina a Regencia, em nome do Imperador, que seja nomeado para semelhante commissão, por se achar convenientemente habilitado para ser incumbido della o Major graduado do corpo de Engenheiros, Antonio João Rangel de Vasconcellos. O que participo a V. S. para lhe expedir as necessarias ordens, fornecendo-lhe todos os instrumentos que forem absolutamente indispensaveis para o bom desempenho da referida commissão, e prevenindo de que brevemente deverá partir. »

« Deos guarde a V. S. Paço, em 27 de Outubro de 1831. —Manoel da Fonseca Lima e Silva. »

Como se terá visto, escassos forão os auxilios que tivemos para o mappa deste territorio, que podia conter outros detalhes; mas infelizmente ha sobre este assumpto deficiencia de dados topographicos. O que existe não tem grande importancia, e pouca confiança inspira.

**Divisão Judiciaria.**—Estando estabelecida na cidade do Rio de Janeiro a Corte do Imperio, achase-se portanto nella o assento dos primeiros Tribunaes da Nação, quanto ao Civil; e pelo que respeita ao Ecclesiastico, he a sede de um Bispo.

Nella tambem tem assento o Tribunal de uma das *Relações*, á cujo districto estão sujeitas as Províncias do Rio de Janeiro, do Espírito Santo, Minas Geraes, Goyaz, Matto Grosso, S. Paulo, Parana, S. Catharina, e S. Pedro do Rio Grande do Sul.

Por si só constitue a Corte o seu territorio uma Comarca civil, cujos limites são os mesmos do Municipio.

## Mappa n. XVI.

PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO.

Sobre esta Província o material que colhemos não passa do seguinte:

1.º—Carta corographica da Província do Rio de Janeiro, mandada organizar por Decreto da Assembléa Provincial de 30 de Outubro de 1857, etc., encarregada aos Engenheiros Pedro de Alcantara Bellegarde e Conrado Jacob de Niemeyer, 1858 a 1861.

Nesta Carta vem a planta da cidade de Niteroy, e de diferentes cidades e villas da mesma Província.

2.º—Nova Carta corographica da Província do Rio de Janeiro, organizada sobre os trabalhos de Pedro de Alcantara Bellegarde e Conrado Jacob de Niemeyer, publicada por Eduardo Rensburg. Rio de Janeiro, 1865.

3.º—Carta topographica e administrativa da Província do Rio de Janeiro e do Municipio Neutro, erigida sobre os documentos mais modernos, pelo Visconde J. de Villiers de l'Isle Adam. Rio de Janeiro, 1850.

4.º—Mappa da Província do Rio de Janeiro, 1866. Rio de Janeiro em casa dos Edictores proprietarios E. & H. Laemmert: escala de 70 kilometros, ou de 11 leguas.

5.º—Carta corographica da parte oriental do Imperio do Brazil, em quatro partes, contendo as Províncias maritimas de Pernambuco até á do Rio de Janeiro, etc. por Guilherme de Eschwege e C. Fr. Ph. de Martius, desenhada por J. Schwarzmann. Munich, 1834.

6.º—Mappa das linhas do Correio da Província do Rio de Janeiro, lithographado sem indicação do lugar e do anno.

7.º—Mappa da estrada de ferro de D. Pedro II, impresso nesta Corte na lithographia de Ed. Rensburg, sem indicação do anno.

8.º—Planta da linha da Imperial Companhia de navegação á vapor e estrada de ferro de Petropolis, e dos planos inclinados em projecto na Serra da Estrella. Rio de Janeiro, 1862.

9.º—Planta topographica da Província do Rio de Janeiro levantada pelos Officiaes Engenheiros Vicente da Costa e Almeida, Pedro Bellegarde, Julio Frederico Koeler, e pelo Tenente da Armada Nacional Joaquim Raymundo de Lamare. Primeira carta comprehensiva acidade de Niteroy. Rio de Janeiro, 1833.

10.—Planta da cidade de Niteroy, capital da Província do Rio de Janeiro, publicada por C. J. de Niemeyer, na primeira edição da Carta geral do Brazil. Rio de Janeiro, 1844.

11.—Carta derroteira da costa do Brazil entre o Rio de Janeiro e a Bahia, levantada e desenhada em 1861 e 1862 por Mr. Er. Mouchez, Capitão de Fragata, Commandante do *D'Entrecasteaux*, auxiliado por I. da Fonseca, commandante da Canhoneira *Itajahy*, etc. Paris, 1863.

12.—Carta derroteira da costa do Brazil, do Rio de Janeiro ao Rio da Prata e Paraguay, organizada segundo os mais recentes documentos, sujeitos ás observações feitas á bordo dos Avisos a vapor *le Bisson* (de 1856 a 1861), e o *D'Entrecasteaux* (de 1861 a 1862), por Mr. Er. Mouchez, Capitão de Fragata. Paris, 1863.

13.—Carta particular da costa do Brazil, entre o cabo de S. Thomé e Benevente, levantada e desenhada por Mr. Er. Mouchez, Capitão de Fragata, Commandante do *D'Entrecasteaux*, com o auxilio de I. da Fonseca, Commandante da Canhoneira Brasileira *Itajahy*, etc. Paris, 1863.

14.—Carta particular da costa do Brazil entre os cabos de S. Thomé e Frio, levantada e desenhada pelos mesmos, etc. Paris, 1863.

15.—Plano do porto de Cabo Frio, levantado em 1862, por Mr. Er. Mouchez, etc. Paris, 1863.

16.—Plano do ancoradouro de Itabapuna, por Mr. Er. Mouchez, etc. Paris, 1863.

17.—Plano das bahias da ilha Grande e de Sepetiba, pelo Capitão Tatham, copiado por Mr. Er. Mouchez, Paris, 1863.

18.—Plano dos ancoradouros de Managuá, Paraty-mirim, e Cahyba, ao norte do Cabo Joatinga. Província do Rio de Janeiro, etc., levantado em 1858, e copiado por Mr. Er. Mouchez. Paris, 1863.

19.—Plano do ancoradouro da bahia Flamengo e ilha dos Porcos, levantado em 1816 por Mr. R. Turner, da Marinha Inglesa, e copiado por Mr. Er. Mouchez. Paris, 1863.

20.—Os mappas ns. 15 e 16 da Província do Espírito Santo.

21.—Desenvolvimento da parte da divisa provisoria das Províncias de Minas e Rio de Janeiro, comprehendida entre a cachoeira dos Tombos e o Poço Fundo. 1854 (*manuscripta*: do Archivo do Ministerio do Imperio).

22.—Mappa do territorio questionado pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Geraes. Campos, 1853, por A. Pralon (*idem*).

23.—Planta da divisa entre as freguezias de S. Anna do Municipio de Resende e a de Barreiros, do Municipio de Arêas, conforme os limites de Resende, por Joaquim José de Oliveira, Major de Engenheiros. 1848 (*idem*).

24.—Mappa sobre as divisas das Províncias do Rio de Janeiro e de S. Paulo, traçado por José Porphyrio de Lima (*idem*).

25.—Mappa de uma parte da Província de Minas Geraes, para conhecimento dos limites provisórios entre a mesma Província e a do Rio de Janeiro estabelecidos pelo Decreto n. 297—de 19 de Maio de 1843; e dos motivos em que se fundou a proposta da Presidencia de Minas de alterar aquella ordem, procurando para limites a barra do Carangola, e este rio até a mesma divisa provisoria. Ouro Preto (*Lithographia de Chenol*).

Além destes auxilios, e dos *Relatorios* da Presidencia da Província, recorremos:

1.º—As *Memorias historicas do Rio de Janeiro*, e *Províncias annexas á jurisdição do Vice-Rey do Estado do Brazil*, etc., por José de Souza de Azevedo Pizarro e Araujo, vulgarmente conhecido por *Monsenhor Pizarro*.



2.º—*Annaes do Rio de Janeiro*, etc., por Balthazar da Silva Lisboa.

3.º—As obras de ns. 3, 6 e 9 do precedente artigo, e o n. 12 do artigo da Província do Espírito-Santo.

4.º—*Novo Orbe Seraphico Brazilico* ou *Chronica dos Frades menores da Província do Brazil*, por Fr. Antonio de S. Maria Jabotam, to. 1 Dig. 1 Estancias 8, 9, 10, e Dig. 2 Est. 2.

5.º—*Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brazil*, etc., por Simão de Vasconcellos.

6.º—*Synopsis ou Dedução chronologica dos factos mais notaveis da Historia do Brazil*, pelo General José Ignacio de Abreu e Lima.

7.º—*Historia do Brazil*, por Francisco Solano Constancio.

8.º—*Memoria historica e documentada da aldea dos Indios da Província do Rio de Janeiro*, por Joaquim Norberto de Souza e Silva.

9.º—*Noticia das Colovias agricolas, Suissa e Allemã, fundadas na freguezia de S. João Baptista de Nova-Friburgo*, etc., por João Lins Vieira Cansação de Sinimbu.

10.º—*Relatorio dos Engenheiros Kellers sobre a navegação do rio Parahyba, entre Campo Bello e a Cachoeira (anexo ao Relatorio do Ministerio da Agricultura de 1864)*.

11.º—*Idem: entre Campo Bello e a Barra do Pirahy (anexo ao Relatorio do mesmo Ministerio, de 1863)*.

12.º—*Itinerario do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Geraes e Goyaz*, pelo Brigadeiro R. J. da Cunha Mattos.

13.º—*Viagem nas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Geraes*, por Augusto de Saint-Hilaire.

**Limites.**—Esta Província confina ao Norte com a Província de Minas-Geraes, pela serra da Mantiqueira, pelos rios Preto, Parahybuna, Parahyba do Sul, e riachão Pirapetinga, rio e serra de S. Antonio, serras Freicheiras, Gavião e Batalal, ao Sul com o Oceano Atlantico e com a Província do Espírito-Santo, pelo rio Itabapana; a Leste com o Oceano Atlantico, e a Oeste com a Província de S. Paulo, pelas serras do Paraty, Geral, Bocaina, Ariró, Carioca e riachão do Salto.

A sua posição astronomica he a seguinte: Latitude austral 20º 50' e 23º 19'. Longitude oriental 2º 9', e occidental 1º 42'.

A sua maior distancia de Norte a Sul he de 45 leguas, desde a serra do Batalal a Cabo Frio; e de Leste a Oeste 80 leguas de S. João da Barra á serra do Paraty; e pelo littoral perto de 120 leguas.

A circumscripção que constitue hoje a Província do Rio de Janeiro, compõe-se de territorios pertencentes ás antigas Capitánias doadas a Martim Affonso de Souza, a João Gomes Leitão com Gil de Goes da Silveira, e a Pedro de Goes; a saber: S. Vicente, Cabo Frio, e S. Thomé ou Parahyba do Sul.

A parte pertencente a Martim Affonso de Souza alcançava a Ponta Negra; a de João Gomes Leitão, era todo o espaço entre a Ponta Negra ou *Eritiba*, e a foz do rio Macahé, e a de Pedro de Góes, seguia até a enseada ou baixos dos Pargos.

A Capitania de Cabo Frio foi reconquistada aos Hollandezes em 1615, sendo o director da empresa Constantino Menêlas, Governador do Rio de Janeiro, o qual depois de fundar a povoação de Cabo Frio com a prerogativa de cidade, deixou por Capitão-mór a Estevão Gomes.

Os limites dessa Capitania se estendião a principio para o Norte até S. Catharinadas Mós. Posteriormente pela nova doação da Capitania da Parahyba do Sul, foram os seus marcos fixados em Carapebus, e por ultimo na foz do rio Macahé, pela fronteira oriental.

Pela occidental alcançava a Ponta Negra como já vimos, com uma extensão de 29 leguas.

A Capitania de Cabo Frio havendo sido governada por sete Capitães-móres até 1743, cessou de existir em 30 de Outubro de 1749.

Entretanto cumpre declararlo, nunca vimos a Carta Regia ou Alvará decretando a doação, em prejuizo do primeiro Donatario Martim Affonso de Souza.

Ao excellento porto do Rio de Janeiro, talvez o primeiro do mundo, cuja importancia Martim Affonso de Souza não comprehendendo ou não teve tempo de examinar, não obstante haver-se nelle demorado trez mezes, de 30 de Abril a 1.º de Agosto de 1531, como se mostra do *roteiro* de Pedro Lopes de Souza, seu irmão; se deve a criação desta Província, e sua denominação.

Foi necessario que os Francezes viessem mostrar o alcance de tão magnifica posição, tendo-se perdido de 1502 a 1567, mais de 60 annos infructiferamente.

Foi ainda necessario para conseguir a posse, que os Missionarios Nobrega e Anchieta á custa de grandes sacrificios, e abnegação Apostolica obtivessem a paz com os indigenas Tamoyos; o que se teria talvez facilmente obtido, na passagem e demora de Martim Affonso em 1531.

Poucos annos depois da organização do seu governo, dependente do da Bahia, tanta era a importancia da sua posição, que a Metropole desligou-a daquella Capitania

confiando em 1572 a Antonio de Salema todo o territorio meridional do Brazil, que se limitava com o da Bahia pelo rio Jequitinhonha.

Esta independencia não durou dous lustros, por quanto na administração de Lourenço da Veiga em 1578, tornou esta Capitania a ficar subordinada á da Bahia, onde se achava o Governador geral.

Não obstante, passados 80 annos, em 1638 Salvador Corrêa de Sá e Benevides foi despachado para regê-la com todos os territorios ou Capitánias meridionaes, mas isento da dependencia do Governador da Bahia. Mas esse privilegio limitou-se á sua administração.

Passados 105 annos, em 1763, a metropole do Brazil foi transferida da Bahia para a cidade do Rio de Janeiro, em razão das lutas do Rio da Prata, e de então para cá tem sido esta cidade a Capital de todo o territorio Brazilico.

Mas antes dessa transferencia o governo, ou Capitania Geral do Rio de Janeiro abrangia todo o territorio da actual Província do Rio de Janeiro, menos o da antiga Capitania da Parahyba do Sul, a quasi totalidade do territorio Mineiro, Goyaz, Mato Grosso, S. Paulo, Paraná, S. Catharina, S. Pedro do Rio Grande do Sul, denominada *Capitania d'El-Rey*, e a Colonia do Sacramento.

S. Paulo, outr'ora Capitania de S. Vicente, que dependia da Bahia, obteve ser annexado ao Rio de Janeiro por Carta Regia de 22 de Novembro de 1698, dirigida ao Governador Arthur de Sá e Menezes, na qual se lêem as seguintes palavras:

«Fui servido resolver fiquem nesse Governo do Rio de Janeiro como pedem, com declaração, que as causas que se moverem entre aquelles moradores de S. Paulo não de por appellação para a Bahia, por que estas não podem acabar no Ouvidor do Rio de Janeiro; de que me parece avisar-vos, e ao Governador Geral do Estado, para um e outro o terem assim entendido. Escripção em Lisboa á 22 de Novembro de 1698—Rey. O Conde de Alvor. Para o Governador da Capitania do Rio de Janeiro.»

Em 1709 por Carta Regia de 9 de Novembro, foi creada a nova Capitania Geral de S. Paulo e de Minas Geraes, em que se achavam envolvidos todos os territorios mais occidentaes, sendo a cidade de S. Paulo a capital da nova Capitania; havendo pouco depois comprado a Corôa ao Marquez de Cascaes por quarenta mil cruzados toda a herança de Pedro Lopez de Sousa; como realiso em 1791 por Decreto de 17 de Dezembro, a incorporação da Capitania de S. Vicente, compensando-se o Conde de Vimieiro, com mercês, o direito que ainda tinha naquella territorio.

Depois dessa segregação ficou a Capitania do Rio de Janeiro reduzida a um diminuto territorio, entre as serras do Paraty e da Mantiqueira á Ponta Negra; alcançando a foz do rio Macahé pela incorporação da Capitania de Cabo Frio em 1749.

Mas neste seculo pelo Decreto de 14 de Março de 1813 lançou os seus limites até rio Furado, e pela Carta de Lei de 9 de Agosto de 1832, incorporou ao seu territorio toda a antiga Capitania de S. Thomé ou da Parahyba do Sul, como já havia feito com a de Cabo Frio em 1749.

Portanto, conhecida a historia da organização do territorio desta Província, he desde 1709 ou 1740, que devemos descriminar os limites desta Província com suas conterraneas.

Já conhecemos a linha divisoria com a Província do Espírito Santo, e o modo por que se alcançou a margem direita do rio Itabapana, e consequentemente o *thalweg* do rio.

Por S. Paulo foi regulada a fronteira em dous pontos, nas Comarcas do Paraty e de Resende.

Com a primeira dá-nos testemunho o Decreto de 29 de Janeiro de 1833, que aqui reproduzimos:

«A Regencia, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, resolvendo definitivamente as duvidas, em que até agora se tem conservado as Camaras Municipaes das Villas de Paraty, desta Província e de Cunha, da de S. Paulo, sobre os limites dos seus termos conterraneos; depois de proceder ás necessarias informações, e de ponderar as razões offerecidas de uma e outra parte, decreta:

«Os termos das villas de Paraty e Cunha ficão divididos pelo alto da Serra, pertencendo a cada uma das villas a parte da mesma Serra que verte para o seu lado.»

Pelo lado da Comarca de Resende expedio-se em 1844 o Decreto n. 408—de 28 de Maio, que assim se pronuncia:

«Constando na minha Imperial Presença que se tem suscitado conflitos entre as autoridades da Villa de Arêas, pertencente á Província de S. Paulo e as da Villa de Resende, pertencente á Província do Rio de Janeiro, pondo-se assim em perigo a segurança e a tranquillidade dos habitantes daquelles lugares, por se não haver guardado, entre o pé do Morro de Santa Anna, e o lugar denominado Maximo, os limites que na inauguração desta ultima Villa forão a ella demarcados pelo Ouvidor da Comarca José Albano Fragoso, em 29 de Setembro de 1801, época muito anterior á criação da Villa de Arêas, que teve lugar por Alvará de 28 de Novembro de 1816, e deixou subsistentes aquelles limites; e desejando occorrer com o conveniente remedio para que não continuem os mencionados conflitos.

«Hei por bem, tendo ouvido a Secção do Conselho de Estado dos Negocios do Imperio, que d'ora em diante se respeitem e observem os ditos limites, as quaes ultimamente mandei avivar por uma Commissão composta do Dr. Antonio Manoel Fernandes Junior, do major de Engenheiros Joaquim José de Oliveira, do 2º tenente do mesmo corpo Marcelino Rodrigues da Costa, e do Amanuense addito á Secretaria da Policia da Província do Rio de Janeiro Matheus Moreira Barreiros: tendo esta commissão fixado para maior clareza e perduravel memoria dos mesmos limites, hum marco no alto do Morro de Santa Anna, setecentas e cincoenta braças distante do pé do mesmo Morro, outro na mar-

gem esquerda do regato Carrapatinho, em distancia de quatro milhas do primeiro marco; e finalmente outro na margem esquerda do Rio Formoso, em distancia de quatro milhas e meia do segundo; comprehendendo a estrada em sua extensão oito milhas e meia, contadas pelas voltas do caminho, desde o Morro de Santa Anna, que divide a Freguezia de Barreiros da do Arêas, até ao Rio Formoso, que divide a Freguezia de Barreiros da do Bananal, como tudo se mostra do *Auto do arvoreamento de limites*, que se lavrou e do Mappa respectivo, os quaes se conservarão annexos ao presente Decreto.»

Estas divisas não podem ser mais inconvenientes: basta lançar os olhos sobre o mappa desta Província. Não pôde haver nada de mais vago em materia de limites. Seria preferivel uma recta da serra Geral á foz do riachão do Salto, ficando para esta Província os inuicipios de Arêas e do Bananal, como os mesmos habitantes desses lugares têm reclamado, e por ora infructiferamente.

Entretanto já alguma cousa se tratou neste sentido á pretexto dos movimentos revolucionarios de 1842, o que consta do Decreto n. 180—de 18 de Junho desse anno que aqui exaramos por interesse historico:

«Achando-se interrompidas as communicações entre os municipios de Cunha, Bananal, Arêas, Queluz, Silveiras, Lorena e Guaratinguetá, e Capital do Rio de Janeiro, e attendendo além disso á circumstancia de que se devam dar as providencias tendentes a restabelecer a ordem perturbada na referida Província pela rebellião, que ultimamente se manifestou em alguns lugares della: Hei por bem que os referidos municipios fiquem desannexados da mencionada Província, e incorporados á do Rio de Janeiro, enquanto durarem as circumstancias extraordinarias, que tornão indispensavel esta providencia.»

Por fortuna do paiz, cessando aquelles movimentos, voltou o territorio annexado á respectiva Província, em vista do Decreto n. 217—de 21 de Agosto de 1842, que tambem aqui copiamos:

«Tendo cessado os motivos que fizerão necessaria a providencia do Decreto numero cento e oitenta de doze de Junho do corrente anno, pelo qual forão incorporados provisoriamente á Província do Rio de Janeiro os Municipios das Villas de Cunha, Bananal, Arêas, Queluz, Silveiras, Lorena e Guaratinguetá. Hei por bem ordenar, que os ditos Municipios fiquem pertencendo á Província de S. Paulo, pela mesma maneira porque pertencião antes do referido Decreto, que fica assim revogado.»

A falta de senso geographico, e administrativo, he a causa destes desacertos, faceis de corrigir na organização dos territorios á que se tinha de dar a graduação de Capitánias ou de Províncias.

Com a Província de Minas Geraes a linha divisoria mais pronunciada he a da serra Mantiqueira, os rios Preto, Parahybuna, e Parahyba do Sul até a foz do riachão Pirapetinga ou Prepetinga. Mas essa mesma linha não se acha demarcada.

Não conhecemos os actos do Governo que fixarão taes fronteiras. Pizarro que em suas *Memorias* he o mais copioso em noticias desta Província, não os aponta, e apenas relata os respectivos limites da seguinte fórma:

«Abrangia o Governo da Capitania todo o territorio por costa de mar, desde o Cabo Frio até a Colonia do Sacramento, em cujo rumo ficava a nova Capitania do Rio Grande do Sul, e o Governo subalterno de Santa Catharina, e para o sertão todo quanto se dilata aos confins da Corôa Portuguesa. Dividido porém esse continente extensissimo em Capitánias diferentes, de S. Paulo, Minas Geraes, Goyaz e Cayahy, no qual forão incorporados logo o espaço de setenta e cinco leguas, com as terras da bordadura do mar desde o septentrio até ao Meio-dia, e de cinquenta e cinco leguas desde o Oriente até ao Occidente. Em largura para o Poente, desde Cabo Frio, teria vinte leguas com alguma differença que as situacões irregulares occasionão; para o Nascente se estreita muito, por finalizar no rio Camapota (Itabapana) com mais ou menos de seis leguas, segundo os mappas que por ordens especiaes dos Governadores fizeram os Engenheiros encarregados dessa diligencia.

«Pelo assentimento dos rios Muriahé e Camapota, seguindo a desembocadura desse no Oceano, se divide com a Capitania da Bahia ao Norte, pelo termo da Capitania do Espírito-Santo. Separa-se de Minas Geraes a Oeste; pelas cachoeiras ou origens dos rios Preto e Frio, por linha recta o alto da serra Cordilleira, e dali o encontro do rio Parahyba, seguindo-o a confluencia dos rios Preto e Novo, fermentados na serra da Mantiqueira, de cujo cimo se vai encontrar o marco divisor. No mesmo rumo se aparta de S. Paulo por outra linha recta tirada do mesmo marco, que atravessando o sertão de Parahyba, no lugar denominado *Puill*, corta em rumo do Sul, e estrada geral de S. Paulo, distante quatro leguas ao Oeste da Guarda do Contidão, e passando pelo cimo dos rios Piratinga e Jacmy, a Leste da Freguezia do Fazio, atravessa a estrada que dali segue á Villa de Paraty pelo cume de um morro, donde busca a Guarda mencionada e por ella termina ao mar na pequena ilha das Couves, situada entre as enseadas de Camboy e das Larangueiras: ao Sul e á Este tem por baliza o Oceano.»

Além do que expõe este autor, o primeiro documento que encontramos sobre este assumpto, he o Alvará de 9 de Março de 1814, em que o rio Parahyba he designado como limite entre esta Província e a de Minas Geraes.

Eis a sua integra:

«Hei por bem, conformando-me com o parecer da referida Meza (do *Desembargo do Paço*) erigir em Villa o dito Arraial, com o nome de Villa de S. Pedro de Cantagallo; e terá por limites todo o territorio que se comprehende desde o rio Parahyba, no sitio que o Ministro encarregado do levantamento da Villa lhe assignar, correndo pelo alto da serra dos Orgãos a partir com os termos das Villas de Magé, Macaé e Campos dos Goytacazes até fechar no mesmo rio Parahyba, o qual he servido de divisa em toda a extensão da parte da Província de Minas Geraes. Ficará comprehendida nestes limites a Aldea da Pedra, que até agora pertenceu ao termo da Villa de S. Salvador dos Campos, do qual sou servido demembrar-la com todo o territorio do alto da serra a dentro, para ficar pertencendo á Villa de S. Pedro de Cantagallo, e á Comarca do Rio de Janeiro.»

Depois de nossa independencia, surgirão questões de limites entre estas duas Províncias no lado septentrional, e tão graves forão que o Governo tomou o encargo de, como medida provisoria, fixal-os pelo Decreto n. 297—de 19 de Maio de 1843, que aqui copiamos:

«Tendo em consideração as duvidas, que diariamente se suscitão sobre a verdadeira demarcação de limites entre a Província do Rio de Janeiro, e a de Minas Ge-

raes; e querendo evitar os conflitos, a que necessariamente dá lugar esse estado de incerteza: Hei por bem ordenar que, enquanto a Assembléa Geral Legislativa não resolver definitivamente sobre semelhante objecto, se observe o seguinte:

«Art. 1.º Os limites entre a Província do Rio de Janeiro e a de Minas Geraes, ficão provisoriamente fixados da maneira seguinte: Começando pela foz do riacho Prepetinga no Parahyba, subindo pelo dito Prepetinga acima até o ponto fronteiro á barra do ribeirão de Santo Antonio no Pomba, e dali por uma linha recta a dita barra de Santo Antonio, correndo pelo ribeirão acima até a serra denominada Santo Antonio, e dali a um lugar do rio Muriahé, chamado *Poco Fundo* correndo pela serra do Gavião até a cachoeira dos Tombos no rio Carangola e seguindo a serra do Carangola até encontrar a Província do Espírito Santo.»

He portanto huma medida provisoria, mas que devemos considerar permanente. A Província que a obtem pôde descansar, porque se torna de alguma sorte irrevogavel.

Cumpra notar que estes limites bem que assignalados ainda não forão demarcados, e nem poderião ser attenta a natureza da decisão; mas não obstante ainda não pôde extinguir as duvidas e novas questões, e o Decreto citado está ainda sujeito á uma interpretação.

Assim em 1865 sobre representação do Subdelegado da Parochia de Tombos do Carangola, da Província de Minas Geraes, queixando-se do 1º Juiz de Paz da Parochia da Natividade, desta Província, mandou o Governo consultar a Secção do Imperio do Conselho d'Estado, afim de poder expedir novo Decreto fixando provisoriamente novo limite por aquelle lado.

Até o presente esta questão ainda está por decidir.

A Província de Minas Geraes pretende uma divisa mais meridional que, partindo de um dos galhos do ribeirão S. Antonio se dirija á foz do rio Carangola no Muriahé, e desse ponto rio acima até a linha em direcção ao Itabapana, onde o rio Onça faz barra; preterindo-se a linha que passa na foz do rio Gavião na cachoeira denominada do *Furado*, no mesmo rio Muriahé, e depois em direcção á cachoeira dos Tombos do Carangola; pretensão que esta Província se recusa aceitar.

No nosso mappa procuramos sempre seguir a legislação no assignamento dos limites, e a Carta desta Província levantada pelos Engenheiros Conrado Jacob de Niemeyer, e Pedro de Alcantara Bellegarde.

**Divisão Judiciaria.**—As Comarcas desta Província elevão-se a 12, e dependem da Relação da Corte.

Quanto aos limites dessas Comarcas, seguimos o systema adoptado nas outras Províncias.

## MAPPA n. XVII.

PROVINCIA DE S. PAULO.

Sobre esta Província, eis o material que colhemos:

1.º—Mappa corographico da Província de S. Paulo, desenhado por Daniel Pedro Muller, Marechal reformado do Corpo de Engenheiros, etc. Segundo suas observações e esclarecimentos que lhe tem sido transmitidos. Paris, 1837.

2.º—Mappa que comprehende os limites das fronteiras do Brazil desde a villa de Albuquerque até S. Paulo, desde 17º até 24º grãos de latitude, e 320 até 341 grãos de longitude oriental do meridiano da ilha do Ferro ( *copia do Archivo Militar do anno de 1841: propriedade do Dr. A. J. de Mello Moraes*).

3.º—Planta topographica dos caminhos que sahém de Jundahy para Iti, Campinas, Limeira, Piracicaba, S. João do Rio Claro, etc. (*manuscripta*), pertencente ao Sr. J. Porfirio de Lima).

4.º—Carta topographica da Província de S. Paulo, publicada por Garnier Frères, e gravada na Lithographia Imperial de V. Larée. Rio de Janeiro, 1851.

5.º—Mappa topographico da Província de S. Paulo, para servir ao projecto de um caminho de ferro entre a mesma Província e a de Mato Grosso (*manuscripto*).

6.º—Mappa topographico das Províncias de S. Paulo e do Paraná, pelo Dr. Carlos Rath (*manuscripto*).

7.º—Mappa geral da estrada de ferro de S. Paulo. Rio de Janeiro (*sem data*).

8.º—Planta da Imperial cidade de S. Paulo, annexa ao mappa do Brazil de C. J. de Niemeyer, da edição de 1846.

9.º—Planta da mesma cidade pelo Dr. Carlos Rath em 1846 (*manuscripta*).

10.º—Carta derroteira da costa do Brazil do Rio de Janeiro ao Rio da Prata e Paraguay, levantada por Mr. Er. Mouchez, etc. Paris, 1864.

11.º—Mappa da costa oriental da America Meridional, desde a Província do Espírito Santo á S. Catharina, organizado segundo os trabalhos de Mr. Er. Mouchez e do Barão Roussin. Publicado na Repartição hydrographica do Almirantado. Londres, 1865.

12.º—Planta do porto de Santos pelo Almirante Campbell e Mr. Er. Mouchez. Londres, 1863.

13.º—Idem pelo Dr. Carlos Rath em 1867 (*manuscripta*).

14.º—Os Mappas ns. 6, 8, 10 e 15 do precedente artigo.

15.º—Carta corographica da Província de S. Paulo em 1836, pelo Brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira (*manuscripto*: do archivo do Ministerio do Imperio).

He um trabalho sobre os limites da Província de S. Paulo, em uma carta reduzida de Daniel Pedro Muller.

N. B.—Pizarro em suas *Memorias*, e a *Revista do Instituto Historico* mencionão dous mappas desta Província, que não conhecemos: um levantado em 1790, 91 e 92 pelo Coronel de Engenheiros João da Costa Ferreira, o qual, segundo o mesmo Pizarro, demarcara as costas, guiando-se pelas observações do Astronomo Régio Francisco de Oliveira Barbosa, as situações das villas do interior como firmarão os extinctos Jesuitas, e os rios Paraná e Paraguay como em 1754 e 1755 demarcara o Astronomo Régio Dr. Sier, provavelmente *Ciera*.

O outro tem o seguinte titulo:

Mappa ou planta topographica planispherica da Imperial Província de S. Paulo, levantada pelo Tenente Coronel de Engenheiros José Antonio Teixeira Cabral.

Além destes auxilios, e dos *Relatorios* da Presidencia da Província, consultamos o seguinte:

1.º—*Memorias para a historia da Capitania de S. Vicente, hoje chamada de S. Paulo, do Estado do Brazil*, por Fr. Gaspar da Madre de Deos.

2.º—*Continuação das mesmas Memorias*, offerecidas ao *Instituto Historico*, pelo Brigadeiro Raphael Tobias de Aguiar.

3.º—*Noticias da Capitania de S. Paulo em 1792*, por Francisco de Oliveira Barbosa.

4.º—*Historia da Capitania de S. Vicente, desde a sua fundação em 1531 por Martim Affonso de Souza*, etc., por Pedro Taques de Almeida Paes Leme.

5.º—*Memorias historicas*, etc., por Monseñor Pizarro, to. 8 cap. 3.

6.º—*Quadro estatístico da Província de S. Paulo do anno de 1838*, por Daniel Pedro Muller.

Foi publicado sem nome do author.

7.º—*Memoria sobre o melhoramento da Província de S. Paulo*, etc., por Antonio Rodrigues Velloso de Oliveira. E a sua Memoria intitulada—*Igreja do Brazil*.

8.º—*Geographia da Província de S. Paulo, adaptada á lição das escolas*, por José Joaquim Machado de Oliveira.

9.º—*Noticias sobre as aldeas da Província de S. Paulo*, etc., pelo mesmo J. J. Machado de Oliveira.

10.º—*Quadro historico da Província de S. Paulo*, etc. Idem.

11.º—*Memoria sobre a viagem do porto de Santos á cidade de Cuyabá*, por Luiz d'Arcinco.

12.—*Diario de uma viagem mineralogica pela Província de S. Paulo em 1803*, por Martim Francisco Ribeiro de Andrada.

13.—*Relação da viagem que fez da cidade de S. Paulo para a villa de Cuyabá, em 1751, o Conde de Acambuja*.

14.—*Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brazil*, etc., pelo Padre Simão de Vasconcellos.

15.—*Synopsis, ou deducção chronologica de factos mais notaveis da historia do Brazil*, pelo General José Ignacio de Abreu e Lima.

16.—*Annaes do Rio de Janeiro*, etc., por Balthazar da Silva Lisboa.

17.—*Memoria em que se dá noticia da colonisação do Brazil, por El-Rey D. João III*, por D. Fr. Francisco de S. Luiz.

18.—*Diario da viagem do Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida pelas Capitánias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso, Cuyabá e S. Paulo, nos annos de 1780 e 1790*.

19.—*Fragmentos geologicos e geographicos para a parte physica da Estatística das Províncias de S. Paulo e do Paraná*, etc., pelo Dr. Carlos Rath.

20.—*Esboço topographico da colonia de Cananéa (anexo ao Relatorio do Ministerio da Agricultura de 1867)*.

21.—*Quadro geral da Província de S. Paulo*, por Augusto de Saint-Hilaire.

22.—*Viagem ás Províncias de S. Paulo e de S. Catharina*, pelo mesmo A. de Saint-Hilaire.

23.—*Corographia historica do Imperio do Brazil*, pelo Dr. A. J. de Mello Moraes.

24.—*Simple narrativa da viagem que fez ao rio Paraná em 1810, o Thesoureiro-mór da Sé de S. Paulo*.

25.—*Navegação do Rio Paraná e seus afluentes entre o Parahyba e o Moggy-Guassú*, pelo Dr. Antonio Joaquim Ribas em 1850 (*anexo ao Relatorio do Ministerio da Agricultura em 1862*).

26.—*Porto de Cananéa*, por Julio Grother (*anexo ao mesmo Relatorio desse anno*).

27.—*Noticia da fundação e principios da aldea de S. João de Queluz, na Província de S. Paulo*.

28.—*Memorias sobre as aldeas dos Indios da Província de S. Paulo, segundo as observações feitas em 1798*, por José Arouche de Toledo Rendon.

29.—*Limites de S. Paulo (anexo ao Relatorio da Presidencia de 1852)*.

30.—*Resumo de informações sobre Matizes* (Idem).



31.—*Roteiro geral do Brazil*, por Gabriel Soares de Souza.

**Limites.**—Esta Província confina pelo Norte com a Província de Minas Geraes, ao Sul com a do Paraná e Oceano Atlantico, à Leste com a do Rio de Janeiro, e com o mesmo Oceano, e a Oeste com as Províncias de Minas Geraes, e de Matto Grosso.

A linha septentrional com a Província de Minas Geraes he uma das mais incorrectas que conhecemos. Começando da parte oriental temos o morro do Lopo, segue pelo ribeirão da Extrema, vai a S. José de Toledo, ao rio Corrente, aos montes Pellado, Balu, proximo á Borda da Matta, e dahi aos Montes Alegres; e destes montes á foz do rio de S. Matheus, onde faz barra no rio Pardo, e das nascentes do mesmo S. Matheus demanda o corregio das Arêas, e das nascentes deste corregio segue ao monte dos Carvalhaes, e deste monte ás serras das Neves, Fortaleza, Sellada, e Palmeiras que dividem as aguas para os rios Mogy-mirim, e Grande, o rio das Canoas na confluencia com o da Onça, e seguindo pelo mesmo Canoas até a sua foz no mesmo rio Grande, nas vizinhanças da celebre cachoeira Jauguara, em frente á S. Barbara.

He esta a linha que descreve o mappa de Gerber, e que a Província de Minas Geraes se julga com direito, mas he a que contesta a de S. Paulo como mais adiante se mostrará.

A linha oriental já está conhecida no precedente artigo.

A do Sul ou meridional he mais pronunciada por que se descremina pelo *thalweg* dos rios Paranapanema, e Itararé, ou Itararé, Itapirapuan, e Pardo affluentes da ribeira de Iguaçu, Serra Negra, e Varadouro até o mar em frente ao corregio proximo á Ararapira.

Mas esta ultima parte da linha não está ainda assentada, e subsistem as duvidas quanto a primeira, como mais adiante se dirá; assim como no artigo relativo á Província do Paraná.

A linha divisoria occidental se assignala pela serra da Mantiqueira, e *thalweg* do rio Grande ou Paraná, até á foz do rio Paranapanema.

A posição geographica desta Província he a seguinte:

A latitude austral comprehende os parallelos de 19° 34' e 25° 15'.

A longitude oriental fica entre 56° e 49° 18' do meridiano adoptado.

A sua maior extensão de Norte á Sul he de 148 leguas de Caconde á foz do rio Paranapanema; e de Leste á Oeste 160 leguas pouco mais ou menos desde a ilha de S. Sebastião á margem esquerda do rio Paraná. O seu littoral poderá conter 90 leguas pouco mais ou menos.

Esta Província que outr'ora comprehendia o territorio da Província de Minas Geraes, Goyaz, Matto Grosso e Paraná até ás fronteiras meridionaes do Imperio achá-se hoje limitada ao territorio que conserva seu nome, e he ainda uma das mais vastas do Imperio.

O seu territorio compõe-se dos que foram doados a Martin Affonso de Souza, e a seu irmão Pero ou Pedro Lopes de Souza.

Martin Affonso, como o mais considerado dos dous, teve uma doação de 100 leguas de terra, como se demonstra das Cartas Regias do 22 de Novembro de 1530, assignada em Castro Verde, e de 6 de Outubro de 1534, e Foral de 20 de Janeiro de 1535, que aqui consignamos:

« D. João, por graça de Deos, Rey de Portugal, etc. A quantos esta minha Carta vierem. Fago saber que considerando eu quanto serviço de Deos, e bem de meus Reinos e senhorios, e dos naturaes e subditos delles, he ser a minha costa e terra do Brazil mais povoada do que até agora foi, assim para se nella haver de celebrar o culto e officios divinos, e se exaltar a nossa Santa Fé Catholica com trazer e prover a ella os naturaes da dita terra infieis idolatras, como pelo muito proveito que se seguirá a meus Reinos e senhorios, e aos naturaes e subditos delles, de se a dita terra povoa e aproveitar, houve por bem de mandar repartir e ordenar em Capitania de certas leguas, para dellas prover aquellas pessoas que a mim bem me parecerem; pelo que guardando em a criação que fiz em Martin Affonso de Souza, do Meu Conselho, e aos muitos serviços que me tem feito e ao diante espero que faça, e por folgar de lhe fazer mereço do meu proprio-motu, certa sciencia, Poder Real absoluto, sem mo-lo elle pedir, nem outro por elle.

« Hei por bem e me praz de lhe fazer, como de feito por esta presente Carta faço mereço e irrevogavel doação entre vivos, valedora desde dia para todo sempre, de jurro e heridade, para elle e para todos os seus filhos, netos, herdeiros e successores e que após elle vierem, assim descendentes como transverasos, e os lateraes, segundo adiante irá declarado, de *oem leguas de terra* na dita costa do Brazil, repartidas nesta maneira: cincoenta e cinco leguas que começarão de treze leguas ao Norte de Cabo Frio e acabarão no rio de Curupacé, e no dito Cabo Frio começarão as ditas treze leguas ao longo da costa para a banda do Norte, e no cabo dellas se porá um padirão das milhas armas, e se lançará uma linha pelo rumo de Noroeste até a altura de vinte e treze grãos; e desta dita altura se lançará outra linha que corra directamente a Leste; e se porá outro padirão da banda do Norte do dito rio Curupacé; se lançará uma linha pelo rumo de Noroeste até a altura de vinte e treze grãos, e desta altura cortará a linha directamente a Leste; e as quarenta e cinco leguas que fallecerem começarão do rio de S. Vicente, e acabarão doze leguas ao Sul da ilha de Cananéia, e no cabo das ditas doze leguas se porá um padirão, e se lançará uma linha que vá directamente a Leste do dito rio de S. Vicente, e no braço da banda do Norte se porá um padirão, e lançará uma linha que corra directamente a Leste.

« E serão do dito Martin Affonso de Souza quasequer ilhas que houver até dez leguas ao mar na fronteira e demarcação das ditas cem leguas, as quaes se entenderão e serão de largo ao longo da costa, e entrarão pelo sertão e terra firme a dentro tanto quanto podereem entrar e for de milha conquista: da qual terra e ilhas pelas sobreditas demarcações assim, lhe faço doação e mereço de jurro e heridade, para todo sempre, como dito he, e quero e me praz que o dito Martin Affonso e todos os seus herdeiros successores, que a dita terra herdarem e succederem, se possam chamar e chamem Capitães e Governadores dellas. »

A Pero ou Pedro Lopes de Souza fez-se-lhe a concessão de oitenta leguas, em diferentes partes da costa. Entretanto, se se attender

ao territorio meridional, sua doação era superior em extensão, se a *terra de S. Anna* he, como diz o seu *Roteiro*, a da margem esquerda do Rio da Prata, onde se fundou a Colonia do Sacramento, mas estando determinada a latitude, já se vê que não passava dorio Araranguá, na actual Província de S. Catharina.

Eis a integra da Carta Regia de 1º de Setembro de 1534, na parte relativa aos limites da doação:

« D. João, por graça de Deos, Rey de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'além mar em Africa, Senhor de Guiné e da conquista, da navegação e commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e da India, etc. »

« A quantos esta minha Carta vierem, fago saber, que considerando eu quanto serviço de Deos e meu proveito, e bem de meus Reinos e senhorios, dos naturaes e subditos delles, he ser a minha costa e terras do Brazil mais povoada, do que até agora foi, assim para se nella haver de celebrar o culto e officios divinos, e se exaltar a nossa Santa Fé Catholica, com trazer e prover a ella os naturaes da dita terra infieis e idolatras, como pelo muito proveito que se seguirá a meus Reinos e senhorios, e aos naturaes e subditos delles, em se a dita terra povoa e aproveitar.

« Houve por bem de mandar repartir e ordenar em Capitania de certas leguas, para dellas prover aquellas pessoas, que bem me parecesse, e pelo qual havendo eu respeito a criação que fez. Pedro Lopes de Souza, fidalgo de minha Casa, e aos serviços que me tem feito, e ao diante espero que me faça, e por folgar de lhe fazer mereço, do meu proprio-motu, certa sciencia, Poder Real e absoluto, sem mo-lo elle pedir, nem outro por elle.

« Hei por bem e me praz de lhe fazer mereço, como de feito por esta presente Carta faço, e irrevogavel doação entre vivos, valedora desde dia para todo sempre, de jurro, e heridade para elle e todos os seus filhos, netos, herdeiros e successores que após delles vierem, assim descendentes como transverasos e collateraes, segundo adiante irá declarado, de oitenta leguas de terra na dita costa do Brazil, repartidas nesta maneira: quarenta leguas, que começarão doze leguas ao Sul da ilha da Cananéia e acabarão na terra de Santa Anna, que está em altura de 23 grãos e um terço; e na dita altura se porá o padirão, e se lançará uma linha que corra a Leste e dez leguas que começarão do rio de Curupacé, e acabarão no rio de S. Vicente; e no dito rio Curupacé da banda do Norte se porá padirão e se lançará uma linha pelo rumo de Noroeste até a altura de 23 grãos, e desta dita altura cortará a linha directamente a Leste; e no rio de S. Vicente da banda do Norte será outro padirão, e se lançará uma linha que corra directamente a Leste; e as trinta leguas que fallecerem, começarão no rio que cerca em redondo a ilha de Itamaracá, o qual rio se ora puz nome rio de Santa Cruz, e acabarão na Bahia da Fradeira, que está em altura de 6 grãos, e isto com tal declaração, que a 50 passos da casa da Feitoria, que de principio fez Christovão Jacques pelo rio dentro ao longo da praia, se porá um padirão de milhas armas, e do dito padirão se lançará uma linha que cortará a Leste pela terra firme a dentro, e a dita terra da dita linha para o Norte será do dito Pedro Lopes, e do dito Padirão pelo rio abaixo, para a barra e mar, ficará assim mesmo com elle dito Pedro Lopes a metade do dito rio Santa Cruz, da banda do Norte, e será até a dita ilha de Itamaracá e toda a mais parte do dito rio de Santa Cruz que vai ao Norte; e bem assim serão suas quasequer outras ilhas que houver, até dez leguas ao mar na fronteira e demarcação das ditas oitenta leguas.

« As quoz oitenta leguas se entenderão e serão de largo ao longo da costa, e entrarão pelo sertão e terra firme a dentro, tanto quanto podereem entrar e for de milha conquista, da qual terra e ilhas, pelas sobreditas demarcações lhe assim faço doação, e mereço de jurro e heridade para todo o sempre como dito he. E quero e me praz, que o dito Pedro Lopes e todos os seus herdeiros e successores, que a dita terra herdarem e succederem se possam chamar e chamem Capitães e Governadores dellas. »

Ao territorio concedido a Martin Affonso de Souza denominou-se *Capitania de S. Vicente*, por haver o o mesmo Donatario se estabelecido á margem do rio do mesmo nome.

A de Pedro Lopes de Souza, encravada no territorio de seu irmão, chamou-se de *S. Amaro*.

Alguns Autores assegurão que o nome de S. Vicente fora imposto por Martin Affonso de Souza; mas nisto ha manifesto engano.

Esse nome foi dado ao rio, hoje conhecido por *Casqueiro*, por D. Nuno Manoel, quando com Americo Vespucio fez a primeira viagem ao Brazil em 1501; e por isso deu-se o nome de Rio de Janeiro á bahia que lhes pareceo rio no 1º de Janeiro de 1502; assim como chamarão Angra dos Reys, S. Sebastião, e S. Vicente os pontos em que tocarão á 6, 20, e 22 de Janeiro do anno citado de 1502.

E tão certo he o que acabamos de dizer, que Pedro Lopes de Souza no seu *Roteiro*, já denomina rio de S. Vicente, o em cujas margens se fundou a villa do mesmo nome; e porto tão bem conhecido pelos navegantes e pilotos Portuguezes, que foi o escolhido pela armada para se preparar para a volta de Portugal, depois dos desastres que tiveram no Rio da Prata. Eis como s'expressa Pedro Lopes de Souza na derrota da vinda de Portugal para exploração da Costa do Brazil até o Rio da Prata:

« Terça feira ao meio dia (8 de Agosto) fizemos o caminho ao Noroeste; porque pelo dito rumo nos faziamos com o rio de S. Vicente. »

E mais adiante quando voltava a armada do Rio da Prata:

« Domingo 30 do dito mez (Janeiro de 1532) pela manhã 4 leguas de mim vi a abra do porto de S. Vicente: demorava a Noroeste; e com o vento Leste-nordeste surgimos em funho de 15 braças de arda, meia legua de terra; e ao meio-dia, tomei o Sul em 24 grãos e 17 meudos (*minutos*); etc. »

« Como se fez o vento Sudeste demos á vela; esta noite no quarto da madrugada fomos surgir dentro n'abra em funho de 6 braças d'arda grossa. »

« Segunda feira 21 de Janeiro demos á vela, e fomos surgir n'uma praia da ilha do Sol (S. Amaro?); pelo porto ser abrigado de todos ventos. Ao meio-dia veio o galeão S. Vicente surgir junto comosco, e nos disse como fora não se podia amostrar vela, com o vento Sudeste. »

Eis a causa da demora da armada neste porto:

« Terça feira pela manhã (22 de Janeiro) fui n'um batel da banda de afoeste da bahia, e achei um rio estreito em que as náos se podião corregger, por ser muito abrigado de todos ventos; e a tarde mettemos as náos dentro com o vento Sul. Como fomos dentro mandou o Capitão fazer uma casa em terra para metter as velas e enarrias. Aqui neste porto de S. Vicente varamos uma náao em terra. »

E continuando diz:

« A todos nos pareceo tão boa esta terra, que o Capitão determinou de a povoar, e deu a todos homens terras para fazerem fazendas e fez uma Villa na ilha de S. Vicente, e outra 9 leguas dentro pelo sertão, á borda de um rio, que se chama *Piratininga*; e repartio a gente

nestas duas villas e fez nella Officiaes: e pôz tudo em boa ordem de Justica, de que a gente toda tomou muita consolação, com verem povoa villas, ter leis e sacrificios, celebrar matrimônios; viverem em communicação das artes; e a cada um senhor do seu; e vestir as injurias particulares; e ter todos outros bens da vida segura e conversavel. »

Aqui temos portanto a origem desta Província, que começou a ser regularmente povoada desde o dia 22 de Janeiro de 1532, coincidindo esta data com a de 1502.

As providencias apontadas pelo *Roteiro* tiveram lugar daquelle dia 22 de Janeiro á 22 de Maio, quando partio para Portugal Pedro Lopez de Souza, deixando Martin Affonso na terra.

« E assentarão que o Capitão devia de mandar as náos para Portugal com a gente de mar; e ficasse o Capitão com a mais gente em suas duas villas, que tinha fundadas, até vir recado da gente que tinha mandado a descobrir pela terra á dentro; logo me mandarão fazer prestes para que em fosse a Portugal nestas duas náos, a dar conta a El-Rey do que tínhamos feito. »

Martin Affonso de Souza aceitou o nome que achou, não curando de impôr outro.

Na historia da descoberta e colonização do Brazil, cumpre attender que quando o Governo da Metropole tomou a deliberação de dividir o territorio descoberto, por diferentes Donatarios, já conhecia bem a costa, e por isso nas cartas de doação, foram indicados com certa precisão os limites.

Desde a primeira viagem de D. Nuno Manoel com Americo Vespucio, até 1534, ou antes até 1530, quando Martin Affonso de Souza por Carta Regia de 20 de Novembro, escripta em Castro Verde, foi encarregado do commando de uma Armada, e de povoa qualquer ponto da costa do Brazil, onde se quizesse estabelecer; muitas Armadas exploradoras vierão ao Brazil, commerciação com os indigenas, desde o Cabo de S. Roque até o rio da Prata, sendo as mais celebres a de que foi chefe Christovão Jacques, e a do mesmo Martin Affonso.

Dentre as nações estrangeiras, que frequentavam a nossa costa, distinguia-se a França, que por seus navegantes particulares, especialmente corsarios, procurava estabelecer-se nas mesmas terras, e foi principalmente o seu empenho e pertinacia, que provocou a medida da criação de Donatarios para o povoamento e cultivo do Brazil; pois que durante os primeiros trinta annos do seculo XVI todas as vistas do Governo Portuguez, estavam fitas nas Indias Orientaes.

Como se vê dos documentos supra citados foi depois do estabelecimento de Martin Affonso de Souza, e da volta de seu irmão á Portugal, que a doação de ambos se regularizou; ficando o primeiro com uma Capitania que começava no rio de Macabé, e terminava 12 leguas ao Sul de Cananéia, pouco mais ou menos na barra de Paranaguá; e o segundo com 10 leguas encravadas na Capitania de seu irmão, no espaço comprehendido entre a barra de Santos, e o rio Curupacé, actualmente *Jupurquerê*, e mais setenta fora do territorio da doação de Martin Affonso.

Estes territorios sendo os primeiros povoados pelos Donatarios, ou mediante sua influencia, foram os ultimos, pode-se dizer, que reverterão a Corôa, quando esta mudando de systema, tomou o empenho de reorganisar sob sua direcção immediata as terras do Brazil.

Creadas as duas Capitánias denominadas de S. Vicente e de S. Amaro, erão administradas por agentes nomeados pelos Donatarios, e seus herdeiros; mas desde que se creou o Governo central na Bahia, erão esses empregados sujeitos áquelle Governo, tanto no administrativo, como no judicial.

Conquistando a Corôa a bahia do Rio de Janeiro, e estabelecendo ali um governo, parece que por este facto perdeu o Donatario o territorio, immediatamente dependente do mesmo governo, e que foi denominado—*Capitania do Rio de Janeiro*.

No intervallo de 1532 á 1638 he a historia do territorio de S. Paulo pouco conhecida.

Sabe-se que nesta época as Capitánias de S. Vicente e de S. Amaro não dependerão mais do governo do Rio de Janeiro, tendo passado para o da Bahia. Que em 1698 voltarão de novo a unir-se á Capitania do Rio de Janeiro, formando pouco depois uma Ouvidoria separada, como no precedente artigo se notou; parecendo certo que a posse intrusa do Marquez de Cascaes na villa de Piratininga, muito concorrerà para eleva-la a capital da Capitania (1681), sob a denominação de S. Paulo, e bem assim á dar nome á todo o territorio, como posteriormente aconteceu.

E por ultimo revertendo á Corôa por compra a herança de Pedro Lopez de Souza, como já se disse no precedente artigo, foi constituida em Capitania geral, independente da do Rio de Janeiro.

Cumpre porém notar, que as longas dissensões entre as cazas de Monsanto e de Vi-meiro, herdeiras dos dous Donatarios apressarão a reversão dos respectivos territorios á Corôa: assim como as lutas com os *Emboabas* ou forasteiros de Minas Geraes concorrerão muito para a segregação desse territorio do da Capitania novamente creada (1710) de S. Paulo.

Dessa epocha em diante a historia deste territorio deixa de ser confusa, e pôde ser apreciada pelas datas da Legislação, explicando-se perfeitamente as causas por que o seu vastissimo territorio se reduziu á presente situação.

Pelo Alvará de 2 de Dezembro de 1720,

foi desligado do territorio de S. Paulo o de Minas Geraes, fixando-se os limites constantes da integra do mesmo Alvará que aqui reproduzimos:

« Eu El-Rey, fago saber aos que este meu Alvará vierem, que tendo consideração ao que me representou o meu Conselho Ultramarino, e as representações que me fizeram o Marquez de Angeja, do meu Conselho de Estado, sendo Vice-Rey, e Capitão General de mar e terra do Estado do Brazil, e D. Braz Balthazar da Silveira no tempo que foi Governador das Capitánias de S. Paulo e Minas, e o Condo de Assumar D. Pedro de Almeida, que ao presente tem aquelle governo, e as informações que se tomarão a varias pessoas, que todas uniformemente concordão em ser muito conveniente ao meu serviço, e bom governo das ditas Capitánias de S. Paulo e Minas, e a sua melhor defenza, que os de S. Paulo, se separem das que pertencem ás Minas, ficando dividido tudo aquelle districto, que até agora estava na jurisdição de um só Governador em dous Governos, e dous Governadores.

« Hei por bom que nas Capitánias de S. Paulo se crie um novo governo, e haja nella um Governador com a mesma jurisdição, prerogativas e soldo de oito mil cruzados cada anno, pagos em moeda, e não em oitava de ouro, assim como tem o Governador das Minas, e lhe determino por limites no sertão pela parte que confina com o governo das Minas, os mesmos confins que tem a Ouvidoria de S. Paulo, com a Comarca da Ouvidoria do Rio das Mortes, e pela marinha quero que lhe pertença o porto de Santos, e os mais daquelle costa, que lhe fizeo ao Sul, aggregando-se-lhe as villas do Paraty, de Ubatuba, da ilha de S. Sebastião que desanexo do governo do Rio de Janeiro: e o porto de Santos ficará aberto e com liberdade de irem a elle em direitura desde Reinos os navios, pagando nelle os mesmos direitos, que se pagão no Rio de Janeiro, e nesta conformidade mando ao meu Vice-Rey, Capitão General de mar e terra do Estado do Brazil, e aos Governadores das Capitánias delles, tenham assim entendido, e cada um pela parte que lhe toca, cumpra e faça cumprir este meu Alvará inteiramente como nelle se contém sem duvida alguma, o qual valerá como Carta, e não passará pela Chancellaria, sem embargo da Ordenação do Liv. 29, tit. 39, e 40 em contrario; e se registrarão nos livros das Secretarias e Camaras de cada um dos ditos Governos para que a todo o tempo contem da criação do Governo de S. Paulo e suas pertencas e annexos declarados o qual se passou por seis vias. João Tavares o fez em Lisboa occidental a 2 de Dezembro de 1720. O Secretario, André Lopes do Laere o fez escrever. »

Em 1726 por Alvará de 16 de Janeiro que também copiamos, foi a villa do Paraty desligada de S. Paulo, e de novo incorporada na do Rio de Janeiro:

Eis a integra do Alvará:

« D. João, por graça de Deus, Rey de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'além-mar em Africa, Senhor de Guiné, etc. »

« Fago saber a vós, Rodrigo Cesar de Menezes, Governador e Capitão General da Capitania de S. Paulo, que por ser conveniente ao meu real serviço, ao beneficio commun dos moradores da villa de Paraty, a respeito de lhes ficar mais perto o recurso para os seus particulares. Fui servido resolver por resolução de 8 deste presente mez e anno, em consulta do meu Conselho Ultramarino, de que a dita Villa fique não só incorporada no governo do Rio de Janeiro, mas sujeita a correção daquelle Comarca, digo daquelle Capitania, de que vos aviso, para que assim o tenhamos entendido da resolução, que foi servido tomar neste particular.

« El-Rey, nosso senhor, o mandou por Antonio Rodrigues da Costa, e o Dr. José Gomes de Azevedo, Conselheiros do seu Conselho Ultramarino, e se passou por duas vias.

« Bernardo Felix da Silva a fez em Lisboa occidental a 16 de Janeiro de 1726. O Secretario, André Lopes de Lavre, a fez escrever. — Antonio Rodrigues da Costa. — José Gomes de Azevedo. »

Dous annos depois, pela Provisão do Conselho Ultramarino de 11 de Agosto de 1738, foram também desligados a ilha de S. Catharina e o territorio do rio de S. Pedro, que mais para diante constituirão novas Capitánias, sendo incorporados á do Rio de Janeiro:

Eis como se exprime a Provisão:

« D. João, por graça de Deus, Rey de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'além-mar em Africa, Senhor de Guiné, etc. »

« Fago saber a vós, Governador e Capitão-General da Capitania de S. Paulo, attendendo a que do porto do Rio de Janeiro devem sair todos aquelles socorros e pelouos que se fizeram precisos para a defenza da nova Colonia do Sacramento, e ajuda do novo estabelecimento do rio de S. Pedro do Sul, sendo conveniente que fiquem todos os portos e lugares da marinha debaixo de um só mando. Fui servido por Resolução de 5 do presente mez e anno, em consulta do meu Conselho Ultramarino, haver por bem separar desde logo desse governo de S. Paulo, e unir ao do Rio de Janeiro a ilha de S. Catharina, e o rio de S. Pedro, de que vos aviso para que assim o tenhamos entendido. El-Rey, nosso senhor, o mandou pelos Drs. José Ignacio de Arouche e Thomé Gomes Moreira, Conselheiros do seu Conselho Ultramarino, e se passou por duas vias.

« Manoel Pedrozo de Macedo Ribeiro a fez em Lisboa occidental em 11 de Agosto de 1738. — O Secretario, Manoel Caetano Lopes de Lavre, a fez escrever. — José Ignacio de Arouche. — Thomé Gomes Moreira. »

No anno de 1742 por outra Provisão de 4 de Janeiro também foi desligada a villa da Laguna respectivo territorio, e incorporados á mesma Capitania; cuja Provisão aqui registramos:

« D. João, por graça de Deus, Rey de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'além-mar em Africa, Senhor de Guiné, etc. »

« Fago saber a vós, Governador e Capitão-General de S. Paulo, que attendendo a ficar muito distante da Capital desse governo á villa da Laguna, e que por elle se não pôde dar providencia naquella parte, em qualquer caso que peça promptamente remedio. Fui servido determinar por Resolução de 13 de Dezembro do anno proximo passado tomado em consulta do meu Conselho Ultramarino, que a dita Villa da Laguna se separese desse governo, e se una á da Capitania do Rio de Janeiro, do que vos aviso para que assim o tenhamos entendido. El-Rey, nosso senhor, mandou pelo Dr. Thomé Gomes Moreira, Martinho de Mendonça de Pina e de Prouença, Conselheiros do seu Conselho Ultramarino, e se passou por duas vias.

« Caetano Ricardo da Silva a fez em Lisboa a 4 de Janeiro de 1742. — O Secretario, Manoel Caetano Lopes de Lavre, a fez escrever. — Thomé Gomes Moreira. — Martinho de Mendonça de Pina e de Prouença. »

Passados quasi oito annos por outra Provisão de 17 de Maio de 1749, foram desligados os territorios de Goyaz e de Matto-Grosso, para formarem Capitánias distinctas.

No intervallo de 1750 á 1765, com a retirada do Capitão-General D. Luiz de Mascarenhas, foi a Capitania de S. Paulo de novo incorporada a do Rio de Janeiro, e a este facto se deve attribuir em grande parte a linha incorrecta da sua fronteira septentrional. Mas forão tão inconvenientes e prejudiciaes os resultados desta incorporação, que á reclamação do 1.º Vice-Rey Conde da Cunha

se desligou de novo a Capitania em 1765, como se vê do Aviso de 4 de Fevereiro desse anno que copiamos:

« Ilm. e Exm. Sr.—Sendo presente a Sua Magestade a carta de V. Ex., que trouxe a data de 19 de Julho do anno proximo passado, do miseravel estado a que se achava reduzida a Capitania de S. Paulo por falta de governo, e do novo descoberto de S. João de Jacuhy, que fica muito perto da dita cidade de S. Paulo. O mesmo senhor deu logo a providencia necessaria nomeando D. Luiz Antonio de Souza para Governador e Capitão-General da mesma Capitania, o qual embarca na presente frôta: e ordena que V. Ex. o instrua nas materias, que tiver alencado pertencentes áquelle Governo, e da mesma sorte faça V. Ex. tomar Assento dos limites por onde deve partir a dita Capitania, com as das Minas Geraes e Goyaz, para com elle dar conta a Sua Magestade, e o mesmo senhor resolver o que lhe parecer mais justo.

« Da mesma sorte remetterá V. Ex. a cópia do dito Assento aos Governadores e Capitães-Geraes das Minas Geraes e Goyaz, a quem Sua Magestade manda escrever declarando-lhes, que devem ficar observando o que se assenta na Junta que se fizez a este respeito até resolução do mesmo senhor pela qual confirme ou altere o contendo nella.

« Deus guarde a V. Ex. Salva Terra de Magos, a 4 de Fevereiro de 1765.— Francisco Xavier de Mendonça Furtado.—Sr. Conde da Cunha. »

Por Alvará de 9 de Setembro de 1820, foi também desligado o territorio da parochia de Lages desta Capitania, para se incorporar á que se creara em S. Catharina.

Finalmente em 1853, a Lei n. 704—de 29 de Agosto, separou o territorio da Comarca de Curitiba, elevando-a á categoria de Província, sob a denominação de—*Província do Paraná*. Na mesma Lei que aqui consignamos estão declarados os respectivos limites, mas sem detalhado assignalamento.

« art. 1.º A Comarca de Curitiba na provincia de S. Paulo fica elevada á categoria de Província, com a denominação de—*Província do Paraná*. A sua extensão e limites serão os mesmos da referida Comarca. »

Por tanto esta Lei ainda dependia de outras da Assembléa Provincial, para que se descreminassem taes limites.

A Lei Provincial n. 11—de 17 de Julho de 1852, no art. 1 § 10 declarava que a Comarca da Curitiba comprehendia os municipios da Curitiba, Paranaguá, Príncipe, Antonina, Morrêes, Guaratuba e Castro, sem especificar as respectivas divisas.

Tão somente a Lei n. 5—de 22 de Março de 1851 fixava os limites do municipio de Castro, o que estava mais proximo da fronteira meridional desta Província, onde se achão os rios que assignalão hoje os limites das duas Províncias de S. Paulo e Paraná, ainda que um pouco obscuramente como se vai vêr:

« art. 1.º—A divisa do municipio de Castro com a da Curitiba entre as cabeceiras e vertentes do rio Tibagy e os do rio Assunguy será uma recta tirada do thalweg daquelle rio na estrada e r. que vai para a Curitiba, recta esta, tirada para a vertente mais froteira, onde está o primeiro itambé do rio Assunguy; dahi desce por este mesmo rio até á divisa com o Apiahy, onde o rio toma o nome da Ribeira.

« art. 2.º—A divisa da Freguezia da Ponta Grossa, com a de Bethlehem de Guarapuáva será o rio dos Patos. »

Por estes limites se manifesta quanta incerteza existe na fronteira meridional da Província de S. Paulo, e que o *thalweg* dos rios Itararé e do Paranapanema só he hoje admissivel por uma tacita convenção das duas Províncias, ou por um *uti possidetis* tolerado ou aceito pela de S. Paulo.

Em 1852, como se vê do *Relatorio* da Presidencia desta Província, ainda se não conhecio os limites da Parochia de Tibagy, e talvez por esse lado se contemplasse o rio Paranapanema em toda a metade de sua corrente até desembocar no Paraná. Mas nada existe escripto e declarado em legislação.

Pela fronteira Sudeste o municipio limítrophe era e ainda he o de Paranaguá, e os documentos que consultamos, maxime o *Ensaio de um Quadro estatístico* de Muller, e o *Relatorio* de 1852, importantissimo pelos documentos que colligio, apenas dizem, que esse municipio limita-se com o de Cananéia pelo *isthm* do Varadouro...

Ora esta fronteira, que aliás descreminamos bem no nosso mappa, necessita muito de disposição legislativa que a regule, assim como de demarcação.

A fronteira occidental pelo lado de Matto-Grosso e de Minas-Geraes pelo Rio-Grande ou Paraná, está determinada nas Provisões do Conselho Ultramarino de 2 de Agosto de 1748, e Alvará de 4 de Abril de 1816.

He por consequente o *thalweg* do rio, tanto na parte em que he conhecido por *Grande*, como na outra em que toma a denominação de *Paraná*, a divisa destas Províncias; mas ainda está por demarcar, e as ilhas irão pertencendo á primeira que povoa-las.

A pelo lado da Província de Minas na serra da Mantiqueira até o morro do Lopo, não está a linha bem aclarada, como demonstra o mappa das duas Províncias limítrophas.

O territorio mineiro, além da Mantiqueira, e cabeceiras dos rios Sapucahy, e Sapucahy-mirim está dominado por estabelecimentos Paulistas. Sirva de exemplo a villa de S. Bento, e outros lugares de somenos importancia, encravados naquelle territorio.

A fronteira septentrional com a mesma Província de Minas-Geraes, por não haver sido traçada por linha bem definida produzida desde principio serios conflitos.

Em 4 de Novembro de 1798 ordenou o Governo de ambas as Capitánias conservassem sem alteração os respectivos limites, emquanto não fossem definitivamente fixados, como até o presente não tem sido.

Mas essa recommendação durou pouco tempo, por quanto por Aviso de 25 de



Agosto de 1814, que aqui registramos, surgiram de novo os mesmos conflitos:

« Havendo os governadores interinos da Capitania de S. Paulo em officio de 30 de Julho passado, dado conta da violenta entrada que fizeram pelas terras daquelle Capitania os habitantes dessa, sem respeito ao Aviso de 4 de Novembro de 1798 expedido aos Governadores e Capitães Generaes de ambas as Capitães, que mandou conservar sem alteração os seus respectivos limites no estado em que se achavam enquanto não fossem definitivamente fixados: E não tendo Sua Alteza Real o Príncipe Regente Meu Senhor aprovado por serem improprios e de pessimas consequências entre povos do mesmo Estado os meios de força que os ditos Governadores mandaram empregar em defesa da posse dos mencionados limites, cuja questão propõe-se ao mesmo Senhor decidir com a possível brevidade, tendo a recommendação à Meza do Desembargo do Paço que faça subir à sua augusta presença a Consulta que determinou se providesse sobre este objecto. Manda remetter a V. S. por cópias, aquelle sobredito officio, e o que aos Governadores dirigio o Capitão Mor da Villa de Pindamonhangaba, affin de que ficando V. S. bem inteirado do que tem succedido, applique toda a possível vigilância, e dê as mais efficazes providencias para que os povos sujeitos ao Governo de V. S., em quanto Sua Alteza Real não resolve este negocio, se contenham nos limites em que estão, e consigam a harmonia em que devem viver com os seus vizinhos habitantes de S. Paulo, usando as Camaras tão somente do protesto no caso de se verem esbulhados da sua posse e direitos.

« O que participo a V. S. para que assim se execute. Deus Guarde a V. S. o Palácio do Rio de Janeiro, em 25 de Agosto de 1814. — Marquez de Aguiar. — Sr. D. Manoel de Portugal e Castro. »

A parte da fronteira mais contestada foi a do Noroeste no municipio de Jacuhy. Ella data de 1764, como se vê do Aviso de 4 de Fevereiro de 1765, supra copiado. em que se ordenou ao Vice-Rey o Conde da Cunha, que fizesse tomar Assento dos limites desta Capitania com os de Minas-Geraes e de Goyaz (então com ella confinante), mandando logo pôr em execução o mesmo Assento.

Este Assento tomou-se em Junta nesta Corte aos 12 de Outubro do mesmo anno, e nelle vem exposta toda a historia dessa limitação, que por demasiado longo não o consignamos aqui, cingindo-nos ao seguinte: Que a divisa das duas Capitães seria o rio Sapucahy-guaçu, até o rio Grande, como já havia declarado a Provisão do Conselho Ultramarino de 30 de Abril de 1747, terminando por esta forma o Assento:

« Sendo pois feitas todas as referidas ponderações na presença do Ilm. e Exm. Sr. Conde Vizey, disse que elle as approvara e de conformidade com ellas, e com a dita divisa, menos em que esta se fizesse pelo meio da foz do rio Sapucahy-mirim, e Sapucahy-guaçu; pois que o seu voto era, que se fizesse da foz do rio Sapucahy-guaçu, até a sua origem, em cuja circumstancia só se apartava da Junta.»

Mas por este documento aliás tão importante nunca se fez obra, porque o Conde da Cunha guardou-o na secretaria particular do seu gabinete, sem communicar aos Capitães Generaes de Minas e de S. Paulo, que só delle tiveram conhecimento em 1775 no fim da administração do Morgado de Matheus, remetido pelo Vice-Rey Marquez de Lavradio, quando já não podia servir por já estarem de posse dos terrenos os Mineiros ou Geraes como os designa Fr. Gaspar da Madre de Deos em suas Memórias.

Esta razão que allega o mesmo Fr. Gaspar, não teria importância se o Governo da Metropole, tivesse força para fazer executar o Assento, mas o receio talvez de provocar uma nova luta de Paulistas e Embaúbas, e outros poderosos motivos, hoje ignorados, militaram em favor da conservação do *status quo* desta questão, e do singular arbitrio do Conde da Cunha depois de haver julgado com tanta sabedoria o pleito.

Consequentemente deve Minas todo o territorio ao Sul de Sapucahy, que aliás depende do Bispado de S. Paulo, ao *uti possidetis*, e até o presente tem-o mantido.

He conveniente notar que a divisa da fronteira de Minas-Geraes e de S. Paulo, traçada como se acha na Provisão de 1747, foi a que Papa Bento XIV admitto para as duas Dioceses limítrophes, demodo que, pelo que ulteriormente occorreu, a limitação civil ficou em desacordo com a ecclesiastica.

A todas estas razões oppõe a Província de Minas-Geraes o Aviso de 25 de Março de 1767 em que o Governo da Metropole approvava as medidas tomadas pelo Capitão General Luiz Diogo Lobo da Silva para fazer effectiva a capitação collectada de cem arrobas de ouro, a que estava sujeito o territorio Mineiro; e Monsenhor Pizarro em suas Memórias t. 8, nota 34, addita a Provisão do Conselho Ultramarino, de 30 de Abril de 1772 em que se determina, que a terra devoluta entre as duas Capitães fosse dividida com igualdade entre ambas por *distancia imaginaria*, a mais deploravel providencia para a limitação de uma fronteira. O que faz crer que nesta questão de limites entre Minas-Geraes e S. Paulo expedio-se as ordens conforme a força, e protecção do partido vencedor.

Em 1851 novos conflictos surgiram no mesmo territorio em que são limítrophes os municipios de Jacuhy e Franca do Imperador, e o Governo Imperial por Aviso de 14 de Fevereiro de 1852, que vamos exarar, pôz-lhe tambem um termo provisório.

Ilm. e Exm. Sr.—Sendo presentes a S. M. o Imperador as informações ministradas por essa Presidencia em officio de 7 de Março do anno passado sobre o conflicto que teve lugar entre o Supplente do Juiz Municipal da villa de Jacuhy, Província de Minas-Geraes, e o do Juiz Municipal da villa de Franca, nessa Província, por occasião de ir este ultimo proceder ao inventario do vulto Leonardo Pimenta Neves em territorio, que cada um dos Municipios entende pertencer-lhe; manda o mesmo Augusto S. M. declarar a V. Ex. que convindo, para pôr termo ás cotroversias que sem cessar se repetem por causa da incerteza dos verdadeiros limites dos mencionados Municipios designa-lhe com precisão e clareza; e dependendo isso de dados positivos e conclusões que por ora faltão, cumpre que V. Ex. traça-

mita a esta Secretaria d'Estado com a possível brevidade todos os esclarecimentos e informações, que poder obter acerca dos verdadeiros limites dos dous Municipios; recorrendo para esse fim não só aos documentos, que por ventura existão nos arquivos dessa Presidencia, e dos das Camaras Municipaes, mas tambem em assentos e livros Parochiaes, se os houver autenticos, o mesmo depoimentos e declarações de antigos conhecedores dos lugares, e cumprindo outro sim que em quanto se não obtiver taes esclarecimentos, para que em vista delles possa definitivamente resolver-se, expõe V. Ex. as mais positivas e terminantes ordens para que sejam scrupulosamente mantidos os limites reconhecidos antes da demarcação novissima, a que procedêra a Camara Municipal de Villa Franca por serem esses os da antiga posse das autoridades Mineiras, como se deprehendo da declaração da mesma Camara, e do que a tal respeito informára essa Presidencia no já citado officio, quando disse que aquella demarcação comprehendendo 59 cascos, que antes não pertencião à Província de S. Paulo, o que tudo communico a V. Ex. para seu conhecimento e execução.

« Dros Guarde a V. Ex. — Visconde de Monte-Alto — Sr. Presidente da Província de S. Paulo. »

Os limites entre os dous Municipios supra-citados traçados nos mappas de Gerber e Wagner, são precisamente os que reconhece S. Paulo; e constão da seguinte certidão do Vigario da Villa de Jacuhy de 8 de Abril de 1850:

« Começando desde a barra do ribeirão de Canoas, e por elle acima até suas cabeceiras que começa no morro chamado Palmeira, e por essa serra adiante procurando o morro Sellado, e no mesmo correr o morro Redondo por cima da serra e dali procurando o rio Sapucahy, e deste procurando o morro agudo chamado do Carvalhos, e deste procurando as cabeceiras do ribeirão das Arças na Borda da Matla. He o que consta da respectiva divisa nesta parte, e reporto-me à mesma declaração. O referido he verdade que affirmo em 16 de Parocho. Jacuhy, 8 de Abril de 1850. — O Vigario, Francisco Pereira de Carvalho. »

O merecimento desta certidão está consignado no *Relatorio* da Presidencia de 1852, onde sobre os limites desta Província se lêem as seguintes palavras:

« O espirito de invasão no territorio de S. Paulo não he coisa moderna, e resumida dos documentos que vos offereço, sendo entre elles uma informação do vosso digno patrio o Brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira, cuja autoridade nesta materia devemos respeitar, e bem assim um officio do Conde da Palma, quando Governador e Capitão General desta Província, por occasião de ser pelos Mineiros, a 12 de Janeiro de 1816 destruido o quartel do Aterrado, e arrancado o marco de divisão das Províncias, que foi removido para o ribeirão das Canoas, 5 leguas para dentro desta Província.

« Entretanto o *desiderat* das autoridades da Franca quanto à resolução deste problema, não he senão manter os mesmos limites delimitados na certidão authentica extrahida do proprio tombo da Freguezia de Jacuhy: tambem vos offereço cópia dessa certidão e da demarcação a que a Camara da Franca procedeu. »

Do ponto Borda da Matla de que trata a certidão supra até o morro do Lopo, a fronteira he tão incorrecta como a de Jacuhy, não sobrão documentos que a justifiquem ou expliquem, não obstante tudo o que compilou Souza Chichorro na sua *Informação sobre os limites desta Província*; e por isso, no nosso mappa seguimos o traço lançado na carta de Gerber.

*Divisão Judiciaria*.—Esta Província depende quanto ao Judicial da *Relação* do Rio de Janeiro.

Suas Comarcas estão hoje elevadas a 19: quanto aos seus limites seguimos o mesmo systema das outras Províncias.

## MAPPA n. XVIII.

PROVINCIA DO PARANÁ.

Desta Província colhemos o seguinte material:

1.º—Os mappas ns. 1, 4, 6, 10 e 11 da precedente Província.  
2.º—Carta do Brazil meridional comprehendendo as trez Províncias do Paraná, S. Catharina, e S. Pedro do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Guilherme Huhn. Hamburgo, 1858.  
3.º—Mappa geral das terras publicas no municipio da Curitiba, na Província do Paraná, com uma planta da mesma cidade. Rio de Janeiro, 1865.

4.º—Esboço hydrographico de uma parte da Província do Paraná, contendo o curso dos rios Ivaí, Paranapanema, Tibagy, e Paraná etc., levantado e desenhado pelos Engenheiros José e Francisco Keller. Rio de Janeiro, (sem data).

5.º—Esboço do mappa dos campos de Palmas, e territorios contiguos (cópia do *Arquivo Militar* de 1843).

6.º—Planta da cidade de Curitiba em 1864 (manuscripta).

7.º—Planta da bahia de Paranaguá, segundo esboços feitos no Brazil, desenhada por Mr. Er. Mouchez. Paris, 1864.

8.º—Carta da Republica do Paraguay; curso dos rios Paraná e Paraguay levantada por Mr. Er. Mouchez, com o auxilio de observações feitas, e documentos colhidos nos lugares, nas trez viagens do *Bisson*, em 1857, 1858 e 1859. Paris, 1862.

9.º—Carta corographica da Província do Paraná, organizada no *Arquivo Militar* pelo Tenente Coronel Antonio P. de F. Menezes Antas, avista de trabalhos existentes no mesmo archivo, e dos escriptos e memorias que interessão esta Província, desenhada pelo capitão Luiz Pedro Lecór. Rio de Janeiro, 1867.

10.º—Esboço topographico da colonia Assunguy (anexo ao *Relatorio* do Ministerio da Agricultura de 1867).

11.º—Mappa corographica da Província do Paraná por João Henrique Elliot, sob a direcção do Barão de Antonina em 1883 (cópia do *Arquivo Militar*).

12.º—Mappa da exploração feita pelos sertões de Guarapuá até a margem esquerda do rio Paraná por Camillo Lelis da Silva (cópia do *Arquivo Militar*).

Alem do precedente material, dos *Relatorios* da Presidencia da Província, consultamos o seguinte:

1.º—As obras ns. 1, 4, 6, 8 e 9 do ultimo artigo.

2.º—*Itinerario do reconhecimento do estado da estrada da cidade de Antonina e Colonia Militar de Jatahy na Província do Paraná*, por Epiphânio Candido de Souza Pitanga, 1º Tenente de Engenheiros.

3.º—*Diario da viagem feita pelos sertões de Guarapuá ao rio Paranay*, por Camillo Lelis da Silva.

4.º—*Itinerario das viagens exploradas pelo Barão de Antonina, para a descoberta de uma via de communicação entre o ponto de Antonina e o baixo Paraguay, feitas de 1844 a 1847*, pelo Sertanista Joaquim José Lopes. Escripito por João Henrique Elliot.

5.º—*Memoria sobre o descobrimento e Colonia de Guarapuá*, pelo Padre Francisco das Chagas Lima.

6.º—*Relatorio das explorações feitas nos campos do Paqueré*, pelo Coronel João da Silva Machado (Barão de Antonina) em 1842.

7.º—*Noticia da descoberta dos campos das Palmas*, por Joaquim José Pinto Bandeira.

8.º—*Resumo do Itinerario de uma viagem exploradora pelos rios Verde, Itareré, Paranapanema, Ivaí, e sertões adjacentes*, emprehendida por ordem do Barão de Antonina.

9.º—*Descoberta dos campos de Guarapuá*, por Antonio Botelho de Sampaio.

10.º—*Descrição do rio Paraná*, por Manoel de Campos Silva.

11.º—*Relatorio dos Engenheiros Kellers sobre as explorações do rio Ivaí, em 1865* (anexo ao *Relatorio* do Ministerio da Agricultura de 1866).

12.º—Idem dos mesmos Engenheiros sobre as explorações dos rios Tibagy, e Paranapanema em 1865 (Idem).

13.º—Idem dos mesmos Engenheiros sobre a exploração do rio Iguaçu em 1866 (Idem do anno de 1867).

14.º—*Questão de limites entre a Província do Paraná, e a de Santa Catharina*, por Zacarias de Góes e Vasconcellos.

*Limites*.—A Província do Paraná confina ao Norte com a de S. Paulo, ao Sul com a de S. Catharina e a Confederação Argentina, a Leste com o Oceano Atlantico, e a Província de S. Catharina, e a Oeste com a Província de Matto-Grosso e a Republica do Paraguay.

A sua posição astronomica he a seguinte: A latitude he austral: comprehende os parallelos de 22º 45' e 26º 29', excluido o territorio disputado por S. Catharina. Contemplando este territorio alcança o paralelo de 27º 50'.

A longitude he toda oriental. O territorio da Província fica encerrado dentro de 4º 45' e 11º 53'.

A sua maior distancia de Norte a Sul, excluindo o territorio entre os rios Iguaçu e Uruguay, disputado por Santa Catharina, he de 66 leguas desde a margem esquerda do rio Paranapanema a direita do Iguaçu, e 83 leguas a margem direita, do rio Uruguay; e de 120 leguas desde o Oceano na margem direita do correio Ararapira, a margem esquerda do rio Paraná onde o Iguaçu faz barra. O seu littoral maritimo he diminuto, e não pôde exceder de 25 leguas, excluidos os reconcavos das bahias de Paranaguá e Guaratuba.

Esta Província até o anno de 1853 fazia parte da Província de S. Paulo, e constitua o territorio da Comarca de Curitiba, cujo territorio fora regulado por Alvará de 19 de Fevereiro de 1812, e se mantivera com os mesmos limites até sua elevação a Província pela Lei n. 704—de 9 de Setembro de 1853.

Até a data de seu desligamento de S. Paulo, nada ha de notavel em sua historia; mas, e tão somente de ser a parte daquelle Província da fronteira meridional que foi a ultima povoada e cultivada.

Ha ainda notar que a área desta Província se compõe de parte do territorio da Capitania de Martim Afonso de Souza, que alcançava o ponto mais meridional da barra de Paranaguá, e de parte da de Pedro Lopes de Sousa, na *Terra* denominada de S. Anna. Sendo o mesmo territorio outr'ra occupado por indigenas *Carijós*, como o de S. Paulo era pelos *Guayanas*, e os do Rio de Janeiro pelos *Tamoyos*.

O territorio desta Província, aliás bem importante, he um dos menos conhecidos do Imperio, e pouco se pôde confiar nos dados topographicos que existem. Tem-se feito explorações em diferentes pontos da mesma, mas no geral ha grande obscuridade, e he o que confessa o *Relatorio* da Presidencia de 1866, nas seguintes palavras:

« Não temos uma Carta corographica. « Desconhecida e comprehendendo vastos sertões, a antiga Comarca de S. Paulo figura, ainda hoje, nos seus mappas; e he ali que se estuda a geographia do Paraná. »

A Carta corographica de J. H. Elliot, citada todos os dias, não satisfaz á esta necessidade. « Existem, porém, alguns estudos, que podem ser colligidos. Assim os do valle do Ivaí, Alto Paraná, Paranapanema e Tibagy; e cujas plantas acabão de ser levantadas: os do Cinza, Itareré, Jaguaryahyva, Jaguaryatini e Ribeira em mappas, até lithographados, do Juiz Commissario Theodoro Oehls: os dos municipios de S. José e Príncipe: a nova Carta do littoral por Mouchez, e do Baixo Paraná pelo Capitão Tenente Salema Garção; e, finalmente, a exploração que vai ser feita no Iguaçu, são, sobre outros, dados que devem ser aproveitados. »

« Contém que autorisae a Presidencia a contractar com

os Engenheiros Kellers, ou com outros que offerecerem melhores condições, o levantamento do mappa da Província, encarregando-se elles de mandar lithographar na Europa. »

« Bem sei que será um trabalho incompleto, mas ficará dado o primeiro passo e estabelecida a base para as futuras correções. »

Já vimos no artigo da Província de S. Paulo o que occorreu sobre a fronteira septentrional desta Província, que não tendo linha certa e descripta, moveu-nos a defini-la tanto no mappa de S. Paulo, como no desta Província da seguinte forma, a partir do occidente:

Tomamos o *thalweg* dos rios Paranapanema e Itareré, as margens esquerda, de um dos galhos do Apahy, e a direita do outro mais oriental, e da nascente deste á do rio Itapirapuan até a Ribeira de Iguaçu, subindo por ella até a foz do rio Pardo, e pela corrente deste acima até sua nascente, seguindo depois pelo cume da Serra Negra até o varadouro ou isthmo, em direcção ao correio ou ribeiro do Ararapira até o mar, pela respectiva margem meridional que deve pertencer á esta Província.

Na falta de linha divisoria clara, e decretada, seguimos esta por nos parecer a mais natural, e mais pronunciada sem prejudicar a nenhuma das Províncias limítrophes.

No *Relatorio* da Presidencia de 1856, vem traçados os limites desta Província com suas contreraneas, mas quanto á esta linha a obscuridade he a mesma, como mostramos no artigo de S. Paulo. E para nossa justificação aqui a consignamos.

Foi um erro não se haver dado por limite á esta Província a Ribeira de Iguaçu até o mar, seguindo depois o seu affluente Itapirapuan, conforme traçamos no nosso mappa, até encontrar as nascentes do Itareré.

Era uma fronteira mais bem definida, de facil demarcação, e pouparia no futuro conflictos, que a confusão que existe, promette.

Eis o que diz o artigo do *Relatorio* de 1856, a que acima nos referimos:

« Com a Província de S. Paulo. No littoral o isthmo do Varadouro, que divide o municipio de Paranaguá do de Cananéia, he um dos pontos da linha divisória com a Província de S. Paulo. Se o canal do Varadouro, de tanto tempo projectado, e de tão facil execução, estivesse aberto de modo a pôr em communicação as aguas da bahia de Paranaguá com as de Trapani, nenhuma dúvida ha que ao Paraná e não a S. Paulo deveria pertencer os municipios de Cananéia, Iguaçu e Xiririca, os quaes tem, com a Capital daquelle Província, relações muito difficil e apenas officiaes. Em serra acima, outro ponto da linha divisória he o Itareré, no lugar em que este rio atravessa a estrada geral, que segue de S. Paulo ao Rio Grande do Sul. Não está definitivamente traçada a linha, que liga o ponto do Varadouro com o Itareré, e a esse respeito existe até a mais completa falta de conhecimentos. Não havendo satisfactorias noticias topographicas de todo o territorio intermedio, attento o seu estado de incultura, nenhuma parecer se pôde agora dar, sobre a linha divisória mais conveniente. Do Itareré, na direcção do Oeste, he a linha divisória natural o curso deste rio, até a sua confluença no Paranapanema. Tal he, por este lado, a que com effeito aponta as cartas geographicas que existem das Províncias do Paraná e S. Paulo, ainda que não conste de documento algum que se hajam tomado, sobre este objecto, qualquer deliberação official. « Com a Província de S. Catharina. São muito duvidosos os nossos limites por este lado. No littoral admittese como divisa, uma linha recta tirada na direcção Leste Oeste, da barra do rio Sahy até uma aberta formada a serra do mar pelo morro Araraquara ao Norte, e de lá para o Sul. Em serra acima, outra parte da linha divisória, he de facto o rio Canoinhas, que sem disposição, nenhuma legal, separa o nosso municipio do Príncipe do de Lages. A Província de S. Catharina reclama todo o territorio que se estende desde Lages até o Rio Negro, que conflue no Iguaçu, e o que está comprehendido entre o Iguaçu, abaixo da confluença do Rio Negro, e o Uruguay, ficando-lhe portanto incorporado todo o territorio de Palmas. Mas esta pretensão he manifestamente injusta como o demonstrou em 1855 a Assembléa Provincial do Paraná, em uma representação que dirigio ao Corpo Legislativo, e a que propunha para linhas divisorias entre as duas Províncias as seguintes:

« 1.º—O rio Canoas, desde a sua confluença no Pelotas, até a confluença do rio Marombas; por este acima até a sua nascente principal, e desta em linha recta na direcção de Leste até a serra do Mar.

« 2.º—A serra do Mar, desde a intersecção desta linha até o parallello da nascente principal do rio Sahy-Guaçu.

« 3.º—O rio Sahy-Guaçu, desde a sua nascente principal, até o Oceano Atlantico Austral.

« A s. querer deferir a petição dos habitantes dos Campos Curitibaes, entre Marombas e Canoas, como o indicou a mesma Assembléa, devem ser as linhas divisorias as seguintes:

« 1.º—O rio Canoas, desde a sua confluença no Pelotas, até a sua origem principal, e desta na direcção de Leste até a serra do Mar.

« 2.º—A serra do Mar, desde a intersecção desta linha até o parallello da origem principal do rio Sahy-Guaçu.

« 3.º—O rio Sahy-Guaçu, até o Oceano Atlantico Austral.

« Com a Província do Rio Grande do Sul. Na hypothese de se admittir qualquer das duas linhas divisorias entre a Província do Paraná e a de S. Catharina, a nossa linha divisória com a Província do Rio Grande do Sul he o rio Uruguay, desde a confluença do Canoas, no Pelotas até os limites com Corrientes.

« Com a Província Argentina de Corrientes. Servem de limites os do Imperio.

« Com o Estado do Paraguay e a Província de Matto Grosso. O rio Paraná. »

Na fronteira oriental ha o Oceano, que por si he linha definitiva e demarcada; e a serra Geral que separa o territorio Paranaense do de S. Catharina, mas que ainda depende de demarcação, posto que por ambas as Províncias se reconhece.

A occidental pelo lado de Matto-Grosso que se desenhado pelo Paraná e seu *thalweg*, está decretada na Provisão do Conselho Ultramarino de 2 de Agosto de 1748, mas não demarcada, não se sabendo ao certo o destino das lhas deste grande rio. E na parte que confronta com a Republica do Paraguay está dependente de um Tratado com a mesma Republica, bem que o nosso direito á margem esquerda do rio Paraná, não tenha sido contestado.

Resta a fronteira meridional, que em grande parte he contestada pela Província de S. Catharina.

No nosso mappa contemplamos no territorio desta Província, assim como no de S. Catharina a área disputada, por ser objecto de litigio.

Assim se o territorio em questão fizer parte desta Província, ainda que provisoriamente, o seu limite meridional comprehenderá a margem direita do rio Uruguay, o oriental os rios Marombas e Canoas, e o occidental os rios ou ribeíros de S. Antonio e Pepiry-guaçu.

Prescindindo do terreno contestado os limites que assignalamos, são os seguintes:

Não contestados: o *thalweg* do rio Sahy-Guaçu até suas fontes na serra Geral, e o rio Iguaçu na parte que confronta com a Confederação Argentina.

Entretanto na propria linha do Sahy-Guaçu, não obstante o auto de demarcação de 2 de Maio de 1771, tem occorrido duvidas e conflictos de que dá noticia o *Relatorio* da Presidencia de 1862, nas seguintes palavras:

« Havendo a Camara Municipal de Guaratuba me representado sobre a conveniencia de serem fixados os limites desta com a Província de Santa Catharina pelo rio Sahy até de cessarem os conflictos de jurisdicção, que de continuo apparecem, resolvi levar ao conhecimento do Sr. Ministro do Imperio este negocio, sollicitando uma providencia que puzesse termo ás duvidas.

« Por Aviso de 18 de Dezembro do anno proximo passado foi-me determinado que expedisse as necessárias ordens no sentido de ser respectivamente a Província de S. Paulo a do territorio de 2 de Maio de 1771, em quanto pelo Poder competente não fossem fixados os limites das duas Províncias; e outro sim que, entendendo-me com o Presidente da Santa Catharina, fossem nomeados dous Engenheiros, um por esta e outro por aquella Província para examinares os limites duvidosos. Em resposta ao meu officio de 28 de aquelle mesmo meez e anno, aquella Presidencia communicou-me haver nomeado o Tenente-Coronel de Engenheiros Luiz José Monteiro para com o nomeado por mim proceder aos necessarios estudos. Em vista disto nomeando o engenheiro bacharel Marinho T. W. Chaudler, marquez-lhe o dia 24 de Março deste anno para encontrar-se em Guaratuba com aquelle Tenente-Coronel e dar começo aos competentes trabalhos.

« Eis o ponto em que jára esta antiga questão de limites. »

Mas esta questão não teve desenlace algum. Contestados: os rios Negro, e Iguaçu ou Cové em toda sua corrente, até á foz do ribeirão S. Antonio.

Os direitos que invoca esta Província para a incorporação do territorio entre os rios Iguaçu e Uruguay fundão-se em que o mesmo territorio fazia parte da Comarca da Curitiba, quando pertencia a S. Paulo, e haverem aquelles povos, ainda naquella epocha, devassado e colonisado esse territorio; occupando-o com estabelecimentos de lavoura e criação, alem da margem esquerda do rio Negro, e no campo das Palmas.

Estas razões forão largamente expostas em um opusculo do Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos sob o titulo—*Questão de limites entre as Províncias do Paraná e de S. Catharina*, e nos *Relatorios* da Presidencia desta Província dos annos de 1855 e 1856, 1863 e 1865.

No anno de 1864 a criação de uma Collectoria na margem direita do rio Uruguay, no ponto de Goyó-En, por ordem do Governo Provincial de S. Catharina, provocou novos conflictos entre as duas Províncias.

Estando a questão da limitação affecta a Assembléa Geral, julgava-se a Província do Paraná com posse provisoria em um territorio de perto de duas mil leguas quadradas, o que a de S. Catharina contestava, porque nenhum acto do Governo tinha-a decretado.

Este conflicto foi assim exposto no *Relatorio* da Presidencia de 1865:

« Trez dias depois de haver tomado posse da administração chegou á men conhecimento, por participação do Colletor do registro do Apoco, que na margem direita do Uruguay o governo da Província de Santa Catharina mandara estabelecer uma estação fiscal, para arrecadação de impostos dos animaes, que passão pelo Goyó-En, na estrada geral de Guarapuá a Missões.

« Apresentára-se como agente desta estação o Escrição do registro do *Passo-Dous* Fernando Ignacio da Silveira que, levantando ali, em falta de casas, quatro barracas e anilhado por uma escola armada, se pre-dispunha a exigir dos negociantes uma contribuição que só poderia ser lançada por esta Assembléa.

« He facil de comprehender que tal medida teria de produzir consequências muito desagradáveis. Além de que estando o *Paraná* de posse de todo o territorio de Palmas, e havendo a Província de Santa-Catharina affectado aos Poderes Geraes o direito e a reclamação, que ha longos annos levantára, ainda quando o mesmo territorio fazia parte da de S. Paulo, parece evidente que só pela mais reprehensivel negligencia e criminoso abandono poderiam as autoridades desta consentir em semelhante esbulho.

« Já mo antecessor tinha representado contra a nova occupação, o em 23 de Novembro reiterou suas sollicitações para que o Governo Imperial providenciasse de modo a evitar mais graves conflictos, declarando os limites, que devessam ser provisoriamente guardados. »

E continuando, diz ainda:

« Dirigi-me igualmente ao Administrador da Província de Santa-Catharina, que, declinando da questão de limites, fundou o seu direito na mesma posse que mantemos. Passo a ler-vos o officio de resposta, que S. Ex. se dignou dar-me, manifestando a resolução de conservar á Collectoria estabelecida no districto de Palmas do Sul:

« Tenho presente o officio de V. Ex. datado de 23 de Novembro proximo passado, no qual V. Ex. trata á respeito do estabelecimento da Collectoria creada ultimamente pela Assembléa Legislativa desta Província, e que acaba de ser estabelecida na margem direita do rio Uruguay.

« Como V. Ex. bem diz, não se devendo entrar na questão de limites entre esta e a Província do Paraná—questão esta já affecta aos Poderes competentes—reduz-se pois ella a questões de interesses commerciaes, e sobre este ponto he que reclamo toda a attenção de V. Ex.

« Sendo a renda desta Província, em grande parte devida ao imposto sobre os animaes, que passão do Rio Grande do Sul para S. Paulo, cobrado na Collectoria de *Passo-Dous*, reconheceu-se que ella he sensivelmente diminuindo, e que a Província ta tendo deficit consideravel de anno para anno. Estadada a causa, foi facil ver, que era o desvio de tropas, que se hurlavão ao pagamento do imposto no *Passo-Dous*, tomando a estrada de Missões á Guarapuá, pelo campo de Palmas, desfalçando deste modo a já muito diminuta renda desta Província.



« O meio de sanar este desfalecimento, que se tornava muito sensível à sua reoda, era o estabelecimento de uma estação fiscal nas margens do Uruguay, em terrenos desta Província disputados pela do Paraná, por onde passavam os tropeiros, que se furtavam ao pagamento do imposto. Foi o que fez a Lei Provincial n. 512—de 13 de Abril deste anno. Nada mais natural nem mais legal.

« He verdade que a Província do Paraná tem pretensões à posse e domínio desses terrenos, mas Santa Catharina também as tem, fundadas em direitos incontestáveis. São por tanto estes terrenos litigiosos.

« A Província do Paraná, que V. Ex. tão dignamente administra, criou nellas huma estação fiscal, a *Collectoria do Açúcar*; portanto Santa Catharina também podia estabelecer outra, sem dar lugar a meior contestação por parte do Paraná, que já tinha feito o mesmo, e com o mesmo fim, a evitar o extravio de suas rendas.

« V. Ex. não ignora, que essa Província tem sua principal estação fiscal no Rio Negro, bem como Santa Catharina no Passo Dous. Mas como nem todas as tropas passavam na estrada geral de S. Paulo, Paraná, Santa Catharina e Rio Grande, e assim deixavam de satisfazer o imposto a que erão obrigados, essa Província estabeleceu a estação fiscal do Açúcar, na estrada de Guarapuá; mas os terrenos sobre que foi estabelecida essa estação são os mesmos que as duas Províncias entendem ser litigiosos.

« Entretanto Santa Catharina nem sequer reclamou, porque comprehendendo, que nisto havia importantes interesses commerciaes para o Paraná.

« Que razões tem pois o Paraná para protestar e mesmo oppôr-se, como V. Ex., poderá ver das inclusas peças officiaes, que vão juntas, e estabelecimento da estação fiscal de Santa Catharina nos mesmos terrenos que o Governo ou a Assembléa Geral ainda não resolveu a qual das duas Províncias pertencem, e aos quaes ambas se julgou com direito? »

« Não affecta a questão de limites, porque seu estabelecimento hoje nenhum direito dá a esta Província, principalmente já estando esse negocio, como se sabe, submettido a decisão dos Poderes competentes; não offende os interesses commerciaes do Paraná, porque, com a medida tomada pela Província de Santa Catharina, não cessa, nem mesmo diminui a percepção do imposto de igual natureza na Província do Paraná. »

« Este conflicto sendo levado ao conhecimento do Governo Imperial provocou uma decisão toda favorável à Província do Paraná; medida que foi muito além do que reclamava esta Província, e consta do Decreto n. 3378—de 16 de Janeiro de 1863, e nestes termos concebido:

« Os limites entre as Províncias do Paraná e Santa Catharina são provisoriamente fixados pelo rio Sahy-guassu, Serra do Mar, rio Marombas, desde sua vertente até o das Canoas, e por este até o Uruguay. »

Esta medida justa e conveniente quanto à linha do Sahy-guassu, era demasiado violenta em relação aos outros pontos, e provocou ardentes reclamações dos prejudicados, de fôrma tal que o Governo Imperial por Aviso de 21 de Outubro do mesmo anno, entendeu dever sustar a execução do referido Decreto, mandando ouvir sobre a questão a secção do Imperio do Conselho de Estado.

O Decreto de 16 de Janeiro mandava incorporar à Província do Paraná, territorios em que havia da parte de S. Catharina, posse antiquissima, efectiva e incontestada como a Parochia de S. João de Campos novos e a dos Campos Curitybanos; importando além disto um enorme desfalecimento nas rendas Provincias, como se allega no *Relatorio da Presidencia de 1863*, artigo—*Collectoria do campo das Palmas*.

Esta questão he demasiado importante para ser demorada, e muito convém que os altos poderes do Estado a resolvão no interesse geral do Paiz.

**Divisão Judiciaria.**—Esta Província, quanto ao Judicial, depende da *Relação* da Corte, e pelo que respeita ao Ecclesiastico, depende da Diocese de S. Paulo.

O numero de suas Comarcas não excede de quatro; e quanto aos respectivos limites seguimos no nosso mappa o mesmo systema adoptado nas precedentes Provincias.

## MAPPA n. XIX.

### PROVINCIA DE SANTA CATHARINA.

O material de que nos aproveitamos nesta Província foi o seguinte:

1.º—Plano hydrographico da ilha de S. Catharina e da terra firme adjacente, rectificado no anno de 1814, por Paulo José Miguel de Brito: meridiano de Lisboa (*anexo* a Memoria politica do mesmo Brito).

Aberio em aço.

2.º—Planta hydro-topographica de parte da Capitania de S. Catharina por Paulo José Miguel de Brito, Tenente Coronel Adjuncto de Ordens do Governo da sobredita Capitania (*idem*).

Lithographada no estabelecimento da Academia Real das Sciencias de Lisboa.

3.º—Os mappas ns. 2 e 3 da precedente Província.

4.º—Carta geo-hydrographica da ilha e canal de Santa Catharina, levantada por H. L. de Niemeyer Bellegarde, official do Imperial Corpo de Engenheiros. Rio de Janeiro, 1830.

5.º—Mappa da medição e demarcação de 25 leguas quadradas das terras concedidas em complemento do dote da Serenissima Princesa de Joinville a Senhora D. Francisca, comprehendendo os terrenos adjacentes ao rio de S. Francisco, e a ilha do mesmo nome, e a Província de Santa Catharina, por Jeronymo Francisco Coelho chefe de commissão, e outros Engenheiros militares, etc. reduzida a menor escala pelo Capitão Luiz Pereira Lecôr. Rio de Janeiro (*sem data*).

6.º—Planta hydrographica da costa e porto de Santa Catharina desde a ponta das Bombas até a cidade, levantada por ordem do Ministerio da Marinha, pelo 1.º Tenente da Armada Antonio Luiz von Hoonholtz, com-

mandante do Patacho *Activa*, coadjuvado pelo 2.º Tenente Eduardo A. de Oliveira no anno de 1862. Rio de Janeiro.

7.º—Carta corographica da Província de Santa Catharina, feita e offerecida ao Instituto historico e geographico por seu socio effectivo e membro da commissão geographica José Joaquim Machado de Oliveira em 1842, para acompanhar o Ensaio geographico e historico da mesma Província. Rio de Janeiro, 1843 (*copia do Archivo Militar*).

8.º—Carta corographica da Província de Santa Catharina, contendo as divisões territorias, e judiciarias; as distancias das cabeças dos municipios a capital da Província; a superficie quadrada de cada um dos Municipios, e uma estatística da população; pelo 1.º Tenente de Engenheiros João de Souza Mello e Alvim. Rio de Janeiro (*sem data*).

9.º—Mappa corographica da Província de Santa Catharina, pelo Major de Engenheiros Carlos van Lede, segundo as observações dos Brigadeiros Engenheiros José Custodio de Sá Faria em 1774, e João da Costa Ferreira em 1783; as dos extinctos Jesuitas, as do Tenente Coronel João Alvares Ferreira em 1783; as dos Astrónomos Francisco de Oliveira Barbosa, e Francisco José de Saavedra e Almeida em 1789 e 1793; os da expedição hydrographica Franceza commandada pelo Barão Roussin em 1819, e as feitas ultimamente pelo seu author, e pelo Major Engenheiro José da Victoria Soares de Andréa em 1842 (*copia do Archivo Militar*).

10.º—Carta espherica de la Confederacion Argentina y de las Republicas del Uruguay e del Paraguay, que comprende los reconocimientos practicados por las primera y segunda sub-divisiones Española y Portuguesa del mando de los Señores D. José Varela y Ulloa (commissario y principal Director), Don Diego de Albear, el Tenente General Lusitano Sebastian Xavier da Vega Cabral da Camara, y el Coronel Francisco Juan Roscio em cumplimiento del Tratado preliminar de limites de 11 de Outubro de 1777. Construida officiosamente em 1802 por el segundo comisario y geographo de la sobredita segunda sub-division Española Don José Maria Cabrer, para desatar las dudas ocurridas entre los referidos Gefes, y ambas Cortes pudiesen deliberar sobre la importante obra de limites. Publicada em Paris em el año de 1833 (*propriedade do finado Senador II. F. Penna*).

11.º—Carta topographica e administrativa da Província de S. Catharina, etc. pelo Visconde J. Villiers de l'Isle Adam. Rio de Janeiro, 1848.

12.º—Planta do traço da estrada de Joinville à Província do Paraná, conforme as explorações feitas por ordem do Governo nos annos de 1835 à 1836, pelo Engenheiro da Sociedade Colonisadora Hamburgueza, Augusto Wunderwald. Desenhado por A. Krochne, 1866.

13.º—Planta da cidade do Desterro, pelo Tenente Coronel João de Souza Mello e Alvim (*manuscripta*).

14.º—Carta derroteira da costa do Brazil, do Rio de Janeiro ao Rio da Prata e Paraguay, levantada por Mr. Er. Mouchez, etc. Paris, 1864.

15.º—Carta particular da costa do Brazil desde o cabo S. Martha até a barra do Tramandahy, etc. por Mr. Er. Mouchez. Paris, 1863.

16.º—Mappa da costa oriental da America Meridional, desde a Província do Espirito Santo a de S. Catharina, organizado segundo os trabalhos de Mr. Er. Mouchez, e do Barão Roussin. Publicado por ordem do Almirantado. Londres, 1863.

17.º—Plano da entrada do rio de S. Francisco do Sul, levantado em 1860, por Mr. Er. Mouchez. Paris, 1862.

18.º—Planta da ilha de S. Francisco do Sul e embocadura do rio, segundo os trabalhos de Mr. Er. Mouchez, e A. X. de N. Torrezo, da Marinha Brasileira. Paris, 1864.

19.º—Plantas das bahias das Garças e de Itapocoroia por A. X. de N. Torrezo, copiadas por Mr. Er. Mouchez. Paris, 1864.

20.º—Mappa da Província de Santa Catharina do Imperio do Brazil com as partes adjacentes das Provincias do Paraná, de S. Pedro do Rio Grande do Sul, traçado e desenhado por Waldemar Schultz, e completado com os novos trabalhos feitos pelo mesmo e seu companheiro o Barão O'Byrn, durante as excursões que fizeram nos annos de 1839 e 1860. Dresda, 1863.

Este mappa foi lithographado em Leipzig, no Instituto lithographico de F. A. Brockhaus, sendo o meridiano adoptado, o de Greenwich.

21.º—Segunda parte da planta hydrographica do canal de S. Catharina desde o estreito até a barra do Sul, etc. pelos Tenentes da Armada Antonio Luiz von Hoonholtz e Eduardo A. de Oliveira. Rio de Janeiro, 1863.

22.º—Eshoços topographicos das colonias D. Francisca, Blumenau, Itajahy, Theresopolis, S. Izabel, e Angelina (*anexos* ao Relatorio do Ministerio da Agricultura de 1868).

Fôra do material supra notado e dos *Relatorios* da Presidencia da Província, consultamos as seguintes obras:

1.º—*Diario da navegação de Pedro Lopes de Souza, pela costa do Brazil até o rio Uruguay*, publicado e annotado por F. A. de Varnhagen.

2.º—*Roteiro do Brazil*, por Gabriel Soares de Souza.

3.º—*Memorias historicas*, etc. por Monsenhor Pizarro, t. 9. cap. 4.

4.º—*Memoria politica sobre a Capitania de Santa Catharina, escripta no Rio de Janeiro em o anno de 1816*, por Paulo José Miguel de Brito.

5.º—*Synopsis chronologica do Brazil*, pelo General José Ignacio de Abreu e Lima.

6.º—As obras ns. 4, 12 e 14 do precedente artigo.

7.º—*Viagens ás Províncias de S. Paulo e Santa Catharina*, por Mr. Augusto de Saint-Hilaire.

8.º—*Annuário do Imperio do Brazil*, em 1847, por J. F. Sigaud.

9.º—*Annaes da Capitania de S. Pedro*, pelo Desembargador José Feliciano Fernandes Pinheiro (*Visconde de S. Leopoldo*).

10.º—*Cartas acerca dos limites da Província de Santa Catharina*, por José Gonçalves dos Santos Silva.

11.º—*As Leis em conflito com o direito de occupação e conquista, ou Província de S. Catharina em seus confins com a Província do Paraná*, (*idem*).

12.º—*Informação sobre os limites da Província de S. Paulo com as suas limitrophes*, etc. por Manoel da Cunha de Azeredo Coutinho Souza Chichorro.

13.º—*Itinerario desde os confins septentrionaes da Capitania do Rio Grande do Sul até a cidade de S. Paulo* (anonymo).

14.º—*Descrição da Província de Santa Catharina, comprehendida entre a ponta das Bombas e a barra do Norte do rio de S. Francisco* (Xavier). Rio de Janeiro, 1849.

15.º—*Relatorio da exploração da estrada do Pepiry-guassu*, por Jeronymo Rodrigues de Moraes Jardim em 1866 (*anexo* ao Relatorio do Ministerio da Agricultura de 1866).

16.º—*Diario dos commissarios, astrónomos e geographos da primeira tropa, em execução do Tratado de 13 de Janeiro de 1750* (no tomo 7 da *Collectão de Noticias Ultramarinas*).

17.º—*Itinerario da viagem que fez Joaquim de Moraes Dutra em 1858, desde a foz do rio Passo Fundo no Uruguay, até o passo de S. Borja*, pelo P. João Pedro Gay.

18.º—*Projeto de uma estrada da cidade do Desterro ás Missões do Uruguay* (anonymo).

19.º—*Memoria historica, estatistica e commercial da Província de Santa Catharina*, por Carlos van Lede.

20.º—*Noticia sobre a Província de S. Catharina* (Brazil) por Leoncio Aubé.

**Limites.**—O territorio desta Província, outr'ora habitado pelos indigenas *Carijós*, os unicos que na costa do Brazil não erão antropophagos, constituia em grande parte a *Terra de S. Anna*, pertencente à Capitania doada a Pero ou Pedro Lopes de Souza, irmão de Martim Affonso; territorio que alcançava a margem esquerda do rio Araranguá.

Toda essa *Terra de S. Anna* revertêto à Corôa em 1709, quando o Marquez de Cascaes vendeu-a com todos os dominios que seu antepassado Lopes de Souza possuia ao Sul do Brazil: exceptuada tão somente a Capitania de Itamaracá com trinta leguas, o que tudo consta do Alvará de 22 de Outubro daquelle anno, e Escripura de compra e venda de 19 de Setembro de 1711, que se pôde consultar nas *Memorias da Capitania de S. Vicente*, por Fr. Gaspar da Madre de Deos.

A *Terra de S. Anna*, correspondente a quarenta leguas, começava da barra mais meridional da bahia de Paranaguá, e acabava como já fizemos ver, no rio Araranguá. Uma pequena parte deste territorio está hoje ligada à Província do Paraná, até a foz do rio Sahy-guassu.

Depois dessa reversão, a *Terra de S. Anna* foi contemplada no territorio de que se formou a Capitania de S. Paulo, e conservou-se até 1733, em que por Provisão do Conselho Ultramarino de 11 de Agosto desse anno, fôro a ilha de S. Catharina e o territorio vizinho segregados da Capitania de S. Paulo, e incorporados na do Rio de Janeiro.

Mas no anno seguinte foi este territorio elevado à Capitania, bem que subordinada à do Rio de Janeiro, sendo o seu primeiro Governador o Brigadeiro José da Silva Pais, que como tal começou a funcção desde 7 de Março de 1739.

Não conhecemos o documento creando esta Capitania, denominada da *Ilha de S. Catharina e Continente de S. Pedro*. Sabe-se pelo testemunho de Monsenhor Pizarro, que esta Capitania havia sido, desde a sua criação, considerada independente.

Entretanto o mesmo Pizarro declara que no anno de 1762, por uma Provisão do Conselho Ultramarino, cuja data não reproduz, na administração de D. José de Mello Manoel, ficou a Capitania sujeita ao Governador geral do Estado.

Mas ha nisto perfeito engano, tendo-se a vista a Carta Régia de 9 de Maio de 1748 dirigida a Gomes Freire de Andrade, *Conde de Bobadella*, onde positivamente se declara que o Governo desta Capitania éra subalterno ao do Rio de Janeiro.

Forão os naturaes da antiga Capitania de S. Vicente, os que primeiro se resolverão a habitar estes terrenos; estabelecendo-se

na ilha, que outr'ora se chamava dos *Patos*; indo o seu primeiro povoador Francisco Dias Velho Monteiro, residir em 1631 no porto dos *Patos*, onde provavelmente he hoje a cidade do Desterro.

Attribue-se ao navegante Solis a descoberta em 1515 da ilha, que deo nome à Província. chamando a bahia em que fundeou dos—*Perdidos*, entre a ilha e a terra firme. Não se sabe ao certo quem substituiu o nome de *Patos* por S. Catharina, bem que o primeiro povoador Velho Monteiro, pözesse sob a invocação de S. Catharina a primeira capella que ali se erigiu.

Em 1742, por Provisão do Conselho Ultramarino de 4 de Janeiro, a villa da Laguna e seu territorio, que tambem havia sido colonisado por Paulistas, fôro incorporados à Capitania do Rio de Janeiro, havendo sido desligados da de S. Paulo.

Passados sete annos foi a mesma ilha e seu territorio separados da Ouvidoria de Paranaguá, fixando-se-lhe os respectivos limites, pela Provisão do Conselho Ultramarino de 19 de Novembro de 1749, que aqui integralmente inscrimos:

« D. João, por graça de Deos, Rey de Portugal e dos Algarves; d'aquem e d'aquem mar em Africa, Senhor de Guiné, etc.

« Fago saber a vós, Governador da Ilha de S. Catharina, que em houve por bem, por resolução de 20 de Junho do presente anno, em consulta do meu Conselho Ultramarino, crear nessa Ilha com o mesmo ordenado e precalços, que tem, o de Pernaguá, uma Ouvidoria e que o districto dessa nova Ouvidoria ficara para o Norte pela barra austral do rio S. Francisco pelo cubalto do mesmo rio, e pelo rio Negro que se mette no Grande de Curitiba (Ignassu), e que para o Sul acabara nos montes que designa para a lagôa Ymeri; da que vos aviso para que assim o tenhaes entendido.

« El-Rey, Nosso Senhor, o mandou pelo Conde de Taronca, do seu Conselho, e Presidente do de Ultramar; e se passou por duas vias, Theodoro de Abreu Bernardes a fez em Lisboa a 20 de Novembro de 1748. O Secretario Joaquim Miguel Lopes de Lavre a fez escrever—*Conde de Taronca*. —(Nota no verso.) Por despacho do Conselho Ultramarino, de 19 de Novembro de 1749. Cumpra-se e registre-se. Desterro, a 10 de Março de 1750.—Manoel Esclheiro Ferreira de Souza. »

O territorio da Villa de S. Francisco foi incorporado a esta Província em 1750, como se vê da seguinte carta que o Conde de Bobadella, Governador geral da Capitania do Rio de Janeiro, dirigio ao Capitão-Mór dessa villa Sebastião Fernandes Camacho em 20 de Junho desse anno:

« Na fôrma das ordens de Sua Magestade se achão dividos os governos de Santos e da ilha de Santa Catharina, pertencendo essa Capitania ao da dita ilha, pelo que ainda que Vm. não tenha recebido ordem do Governador de Santos em que lhe declare o referido, deve estar daqui em diante ao da ilha de Santa Catharina, a cuja Jurisdição fica pertencendo essa Capitania na fôrma das referidas ordens. Deos guarde a Vm. Rio de Janeiro, 20 de Junho de 1750.—Gomes Freire de Andrade. —Sr. Sebastião Fernandes Camacho. »

Organisado o territorio em Ouvidoria, comprehendendo o territorio austral até os montes dos Tapes e Lagôa Mirim ou *Imery*, mais regular se tornou sua administração, em vista da nova providencia, quanto ao Judicial.

Parece que foi nesta occasião que se deo a este territorio por limite meridional o rio Mampituba, segundo se deprehende do que diz Pizarro em suas *Memorias* to 9 a pag. 299.

Em 7 de Março de 1777 fôia Capitania conquistada pelos Hespanholles, sob o commando de D. Pedro Cevallos, em cujo dominio esteve durante o espaço de um anno e quasi cinco mezes, pois foi restituída a Portugal em 30 de Julho de 1778, continuando a ser administrada como anteriormente.

Mas tendo sido elevada a Capitania independente, sob o titulo de *Capitania de S. Pedro*, a antiga *Capitania de El-Rey*, por Carta Régia de 19 de Setembro de 1807, ficou esta Província subordinada àquella, que se havia tornado mais importante em população, e em territorio pela aquisição das sete *Missões do Uruguay*.

Este predomínio ainda mais se fortaleceu com o Alvará de 16 de Dezembro de 1812, pois que fixou-se em Porto Alegre a cabeça da Comarca, que comprehendendo os dous territorios de S. Catharina e de S. Pedro, se ficou chamando *Comarca de S. Pedro e de S. Catharina*. A integra do mesmo Decreto he a seguinte:

« Eu o Principe Regente fago saber aos que este Alvará virem, que em consulta da Mesa do Desembargo do Paço me foi presente, que tendo sido elevado o Governo do Rio Grande a Capitania com a denominação de *Capitania de S. Pedro do Rio Grande* declarando por Capital a Villa de Porto-Alegre por ser a residencia do Governador e Capitão General; ora conforme a esta minha real determinação, que a referida villa de Porto-Alegre fosse tambem a cabeça da Comarca e a residencia dos Ouvidores Geraes que anteriormente se chamavam *Ouvidores da Comarca de Santa Catharina*; e tendo consideração ao referido, a maior commodidade dos povos habitantes da mesma Capitania e a prosperidade que a ella deve resultar em muita utilidade de meus fideis vassallos e do meu serviço:

« Hei por bem, conformando-me com o parecer da mesma consulta, ordenar: que a Villa de Porto-Alegre fique tendo e gozando a gradação de cabeça de Comarca, que na mesma Villa fique sendo a residencia ordinaria dos Ouvidores Geraes da Comarca, e que esta se fique denominando « *Comarca de S. Pedro do Rio Grande e de Santa Catharina*. » O que assim se ficara observando.

« Pelo que mando, etc. Dado no Rio de Janeiro, aos 16 de Dezembro de 1812.—Principe, com guarda. »

Subordinada à Capitania de S. Pedro do Rio Grande do Sul manteve-se esta Província até que o governo do Rey D. João VI por Alvará de 12 de Fevereiro de 1821 creou a nova *Comarca da ilha de Santa Catharina*, desligando-a da do Rio Grande do Sul, mas neste Alvará com força de Lei que abaixo copiamos, nada se diz quanto à separação administrativa.

Esta separação parece que só teve lugar depois da vinda da Corte Portuguesa em 1807, em vista do que em sua *Memoria politica*, expõe Paulo José Miguel de Brito, cujas palavras aqui consignamos:

« O governo da Capitania de S. Catharina he individual, e a pessoa que o exerce tem o titulo de Governador, e he nomeado pelo Soberano, a quem está hoje (1816) unicamente sujeito; e he pelo Ministerio que se expedeem as ordens, e a este dirige o Governador a sua correspondencia official, sem intervenção de alguma outra autoridade. »

« Antes da vinda da Corte para o Brazil, o Governador de S. Catharina estava sujeito ao *Vice-Rey do Estado*, e a sua authorityde pôde dizer-se que era puramente militar, e mesmo esta era coarctada por aquelle seu Superior. »

Por tanto deve suppor-se que no fim da administração do Governador D. Luiz Mauricio da Silva ficou esta Capitania, independente de facto, e que a sujeição à Capitania de S. Pedro se não foi nominal, durou até a nomeação do successor deste Governador João Vieira Tovar de Albuquerque por Decreto de 24 de Maio de 1817; continuando assim na administração do Governador Thomaz Joaquim Pereira Valente, em 20 de Julho de 1821, quando a separação completa se havia consolidado com a publicação do Alvará de 12 de Fevereiro de 1821, que desannexou da Comarca de S. Pedro a de S. Catharina.

Desde então cessou completamente a sujeição à Capitania de S. Pedro do Rio-Grande do Sul, e pôde esta Província ser contemplada no numero das que tiveram de mandar representantes para as Cortes de Lisboa, e Assembléa-Geral Constituinte e Legislativa do Reino do Brazil, segundo as Instruções de 19 de Junho de 1822, capitulo 3.º e artigo 10 n. 3, e Decreto de 18 do mesmo mez e anno; mas, forçoso he disê-lo, nenhum documento existe decretando aquella separação, salvo nas Instruções dadas ao Governador D. Luiz, ou ao seu successor João Vieira Tovar de Albuquerque, de que não temos noticia.

Eis a integra do Alvará de 12 de Fevereiro de 1821:

« Eu El-Rey fago saber aos que este Alvará com força de lei virem, que constando na minha real presença, por consulta da Mesa do Desembargo do Paço, a urgente necessidade que ha de se dividir a Comarca de S. Pedro do Rio Grande e Santa Catharina, creou-se nella uma nova Ouvidoria, por não ser possível a hum só Magistrado corrigir annualmente na vasta extensão da mesma Comarca todas as villas de que ella se compõe, separadas a grande distancia umas das outras, e satisfazer com a devida prestiza e exactidão as demais obrigações inherentes ao cargo de Ouvidor, e a muitas commissões e diligencias do meu real serviço, de que se faz necessario encarregar-lo; tendo consideração ao referido, e ao mais que se me expendeu na mencionada consulta, em que foi ouvido o Desembargador Procurador de minha Corôa e Fazenda:

« Hei por bem crear uma Comarca na Província de Santa Catharina, que se denominará *Comarca da ilha de Santa Catharina*, conservando-se o lugar de Juiz de Fora da Villa de Nossa Senhora do Desterro da mesma ilha, a qual ficara sendo a cabeça da nova Comarca, denominando-se a antiga d'ora em diante *Comarca do Rio Grande do Sul*.

« Terá a dita nova Comarca por districto da parte do Sul a mesma divisão que tem o Governo; no centro, comprehenderá a Villa de Lages, e pelo Norte terá o seu limite pela divisão actual da Comarca de Paranaguá e Curitiba.

Os Paulistas que em razão do commercio das tropas muare, de que se ião prover nas regiões do Rio da Prata, atravessavam o territorio de S. Catharina, e a semelhança do que praticavam os *Geralistas* no territorio ao Sul do rio Sapucahy, fôro-se estabelecendo em pontos da estrada, que julgáro convenientes; e como era difficil a comunicação com a sede do Governo na ilha de S. Catharina, em razão da falta de estradas, transpôdo a Serra Geral, entenderão que vindo de S. Paulo, devião prestar obediencia àquelle governo.

Foi desta sorte que estabelecendo-se em Lages, ficarão sob a dependencia de S. Paulo desde o anno de 1774. Mas o governo da Metropole instigado para tomar uma medida no sentido de reincorporar o territorio invadido desde 1791, somente realisou-o em 1820, por Alvará de 9 de Setembro, que aqui consignamos:

« Eu, El-Rey, fago saber aos que este Alvará com força de lei virem, que lomando em consideração, que sendo a villa de Lages a mais meridional das da Província de S. Paulo, pela grande distancia em que se acha da Capital, não pôde ser promptamente soccorrida com opportunas providencias, que a fação elevar-se do estado de decadencia em que se acha, procedida dos repetidos lamtos, que os indigenas selvagens, seus vassallos tem feito no seu territorio, e que reunindo-se ao governo da Capitania de Santa Catharina, donde pôde ser mais facilmente auxiliada, se tornarão menos aterrorizados aquelles malfazejos selvagens, e talvez se sujeitem ou se retirem deixando os Colonos com a segurança precisa para se aproveitarem da grande fertilidade das terras do Termo da mesma villa, regadas por muitos rios e debaixo de um clima temperado e sadio.

« Hei por bem desannexar a mencionada villa de Lages, e o seu termo da Província de S. Paulo, e incorporá-la na Capitania de S. Catharina, a cujo governo ficará d'ora em diante sujeita. E este se cumprirá como nelle se contém: Pelo que mando, etc.

« Dado no Palacio do Rio de Janeiro, aos 9 de Setembro de 1820.—Rey, com guarda.—Thomaz Antonio de Villa Nova Portugal. »

Este acto reparador fundado em justiça e conveniencia publicas, como já reconhece Pizarro em suas *Memorias*, quando assegura que o territorio de Lages havia sido incorporado à Capitania de S. Catharina, como fôra outr'ora.

Parecia que depois desta providencia, e do *Auto de demarcação de 2 de Maio de 1771*, que fixára na margem direita do rio Sahy-guassu a fronteira septentrional desta Província, estavam terminadas as questões de limites com a Província de S. Paulo, e posteriormente com a do Paraná.

Não aconteceu assim, por quanto a mesma causa produziu identicos effeitos.

A linha do rio Negro foi invadida, e os Colonos que erão Paulistas, tambem enten-



derão que devião preito e homenagem a Província de onde erão oriundos, e não aquella em cujo territorio se estabelecerão.

Conhecida a historia da organisação deste territorio, examinemos quaes são os seus limites actuaes, e posição astronômica.

A sua latitude, como a das Províncias conterraneas, he inteiramente austral, e encerra o territorio entre os parallelos de 25° 30' e 29° 18'.

A longitude toda occidental fica comprehendida entre 5° 8' e 11° 2' do meridiano adoptado.

A sua maior extensão de Norte a Sul he de 68 leguas, desde a margem direita do rio Sahy-guassú, a esquerda do Mampituba, e de Leste a Oeste 103 leguas desde a Ponta do Mondoy a margem esquerda do rio Pepiry-guassú; e 45 leguas da mesma Ponta a margem esquerda do rio Canôas na confluencia do rio Marombas.

O seu litoral he de mais de 90 leguas.

Confina ao Norte com a Província do Paraná, pelos rios Sahy-guassú, Negro, e Iguaçu, ao Sul com a de S. Pedro, pelos rios Mampituba, Sertão, Barroca, Touro, Pelotas e Uruguay; a Leste com o Oceano Atlantico, e a Oeste com a Confederação Argentina, pelos rios Pepiry-guassú, e S. Antonio, e Províncias do Paraná pelo cubatão da Serra Geral ou do mar, e de S. Pedro pelo mesmo cubatão entre as nascentes do rio Barroca, cujas aguas correm para o Uruguay, e as nascentes do rio Sertão, afluente do Mampituba ou Mambituba.

A fronteira septentrional, entre a Serra Geral, e a costa era outrora pela barra de Guaratuba, segundo consta de um provimento em Correição do Ouvidor Raphael Pires Pardini de 29 de Abril de 1720, mas esse limite foi substituído pelo actual do rio Sahy-guassú, quando se creou em 1770 a villa de Guaratuba; e consta do *Auto de demarcação* de 2 de Maio de 1771, que aqui reproduzimos:

«Anno do Nascimento de N. S. Jesus Christo de mil setecentos e setenta e um annos, aos dous dias do mez de Maio do dito anno, na párgem chamada Sahy, termo da Villa do Rio de S. Francisco, aonde se achavão presentes Juiz Ordinário o Capitão Anaro de Miranda Camacho, Pedro de Castilho, segundo, e José de Miranda Coutinho, terceiro, e o Procurador do anno passado Anaro Gomes de Oliveira, por impedimento do actual, fizeo em sua vez, e o Alcaide Antonio Gomes Cardoso, todos da governança da dita Villa do Rio de S. Francisco, e bom assim se achavão presentes o Juiz e mais Officiaes da Camara de S. Luiz de Guaratuba, a saber: Juiz o Alferes Antonio Carvalho Bueno, Vereadores, primeiro, Antonio de Oliveira do Prado, e segundo Manoel de Miranda Coutinho, e o Procurador do Conselho José Martins Pereira, comigo Escrivão da Camara abaixo declarado; e sendo ali tambem presente o Capitão Gaspar Gonçalves de Moraes, onde todos por todos juntos foi mandado declarar, que sendo Sua Magestade Fidelissima servido mandar crear no rio Guaratuba nova povoação, edificár Villa com a invocação de *Sancti Ioseph*, e a elle, tambem, preciso dividirse em *Sancti Ioseph* e *Sancti Ioseph*, para qualquer das Villas sabermos os seus termos e repartição, aonde de primeira invocação as Camaras, em presença do Ajudante das ordens do General da Capitania de S. Paulo, executor das ordens de Sua Magestade, assentaram uniformemente:

«Que para bem de ambas as povoações, seria util fizeo a divisão do termo entre as duas Villas, neste referido lugar chamado de Sahy, aonde com effeito se demorou na Barra que sai ao mar da parte do Sul, correndo o seu travessão para a parte do Sertão ao rumo de Oeste por corra a costa de Norte a Sul, em cuja barra se assentou um agulhão, e botando-se o rumo, se divulgou fazer em direitura para a parte do Sertão pelo referido rumo do Oeste fronteiro, entre um muro grande, que fizeo da parte do Norte, chamado Araranguá, e da parte do Sul, outra ponta de serra chamada *Thrin*, e pela aberta que mostra entre estes dous morros, corre o rumo d'agulha, que fizeo servindo de demarcação, correndo pelo dito rumo da barra do dito Rio até a dita aberta; ficando assim toda a terra que corre para a parte do Sul, até os mares e mais rios, o seus vertentes do rio de S. Francisco, pertencendo no termo da dita Villa, e toda a terra que corre da dita demarcação para a parte do Norte até o rio Guaratuba, morros e suas vertentes fizeo pertencendo ao termo e districto da dita Villa Nova de S. Luiz de Guaratuba.

«E nesta forma com boa harmonia converterão os Officiaes de uma e outra Camara na forma que se tinha feito a demarcação.

«E para a todo tempo constar, mandarão lavrar dous autos, um para se registrar no livro do tombo da Camara do Rio de S. Francisco, e outro para se registrar na Camara da Villa de Guaratuba, e nas mais partes a que tocar e for necessario, em cujos autos todos assignarão como o dito Capitão Gaspar Gonçalves de Moraes, que por ordem do dito Ajudante das Ordens assistio a dita demarcação.

«E eu Manoel Antonio Pereira, Escrivão da Camara que o escrevi: Anaro de Miranda Camacho, Antonio Carvalho Bueno, Anaro de Oliveira Camacho, Pedro de Castilho, José de Miranda Coutinho, Amador Gomes de Moraes, Antonio de Oliveira do Prado, Manoel de Miranda Coutinho, Cruz de José Martins Pereira, Gaspar Gonçalves de Moraes, Cruz de Antonio Gomes Cardoso.»

Este Auto foi reconhecido pela Presidencia desta Província nos *Relatorios* de 1841 e 1857, não obstante as pretensões da Camara da cidade de S. Francisco, ao quartelão da Bovista, além da margem esquerda do rio Sahy-guassú, pretensão que o Governo Imperial repellio por Aviso de 18 de Dezembro de 1861.

A linha dos rios Negro e Iguaçu tem a base legal da Provisão do Conselho Ultramarino de 19 de Novembro de 1749, supra citada, que já havia sido precedida da Carta Régia de 9 de Maio de 1747, dirigida ao 1.º Governador José da Silva Paes, quando recomendo os colonos Açoritas que não estabelecer-se na nova Capitania, se expressa por esta forma:

«O dito Brigadeiro porá todo o cuidado em que estes novos Colonos sejam bem tratados e agasalhados, e assim que lhe chegar esta ordem produzirá escolher assim na mesma ilha, como nas terras adjacentes desde o rio de S. Francisco do Sul até o rio de S. Miguel (ao Sul do Chuy), e no sertão correspondente a este Districto (com attenção porém a que se não dê justa razão de queixa aos *Hespanhóis confiantes*), e sitios mais proprios para mudar Lugares....»

Ora já nessa epocha o Governo da Metropole sabia que a Capitania de S. Catharina confinava com as Colonias Hespanholas, por quanto negociava na Hespanha

os limites dos rios Pepiry-guassú, S. Antonio e Iguaçu, e o conseguiu pelo Tratado de 13 de Janeiro de 1750.

E cumpre notar, que tanto a opinião de que a Província de S. Catharina confinava com as Colonias Hespanholas era e he bem fundamentada, que ainda em 1844 e 1845, nos *Relatorios* do Ministerio do Imperio era ella consagrada, a proposito da navegação do rio Paraná e da facilidade que teria a Província de Minas-Geraes de communicar-se como *extremo sertão* desta Província de S. Catharina, no *lugar em que confina com a Província hespanhola de Corrientes*; e outra não pôde ser, senão a fronteira occidental assignada pelos rios S. Antonio e Pepiry-guassú.

Além destes documentos sobremodo concludentes, vem ainda corroborar-os o Alvará com força de Lei de 9 de Setembro de 1820, que reparando a intrusão dos Paulistas no territorio de Lages, annexou de novo a S. Catharina a villa e o respectivo territorio. Ora, esta medida era altamente reclamada pelo governo de S. Catharina desde a invasão, como se vê do seguinte trecho da Carta que em 14 de Setembro de 1787, foi dirigida pelo Vice-Rey Luiz de Vasconcellos ao Governador da mesma Capitania:

«Não duvido que os limites desse Governo se tenham apertado com a usurpação dos terrenos que têm-se apropriado a Capitania de S. Paulo, e que a Villa de Lages haja de pertencer ao districto dessa ilha; mas sendo certo que não devendo igualmente reclamar os *terrenos usurpados*, por serem todos pertencentes a Sua Magestade, ainda que em diversos domínios, nem tambem convir na posse que delles se tem arrogado a Capitania de S. Paulo, não posso esrever immediatamente ao Governador actual para fazer praticar a pinda da villa de Lages até essa ilha, como tambem a estrada até a serra Geral, sem me pôr nas circumstancias de aprovar o mesmo, que me parece repugnante, ou de reclamar, o que não me parece por ora conveniente.»

Mas a administração de S. Catharina com pertinacia igual a dos invasores não se esqueceu de Lages, e a *Memoria politica* que em 1816 publicou Paulo José Miguel de Brito, convenceu o Governo da Metropole, e foi o Alvará expedido.

Ora nessa *Memoria* se pede o desmembramento da Capitania de S. Paulo da villa das Lages e de todo o territorio que está para o Sul no rio Uruguay e de um dos seus braços denominado rio Correntes, que conflue em outro que chamão rio das Canôas, até ao lugar em que o primeiro (*Uruguay*) entra nos domínios da Corôa de Hespanha; incorporando-se o mencionado territorio na Capitania de S. Catharina; de modo que esta ficasse confinando pelo Sul com a do Rio-Grande de S. Pedro, por toda a sua extensão da sua fronteira septentrional, desde a costa do mar até as *Missões*, situadas na margem oriental do mesmo Uruguay, que já pertencia ao Brazil.

Se então era esse o territorio de Lages, que se solicitava para S. Catharina, como tomar o Uruguay, por fronteira meridional de S. Paulo, e hoje da Província do Paraná?

E tanto a Capitania de S. Paulo comprehendeu na epocha a procedencia do direito da Capitania limitrophe, que privava a de Lages estabeleceu o seu novo Registro não na margem direita do Uruguay, como seria mais natural e conveniente; mui ao reves foi estabelecido na margem do rio Negro, porque sabia que era essa a sua legitima fronteira.

Não se pôde deduzir direitos em prol da Província de S. Paulo do estabelecimento de individuos de sua procedencia, além da divisa do rio Negro, somente porque elles quizerão manter o capricho de obedecerem ao governo de sua Província natal, visto como um tal principio he anarchico; e tão pouco da descoberta dos campos das *Palmas*, facto mui recente (não passa de 1838 a 1840) e contestado logo pela Província de S. Catharina em officio de 21 de Junho de 1841; não só porque este fundamento he futil, em vista dos actos legislativos existentes, como porque este territorio pelo lado do Oeste já havia sido explorado pela segunda Partida demarcadora em 1739, quando foram fixar os pontos dos rios Pepiry-guassú, S. Antonio e Iguaçu. Como são pouco conhecidos estes trabalhos, aqui os reproduzimos do resumo que faz a mesma Partida em seu *Diario*:

«O Uruguay, rio de caramujos ou caracões, segundo a significação daquelle nome, que junto com o Paraná compõem o grande rio da Prata, he sem controversia um dos mais consideraveis, que regão o vasto continente da America meridional. Tem sua origem não distante da costa do mar pela latitude de 27° 30' e meio, pouco mais ou menos nas altas serranias, que estão defronte da ilha de S. Catharina, e correndo no principio ao Occidente recebe todas as aguas vertentes da mesma serra, que a 30 ou 25 leguas do seu nascedouro, por onde atravessa o caminho que fazem de S. Paulo a Viamão, e o passo os Portuguezes com o nome do rio das Canôas, onde he já mui caudaloso.»

Continuando, diz a mesma Partida dirigida por parte de Portugal, pelo Coronel de Engenheiros José Fernandes Pinto Alpoim:

«Na latitude de 27° 9' 23" desagua no Uruguay pela banda occidental, ou mais bem septentrional, o rio Pepiry, cuja boca em tempo secco, tem de largo 39 toezas; e sendo este o designado por lindero da divisão, se entrou por elle, depois de prateado o exame que se refere na pag. 69, até 70, para assegurarmos-nos que era o mesmo, e se deixou em sua boca um signal para reconhecer-lo, ainda que o mais visível, e de maior duração seja sua immedição ao salto, do qual só dista meia legua.

«Nasce o Pepiry de um pequeno mananciael que brota entre pequenas pedras em um plano em cima da serra, que corre entre o Uruguay, e Iguaçu, dividindo aguas a um, e outro rio, que pela latitude estimada, de 26° 10' a pouco de haver sahido se augmenta de varios arroios que nascem de pantanos, e em seu curso todo entre montanhas, e bosques asperissimos faz infidélidades de voltas, e serpenteando, sendo o rumo direito de sua origem a boca de 15° para o Sudoeste. Sua extensão seguindo as mesmas tortuosidades se computou de 26,

a 38 leguas, em que lhe entrão varios arroios, e nas primeiras leguas se despenha por alguns saltos elevados, que o fazem inoavegavel.»

«Por sua parte inferior no espaço de 24 leguas, tem infidélidade de arrefeicos, que fazem difficil a sua navegação das canoas, quando está baixo como o estava neste tempo; porém nas crescentes manifestão os signaes, que se vêem em suas margens, que se poderá navegar largo espaço.»

A Partida em outro lugar do seu *Diario*, diz sobre o rio Pepiry o seguinte:

«O rio Pepiry, a que tambem chamão *Pequiry*, cuja significação he rio de *Plabos*, se accomodava melhor com as que nelle se achão, contudo sempre lhe conservamos o primeiro, por mais suave a pronunciaçao, para o contra distinguir do outro *Pequiry*, que pela banda oriental desagua no Paroá acima do Salto Grande.»

Continuando o resumo diz:

«No mesmo plano em que está o mananciael, que dá origem ao *Pepiry*, se encontra a 500 passos, caminhando para Norte, outro mananciael copioso que brota entre pedras grandes, e delle nasce o rio que se chamou de S. Antonio, o qual corre de sua origem a boca, seguindo o rumo direito de 28 graus a Noroeste, fazendo de sua serra, e colinas, entre pequenos montes, tem multidão de arrefeicos, que em suas crescentes não fazem embargo a navegação de uma grande parte delle, como tambem um pequeno salto que está a 7 leguas de sua boca pela latitude de 25° 41' 11", o qual em tempo secco que ali estivemos, impedio passar diante, e obrigou a reconhecer por suas margens as aguas restantes até 27, que se lhe considerão de curso. Desagua este no rio Iguaçu pela latitude de 25° 35' 4", e em sua boca, que he de 35 toezas de largo, se pozirão marcas para conhece-lo.

«O Iguaçu ou rio Grande, que isto significa, aquella nome, nasce em a latitude de 25° 30' mais ou menos, de uma serra alta, e correndo a costa do mar dá origem ao Uruguay. Compõe-se principalmente de quatro rios, que seguindo o citado caminho de S. Paulo a Viamão, se passam successivamente.

«O primeiro he o de Coritiba, cuja origem não distante da Villa daquelle nome, está a Leste della, defronte da ensada de Paranaquá, e correndo a Oeste se passa a 10 leguas da cidade Villa, no lugar que chamão o *Registro* pelo que alli se faz, para cobrar os direitos das eargas, mullas, e gado que passão. Como a 4 ou 5 leguas mais adiante se passa o rio chamado da *Vargem ou Plano*, pelos campos planos por onde corre, o qual pouco depois desagua no Coritiba.

«Como a outros 5 leguas do anterior está o rio que denominão *Negro*, já bem crescido, que inclinando-se para Noroeste, he o ramo principal do Iguaçu, e nelle entra um arroyo bastante grande, que em seu passo, distante como duas leguas do Negro o chamão das *Morombas*. Muito caudaloso rio pela união destes quatro conhecidos, e sem duvida de outros mais que lhe entrarão na parte de que se não tem noticia, toma o nome de *Iguaçu*, e corre a Occidente por terras do não muita elevação; porém de continuado bosque até ao rio de S. Antonio, defronte do qual tem 265 toezas de largo, com o fundo de 27 pés no canal do meio, estando bem baixo.»

Ora se estes territorios estavam de ha muito conhecidos e descobertos, embora não aproveitados e cultivados, a pretensão da Província de S. Paulo e de sua sucessora a do Paraná não pôde ser aceita; e torna-se por extremo desarrazoada, quando sustenta um *uti possidetis* contestado desde o principio, não dos lugares que occupa, mas de uma área de quasi duas mil leguas quadradas, que tanto poderá conter o territorio entre os rios Negro, Marombas, Canôas, Iguaçu, Uruguay, Pepiry-guassú e Santo Antonio; tendo aliás sua contendorra estabelecimentos no *Passo Dous*, em S. João de Campos Novos, que he Parochia, assim como em Nossa Senhora do Amparo.

De modo que a simples posse do Paraná em Bom Jesus do campo das Palmas e no registro do rio Negro, pontos aliás entre si mui distantes, tem o dom de absorver em seu proveito todo esse grande territorio, de nullificar a posse de sua conterranea, tão antiga como a sua, senão mais, em outros pontos do mesmo territorio.

Não se pôde invocar em prol do Paraná o Decreto n. 3,378—de 16 de Janeiro de 1865 assignalando os rios Marombas e Canôas como linha divisoria desta Província, por isso que o Aviso de 21 de Outubro do mesmo anno, mandou suspender a execução, estando hoje as cousas repostas no antigo pé até resolução do Corpo Legislativo; como bem expõe o *Relatorio* da Presidencia de 1866, nas seguintes palavras:

«Assumindo a administração desta Província, tive por um dos meus primeiros cuidados representar ao Governo Imperial acerca do Decreto n. 3,378 do anno passado, que marcou provisoriamente os limites entre esta Província e a do Paraná.

«Cumpria porém, antes de dar qualquer passo neste sentido, verificar se as autoridades do Paraná exercitavam jurisdicção e actos de posse no territorio que a mesma Província ficava pertencendo em virtude do citado Decreto.

«As informações que colligi provaram-me que nenhuma tinha tido por parte della o Decreto de 16 de Janeiro; como por parte desta, tambem nenhuma tivera, a não ser a transferencia da Collectoria do Passadous para a cidade de Lages.

«Em tudo o mais continuavão as cousas como anteriormente eram, como ainda são, de Santa Catharina as autoridades, e as autoridades ali exerceo funções, prestando obediencia aos seus superiores desta Província, e percebendo vencimentos dos cofres della que servião lugares retribuidos.

«O Paraná nem provira em outras pessoas taes eargos e empregos, nem levantara contestação sobre a permanencia de exercicio dos nomados por Santa Catharina, e a ella subordinados.

«Ainda mais. Assim como esta Presidencia fizera remover a Collectoria do Passadous para Lages, assim tambem a do Paraná supplicou ou mandará transferir os dous Registros Fiscaes do Rio Negro e Xapeú.

«Quando de posse destes esclarecimentos, la dirigir-me ao Governo Imperial sobre o assumpto, tive a satisfação de receber o Aviso do Ministerio do Imperio de 21 de Outubro do anno passado, exigindo informações sobre a execução do referido Decreto, e mandando entretanto sobrestar nella.

«Ministrando essas informações, expuz ao Governo algumas considerações tendentes a mostrar: a inconveniencia e a alta injusticia dos limites decretados; a inoportunidade dessa medida, tornada necessaria para o fim que lhe servia de razão e fundamento; o effeito contraproducente que ella teria sem duvida de operar; a gravissima perturbação introduzida na já embarracada finanças da Província, prejudicada em um terço da tenue receita com que contava para fazer face a despesas creadas e a serviços imprescindiveis; e a efficacia contra os males originados do Decreto, do que a simples suspensão delle.»

No exame desta materia que fizemos com o escrupulo e desejo de acertar, o trabalho que nos pareceu mais interessante em prós dos direitos desta Província, faz parte do

*Relatorio* da Presidencia de 1857, artigo—*Limites da Província*, o honra a quem elaborou-o.

Esta Província, além da razão legal tão clara e tão pronunciada, conta ainda em seu favor a razão geographica, pois os limites traçados pelo *thalweg* dos rios Sahy-guassú, Negro e Iguaçu descreminão perfeitamente os dous territorios.

Por outro lado, a razão de interesse publico vem ainda coroar este direito, porquanto o paiz tem grande interesse em ser bem dividido, e esse interesse não pôde ser preterido pelo bom querer de meia duzia de familias, que se estabelecem em um ou dous pontos de um vasto territorio.

Se esta singular doutrina prevalecesse, todos os pontos ainda não cultivados das outras Províncias estavam expostos a absorção das suas limitrophes, e onde iríamos parar?

E que interesse poderá fruir o Paiz em accumular territorios sobre uma Província larga e sufficientemente dotada, com prejuizo de outra, que ainda rehavendo-o não alcança a área de sua competidora?

A Província do Paraná sem o territorio questionado fica com 6.200 a 6.400 leguas quadradas, espaço mui largo, onde sua actividade pôde bem desenvolver-se, tendo fronteiras com a Confederação Argentina, e com a Republica do Paraguay; e a de Santa Catharina, não irá além de 4.200 a 4.400 leguas quadradas, pouco mais ou menos.

Como o dominio deste territorio ainda em litigio, nos nossos mappas desta Província e do Paraná o contemplamos em cada um, mas no mappa geral do Imperio, forçoso nos foi pronunciar-mo-nos por Santa Catharina, e assim o descreminamos por cores.

A fronteira occidental, ratificado o Tratado aprovado em 1857 com a Confederação Argentina, se assignalla pelo *thalweg* dos rios Santo Antonio e Pepiry-guassú; se o direito desta Província firmado pela Provisão do Conselho Ultramarino de 19 de Novembro de 1749, se mantiver como he de presumir.

Pelo contrario, se prevalecer a divisa creada pelo Decreto de 1865, ou outra qualquer que for estabelecida pelo Poder Legislativo.

A fronteira meridional, conquanto bem pronunciada no *thalweg* dos rios Uruguay e Mampituba, necessita de declaração quanto aos afluente ou galhos que devem continuar a linha divisoria.

Nada por ora se acha assentado sobre este assumpto.

Parece que quanto ao rio Uruguay se devêra tomar o afluente denominado da *Divisa*, por isso que o nome bem indica que pelo seu *thalweg* seguia a fronteira. Mas o territorio banhado por esse rio está hoje occupado por população Rio-Grandense, e na falta de lei ou auto de demarcação, pois nada disto conhecemos, não pôde deixar de predominar o *uti possidetis* da Província confinante.

Os antigos limites da Comarca de Santa Catharina e do rio de S. Pedro, traçados pelo Ouvidor Manoel José de Faria em 1750, se constassem de alguns documentos, a questão se esclareceria, mas não existem, ou se achão de tal forma sepultados no esquecimento, que nenhum author dá delles noticia; pois o que unicamente consta he, que o limite de ambos os territorios foi pelo lado do mar fixado no rio *Mampituba*, rio que alguns autores confundirão com o Chuy, sob a denominação de rio de Martim Afonso, por haver sido o lugar em que este Donatario naufragara.

A Carta Régia de 19 de Setembro de 1807, que elevou a Capitania independente o territorio do Rio de S. Pedro, he muda quanto a limites.

Os autores que sobre a materia escreverão, limitão-se a apontar os rios Mampituba e Pelotas (*o alto Uruguay*); com excepção do Visconde de S. Leopoldo, que substitue o primeiro rio pelo Araranguá, fronteira que não justifica.

Em taes circumstancias, acompanhando a outros Geographos, tomamos por fronteira o afluente *Corquinha*, e os seus galhos Touro e Barroca, seguindo da nascente deste pela cumiada da serra Geral até as vertentes do rio ou ribeirão do *Sertão*, um dos galhos do Mampituba ou Mambituba.

Parece-nos ser esta a melhor divisa em razão de ser a mais clara e mais saliente.

*Divisão Judiciaria*.—Esta Província, quanto ao Judicial, depende da Relação da Corte. Pelo que respeita ao *Ecclesiastico* depende da Diocese do Rio de Janeiro.

O numero de suas Comarcas eleva-se a seis; e pelo que respeita aos seus limites seguimos o systema adoptado nas outras Províncias

## MAPPA n. XX.

PROVINCIA DE S. PEDRO.

Eis o material que obtivemos para o mappa desta Província:

1.º—Carta topographica e administrativa da Província de S. Pedro do Sul, etc. pelo Visconde J. de Villiers de l'Isle Adam. Rio de Janeiro, 1851.

2.º—Carta do Brazil meridional comprehendendo parte da Província de S. Paulo, e as Províncias do Paraná, S. Catharina e de S. Pedro, etc. pelo Dr. Guilherme Huhn. Hamburgo, 1858.

3.º—Mappa da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, e terrenos adjacentes das Províncias limitrophes. Rio de Janeiro, 1843.

Neste mappa se acha representada a linha de operações do Exercito Imperial no anno de 1841 sob o commando do General João Paulo dos Santos Barreto.

4.º—Mappa topographico da Província do Rio Grande do Sul. Contem as principaes Colonias, divisão de limites com os Estados visinhos, etc. etc. Londres, na lithographia de Maclure, Macdonald & Macgregor (*sem data*).

5.º—Mappa do Sul do Imperio do Brazil e paizes limitrophes, organizado segundo os trabalhos mais recentes, etc., pelos Engenheiros civis H. L. dos Santos Werneck e C. Krauss. Rio de Janeiro, 1865.

6.º—Mappa demonstrativo das divisas dos municipios de Bagé, Piratini, e Jaguarão, organizado a pedido da Municipalidade de Bagé, sob os trabalhos do Tenente Coronel de Engenheiros J. M. Pereira de Campos e Engenheiro Civil Felipe de Normann. Rio de Janeiro, 1860.

7.º—Mappa da ex-colônia de São Leopoldo em 1867 (*manuscripto* sem nome do autor).

8.º—Planta da cidade de Porto Alegre por L. P. Dias em 1839.

9.º—Planta da mesma cidade annexa ao mappa geral do Brazil de Conrado Jacob de Niemeyer, da edição de 1844.

10.º—Planta da cidade do Porto Alegre pelo Capitão de Engenheiros Antonio Dias da Costa, construida e desenhada pelo Agri-mensor Manoel José de Azevedo. Porto Alegre, 1867 (*manuscripta*).

11.º—Carta topographica do Estado do Uruguay, que para serviço do mesmo Estado levantou o Coronel de Engenheiros José Maria Reyes, em 1846. Rio de Janeiro, 1852.

12.º—Planta corographica de la Provincia oriental de Montevideo y parte de las inmediatas, demarcandola las fronteras con el Brazil, etc., por el architecto geographo ingeniero D. Joaquim de Soto Garcia de la Vega, anno de 1853. Rio de Janeiro, na lithographia de Heaton & Rensburg.

13.º—Carta geographica de la Republica Oriental del Uruguay, por el general de Ingenieros D. Joseph Maria Reyes, etc. Paris, lithographia de Thierry (*sem data*).

Supponnos ser do anno de 1860.

14.º—Naevo mappa del Rio de la Plata, y de las Republicas del Paraguay, Uruguay y Chile, y los paises vecinos, por Mr. A. Brué, accrescentado por Mr. Ch. Picquet. Paris, lithographia de Thierry (*sem data*).

15.º—Mappa da Republica Argentina em 1863, por Nicolas Grondona, Ingeniero nacional. Buenos-Ayres.

16.º—Carta del Enterrios, y de la Provincia de Corrientes, por Nicolas Grondona, Ingeniero nacional. Buenos-Ayres, 1862.

17.º—Mappa del teatro de la guerra actual que comprehende toda la Provincia de Corrientes y puntos adjacentes del Enterrios, Paraguay, Uruguay y Brazil, revisado por D. Francisco Rave. Ingeniero geographo de la misma Provincia. Buenos-Ayres, 1863.

18.º—Nuevo mappa de las Provincias que forman la Confederacion Argentina y de las Republicas Oriental del Uruguay, Paraguay y Chile levantado y corrigido sobre los documentos mais autenticos y modernos y exploraciones hechas en estes ultimos annos. Paris, 1863 (*sem nome do autor*).

19.º—Carta particular da costa do Brazil comprehendida entre o cabo de S. Marilha e a barra do Tramandahy, etc., por Mr. Er. Monchez. Paris, 1863.

20.º—Carta dos ancoradouros do Rio da Prata e meridional do Brazil desde a ilha dos Lobos até a barra do Tramandahy, levantada de 1856 a 1862, por Mr. Er. Monchez. Paris, 1863.

21.º—Carta derroteira da costa do Brazil do Rio de Janeiro ao Rio da Prata e Paraguay, etc., por Mr. Er. Monchez. Paris, 1864.

22.º—Carta geographica del Estado Oriental del Uruguay y posesiones adjacentes, trasada segun los documentos mas recientes y exactos, publicada bajo la direcion del Señor A. Roger, Consul de Francia, dedicada al Excmº Señor Presidente General Don Fructuoso Rivera. Paris, año 1841.

23.º—Mappa da America do Sul, comprehendendo o Brazil meridional com o Paraguay, publicado sob as vistas da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis (*em Ingles*). Londres, 1837.

24.º—Carta de uma parte da Lagoa Mirim desde a barra do arroyo S. Miguel até a ponta do Juncal pelo Occidente, e a ponta do Ladiño pelo Oriente para servir a demarcação da linha divisoria dos limites entre o Imperio do Brazil e o Estado Oriental do Uruguay, etc., pelo Marechal do Exercito F. J. de S. Soares de Andréa em 1853 (*idem*).

25.º—Esboço de uma carta topographica do lugar de S. Victoria, porto do Escorrega na lagoa Mirim, pelo Engenheiro Ricardo José Gomes Jardim, em 1867 (*manuscripto* pertencente ao Dr. Francisco Marcondes Homem de Mello).

26.º—Mappa topographica da Colonia de S. Leopoldo (*annexo* ao *Relatorio* do Ministerio da Agricultura em 1867).

27.º—Carta geral da fronteira do Imperio do Brazil com o Estado Oriental do Uruguay, levantada pela commissão de limites sob a direcção do Marechal do Exercito Barão de Cacapava, e de seu successor o Brigadeiro Pedro de Alcantara Bellegarde.



Latitude Sul, e Longitude Oeste do meridiano de Greenwich—escala 1.360.000. Do anno de 1832 a 1860.

28.—Carta da Republica do Uruguay (*Banda oriental*), e da Provincia do Rio Grande do Sul, ou de S. Pedro, comprehendendo o curso do Uruguay, e do Rio da Prata, traçada por V. Levasseur, Engenheiro geographo, sob a direcção de Mr. Arsene Isabelle, Paris, 1835.

N. B.—A Revista do Instituto historico e geographico accusa em suas paginas, a seguinte Carta desta Provincia, que não podemos examinar.

Carta da Provincia de S. Pedro do Sul contendo o Estado Oriental e parte da Provincia de S. Catharina, levantada de baixo da inspecção do Conselheiro José Antonio Pimenta Bueno, por Raymundo Alvares da Motta, 1850 (*em grande formato manuscrito*).

Além deste importante material, e dos Relatorios da Presidencia da Provincia, consultamos as obras infra notadas.

1.º—*Memorias historicas*, etc., por Monsenhor Pizarro, t. 9 cap. 5.

2.º—*Annaes da Provincia de S. Pedro*, com um *mapa topographico*, pelo Dez. José Feliciano Fernandes Pinheiro (*Visconde de S. Leopoldo*).

3.º—*Diccionario historico e geographico da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul*, etc., por Domingos de Araujo e Silva.

4.º—*Noticia descriptiva da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul*, com um *mapa*, etc. por Nicolau Dreys.

5.º—*Bosquejo historico e documentado das operações militares na Provincia do Rio Grande do Sul*, durante a Presidencia do Dr. Saturnino de Souza e Oliveira, pelo mesmo.

6.º—*Annaes do Rio de Janeiro*, etc. por Balthazar da Silva Lisboa.

7.º—*Historia do Brazil*, etc., por Francisco Solano Constancio.

8.º—*Synopsis ou deducção chronologica*, etc., pelo General José Ignacio de Abreu e Lima.

9.º—*Viagem a Buenos-Ayres e a Porto Alegre, pela Banda Oriental, Missões do Uruguay e Provincia do Rio Grande do Sul*, de 1830 a 1834, etc., por Mr. Arsene Isabelle.

10.º—*Viagem de Cuyabá ao Rio de Janeiro pelo Paraguay, Corrientes, Rio Grande do Sul e Santa Catharina em 1846*, por Henrique de Beaurepaire-Rohan.

11.º—*Memoria sobre a Provincia de Missões*, etc., por Thomaz da Costa Corrêa Rehelo e Silva.

12.—*Relação abreviada da Republica, que os Religiosos Jesuitas das Provincias de Portugal e Hespanha estabelecerão nos Dominios Ultramarinos das duas Monarchias*, etc. (anonymo)

13.—*Breve noticia dos setepovos de Missões Guarany, chamados cumummunte*—*Tapes orientaes do Uruguay*, por Francisco João Roscio.

14.—*Diario resumido do reconhecimento dos campos de novo descobertos sob a serra Geral nas cabeceiras do rio Pardo*, por José de Saldanha.

15.—*Reconhecimento topographico da fronteira do Imperio na Provincia de S. Pedro*, pelo conselheiro Candido Baptista de Oliveira (*anexo ao Relatório do Ministerio do Imperio de 1850*).

16.—*Relatório da administração central das Colonias da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul*, etc., por Carlos Koszits, agente interprete da Colonisação.

17.—*Relatório sobre diversos trabalhos preparatorios da canalisação do rio Mambituba, reconhecimento de seus territorios, e outros trabalhos executados no districto da Conceição do Arroyo*, pelo 1.º Tenente da Armada José Nolasco da Fontoura Pereira da Cunha (*anexo ao Relatório da Presidencia de 1861*).

18.—*Elementos de Estatística comprehendendo a theoria da sciencia e a sua applicação á estatística commercial do Brazil*, etc., pelo Dr. Sebastião Ferreira Soares to. 2 cap. 5.

**Limites.**—O territorio desta Provincia não foi como o das outras distribuido em 1534, por Donatarios, porisso que o ultimo territorio que ao Sul do Brazil foi doado, alcançava á margem esquerda do rio Araranguá, o territorio da actual Provincia de S. Catharina.

Martim Affonso de Souza, quando veio com a sua Armada em 1531, naufragando na barra do Chuy, e lançando os Marcos de Portugal em *Casillos Grandes*, não só não solicitou esta terra para si, como nem logo nella se estabeleceu, com a gente que trazia para colonisar.

E como este territorio era pouco conhecido, e talvez temido pelo esparselamento da sua costa, foi por muitos annos despresado.

Se Martim Affonso tivesse acompanhado seu irmão, depois do desastre que soffreu na exploração da foz do rio da Prata, e no Uruguay, provavelmente se houvesse estabelecido no territorio que domina a Republica Oriental do Uruguay, e outros talvez tivessem sido os destinos do Brazil.

Não se teria fundado logo a Capitania de S. Vicente, donde sahirão esses celebres Paulistas a cujo valor e aventuras se deve a conquista do Brazil occidental. Sem elles, talvez ficassemos reduzidos á uma pequena orla de territorio, em torno da costa oriental da nossa America.

Parece que a Providencia havia decretado, que não passaríamos além da fronteira

do Chuy, assignalando-a com o naufragio de Martim Affonso.

O erro de Capitão-mór Portuguez, não foi reparado pela Corte de Lisboa, que devera ter presente o *Diario da navegação de Pedro Lopes de Souza*. Se o houvesse feito, muito sangue se haveria poupado, e estaríamos desde 1532 estabelecidos na foz do rio da Prata. Por quanto força he diz-lo o magnifico territorio da Provincia de S. Pedro foi conquistado á custa de muito sangue, e perda de grandes cadebas, despendidos durante mais de um seculo.

Para se fazer idéa da importancia do paiz a margem do Prata e Uruguay, copiamos aqui alguns trechos do *Diario de Pedro Lopes de Souza*:

«Terça-feira 6 dias do dito mez (Novembro de 1531) pela manhã se fez o vento Sudoeste, e com elle me fiz á vela no bordo de Leste, e á tarde fui surgir defronte da ná: donde o Capitão-mór, nos bairros, mandou por mim e pela gente, e mandou a caravela que se fosse a uma ilha, que estava d'ahi 4 legoas Aloeste (a das Palmas), e ali esperassem até ver sou recado.

«Aqui estivemos com muito trabalho tirando a artillaria e ferro da ná. Estando aqui tomou o Capitão-mór conselho com os Pilotos e Mestros, e com todos os que eram para isso; e todos acordaram e asentaram, que alle não havia de ir pelo Rio de Santa Maria (Rio da Prata) arribar, por muitas razões; e que á uma milha de terra, que todos se haviam perdido, quando a ná se perdeu, e á outra que as dias náos que ficaram estavam tão gastadas, que se não poderiam sustentar 3 mezes, e a terceira era paraver o rio invagável pelos grandes tempestades que cada dia faziam, sendo a força do verão, e por estas razões e outras muitas, que deram, fizeram que o Capitão-mór desistisse da ida, e me mandou em um bergantim com 70 homens a pôr uns palheiros, e tomar posse do dito rio por El-Rey Nosso Senhor; e que dentro em 30 dias trabalhasse por tornar; porque o porto, onde as náos estavam, era mui desabrigado.»

Dadas estas razões, prosegue mais adiante: «Domingo 24 do dito mez, ante manhã, me fiz á vela com o vento Nordeste. Deste Monte de S. Pedro (Serra de Montevideo) começa a costa a Leste-noroeste, indo assim no golfo de uma enseada, que se faz grande como o dito Monte de S. Pedro, demora a Leste e a quarta de Sueste, fui dar em fundo de 2 braças e meia uma legua de terra; e me acalhou o vento, que levava e me deu trovoadas do Sul, com muito vento; e fiz-me no bordo do Monte de S. Pedro, para me metter no porto donde estivera de noite. O vento rodou logo ao Sueste, e tornei-me a fazer na volta de Aloeste, para fazer meu caminho. Aqui comecei a achar agua doce, e muito pescado morto.

Continuando a navegação, diz mais abaixo: «E ou fui com dez homens pela terra (foz do Rio S. Luiz) ver se achava rasto de gente: não achei nada; senão rasto de muitas alimárias, e muitas perdizes e codornizes, e outra muita caça. A terra he mais fértil e aprazível que em já mais coude de ver: não havia homem que se fizesse d'ulhar os campos e a fermosura delles. Aqui achei um rio grande; ao longo delle tudo arborado o mais fermoso que nunca vi: e antes que chegasse ao mar um tiro de bôta se sumia. E tomamos muita caça e tornamos ao bergantim. Ao pôr do sol veio uma trovoadá do Noroeste, com tanta força de vento e pedra (Pampero), que não havia homem, que se fizesse em pé; e de subito saíram ao Sudoeste com muita chuva, relâmpagos, e sempre cêdido de perder o bergantim, segundo o mar era grande. Toda esta noite corremos tanta fortuna, que a nossa nauca passaram. A agua que choveu me molhou o mantimento todo, que mais não prestou.

«Segunda-feira 25 do dito mez (Novembro de 1531) pela manhã alimpou o tempo e veio sol, com que nos enxugamos. D'ahi me quizeira tornar, por não termos mantimento: depois parecem-me que nos podíamos manter com o mantimento, que na terra havia: e com o pescado o mais fermoso e sabroso, que nunca vi. A agua já aqui era toda doce; mas o mar era mui grande, e não podia passar a barra, e não havia na terra muitos veados e caça, que tomávamos, e ovos de emas, e emas pequenas, que erão mui sabrosas; na terra ha muito mel, e muito bom; e achavamos tanto que o não queríamos; e ha cardos, que he mui bom mantimento, e que a gente folgava de comer. E com nos parecer a todos, que não podíamos sustentar, determinei de ir ávante, e o vento era Sueste, e o tempo estava bom, e de noite havia lua.»

Entrando no rio Uruguay, exprime-se por esta forma:

«Quarta-feira 11 de Dezembro fui pelo rio arriba (Uruguay) com bom vento; e o rio era pequeno; e metti-me por elle, o qual ia ao Noroeste; neste rio ha umas alimárias como raposas (lontras), que sempre andam a água, e matavamos muitas: tem sabor como cabritos. Indo pelo braço arriba, vi que se fazia muito frio; e lutei-me ao braço grande, e indo no meio delle descobri outro braço que ia a Leste-noroeste, e fui por elle uma legua, e dei o outro rio mui grande, que ia a Noroeste. E a terra da banda do Sudoeste era alta e parecia ser firme; e da mesma banda do Sudoeste, achei um esteiro, que na boca havia duas braças de largo e uma de fundo; e segundo a informação dos Indios, era esta terra dos *Carandins*. Mandei fazer muitos farras, para ver se me acudia gente, e no sertão me responderam com farras mui longe.

«Quinta-feira 12 de Dezembro á bocca deste esteiro dos *Carandins* puz duas padrinhas das Armas d'El-Rey Nosso Senhor, e tomei posse da terra para me tornar d'ahi; por que via que não podia tomar pratica da gente de terra: e havia muito que era partido donde Martim Affonso estava, e fiquei de ir e vir em 20 dias: e deste esteiro ao rio dos *Yaguais* (rio de Maldonado), donde parti, me fazia 105 legoas. Aqui tomei altura do sol em 33 grãos e 3 quartos (*em Paysandú pouco mais ou menos*).

«Esta terra dos *Carandins* he alta ao longo do rio; e no sertão he toda chã, coberta de feno, que cobre um homem; ha muita caça nella de veados e emas, e perdizes e codornizes; he a mais fermosa terra e mais aprazível, que pode ser. Eu trazia comigo Allemães e Italianos, e homens que foram á India e Francezes, todos eram espantados da fermosura desta terra: e andavamos todos pasmados que nos não lembrava tornar.

«Aqui neste esteiro tomamos muito pescado de muitas maneiras; morre tanto neste rio e tão bom, que só com o pescado, sem outra coisa, se podiam manter; ainda que um homem coma 10 libras de peixe, em não acabando de comer, parece que não comeu nada; e tornára a comer outras tantas. O ar deste rio he tão bom que nenhuma carne, nem pescado apodrece; e ora na força do verão que matavamos veados, e trazíamos a carne 10, 12 dias sem sal, e não fedia. A agua do rio he mui fria; quanta o homem mais bebe, quanto melhor se acha. Não se podem dizer nem escrever as cousas deste rio, e as bondades delle e da terra.»

Chegando Pedro Lopes de Souza onde se achava Martim Affonso de Souza na ilha das Palmas, proxima da ponta de Castillos Grandes, seguiu logo para S. Vicente, de onde se vê que o projecto de estabelecer-se ali já vinha assentado da Europa, e que o porto já era mui conhecido dos Portuguezes:

«Sexta-feira 27 de Dezembro parti do rio dos *Bo-guais*, e em se querendo pôr o sol cheguei á ilha das Palmas, onde Martim Affonso estava. Esta ilha das Palmas he muito pequena; della á terra ha um quarto de legoa, faz a entrada da banda do Sudoeste:

ha de fundo limpo 4, 5, 6 braças. Ao mar della, uma legua ao Sul, ha uns baixos de pedra mui porigosos.

«Aqui estivemos nesta ilha 4 dias fazendo-nos pres-tes para nos irmos ao rio de S. Vicente.»

Os primeiros estabelecimentos dos Portuguezes ou melhordos Paulistas neste territorio se fundarão nos fins do seculo XVII. Era ao principio um lugar de degredo, para onde se mandava os criminosos e mulheres de má vida.

Eis o que sobre este assumpto nos informa Pizarro em suas *Memorias*.

«He desconhecida a epocha, em que o Continente do Rio Grande se principiou a povoar de gente não India, por não existirem memorias exactas desse facto; o contudo he certo, que seus habitantes primeiros transitário das villas de Santos, S. Vicente o de S. Paulo, e que muito antes do anno 1680 haviam ahi agricultores das terras, os quaes se forão augmentando depois da passagem de Domingos do Brito Peixoto da Ilha de S. Catharina para a Laguna, a quem seguirão muitos Vicentistas, Santistas, e Paulistas, atravessando o interior dessa campanha a seix extensa.

«Não sendo porão sufficiente a cultivar um Continente tão longo, e grandemente proveitoso, aquella porção diminuta de homens, foi também a Provincia do Rio Grande do S. Pedro (como foi a da ilha de S. Catharina) povoada a principio por enxurros de degradados, de mulheres immoraes, e de banidos que plantarão ali todos os vícios: donde procede a abundancia de individuos ainda hoje inclinados ao roubo, ás mortes, e á outros attentados, por vegetar dos descendentes daquelles as rudes infancias de seus progenitores, cujo mal, como pestifero, atallou o Decreto de 20 de Novembro de 1797. Aos individuos degradados succederão alguns casares de Agoritas, e de Funchalenses (como succederão a S. Catharina), muita parte dos quaes emigrar, por lhes faltarem com o tratamento, e avanços prometidos.»

A povoação de *Viamão* foi uma das primeiras fundadas. Mas o paiz tomou logo o nome de *Continente de S. Pedro*, do nome da foz do desgoadouro da lagôa dos Patos, nome que talvez lhe fosse imposto, em razão do Monarcha reinante chamar-se Pedro.

O Visconde de S. Leopoldo em seus *Annaes* ao contrario diz, que a invocação de S. Pedro fora segundo a fama, dada pelos Jesuitas das Missões do Uruguay.

Os habitantes do territorio por muito tempo erão conhecidos por *Continentistas*, ou *Continentinos*.

Parece que um dos maiores atrasos para o povoamento deste territorio foi o dominio hespanhol em Portugal, durante o espaço de sessenta annos. O enthusiasmo que havia em Portugal por empresas, foi esfriando, assim como entre os Paulistas, não podendo contar mais como inimigos os Colonos Hespanhões.

Acabando o dominio Hespanhól, e feita a paz, o novo governo de Portugal começou a olhar para Colonia do Brazil com dobrado interesse, maxime para o territorio meridional. Assim um dos primeiros cuidados do Rey D. Pedro II, foi a occupação do territorio Cisplatino. Em 1678 foi resolvida a colonisação das terras de S. Gabriel, do nome das ilhas, assim nomeadas por Pedro Lopes de Souza em seu *Diario*, em frente ao local onde se fundou depois a *Colonia do Sacramento*.

Nessas mesmas terras que também erão conhecidas por *Capitania de S. Gabriel*, teve o Visconde de Assica e seu irmão João Corrêa de Sa, doações de vastas sesmarias, de que nenhum proveito colherão, e nem procurarão beneficiar.

Ora essa *Colonia do Sacramento*, fronteira a Buenos-Ayres, tornou-se para os Hespanhões uma espinha de garganta; que á todo o custo procurarão arrancar, e o conseguirão depois de uma luta secular.

O largo intervallo que havia entre a Colonia do Sacramento, e os territorios povoados por Portugal, lembrou a conveniencia de limitar mais, senão extinguir tal intersecção.

Por essa causa no reinado de D. João V nimamente se cuidou de povoar S. Catharina e o Continente de S. Pedro, depois denominado *Capitania de El-Rey*.

Segregado de S. Paulo em 1738, passou a formar uma Capitania com S. Catharina, posto que sob a dependencia do Rio de Janeiro, tendo limites determinados no rio Mampituba e serro de S. Miguel, ao Sul do Chuy, hoje no dominio Oriental.

Essa necessidade fez com que se olhasse com attenção para o sangradouro da lagôa dos Patos, e se resolvesse em 1743 a criação de um estabelecimento importante alli.

O Brigadeiro José de Silva Paes veio para a barra do Rio Grande em 1767 de volta da *Colonia do Sacramento*, com duzentos soldados, e alguns colonos; e lançando os fundamentos de um forte, chamou para a localidade que escolhera a população do arrayal do *Estreito*, que estava na visinhança. E dahi seguiu a fundar outro forte no serro de S. Miguel, deixando, depois que se retirou para o Rio de Janeiro, no governo da villa e do territorio o Mestre de campo André Ribeiro Coutinho.

Assim os habitantes da povoação ou arrayal do *Estreito*, que se deve reputar a mais antiga da Provincia, passarão para o lado direito da foz do sangradouro, e se estabelecerão naquella local, posteriormente abandonado, que foi logo elevado á cathedra de Villa, e com todos os seus predicamentos sob a denominação de *S. Pedro do Rio Grande do Sul*, em 1751.

Devia a nova Villa ser a capital do governo que estava em germen, mas a sua facil conquista em 1763 pelos Hespanhões ao mando de D. Pedro Ceballos, impoz a necessidade de estabelecer-se a nova Capital mais ao abrigo de qualquer surpresa.

Esleheu-se para esse fim em primeiro lugar a Capella grande de Viamão, que teve tam-

bem de ceder logo o passo á proxima povoação do *Porto dos Casaes*, hoje a cidade de Porto Alegre, elevada á essa posição pelo Governador José Marcelino de Figueiredo em 1773.

Desde então começou este territorio a formar um governo militar separado do de S. Catharina, até que em 1760, em consequencia das reclamações do Conde de Bobadella, foi elevado á Capitania distincta, mas subordinada á do Rio de Janeiro, sob a denominação de *Capitania de El-Rey*, sendo seu primeiro Governador Ignacio Eloy de Madureira, nomeado por Carta Regia de 9 de Setembro desse anno.

Mas o terreno que até então occupavão os Portuguezes, era uma pequena facha, que posto que se estendesse pela costa até o serro de S. Miguel, tinha um fundo mui limitado, e esse irregular, não passando dos rios Pardo e Uruguay—puita a fronteira mais avançada.

O restante do terreno que hoje constitue a Provincia de S. Pedro, era occupado por Indios domesticados e civilizados pelos Jesuitas Hespanhões, e em extremo adversos aos Portuguezes, ou aos Vicentistas, seus declarados inimigos.

O territorio desta Provincia era em principio habitado por diferentes tribus. Os *Patos*, que occupavão a Peninsula, forão logo subjugados pelos Colonos; os *Charrúas* vivião ao Sul na lagôa *Imiry*, ou *Mirim*, como ora chamão; os *Minuanos* ao Oeste destes; os *Guaycanans* nos campos da Vaccaria, que ainda hoje existe nos bosques, conhecidos pela denominação de *Bugres*; e os *Tupes*, a mais importante de todas, por que dominavão o paiz, desde as margens da lagôa dos Patos até o rio Uruguay.

Ora erão principalmente os *Tapes* que os Jesuitas Hespanhões tinham cathequizado, e educado nas famosas *sete Missões do Uruguay*, onde, segundo um libello não menos famoso que publicou o Marquez de Pombal em 3 de Dezembro de 1757, e cheio das mais estupendas falsidades; tinham os Jesuitas fundado uma *Republica*, como no Paraguay um *Reino* ou *Imperio* sob a direcção de um chefe coroado, conhecido na historia politico-burlesca do seculo passado, por Nicolau I.

Uma tal visinhança era pouco agradável aos Colonos Portuguezes, pois não se tratava de povoações dispersas como Xerez, Villa Rica ou Guayrá, arrasadas pelos Vicentistas, mas de uma massa compacta de populações, vivendo em povoados mui proximos, e que virilmente educadas como erão, em qualquer emergencia podião conquistar o territorio maritimo occupado pelos Portuguezes.

Deve-se a Alexandre de Gusmão, Ministro do Rey D. João V a idéa luminosa de um Tratado, em que a Corte de Portugal cedia a da Hespanha a Colonia do Sacramento, comprimida entre o Rio da Prata, e o territorio interior sob o dominio dos Hespanhões, por um vasto territorio, povoado e cultivado, sómente com a condição de poderem os Hespanhões transportar as populações indigenas para os terrenos de seu dominio, o que era uma verdadeira tyrannia.

Graças ao auxilio prestado pela Rainha D. Maria Barbara, mulher de Fernando VI, e filha de D. João V, que imperava nos conselhos de seu marido, um semelhante Tratado vingou. E como os pobres indigenas resistissem ao abandono dos seus lares, de suas propriedades, attribuiu-se a resistencia ao conselho dos Jesuitas, e um exercito regular das duas Nações, encarregou-se de destruir os povoados, e de decimar os *rebeldes* por meio do ferro e da metralha.

A morte de Fernando VI e a elevação de Carlos III pôz fim á esta situação. O projecto de Alexandre de Gusmão, executado com a maior imprudencia pelo Marquez de Pombal e seus agentes, que sómente sonhava com exterminar Jesuitas, cahiu por terra, vindo o Tratado de 12 de Fevereiro de 1761, nullificar a obra daquelle grande Estadista.

Por ultimo a politica indiscreta do mesmo Marquez fez-nos perder S. Catharina, Rio Grande e Colonia do Sacramento; e esta nunca mais voltou ao nosso dominio.

Mas o fim estava realisado pela forma por que o concebia a torva natureza de Pombal. As *sete Missões* estavam destruidas, e difficilmente poderião ser levantadas, extincta como se achava a Companhia de Jesus. Este notavel acontecimento occupou por algum tempo a attenção da Europa, já pelo libello de que acima tratamos, traduzido em varias linguas, e queimado pelo carrasco em Madrid, como pelo poema *Uruguay*, que reproduzindo em verso, aquellas enormidades, dava satisfação aos rancôres do celebre Ministro.

Não obstante a litteratura patria ganhou muito com o poema, que lembra os fortes estudos das escolas da Companhia de Jesus; e não menos a historia nacional, porquanto com a perpetuação da memoria do unico feito d'armas glorioso do longo reinado do destruidor dessas Missões, a campanha de 1756, cujo desenlace foi a acção de *Caybaté*; ficarão também commemorados os nomes dos defensores do solo patrio o Cura de S. Miguel Lourenço Balda, e dos Chefes indigenas José Tiarayú (*Sepé*) e de Nicolau Languirú com o da imaginaria Lindoia.

A Revolução Franceza paralysando as forças da Hespanha, que tinha no throno um Monarcha imbecil, permittio que na guerra

de 1801, por inexplorada fortuna, um desertor José Borges do Canto, conquistasse para a Corôa Portugueza com o auxilio dos mesmos Indios, descontentes dos Castelhanos, dos poucos e estramalhados que por ali ainda existião.

Eis a forma por que se organisou o territorio hoje denominado—*Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul*, que nessa epocha já estava mais adiantada em população, maxime em razão das forças militares, que ali já acampar, em defeza do territorio nacional.

A necessidade de dar um governo regular e mais vigoroso, á um territorio tão important, levou a Metropole a eleva-lo a Capitania geral independente, segregando-o da do Rio de Janeiro, do que dá testemunho a Carta Regia de 19 de Setembro de 1807, que aqui registramos:

«D. João, por graça de Deos, Principe Regente de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'alem mar, em Africa Senhor de Guiné, e da Conquista, Navegação, Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, etc.

«Faço saber aos que esta minha Carta Patenté virem, que attendendo a que a grande distancia, em que fica do Rio de Janeiro a Capitania do Rio Grande do S. Pedro do Sul, e o augmento, que tem tido na parte de população, cultura, e commercio exigem pela sua importancia que possa vigiar de perto sobre os interesses dos seus habitantes, e da minha Real Fazenda:

«Sou servido desanexar este Governo da Capitania do Rio de Janeiro, a que até agora era sujeito, e erigi-lo em Capitania Geral, com a denominação de—*Capitania de S. Pedro*, a qual comprehendêrão todo o Continente ao Sul da Capitania de S. Paulo, e as ilhas adjacentes, e lhe ficarão subordinado o Governo da Ilha de S. Catharina. E para que os seus Governadores e Capitães-Generaes com que o Conselheiro D. Diogo de Souza se empregou nos dous Governos de Mocambique e Maranhão. Sou servido nomear o Governador, e Capitão-General da subdita Capitania de S. Pedro, por tempo de trez annos, e o que en for servido; esperando me continuará a servir da mesma forma na criação e governo desta nova Capitania Geral; com o qual haverá o soldo de quinze mil cruzados em cada um anno na conformidade das minhas Reaes Ordens, e gozará de todas as honras, poder, mando, jurisdição, e alçada, que tem, e de que usão os meus Governadores e Capitães-Generaes dos dominios Ultramarinos, e de todas as prerrogativas e ordens régias for concedido, com subordinação sómente ao meu Vice-Rey, e Capitão-General de Mar e Terra do Estado do Brazil, como a tem os mais Governadores delles.

«Pelo que mando ao Governador da Capitania do Rio Grande do Sul, que ora he, ou a quem seu cargo servir de posse ao dito Conselheiro D. Diogo de Souza, do Governo da subdita Capitania de S. Pedro, etc. «Vida na cidade de Lisboa, aos 12 de Setembro do anno do Nascimento do Nosso Senhor Jesus Christo de 1807—O Principe com guarda.—D. Fernando José de Portugal, Presidente.»

Mas nesse documento não se assignala o territorio da Capitania com os seus limites, pois ainda nessa epocha a sua fronteira meridional não ia além do Ibiculy, e era contestada.

Eis como o Visconde de S. Leopoldo nos *Annaes da Capitania de S. Pedro*, traça os respectivos limites em 1819:

«Confronta pelo Nascente com o mar Oceano; pelo Norte com os rios Araranguá, Pelotas, e incultas Serras do Uruguay; pelo Ponente com uma parte do mesmo Uruguay até confluir no Ibicuy, dividido com os povos das Missões occidentaes, pertencentes aos Hespanhões; e pelo Sul com uma limitada extensão do mesmo Ibicuy, desde a sua barra, e com as cabeceiras dos seus galhos meridionaes, atravessando a serra da descoberta da Campanha, e seguindo pelo seu ultimo galho austral, que conflue no denominado Ponche Verde, para daquelles baixar á barra do arroyo Pirahy no rio Negro, e por este acima até as suas cabeceiras mais orientaes; e finalmente com o rio Jaguarão, que desagua na lagôa Merim com parte desta lagôa, com o pequeno arroyo Itaim ou Tahim linha recta até o acima mencionado marco na costa do mar (refere-se ao Marco Portuguez, levantado em 1784 em 33º de latitude).»

Nessa mesma epocha Pizarro e Ayres do Casal em consequencia da união do territorio Cisplatino, estendião as fronteiras meridionaes ao golphão do Rio da Prata.

Esta união, e a luta que terminou em 1828, assegurou-nos a fronteira actual, que se consolidou pelo Tratado de 13 de Outubro de 1851, como já vimos no artigo—*Limites internacionaes*, á que nos reportamos; ainda que tinhamos direito á fronteira do Arapehy, fundado no *uti possidetis*, mantido pela população Brasileira que ahi se havia estabelecido, confiada na Convenção de 30 de Janeiro de 1819.

Conhecida e explicada a organização do territorio que constitue hoje a *Provincia de S. Pedro*, cumpre que fixemos a sua posição astronomica, e assignalemos os limites respectivos actualmente.

Este territorio fica encerrado entre os parallelos de 27º e 5' e 33º 45' de latitude austral.

A longitude toda occidental demora entre 6º 22', e 14º 18'.

A sua maior distancia de Norte a Sul he de 130 leguas da foz do rio Mampituba ao Mambituba á do rio ou ribeirão do Chuy; e de Leste a Oeste 115 leguas do Oceano á margem esquerda do rio Uruguay.

O littoral maritimo excede de 140 leguas, e o fluvial do Uruguay lhe he superior.

Esta Provincia confina ao Norte com a Provincia de S. Catharina pelos pontos que já assignamos no precedente artigo, a saber: o *thalweg* dos rios Mampituba e Serião, Barroca, Touros, Cerquinha, Pelotas (*alto Uruguay*), e Uruguay até a foz do Peppy-guassú: ao Sul com a Republica Oriental do Uruguay pelo *thalweg* dos arroyos Chuy e S. Miguel, e do rio Jaguarão, arroyo da Mina, e recta da sua nascente á foz do arroyo S. Luiz, Serraria, e coelhilhas de S. Anna e de Haedo, arroyo da Invernada e rio Quaraim pelo seu *thalweg*, comprehendidas na foz as suas ilhas: á Leste com o Oceano, a Provincia de S. Catharina pelo Cubatão da serra do Mar, e a Republica Oriental do Uruguay pela recta que parte da margem direita do arroyo S. Miguel á margem direita do Chuy; e á Oeste confina com a mesma Republica pela margem da lagôa



Imiry ou Mirim, e com a Confederação Argentina pelo *thalweg* do rio Uruguay, desde a foz do rio Pepry-guassú até o Quarahim. O Visconde de S. Leopoldo em seus *Annaes* fixa a fronteira septentrional com a Província de S. Catharina no rio *Ara-rangú*, mas não dá a razão de semelhante assignalamento. Talvez fosse levado á sustentação este parecer por terminar ali a Capitania de Pedro Lopes de Souza; razão que não satisfaz desde que o rio Mampituba, he de ha muito reconhecido como fronteira incontestada das duas Províncias, ainda quando erão simples territórios dependentes da Capitania Geral do Rio de Janeiro.

A fronteira do Norte com quanto não sujeita a contestações, necessita de declarações authenticas que a regulem no futuro, e exclua toda a confusão.

Ora, no exame que fizemos dos *Relatorios* da Presidencia da Província, nenhum esclarecimento obtivemos; bem que seja esta uma das Províncias em que mais se tenha cuidado do levantamento de uma Carta topographica, e em que se encontre mais abundancia de material preparado com esse destino, como se vê do artigo, que abaixo copiamos, extrahido do *Relatorio* de 1839:

« *Carta corographica da Província.* — Acha-se, como sabeis, encarregado deste importantissimo trabalho o Engenheiro Civil Felipe de Normann.

« Com quanto tivesse delle exigido os necessarios esclarecimentos, para que vos podesse informar do estado de adiantamento deste serviço, até hoje não prestei a menor informação; posso porém declarar-vos que existiam em seu poder trabalhos geodesicos, topographicos, e de reconhecimento, prestados pelo Archivo das Obras Publicas para esse fim.

« *Trabalhos geodesicos.* — Entre os trabalhos geodesicos merecem particular menção a Planta da Fronteira, desde a barra do arroyo Chuy até as cabeceiras do rio Quarahy, a planta da lagua Mirim, do rio S. Gonçalo e do porto do Rio Grande até á barra de S. Gonçalo.

« *Trabalhos topographicos.* — Conta o mesmo Engenheiro com os seguintes trabalhos topographicos.

« Planta das Colonias da Província mais proximas da Capital, organizada pelo Inspector das terras publicas.

« Planta da estrada de S. Leopoldo ao Mundo-Novo.

« Idem, do rio Guahyba desde Porto Alegre até a ponta de Itapoam.

« Idem, da estrada que parte da margem direita do rio Taquary até a freguezia da Soledade.

« Mappa da parte da Província comprehendida entre a Capital e a Itapoam, parte da margem esquerda da lagua dos Patos, rio Capivary até as laguas da costa do mar, rio Mambituba, serra geral do rio Uruguaiana.

« *Trabalhos de reconhecimento.* — Da estrada desde a Uruguaiana até S. Gabriel, e d'ahi ao passo do Rosário.

« Da estrada desde as xarquadas do Jacuhy até Uruguaiana, passando por Caçapava.

« Das estradas de Pelotas ao Candiota, e d'ahi ao Jaguarão.

« Do rio Uruguay desde Quarahy até S. Borja, e uma parte do rio Iticumbi.

« Reconhecimento dos terrenos do Albardão junto á villa de Itaquy.

« São estes os trabalhos copiados do Archivo da Província, e que existem em seu poder: consta-me porém que muitos outros trabalhos pareciam tem elle adquirido, que muito o podem auxiliar na confecção da Carta.

« Estão organizadas as plantas dos municipios de Bagé, Rio Grande, Pelotas, S. Leopoldo, Taquary, Triunfo, S. Borja, Cruz Alta, Santa Maria, S. Gabriel, Jaguarão, Porto Alegre, Conceição do Arroyo, S. Antonio da Patrulha, Rio Pardo e parte do de S. Anna do Livramento.

« O Archivo muito o tem auxiliado nesse trabalho, que espero será brevemente concluido. »

Nessa epocha, em 1839, o interesse e zelo da administração não se limitava á Carta corographica da Província, tambem se estendia á outra de *viagem terrestre e fluvial*, como attesta outro artigo do mesmo *Relatorio*, que tambem registramos:

« *Carta da viagem terrestre e fluvial*. — Era de reconhecida utilidade esse trabalho. A Administração se vê a cada instante embaraçada na decisão de importantes negocios, por falta de uma planta da Província, levantada sob esse ponto de vista. Mandei pois executar a pelos engenheiros José Maria Pereira do Campos, e Antonio Dias da Costa, e a respeito informo-me este ultimo nos seguintes termos:

« Essa Carta organizada sob a projecção conica modificada, tem essa projecção já traçada, assim como os pontos da Província, que são conhecidos por latitudes e longitudes. A sua escala he de 1,720:000 tomada sobre o meridiano medio. Ainda não comecei a inserir os trabalhos que estão reduzidos, por querer principalmente concluir todas as reduções. São poucos he certo, os elementos, nos quaes se possa confiar, que possue o «shivo para organização de uma Carta; porém se se pizer aos Engenheiros a obrigação de apresentarem feitos, feitos com cuidado, das viagens que fizerem para a organização, ou execução dos projectos de Obras publicas da Província, poderemos reunir esses elementos, e com os tirados com maior cuidado para os diversos serviços das mesmas obras, como são os planos e estradas, exames de porção de rios navegaveis, etc., e os que se foram fazendo na Inspectoria das terras publicas, conseguiremos organizar uma Carta com a possível exactidão.

« Os trabalhos que tenho reduzidos para a escala da Carta são as plantas das laguas dos Patos e Mirim, do rio Guahyba, do porto do Rio Grande e canal de S. Gonçalo, da costa do mar desde a barra do arroyo Chuy até Maldonado, da fronteira desde Chuy até as pontas do Quarahy, do rio Uruguay desde a sua barra até S. Borja, de parte do rio Iticumbi, das estradas da Uruguaiana até Alegrete, e d'ahi ao passo do Rosário, e desde até S. Gabriel, um roteiro do Brigadeiro Bellegarde desde as xarquadas do Jacuhy até a Uruguaiana, da estrada de S. Leopoldo ao Mundo Novo, da Sapucaia, de Jaguarão ao passo do Candiota, e desde a Pelotas, de Bagé ao passo dos Enforcados, e alguns trabalhos de medições de campos, reconhecimentos de arroyos e diversas zonas de terrenos, etc., faltando ainda reduzir alguns outros, e uma zona de terreno comprehendida entre esta capital e o rio Mambituba. »

Infelizmente destes passados quasi dez annos, e nenhum destes projectos sahio á luz, tendo-se rescindido o contracto feito com o Engenheiro que se encarregou de levar a effecto o primeiro trabalho. He o que se manifesta do seguinte artigo do *Relatorio* de 1864.

« *Carta topographica da Província.* — Não se tendo ebegado a um accordo com o Engenheiro civil Felipe de Normann, a cujo cargo estava a confecção da Carta topographica da Província, e havendo elle fallecido, não pôde ter execução o disposto no § 3º do art. 22 da Lei n.º 468.

« Acha-se recolhidos ao Archivo das Obras Publicas os dados e papeis relativos a este trabalho que estavam em poder do mesmo Engenheiro. »

Consta-nos que ultimamente este negocio foi tomado em consideração, na Presidencia

do Dr. Francisco Marcondes Homem de Mello, e fazemos votos para que se leve á bom termo.

A fronteira oriental com a Província de S. Catharina, com quanto seja reduzida, tambem carece de declarações authenticas, e de demarcação como succedêo com a da Republica do Uruguay.

No mesmo estado se acha a fronteira occidental pelo curso do rio Uruguay, que só um Tratado com a Confederação Argentina, poderá fixar-lhe termo. E nós o esperamos acabada que seja a luta que travamos com a Republica do Paraguay.

*Divisão Judiciaria.* — Como as precedentes Províncias tambem depende esta da *Relação* da Corte, não obstante a sua longitudo.

O numero de suas Comarcas não excede de dez; e no nosso mappa seguimos, quanto aos respectivos limites, o systema adoptado nas outras Províncias.

Por si só constitue uma Diocese.

## Provincias occidentaes.

### MAPPA n. XXI.

#### PROVINCIA DE MINAS-GERAES.

Desta Província colhemos o seguinte material sobre modo importante:

1.º—*Carta topographica e administrativa da Província de Minas-Geraes*, erigida sobre os documentos mais modernos, pelo Visconde J. Villiers de l'Isle Adam. Rio de Janeiro, 1849 (duas folhas).

2.º—*Carta da Província Brasileira de Minas-Geraes*, levantada por ordem do Governo Provincial nos annos de 1836 a 1835, com auxilio das antigas cartas, novas demarcações, observações especialmente sob a direcção do Engenheiro civil H. G. Fernando Halfeld, traçada e desenhada por Frederico Wagner. Gotha, 1865.

3.º—*Carta geographica da Província de Minas-Geraes*, coordenada por ordem do Exm. Sr. Conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo, Presidente da Província, segundo os dados officiaes existentes e muitas proprias observações, por Henrique Gerber, Engenheiro da mesma Província: 1862.

Não indica o lugar onde foi lithographada.

4.º—*Plantas do arrayal de S. Luzia, e de suas immedições*, etc. levantadas por H. G. Fernando Halfeld (*anexas ás obras — Historia da revolução de Minas-Geraes em 1842*, etc. e *Historia do movimento politico, que no anno de 1842, teve lugar na Província de Minas-Geraes*, pelo Conego José Antonio Marinho).

5.º—*Carta da nova estrada da villa de S. José de Porto-Alegre a Minas Novas*, segundo as informações do Coronel Bento Lourenço Vaz de Abreu Lima, Inspector da mesma estrada, prestadas ao Principe Maximiliano de Neuweid, em 1846.

6.º—*Planta da Cidade de Ouro Preto anexa á primeira edição da Carta geral do Brazil de C. J. Niemeyer*, de 1844.

7.º—*Planta topographica da mesma cidade levantada por H. Gerber*, em 1862. Rio de Janeiro, 1863.

8.º—*Cartas que acompanhão a obra — Hydrographia do Alto S. Francisco e Rio das Velhas*, ou resultados no ponto de vista hydrographico de uma viagem feita na Província de Minas-Geraes por Mr. Manoel Liai.

Obra publicada por ordem do Governo Brasileiro, acompanhada de Cartas levantadas pelo author, com a collaboração de Eduardo José de Moraes e Ladislão de Souza Mello Netto (*em Francez*). Paris e Rio de Janeiro, 1865.

9.º—*Atlas e relatorio concernentes á exploração do rio de S. Francisco desde a cachoeira do Pirapora, até o Oceano Atlantico*, levantado por ordem do Governo de S. M. o Imperador o Senhor D. Pedro II, pelo Engenheiro Henrique Guilherme Fernando Halfeld em 1832, 1853 e 1854. Rio de Janeiro, 1860.

10.—*Planta do rio das Velhas entre André Gomes e o Jaguarão*, levantada pelo Engenheiro civil Henrique Denmont, em Outubro de 1864 (*anexa ao Relatorio do Presidente J. de Saldanha Marinho*).

11.—*Mappa em esqueleto dos diversos projectos apresentados para ligar a estrada de ferro de D. Pedro II com o valle do rio de S. Francisco* (*anexo ao Relatorio do Ministerio da Agricultura de 1867.*)

12.—*Carta da Província de Minas-Geraes com a indicação das actuaes estradas*, etc. organizada pelo engenheiro Henrique Gerber em 1867 (*anexa ao Relatorio do Presidente J. de Saldanha Marinho*).

Além deste material, e dos *Relatorios* da Presidencia da Província, consultamos as seguintes obras:

1.º—*Memorias historicas*, etc.; por Monsenhor Pizarro, to. 8 parte 2ª.

2.º—*Itinerario do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas-Geraes e Goyaz*, pelo Brigadeiro R. J. da Cunha Mattos.

3.º—*Viagem ao Brazil nos annos de 1817 a 1820, feita por ordem do Rey da Baviera*, etc., pelos Dr. J. B. Spix, e Dr. C. F. Phil. von Martius.

4.º—*Noções geographicas e administrativas da Província de Minas-Geraes*, por Henrique Gerber.

5.º—*Quadros da natureza tropical da excursão scientifica ao Itatiaia, ponto mais culminante do Brazil*, pelo Dr. José Franklin Massena.

6.º—*Viagem ás nascentes do rio de S. Francisco, e a Província de Goyaz*, por Mr. Augusto de Saint-Hilaire.

7.º—*Viagem ao districto dos Diamantes e ao litoral do Brazil*, etc. pelo mesmo.

8.º—*Viagem ás Províncias do Rio de Janeiro, e Minas-Geraes*, etc., pelo mesmo.

9.º—*Gabinete Historico*, etc., por Fr. Claudio da Conceição to. 10 cap. 1º.

10.—*Historia do Brazil*, por Francisco Solano Constancio.

11.—*Informação sobre os limites da Província de S. Paulo com as suas limitrophes, dada ao Marquez de Alegrete*, etc. por Manoel da Cunha de Azeredo Coutinho Souza Chichorro.

12.—*Almanack administrativo, civil e industrial da Província de Minas-Geraes, para o anno de 1864*, organizado e redigido por A. de Assis Martins e J. Marques de Oliveira.

Contém muitos esclarecimentos topographicos sobre diferentes pontos da Província.

13.—*A Colonisação do Mucury*, Memoria justificativa, etc. pelo director da Companhia Mucury, Theophilo Benedicto Ottoni.

14.—*Noticia sobre os selvagens do Mucury*. Carta dirigida ao Dr. Joaquim Manoel de Macedo, por Theophilo Benedicto Ottoni.

15.—*Memoria sobre a divisão da Província de Minas-Geraes*, por A. S. de S.

16.—*Manifesto aos habitantes das trez Comarcas de Sapucahy, Rio Verde e Trez Pontas e do municipio de Larras* (anonymo).

17.—*Synopsis e deducção chronologica*, etc., pelo General José Ignacio de Abreu e Lima.

18.—*Memorias historicas e politicas da Província da Bahia*, por Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva.

19.—*Viagem no interior do Brazil, principalmente nas Províncias septentrionaes, e districtos auríferos e diamantinos nos annos de 1836 a 1841*; por Jorge Gardner.

20.—*Relatorios dos Engenheiros Dr. Manoel Liai, da exploração dos rios S. Francisco e das Velhas* (*anexos ao Relatorio do Ministerio da Agricultura de 1863*).

21.—*Memoria sobre a Capitania de Minas-Geraes*, em 1799, etc., pelo Dr. José Vieira do Couto.

22.—*Relatorio da exploração dos rios Mucury e todos os Santos, tendente a procurar um ponto para degredo*, por Pedro Victor Reinault.

23.—*Rio das Velhas. Descrição dos trabalhos, orgamento, e calculos geodesicos* pelo Engenheiro E. de la Martinière em 1855 (*anexo ao Relatorio do Presidente Joaquim de Saldanha Marinho*).

24.—*Synopsis da hydrographia do rio das Velhas*, extrahida da obra publicada pelo Engenheiro Liai (*anexa ao mesmo Relatorio*).

25.—*Quadro demonstrativo das condições hydrographicas dos rios navegaveis da Província de Minas-Geraes, segundo os estudos feitos e constantes de Relatorios, archivados na Secretaria Geral das Obras publicas da mesma Província* (*anexo ao mesmo Relatorio*).

26.—*Elementos de Estatística comprehendendo a theoria da sciencia e a sua applicação á estatística commercial do Brazil*, etc., pelo Dr. Sebastião Ferreira Soares.

*Limites.* — Esta Província he a primeira das Occidentaes do Imperio, e a mais importante por sua população, sendo uma das mais vastas em territorio.

O primeiro Colonio que penetrou o seu territorio foi Sebastião Fernandes Tourinho, que sabido de Porto Seguro em 1573, subiu o rio Doce internando-se á Nordeste pelo sertão, onde conseguiu fazer colheita de algumas turquezas, e de largas informações sobre a existencia de outros mineraes, principalmente ouro. Dando conta de suas descobertas ao Governador da Bahia, onde foi ter, voltando pelo Jequitinhonha, com as suas informações continuou na mesma empresa, os exploradores Antonio Dias Adorno, Marcos de Azeredo Coutinho e outros, que conseguiram apresentar muitas esmeraldas e saphiras; cujas minas infelizmente estão hoje ignotas, não tendo sido mais possivel rastrear-las.

Em 1660 ou 62 Fernando Dias Paes Leme, Paulista, invadindo os sertões á Nordeste da Mantiqueira foi muito além do Serro do Frio (*Vitury*), e assegurava-se que de novo encontrara as minas de esmeraldas, na altura indicada por Marcos de Azeredo em seu *Roteiro*; pelo que foi authorisado pela Carta Regia de 27 de Setembro de 1664, a proseguir na mesma empresa, tendo para esse fim sido despachado Capitão mór de taes descobertas, que aliás não levou ao fim por fallecer perto do rio das Velhas.

Trinta annos depois, outro Paulista, Antonio Rodrigues Arzão, vindo em demanda de Indios penetrou nos mesmos Sertões mais para o Oriente, foi ter ao Cuyathé ou sertão do Casca, na visinhança do rio Doce; e colhendo duas a trez oitavas de ouro, foi manifestá-las ao Governador do Espirito Santo.

Seguindo para Taubaté, de onde era natural, por que no Espirito Santo não encontrava quem se quizesse associar ás suas aventuras, não pôde levar a effecto o almejado em-

penho. Contudo legou-o a seu cunhado Bartholomeu Bueno de Cerqueira; o qual entrando por Itaverava, conseguiu apurar por meios mui rudimentaes maior porção do precioso mineral.

A certeza da existencia do metal excitou a cobiça de grande copia de aventureiros, tanto Paulistas, como Colonos de outros pontos do Brazil, maxime do Rio de Janeiro e Bahia. O ardor e actividade, que os primeiros empregavam na captura dos Indios, desenvolveu-se em larga escala para a descoberta do ouro.

Como vasto era o espaço, e em todos os pontos onde se estabelecião os exploradores o metal se apresentava, veio o territorio por esta causa denominar-se *Minas-Geraes*, e seus habitantes *Geralistas*; bem que ao principio a área explorada era conhecida por *Minas de ouro dos Cataquases*; designação em breve esquecida pela primeira, que continuou desde que o Governo lhe impoz esse nome, e com elle um governo regular.

Mas a concurrencia ás Minas, deu em breve tempo motivo a lutas, pelos conflictos que logo se succederão. Não havia governo, predominava a lei do mais forte; e a fraqueza do governo do Capitão General do Rio de Janeiro a que ficara logo subordinados esses territorios, era tal, que Manoel da Borja Gato, um dos mais ousados aventureiros Paulistas, assassinando a D. Rodrigo de Castello Branco, Superintendente das Minerações, não só foi perdoado, como despachado Tenente General, por haver mostrado as minas de Sabará que descobrira com seu sogro Fernando Dias Paes Leme.

A noticia de tão prodigiosa mineração exaltando a imaginação dos Colonos nas Capitánias visinhas, ellas ficara, pode-se dizer despojavadas. S. Paulo, Rio de Janeiro, Espirito Santo, Porto Seguro, Ilhéos, Bahia, Sergipe e Pernambuco, prestarão grandes contingentes á febre do ouro.

Mas os Paulistas que haviam sido os primeiros exploradores, e que se apresentavam com o prestigio do governo, por isso que de S. Paulo vinham despachados os Guardas mores das Minas, começaram a irritar os animos dos novos concorrentes, alcuados por elles de Forasteiros ou *Embuibas* (pernas calçadas). Augmentando todos os dias o numero destes, e cada vez mais se affirmando o antagonismo dos dous partidos, sem que o Governo lhes possesse um freio, o resultado foi a luta, e luta sangrenta.

Os dous partidos estavam representados por seus Chefes. Os Paulistas erão commandados por Domingos da Silva Monteiro ou Rodrigues; e os *Embuibas* por Manoel Nunes Viana, fazendeiro do rio de S. Francisco, conhecido por sua valentia, sua riqueza, não sendo menos celebrada a sua crueldade.

A sorte das armas pronounciou-se contra os Paulistas, succumbindo em 1707 ao esforço dos seus contrarios na margem do rio das Mortes, assim assignalado por esse e outros feitos.

Manoel Nunes Viana he pelos seus partidistas proclamado General e Governador das Minas, estabelecendo a sede da sua administração em Ouro Preto, onde residia. O governo do Rio de Janeiro para relhaver a força moral perdida necessitou entrar em ajustes com Viana, que recolheu-se em paz para a sua fazenda do *Escuro*, junto á foz do Carimhanha, de onde por traição foi posteriormente prezo, fallecendo nas prizoas da Bahia.

Dessa epocha em diante a estrella dos Paulistas empallideceu em Minas, e seus exploradores tomarão outra direcção. Atravesando o rio Grande ou Paraná descobriam as minas de Goyaz e de Matto-Grosso, cujos territorios em breve tempo se tornaraõ Capitánias, e hoje são duas grandes Províncias do Imperio, occupando uma área extensissima, resultado de seus homericos esforços.

O antagonismo das duas populações manifestado nos dous combates do rio das Mortes, e de Cachoeira do Campo, coincidindo com a compra pela Corôa da Capitania de S. Amaro, fez com que a Metropole creasse uma nova Capitania Geral denominada de S. Paulo, e de Minas Geraes, comprehendendo o territorio de duas Capitánias subalternas, sendo Capital a cidade de S. Paulo, por onde até então, em consequencia da falta de estradas, se fazia a viagem por Minas, era por consequente mais proximo do que o Rio de Janeiro.

Este acto consta da Provisão do Conselho Ultramarino de 23 de Novembro de 1709, que neste lugar consignamos:

« D. João, por graça de Deos, Rey de Portugal, etc. « Fago saber aos que esta minha Carta Palente virem, que por ter resolluto, para melhor acerto da administração da Justica, e das Minas do Ouro, unio entre os moradores de S. Paulo, e mais districtos das mesmas Minas, bacia nellas um Governador separado do Governo do Rio de Janeiro, sem ter outra subordinação mais que do Governador e Capitão-General da Bahia, como á tem os Governadores do Rio de Janeiro e Pernambuco, e na pessoa de Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, concorrem todos os requisitos necessarios para o tal Governo, assim pela sua qualidade e talento, como pelo bem que me tem servido em todos os Postos e Governos que tem occupado, fazendo-se nelles merecedor de grandes empregos, e digno de fiar da sua capacidade e valor, negocio tanto do serviço de Deos, e meu, e conveniente ao bem commum de meus Vassallos: Hei por bem de o nomear (como por esta nomeio) por Governador e Capitão General de S. Paulo, e das Minas do Ouro de todos aquelles districtos por tempo de trez annos, e a mais em quanto lhe não mandar successor, com o qual Governo haverá o soldo de oito mil cruzados cada anno, pagos pelos effectos que houver mais promptos na primeira renda real, e gozará de todas as honras, poderes, mando, jurisdicção e alçada que tem, e de que uso os Governadores do Rio de Janeiro, e do mais que por minha Ordem e instruções lhe for concedido. Pelo que mando, etc.

« Dada na cidade de Lisboa, aos vinte e trez dias do mez de Novembro; Manoel Pinheiro da Fonseca, Official maior da Secretaria, a fez. Anno do Nascimento de nosso Senhor Jesus Christo de mil e setecentos e nove. O Secretario André Lopes de Lavra a fez escrever. — El-Rey. — D. Miguel Carlos. »

Mas esta providencia não produziu o desejado effecto. O antagonismo entre as duas populações continuava a accentuar-se cada vez mais; e o Governo do novo territorio, que alargava quotidianamente sua esphera, demandava administração mais vigorosa e permanencia do administrador em localidade propria, e mais visinha do que S. Paulo.

A Metropole por outra Provisão que examinamos no artigo da Província de S. Paulo, de 2 de Dezembro de 1720; elevou a Capitania subalterna de Minas-Geraes á Capitania geral e independente; sendo o seu primeiro administrador D. Lourenço de Almeida, que como tal principiou a funcionar em 28 de Agosto de 1721.

Nessa epocha a área occupada pelos exploradores não alcançava o territorio que constitue hoje a Diocese de Marianna. Se se estendia um pouco mais para o Norte, restringia-se ao Oriente e ao Occidente, e a fronteira do Sul era tenazmente disputada pelos Paulistas.

Firmado o Governo privativo em breve se dilatou mais o horizonte do territorio.

A Leste conquistaraõ os Mineiros a fronteira da Mantiqueira até o morro do Lopo, o rio Preto, Parahybuna, Parahyba do Sul e a parte que assignalou o Decreto n.º 297—de 19 de Maio de 1843, e que se pôde consultar no artigo da Província do Rio de Janeiro.

Na fronteira linnitada com a Província do Espirito Santo, a Carta de Leide de 4 de Dezembro de 1816 lhes assegurou a divisa pela cachoeira das Escadilhas no rio Doce, a serra do Souza, o espigão do Guandú, riachão José Pedro; e posteriormente se estendeu até o rio Itabapoana, pelo rio Preto, firmando-se no Decreto n.º 3.043—de 10 de Janeiro de 1863, que se podem consultar no artigo dessa Província.

A linha entre os rios Doce e Mucury pela serra outrora chamada das *Esmeraldas*, ou dos Aymorés sustenta-se em um *uti possidetis*, mantido nas cartas geographicas, por quanto esse terreno se achia todo sob o dominio selvagem, e a posse he tolerada ou aceita pela Província do Espirito Santo; por isso que não foi essa linha contemplada naquella Carta Regia, bem que algum direito se possa deduzir do *Auto de demarcação de 8 de Outubro de 1800*, cuja integra aqui examinamos:

« No dia 8 de Outubro de 1800, no quartel do Porto do Souza, por baixo da foz do rio Guandú, que entra no rio Doce, tendo por baixo do ultimo degredo da cachoeira das Escadilhas; sendo presentes, por parte do Illm. Exm. Governador e Capitão General da Capitania de Minas Geraes Bernardo José de Lorena, o tenente coronel do terceiro regimento de cavallaria de milicias da Comarca de Villa Rica João Baptista de Araújo, e pela parte da Capitania nova do Espirito Santo o Governador della Antonio Pires da Silva Pontes, que veio dar execução á real abertura da navegação do rio Doce, sendo igualmente presentes os officiaes e pessoas abaixo assignadas, foi assentado por todos que á bem do real serviço do Principe Regente Nosso Senhor, e cumprimento de suas augustas ordens, e arrendação dos direitos reais, havendo-se de demarcar os limites das duas Capitánias confinantes, fossem estes pelo espigão que corre do Norte ao Sul entre os rios Guandú, e Mainassú, e não pela corrente do rio, por ser esta de sua natureza torçosa, e incommoda para a sua guarda, e que de dito espigão aquies vertentes para a Guandú, seja dretica da Capitania, ou nova Província do Espirito Santo, e que pela parte do Norte do rio Doce servisse de demarcação a serra de Souza, que tem a sua testa elevada de frente deste Quartel, porto de Souza, e d'ahi va acompanhando o rio Doce até confrontar com o espigão acima referido, ou serrate, que separava os vertentes dos dous rios Mainassú, e Guandú, e que assim ficava já estabelecido neste Porto de Souza, em que se termina a navegação facil do Oceano, o destacamento e registro da nova Província, commandado por um Alferes de Ilha, um cadete, um cabo, e dez soldados de linha; um cabo de pedestres, e vinte soldados; uma peça de Artilharia de trez, montada em carreta de ferro, munida de pólvora, bala, e metralha, o quartel defendido com estacada para proteger, de não commum com o destacamento do porto da Regencia da Barra do rio Doce, a communicação das Minas Geraes com o Oceano, em que pela felicidade e benção do ebo que occupam a Regencia Augusta do Principe Nosso Senhor se rompia a difficuldade que se fazia irrevel, entrando e sahindo as lanchas do alto pela dita barra, e portinho podendo julgar-se este Porto de Souza, como porto creado pela Providencia para a Capitania de Minas Geraes, achando-se de distancia das terras da Capitania de Minas este porto pacifico, e dando até o Reino se podem conduzir nas mercadorias territoriaes, ficando tambem muito commodada a foz do rio Mainassú para o Exm. General das Minas estabelecer os Registros para as arrendações, forças contra o contrabando, por onde se estabeleça a segurança dos carregadores das duas Colonias.

« E por assim se ter assentado ser do bom serviço da sua Alteza o Principe Regente Nosso Senhor, se fez este auto, que assignamos. — Antonio Pires da Silva Pontes, Governador da Província. — João Baptista dos Santos de Araújo, tenente-coronel miliciano. — Feliciano Henriques Franco, Capitão miliciano. — Francisco Ribeiro Pinto, capellão graduado em capião. — Manoel José Pires da Silva Pontes, Capitão do districto de Santa Barbara de Minas Geraes. — Francisco Luiz de Carvalho, alferes commandante do destacamento de Porto de Souza. — João Ignacio da Silva Pontes de Araújo, alferes do tenente coronel meu pai. — Antonio Rodrigues Pereira Taborda, Jurriel de cavallaria registal do regimento da Minas Geraes, e commandante da guarda que acompanha. — Decretorio Antonio da Silveira Maya Penna, Alferes de Milicias do Espirito Santo. — João Nunes da Cunha Velho, cadete destacado deste porto. — Ignacio de Souza Vieira, cabo de esquadrão. — Antonio Pires da Silva Pontes o mbrigueiro com segunda assignatura. — Está conforme com o original esta copia, — 6 de Novembro de 1800. — Com a rubrica do Governador. — Antonio Pires da Silva Pontes. »

A divisa que segue da margem esquerda do rio Mucury até a direita do rio Jequitinhonha em S. Sebastião do Salto Grande, não está designada por lei alguma.

Esta linha encobre o territorio de Minas Novas desannexado da Bahia pelas Provisões do Conselho Ultramarino de 10 de Maio de 1737 e de 20 de Agosto de 1760, citados no artigo da Província da Bahia. Ha por tanto um *uti possidetis* tolerado ou aceito por ambas as Províncias confrontantes, e que depende de demarcação.



Ao Sul tendo-se fixado como limite das duas Capitania de S. Paulo e Minas o *thalweg* do rio Sapucahy-guassú até o Rio Grande, o mais natural, o mais claro e conveniente, e que por essa causa se firmou entre as duas respectivas Dioceses, em 1745; foi esse limite embaraçado pelas ambições dos Mineiros; e que não pôde estorvar o *Assento de 12 de Outubro de 1765*, pela protecção desmarcada que sempre teve esta Província dos Capitães-Generaes e Vice-Reys do Rio de Janeiro; protecção que o direito e utilidade publica nem sempre explicão, e que demasiado transluz no procedimento do Capitão General Bernardo José de Lorena, que administrando S. Paulo sustentou a pretensão dessa Província, e indo depois para Minas-Geraes, melhor esclarecido, mudou de opinião.

A instabilidade no procedimento dos Governadores e Vice-Reys do Brazil, que ora sustentavam o direito, ora a pretensão dos exploradores Mineiros, perdendo-se um tempo precioso com demarcações infructuosas, empreendendo-se não menos de seis, no espaço, de quasi oitenta annos, parece que tinha o seu fundamento no metal das minas, que tanto desviava a bussola governamental, assim na Corte do Vice-Rey, como na Metropole.

Havia então, he certo, um grande interesse que explicava essa avidez de territorios por parte de Minas-Geraes, o pagamento da capitação, que se traduzia em cem arrobas de ouro annualmente; diminuindo todos os dias a colheita do metal nos terrenos já explorados.

No artigo da Província de S. Paulo vem notadas algumas peripecias desse longo pleito, actualmente ainda indeciso; limitando-nos aqui a declarar que no nosso mappa seguimos, quanto a fronteira meridional desta Província, os fixados no mappa de Gerber, que em seu favor tem um largo *uti possidetis*, mantido por diferentes actos do Governo, citados e transcriptos naquelle artigo.

Por interesse historico copiamos aqui alguns trechos importantes daquelle longo *Assento*, que melhor elucidão a questão:

« Aos dez dias do mez de Outubro deste presente anno de mil setecentos e sessenta e cinco, nesta cidade do Rio de Janeiro, e na presença do Ilm. e Exm. Sr. Conde da Cunha, Vice-Rey, e Capitão General d'estes Estados, sendo tambem ali presentes as pessoas abaixo nomeadas e assignadas, que o dito Senhor Vice-Rey mandou convocar para effeito de resolver por onde melhor se podião dividir as Capitania ou Governos das Minas Geraes e do S. Paulo, de sorte que não se podessem suscitár dividas respectivas á dita divisão na conformidade da resolução de Sua Magestade de 4 de Fevereiro de 1765, commettida no dito Senhor Vice-Rey afim de que em Junta se tomasse assento do que se resolvesse neste negocio, para o que se apresentou nella a mesma Ordem Regia, como tambem a qu' o Sr. D. João V, que está no Cáo, mandando o Ilm. e Exm. Sr. Conde de Bobadella, para effeito de fazer a dita divisão: a ordem que este mandava ao Dr. Ouvidor do Rio das Mortes, Thomaz Ray de Barros Barreto, para que elle a praticasse pelos limites e situações, que logo lhe destinou para esse fim, a divisão ou demarcação, que com effeito fez aquelle ministro a *mota proprio* do Santissimo Padre Benedicto XIV, em que não só manda regular os dous Bispos de S. Paulo, e Minas pelas divisões dos dous governos respectivos, mas tambem lhes assignou os lugares e situações por onde se podião dividir: o proprio mappa mandado a elle dito Senhor Vice-Rey pelo Governador das Minas Geraes, em que se contém um plano individual de todo o continente das ditas Minas de S. Paulo, Goyaz e parte d'esta Capitania, o que tudo se examinou e ponderou com a mais seriedade e madura reflexão, segundo o pedia tão importante negocio, para decisão do qual se fizeram na presença do dito Senhor Vice-Rey antecederemte algumas conferencias, tomados-se outros tantas informações de pessoas praticas e experientes daquelles paizes, suas situações e limites, de que resultou assentado-se uniformemente por todas as pessoas da Junta, que a divisão dos referidos dous Governos se devia fazer pelo rio chamado Sapucahy, o qual se forma de dous rios principaes, que ambos tem seu nascento na serra chamada Mantiqueira, um que vem da parte do Poente, chamado Sapucahy-merim, e outro que vem da parte do Nascente, chamado Sapucahy-guassú, e posto que ambos os referidos dous rios correm do seu borge, ou nascento, a buscar o mesmo rio do Norte por uado de forquilha, com tudo para melhor clareza se diz que um vem do Nascente, e outro do Poente.

« Por entre estes dous rios assentado-se devia fazer esta divisão até se encontrarem ambos, que serão oito até dez legoas de distancia, o que vai da referida forquilha dos dous rios até o alto da dita serra Mantiqueira, e vertentes d'elles, ficando assim pertencendo á Capitania ou governo de S. Paulo o braço chamado Sapucahy-merim, e o chamado Sapucahy-guassú á Minas Geraes com todas as suas vertentes ou rios pequenos, que formão os ditos dous braços, e da forquilha para baixo até entrar no Rio Grande fica servido de baliza a madre, ou alvo do dito rio, para as duas Capitancias; isto he, a margem oriental ás Minas Geraes, e a margem occidental ao governo de S. Paulo.

« Esta divisão, assim feita, he a melhor e a mais segura que se pode idear, bem advertidas as situações d'aquelles paizes, porque sendo o dito rio Sapucahy, candaloso, memoravel, tão largo e profundo, que bem podem navegar por elle navios de alto bordo, e como tal com camia invariavel, perpetua e permanente, igualmente o fica sendo a mesma divisão por elle, livre por este principio de se esclarecerem dividas para o futuro sobre a divisão dos ditos dous Governos, como até o presente se tem contravido, por falta de uma divisão com a referida immutabilidade, como quotidianamente succede nas divisões que se fazem de quaesquer terras particulares, sendo feitas por montes, ou outros diferentes sitios que não sejam rios, porque além do não terem duração, sempre ha duvidas, sendo a divisão por montes, sobre as suas vertentes, maiormente quando elles não levão seguimentos directos, mas sim em voltas, como são quasi todos os do continente de Minas; e sendo por demarcação, ainda as divisões são menos estaveis, por se arrancarem os marcos, e adiantarem, ou trocarem-nos as partes segundo a sua conveniencia, e por isso todos os Doutores que trataram de divisões assim de terras particulares, como de Reinos, resolverão que a divisão, ou demarcação, mais perduravel, e incontestavel era a que se fazia por rios permaentes, o que bem se vê praticado não só nas Províncias do nosso Reino, mas tambem em algumas Capitancias e Comarcas d'estes Estados.

Continuando o Assento com diferentes explicações, hoje sem merecimento, conclue por esta forma:

« Sendo pois feitas todas as referidas ponderações na presença do Ilm. e Exm. Sr. Conde Vice-Rey, disse, que elle as approvava, e se conformava com ellas, e com a dita divisão, menos em que ella se fizesse pelo meio da forquilha dos dous rios Sapucahy-merim e Sapucahy-guassú, pois que o seu voto era que se fizesse

da forquilha para o Sul por Sapucahy-guassú até a sua origem, em cuja circumstancia só se apartava da Junta.

« E por esta maneira houve este Assento por feito e acabado, e conio assim o assignou com as mais pessoas desta Junta, que são o Chancelier desta Relação, *João Alberto de Castel-Branco*, o Provedor da Fazenda Real, *Francisco Cordovil de Sequeira e Mello*, o Dezenbargador Procurador da Corôa e Fazenda, *Miguel Ribeiro da Cruz*, o Dezenbargador Domingos Nunes Vieira, que acabou de ser Procurador da Corôa e Fazenda, o Guardamór Geral das Minas, *Pedro Dias Pais Lima*, o Capitão-mór Regente do Rio Verde, *Bento Pereira de Sá*, o Padre *Antonio Gonçalves de Carvalho*, o Coronel *Bartholomeu Bueno da Silva*, que tambem assignarão, e eu Francisco de Almeida e Figueiredo, Secretario do Estado, que o escrevi por oandado do Ilm. e Exm. Sr. Conde Vice-Rey—Conde Vice-Rey.

O territorio septentrional da provincia até o meado do seculo passado não ia além do rio Cocaes e Suassuhly grande, e serras que dividem as aguas do Jequitinhonha, em direcção ao rio Pecuhy afluente do S. Francisco; e além deste grande manancial, todo o territorio entre os rios Abaité e alto Paranyhyba tambem estava fóra da sua jurisdição, pois em virtude da Provisão de 11 de Janeiro de 1715 estes territorios pertencião á Província de Pernambuco.

Convém ainda notar que a Comarca do Serro do Frio não fazia parte deste territorio, e foi, quando creada, sujeita *provisoriamente* á Capitania de Minas Geraes até que se lhe desse destino, o que, segundo Pizarro, consta da Ordem Regia de 16 de Março de 1720.

Os territorios de Minas Novas e o de S. Francisco, entre os rios Carunhanha e Abaité foram successivamente annexados á Minas Geraes, sem se lhes assignar, por lei, os respectivos limites.

O primeiro, cujas minas descobertas em 1727 foram por seus exploradores manifestadas ao Conde de Sabugosa, Vice-Rey da Bahia, ficou dependente desse Governo, como se vê da Provisão do Conselho Ultramarino de 20 de Maio de 1729, que aqui copiamos:

« D. João, por graça de Deus, etc. « Faço saber a vós Vasco Fernandes Cesar de Menezes, Capitão General do Estado do Brazil, que havendo visto o que me expozestes em Carta de 13 de Setembro do anno passado, sobre o que tem resultado dos descobrimentos, que mandastes fazer nos sertões do Rio das Contas, Rio Pardo, Rio Verde, e cabeceiras do de S. Mathheus, e do estado em que se achava aquella conquista, como tambem da providencia e forma que nella desdes, da iniquidade que houve a respeito da jurisdição, a que devia pertencer as minas contigentes nos rios Arassuahy e Fanado, insinuando-me os serviços que neste particular tem prestado o Coronel Pedro Leolino Mariz, que ficava servindo de Superintendente dellas: me pareceu mandar-vos dizer, que eu hei por bem, por Resolução de 17 deste presente mez e anno, em consulta do meu Conselho Ultramarino, que por ora se conservem essas minas na jurisdição desse Governo da Bahia, e que o Ouvidor do Serro do Frio a tenha tambem intertrocando no mesmo districto, com subordinação a vós; e por esta me pareceu certificar-vos da satisfação com que fico do vosso zelo, e do serviço que haveis feito nesta materia, approvando-vos todas as providencias que manifestastes nas vossas cartas; e sou servido que o sobredito Coronel Pedro Leolino Mariz, continue na superintendencia, de que está encarregado, sem embargo de pertencerem todas as Ouvidorias, enquanto eu ou vós não mandardes o contrario, ordenando-vos juntamente interponhaes o vosso parecer sobre o premio, com que pode ser remunerado o serviço do dito Coronel.

« E por que convém muito ao meu serviço, e ao bom governo do Estado o conhecer-se com distincção esses sertões, e saber-se a distancia em que cada lugar fica dos portos da marinha, mandareis Engenheiros a essas partes, para que façam mappas mais distinctos dellas. »

« Lisboa 20 de Maio de 1729—Reg. »

Era esse o principio invocado para a occupação do Governo de um territorio, que ainda não dependia de Capitania alguma.

Mas, como essa sujeição a Bahia excitou em Minas grande desgosto, por instancias e influencia do Conde de Bobadella foi expedida a Provisão do mesmo Conselho de 20 de Agosto de 1760, que annexou a Minas Geraes esse vasto territorio, o que já havia sido determinado por outra Provisão de 10 de Maio de 1757. Eis em que termos se expressa aquella Provisão:

« D. José, por graça de Deus, etc. Faço saber a vós Marquez do Lavradio, Vice-Rey, etc., que o Vice-Rey vosso antecessor me deu conta, em carta de 17 de Maio de 1758, de que sendo eu servido, por meu real Decreto de 10 de Maio do anno antecedente mandar separar desse governo as Minas-novas do Fanado, e que fossem unidas com os rios, que nelles se achão á Comarca do Serro do Frio, o governo de Minas Geraes, e que aquelle territorio pertencesse, e ampliar a jurisdição do Intendente Geral dos diamantes, para que nellas igualmente a exercesse, o obstante as ordens, que tivessem havido em contrario; o Ouvidor da Comarca do Serro do Frio, pouco depois de haver recebido a ordem, que se lhe expedira pelo meu Conselho Ultramarino, na conformidade do dito decreto, passara as ditas minas do Fanado, onde não só como Corregedor abria correição, mas exerceria toda aquella jurisdição, que he permitida aos Provedores dos defunctos e arzuatos, o que aquelles povos de nenhuma maneira lhe encontrão.

« Que passado algum tempo lhe escreverão a elle Vice-Rey os officiaes da Camara das mesmas Minas, representando-lhe que acabada a correição, que naquella villa tinha feito o Ouvidor do Serro do Frio, e tendo-se recolhido á Villa do Principe, poucos dias depois lhes havia sido entregue uma carta, um edital, e uma ordem do Ouvidor de Jacobina, em que os persuadia ter-lhe o Ouvidor do Serro do Frio usupado a sua jurisdição, motivo por que lhes ordenava fizessem publicas aquelle edital, em que intimava a todos aquelles moradores ser elle legitimo Ouvidor daquella Comarca, a quem devião obedecer, e não se entender a minha ordem, pelo que pertencia á justiça; que juntamente recebera carta do Ouvidor do Serro do Frio, em que lhe dava conta, que fazendo aviso ao Ouvidor de Jacobina da resolução que havia tomado, depois da publicação do dito decreto, de deferir aos requerimentos que lhe foram daquella villa, e ir a ella em correição, onde tambem deixara as ordens que lhe parecerão convenientes como Intendente do ouro, o dito Ouvidor mandára passar uma ordem com um edital, para que os officiaes da dita Camara procedissem contra elle Ouvidor do Serro do Frio pelos meios do direito, ao que não derão cumprimento.

« E sendo-me presente a referida conta, a que tambem me deu o Ouvidor do Serro do Frio, vindo juntamente o que sobre esta materia me representão os officiaes da dita Camara, e o que responderão sobre tudo os Provedores da minha Fazenda e Corôas, servido por minha real Resolução de 26 de agosto mez e anno, tomada em consulta do meu Conselho Ultramarino, ordenar-vos reprehendas nessa Relação da Bahia o Ouvidor de Jacobina, que depois da posse justamente tomada na conformidade das minhas reaes ordens, pelo Ouvidor

do Serro do Frio, expedio o attentado, e sedicioso edital que deo motivo a este conflito de jurisdição, pretexto com as incompetentes interpretações, que o mesmo Ouvidor de Jacobina se animou a dar ao meu real Decreto, depois de haver sido executado:

« E outrossim vos ordeno, que na conformidade do mesmo decreto fazeas restituir ao sobredito Ouvidor de Jacobina todos os salarios, que indevidamente recebeu das nullas correições, que fez depois da posse que havia tomado o do Serro do Frio, a quem tocou, e he por bem declarar que toda a jurisdição das referidas minas do Fanado fica pertencendo á Comarca do Serro do Frio, e ao governo de Minas Geraes, sem a distincção de militar e civil, que não fizeram as minhas ditas Ordens, etc. »

Com o territorio de Paracatu aconteceu o mesmo que com Minas Novas, mas em sentido opposto. Esse territorio, como já noticamos, pertencia á Capitania de Pernambuco, desde que se executou a Provisão de 11 de Janeiro de 1715 ou 1718.

Em 1744 descobrindo José Rodrigues Fróes as Minas de Pacarati, em vez de manifestar-las ao Capitão General de Pernambuco foi fazer-las a Gomes Freire de Andrade (o Conde de Bobadella), tão dedicado á nova Capitania de Minas-Geraes, e muito influente na Corte de Lisboa.

Esse Governador sem contemplação com os direitos do seu collega de Pernambuco apresentou-se em Paracati, e repartio as datas da nova mineração:

« As novas minas do Paracati, diz Pizarro, descobertas em 1744, principião a cultivar-se por ordem sua, tomando posse do territorio, que ficou aggregado á mesma Capitania. »

Entretanto o mesmo Pizarro em outro lugar diz:

« Forão-lhe manifestadas, no anno de 1744, as novas minas de Paracati, e das quaes, e do seu territorio mandou tomar posse, precavendo a jurisdição do Governador de Pernambuco. »

A maneira por que se fez semelhante annexação, já sabemos, mas ignoramos qual foi o acto que regularisou a intrusão do poderoso Bobadella. Deve-se suppor que foi elle quem traçou o limite de Minas-Geraes por aquelle lado, a divisa pelo *thalweg* do rio Carunhanha.

O territorio entre a serra do Grão Mogol, e os rios de S. Francisco, das Velhas e Verde foi tambem contemplado dentro da circumscripção Mineira, a pretexto talvez de ser uma continuação da Comarca do rio das Velhas, tomando-se como fronteira o mesmo rio Verde.

Pizarro tratando dessa fronteira, diz o seguinte, na nota 33 do to. 8 de suas *Memorias*:

« Por Ordem de 16 de Março de 1720 se determinou ao Governador das Minas, que *provisoriamente* fizesse a divisão da Comarca do rio das Velhas para a parte da Bahia, e por esse Rio Verde abaixo, e o de S. Francisco, e por onde se havia de dividir com a Comarca de Serro Frio, ou Villa do Principe. »

Não sabemos que valor se possa dar á essa ordem, á que Gerber tambem se socorre em suas *Noções geographicas e administrativas da Província de Minas-Geraes*, por quanto em 21 de Fevereiro de 1720, veio uma circular de Lisboa sob a forma de Carta Regia, dirigida aos Capitães Generaes do Rio de Janeiro, S. Paulo, Bahia e Pernambuco sobre os limites dos seus respectivos Governos que por inedita aqui registramos:

« Ayres de Saldanha do Albuquerque, Governador e Capitão General da Capitania do Rio de Janeiro.

« Amigo,—Eu El-Rey vos envio muito saudar. Para se evitar a disputa que ha entre os Governadores das Capitancias desse Estado, e ser conveniente a meu serviço se regulem os confins de Minas Geraes com esse Governo, Bahia e Pernambuco, me pareceu ordenar-vos que, tomando as informações necessárias sobre este particular, me deis conta do que se assestar com vosso parecer á respeito do districto desse Governo para se poder tomar a resolução que parecer mais conveniente.

« Escrepta em Lisboa occidental 22 de Fevereiro de 1720.—Reg. Para o Governador e Capitão-General da Capitania do Rio de Janeiro.—João Telles da Silva, — Antonio Rodrigues da Costa. »

Ora se esses territorios erão tão pouco conhecidos, como suppor-se uma ordem de 16 de Março seguinte, authorisando provisoriamente aquelle limite com a Capitania vizinha?

Por outro lado, tanto não havia desejo de fixarem-se ties limites provisórios, que sua authorisação não foi dada aos outros Capitães Generaes, aliás de superior importancia como o Conde de Sabugosa, Vice-Rey do Brazil, e o Capitão General do Rio de Janeiro; maxime quando, nessa epocha, Minas era ainda uma Capitania subalterna de S. Paulo, pois o seu lo Capitão General D. Lourenço de Almeida, só começou a administrar em 1721.

E tanto não era essa a intenção da Corte, que, depois de recebidas as informações, por Alvará de 18 de Novembro de 1729 foram nomeados dous habéis Mathematicos Diogo Soares, e Domingos Capacci, da Companhia de Jesus, para levantarem Cartas dos respectivos territorios, afim de se fixarem os limites.

Eis o seu contexto, que bem indica seressa a providencia que o Governo julgou indispensavel para pôr termo as duvidas e conflitos nascidos da obscuridade das divisas:

« Eu El-Rey faço saber aos que este Alvará virem, em especial ao Vice-Rey e Capitão General de mar e terra do Estado do Brazil, Governadores do Rio de Janeiro, S. Paulo, Minas Geraes, Pernambuco, Maranhão, Capitão-mór da Parahyba, e mais Capitães-móres de outras Capitancias, districtos, Villas, e Freguezias dos sertões do dito Estado, Officiaes das Camaras das Cidades, e Villas delle, Ouvidores Geraes das Comarcas, Juizes de Fóra, e das Terras, Procuradores da minha Fazenda, Thezouros, e Almoraxites, e assim tambem os Donatarios das terras da Corôa sitas no dito Estado do Brazil, ou seus Tenentes e Ouvidores:

« Que eu hei por meu serviço, e muito conveniente governo, e de fôra do mesmo Estado, boa administração da Justiça, e das terras, e Freguezias de minha Fazenda, e para se escusarem as duvidas, controvérsias que se tem feito originadas dos novos descobrimentos que se tem feito nos

sertões daquelle Estado de poucos annos á esta parte, fazerem-se mappas das terras do dito Estado não só pela marinha, mas pelos sertões com toda a distincção por que melhor se sinalem, e se conheço os districtos de cada Bispoado, Governo, Capitania, Comarca, e doação; e para esta diligencia nomeei dous Religiosos da Companhia de Jesus, peritos nas Mathematicas, que são Diogo Soares e Domingos Capacci, que mando na presente occasião para o Rio de Janeiro, e lhes mandei dar a cada um de custo competente para se aviarem para a viagem e dous criados, que levão em sua companhia, os quaes lhes hão de assistir, em quanto durar a diligencia, e hão de ser pagos por conta de minha Fazenda, em quanto durar esta diligencia, e aos ditos Religiosos e a seus criados, que se evitem as disputas de jurisdições, que se originão entre os Ministros com occasião do descobrimento das novas minas, como V. S. verá das ordens que levio do Conselho, e sobre este particular escreverei á V. S. em outra carta. »

« E o Governador do Rio de Janeiro, etc. — Lisboa occidental em 18 de Novembro de 1729.—Reg. »

Na mesma occasião o Secretario d'Estado Diogo de Mendonça Corte-Real, recommendando os Mathematicos, diz o seguinte em Aviso de 20 do mesmo mez ao Capitão General Luiz Vahia Monteiro:

« Na mesma Fragata vão dous Padres da Companhia, Mathematicos, chamados Domingos Capacci e Diogo Soares, os quaes representou o Conselho Ultramarino serem precisos nesse Estado, para que fazendo mappas das Capitancias delle, se evitem as disputas de jurisdições, que se originão entre os Ministros com occasião do descobrimento das novas minas, como V. S. verá das ordens que levio do Conselho, e sobre este particular escreverei á V. S. em outra carta. »

Por consequente já se vê, que a fronteira septentrional de Minas-Geraes, com quanto em parte bem assignalada pelo *thalweg* dos rios Carunhanha e Verde, não tem fundamento legal, e mantem-se pelo *uti possidetis*. Outro tanto succede com a que cobre o territorio de Minas Novas, cujos assignamentos traçados no mappa de Gerber são puramente arbitrarios, e em falta de outros vão sendo aceitos, por he isso preferivel á confusão e incerteza.

A accumulção de tão vastos territorios sob uma só direcção, parece que devêra ter saciado o governo de Minas; tanto mais quanto essa accumulção tornava por demais pezássima a administração, e consequentemente mal desempenhada.

Mas ainda a palavra—*basta*, não tinha soado; e forçoso era absorver mais territorios sem interesse algum para os administrados, e ainda menos para o geral do Estado.

A myopia do Governo Colonial não comprehendia a conveniencia da criação de mais uma ou duas Capitancias, preferindo adiar a satisfação dessa necessidade fazendo dessa Capitania Central, um deposito de territorios para alguma distribuição futura.

Por Alvará de 4 de Abril de 1816, que abaixo registramos, foi a Capitania de Goyaz privada de uma extensa mesopotomia entre os rios Paranyhyba e Grande, para se annexar á Minas-Geraes; cujos habitantes nem por tal mudança melhorarão de condição.

Eis o texto do Alvará:

« Eu El-Rey, faço saber aos que este meu Alvará virem, que tendo criado a ova Comarca de Paracatu, assignado-lhe os limites que me parecerão proprios, na forma do Alvará de 17 de Maio do anno passado de 1816; e representando-me os povos da Campanha do Araxá, que comprehendem os dous Julgados e Freguezias de S. Domingos e Desemboque, os grandes incommodos que supportão em viverem sujeitos á Capitania e Comarca de Goyaz, cuja capital lhes fica em distancia de mais de 150 legoas, sendo-lhes muito penosos os recursos de que frequentemente necessitam; ao mesmo passo, que estando elles sujeitos á Capitania de Minas-Geraes e á Ouvidoria de Paracatu, que lhes fica proxima, podem ser mais facilmente ouvidos e socorridos nas suas dependencias, sem serem obrigados a desamparar as suas casas e cultura das suas terras, ficando tambem mais desembaraçados e promptos para se empregarem em meu Real serviço; e querendo eu evitar-lhes tão penosos inconvenientes e promover as commodidades daquelles povos, que pela sua industria e digna applicação á lavoura se fazem dignos da minha Real consideração; conformando-me com o parecer da Meza do meu Desembargo do Paço, que sobre este objecto me consultou, ouvido o Procurador da minha real Corôa e Fazenda; hei por bem separar e desannexar da Capitania e Comarca de Goyaz, os ditos dous Julgados e Freguezias de S. Domingos do Araxá e Desemboque, com todo o territorio que lhes pertence; e mando que deste Alvará em diante fiquem pertencendo á Capitania de Minas-Geraes, e á Comarca de Paracatu, fazendo parte dos limites desta. »

Por ultimo, e em virtude do mesmo systema, quando se deu a primeira revolução de Pernambuco em 1817, foi a Comarca do rio de S. Francisco provisoriamente annexada á Minas-Geraes por Decreto de 28 de Maio de 1817, pouco depois revogado por outro de 22 de Julho do mesmo anno.

Passados sete annos, em 1824, quando na mesma Província se proclamou a Republica do Equador foi de novo incorporada á Minas-Geraes a mesma Comarca do Rio de S. Francisco pelo Decreto de 7 de Julho desse anno, que já registramos no artigo da Província de Pernambuco.

Essa annexação durou pouco tempo, e a pobre Comarca procurando á quem obedecer, decorridos mais de trez annos foi *provisoriamente* incorporada á Província da Bahia pela Resolução de 13 de Outubro de 1827.

Que singular systema de Governo he o nosso, que por falta de uma sensata divisão de Provincias, deixa tão mal administrados grande numero de Brasileiros, como os que infelizmente vegetão ao desamparo nas uberrimas margens do rio de S. Francisco, sob a dependencia de trez Provincias, que nenhum bem lhes podem fazer!

E que razão d'Estado ha para manter-se esses acervos anormais de territorios, indecifráveis perante a Geographia e a Política, e que sob a especiosa denominação de Provincias, são para a nossa nacionalidade, como para nossa união, um perigo no futuro?

Cumpre dizê-lo, a difficuldade de manter uma tão pesada construcção, tem lembrado a divisão em duas ou mais Provincias. Já um

passo se deu com a criação da nova Diocese da Diamantina; e a idéa de uma Província no territorio do Sul do Sapucahy, vai fazendo largos sulcos na população que demora nessas regiões.

Ora se tal movimento se não contiver, esse immenso territorio passará por uma transformação benefica para as populações que nelle habitão, como para todo o paiz. Será o indicio de um grande melhoramento social entre nós.

Exposta como nos foi possível a historia da organização do territorio Mineiro, passamos a determinar-lhe a respectiva posição astronomica.

A sua latitude toda austral comprehende os parallelos de 13° 53' e 23°.

A longitude oriental do meridiano adoptado he de 3° 33', e a occidental alcança 7° 48'.

A sua maior distancia de Norte á Sul he de 180 legoas da margem direita do rio Carunhanha, á Borda da Matta, na fronteira meridional com S. Paulo; e de Leste a Oeste 225 legoas de S. Clara no rio Mucury á embocadura do rio Paranyhyba no Rio Grande ou Paraná.

O littoral fluvial excede a 600 legoas, somente o dos grandes mananciaes, S. Francisco, Grande, Paranyhyba, Doce, Jequitinhonha, Velhas, Paranyhyba, Pardo, etc.

Esta Província confina ao Norte com a da Bahia, ao Sul com a de S. Paulo, a Leste com a da Bahia, Espirito Santo, Rio de Janeiro e S. Paulo e a Oeste com S. Paulo, Goyaz e Matto Grosso.

A fronteira septentrional se assigna pelo *thalweg* dos rios Carunhanha, Verde grande e pequeno, serra das Almas, morro Crundiuba, Vallo fundo e uma recta á foz do rio Mosquito no Pardo, e outra deste ponto á S. Sebastião do Salto grande no rio Jequitinhonha.

A fronteira meridional comprehende o espaço que vai do morro do Lopo, á margem direita do rio Canôas no ponto onde faz barra o rio ou ribeiro Onça, por uma linha irregular tocando nos seguintes pontos: Extrema, S. José de Toledo, Espirito Santo, Morro Pelado, Borda da Matta, morro do Bahú, Montes Alegres, Barra de S. Mathheus, correjo das Arêas, morros do Carvalhaes, Sellado, e Palmeiras.

Na fronteira oriental temos os seguintes assignamentos: em S. Paulo o *thalweg* do rio Grande, até a confluencia com o Paranyhyba, o espigão da Mantiqueira até o morro do Lopo por uma linha interompliada: no Rio de Janeiro, o *thalweg* dos rios Preto, Paranyhyba, e Paranyhyba até a foz do Pirapitinga, e por este acima até entestar com a serra de S. Antonio, até encontrar o rio Pomba onde o rio S. Antonio faz barra, e de suas nascentes em direitura á Cachoeira do Fundão ou Pogo fundo no rio Muriáhi, e seguindo depois pelas serras do Gavião, e Batatal, e por esta até encontrar o rio Carangola na cachoeira dos Tombos, e em direcção ao Norte, em demanda da margem direita do rio Itabapoana onde o rio Onça tem a sua foz: no Espirito Santo, o *thalweg* do rio Preto, afluente do Itabapoana, correjo Jequitibá, riacho José Pedro, e espigão do Guandi, serra do Souza, e a serra dos Aymorés ou das Esmeraldas, até a cachoeira de S. Clara, e desse ponto até S. Sebastião do Salto grande no Jequitinhonha, a serra dos Aymorés, na fronteira com a Província da Bahia.

A fronteira occidental se assigna pelos rios Canôas, Paranyhyba, e correjo ou ribeiro Jacaré, e por este acima até encontrar as serras de Andrequique, Pilões, Tirricá, Araras, e Paraná até o celebrado Vão, seguindo pelo rio Carunhanha.

E Pizarro tanto não tinha grande certeza destes limites que no to. 9 de suas *Memorias* cap. 3, art. *Goyaz*, exprime-se desta sorte:

« Daquelle rio (*Manoel Alves*) corre uma serra eminente, que curva para o Poente até o Rio Grande, poi onde se aparta, ao Sul, da Capitania de S. Paulo, ejo rio serve tambem de divisa ás Capitancias do Maranhão, de Pernambuco, e de Minas Geraes.

« Com esta (*Província de Minas Geraes*) principia a separar-se pelo Nascente em uma ribeira chamada dos *Arrepellidos*, e ao Poente baliza no rio Araguaia com a Capitania de Cuyabá, ou Matto Grosso.

« Pelo Norte finalmente vai ao rio Negro (*provavelmente ao rio Preto*) dividir-se com o districto do Governo do Piahy. »

Quanta confusão de idéas, e quão pouco estudo dos territorios!

Em nota sob n. 12, exprime-se assim:

« Alterados esses limites, são hoje, á Oeste da parte de Cuyabá, o Rio Grande, ao Norte, S. João das duas Barras, e ao Sul, o Rio Grande da estrada de S. Paulo; pela parte do Desemboque, a Palestina, serra do Castanho, e da Parida; pelo Leste, Arrepellidos, não tem limites demarcados da parte do Rio das Mortes, em que media um Sertão vasto até o Rio Negro, nem da parte de Lessosetes, que tem outro terreno tambem extenso, e despovoado; e prefixados posteriormente os limites do Governo de Goyaz com o de Maranhão, ficou o territorio da intitulada Povoação de S. Pedro de Alcantara pertencendo ao Maranhão, por se achar da outra parte do Rio denominado de Manoel Alvares. »

Gerber no Opusculo supra notado, aparta-se um pouco da nossa opinião, maxime na fronteira occidental. Eis como elle expõe os limites de Minas Geraes:

« A Província de Minas Geraes está situada entre 14 e 23 graus de latitude austral, e entre o 3º e 7º graus de longitude oriental e o 7º de longitude occidental do Rio de Janeiro; limita-se ao Norte com a Província da Bahia, a Leste com as da Bahia e do Espirito Santo, ao Oeste com as de Goyaz e de S. Paulo, e ao Sul com as de S. Paulo e Rio de Janeiro; servem-lhe de limites:

« Para o lado da Bahia: os rios Carunhanha, Verde, Grande e Pequeno (*segundo a Ordem Regia de 16 de Março de 1720*), a serra das Almas e uma linha entre o morro de Crundiuba, Vallo Fundo, barra do Mosquito e a cachoeira do Salto Grande no Jequitinhonha.







Maranhão a margem Leste, e a Goyaz a margem Oeste, devendo para conhecimento da causa, que esta commum resolução promoveu; ficar juntos a este, todos os parte dos documentos resultados das referidas Sessões annuaes, e de cada um dos seus respectivos Governos.

«Do que para constar se lavrou d'este theor um Auto para cada uma das Capitaniaes por elle demarcadas, em o qual uns e outros Commissarios plenamente authorisados, assignarão por parte dos seus respectivos Governos.

«Povoação de S. Pedro de Alcantara 9 de Julho do 1816.—*João Antonio Ramos Jubé*, Sargento-mór Commissario.—*Francisco de Paula Ribeiro*, Capitão Commissario.—*João Baptista de Mendonça*, Alfere Commissario.—*Antonio do Couto*, Piloto Commissario.

Não obstante já se achar creada a Capitania de Goyaz, e antes de haver entrado em funcções o seu 1.º Administrador D. Marcos de Noronha (Conde dos Arcos), Gomes Freire de Andrade (Conde de Bobadella) foi a esta Capitania em principio do anno de 1749, para estabelecer o contracto dos diamantes no Rio Claro e no dos Pilões; negocio de tanta gravidade, que fez abalar do Rio de Janeiro naquella epocha um Capitão General, quando bastaria talvez ir um Intendente de minerações. Tudo isto consta do Aviso de 17 de Maio de 1748, dirigido pelo Secretario d'Estado Marco Antonio de Azeredo Coutinho, a D. Luiz de Mascarenhas, de onde extrahimos o seguinte trecho:

«Juotamente visto a difficuldade que se tem reconhecido para a observancia da prohibição de extrahir diamantes das minas dos Goyaz, sendo a transgressão d'ella uma das principaes causas por que se experimenta repugnancia a se arrematar aquelle genero, pelo que já perde a Real Fazenda n'este anno a renda do contracto; julgou S. M. que o unico e efficaz remedio a este damoso seria comprehender as minas dos diamantes dos Goyaz na mesma arrecadação do Serro do Frio, e por ser preciso para esse effeito que nos rios Claro e dos Pilões se determinem os sitios em que se ha de fazer a extracção dos diamantes, e o numero dos escravos do contracto que será conveniente repartir para o serviço d'aquelles rios, tem o mesmo Senhor ordenado que passe a examina-los pessoalmente o Governador das Minas Geraes, a quem está committida a diligencia de ajustar este contracto, como tambem, que enquanto não chegarem as ditas duas novas Capitaniaes geraes os Governadores que S. M. fica para nomear, tenha a administração interna d'ellas, o mesmo Governador Gomes Freire de Andrade.

Bem que fosse este Capitão-General o que traçara os limites de Goyaz com as Capitaniaes de Minas-Geraes, S. Paulo e Pernambuco, não foi nessa occasião que desempenhara tal missão, mas de Minas-Geraes; informando no sentido de sua opinião ao Conselho Ultramarino, Tribunal ou Repartição de que dependião os negocios do Brazil.

O Capitão-General D. Marcos de Noronha, recebendo de Gomes Freire, nas margens do rio de S. Francisco a entrega da sua Capitania, e as instruções de que precisava, entrou em Goyaz, e começou a exercer o cargo em 8 de Novembro do mesmo anno de 1749.

De então para cá tem tido esse territorio vida propria, por quanto no civil e administrativo nenhuma dependencia tem das outras Provincias.

Não obstante haver a Provisão de 9 de Maio de 1748, determinado os limites da nova Capitania, teve D. Marcos de Noronha directamente outra Provisão com o mesmo proposito, e que foi expedida em data de 2 de Agosto do mesmo anno que aqui exaramos:

«D. João, por graça de Deus, etc.

«Fago saber a vós D. Marcos de Noronha, Governador e Capitão General da Capitania de Goyaz que para ficarem entendendo os districtos que comprehende a vossa jurisdicção: Sou servido mandar-vos declarar por Resolução de 7 de Maio do presente anno em consulta do meu Conselho Ultramarino, que os confins desse Governo de Goyaz são de ser da parte do Sul pelo Rio Grande, da parte do Leste, por onde hoje partem os Governos de S. Paulo e de Minas Geraes, e da parte do Norte, por onde hoje parte o mesmo Governo de S. Paulo como os de Pernambuco e Maranhão.

«El-Rey Nosso Senhor o mandou por Manoel Castano Lopes de Lavre, e pelo Dr. Antonio Freire de Andrade Henriques, Conselheiros do seu Conselho Ultramarino, e se passou por duas vias. Theodoro de Abreu Bernardes a fez em Lisboa a 2 de Agosto de 1748. O Secretario Joaquim Miguel Lopes de Lavre a fez escrever.—*Antonio Freire de Andrade Henriques*,—*Manoel Castano Lopes de Lavre*.

Esses limites, como já vimos, haviam sido traçados por Gomes Freire, antes da chegada do Conde dos Arcos, com o que este senão mostrou satisfeito; e com um appetite superior ao dos Capitães-Generaes de Minas, tálhou para si uma Capitania de mais gigantescas proporções em desagravo, talvez da perda do territorio de Paracatu, que elle julgava que deveria pertencer a Goyaz.

Neste sentido dirigio o mesmo Conde para a Corte de Lisboa, a seguinte informação de 12 de Janeiro de 1750 em resposta á outra Provisão daquella data, e em que revela a vastidão do seu projecto.

Copiamos aqui tanto a Provisão, como a informação, pois ambas esclarecem a questão de limites desta Provincia com a de Matto Grosso, como mais adiante se verá.

Eis a integra da Provisão:

«D. João, por graça de Deus, Rey de Portugal, etc.

Fago saber a vós Governador e Capitão General dos Goyaz, que por outra ordem minha, que n'esta occasião havei de receber, se vos declararam os confins d'esse Governo, e como tenho determinado que os do novo Governo de Matto Grosso e Cuyabá não de ser para a parte do S. Paulo pelo Rio Grande, ficando suspensa a sua confrontação com esse Governo de Goyaz, e do Estado do Maranhão, pela pouca noticia que ainda ha d'aquelles sertões, se vos ordena por Resolução de 7 de Maio do presente anno, em consulta do Conselho Ultramarino, informeis com o vosso parecer por onde poderá determinar-se mais commodamente e naturalmente a divisão.

«El-Rey Nosso Senhor o mandou por Manoel Castano Lopes de Lavre, e pelo Dr. Antonio Freire de Andrade, Conselheiros do seu Conselho Ultramarino, e se passou por duas vias.—Theodoro de Abreu Bernardes a fez em Lisboa a 2 de Agosto de 1748.

A informação de D. Marcos de Noronha foi exposta nos seguintes termos:

«Senhor.—He V. M. servido ordenar-me pela Provisão inclusa, que informe com o meu parecer por onde poderá mais commodamente e naturalmente fazer-se a divisão

d'este Governo com o de Matto Grosso e Cuyabá; otre a Villa Boa de Sant'Anna, capital d'esta nova Capitania de Goyaz e Villa de Bom Jesus, que até agora era Capital da Comarca de Cuyabá, haverá com pouca differença cinco grãos de distancia, medidos pelo rumo do Noroeste e Sueste: ficando ditta Villa Boa a Sueste e a do Bom Jesus ao Noroeste: no meio d'este caminho pouco mais ou menos passa um rio chamado rio das Mortes, que corre do Sul para o Norte, advertido que não be o rio das Mortes, que ha em Minas Geraes, mas outro do mesmo nome, totalmente diverso daquelle.

«Tem este rio as cabeceiras em uma serra, a que ainda se não deu o nome, que dizem ser um Chapadão, que está situado Sudoeste, e as aguas vertentes para o Norte vão todas a varios rios, que depois se ajuntão uns com os outros a desaguar no Gram Parã, e as que correm para o Sul, se vão sepultar no mar pelo rio Paraguay, que com o nome do Rio da Prata vai desaguar e confundir-se com o Oceano em 34 grãos de latitude ao Sul da equinocial.

«Principiando, pois das cabeceiras do rio das Mortes a linha da divisão, fica pela parte do Oeste dividida esta Capitania da de Matto Grosso pelo rio das Mortes, seguindo nua corrente e a d'aquelles em que se mette, que por maiores o fazem perder o nome, como he primeiramente um rio chamado Rio Grande (Araguaya) do Noroeste e Sueste: ficando ditta Villa Boa a Sueste e a do Bom Jesus ao Noroeste: no meio d'este caminho pouco mais ou menos passa um rio chamado rio das Mortes, que corre do Sul para o Norte, e he totalmente diverso do Rio Grande Geral, que corre do Norte para o Sul, o qual depois toma o nome de Maranhão, até finalmente com o nome de Tocantins a desaguar no Gram-Parã; e continuando a linha de divisão, correndo para o Sul, se atravessará aquelle chapadão por uma floresta tirada das cabeceiras do dito rio das Mortes até a do Taquary, que he um dos que correm para o Sul, e desce para elle abaixo até onde faz barra com o rio Coxim, e he lindo-sep-ore allez para que o nome de Goyaz, he chamado Camapum, subindo-se tambem por este até o sitio que tambem se chama Camapum, e allis se atravessará o varadouro, que tem uma legua e tres quartos, e so dará nas cabeceiras do rio Pardo, que tem com leguas de corrente pouco mais ou menos, e vai fazer barra no Rio Grande, o geral, que divide esta Capitania da de S. Paulo do Norte a Sul, e deitando assim a linha de divisão, fica clara e distinctamente dividida esta Capitania da de Matto Grosso pelo parte do Oeste.

«Pela parte do Leste, manda V. M. que seja a divisão por onde antecedeentemente partia a Capitania de S. Paulo com a das Minas Geraes; porém o descobrimento do Paracatu parece que fez praticar esta divisão contra o que devia ser, por que a serra de Lourenço Castanho, que era a divisão antecedeente entre as Capitaniaes, pertencendo a de S. Paulo tudo o que erão aguas vertentes da dita serra para o Oeste, não foi atendida na divisão, por que, tendo Paracatu aguas vertentes para o Oeste (como me dizem que he), parece que devia pertencer a esta Capitania, não a das Geraes; porém, como V. M. foi servido ordenar que pertencesse das Geraes, fica esta Capitania dividida das Geraes pela divisão antecedeente pela parte de Leste, e da de S. Paulo pela parte do Sul pelo Rio Grande, geral, que corre do Norte para o Sul e vai desaguar no Paracatu.

«Dividida assim pela parte do Oeste e Sul e do Leste, resta só dividir a pela parte do Norte com a do Maranhão e com a do Gram-Parã. Por esta parte não tendo alcançado noticias, pelas quaes forma idéa da divisão geographica, e enquanto se não faz exacta averiguação, se ha para aquella parte do Norte alguma serra ou rio, se nos servir de divisão, se divide esta Capitania da de Maranhão e da do Gram-Parã pela divisão, que antecedeentemente tinha o governo de S. Paulo com o governo do Maranhão e Gram-Parã. Heo que posso informar a V. M., que mandará o que for servido. Villa Boa, 12 de Janeiro de 1750.—*D. Marcos de Noronha*.

Attentando-se para a historia da organização deste territorio não se pôde comprehender, como sob o ponto de vista geographico e interesse de uma regular e conveniente administração, se poderão traçar taes limites.

Parece que os Capitães Generaes tomavam como um ponto de honra, e questão de vaidade, o fixarem largas fronteiras aos territorios que lhes erão subordinados, pouco lhes importando a difficuldade de regê-los, e ainda menos se o senso geographico era ou não transviado.

Liquida a questão pela fronteira de Minas Geraes guardada pelo poderoso Bobadella, assim como a do Pernambuco, pelo espigão da serra do Parana e Tabatinga, e a do Maranhão pelo rio Manoel Alves, procurou D. Marcos estender os seus dominios pela fronteira occidental com Matto Grosso, julgando poder darahi, sem obice algum, largos côrtes.

Assim em vez de propôr como divisa o *thalweg* da grande linha do rio Araguaya, tão clara, tão saliente, e tão bem definida, intentou traça-la pelo rio das Mortes, e depois por uma linha de suas cabeceiras ia demarcar o rio Taquary, descendo por elle abaixo até onde o Coxim faz barra, e por este subindo até a foz do Camapum, e atravessando o varadouro, dirigia-se ás nascentes do rio Pardo e por este abaixo até o Parana.

Projecto extravagante, pelo que fica exposto, e que nem se fundava na razão da prioridade das descobertas, porque antes que o primeiro Bueno, o legendario *Anhanguera*, fosse a Goyaz, já o paulista Antonio Pires dos Campos, o descobridor e fundador da Capitania de Matto Grosso, tinha devassado os sertões do rio das Mortes, affluente do Araguaya, assim cognominado pelos destroços que o mesmo Campos fizera em 1682 e 83 nos indigenas Carajás e Araez, o que communicara outro Pires dos Campos do mesmo nome que seu Pai, em um Roteiro, citado nos *Annaes da Provincia de Goyaz*, e com outros detalhes nas *Memorias historicas* do Padre Luiz Antonio da Silva Souza, e que aqui reproduzimos:

«Seguindo pelo mesmo rio abaixo (Araguay), se avista uns morros azues, e n'estes achárou a tapera dos Araez, onde chegamos com meu pae, que Deos haia, e achamos varias *cachanas* com folhetas pelo pescoço e braço, e destas folhetas madou meu pai fazer um resplendor para a sua Virgem, e tambem uma coroa do mesmo orn, que pesa quarenta e tantas oitavas, para a Virgem Senhora do Carmo do Hospicio de Itui. E, perguntando aos ditos Indios aonde tinham achado aquellas folhetas, responder o Cacique que n'aquelles morros depois da chuva. Isto foi o que vi, e não fóro cousas contadas. Na volta que fizemos encontramos com o pae do Capitão-Mór Bartholomeo Bueno, e ouvindo a meu pae todo o referido... etc.

A pretensão por tanto do Capitão General de Goyaz era fundada tão somente no arbitrio, e vaidade que queria satisfazer.

Mas, em Matto Grosso essa pretensão foi repellido.

Na epocha da administração do mesmo Conde em 1753, sem que se soubesses das suas pretensões, aliás sujeitas á decisão do Conselho Ultramarino, o Ouvidor de Cuyabá

José Antonio Vaz Morilhas, exigio do governo de Goyaz a manutenção do limite provisório, traçado em 1738, para as duas Comarcas de Goyaz e Cuyabá sob a autoridade do Conde de Sarzedas; que governava então toda a vasta Capitania de S. Paulo, comprehendendo ambos os territorios. Esse limite era a grande linha do rio Araguaya, a mais clara e saliente possível.

E tanto a exigencia de Morilhas era regular e fundada, que foi essa divisão a que servio para a demarcação das Dioceses de Goyaz e Cuyabá, como se vê da Bulla—*Candor lucis*, de 6 de Dezembro de 1745, nas seguintes palavras:

«Ac reliquum præfatis Diocesis Fluminis Januarii divisa hujusmodi partes Prælatûre Cuyabænsi, ut infra, respective erigendis, que à prefata, Prælatûre Goyasiensi per terminos intra Audientiam, vulgo, *Ouidoria*, Cuyabænsis, et duas aliás Goyasiensem, et Sancti Pauli, constitutas separata remaneat, respective assignamus.

Por conseguinte já havia uma fronteira estabelecida entre as duas *Ouidorias*, aprovada pelo Capitão-General de toda a Capitania, que então era S. Paulo, e aceita em Portugal, a qual servio de base para a divisão e limitação das novas Prelaturas creadas pela Bulla supra citada.

E o Prelado de Cuyabá, que aliás he favoravel ás pretensões de Goyaz pelo lado do Parana, lhe he adverso quanto a linha do Araguaya, como se vê do seguinte trecho extrahido do *Relatorio* do Ministerio da Justica de 1857, tratando dos limites dessa Diocese:

«Continúa pelo Araguaya acima (e aqui já extrema o confina a Diocese de Cuyabá com a de Goyaz) até as suas cabeceiras meridionaes, e dahi segue pelo alto do terreno até Camapum, donde desce pelo rio do Parana.

O Conde de Azambuja D. Antonio Rolim de Moura Tavares, o primeiro Capitão-General de Matto-Grosso, como D. Marcos de Noronha era de Goyaz, oppoz-se com muita energia ao projecto do seu collega, baseado, como se vê, em razões bem plausiveis e aceitaveis. A prioridade da descoberta, e a clareza da linha divisoria do Araguaya.

O terceiro Capitão-General de Goyaz João Manoel de Mello renovou o empenho do seu antecessor, com o seu collega de Matto-Grosso, que então era Luiz Pinto de Souza Coutinho, que depois foi Visconde de Balsemão, Embaixador em Londres, e Ministro do Reino.

Este administrador firmando-se no proposito de seus antecessores, offereceu em 4 de Maio de 1769 um projecto, que abaixo transcrevemos, no qual assegurando á Goyaz a fronteira do rio Pardo, nega-lhe a do rio das Mortes; fixando a linha divisoria oriental de Matto-Grosso, desde o rio Parana (o rio *Cuxuri*) seguia aguas acima do Araguaya até sua nascente, procurando dahi as do rio Pardo, e descia por este abaixo até o rio Atemy ou Parana. Eis em que termos fez o Visconde de Balsemão a sua proposta:

«Nem pelas instruções dadas ao Conde de Azambuja meu predecessor o § 21, em que se trata das demarcações desta Capitania, nem pela Provisão de 2 de Agosto de 1748, expedida pelo Conselho Ultramarino, que se trata tambem do mesmo ponto, se estabelecerão os limites desta Capitania, pela parte do Norte, nem do Nascente, por falta de conhecimentos geographicos dos paizes e sertões, que mediavam entre as suas fronteiras e as das Capitaniaes do Parã e Goyaz: recomendoando Sua Magestade se indagasse exactamente esta materia, para que a vista dos mappas, e planos expostos pelos Governadores respectivos, se houvesse de determinar positivamente; com um pleno conhecimento de causa.

«Até aqui expoz a maior dificuldade muito pouco a execução dos ordens de Sua Magestade, ficando este assento na mesma perplexidade em que tem persistido a tantos annos.

«Segundo porém os ultimos descobrimentos, e mappas mais exactos, que até agora tem havido destes paizes; parece que o projecto mais natural para se terminar este negocio a respeito da Capitania de Goyaz, seria conforme os mesmos mappas, da maneira seguinte:

«A Capitania de Matto-Grosso confina com a de Goyaz pela banda de Leste, desde a altura de 9º e 30' de latitude austral, até chegar a confluintia do rio Parana com o Parana, ou seja a differença da altura de 29º e 30' da mesma latitude, e quasi em 333º de longitude; vindo assim a preferir uma banda de terra entre os limites das duas Capitaniaes, que prefaz a somma de 13 grãos de latitude meridional.

«A divisão natural dos dois Estados parece pois, que deveria tirar-se entre os dois pontos de Norte a Sul, com uma linha que os tocasse, a qual deve ter principio do poolo do Norte como a parte de onde se deve proseguir gradualmente.

«Este projecto tem a principio o termo da divisão 30 minutos mais acima do lugar, em que o rio Parana entra no Araguaya na altura de 10 grãos de latitude; antes de se formar a ilha grande chamada do Gentio—*Carumbaré* ou *Caruanari*.

«Daqui proseguindo naturalmente a remonar o dito rio Araguaya pelo braço occidental, que forma a mesma ilha se deve chegar á foz do rio Vermelho, continuando até as fontes do referido Araguaya, ou rio Grande.

«Vindo pois a demarcação a este termo, o caminho mais natural que parece dever proseguir-se he o vir procurar com uma pequena curva as cabeceiras do rio Campanm até chegar a boca do rio Pardo, descendo por elle abaixo até a confluintia que faz com o rio Atemy ou Parana; por ser este caminho o mais curto, e mais distinctamente formado pela natureza, para servir de uma baliza permaente.

«Ao contrario vindo a sobreditada demarcação procurar a contra corrente do rio das Mortes, não conserva a dita divisão proporção alguma, se não no caso que se proseguisse dahi a encontrar o rio Pequity ou o rio Paranaúma, visto ficarem as cabeceiras no sobredito rio das Mortes em quasi 16 grãos de latitude, e o istmo entre o Campanm (que são os limites reconhecidos desta Capitania), na altura de 20 grãos, o que sem duvida faz uma grande desproporção, e uma separação por terras, não só mui pouco natural e arbitraria, mas até sumamente distante.

«Ao contrario, ficando as cabeceiras do sobredito rio Grande ou Araguaya em mais de 18 grãos de latitude, claramente fica demonstrada a sua proporção em pouca distancia, e consequentemente muito mais natural a linha de separação tirada por este termo.

«A razão porque colloquei o ponto capital da divisão no termo de 9º grãos e 30', e não no de dez, em que entra o Parana no Araguaya (e pouco termino os limites dessa Capitania com os do Parã, o que parecia mais natural) foi; por que sendo o termo da divisão desta Capitania com a do Parã pela parte do Norte, subindo o

rio da Madeira, a primeira cachoeira que nelle se encontra, a qual fica na sobreditada altura com a differença de um, ou dois minutos; era mais natural que a linha tirada da cabeça do angulo, que forma o termo da divisão dos dois Estados, principiasse tambem na mesma altura; para que tocassem os extremos proporcionalmente entre os mais circulos e parallellos.

«E como isto não prejudicava em nada os domoios da Capitania de Goyaz, por isso não fiz escrupulo em me conformar com este partido. Villa Bella 4 de Maio de 1769.—*Luiz Pinto de Souza Coutinho*.

Não se podia fazer em termos mais benevolos uma proposta tão razoavel e conveniente.

Pouco tempo depois que chegou a Goyaz esta proposta falleceu João Manoel de Mello (13 de Abril de 1770), e nenhuma resposta foi a Cuyabá.

Mas neste intervallo o Capitão General Luiz Pinto, examinando os documentos que haviam sido remettidos pelo mesmo João Manoel de Mello em 1761, acabou por convencer-se da utilidade da linha proposta por D. Marcos de Noronha, retractando-se com a maior docilidade (caso raro em taes questões) da opinião seguida precedentemente.

Eis em que termos retractou-se do projecto apresentado em 1769:

«Não obstante a duvida, que até o presente havia subsistido entre os meus predecessores, e os Governadores da Capitania de Goyaz, a respeito dos limites de um o outro Governo pela banda de Leste, e Oeste por onde oppostamente confinio: com tudo, havendo considerado a vastissima extensão da Capitania de Matto Grosso, por todas as mais partes dos seus limites; e sendo moralmente impossivel poder-se nella sustentar a prompta administração da Justica, nem a sua necessaria defesa, em uma fronteira tão dilatada; se acaso se houvesse de estender ainda pela banda de Leste até o Rio Grande, ou Araguaya; em cujo limite consistia toda a força da questão por se julgar o ditto rio uma baliza mais natural, e decisiva: com tudo, cedendo a força das sobreditas considerações, a unica que se deve contemplar em utilidade do serviço, e do Estado de Sua Magestade, como tambem a posse incontestavel, em que se acha a Capitania de Goyaz de todo aquelle territorio até o rio das Mortes: nenhuma duvida se me offerece (conformando-me com a ordem de Sua Magestade de 2 de Agosto de 1718, expedida pelo seu Conselho Ultramarino a ambos os Governos), em que a mutua divisão das duas Capitaniaes se faça pelo referido rio das Mortes, desde o ponto de sua confluintia no rio Grande, até a foz do rio Pardo, na forma que mais amplamente se acha deduzido em o arbitrio proposto pelo Capitão-General da conquista João de Godoy Pinto da Silveira, no Governo e Capitão General da Capitania de Goyaz, João Manoel de Mello, em data de 7 de Setembro de 1761, e demonstrado no mappa com elle adjunto.

«E conformando-me igualmente com a congruência das razões, que o referido Governador expoz em carta de 15 de Setembro do sobredito anno ao meu predecessor o Conde de Azambuja; me cumpre declarar em como se me não offerece duvida alguma por parte dos interesses desta Capitania, nem do serviço de Sua Magestade em convir nos limites propostos para fixar os ditos projectos de maneira que nelle se achão circumstanciados os ditos limites.

«E para que Sua Magestade seja servido dignar-se de determinar esta materia, na forma das suas reaes ordens, mandei passar este auto de accessão ao referido arbitrio, que vai por mim assignado, e sellado com o sinete de minhas armas. Dado nesta Capital de Villa Bella no 10 de Abril de 1771.—*Luiz Pinto de Souza Coutinho*.

Alem deste documento, em officio de 25 de Março de 1771 que dirigio ao Capitão General de Goyaz, applaudindo as razões por este produzidas, exprime-se assim:

«(Pretensões) fundadas não só na posse em que se acha, mas nas solidas razões da congruência, e proporção, em que se estriba: não sendo de alguma utilidade ao bem do serviço de Sua Magestade, nem dos povos, que as Capitaniaes tenham uma extensão tão excessiva, que se não possa occorrer promptamente á sua defesa e administração da Justica distributiva; sendo certo, que estas fóro em todo o tempo as considerações, porque a illuminada politica de nossa Corte procurou sempre repartir os Governos daquellas subdivisões, que julgou adequadas.

Por tanto dous motivos moverão á este Capitão General: o *uti possidetis* de Goyaz, e razões de congruência e proporção dos dous territorios, considerando-se o territorio que occupava Matto-Grosso, que então, e sobre tudo com a mudança da Capital de Cuyabá para Villa Bella (Matto Grosso), tinha todo o fundamento.

Prescindamos da razão de congruência e equilibrio, de muita importancia quando se trata de divisas internacionaes, mas nestas, o que deverá predominar, erão as razões de conveniencia publica, fundada na facilidade da administração e defezo do territorio. E somente estas devião actuar no animo dos Capitães Generaes, e não as da pueril vaidade de dirigir immensos e incultos páramos.

Mas a posse de Goyaz nesses sertões, era precaria, como foi a principio a de Matto Grosso: nada tinha de effectiva e real. Consistia nas entradas dos Bandeirantes pelos sertões á Oeste do Araguaya, em que nunca se poderão manter, e como tambem não o conseguirão na margem direita do mesmo rio por largos tempos.

Era uma posse illusoria. Mas com a volta para Cuyabá da capital da Provincia, os papeis forão trocados, porque Matto Grosso, interessando na estrada que communicava com Goyaz, mantem e manteve no territorio da margem esquerda posse real e effectiva, que nunca Goyaz conseguiu.

O documento que mais pesou no animo deste Capitão General foi a carta do Capitão mór da Conquista dos Ancicus ou Guanicuns João de Godoy Pinto da Silveira, de 7 de Setembro de 1761; documento que bem prova, que a prioridade da descoberta do territorio ao Oeste do Araguaya, competia á Matto Grosso, por isso que a acção dos Bandeirantes de Goyaz nesse territorio apenas se manifesta de 1736 em diante.

Tratando das bandeiras ou tropas de Amaro Leite, e de João da Veiga Bueno, que nessa epocha percorrerão taes sertões, diz Godoy o seguinte:

«Ambas as Bandeiras forão cevaras, e socorridas de alguns moradores destas minas, como tambem do Ilm.

«Exm. Sr. Governador que as municião de polvera e bala, afim de as animar a conquistar e descobrirem Sertões incultos: e tendo descoberto umas tenues faiscas nas margens dos rios Bonito, Vermelho e Grande além do rio Cayapó, e desceão a rumo do Norte, até situarem-se na barra do rio das Mortes, que desaguam na grande ilha do rio Araguaya, formado d'aquelles lodos (e nomeados), e passando uma, ou duas invernações de tempos na exploração das Campanhas além delle, continuando a derrota até o rio Fario, que desagua' mais abaixo da mesma ilha, que se estende de setenta a oitenta leguas, expedirão varias esquadras de Soldados na mesma diligencia até chegar ao rio *Parapuaça*, que denominando de S. Pedro pelo descobrimento nesse dia, e se presume que faz barra naquella acima do Salto, que faz antes do rio Tocantins em 5º e 6º grãos de linha ao Sul; pelos barbaros e ferozes vestigios que achárou do Gentio, não passarão adiante, antes voltarão sem investigar as Campanhas dos Araez, donde batem todas as esperanças de haveres preciosos; para cujo fim tinha dado a Ilm. e Exm. Sr. Governador aquelles soccorros, e guias que dizão ser de Gentios confinantes. Neste meio tempo, em o anno de 1739, se abriu o caminho de Cuyabá para estas minas, atravessando o rio Grande com a vinda de Angelo Proto com os seus Bororós, convocado pelo mesmo Ilm. e Exm. Governador para o ajuste da conquista do gentio Cayapó, que não á nenhum effeito, e de antes apenas tinham as referidas Bandeiras superado suas cabeceiras de onde rodarão como fica dito.

Continuando, propõe uma limitação occidental para Goyaz ainda mais extensa, que a do Conde dos Arcos, por quanto alcançava por um lado a foz do rio Tacayunas, que elle denomina Parapuaça, no Tocantins abaixo da confluintia do Araguaya, e por outra a foz do rio Pardo no Parana, ou Anhemby.

Aqui reproduzimos as suas palavras, por quanto he neste documento, que tambem se baseão os que pretendem levar ao Grão-Pará, na altura de 5º as balizas do territorio Goyano.

«Buscando desta Capital os confins a rumo de Leste a divisão da Capitania de Minas-Geraes, que se demarca no ribeirão dos Arrependedos, e rio de S. Marcos, acho apenas 66 leguas pelas voltas dos caminhos, com 75 que não para a parte do Cuyabá até as cabeceiras do rio das Mortes, são 140 leguas de longitude que podem tocar a esta Capitania, que ha tantos annos tem beneficiado as conquistas daquella parte.

Pela vantagem das longitudes de uma e outra Capitania pelos seus confins, e pela prevenção das distancias do Sertão que media desta Villa Boa da Senhora S. Anna, até aquella do Senhor Bom Jesus de Cuyabá, tenho para mim que será muito conveniente a ambas as Capitaniaes, e suas republicas fazerem-se baliza no polo da demarcação, na Lagoa donde verte o rio das Mortes, e se costea no caminho donde continuará a divisão a rumo de Norte sobre as mais vertentes delle e do rio Araguaya, que corre ao mesmo rumo comprehendendo o rio Fario e a mata do gentio Tapuirapé, a campanha do gentio Quapimayá até o rio Parahipava, ou confins da Capitania do Parã em latitude ao contrario, e rumo do Sul continuará pela lomba ou chapadão de Campos Limpos, e terçios que dividem as aguas vertentes do rio Araguaya, contra as dos rios Porruados, Chiené, Taquary, Jauru e Camapum, donde se acha uma fazenda situada para providencia do Vedor das canoas da navegação do commercio da cidade de S. Paulo para o Cuyabá, subindo do *Anhemby* pelo rio Pardo acima. Neste rio e sitio referido, faz termo o polo do gentio Cayapó da conquista desta Capitania para donde devem pertencer todas as vertentes do rio Grande, que mana da: rios das Geraes, e se passa no caminho que vem de S. Paulo, para estas minas pelo mesmo estreito: como tambem todas as vertentes do rio Grande, Araguaya como fica dito.

Do mesmo sitio Camapum para a parte occidental até o rio Guacheni e correntes, que nos demarcão com as Indias de Hespanha, comprehendendo toda a Vacaeria e gentio Paigana, ou vertentes dos rios que se seculam da parte daquella do rio Paraguay, ficarão pertencendo á Capitania de Matto-Grosso, que de latitude abrangendo vastissimo sertão inculto até o rio Parahipava, Madeira até o Amazonas, cujo vito de longitude he o alvo donde ferem todas as tradições dos antigos Paulistas que decantavão riquissimas formações nas campanhas occupadas do gentio Araez, e celebres objectos dos *Martirios*, que tambem concillio expectação pelas noticias que dava o Capitão-mór Bartholomeo Bueno da Silva Anhanguera, muito da minha creença, e affiançada pela inesquecida informação que me deu o gentio Curriti que foi captivo dos barbaros, como já deu conta o Ilm. e Exm. Sr. Conde de S. Miguel a Sua Magestade, a ver se mandava averiguar com alguma custo de sua Real Fazenda de que até agora não houve resolução, talvez pelo desabono de serem as noticias verificadas por mim.

«He sem duvida, que a Capitania de Matto-Grosso ficará mais dilatada que esta de Goyaz que comprehendendo em si 39 Arrayaes fora a Villa, entre os quaes 15 são opulentos, e se contão 9 republicas que precisão maior extensão para a subsistencia, e aquella tem somente as duas Villas, e uns trez Arrayaes pequenos.

As razões do Capitão-General de Goyaz em apoio de Godoy merecem tambem ser conhecidas, para se apreciar a solidez dos fundamentos da retractação do administrador de Matto-Grosso, e por isso aqui as consignamos:

«Sendo esta Capitania de Goyaz bastante extensa e pouco povoada, ainda tem maior extensão e muito menos povos essa Capitania do Matto-Grosso. He indubitavel que este Goyaz já teria alargado as povoações até o rio Grande, que dista só 50 leguas desta Villa para o Poente, pois já extrahimos ouro nas margens do rio Pilões e do rio Claro, que fazem barra nelle, e andava bastante gente occupada na laboração dos novos descobertos, para o que já se tinha estabelecido uma foz de terra para a captação; mas, como succedea apparecerem alguns diamantes no veio do rio Claro, ordenou Sua Magestade que passasse á estas minas o Exm. Conde de Bobadella, que, depois de explorar todo aquelle territorio, o deixou vedado com um destacamento de soldados, que ainda hoje se conservo em Pilões; por cuja causa se tornou a gente e não tiveram effeito as fundações dos Arrayaes.

Esta Capitania de Leste á Oeste sendo a divisão pelo Rio Grande (como a V. Ex. lho parece), não conta na sua longitude mais que 110 leguas, que tanto he do ribeirão dos Arrependedos, por onde se divide das Minas-Geraes, até o Rio-Grande.

«Esta Capitania começando a sua divisão pela margem oriental delle até as raías das Indias de Hespanha onde finalisa, conta perto de 300 leguas de longitude, e de Sul a Norte, que he por onde esta Capitania mais se estende, ainda essa conta maior latitude. Em tão dilatados territorios he impossivel que haja rio continuado ou cordilheira de montes que mede com igualdade para servir de demarcação. Se V. Ex. consultar os seus Sertanejos, achará que as mesmas cabeceiras do Rio-Grande até o Camapum se mettem largas campinas pelas quaes se havia fazer precisamente a divisão por linhas imaginárias. Para melhor obedecer a V. Ex., mandei ouvir sobre esta materia o Guarda-mór Balhazar de Godoy Bueno, que he filho do grande *Anhanguera*, descobridor que foi desta Capitania, e a seu sobrinho João de Godoy, Capitão-mór da conquista do gentio, que são os unicos Paulistas que mais tem frequentado estes sertões, capitaneando varias bandeiras, de Bonetto á V. Ex. os seus pareceres e o mappa que fizeram para dar melhor conhecimento dos territorios. V. Ex. terá a bondade de mandar examinar os ditos papeis pelos seus Sertanejos, para determinar o que lhe parecer mais razoavel.

Eis o que ha sobre a fronteira do Araguaya até 1771.



Depois dessa época nunca mais se tratou de divisas entre Goyaz e Matto-Grosso, ao menos por parte do Governo Colonial, mantendo por um Alvará ou Provisão do Conselho Ultramarino o ajuste feito pelas duas Capitâneas. E o próprio Luiz Pinto exercendo depois, em 1799, o lugar de Secretário de Estado, nem dessa matéria occupou-se, tendo aliás interesse, visto que a elle se deve o primeiro e mais importante mappa do Brazil que em 1807 publicou W. Faden em Londres, sob a denominação de *Columbia Prima*, que foi a base de todos os que se lhe seguirão.

A tudo isto accresce, que tanto o limite do Araguaia foi sempre considerado, a divisa das duas Capitâneas, que na *Descrição geographica da Capitania de Matto-Grosso*, do anno de 1797, que se suppõe obra de Ricardo Franco de Almeida Serra, mui positivamente se diz — *que a extrema mais oriental da Capitania de Matto-Grosso com a de Goyaz, era o rio Grande ou Araguaia*.

Em 1812, quando o Padre Luiz Antonio da Silva e Sousa, celebrado como o primeiro Chronista de Goyaz, escreveu as suas *Memorias*, declarou na nota n.º de seguinte:

« Os limites da Capitania tiveram depois alterações e no presente são: ao Oeste da parte de Cuyabá, o Rio Grande (*Araguaya*); ao Norte, S. João das duas Barras; ao Sul o Rio Grande (*Paraná*); da estrada de S. Paulo; pela parte do Desemboque a Palástina, serras do Castanho e da Parida; pelo Leste Arrepentidos; não tendo limites demarcados da parte do rio das Mortes, em que modelo um vasto sertão até o rio Negro, nem da parte de Lessuete que tem da mesma sorte um grande terreno desprovido (o espaço entre a foz do Paranahyba e o rio Pardo). »

Em 1818, segundo a *Memoria sobre a viagem do porto de Santos a cidade de Cuyabá*, escripta pelo Sargento-mór Engenheiro Luiz de Arlincourt, publicada em 1830, a linha do Araguaia he reconhecida como a divisoria entre as duas Províncias.

Ora, este Engenheiro que, não pouco occupou-se com a Provincia de Matto-Grosso, he uma autoridade que não se pôde menosprezar.

Eis suas expressões:

« O rio Araguaia divide a Provincia de Goyaz da de Matto-Grosso, do Sul ao Norte, etc. »

« O seu porto da parte de Cuyabá, he mais de-afoagado, que o da parte de Goyaz: os olhos estendem-se por este rio em longo espaço, tanto para cima como para baixo do porto; as margens são pouco altas: e o arvoredo he curto: abunda em peixes, e as aguas são boas. »

« Da parte de Cuyabá, he muito bom local para assento de uma povoação, que seria assás interessante para esta Provincia; e os seus habitantes poderiam em poucos annos ficar abastados, uma vez que se dedicassem á agricultura: o rio he o que dá melhor, mais curta e limpa navegação do quantos communicão esta Provincia com a cidade do Pará; he navegavel para embarcações de maior porte do que as canoas de guerra, com grandes voltas, e com 140 para 150 de curso, desde o sitio, em que toca a estrada de Cuyabá. »

Nos annos de 1823 a 1826 o Brigadeiro R. J. da Cunha Mattos no seu *Resumo geographico da Provincia de Goyaz*, tambem dá o rio Araguaia como fronteira occidental com Matto-Grosso, conforme mais adiante se verá.

Apenas, em todo este espaço que decorre de 1771 a 1848, nota-se o *Mappa da Capitania de Goyaz*, que em 1816 remetteu para Portugal o Capitão-General Fernando Delgado Freire de Castilho, estabelecendo os limites desta Provincia, segundo o projecto do Conde dos Arcos, e dando somente o Araguaia como limite com Matto-Grosso, da foz do rio das Mortes para baixo; e em 1837, o Presidente Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, em officio ao Ministerio do Imperio de 16 de Julho do mesmo anno, declarando quaes erão os limites á que esta Provincia se achava com direito, exprime-se nos seguintes termos:

« Pelo Nascente divide-se de Minas-Geraes pela serra de Santa Maria, Terras Vermelhas, Lourenço Castanho, Arrepentidos, Andrequicé, e pelo Espigão, que divide as aguas até o ribeirão do Jacaré, e por este abaixo até o Paranahyba; pelo Sul, o mesmo Paranahyba até sua barra no Corumbá, e por este abaixo até onde já com o nome de Paraná, recebe pelo lado direito o rio Pardo, em que sobem as canoas para o Cuyabá, rio Pardo acima até a barra do Rio Vermelho, este acima até sua ultima origem, continuando a divisão ao Poente por uma lombaa, ou chapadão de Campos-Limpes até a cabeceira do rio das Mortes, em uma lagoa, e pelo rio das Mortes até sua barra no rio Grande ou Araguaia, seguindo ao Norte o Araguaia até sua confluencia no Tocantins, e este acima até a cachoeira de Santo Antonio, tomando a divisão de limites pela cordilheira que está na margem oriental do Tocantins até o Duro, a Taguatinga, S. Domingos, e Santa Maria; que he até onde comeei a descrição de limites ao Nascente. »

E tanto Goyaz reconhecia este direito, e posse de Matto-Grosso que elevando á categoria de Parochia a Capella de N. S. das Dóres do rio Verde por Lei n. 6—de 5 de Agosto de 1848, determina-lhe no art. 3 os seguintes limites:

« Servirá de limites á nova Freguezia, o Rio Verde além do Turvo desde as suas primeiras vertentes, até á sua foz no rio dos Bois, e por este abaixo até confluír no Paranahyba, e por este abaixo até á sua confluencia no rio Pardo; e por este acima até as suas primeiras vertentes no Espigão mestre, e dahi por uma linha recta até ás primeiras vertentes do rio Grande, cabeceira do Araguaia, que surge de divisa com a Provincia de Matto-Grosso. »

Ora este documento dissipa todas as duvidas que poderia suggerir o ajuste de 1771, não ratificado pelo governo da Metropole; pois além da posse nunca interrompida de Matto-Grosso á divisa deste rio, prioridade da descoberta, povoação, etc., ha a confissão formal de Goyaz em 1848. Confissão que ainda mais se robusteece em vista de outra Lei da mesma Assembléa Provincial n. 11—de 9 de Julho de 1849, isentando do pagamento do imposto do dizimo, os povoadores que se estabelecessem no lado direito do

Araguaya, da barra do rio Vermelho para cima. A exclusão dos da *margem esquerda* só he explicavel por pertencerem á Provincia confrontante.

Mas o que he admiravel, he a reclamação desta fronteira depois de taes leis pela Provincia de Goyaz em 1853, em 1855, em 1856, e em 1863, querendo-se fazer valer o ajuste de 1771, prejudicado por um *uti possidetis* excedente á um seculo, pois essa posse tem tanta idade como a propria Capitania de Matto-Grosso, e não se pôde chamar ob e subrepticia.

Entretanto por um singular anachronismo pretendem-se em 1861 fazer-se approvar o ajuste de 1771, apresentando-se um projecto com tal proposito na Camara dos Deputados, por que o Presidente de Goyaz achava essa medida indispensavel, para abertura de uma estrada até ás margens do rio Taquary!

Estrada que aliás se fez por parte de Matto-Grosso, na administração do fallecido Senador Herculanio Ferreira Penna, como consta do *Relatorio* da Presidencia de Goyaz do anno de 1864.

A reproducção na presente epocha das fronteiras creadas pelo Conde dos Arcos, he um contrasenso não só geographico, como administrativo.

A Provincia de Goyaz não precisa de accumular territorios, mas de uma divisão em duas Províncias: uma no Norte sob a denominação de *Tocantins*, e outra ao Sul com a que presentemente tem, e ambas com fronteiras bem definidas.

Vejamos qual o direito que assiste á Goyaz pelo lado do rio Paraná, cujo nome peculiar no espaço entre a confluencia do Paranahyba até a cachoeira das Setequeadas ou Guayrá, era *Ytamby* ou *Atemby*.

Pela Provisão do Conselho Ultramarino de 9 de Maio de 1758 tinha esta Provincia por limites ao Sul o rio Grande geral (*Paraná*), mas quanto a esta divisa mandou o Governo da Metropole sobrestar pela Provisão que já conhecemos de 2 de Agosto do mesmo anno, até que o mesmo Governo fosse convenientemente informado.

Das informações tanto da Capitania de Goyaz, como da de Matto-Grosso, nenhum resultado appareceu. Não ha duvida que Goyaz á força de insistir obteve o celebre ajuste de 1771, em consequencia da mudança da capital da Capitania de Matto-Grosso, de Cuyabá para Villa Bella. Mas, como já vimos, quanto á fronteira do Araguaia, o Governo da Metropole não homologou-o. As cousas continuarão, como em 1748, até nossos dias.

Tendo ambas as Capitâneas o rio Paraná como limite com S. Paulo, não havia ponto determinado para a divisa entre ambas.

O Conde dos Arcos tendo chegado á sua Capitania primeiro que o de Azambuja á Cuyabá, tomou neste negocio a dianteira, sem previamente entender-se com o seu collega. E no intento de tallar para si uma vasta satrapia, propoz como limite na linha do Paraná, o rio Pardo: rio aliás descoberto pelos Paulistas que se estabelecerão em Matto-Grosso, e por onde fazião a sua communicação de Cuyabá com S. Paulo; e por conseguinte territorio em que Goyaz nenhuma parte tinha, nem quanto á descoberta, e nem quanto á povoação.

Assim como não teve no territorio entre o rio Cayapó do Norte até aquella fronteira, por que, como he sabido, os companheiros do segundo *Anhanguera* para se fixarem na Capitania de Goyaz, demandarão o auxilio do celebrado Paulista Antonio Pires de Campos, descobridor das minas de Cuyabá; que atravessando aquelles asperos sertões, com 500 indigenas da tribu dos Bororós, veio guerrear e reprimir a dos temíveis Cayapós, que ali demoravão, e assolavão com repetidas incursões as fronteiras dos rios Claro e dos Pilões.

A esta pretensão do Conde dos Arcos, tão impertinente como a da linha do Araguaia, parece que tambem oppoz-se o Conde de Azambuja, por quanto, para satisfazer ao preceito da Provisão de 2 de Agosto, bastava que a linha divisoria respectiva alcançasse a margem do rio *Guacury* ou *Guacuruby*, que se lança no Paraná pouco acima da cachoeira de Urubupungá, unica fronteira que por aquelle lado podia Goyaz sem atropello e fulgadamente defender e fiscalisar.

A accessão do Capitão General Luiz Pinto em 1771 ao projecto do Conde dos Arcos, accessão nunca ratificada pela Corôa, nem aceita pelos successores daquelle administrador, não melhorou a posição desse territorio no espaço de mais de um seculo; e Goyaz nunca tratou de firmar o seu direito por um *uti possidetis* baseado na povoação do territorio.

Estando o territorio indiviso, e abandonado por parte de Goyaz, foi aproveitado por parte dos Cuyabanos, que no seu interesse precisavão de melhor via de communicação do que a do rio Pardo. E por essa causa abrião do Pequiry a estrada que vai ter a margem do rio Paranahyba, como já havião aberto a que liga Cuyabá com a Provincia de Goyaz pelo lado do Araguaia.

Nas visinhanças dessa margem, pouco acima da confluencia do mesmo rio com o Grande geral, ou Paraná, fundarão a povoação de S. Anna, elevada a parochia em 1838, que he hoje Villa com a denominação de *S. Anna do Paranahyba*; estabelecimento que tem prosperado somente com os au-

xilios da população de Matto-Grosso. Portanto ahi, com mais fundamento que o Conde dos Arcos, fixarão os Cuyabanos a divisa das duas Capitâneas pelo Sul.

As queixas e reclamações por parte de Goyaz, não tem razão de ser, tratando-se como se trata de um territorio nunca limitado.

Não ha duvida que, segundo a letra da Provisão de 9 de Maio de 1748, o estabelecimento de S. Anna do Paranahyba he offensivo das pretensões de Goyaz; mas essa offensa desaparece attentando-se para a da Provisão de 2 de Agosto: e foi tendo em consideração aquella primeira Provisão, que o Prelado de Cuyabá escripturou em aceitar a nova Parochia de S. Anna em seu apurço, como consta do seu officio de 26 de Setembro de 1842, que mais abaixo transcrevemos, officio que por certo não houvera traçado, se conhecesse a segunda.

Eis a integra do referido officio:

« Illm. e Exm. Sr.—*gratia et fortitudo ad saluandas gentes*.—Como cada vez mais me convence de que a freguezia de Sant'Anna do Paranahyba, que foi creada por uma resolução da Assembléa legislativa desta Provincia de 22 de Março de 1838, evidentemente não está pertencendo a este Bispoado e Provincia, pois que está fóra dos seus limites, e achando eu a maior opposição possível ao Presidente para a fazer restituir a seus legítimos administradores, todavia, querendo salvar a minha consciencia, e promover mesmo a segurança e validade no meio da salvação dos fiéis, que pertencem a tal freguezia, peço a V. Ex. que por caridade sancione todos os males, que se tem feito, e que se possam ainda fazer, ou permitindo que a referida freguezia continue a ser sujeita a este Bispoado, ou então reclamando de sorte por ella que Sua Magestade, e a Assembléa Geral a fação pertencer effectivamente ao Bispoado de V. Ex., facto que eu não pratico por mim só *pro bono pacis*, pois, se o fizer, verme-hei decerto em guerra viva com esta Provincia. »

« Em todo caso, peço a V. Ex. que me permita o continuar como até o presente tenho estado, pois não quero mais responsabilidades sobre as qua já tenho. »

« Da tal freguezia até hoje nenhuma noticia tenho tido, desde que aqui cheguei. »

« Deos guarde a V. Ex. em sua graça e muita prosperidade. Illm. e Exm. Sr. Bispo de Goyaz.—De V. Ex. irmão etc. José, Bispo de Cuyabá. »

« Cuyabá, 26 de Setembro de 1842. »

Não ha tambem aqui ob ob subreptção da parte de Matto Grosso, e tanto não havia que o Governo Imperial por largos annos nunca obtemperou as reclamações que fez Goyaz dessa epocha (1838) em diante.

Notando-se que por decreto n. 807 A—de 9 de Junho de 1855 do Corpo Legislativo, determinou-se no art. 1 § 3 segunda parte, que os eleitores dessa Parochia fossem votar no collegio de Cuyabá: e por outro n. 1294—de 22 de Junho de 1866, foi essa Villa elevada a Collegio eleitoral da Provincia de Matto Grosso: prescindindo do decreto n. 1767—de 16 de Junho de 1856, em execução da Lei n. 842—de 19 de Setembro de 1855 creando Districtos eleitoraes, e as apresentações de Parochos para essa Parochia, por parte do Governo, collados pelo Bispo de Cuyabá. Que maior garantia para a manutenção de um direito?

Entretanto a Provincia de Goyaz que toleou por espaço de mais de dez ou doze annos o estabelecimento de S. Anna do Paranahyba, provocou em 1848 um conflicto com a de Matto Grosso creando por Lei de 5 de Novembro desse anno a Parochia do rio Verde, com territorio tal que a de S. Anna do Paranahyba ficava nelle encerrada.

O Presidente e a Assembléa Provincial de Matto Grosso no anno de 1851 reclamaram do Corpo Legislativo uma decisão pondo termo ao conflicto, e propunhão como divisa das Duas Províncias por aquelle lado o rio Cayapó do Sul (*Apuré?*) que faz barra no Paranahyba, e o Cayapó do Norte, que desagua no Rio Grande ou Araguaia, e por este em todo o seu curso; mais depois de um parecer da Commissão de Estatística da Camara dos Deputados de 4 de Agosto de 1852, solicitando informações, não teve este projecto andamento, maxime depois que esta Provincia por intermedio do seu administrador, impugnou-o.

No nosso mappa tomamos como limite occidental o *thalweg* do rio Araguaia, contemplando no territorio de Goyaz a grande ilha *Carunharé*, vulgarmente conhecida por ilha do *Bananal* ou de *S. Anna*, por ficar ao oriente do braço grande ou principal do rio.

Por limite meridional o *thalweg* do rio *Apuré* ou do Peixe, por alguns mal denominado *Cayapó do Sul*, que desemboca no rio Paranahyba pouco abaixo da cachoeira de S. André, até as suas nascentes na serra de S. Martha ou das Divisões, seguindo pelo respectivo cubatio até as nascentes do rio *Grande ou Araguaia*, em vista das razões que ficão expostas.

Quanto á linha divisoria do rio Araguaia todos os geographos modernos são accordes: ella vem traçada no grande mappa do Brazil de Niemeyer tanto da edição de 1846, como da de 1851. Pelo que respeita á outra linha ha divergencia, mas julgamos que o nosso alvitre vingará, por isso que essa linha sobre ser fundada em *uti possidetis* de longa data, conta em seu favor a legislação do paiz.

No limite oriental desta Provincia temos a notar trez linhas: a do Paranahyba; a da serra geral desde as nascentes do riacho Jacaré, até o vão grande do Paranahyba cortado pelo rio Carunhanha, onde termina a fronteira de Minas Geraes, e começa a da Bahia até a serra do Duro, onde finalisa tocando na do Piahy; e a do *thalweg* do rio Tocantins.

A divisa pelo *thalweg* do rio Paranahyba, ou melhor Corumbá, não está consignada em lei alguma. O Alvará de 4 de Abril de 1816, que annexou a Minas-Geraes os Julgados do Araxá e do Desembo que, não assigna este limite. Aceitamo-lo porque diversos geogra-

phos o tem admittido, e a Provincia prejudicada nunca reclamou. Mas aceitamos esta linha até a confluencia do ribeirão Jacaré, e por este acima até internar-se na serra de Andrequicé, onde nasce.

E consignamos em nosso mappa o limite deste ribeirão apoiados na opinião de Cunha Mattos no seu *Itinerario*, e na do Presidente Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, e tambem no *uti possidetis* de Goyaz desde tempos remotos, sem reclamação de Minas, e até pela circumstancia de se achar ahi no recanto formado pelo ribeirão, e o rio Verde o districto de Calças, resto do territorio de Pernambuco, que não foi annexado á Minas Geraes, e que ha poucos annos foi reunido a Diocese de Goyaz pelo Decreto Consistorial—*Provido sanè concilio*, do 1º de Março de 1860.

A divisa pelo cubatio da Serra Geral, ou antes pelo respectivo chapadão, não teve lei que autorisasse-a, mas he toda favoravel á Goyaz; não só pelo longo *uti possidetis* mantido pelos registros estabelecidos nessa fronteira, por ex: o dos *Arrepentidos*, assim como pela opinião de escriptores como Silva e Souza e Cunha Mattos. Basta o registro dos Arrepentidos para aluir o castello da fronteira de S. Marcos, que nenhum mappa antigo dos que consultamos consignava.

A divisa com a Bahia, outr'ora com Pernambuco, conhecida pelo nome de Serras do Paranahyba, S. Domingos, Taguatinga ou Taguatinga e Duro, tambem não tem lei que a authorise; pelo menos nenhum escriptor dá della noticia. Ha para esta divisa o tacito consentimento dos contreraneos, por longo tempo sustentado; ainda que em 1796 o descobrimento de algumas oitavas de ouro no ribeirão das Eguas, provocou conflictos, que a pobreza da mina dissipou em breve.

A esta linha liga-se a fronteira do Piahy, mui limitada, por isso que comprehende tão somente a serra do Duro no angulo formado pela serra da Taguatinga e a das Mangabeiras. Está nas condições da precedente fronteira.

Falta tratar dos limites com o *Estado do Maranhão*, que a Provisão de 2 de Agosto de 1748 deixou, como os de Matto Grosso, para se determinar, quando se obtivessem informações.

Com esse territorio, na epocha em que Goyaz foi elevada a Capitania Geral, havia apenas um lado, cuja fronteira ficou determinada. Trata-se da fronteira do rio Manoel Alves da Natividade.

Mas pelos outros lados, nada se havia feito, e nem se fez posteriormente: pois no projecto do Conde dos Arcos em 1750, deixaram essas linhas de ser contempladas.

Dividindo-se o *Estado do Maranhão* em duas Capitâneas geraes, a do Maranhão, e a do Grão Pará, veio Goyaz a ficar limitrophe de ambas.

Com a Provincia do Maranhão ficarão esses limites liquidados com a Lei n. 779—de 23 de Agosto de 1854.

Mas com a do Grão-Pará nunca foram. Todavia elles parecem, e a nosso ver são, os mais claros possiveis pelo *thalweg* do rio Araguaia, desde os montes Gradaús em 8º 30' onde termina o territorio de Matto Grosso, até a confluencia deste rio com o Tocantins.

Não obstante ha quem sustente differente opinião.

Cunha Mattos, no seu *Itinerario*, tratando dos limites desta Provincia, exprime-se por esta forma:

« A Provincia de Goyaz está situada no centro do Imperio do Brazil: os seus limites no Norte não se achão bem definidos com a Provincia do Pará, por se ignorar se o rio *Pucuruby* ou o *Tacanhunas* formão a linha divisoria. »

Com o Maranhão limita-se ao Norte pelo rio de Manoel Alves Grande, e Tocantins.

Com o Piahy, Pernambuco, e Minas Geraes, servem de limites a serra Geral, que começa no Maranhão, e acaba no Rio Grande da Comarca do rio das Mortes: esta serra tem diversos nomes, posto que seja uma só.

No Maranhão, e Piahy chamão-lhe Guacaruaguas, Figueras, Mangabeiras, e Duro. A que limita a Provincia da de Pernambuco chama-se Tabatinga.

« Da de Minas Geraes está separada pela serra de S. Domingos, Santa Maria, Lourenço Castanho, Arrepentidos, e Andrequicé; e logo depois pelo ribeirão do Jacaré, e rio Paranahyba até ao Rio Grande; que tambem a divide de S. Paulo. »

« Do Matto Grosso está separada pelo Rio Pardo desde a sua embocadura no Rio Grande até ao rio Vermelho perto de Campana; e pelo mesmo rio Vermelho até as cabeceiras, donde pelo Espigão Mestre procura a cabeceira do Rio Grande ou o Araguaia, e decto vailitando pelo lado de Oeste até a Provincia do Pará. »

Baena tanto no *Compendios das Eras do Pará*, como no *Ensaio Corographico* sustenta o contrario, e bem assim em uma carta que em 1817 dirigio ao Conselheiro Herculanio Ferreira Penna; onde mostrando quaes foram os primeiros exploradores do rio Araguaia por parte do Grão Pará desde Diogo Pinto da Gaia em 1720, João Pacheco do Couto em 1731, governando o Maranhão Alexandre de Souza Freire, e a expedição organizada por varios negociantes do Pará em 1791, dirigida por Thomaz de Souza Villa Real, leva muito mais longe os limites do Pará; explicando por esta fórma a fundação da povoação e registro de S. João de Araguaia:

« Como as ordens da Corte recommendassem ao Governador o Registro do rio Tocantins e o incremento e policia das Povoações fundadas neste rio pelo Governador José de Napolis, elle manda em Junho (1797) estabelecer junto á grande cachoeira da Itaboca um novo Registro, reunindo a elle os moradores da Pedreira e Alcobaca: entendendo que deveria allear aquelles estabelecimentos quicá para distinguir-se por novidades intrinsecamente suas, ou para mostrar que o que estava feito não era bastante para acutelar os extraviados do ouro e a descreção para Goyaz, represar a fuga dos escravos de Cameli e as invasões e insultos dos Selvagens, e facilitar a navegação dando repouso e refresco ás pessoas, que se empregassem em tão dilatadas como afanosas viagens. »

« O Ajudante do Regimento da Cidade Joaquim José Maximo, incumbido da prátia desta ordem, achando do no designado lugar inconvinientes physicos arduos de essa cer, passou com o *prame* do Governador a collocar o Registro para baixo d'aquella cachoeira na margem adjacente ao Igarapé Arapary, e fronteira á ilha Tiemmanduba: cujo Registro se ficou chamando da Itaboca não obstante ficar apartado della. »

« Pouco tempo depois o Governador desgostoso desta situação transmittio o Registro para mais ribanceira de cinco braças de altura na margem direita do Tocantins entre o secco do Bacabal e a praia do Tício, onde tem á vista a foz do rio Araguaia: e deo-lhe o nome de *S. João de Araguaia*. »

No *Ensaio Corographico* tambem se exprime desta fórma:

« *S. João de Araguaia*.—Registro instituido em 1797, e situado entre a praia do Tício e o secco do Bacabal sobre uma ribanceira da margem direita do rio Tocantins á vista da foz do rio Araguaia, que lhe demora na parte opposta acima delle. »

« Este Registro apresenta umas cascas palhaças collocadas com independencia de toda a disposição regular, nas quaes assistem o Comandante, os Soldados, o Cirurgião e o Capellão. Elle foi estabelecido não só para guardar os extraviados do ouro, as fugas dos escravos de Camuti para Goyaz, e as aggressões dos Timbiraes, Carajás, e Apinagés, habitadores das margens d'aquelle rio, mas tambem para refocillamento das pessoas, que comprehendem tão trivial hosa viagem através d'aquella vasta extensão selvagem, e bruta. »

Na carta ao Presidente Penna ainda he mais explicito, como se vai ver:

« Chamar (*refere-se a Mr. de Castelnau a quem refuta*) ao registro de S. João de Araguaia da Provincia do Pará, forte de S. João das duas Barras, nesse este privativo da Comarca do Norte de Goyaz, creada em 18 de Março de 1869 para correção dos crimes perpetrados em tanta distancia da Capital da Provincia, e para adiantamento da Lavoura, commercio, e communicação com o Pará. no dito Registro não ha mais defensão do que a da situação de uma ribanceira superior em altura a cinco braças cravolras cavalgadas de duas peças de artilharia de calibre de batalha, e jacente na margem oriental do Tocantins entre o secco do Bacabal e a praia do Tício, de cuja margem se vê a boca do Araguaia, e desta para cima continuando pelo Tocantins, todo o espaço até ao districto de Porto Real he da Provincia do Pará e seu Bispoado, e dalli comeca a alçada de Goyaz. »

Mas outra he a versão de Goyaz, bem que prestemos á de Baena todo o credito, por isso que a sua narrativa se basa em considerações mais solidas.

A versão de Goyaz exporemos desta forma.

O Capitão-General de Goyaz D. João Manoel de Menezes, veio de Lisboa em direcção ao Pará, afim de seguir para o seu destino, subindo o rio Araguaia; cuja navegação se havia reconhecido facil em 1791, pela que executou o Capitão Thomaz de Souza Villa Real, que chegando á Goyaz á 24 de Abril do mesmo anno, dalli voltára em 22 de Dezembro de 1792, embarcando para esse fim, segundo Baena, no rio Vermelho, e conforme Silva e Souza no rio do Peixe no porto do arrayal de S. Rita, chegando com felicidade a Belem em 25 de Fevereiro de 1793.

He de presumir, que estando no Ministerio do Reino Luiz Pinto de Souza Continho, a elle se deva o Projecto do novo Governador de Goyaz, de preferir a entrada para a sua Capitania pelo Pará, e não pelo Rio de Janeiro como outr'ora se fazia; notando-se que a navegação tanto do Tocantins como do Araguaia, já estaria de ha muito cultivada, se não fosse, alem de outras causas, o insensato systema da fiscalisação das minas de ouro, estabelecendo determinados caminhos para se ir á ellas, de que dão testemunho as Provisões do Conselho Ultramarino de 30 de Maio de 1737, e de 24 do mesmo mez de 1740, supra citadas.

Este Capitão-General partio de Belém no fim do anno de 1798 ou principios de 1799; e para assegurar a continuacão da navegação do Araguaia, e tambem do Tocantins, resolveu estabelecer pontos fortificados no territorio dependente de sua jurisdicção. Neste proposito mandou fundar um forte na margem esquerda do rio Tacanhunas junto a sua foz, rio que desagua no Tocantins, dando assim á entender que o limite do seu governo com o da Capitania do Grão-Pará se estendia mais para o Norte, suppondo alguns que alcançava a margem direita do rio ou ribeirão Pucuruby.

Outros entendem que de accordo com o Capitão-General do Pará, creára esse posto para assegurar tão somente a navegação contra os insultos dos selvagens, e assim parecer sido; por quanto o mesmo estabelecimento tendo sido transferido em 1804 para S. João do Araguaia, onde existe actualmente, continuou a ser governado pelo Pará.

Na administração do successor deste Capitão-General, D. Francisco de Assis Mascarenhas, que depois obteve o titulo de Marquez de S. João da Palma, no intuito de promover-se a navegação dos rios Tocantins e Araguaia, creou-se uma Comarca intitulada—de *S. João das Duas Barras*, em honra do nome do Principe Regente, cuja cabeça devêra estabelecer-se no posto creáo pelo seu antecessor, ou no em que os dous rios Tocantins e Araguaia se encontrão; a cujo districto ficaria pertencendo os povoados do Norte de Goyaz, assim como á da Capital da Capitania os povoados do Sul.

O Ouvidor da nova Comarca devia residir internamente no Arrayal da Natividade, ou como diz o Alvará de 18 de Março de 1809, em algum outro que mais conviesse ao bem do Real serviço, em quanto se não podesse estabelecer a sua principal residencia em *S. João das Duas Barras*, onde devia ser a cabeça da nova Comarca, como muito convinha ao adiantamento da navegação dos dous grandes rios Araguaia e Maranhão (*Tocantins*).



Ficava pertencendo á *Capitania de Goyaz* esta povoação, não obstante continuar a ser provido, o destacamento militar que nella existia, pela Capitania do Pará, até que pelo augmento da população, commercio, e da riqueza, que proviesse da navegação dos ditos dous rios e seus afluentes, podesse ser provido pela Capitania de Goyaz.

Em 1814, por Alvará de 24 de Fevereiro, em vista da informação do Capitão-General de Goyaz, transferio-se a cabeça da Comarca para o sitio da barra da Palma, elevado á Villa com o nome de S. João da Palma. E para que não cessasse o interesse pela Villa de S. João das duas Barras, determinou-se no mesmo Alvará o seguinte :

« E para que esta mudança da cabeça da Comarca não seja impedimento a estabelecer-se e augmentar-se a Villa de S. João das Duas Barras, a qual deve ficar agora pertencendo á sobredita Comarca como Villa comarca, observando-se em tudo o mais o determinado no dito Alvará de 18 de Março de 1809, sou servido que a mesma graça de isenção de dízimos e do decima, pelo mesmo tempo de 10 annos, fique concedida (como he por bem conceder) aos habitantes e povoadores da dita Villa de S. João das Duas Barras e seu respectivo Termo : comprehendendo tanto as casas e fazendas que novamente estabelecerem, como aquellas que desde a data do sobredito Alvará tiverem já estabelecido. »

Cunha Mattos assevera em seu *Itinerario*, que o primeiro Ouvidor desta nova Comarca o Dez. Joaquim Theotônio Segurado, fora ao lugar do antigo posto de Tacanhunas levantar pelourinho, com todas as formalidades da instalação de uma Villa. Mas se o fez, foi em algum deserto, com a tripulação das canoas de viagem, por que em 1804 já esse posto de Tacanhunas, se existio, se tinha mudado para S. João de Araguaia, onde ainda se acha, e em 1809, não estava povoado, como confessa o mesmo Cunha Mattos.

Convem notar que Baêna dá o forte de S. João de Araguaia fundado na margem direita do rio Tocantins assim como Accioli na *Corographia Paraense*, o que he inexacto; salvo se foi em outra epocha, por quanto actualmente acha-se estabelecido na margem esquerda do mesmo rio, no angulo formado pela foz do Araguaia, como bem demonstra Castelnau em sua Viagem.

Eis os fundamentos desta Provincia á esse limite com a do Grão-Pará, na margem esquerda do Tocantins.

O Alvará de 18 de Março de 1809 lhe dava direito á povoação de Tacanhunas, denominada *Villa de S. João das Duas Barras*, povoação encravada em territorio alheio á Goyaz, como se deduz das palavras do Alvará — ficando pertencendo á *Capitania de Goyaz* esta povoação, obrigando-se o Pará a supprir o destacamento, como até então tinha feito.

Excluida esta povoação, o territorio pertencia á Provincia do Pará, e tambem hee a povoação e forte, por que desapareceu a necessidade daquelle estabelecimento sob a direcção de Goyaz. Ha um longo *ut possidetis* por parte da Provincia confinante, alem de que a razão administrativa e geographica excluem semelhante dominio.

Por estas razões no nosso mappa contemplamos no territorio do Grão-Pará o forte de S. João de Araguaia, como com justo motivo tem feito outros geographos.

Eis portanto como foi organizado o territorio da Provincia de Goyaz.

Nestas circumstancias a posição astronomica desta Provincia he a seguinte :

Latitude austral comprehendendo os parallelos de 5° 10' e 19° 20'.

A Longitude toda occidental encerra o territorio entre 3° 54' e 9° 58'.

A maior extensão desta Provincia de Norte a Sul he de 288 leguas, da margem esquerda do rio Tocantins, nas Pedras de Amolar, á direita do rio Paranhayba ou Corumbá na cachoeira de S. André, e de Leste á Oeste 125 leguas da margem direita do ribeirão Jacaré, a mesma margem no rio Grande ou Araguaia; tendo mais de 600 leguas do littoral fluvial.

Confina ao Norte com as Provincias do Grão-Pará e do Maranhão pelo *thalweg* dos rios Tocantins e Manoel Alves grande, e a serra das Mangabeiras; ao Sul com as de Mato Grosso, e de Minas Geraes pela serra de S. Martha ou das Divisões, o *thalweg* do rio Paranhayba ou Corumbá; a Leste com as Provincias de Minas Geraes, Bahia, Piahy, e Maranhão, pelo mesmo *thalweg* do rio Paranhayba, ribeirão Jacaré, e serras de Andrequibé, Tiririca, Araras, Paran, Taquatinga, Duro, e Mangabeiras, e *thalweg* do rio Tocantins; e á Oeste com as Provincias do Grão-Pará e Mato Grosso, pelo *thalweg* dos rios Araguaia e Apuré ou do Peixe, que tambem por outros he denominado *Cayapó do Sul*, posto que em alguns mappas o rio deste nome fique abaixo da foz do Paranhayba.

O territorio desta Provincia contem a mais bella mesopotamia da terra, formada pelos dous caudalosos mananciaes Tocantins e Araguaia.

No nosso mappa, em quadro separado, contemplamos o territorio entre a serra de S. Martha, e os rios Pardo, Apuré, e Parana, que esta Provincia reclama.

*Divisão Judiciaria.*—Como se terà visto não he pegueno o territorio desta Provincia, que aliás tem espaço sufficiente para duas, uma ao Norte e outra ao Sul.

Apesar da sua enorme distancia depende do Judicial da Relação do Rio de Janeiro, o que para as Comarcas do Norte, augmenta muito o incommodo, e de alguma sorte inutilisa os recursos.

O numero de suas Comarcas eleva-se a dez. Quanto aos respectivos limites, seguimos o systema adoptado nas outras Provincias.

Constitue por si só uma Diocese.

## MAPPA n. XXIII.

PROVINCIA DE MATTO-GROSSO.

Desta Provincia colhemos o seguinte material:

1.º—Carta topographica e administrativa da Provincia de Matto-Grosso, erigida sobre os documentos mais modernos, pelo Visconde J. de Villiers de l'Isle Adam. Rio de Janeiro, 1850.

2.º—Carta que acompanha uma memoria sobre a corographia da Provincia de Matto-Grosso pelo Chefe de Esquadra reformado Augusto Leverger (*Barão de Melgaço*) em 1864 (*manuscripto* do Ministerio da Agricultura).

3.º—Carta da Provincia de Matto-Grosso, e parte das fronteiras e Estados limitrophes. Começada a construir pelo Tenente Christiano P. de Azeredo Coutinho, e outros, etc. funda-se em mappas, memorias, itinerarios de diferentes individuos, na mesma por extenso declarados, e sobretudo na Carta levantada pelos Commissarios da demarcação de 1788 e 1789, e correcta com as observações astronomicas em todos os lugares notaveis. Rio de Janeiro, lithographia do Archivo Militar (*sem data*).

4.º—Carta—*Columbia prima* ou America do Sul, na qual conseguiu-se delinear a extensão desse continente segundo os nossos actuaes conhecimentos (*em Ingles*).

Extrahida principalmente de mappas originaes manuscriptos de S. Ex. o fallecido Cavalleiro Pinto; bem como dos de João Joaquim da Rocha, de João da Costa Ferreira, e do Padre Francisco Manoel Sobreviela, etc. e das mais authenticas narrações impressas desses paizes: delineada e construida pelo finado Luiz Estanislau d'Arcy de la Rochette, sabio e eminente geographo.

Publicada em Londres por W. Faden, geographo do Rey e do Principe Regente em 4 de Junho de 1807 (*propriedade* do Sr. Francisco Antonio Martins, da *Bibliotheca Fluminense*).

Esta carta de W. Faden, foi a que servio de base á grande carta da America Meridional de Martius, Bruch, e outros.

O Cavalleiro Pinto a que se refere a Carta, he Luiz Pinto de Souza Coutinho, que governou esta Provincia, e depois occupou em Londres o lugar de Ministro Plenipotenciario de Portugal de 1776 a 1788, fallecido Ministro do Reino, e Visconde de Balsemão.

Além de esclarecimentos que deu verbal ou por escripto, forneceu para o trabalho os seguintes mappas manuscriptos:

- 1.º—Do rio Paraguay de 1754.
- 2.º—Dos rios Paraná e Paraguay.
- 3.º—Do governo de Moços.
- 4.º—Da Capitania de Goyaz.
- 5.º—Da Capitania de Minas Geraes em 1777.
- 6.º—Da Colonia do Sacramento.
- 7.º—Carta limitrophe do paiz de Matto Grosso e Cuyabá, levantada pelos officiaes da demarcação dos Reaes Dominios nos annos de 1783 e de 1790.
- Por parte do Dr. João Joaquim da Rocha, cujos trabalhos W. Faden denomina *arduos*, do Capitão de mar e guerra João da Costa Ferreira, com os do Almirante Campbell ao serviço de Portugal, forão dados os seguintes mappas:
  - 1.º—Mappa da America Portuguesa.
  - 2.º—Da Capitania de Minas Geraes.
  - 3.º—Da Comarca do Serro.
  - 4.º—" de S. João d'El-Rey.
  - 5.º—" de Villa Rica e do sertão de Cuyabá.
  - 6.º—" do Sabará.
  - 7.º—Da Capitania do Rio de Janeiro e da ilha de S. Catharina.

Esta Carta he muy importante, infelizmente esta cheia de erros na nomenclatura dos rios e povoados Brasileiros.

A *Mapoteca Columbiana* publicada em Londres por E. Uricoechea, enumera mais duas edições desta Carta em 1823 e 1810.

5.º—Planta da cidade de Cuyabá do anno de 1863 (*manuscripta*, sem nome de author, e remetida pelo Dr. Firmo José de Mattos).

6.º—Mappa de grande parte da Provincia de Matto-Grosso, e dos rios Paraguay, Guaporé e Madeira, no Atlas geographico de Mr. Francisco de Castelnau.

7.º—Mappado curso do rio Guaporé, pelo Dr. Ch. de Martius, Munich, 1834.

8.º—Planta do rio Paraguay levantada pelo Chefe de Divisão Augusto Leverger (*Barão de Melgaço*); e correcta em seus delineamentos e em alguns pontos com a indicação da apparencia das margens do rio; com as sondas (expressas em pés ingleses), desde a embocadura do mesmo rio até Corumbá, pelo Capitão Tenente Antonio Claudio Soido, 1837. Desenhada por Lauriano José Martins Penha. Rio de Janeiro, lithographia do Archivo Militar (*duas folhas*).

9.º—Carta espherica da Confederação Argentina, y de las Republicas del Uruguay y del Paraguay, que comprende los reconocimientos praticados por las primeiras e segundas sub-divisiones Españolas y Portuguesas del mando de los Señores D. José Varella y Ulloa (*Commissario y principal Director*), D. Diego de Albear, el Teniente General Lusitano Sebastian Xavier da Vega Cabral da Camara y el Coronel Francisco Juan Roscio, en cumplimiento del Tratado preliminar de limites de 11 de Octubre de 1777. Construida officiosamente em 1802 por el segundo commissario y geographo de

a sobredicha segunda sub-division Española D. José Maria Cabrer, para desatar las dudas ocurridas entre los referidos Gefes, y ambas Côrtes pudiesen deliberar sobre la importante obra de limites. Publicada em Paris en el año de 1833 (*do finado Senador Herculano Ferreira Penna*).

10.—Cartas geographicas do Atlas das viagens de D. Felix Azara, a saber: Carta geographica da America Meridional; Carta geographica do Paraguay e da Provincia de Buenos Ayres; particulares do Governo de Buenos Ayres, do Paraguay e de parte do Chaco, Provincia de Chiquitos e do Governo de Matto Grosso e de Cuyabá. Paris, 1809.

11.—Mappa da America do Sul, comprehendendo o Brazil Meridional com o Paraguay e Uruguay, publicado sob as vistas da Sociedade propagadora de conhecimentos uteis (*em Ingles*). Londres, 1837.

12.—Carta geographica de uma parte do Imperio do Brazil, confinante com a Confederação Argentina e a Republica do Paraguay, para melhor intelligencia da discussão sobre limites que foi consignada pelos respectivos Plenipotenciarios nos Protocollos dos ajustes concluidos entre o Imperio e a mesma Republica em 6 de Abril de 1836, organizada pelo Conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro, e o Capitão de Estado maior Isaltino José Mendonça de Carvalho. Rio de Janeiro, 1836.

13.—Carta geographica del Paraguay, trassada segun las noticias comunicadas por S. Ex. D. Francisco Solano Lopez, Enviado extraordinario y Ministro Plenipotenciario de la Republica del Paraguay, y redactada por el Sr. Cortambert, Secretario general de la Sociedade Geographica de Francia en el año de 1854. Paris.

14.—Carta da Republica do Paraguay (*curso do Paraná e do Paraguay*) levantada por Mr. E. Mouchez, etc., com o auxilio de observações feitas e de documentos colhidos nas localidades durante as trez viagens do Aviso á vapor *Bisson* em 1837, 58 e 59. Paris, 1862.

15.—Cartas das Republicas do Paraguay, Uruguay, e de parte das Provincias do Imperio do Brazil; da Confederação Argentina que lhe são confinantes, traçadas segundo os documentos mais acreditados, offerecida ao Illm. Sr. Dr. José Carlos de Carvalho, Major de Engenheiros, por Pedro Torquato Xavier de Brito, Bacharel em Mathematicas, Major de Engenheiros, etc. Rio de Janeiro, 1865.

16.—Mappa que comprehende os limites das fronteiras do Brazil desde a villa de Albuquerque até S. Paulo ou desde 17 até 24 graus de latitude, e 320 até 321 de longitude oriental do meridiano do Ferro (*copia do Archivo Militar do anno de 1841*).

17.—Carta das Republicas do Paraguay, e Uruguay e das Provincias Argentinas, Entrerios e Corrientes, e de parte do Imperio do Brazil, organizada pelo Bacharel Isaltino José Mendonça de Carvalho, Major do Estado maior de 1ª Classe, com a colaboração de João Carlos Pereira Pinto, Consul Geral do Brazil na Republica Argentina. Rio de Janeiro, 1865.

18.—Carta espherica ó reducida de las Provincias del Paraguay y Misiones Guaranis con el distrito de Corrientes, la dirigió costeo, calculó y hiso voluntariamente el Capitan de Navio D. Felix de Azara, Gefé de la 3ª division de Demarcadores de limites, etc. Copiado pelo Capitão do Estado maior de 1ª Classe Raymundo Maximo de Sepulveda Everard. Rio de Janeiro, 1865 (*lithographia do Archivo Militar*).

19.—Atlas que acompanha a Viagem na America Meridional (Brazil, Republicas do Uruguay, Argentina, do Chile, da Bolivia, do Perú e Patagonia) executada nos annos de 1826 a 1833, por Mr. Alcide de Orbigny (*em Francez*). Paris, 1835 a 1847.

20.—Carta do territorio banhado pelos principaes afluentes do Rio Beny ou Madeira, a saber os rios Mamoré, Baures, Branco, Paragui e Guaporé e dos paizes limitrophes, levantada pelo Cav. de Martius em 1825, e gravada em 1831. Munich (*escrita em Alemão*).

21.—Carta do centro da America Meridional relativa á navegação do Amazonas e do Prata, por Mr. Alcide de Orbigny (*em Francez*). Paris, 1841.

Os detalhes desta Carta quanto á Villa-Bella (Matto-Grosso) forão dados, diz o mesmo de Orbigny, por Mr. Fernando Denis, da Carta limitrophe do paiz de Matto-Grosso e Cuyabá de 1782 a 1790, levantada pelos Commissarios Portuguezes da demarcação.

22.—Mappa geographico da Provincia de Matto-Grosso, da foz do rio Jaurú, Villa Maria até Cuyabá, pelo Engenheiro Rodolpho Wahleneldt (*manuscripto*, communicado pelo autor).

23.—Carta geographica do rio Guaporé desde a sua origem, até a sua confluencia com o Mamoré, e igualmente dos rios Alegre, Barbados, Capivary, Verde, Paragui, Baures e Itomamas, que nelle desaguão pela margem meridional: assim como dos rios Agapehy, e Jaurú, com parte do Paraguay e Cuyabá com a estrada geral desde esta villa até Villa Bella, e configuração dos terrenos, Serras, Arraiaes, e estabelecimentos adjacentes ás duas indicadas villas; e de grande parte das Provincias Hespanholas de Chiquitos, e Moxos, confinantes com os Dominios Portuguezes. Organizada em Matto-Grosso, e rectificada pelo Tenente Coronel Engenheiro José Antonio Teixeira Cabral.

As Latitudes e Longitudes forão observadas pelo Astronomo de Sua Magestade Francisco José de Lacerda. A côr encarnada mostra os limites de Portugal.

Rio de Janeiro, 1818 (*manuscripto*, pertencente ao Dr. A. J. de Mello Moraes).

Trabalho muy importante, expressamente feito para o Ministro do Reino Thomaz Antonio Villanova Portugal.

24.—Mappa dos terrenos percorridos pelo Cav. Bossi, na sua exploração da Provincia do Matto Grosso em 1862 (*anexo á viagem do mesmo Bossi*).

25.—Mappa da bacia do Prata, organizado, segundo os resultados da expedição commandada por Th. J. Page nos annos de 1833 a 56.

Além do material sobre modo importante quanto á parte que extrema com as Republicas vizinhas, dos *Relatorios da Presidencia* da Provincia, consultamos as obras seguintes:

1.º—Breve noticia que dá o Capitão Antonio Pires de Campos, do genio barbaço que ha na derrota da viagem das minas de Cuyabá, e seu reconceito, etc.

Da epocha da descoberta desta Provincia até 20 de Maio de 1723.

2.º—*Memorias historicas*, etc., por Monsenhor Pizarro, to. 9 cap. 12.

3.º—As obras ns. 6, 12, 14, 16, 17, 18, 20, 21, 22, e 24 do precedente artigo.

4.º—*Memoria á respeito dos rios Baures, Branco, da Conceição, de S. Joaquim, Itomamas e Maxupo, e das trez Missões da Magdalena, da Conceição e de S. Joaquim*, pelo Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida.

5.º—*Navegação feita da cidade do Grão-Pará até á boca do rio Madeira, com a descrição de suas cachoeiras, e navegação do rio Apuré (Guaporé) até chegar á Minas de Matto-Grosso em 1749*, por José Gonçalves da Fonseca (no t. 4 da *Collecção de noticias para a historia e geographia das Nações Ultramarinas*).

6.º—*Reflexões sobre a Capitania de Matto Grosso, offerecidas ao Capitão General João de Albuquerque de Mello Pereira e Caceres*, etc. pelos Tenentes Coronéis de Engenheiros Joaquim José Ferreira e Ricardo Franco de Almeida Serra.

7.º—*Descrição geographica da Provincia de Matto-Grosso feita em 1797*, pelo Capitão Ricardo Franco de Almeida Serra.

8.º—*Navegação do rio Tapajóz para o Pará em 1799*; etc. (Idem).

9.º—*Diário do reconhecimento do rio Paraguay, desde o lugar do marco da boca do Jaurú até abaixo do presidio da nova Coimbra, comprehendendo as lagoas Guahyba, Uberaba e Mandioré e das serras do Paraguay, e igualmente o reconhecimento do rio Cuyabá até a villa deste nome, e della por S. Pedro de El-Rey (Pocóné) até á Villa Bella em 1786* (Idem).

10.—*Extracto do Diário da diligencia e reconhecimento do rio Paraguay, desde o lugar do marco na boca do rio Jaurú*. (Idem).

11.—*Parecer sobre o aldeamento dos Indios Uaicurus e Guandás, com a descrição dos successos, religião, estubildade e costumes* (Idem).

12.—*Breve memoria relativa á Corographia da Provincia de Matto-Grosso*, por Augusto Leverger (*Barão de Melgaço*).

13.—*Observações sobre a Carta geographica da Provincia de Matto-Grosso*. (Idem).

14.—*Roteiro da navegação do rio Paraguay desde a foz do rio Sipotuba até a do rio S. Lourenço*. (Idem).

15.—*Diário do reconhecimento do rio Paraguay desde a cidade de Assumpção até o rio Paraná*. (Idem).

16.—*Roteiro da navegação do rio Paraguay desde a foz de S. Lourenço até o Paraná*. (Idem).

17.—*Carta e roteiro da navegação do rio Cuyabá, desde o salto até o rio do S. Lourenço, e deste ultimo até a sua confluencia com o Paraguay*. (Idem).

18.—As obras ns. 13, 18, 24 e 25 do artigo—*Provincia de S. Paulo*.

19.—*Diário do rio Madeira. Viagem que a expedição destinada a demarcação de limites fez do Rio Negro até Villa Bella, capital do Governo de Matto-Grosso em 1781*.

20.—*Roteiro corographico da viagem que se costumava fazer da cidade de Belém do Grão-Pará á Villa Bella de Matto-Grosso*, etc., mandado imprimir e offerecido ao Instituto Historico, por Francisco da Silva Castro.

21.—*Memoria sobre os Indios Apiacás e descobrimento de novas minas na Provincia de Matto-Grosso*, pelo Conego José da Silva Guimarães.

22.—*Memorias historicas e politicas da Provincia da Bahia*, por Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva.

23.—*Viagens na America Meridional, desde 1781 a 1801*, por D. Felix de Azara, commissario e commandante de limites hespanhóes no Paraguay.

24.—*Fragmentos de uma viagem ao centro da America Meridional contendo considerações sobre a navegação dos rios Amazonas e Prata, e sobre as antigas Missões das Provincias de Chiquitos e Moxos* (Bolivia); por Mr. Alcide de Orbigny.

25.—*Expedição as partes centrais da America do Sul, do Rio de Janeiro a Lima e de*

Lima ao Pará, de 1843 a 1847, por Mr. Francisco de Castelnau.

26.—*Itinerario da viagem da Corte á villa de Miranda, Provincia de Matto-Grosso*, por Luiz Soares Viegas.

27.—*Historia da Republica Jesuitica do Paraguay*, etc. pelo Conego João Pedro Gay.

28.—*Memoria da nova navegação do rio Arinos até a cidade de Santarem, Estado do Grão-Pará* (anonymo).

29.—*Roteiro corographico da viagem que se costumava fazer do Forte do Principe da Beira á Villa Bella, capital de Matto-Grosso em 1781* (anonymo).

30.—*Compendio historico chronologico das noticias de Cuyabá, desde o principio do anno de 1778 até o fim de 1817*, por Joaquim da Costa Sequeira.

31.—*Memorias chronologicas da Capitania de Matto-Grosso*, etc. por Felipe José Nogueira Coelho.

32.—*Noticia historica, geographica, e estatistica da Republica do Paraguay*, pelo Dr. Pedro Torquato Xavier de Brito.

33.—*Itinerario da viagem terrestre da cidade de Santos na Provincia de S. Paulo á Cuyabá, feita pelos Engenheiros Major e Capitão Bachareis José de Miranda da Silva Reis e Joaquim da Gama Lobo d'Eça*.

34.—*Diário da viagem do Porto do Jatalhy á villa de Miranda, comprehendendo os rios Tibagy, Parapanema, Paraná, Samambaia, Ivinheima, e Brilhante, varadouro do Niocá, etc.* por Epiphânio Candido de Souza Pitanga.

35.—*Exploração da Provincia de Matto-Grosso*, por Rodolpho Wahleneldt.

36.—*Abertura da comunicação commercial entre o districto de Cuyabá e a cidade do Pará por meio da navegação dos rios Arinos e Tapajóz, emprendida em Setembro de 1812 e realizada em 1813*, por Miguel João de Castro e Antonio Thomaz da França.

37.—*Viage pintoresco por los rios Paraná, Paraguay, San Lorenzo, Cuyabá, y el Arinos tributario del gran rio Amazonas, con la descripción de la Provincia de Matto-Grosso*, etc. por el Cav. Bartholomé Bossi.

38.—*Matto-Grosso por Curitiba, e Tibagy. Itinerario que fez ao baixo Paraguay*, Manoel Joaquim Pinto Pacca.

39.—*Dissertação sobre o actual governo do Paraguay*, etc. pelo Dr. Antonio Corrêa do Couto.

40.—*Viagem á gruta das Onças*, por Alexandre Rodrigues Ferreira.

41.—*Descrição da gruta do Inferno, feita em Cuyabá* (Idem).

42.—*Itinerario desde o rio Araguaia ou Grande até á cidade de Matto-Grosso*, pelo Brigadeiro R. J. da Cunha Mattos. (He o n. 56 do seu *Itinerario*).

43.—*Roteiro da cidade de Cuyabá até S. Paulo pela fazenda de Camapum*, pelo mesmo Cunha Mattos (He o n. 57 do seu *Itinerario*).

44.—*Diário da demarcação da terceira Partida, o qual teve principio em o dia 11 de Novembro de 1753* (no tomo 7 da *Collecção de noticias para a historia e geographia das Nações Ultramarinas*).

*Limites.*—O territorio que se denomina *Provincia de Matto Grosso*, he assim imprópriamente designado; pois he antes uma immensa região com espaço sufficiente para cinco a seis Provincias regulares.

Elle está no mesmo caso das Provincias do Amazonas, Grão-Pará, Goyaz, Minas-Geraes, Bahia, S. Paulo, etc., cujos territorios necessitam ser reorganizados, de forma tal que sejão para o Imperio, no futuro, uma garantia da unidade nacional.

Os limites nacionaes desta Provincia já se achão descriptos e traçados nos artigos das Provincias do Amazonas, do Grão-Pará, Goyaz, Minas-Geraes, S. Paulo, e Paraná, á que additaremos mais algumas considerações justificando-as, tratando do historico da organização do presente territorio.

Pelo que respeita aos internacionaes, remettemo-nos ao que expozemos no artigo do mappa n. II, onde estão notados os limites do Imperio com as Republicas da Bolivia, e do Paraguay.

De conformidade com esses limites a posição astronomica da Provincia de Matto-Grosso he a seguinte :

A latitude he austral, e encerra o territorio entre 7° 30' e 24° 40'.

A longitude occidental comprehende os meridianos de 7° 23' e 22°.

A sua maior distancia do Norte á Sul he de 332 leguas desde a foz do rio Fresco na margem direita do rio Xingú á margem esquerda do ribeirão Igurey, que se lança no rio Paraná; e de Leste á Oeste 265 leguas desde a foz do rio das Mortes na margem esquerda do rio Araguaia á margem direita do rio Madeira.

Pode-se calcular em mil leguas o immenso littoral fluvial desta Provincia.

Confina ao Norte com a Provincia do Amazonas pelo *thalweg* dos rios Giparaná ou Machado do mar que desagua no Madeira, e do rio Uruguatús ou Oreguatus, que faz barra no rio Tapajóz, e a Cordilheira geral; com a do Grão-Pará pelo *thalweg* dos rios das Trez Barras ou de S. Manoel, que se lança no mesmo Tapajóz, e dos rios Caray e Fresco afluentes do Xingú, e do rio Aiqui que desemboca no Araguaia proximo á cachoeira de S. Maria, e onde começam as serras dos Indios Gradaús; e com a de



Goyaz pelo *thalweg* do rio Apurê ou do Peixe, que desemboca na margem direita do rio Parahyba, e a serra de S. Martha.

As Sul com a república do Paraguay pelo *thalweg* do rio Apa afluente do rio Paraguay, e do rio Igatim, afluente do rio Paraná, conforme o projecto de Tratado do anno de 1836, ou pelo *thalweg* do rio ou ribeirão Igurey, como parece mais natural, e designava o Tratado de 13 de Janeiro de 1750.

A Leste com a mesma Província de Goyaz pelo *thalweg* do rio Araguaia, desde as suas nascentes até a foz do rio Aquiquy, abaixo da cachoeira de S. Maria, e onde começa as serras dos Indios Gradaus; com a Província de Minas Geraes pelo *thalweg* do rio Parahyba desde a foz do rio Apurê até a confluência com o Rio Grande ou Paraná, e com as Províncias de S. Paulo e do Paraná, pelo *thalweg* do rio Atemy ou Paraná. Com S. Paulo desde a confluência do Rio Parahyba com o Rio Grande até a foz do Paranápanema; e com a do Paraná desde a foz do ultimo rio até a grande cachoeira ou Salto de Guayrá ou Setequeas.

A Oeste com a Província do Amazonas pelo *thalweg* do rio Madeira desde a sua confluência com o rio Mamorê na latitude de 10° 20' até a foz do rio Gyparaná; com a Republica da Bolivia pelo *thalweg* dos rios Mamorê, e Guaporê até a foz do rio Verde, e por este acima até as suas vertentes, e por linhas rectas aos morros dos Quatro Irmãos, Boa Vista, procurando o extremo Sul da Corixa Grande, seguindo pelo meio das lagoas Uberaba, Gualyba e Mandiorê, e demandando por outra linha recta a lagoa de Ayolas ou de Cáceres, e na mesma direcção para o Sul até a lagoa denominada Bahia Negra; e seguindo pelo *thalweg* do rio Paraguay até a foz do rio Apa.

Esta ultima parte, desde a Bahia Negra até o rio ou ribeirão Galbati, ainda não está assentada, por quanto o territorio fronteiro he disputado pelo Paraguay, Bolivia e Confederação Argentina.

Pelo que respeita aos limites com a Província de Goyaz, além do que fica notado no artigo relativo a essa Província, registramos aqui o Parecer da Comissão de Estatística da Camara dos Deputados de 20 de Julho de 1864, cujo principal fundamento he o do *Auto* de 1771, o equilibrio no territorio das duas Províncias confinantes; fundamento hoje inattendivel, e sem influencia na delimitação de territorios tão vastos como os das mesmas Províncias, por isso que não resulta utilidade alguma.

«A Comissão de Estatística, a quem foram presentes dous Projectos de limites entre as Províncias de Goyaz e de Mato Grosso, o primeiro estabelecendo divisa pelo rio Mortes e por uma linha tirada de suas cabeceiras até as do Taquary, por este, Corim e Campuam, e atravessando o varadouro do mesmo nome, pelo rio Pardo até a Parana; e o segundo pelo Rio Grande chamado Araguaia, desde a extremidade Norte da Ilha de S. Anna até a confluência do rio Jatobá, por este e pelo Baenú até a foz no rio Parahyba, passando a examinar os documentos que encontraram na respectiva pasta, vem expor á Camara dos Srs. Deputados o seu parecer.

«Consta da Provisão do Conselho Ultramarino de 2 de Agosto de 1743 que entre as Capitãlias de Goyaz e de Mato Grosso não se demarcaram limites, sendo nella recommendado aos respectivos Governadores que informassem com seus pareceres por onde mais commodamente se deveria fazer a divisão; em virtude do que D. Marcos de Noronha, primeiro Governador de Goyaz, opinou em 12 de Janeiro de 1750 pelo modo contido no primeiro Projecto, e em 25 de Março de 1771 o de Mato Grosso declarou que accedia ás pretensões daquelle Capitania por julgar-las fundadas não só na posse em que se achava como nas solidas razões de congruência e proporção em que se estribava; e enviou um auto de accessão com data do 1.º de Abril.

«Não consta porém que esse convenio fosse approvado pelo Governo da Metrópole, ficando a questão indecisa. Ella versa sobre um vasto sítio deshabitado á excepção da Villa de S. Anna, á 200 leguas de Cuyabá, na margem direita do rio Parahyba, que não pôde ser contestada á Província de Goyaz: e no entender da Comissão não teria importancia alguma se não fosse recommendada por considerações de outra ordem.

«Não convém, no conceito da Comissão, que continue por mais tempo esse estado de indecisão, de dúvidas e de seras contestações.

«Os conflitos que dali nascerem, a vacillação que resulta para a administração da Justiça são males, que com a fixação dos limites poderão ser removidos.

«Isto posto, observa a Comissão que a Província de Goyaz, collocada no centro dos sertões do Pará, Maranhão, Piauí, Bahia, Minas Geraes, etc., S. Paulo, e Mato Grosso, representa nos mappaes geographicos uma superficie estreita, mas tão extensa que, entrando com a Província mais septentrional do Imperio, vai confinar ao Sul com a de S. Paulo. Esta simples vista demonstra que, se para os habitantes do Norte o Araguaia e o Tocantins servem de escudo aos productos de sua lavoura, para os habitantes do Sul o caminho está nas aguas do Paraná e do Paraguay, ou, mais precisamente, no Taquary, onde faz barra o Corim, distante da Capital meos de 80 leguas.

«Portanto he a barra do Corim um ponto de immensa vantagem para os municipios do Sul, cujos portos actualmente são o do Santos á 200 leguas e o desta Corte á 240; sem prejuizo para a Província de Mato Grosso, que depois da navegação do Paraguay faz por este rio quasi todo o seu commercio.

«Acresce outra consideração, e he o auxilio que a Província de Goyaz poderá prestar á defeza da fronteira por aquelle lado do Imperio desde que sua administração estender-se á barra do Corim.

«Finalmente, enquanto que o primeiro Projecto offerece divisão natural por uma serie de rios mais ou menos caudalosos e todos conhecidos e até explorados, o segundo, além do envolver esbulo á Província de Goyaz, propõe por limites o Baenú e o Jatobá, cuja existência não está devidamente verificada.

«Entendendo, porém, a Comissão que entre as cabeceiras do rio das Mortes deve ser determinada a que estiver approximadamente equidistante das Capitães das duas Províncias, he de parecer que se adopte o seguinte substitutivo:

«A Assembléa Geral Legislativa resolve:

art. 1.º—Os limites entre Goyaz e Mato Grosso são o rio das Mortes desde a sua foz no Araguaia até a cabeceira equidistante das Capitães das duas Províncias, dessa cabeceira uma linha a do Taquary; isto, Corim e Campuam até suas vertentes; dali outra linha que, atravessando o varadouro do mesmo nome, chegue ao do rio Pardo; e este até sua confluência no Paraná, conforme o parecer do Governador de Goyaz de 12 de Janeiro de 1750.

«art. 2.º—Ficão revogadas as leis em contrario. «Sala das Comissões, 20 de Julho de 1864.—A. Leitão da Cunha.—José Jorge da Silva—J. B. de Oliveira Neri.»

Os limites septentrionaes não tem lei declarando-os.

O Capitão General Luiz Pinto de Souza Coutinho, que veio tomar posse do seu governo, subindo os rios Amazonas, Madeira e Guaporê, fixou-os por um lado na primeira cachoeira do rio Madeira, a de S. Antonio; outros têm-os fixados no 10º paralelo austral. Nada havendo de certo determinado, tomamos os limites mais naturaes e mais claros, o curso dos rios que nenhuma duvida deixão na divisão dos territorios.

Além desta utilidade, não existe no caso presente, inconveniente algum, porquanto os limites que traçamos passão por territorios deshabitados, e á grande distancia dos povoados. Os rios, por outro lado, são bem conhecidos, e ainda mais ficarão sendo, assignalando as fronteiras de trez Províncias, Amazonas, Grão-Pará e Mato Grosso.

Os limites occidentaes, uns (com a Republica da Bolivia) estão já declarados, e tão somente dependem de demarcação; os outros, e os meridionaes dependem de ultteriores ajustes com a Republica do Paraguay. Mas no nosso mappa está consignado o traço que o Imperio reclama.

No territorio desta Província temos a notar a parte descoberta por exploradores Hespanhões no seculo decimo sexto, e a que descobrirão e conquistarão os Vicentistas ou Paulistas no principio do seculo passado.

Dizem alguns escriptores que Aleixo Garcia, Portuguez, colonô de S. Paulo, em suas explorações no territorio da Província do Paraná, se dirigira ao Paraguay; e subindo o rio do mesmo nome, desembarcou no porto de S. Fernando, abaixo de Assumpção; e seguindo outros muito acima, no Pão de Assucar ou na foz do Jauri, donde dirigindo-se ao Oeste demandou as cordilheiras dos Andes; tendo por objectivo os estabelecimentos Hespanhões do Peru, pelos annos de 1526 ou 1527.

Nessa exploração por Garcia commandada ião, além de indigenas Carijos, e Guaranyes do Paraguay, a quem convidou ou forçou a acompanhá-lo na empresa, mui poucos Portuguezes.

Alcancando as serranias do Peru apenas poderão penetrar no territorio entre Misque e Tomina, de onde forão os invasores rechazados, depois de muitos morticínios e saques, maxime em objectos de metal, sobretudo prata.

Estes despojos opimos Garcia de retorno não pôde conduzir para S. Paulo, por haver sido assassinado por seus companheiros da jornada, os Guaranyes do Paraguay; de modo que quando voltarão de S. Paulo os emissarios que mandara a Martim Affonso de Souza noticiando as suas descobertas, nada foi possível obter; acabando a mesma expedição auxiliar nas mãos dos mesmos Guaranyes; e dos indigenas do Paraná, os que poderão alcançar as margens deste rio, abaixo do Salto Grande de Guayrá.

Esta expedição, dissem uns que fôra preparada em 1516, outros em 1526 ou 1527, por ordem de Martim Affonso de Souza; mas, como bem nota Ayres do Casal, sem excursão não passa de uma lenda, só poderia ter lugar depois de 1532, quando Martim Affonso estabeleceu-se em S. Vicente, e não poderia ser logo emprehendida.

Nos acreditamos na existencia desta jornada antes da chegada de Martim Affonso á S. Vicente por quanto já de ha muito era esta Colonia habitada e frequentada por Portuguezes.

Depois dessa epocha, as explorações dos Vicentistas parece que tinham por objectivo os aldeamentos patrocinados pelos Hespanhões no baixo Paraná, e Paraguay, de que resultou a destruição das Missões de Guayrá, e de Ciudad Real no territorio da actual Província do Paraná.

Os Hespanhões dominando o Paraguay, subirão por elle acima até a foz do Jauri, ou ao porto dos Dourados denominado—*Porto d'El-Rey*, sob o commando de diferentes chefes, de que os mais notaveis erão Domingos Martinez Irala e Nuno de Chaves; que na volta de uma dessas excursões fundará S. Cruz de la Sierra em 1575; assim como Ruy Dias Melgarejo, o fundador de Villa Rica, em 1580, o qual, antes dessa epocha, fundara sobre o rio Mbotetey ou Embotetey (o *Mondego*) a cidade ou antes a povoação de Xeres, destruída mais tarde pelos indigenas Mbaia ou Guaycuris.

Gay em sua historia distingue esta cidade de Xeres, de outra do mesmo nome, fundada perto das cabeceiras do rio Pardo em 1593, cujos habitantes, reduzidos a numero mui limitado, se ligarão posteriormente com os Portuguezes.

Os pantanaes do alto Paraguay, a resistencia tenaz das tribus bellicosas de suas margens, a deficiência de minas de metaes preciosos, fizeram com que os Hespanhões continuassem a explorar com fraco empenho o Paraguay, de modo que os Padres da Companhia de Jesus para melhor poderem dirigir as suas Missões, reduzirão o seu numero e as concentrarão a uma curta zona, que ião povoando e cultivando.

Demais a segregação dos colonos Hespanhões dos estabelecimentos dirigidos pelos Jesuitas, impedindo as excursões dos mesmos colonos pelo alto-Paraguay, facilitou muito o nosso dominio.

Depois da Revolução de 1640 os Vicentistas, cujas incursões não poderão desenvolver-se durante o dominio Hespanhol, começaram a ter maior incremento; e não podendo ser mais fructíferas na caçada de Indios nas Reducções Jesuiticas do Paraguay, e Uruguay, dirigirão-se para o Noroeste os mais ousados destes Sertanistas.

Manoel Corrêa, de Sorocaba, como já vimos no artigo da Província de Goyaz, em 1670 internou-se pelo sertão dos Araés, assim como o primeiro *Anhanguera*.

Depois da luta com os *Embutabas*, os Paulistas, cujas vistas tinham-se até então absorvido no territorio de Minas Geraes, encaminharão-se para o Oeste, e Noroeste de S. Paulo, descendo e subindo com incriveis fadigas e perigos o cachoeiro Tietê, o Atemy ou Paraná, o Pardo e o Anhangue, alcançando as margens alagadas do Paraguay, onde tiveram de lutar com tribus numerosas e guerreiras, como os Mbayas, Payaguás, que derão nome ao rio, Guaycuris, Bororós ou Xarayas, Guanáes e Chaiñes.

O primeiro explorador apontado nos annaes de Mato Grosso he Antonio Pires de Campos, que aliás havia sido precedido por seu pai Manoel de Campos na exploração deste territorio, na conquista dos indigenas Araés, ou Serranos como os bandeirantes chamavão; e semoestra da seguinte declaração escripta por Antonio do Prado Sequeira em 1769, relatando a descoberta das famosas minas auríferas dos *Martyrrios*, até o presente nunca mais encontradas:

«Noticias que me participou muitas vezes Antonio Pires de Campos, o velho, da paragem chamada *Martyrrios*, cujo nome indaguei, querendo saber a sua etymologia; explicou-me elle que na serra ou poderam de cristas, que do meio d'ella se enparam até o alto, tinha por obra da natureza nmas semellanças da corôa, lança e ervas da Paixão de Jesus-Christo, mas tudo looco; por esta razão appellaram a dita serra com o nome *Martyrrios*, a qual paragem fôra elle dito Antonio Pires, sendo do idade de quatorze annos com seu pai Manoel de Campos, que era o Cabo que governava a tropa de sessenta homens armados, que iam nessa bandeira a conquistar o gentio daquelle districto, chamado *Serranos*, que habitam pelas margens da dita serra, a qual tinha a sua vereda do Nascente para o Ponto, e fôo elevada na altura, que se fazia incomparavel, á vista das mais serras que haviam em todo o sertão. Nesta mesma Bandeira, também com elle o defuncto Bartholomeu Bueno, que teria a mesma idade, com seu pai, que indo depois de muitos annos descobrir ouro, que na tal paragem tinha visto, ressaltou errando o rumo, e indo já de volta para o povoado descobriu as minas de Goyaz, nome do gentio que alli habitava.

«Da cachoeira da Chapada, sítio que ho hoje de Martinho de Oliveira, dizia o dito Antonio Pires que partiam, seguindo o rumo d'entre o Norte e Noroeste, levando o Nascente do Sol pelo lado direito, e o Ponto no esquerdo, fazendo marchas tão somente de metade do dia, para, no mais tempo que sobrasse, buscar a vida, matando caças, e tirando mel silvestre, que era o sustento comum de todos os Sertanistas; e marchando assim ao cabo de oito dias, deram com um rio, que fazia os seus cabos do alto, e qual era, do qual se fazia suas aguas, com muitos botos do mar salgado, a que chamaram *Paranátinga*, que vertido em nosso idioma vem a dizer, *mar branco*.

«E fazendo elles canções passaram o dito rio, seguindo o mesmo rumo, chegaram ao pé da sobre dita Serra, achando outro rio largo, que acompanhava esta serra, e vindo a fôrta e desembarçaram caça, que o gentio os desafiava, fizeram uma triboeira do madeira grossa ao pé deste rio, não tendo mais sabida que para a parte do mesmo rio, dentro da qual se aquartelaram, os que não teve effeito; e como este rio no tempo secco minguava as suas aguas, ficando somente algumas poças, d'ahi veio o chamarem-lhe—*Parácutica*, que quer dizer, *mar cortado*.

«Neste dito rio como meos elles iam brincar, apañando as mais granitos de ouro, que levaram a obra, achando o ouro largo, que acompanhava esta serra, e vindo a fôrta e desembarçaram caça, que o gentio os desafiava, fizeram uma triboeira do madeira grossa ao pé deste rio, não tendo mais sabida que para a parte do mesmo rio, dentro da qual se aquartelaram, os que não teve effeito; e como este rio no tempo secco minguava as suas aguas, ficando somente algumas poças, d'ahi veio o chamarem-lhe—*Parácutica*, que quer dizer, *mar cortado*.

«Tambem disse o dito defuncto que n'estas minas não podia permanecer descoberto algum por falta de disposição das terras mineras, e só neste lugar tinha visto, capacidade igual a que vira, e experimentara n'aquelle terreno de Minas Geraes, que tudo tinha sulcado e visto, e que por se achar com noventa annos de idade, o não ia descobrir.

«He quanto posso testemunhar do ouvido ao sobre-dito defuncto Antonio Pires, que falleceu ha vinte annos, sendo meu vizinho muitos annos; e por verdade assigno esta, jurando em minha alma quanto aqui se acha dito. Villa do Cuyabá em 27 de Agosto de 1769.—Antonio do Prado Sequeira.»

Durante a administração do Conde de Assumar, Governador e Capitão General da Capitania de S. Paulo e Minas Geraes no anno de 1718, o mesmo Antonio Pires de Campos e outros Sertanistas de sua comitiva percorrendo o territorio desta Província entre os rios S. Lourenço e Paraguay, subirão o rio Cuyabá em demanda da tribu dos indigenas Coxiponés, e encontrando-os na aldeia, onde posteriormente se fundou o arrayal e capella de S. Gonçalo, os captaurão em grande numero, assim como fizeram outros Sertanistas, que divagavão pelo mesmo territorio.

No anno seguinte (1719) Pascoal Moreira Cabral subindo com outra bandeira o mesmo rio não encontrando mais Coxiponés a apprehender, dirigio-se pelo rio Coxipó-mirim, onde se demorarão. Ahi observando as barrancas do rio, notarão alguns granitos de ouro cravados em pedras da barranca, e nos enfeites de alguns dos Indigenas que poderão apañar.

Esta descoberta levou-os á estabelecerem-se no lugar, fundando um povoado ou arrayal, elegendo os Sertanistas para guarda-mór das novas minas ao mesmo Pascoal Moreira Cabral.

Dous annos depois, sempre em demanda do metal, subindo o mesmo Coxipó-mirim forão ter ao lugar da Forquilha, onde fundarão uma Capella sob a invocação de N. S. da Penha.

Essa mudança encaminhou-os a approximarem-se do local onde hoje está situada a cidade de Cuyabá.

Miguel Sutil, um dos companheiros de Pascoal, tinha alguns Carijos seus escravos, e estes sahindo em demanda de mel nos matos visinhos lhe apresentarão varias amostras de ouro; um anno após o estabelecimento da Penha, em 1722.

Esta descoberta produziu logo maravilhosos resultados, visto como o mesmo Sutil pôde em brevecolher meia arroba de ouro; e seus companheiros não ficarão menos bem aquinhoados. A abundancia do ouro levou a população da Penha para o novo descoberto, onde fundou outro arrayal sob a invocação do Senhor Bom Jesus de Cuyabá, por que se achava proximo ao rio do mesmo nome.

Foi neste lugar onde se achou uma das mais ricas manchas de ouro, do territorio Brasileiro, por quanto dentro do espaço de um mez se extrahirão mais de quatrocentas arrobas de ouro.

A propagação desta noticia nas Capitãlias de S. Paulo, Minas Geraes, e Rio de Janeiro arrastou muita gente á Cuyabá, tornando-se mui famosas as *Minas do Sutil*. Em breve se organisou pelo novo Capitão General de S. Paulo Rodrigo Cesar de Menezes o governo da nova Colonia, sendo Pascoal Moreira Cabral nomeado Guarda-mór.

Em Novembro de 1726 o mesmo Capitão General, não obstante aspereza do trajecto, apresentou-se em Cuyabá, e no 1º de Janeiro do anno seguinte pôde crigr a povoação em villa, installando-a logo com todas as solemnidades para tal fim requeridas.

Apezar dos magníficos resultados da mineração, em breve foi ella decahindo, de tal modo que Goyaz, que foi posteriormente descoberta e povoada cresceu muito, e, com mais presteza.

Não obstante, ainda em 1730 voltando para S. Paulo o Dr. Antonio Alvares Lanhães Peixoto, Onvidor da mesma Capitania, levou para o Fisco sessenta arrobas de ouro, que forão presa dos indigenas Payaguás, inimigos irreconciliaveis dos Portuguezes, matando quasi toda a escolta que acompanhava-as com o mesmo Onvidor. Foi um dos maiores desastres que no Brazil soffrerão os Portuguezes.

Escassando o ouro, continuarão os Sertanistas ou bandeirantes a caça dos Indigenas, sendo então o objecto de suas excursões os Pareys, residentes nos campos do mesmo nome no chapadão da serra que divide as aguas dos afluentes do Amazonas dos do rio da Prata.

Estas excursões levarão-os á margem do rio Guaporê, e portanto ao local onde depois se fundou *Villa Bella da Trindade*, depois cidade de Mato Grosso. Fernando Paes de Barros e seu irmão Arthur Paes, naturaes de Sorocaba, achando alguns grãos de ouro junto ao rio Galéra, em 1734, provocarão a emigração para este ponto, assim como para outros desta visinhança.

Em 1742 quatro individuos ousarão descer o Guaporê, e forão ter a Belem do Pará, onde em consequência da lei dos caminhos das minas, forão presos, sendo dous remetidos para Lisboa: tão grave era o crime! Em 1738 foi o territorio conquistado e povoado, elevado á Ouvidoria, ficando-se os limites com Goyaz no rio Araguaia.

Dez annos depois (1748), foi expedida a Provisão de 9 de Maio, elevando a Ouvidoria de Cuyabá á Capitania geral.

Esta Provisão segregou-a de S. Paulo pelo rio Paraná, determinando-se, pelo que respeitava á Goyaz, que os limites fossem assentados depois, em vista das informações dos respectivos Capitães Generaes; ficando o governo da Capitania sujeito ao Capitão General do Rio de Janeiro até a posse do primeiro Governador, que foi D. Antonio Rolim de Moura, Conde de Azambuja, que aliás só começou a funcção em 11 de Janeiro de 1751.

No anno seguinte em 19 de Março foi graduada em Villa a povoação de *Poiso Alegre*, sob o titulo de *Villa Bella da Santissima Trindade*, assistindo o Capitão General á respectiva installação e levantamento do pelourinho; formalidade imprescindivel em taes acontecimentos.

A criação desta Villa, e os estabelecimentos subseqüentes na margem do rio Guaporê, fez comprehender no territorio da Capitania toda a extensão entre a margem direita do rio Paraguay, e as do Guaporê.

Já neste tempo estava assignado o Tratado de 13 de Janeiro de 1750, fixando os limites das possessões hespanholas e portuguezas. Por esse Tratado tragada a recta da margem austral do Guaporê em frente á foz do rio Sararé á do Jauri, essa villa, depois cidade, ficava excluída do territorio de Portugal. Felizmente o Tratado não executou-se.

Fazemos esta distincção do territorio de Cuyabá do de Mato Grosso, por que ella já existia no tempo da criação da Capitania, e tanto que assim foi creada a Diocese de *Cuyabá e de Mato Grosso*, pois parece que o Governo Colonial tinha em mente dividir os dous territorios pelo curso do rio Paraguay.

Mas o tratado de 1750 teve ainda para Portugal uma grande vantagem, o reconhecimento por parte da Hespanha do direito á uma das margens do rio Guaporê; que com quanto povoado, e apossado pelos Portuguezes, a prioridade da descoberta e povoação

de ambas as margens do mesmo rio, também denominado *Itenez*, he incontestavelmente hespanhola.

O mesmo podemos dizer da parte meridional do territorio desta Província que Ayres do Casal em sua *Corographia* denomina *Camapuania*; que aliás um *uti possidetis* posterior, real e effectivo no-lo manteve e assegurou, tanto pelo lado do Paraná como do Paraguay.

O mesmo Ayres do Casal dividiu este territorio em seis partes por elle assim denominadas—*Matto Grosso, Cuyabá, Jurueña, Arinos, Tapiraguia, Bororonia e Camapuania*. A estas addilaremos a *Cayapomia*, o territorio que reclama Goyaz ao Sul do Apurê.

No anno de 1761 foi transferida a capital da Capitania de Cuyabá para Villa Bella da Trindade, em razão das questões com os Hespanhões sobre a limitação da fronteira, que necessitava vigiar; assim como para se promover a navegação do Guaporê, attenta a difficuldade naquelle epocha de comunicação por outros pontos.

Esta mudança não deixou encontrar resistencias que forão reprimidas; mas logo que a Corte passou para o Rio de Janeiro, cessou todo o interesse da navegação do Madeira e do Guaporê; e a capital da Capitania voltou de novo para Cuyabá, no fim da administração do Capitão General João Carlos Augusto de Oeynhausén Grevenburg (*Marquez de Aracaty*) em 1817.

O Barão de Villa Bella (*Magessi*) que o substituiu, manteve essa mudança até á Revolução, que apeou-o do poder em 20 de Agosto de 1821.

O territorio ao Norte da serra dos Paricys foi descoberto no anno de 1746, em razão das minas do rio Arinos, denominadas de *S. Isabel*, que a principio parecião prometter muito, tendo posteriormente mostrado a experiencia que erão pobres. Entretanto grandes prejuizos causou á Colonia, pelas vidas e capitães que se perderão, e a grande fome que resultou do abandono das lavouras.

Todavia sempre se colheu um resultado, o conhecimento da navegação do rio Tapajoz, que nessa epocha realisou João de Souza de Azevedo por essa via, subindo depois pelos rios Madeira e Guaporê.

A caçada dos Indios á mineração deve-se a descoberta e povoação deste immenso territorio, e consequentemente o dominio, que não teriamos, se os Colonos hespanhões tivessem frequentado mais o Paraguay, que aliás não podião fazer, pela medida que levou a fundar ahi as famosas Missões, dirigidas pelos Padres da Companhia de Jesus.

Cumprindo de novo notar que o paiz em geral alagado, e povo do por tribus bellicosas não convidava ao estabelecimento dos Colonos, tanto mais quanto não era o interesse individual excitado, como no Brazil, pela escravidão dos Indigenas.

Entretanto á essas circunstancias devemos o grande territorio que possuímos sob a denominação de Província de Mato Grosso.

Mas o systema que os Jesuitas excenarão no Paraguay e no Uruguay, deu em resultado, o manter-se no paiz a população indigena, e formar-se n'um torão coberto de pantanos uma nação que tem mostrado ao mundo o que pode uma educação viril sob a base religiosa.

Pelo contrario nós com esse systema de governo que rejeita a associação da força da Igreja (e aqui não fazemos selecção, por isso que tanto a administração colonial como a presente assentão sobre a base do Gallicanismo ultra), adquirindo vastos territorios o que fizemos da população que encontramos?

Onde estão as florescentes Missões do Rio Negro e do Madeira, do Solimões e do Xingu?

Seu querer carregar o quadro, diremos que as leis e as providencias do reinado de José I abrirão no Amazonas e seus afluentes um sepulchro, não já para as miserias tribus ainda selvagens, mas para as que já se achavão aldeadas, e sob o regimen do Christianismo.

Escusado he fallar dos que o ferro e fogo cavarão na Província de S. Pedro.

O tempo vingou a Companhia de Jesus de todas as calumnias de que foi victima, e o regimen por ella inaugurado e mantido nas aldeas foi justificado. Sem recorreremos a outro escriptor, basta que citeemos sobre o assumpto o que diz J. B. Gay em sua *Historia do Paraguay*:

«A historia não tem descoberto sufficientemente as causas secretas que influram no animo de ambos os Reis, e não falta quem ponha em duvida e demonstre a falsidade da mór parte das accusações que fazem á Companhia de Jesus. Mas sem nos intrometter em decidir esta difficil questão, podemos assegurar como o Sr. Cervantes, que seguimos nesta relação como o exame dos dados que temos á vista, que as missões da America do Sul tanto hespanholas como portuguezas, sob seu influo e administração chegaram ao mais alto grão de prosperidade, e que apenas cahiram em outras mãos, ellas foram arruinadas; conseguindo elles com a união de suas palavras, com as armas brandas da Religião que os Indios trabalhavam, etc., empresa bem ardua na verdade, considerada a indomavel preguia, a aversão a um trabalho methodico e continuado que se observa em todos as raças americanas, e mui particularmente nas tribus errantes, e pastoris, como eram as do Uruguay, Paraná, Paraguay e as que se estendiam pelo immenso littoral do Brazil...»

Os nossos famosos exploradores cobrirão com um sudario de lagrimas e de sangue, todo o immenso territorio que occupamos.

Lancando uma vista retrospectiva sobre o passado imaginemos a Província de Mato Grosso com as suas populações indigenas,



aldeadas, e missionadas desde o começo do século XVIII, os Payaguás, Guaycurús, Guanáes, Bororós, Xarayés, Cayapós, Paricys, etc., teriamos por ventura hoje receio da invasão Paraguaia, ou de qualquer outra? Imaginemos as margens do rio Araguay, cobertas de povoações dos Cayapós, dos Araés, Carajás, Javáes, Canoeiros, etc., cultivando a terra, e navegando o rio; esse imenso manancial sem estorvos para a navegação, estaria ha mais de um século inutilizado? Isto podia fazer a Igreja, se o Estado não immobilisasse a sua força, não a embargasse nos seus bons desejos.

O Araguay parece ter sido predestinado para acolher em suas margens a capital do grande Imperio Americano; pois ali, sobretudo no ponto onde se achava a povoação de Leopoldina, nos parece o local mais adaptado para esse grande estabelecimento, que tem por fim cimentar a união Brasileira, e conduzir á seus altos destinos a nossa Monarchia.

Por meio de uma intelligente canalisação dos nossos grandes mananciaes, e de vias ferreas, que a utilidade publica fosse opportunamente reclamando, essa esperada Capital, a futura Petropolis, se communicaria sem difficuldade com os principaes portos do nosso littoral maritimo, maxime, os das fozes das Amazonas e do Tocantins. E de accordo com a nossa contranerea, a Republica da Bolivia, uma linha ferrea ligaria esse colossal emporio com o littoral do Pacifico, seja pelo porto de Cobjia, ou por qualquer outro de maior conveniencia. Deste modo atrahiriamos para o centro da nossa America, o immenso commercio do littoral americano do grande mar, assim como o das suas ilhas, da Australia, da Nova-Zelandia, e do littoral Asiatico, principalmente o da China e do Japão.

Para esse ponto convergiria a nossa população que tanto se agrupa no littoral, e pelo canal do Araguay entraria facilmente uma basta colonisação, irradiando de tão poderoso centro para os diferentes territorios circumvisinhos que possuimos, e de que alguns ainda são para nós mysteriosos.

Sem desconhecermos as difficuldades que em nossos tempos encontraria este projecto, temos convicção de que não seria irrealisavel antes do termo do presente século, se for seriamente estudado.

Com um governo intelligente e justo, equidisto para os seus visinhos, e patriótico para o seu paiz, com vistas largas, poderemos aspirar á representar no mundo um grande papel. Sómente por esta forma resgataremos os erros dos nossos antepassados, e os de nossa epocha, mostrando ao Universo que somos dignos da herança de que a Divina Providencia permittiu que nos apossassemos.

No século passado, e ainda no presente hecatombes de Indigenas, com a mais crua barbaridade, vierão attestar o que vale o poder do Estado se a Religião não amenisa. Ha um nome nesta historia lugubre, que melhor exprime essa politica sem entrinhas, porque só o espirito do mal podia inspirar-la.

Esse nome os Indigenas o impozerão, quando ao mais famoso dos Sertanistas de S. Paulo, designarão por *Anhanguera*.

Quando se examina os feitos de taes exploradores, como Antonio Pires de Campos, Bartholomeu Bueno da Silva, Godoy, Amaro Leite, Vito Antonio, e tantos outros de inferior celebridade, o sangue se nos gela nas veias. Nada ha talvez na historia do mundo mais deshumano, e de estupidamente barbaro.

Por toda a parte do nosso territorio, maxime o occidental, parece que só procuravamos levar a devastação e o incendio ás tabas ou aldeas, o morticínio ou o captivo ao miserio Indigena.

Todo o empenho dos nossos maiores desde o meado do século decimo setimo, e por todo o século decimo oitavo, parece que era organizar a solidão, crear senão alargar o deserto.

Foi no ultimo século, em que o Estado, procurando secularisar-se de todo, e accentuar cada vez mais o seu divorcio com a Igreja, que sobrepujou em extremo aquelle empenho.

O tão celebrado bandeirante de S. Paulo *Anhanguera*, deve sua nomeada ao grande numero de infelizes que para ali arrastara, depois de uma jornada de mais de quatrocentas leguas.

Em uma dellas trouxe para S. Paulo acorrentados tantos Indigenas, quantos, diz Antunes da Frotta, seriam bastantes para a povoação de uma villa mediana! Este commettimento deu a *Anhanguera* a maior popularidade na Colonia, sendo recebido com aclamações nos povoados onde ostentava seu triumpho; como outrora em Lagos foram recebidos os primeiros Africanos transportados da Guiné.

Imagine-se quantos Indigenas foram privados da vida no assalto das tabas, e quantos assignalaram com suas ossadas a estrada seguida pelo feróz maneluco.

Para que façamos idéa do que acontecia em Goyaz, basta que aqui copiemos Souza e Silva o chronista mais acreditado dessa Provincia, referendo-se á administração de João Manoel de Mello:

« Visitou toda a Capitania, e chegou até S. Felix; recolheu-se, e tendo considerado as desordens que havia, as representou a S. M., e em consequencia da sua representação teve ordem para fazer ligar a força, crear a Junta da Justiça, em que os criminosos se sentenciassem, sem apellação nem agravo; o que tudo se executou, reftreando-se assim os insultos e fazenda-se

do-se respeitar a Justiça, enforcando-se de dous em dous mezes a mais assassinos dos que ladrões. »

Estes famosos assassinos ostentavam pelos povoados de Goyaz, grandes pacotes de orelhas dos Indigenas que haviam trucidado.

E mais adiante:

« Foi outra expedição á custa do povo d'esta Villa, que concorreu com vinte mil cruzados contra o Cayapó, commandada pelo pedestre Vito Antonio, que mostrou n'esta occasião ser tão valente como barbaro; atacou duas grandes aldeas, em que fez a maior carnagem, sem perdoar aos mesmos que se rendiam e lhe pediam a vida, sem resultar desta empreza outro fructo mais que alguns prisioneiros, que se venderão em proveito dos mesmos empregados na expedição. »

Como se vê estas carnificinas ou *razzias* eram praticadas com Indigenas selvagens; mas o systema era identico com os já aldeados e christianisados, e aqui, sem mencionar os factos de *Guayrá* e *Cidade Real*, e os das Missões orientaes do Uruguay, cantados por Basilio da Gama; limitamo-nos ás que se levarão a effeito nas Missões de Chiquitos e de Moxos, e nas denominadas occidentaes entre os rios Uruguay e Paraná.

Os Hunos e os Vandalos não podião ter discipulos mais aproveitados.

Eis o que communica o Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida na sua interessante *Memoria* sobre os rios Baures, Branco e outros das Missões de Chiquitos:

« Antigamente havia nas margens d'este rio, em lugares mais altos, algumas povoações, que presentemente não existem, porque muitas foram mudadas para outros lugares, e a de S. Miguel, a mais proxima aos nossos estabelecimentos, foi saqueada e inteiramente destruida pelos nossos Portuguezes no anno de 1762, tempo em que governava a Capitania de Mato-Grosso D. Antonio Rolim de Moura, o qual com cem homens derrotou a mil e durosos commandados por D. Alonso Verdugo, e defendidos com trincheiras e peças de artilharia. Os Indios d'esta Missão destruida, assim como o gado vacum e cavallar, foram mudados para uma aldeia chamada Leonil, que nos pertence. Nas Missões desertas ainda existem por entre os matos, larangeiras, limoeiros, bananeiras, cacaueas e guayabaes, cujos fructos nos serviram de refresco. O rio tem pouco peixe, os matos poucas aves, e os campos muitos corvos. »

Quanto ás Missões occidentaes ouçamos tão somente o Vigario de S. Borja, João Baptista Gay na sua tão noticiosa e importante *Historia Jesuitica do Paraguay*; á que já neste artigo recorremos:

« O Marquez de Alegrete desconfiando de suas intenções, tomou então uma resolução extrema. Elle era Governador e Capitão General da Provincia do Rio Grande do Sul, e o General Chagas estava debaixo de suas ordens. Ordenou á este que passasse immediatamente o rio Uruguay, e que destruísse todos os povos das Missões occidentaes, e que trouxesse a sua população para a repartir pelas Missões brasileiras. »

« Nada devia ficar, nem templos, nem habitações, nem capellas, nem estancias, emfim nada do que podesse servir um dia para noçios de uma povoação. »

« Com effeito o General Chagas, foi fiel e consciencioso executor destas medidas destruidoras e exterminadoras. Em 17 de Janeiro de 1817 passou o rio Uruguay no passo de Itaguay com perto de mil homens de tropa escolhida, e cinco bocas de fogo, tomou o povo da Cruz que não fez resistencia alguma, pois todos os Indios varões unhão fugido, e ali estabeleceu seu quartel general. »

« Deste ponto mandou o Major Gama com trescentos homens de cavallaria destruir o povo de Yagajá que tinha sido abandonado por seus habitantes. Gama fez esta operação com descaos, e não deixou substituir nada d'esta ultima capital das Missões. Em seu regresso teve algumas guerrilhas com An-bréito, mas foi opportunamente soccorrido por Chagas, e em seguida Chagas e Gama, foram saquear e queimar S. Thomé. A igreja d'este povo parecia ser inteiramente nova e ainda não bem acabada. Tendo cumprido esta tarefa se retirário elles para S. Borja. Luiz Carvalho tinha sido encarregado de destruir S. José, Apóstolos, Martyres, e S. Carlos, e tão fielmente como Gama, cumpriu elle sua missão. Cardoso, outro Tenente de Chagas, destruiu, a Conceição, Santa Maria Maior e S. Xavier. »

Continuando diz ainda mais abaixo:

« Houve episodios barbaros e sacrilegios nesta fatal destruição das Missões. Citarei unicamente dous que me são contados por uma testemunha ocular, brioso e valente Official do Imperio e excellento cidadão que mereceu todo o credito. »

« Em um dos povos, emquanto se lançava fogo ao templo para o queimar, Frei Grabri, Cura delle, veio chorando lançar-se ao pé do Commandante, suplicando-lhe que poupasse o templo de Deus, que elle não poderia sobreviver ao incendio e ruina da sua igreja. Respondeu o Commandante, que de proposito não nomeio: Se você não pôde sobreviver á queima do seu templo, entre depressa n'elle, e se queime com elle. »

Mas o proprio executor de tão tremenda missão o General Francisco dos Santos Chagas, he quem melhor a descreve em officio dirigido ao Marquez de Alegrete, datado de S. Thomé em 13 de Fevereiro de 1817.

«... Destruídos e saqueados os sete povos da margem occidental do Uruguay; saqueados somente os povos de Apóstolos, S. José e S. Carlos: deixando inutilizada e arrasada toda a campanha adjacente aos mesmos povos por espaço de cincoenta leguas; além de que nossa partida de Carvalho de Carvalho com mais de oitenta leguas para perseguir e derrotar os Indigenas. Se saqueou o se trouxa d'este lado do rio cincoenta arrobas de prata, muitos e ricos ornamentos, muitos e bons sinos, trez mil cavallos, igual numero de egãos e 1.130.000 réis prata. »

« Em outro officio avaliava elle o numero dos inimigos mortos em trez mil cento e noventa, e em trescentos e sessenta o dos prisioneiros. Tinha feito pois uma guerra de exterminio. Dizia tambem ter-lhes tomado cinco canhões, cento e sessenta espingardas, quinze mil cavallos, etc., etc. »

Nos annos seguintes arrasou-se de todo as povoações desse territorio, depois de uma brilhante campanha dirigida pelo mesmo General Chagas contra o Indio André Taquary, denominado D. André Artigas, valente campeão dessas Missões; que cahindo prisioneiro no passo de S. Lucas, no Uruguay, falleceu nesta Corte, em uma de nossas fortalezas.

Estes factos são reconhecidos exactos na *Memoria da Campanha de 1816*, etc., escripta por Diogo Arouche de Moraes Lara.

Nos Estados Unidos da America Septentrional tambem se tem feito aos Indigenas guerra impiedosa, mas ao menos ali o territorio iniquamente conquistado e usurpado, he occupado por população que o beneficia, cultiva, e lhe dá valor. E como ali a Igreja

tem a sua acção livre, não he opprimida e nem atrophiada, Missionarios cursão sem estorvo o paiz, pregando por toda a parte a lei christã, e chamando as tribus desherdadas ao beneficio da sociedade e da civilisação.

E todavia na nossa historia temos que contrapôr a esse tetrico quadro, outro que contrasta pelo ar que respira de humanidade e de sã politica.

Notemos as consequencias que produziu a paz dos Tamoyos para o incremento da colonisação das Provincias do Rio de Janeiro e de S. Paulo. Além desta a paz firmada com os Potyguáras no Rio Grande do Norte no começo do século XVII. O resultado foi a conquista de todo o Norte do Imperio, e o triumpho na luta com os Hollandezes.

Sem o poderoso auxilio desse neophyto dos Jesuitas, o Principal *Camarão* cujas fangas tanto tizerão realgar as nossas armas naquella epocha, em que a propria Metropole nos abandonava, o que seríamos hoje? O grosso das forças dos insurgentes, dilu-o a historia, compunha-se de Indigenas.

Limitamo-nos á estes dous importantes factos.

A nossa responsabilidade he em verdade grande, e o que mais devemos sentir, he o não havermos ainda resgatado essa divida dos nossos maiores.

Esta Provincia pela circumstancia de ser limitrophe conseguiu, que se levantasse logo cartas topographicas do seu territorio. Infelizmente esse beneficio somente se estendeu á parte interessada nas demarcações com o estrangeiro; em que se occuparão as commissões ou Partidas tanto em 1753 a 1759, como em 1780 a 1790.

O primeiro Capitão General que occupou-se da sua carta foi Luiz Pinto de Souza Coutinho (*Visconde de Balsemão*); e o fez com empenho, como bem mostra no officio que dirigiu em 4 de Maio de 1769 ao Capitão General de Goyaz, exprimindo-se por esta forma:

« Deve V. Ex. porém, persuadir-se que o meu genio não he de produzir contestações, a titulo do pugnar por uma jurisdição mal entendida; conhecendo que nada he mais frivolo do que mostrar obstinação sobre um ponto de que não pôde resultar vantagem ao serviço de Sua Magestade, a quem pertencem ambas as Capitánias. De todo este prelado pôde V. Ex. tirar por consequencia a facilidade com que devei abraçar qualquer arbitrio que V. Ex. se dignar propor-me, para que de uma vez eu possa fixar os verdadeiros limites d'esta Capitania no mappa que da mesma pretendo offerecer a Sua Magestade, o que espero alcançar de V. Ex. em obsequio do meu rendimento. »

« Não he, pois, para perverter o inalteravel systema que me tenho proposto, mas unicamente para satisfazer de algum modo a minha obrigação, que pouho na presença de V. Ex. o projecto incluído, que conforme as divisas outoradas dos rios e cordilheiras, que á vista dos mappas se offerecem entre as duas Capitánias, me pareceu mais racional para se ajustar a esta materia, a qual V. Ex. se dignar de ponderar com aquellas superiores luzes e reflexão de que he dotado, assim de se decidir-la: porém, como os mappas são tão incompletos, como tenho experimentado, eu me não constituo garante dos erros do meu projecto, que V. Ex. terá a bondade de querer rectificar como lhe cumprir, na intelligencia que d'esta sorte se ha de executar. »

Esse projecto foi realisado, como attestão Pizarro em suas *Memorias*, W. Faden na *Columbia Prima*, e o Barão de Melgaço na sua *Breve Memoria relativa á Corographia desta Provincia*.

O seu successor Luiz de Albuquerque Pereira e Caceres accompanhou-o no mesmo empenho, fazendo um *Itinerario* da sua viagem do Rio de Janeiro á esta Provincia com um mappa levantado pelo Capitão de Engenheiros Salvador Franco da Motta; adicionando á este mais outro, levantado em 1785, por outro Official da mesma arma Ricardo Franco de Almeida Serra; nome immorredouro nos annaes desta Provincia, pelos trabalhos da mesma ordem que produziu, e ainda mais pela heroica defeza de Coimbra, em 16 de Setembro de 1801 contra os Hespanhoes do Paraguay, ao mando de D. Lazaro de Rivera.

No anno de 1818, ainda governando Mattio Grosso o Capitão General João Carlos Augusto de Oeynhausen Grevenburg (*Marquez de Aracaty*), o Tenente Coronel de Engenheiros José Antonio Teixeira Cabral levantou a Carta dos limites desta Provincia, que inscrevemos sob n. 23, e que aliás he um trabalho de muito aprego.

Na administração do Capitão General Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho (*Barão de Villa Bella*), distinguio-se por trabalhos de muito interesse para a Corographia desta Provincia, o Major de Engenheiros Luiz de Arlincourt, que os publicou em 1830, mas sem lançal-os n'uma Carta.

Nos nossos dias o Cidadão que mais se tem illustrado nesta ordem de estudos he o Barão de Melgaço, e seria para desejar que, tão competente como he, lhe fosse permittido dar-lhes o necessario desenvolvimento, maxime nos pontos, ainda hoje obscuros do territorio tão vasto.

Dos estrangeiros podemos apontar os trabalhos de d'Orbigny, Elliot, Castelnau, Page e Bossi, que deixarão documentos escriptos e mapeados; porquanto os Russos Jorge Langsdorff, e Rubzoff, e os Allemães Dr. J. Netterer, e o Barão von Helmrichen nada até o presente tem publicado.

Existem ainda diferentes *Memorias* sobre esta Provincia do século passado, e do presente que consultamos, sem duvida mui interessantes, mas que o serião duplamente se se lhes addicionasse a respectiva Carta dos lugares percorridos.

*Divisão Judiciaria.*—He esta a Provincia a mais remota que temos ao Occidente, e não obstante depende no Judicial da *Relação* do Rio de Janeiro. Tal he o horror que nos inspira a divisão de territorios, em que tão estranha anomalia se mantem.

A Provincia conta trez Comarcas, cujos limites estão em nosso mappa nas circumstancias das outras da mesma especie no Imperio.

Logo que obtivermos os esclarecimentos que necessitamos, repararemos as faltas que forem possiveis.

Constitue por si só uma Diocese.

## Provincia em projecto.

### MAPPA n. XXIV.

#### PROVINCIA DE PINSONIA.

Os materiaes a que nos soccorremos para o mappa deste territorio, são em parte os da Provincia do Grão-Pará, e outros que aqui registramos:

1.º—Carta da costa da Guyana Portuguesa e Franceza desde o forte de Macapá até Cayena, formada por ordem do Governador e Capitão General do Estado do Pará no anno de 1808, por Antonio Pinto de Siqueira (*lithographia do Archivo Militar*).

2.º—Carta de parte do porto de Macapá por ordem do Illm. e Exm. Sr. D. Francisco de Souza Coutinho; por Pedro Alexandrino Pinto de Souza, Tenente Coronel de Engenheiros: 1800 (*copia do Archivo Militar*). Nesta Carta vem as seguintes observações:

« Na margem austral do Oyapock defronte do forte S. Luiz, e no primeiro braço do rio Cassipuré á esquerda são notados uns destacamentos Portuguezes, que ali houve. Pareceo conveniente nota-los para se tornarem a estabelecer, quando poder ter lugar esta providencia. »

« A linha illuminada de encaenado foi extrahida de uma Carta que não declara quem levantou-a, ou formou, nota porém que o terreno comprehendido entre o mar e a dita linha foi examinado e reconhecido. »

« As sondas desde Macapá até o rio Oyapock vão notadas com numeros que indicão brazas maritimas, e as do Oyapock até o rio Macuriá com numeros que indicão pés francezes. »

« Os Francoezes occupavão o terreno notado pela linha amarella, e durante a sua Revolução foram evacuados por ordem do Exm. D. Francisco de Souza Coutinho. »

3.º—Mappa ichnographico da Villa de S. José de Macapá com a sua situação: 1761 (*sem nome do autor*).

4.º—Planta da praça e Villa de S. José de Macapá: 1764 (*sem nome do author*).

5.º—Planta do porto e Villa de Chaves na ilha de Marajó, Provincia do Grão-Pará, levantada em Maio de 1854 pelo 2.º Tenente da Armada Ignacio Agostinho Jauffret, auxiliado pelo 2.º Tenente Vicente Ferreira de Amorim e Prático Pedro Francisco Pereira, debaixo das ordens e direcção do Capitão de Fragata Joaquim Manoel de Oliveira Figueiredo, Commandante da Divisão Naval do Maranhão (*manuscripta*): propriedade do Conselheiro J. M. de Oliveira Figueiredo).

6.º—Planta do porto da extincta povoação de Rebordello na ilha de Caviana, levantada em Maio de 1854 pelo 2.º Tenente da Armada Ignacio Agostinho Jauffret, auxiliado pelo 2.º Tenente Vicente Ferreira de Amorim e Prático Pedro Francisco Pereira, debaixo das ordens e direcção do Capitão de Fragata Joaquim Manoel de Oliveira Figueiredo, Commandante da Divisão Naval do Maranhão (*Idem*).

7.º—Planta do porto, praça e Villa de Macapá na Provincia do Grão-Pará, levantada em Abril de 1854 pelo 2.º Tenente da Armada Ignacio Agostinho Jauffret, auxiliado pelo 2.º Tenente Vicente Ferreira de Amorim, e Prático Pedro Francisco Pereira, debaixo das ordens e direcção do Capitão de Fragata Joaquim Manoel de Oliveira Figueiredo, Commandante da Divisão Naval do Maranhão (*Idem*).

8.º—Os mappas ns. 2, 3, 4, 8, 9, 10, 13, 14, 15 e 17 do artigo da Provincia do Grão-Pará.

9.º—Carta topographica da Provincia da Oyapockia, organizada por E. de la Martiniere, Engenheiro da Escola de Minas de Paris, a 7 de Julho de 1853. Rio de Janeiro, 1853 (*lithographia de Heaton & Rensburg*). Além deste material, consultamos as seguintes obras, posto que algumas já se achem contempladas no artigo da Provincia do Grão-Pará:

1.º—*Annaes historicos do Estado do Maranhão*, por Bernardo Pereira de Berredo.

2.º—*Compendio das éras do Pará*, por Antonio Ladislau Monteiro Baena.

3.º—*Esboço corographico sobre o Pará* (*Idem*).

4.º—*Discurso ou memoria sobre a intrusão dos Francezes de Cayena nas terras do Cabo do Norte* (*Idem*).

5.º—*Corographia Paraense*, por Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva.

6.º—*Propriedade e posse das terras do Cabo do Norte pela Corbá de Portugal*, pelo Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira (*Revista do Instituto Historico to. 3.º Corographia do Brasil* do Dr. A. J. de Mello Moraes to. 2).

7.º—*Diario roteiro do arroyal do Pesqueiro do Araguay até o rio Oyapock*, por Manoel Joaquim de Abreu.

8.º—*Corographia do Brasil, etc.*, pelo Dr. A. J. de Mello Moraes, nos arts.—*Dos titulos do Brasil e de seus limites austraes e*

*septentrionaes até o anno de 1765: Limites do Norte, e questão de limites.*

9.º *Memoria sobre os limites do Brasil com a Guyana Franceza, conformo o sentido exacto do art. 8. do Tratado de Utrecht*, pelo Dr. Joaquim Caetano da Silva (*Revista do Instituto historico, etc. to. 13*).

10.º *O Oyapock e o Amazonas*, pelo mesmo Dr. J. Caetano da Silva (*em Francez*).

11.—*Limites com a Guyana Franceza*. Protocollo sobre a respectiva negociação em 1856 (*annexo ao Relatorio do Ministerio dos Negocios Estrangeiros de 1857*).

Representava o Brazil o finado Visconde do Uruguay e a França Mr. Ills de Butenval.

12.—*Nota sobre a negociação pendente para se fazer effectivo o Tratado de limites do Imperio do Brazil com a Guyana Franceza*, pelo Conselheiro Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond (*na Corographia do Brasil*, do Dr. Mello Moraes, to. 4).

13.—*Deductão dos Direitos do Brasil á propriedade e posse da actual linha da fronteira do Norte do Imperio do Brazil*, pelo Conselheiro Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond (*Idem*, to. 2).

14.—*Compendio historico do occorrido na demarcação dos limites pelo lado da Guyana* pelo Conselheiro Manoel José Maria da Costa e Sá (*Idem*, to. 2).

15.—*Corographia Brasileira*, pelo Padre Manoel Ayres do Casal, art. *Guyana*.

16.—*Colonisação da Guyana Franceza*. Publicação da Sociedade de Estudos, fundada e dirigida por Mr. Julio Chevalier.

Extractos de autores e viajantes que escreverão sobre a Guyana, accompanhados do catalogo bibliographico da Guyana, por Victor Nouvion, Secretario da Sociedade de Estudos, etc. Pariz, 1847.

17.—*Idéa do que he a villa de S. José de Macapá, dada ao Illm. e Exm. Sr. Dez. Rodrigo de Souza da Silva Pontes, Presidente da Provincia do Grão-Pará*, pelo Tenente Coronel de Artilharia Antonio Ladislau Monteiro Baena, mandado em commissão á mesma Villa pelo dito Sr. Presidente em 1842 (*manuscripto*).

18.—*Informação sobre as vallas da villa de S. José de Macapá, dada etc.*, pelo mesmo Baena em 1842 (*manuscripto*).

19.—*Breve descripção da villa de Mazagão, e parecer sobre o aninga da sua entrada, dada, etc.*, pelo mesmo Baena em 1842 (*manuscripto*).

20.—*Informação sobre a villa de S. Antonio de Gurupá, dada etc.*, pelo mesmo Baena em 1842 (*manuscripto*).

Com quanto a villa de Gurupá esteja situada na margem direita do Amazonas, estão sob sua dependencia territorios do lado esquerdo, e sobre estes tambem Baena apresenta muitos esclarecimentos.

21.—*Manuscripto sobre os limites do Brazil*, offerecido ao Instituto historico e geographico Brasileiro, por S. M. o Imperador (*Revista do Instituto historico, etc. to. 24*).

*Limites e organização do territorio.*—No anno de 1853, depois que se levou a effeito a idéa de abrir a navegação do rio Amazonas ás nações ribeirinhas, idéa precursora da abertura dessa navegação á todas as nações do Mundo; entendemos que uma das primeiras necessidades era o olharmos com o mais serio interesse para o territorio septentrional que possuimos banhado pelo Amazonas, terreno importante pela magnifica posição que occupa, de que o ponto mais notavel he por sem duvida o da cidade de Macapá, seja em relação ao commercio, seja aos futuros destinos do nosso Paiz.

Sabemos quaes os erros que commetteu Martin Alfonso de Souza quando deixou de occupar a margem esquerda do rio da Prata em 1531, e o erro mais palmar de desprezar a bahia do Rio de Janeiro, onde recebeu dos naturaes tão espontaneo e benevolto agazalho, para estabelecer-se em S. Vicente, porque já havia ali um começo de colonia.

Tambem não nos he desconhecido outro erro que commettemos no principio da nossa emancipação politica, o sacrificio que se fez da Capitania do Rio Negro ás ambições da Junta Provisoria de Belem; sacrificio que além de outros inconvenientes, trouxe-nos o conflicto de 1843 com a Grã-Bretanha, por causa da missão do Pirara, neutralisando-se um territorio incontestavelmente nosso; conflicto que por certo não teria existido, se no Rio-Negro houvesse um governo que por certo olharia com mais zelo para o territorio do Rio-Branco, como nunca o fez, nem poderia fazer o do Grão-Pará.

Estes motivos tambem actuão no territorio á margem esquerda do Amazonas, e que, emquanto não for desligado da Provincia do Grão-Pará, não terá a vida que precisa ter, e que demandão os interesses do Imperio.

A estolida vaidade dos Capitães-Generaes foi sempre um embaraço para a elevação daquelle territorio em Capitania; pois se o houvera sido, o Tratado de Utrecht, assim como os de Vienna e de Paris, não serião para nós uma inutilidade.

Sempre que lançavamos os olhos para aquelle lado do Imperio, quando estudavamos a sua Carta, não podiamos comprehender a razão do abandono de tão importante territorio, cujas vantagens são tão manifestas, tendo-se em consideração a posição, e os recursos que em si concentra, especialmente o artigo—*gomma elastica*.



Baseados nestas razões, quando occupavamos um assento na Camara dos Deputados, offerecemos o projecto, que abaixo copiamos, em que fomos auxiliados por outros Membros, a quem nossas idéas parecerão aceitaveis :

« A Assembléa Geral Legislativa resolve :  
 « art. 1.º—Fica elevada á categoria de Província, com a denominação de *Oyapockia*, o território comprehendido entre os rios Nhamundá, Amazonas, Oceano Atlantico, e os limites septentrionaes do Imperio. O Governo designará no acto da criação quaes as ilhas adjacentes dos rios Amazonas e Nhamundá que ficarão pertencendo á nova Província.  
 « art. 2.º—A capital da nova Província será a villa de Macapá, em quanto a Assembléa Provincial respectiva não resolver a mudançã.  
 « art. 3.º—A Província de *Oyapockia* dará um Senador e dous deputados á Assembléa Geral Legislativa. A Assembléa Provincial constará de vinte membros.  
 « art. 4.º—O Governo fica autorizado para erar na mesma Província as estacões fiscaes indispensaveis para a arrecadação e administração das Rendas Geraes, submettendo-as depois ao conhecimento da Assembléa Geral para sua definitiva approvação.  
 « art. 5.º—Ficão revogadas todas as Leis em contrario.  
 « Paço da Camara dos Deputados, 10 de Julho de 1853.—*Candido Mendes de Almeida*.—*Barão de Maracá*.—*João Wilkens de Mattos*.—*João Lourenço da Cunha Paranhos*.—*S. F. de Araújo Torres*.—*Agrippino José de Souza*.—*José Antonio Saraiva*.—*Octaviano Cabral Raposo da Camara*.—*Ignacio Joaquim Barbosa*.—*Dr. José de Góes Siqueira*.—*J. dos Santos e Almeida*.—*L. B. M. Fiuza*.—*E. Mendes do C. Corréa*.—*João Duarte Lisboa Serra*.—*Francisco de Paula Santos*.—*Viriato Bandeira Duarte*. »

Neste projecto que fizemos acompanhar da respectiva Carta, damos ao território o nome de *Oyapockia*, que a algumas pessoas pareceu inconveniente, tendo em mira as pretensões da França ao dominio completo do rio Oyapock, não obstante o nosso direito á sua margem direita.

Achando razoavel a objecção, tanto mais quanto a denominação desta Província de-vera ser a de *Amazonas*, nome que sem grande fundamento foi dado á antiga *Capitania do Rio-Negro*; entendemos que deveriamos proenrar uma denominação que satisfizesse ao territorio que não nos he disputado.

He por isso que hoje designamos esse territorio pelo titulo de—*Pinsonia*; afim de se honrar a memoria do seu descobridor, o celebrado navegante hespanhol Vicente Yanes Pinson, um dos mais intrepidos companheiros de Colombo, Commandante da veleira caravella *Niña*. Preferimos esta denominação á de *Cabo do Norte*, da antiga Capitania de Bento Maciel Parente, ou de *Guyana Portuguesa ou Brasileira* como pretendião Ayres do Casal e outros.

Mas a noticia deste projecto abalou muito os espiritos na cidade de Belém, capital da Província do Grão-Pará, que lobbriarão nessa criação, uma diminuição de interesses e de importancia para a cidade que se julga a rainha do Amazonas, no momento em que a navegação do rio se ia fazer á vapor por meio da criação de uma forte Companhia.

O correspondente do *Correio Mercantil* daquella cidade em carta de 16 de Setembro de 1853, impressa no n. 284 do mesmo jornal, deo logo uma idéa desse desgosto, expressando-se por esta forma :

« Não obstante, eu sempre quizera que o Governo antes da experiencia dos espellosistorios nos mandasse alguns bons vapores e tropas, em vez de deixar-nos sómente entregues á mercê da Divina Providencia, e eu dar na Província *Oyapockia*, que he por em quanto uma extravagancia, se he que não convenia ceder antes por bem o que talvez não possamos denegar á força. »

Mas o pesar se manifestou com dupla torça na Assembléa Legislativa da Província como se vê da carta que no 1.º de Novembro de 1853 dirigio o correspondente do *Jornal do Commercio*, impressa no n. 324 da referida folha, e que tambem aqui registramos :

« Ainda tratarei de outra questão que tem toda a relação com esta navegação (a do Amazonas).  
 « Lembrado estará de um projecto que foi apresentado este anno na Assembléa Geral assignado por trinta e tantos Deputados, menos os desta Província, no qual se propõe a necessidade e conveniencia da criação de uma nova Província na Comarca de Macapá, desde esta Villa até Obidos, isto he, naquella parte do Imperio á que outros os geographos chamam *Guyana Portuguesa*, e que hoje com toda a propriedade poderemos continuar a chamar *Guyana Brasileira*. Pois bem.  
 « Esse projecto que mereceu a geral desapprovação dos habitantes desta Província, foi um verdadeiro cartel dirigido ao patriotismo dos Paraenses, e levantado da arena pela Assembléa Legislativa Provincial, cuja resposta lá vai em breve apparecer no seio da Representação Nacional, demonstrando a extemporaneidade, a inconveniencia, a imprópriedade de uma tal medida.  
 « A noção feita para este fim foi unanimemente approvada, e se em littera a honra de ter assento entre os legisladores da Província, ajudaria á estymagiar o tal projecto, votando pela representação: mas havia de me esforçar para que tambem ao Governo se lembrasse a necessidade palpante e instantanea de erar na villa de Macapá uma alfandega filial da desta Capital, estando no mesmo tempo a liberdade da permissão do commercio de transito pelo Amazonas.  
 « He questão entre iguaes, e por tanto appellamos para o tempo, afim de nos informar quem vence, se a razão se o capricho.  
 « Sobre a necessidade da criação desta Alfandega ali, quer se afficte a idéa do commercio de transito, quer se permita a livre navegação, alongar-me-hei em outra occasião. »

Não obstante o que diz este correspondente sobre a *extemporaneidade, inconveniencia, e imprópriedade* do projecto, nessa epocha já se achava necessaria a criação de uma Alfandega em Macapá, e são decorridos quinze annos, sem que tal necessidade fosse satisfeita. Vimos com pesar o porto de Macapá privado desse beneficio ainda no Decreto n. 3.920—de 31 de Julho de 1867, que regulou a navegação do grande rio frangeada a todas as nações do Globo. Apenas foi considerado registro, e porto de deposito de combustivel, para os vapores que demandarem o rio por aquelle lado.

A despeito da repulsão que teve em Belém o nosso projecto, o Gabinete de 6 de Setembro prestou-lhe alguma attenção, visto como por Aviso da Repartição do Imperio de 26 de Outubro desse anno, se exigio do Ministerio da Marinha informaçães acerca da verdadeira situação, importancia, recursos dos portos das villas de Condeixa, Chaves na ilha de Marajó, da povoação de Rebordello na ilha de Caviana, e da villa de Macapá na margem esquerda do rio Amazonas, afim de se fundar ali uma importante Colonia.

Eis os termos por que se exprimia o Ministerio daquelle Repartição:

« Illm. e Exm. Sr.—Convindo que o Governo Imperial tenha uma exacta informação acerca da verdadeira situação, importancia e recursos dos portos das villas de Condeixa e Chaves na ilha de Marajó, da Povoação de Rebordello na ilha de Caviana, e da Villa de Macapá na margem esquerda do rio Amazonas na Província do Grão-Pará, e de qualquer porto com profundo e seguro ancoradouro proximo á embocadura do mesmo rio, onde se possa fundar uma importante Colonia; rogo a V. Ex. que se sirva mandar examinar esses portos pelo Commandante da Estação Naval do Norte, recomendo-lhe todo o zelo, e a remessa, o mais breve que poder de um Relatório circunstanciado de suas investigações, acompanhado das plantas dos portos e respectivas povoações; cumprindo-me prevenir a V. Ex. que nesta data se expede Aviso ao Presidente daquelle Província para pôr á disposição do mesmo Chefe os meios que para esse fim requisitar, e em que accordearem.  
 « Deus Guarde a V. Ex.—*Luiz Pereira da Costa Ferraz*.—Sr. Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha. »

havendo decorrido quinze annos depois de offerecido o nosso projecto, parece que as razões de extemporaneidade e de inconveniencia devem ter enfraquecido, senão cessado; tanto mais quanto a cidade de Belém deve estar hoje mais segura e tranquilla acerca de seu futuro, que não pode deixar de ser brilhante, cumprindo ser agora mais generosa acerca de territorios que reclamão do paiz attenção mais cuidada.

O Ministerio da Marinha de então o Conselheiro José Maria da Silva Paranhos, encarregou do desempenho daquelle Commissão ao Commandante da Divisão Naval do Norte, que na epocha era o actual Conselheiro Joaquim Manoel de Oliveira Figueiredo, que plenamente satisfizes as vistas do Governo.

Apresentou um interessante e luminoso relatório, acompanhado de diferentes mapas e plantas, de muito merecimento; de que infelizmente nenhum uso se fez. Desse trabalho colhemos alguns dados para a justificação do nosso projecto; que sujeitamos ao estudo de todo o paiz, já que fóra do Parlamento, não podemos ali advogar a opportunitude e conveniencia dessa medida.

A posição astronomica deste territorio he a seguinte:

Latitude boreal 4º 8', e austral 2º 40'.  
 A longitude toda occidental comprehendendo o espaço entre 6º 15' e 13º 40'.

A sua maior distancia de Norte a Sul he de 90 leguas desde as nascentes do rio Gurupatuba na serra Tumucuraque á margem esquerda do rio Amazonas, pouco abaixo da foz do rio Tapajós; e de Leste á Oeste 170 leguas do Cabo do Norte na ilha de Maracá á margem esquerda do rio Nhamundá. Calculamos a sua superficie em 8 a 9.000 leguas quadradas.

Confina ao Norte com as Guyanas Ingleza, Hollandesa e Franceza pelo cubatão da serra Tumucuraque, e *thalweg* do rio Oyapock ou de Vicente Pinson, ou Pinçon; ao Sul com a Província do Grão-Pará pelo *thalweg* do rio Amazonas, e canal austral da foz do mesmo rio e com as ilhas que lhe ficarem sob sua dependencia; á Leste com o Oceano Atlantico; e a Oeste com a Província do Amazonas pelo *thalweg* do rio Nhamundá pela foz occidental do mesmo rio. O litoral maritimo comprehendendo o das ilhas, excede a sessenta leguas; e o fluvial mais de trezentas, não contemplando os rios de inferior importancia.

Este territorio descoberto ha mais de trez seculos, ainda hoje se achava quasi que abandonado. A nação que o conquistou não lhe deu todo o aprego a que elle tinha jús, como succedeu com outros pontos do Brazil mais afortunados.

Parece que na distribuição em doze Capitánias da terra de Santa Cruz que fez D. João III, coube á João de Barros a mais septentrional, e como não temos presente a integra da sua doação, não sabemos os limites que lhe fóra traçados. Nessa doação devera estar comprehendido este territorio, por isso que a Hespanha nunca recusou-o a Portugal.

A primeira expedição com destino a colonisação do territorio doado foi ter á ilha *Upaon-assú*, hoje do Maranhão, mas que antes teve diferentes denominações; depois de um tremendo naufragio, a que se seguiu outro em nova expedição, tão infructuosa como a primeira.

Tendo estas doações caducado, a Corôa encarregou-se de conquistar e colonisar o territorio septentrional da mesma terra de Santa Cruz, vulgarmente chamada *Brazil*.

A occupação da foz do *Paraná-guassú*, que os Portuguezes traduzirão por *Grão-Pará*, e da fundação de Belém em 1616, habilitou-os a explorarem a foz do grande rio, e os paizes situados na margem esquerda.

Seis a sete annos depois deste estabelecimento os Portuguezes commandados por Bento Maciel Parente tiveram de expellir de Gurupá e de outros pontos da foz do Amazonas os Hollandezes, que se haviam ali fortifi-

cado, protegidos pelos indigenas *Nheengaibas* com quem muito negociavam.

Em 1629 o Capitão Pedro da Costa Favella depois de renhidos combates com os Hollandezes e Inglezes na ilha de Tucujús (hoje *Gurupá*) tomou-lhes o forte *Torrejo*, capitulando o seu chefe o Irlandez James Porcel.

No anno seguinte, e em 1631, Jacome Raymundo de Noronha toma aos mesmos adversarios outro forte de nome *Philips*, que na mesma ilha tinha fundado o seu chefe Thomaz, guerreiro em quem muito confiavam, pela celebridade adquirida nas guerras de Flandres.

Mas depois da derrota de um inimigo, seguia-se logo a luta com outro: tal era o empenho que mostravam em apossarem-se destas posições, de que aliás tão pouco sabíamos apreciar a importancia.

Desta vez o adversario que tivemos em frente erão Inglezes, que haviam levantado com o auxilio dos indigenas, *Nheengaibas*, *Aruans* e *Tucujús* o imponente forte de *Camauá*, bem guarnecido e artilhado, um pouco ao Sul da presente cidade de Macapá, nas visinhanças da ponta da Cascalheira.

A noticia do estabelecimento de tão respeitavel adversario fôrgou o Governador do *Estado do Maranhão* a ordenar á seu filho Feliciano Coelho de Carvalho, que havia succedido á Noronha na administração do Pará, que sem detença fosse desalojar de *Camauá*, e escarmentar os novos invasores.

Pondo á sua disposição os recursos da Colonia mandou o Governador Francisco Coelho de Carvalho, para guiar-lo na empreza e como seu immediato o Sargento-mór do Estado Antonio Teixeira de Mello, que dez annos depois (1642) se constituiu o *libertador do Maranhão* do jugo hollandez.

Pode-se avaliar a importancia de *Camauá* pelos aprestos que fez Feliciano Coelho em *Camauá*, onde assistido da flôr dos mais destemidos cabos que contava o Estado, levou para o ponto occupado pelos Inglezes em 19 de Junho de 1632, em 127 canoas 240 soldados e 5.000 indigenas frecheiros.

*Camauá* foi assediado e rendido por assalto, na noite de 9 de Julho desse anno, concorrendo muito para este resultado a intrepidez do Capitão Pedro Bayão de Abreu.

O commandante Rogero Fray, Inglez, que tinha ido esperar na foz do Amazonas os reforços que lhe promettera de Londres o Conde de Brechier, além de outros dos Estados da Hollanda, he morto em combate pelo Capitão Ayres de Souza Chichorro, rendida a guarnição do navio em que se achava.

Foi por estas proezas que conquistamos este territorio. A Corte de Madrid que então governava Portugal julgando conveniente crear ali uma Capitania, fez doação do territorio á Bento Maciel Parente, um dos que mais ajudarão a expellir os estrangeiros, e que na Corte Hespanhola, se apresentara como promotor da descoberta da navegação do Amazonas, que realisou o Capitão Pedro Teixeira.

A Carta Regia que consagra a doação tem a data de 14 de Junho de 1637, e della copiamos aqui os seguintes trechos:

« D. Philippe, por graça de Deos, etc.  
 « Faço saber aos que esta minha Carta de Doação virem, que tendo consideração aos serviços que o Conde de Ilasto, sendo Governador deste Reino, me representou em uma consulta no anno de 1631, que havia feito Bento Maciel Parente, fidalgo do minha Casa, e aos mais que até o anno de 1634 fez em Pernambuco, eijos papeis apresentou na Corte de Madrid: houve por bem por cartas minhas de 18 de Maio de 1634 e 13 de Agosto de 1635, de lhe fazer mercê de algumas terras no rio de Amazonas, além do fôr de fidalgo com dous mil réis de morallia de que se lhe passou portaria na Corte de Madrid; tudo com obrigação de ir servir a Pernambuco trez annos, por quanto seria alli de proveito pela muita pratica que tinha daquella guerra; e que a Senhora Princeza Margarida, minha muito amada e presada sobrinha prima, remettem no Conselho da Fazenda sem ordem que se lhe nomeasse a dita Capitania, não sendo nenhuma das que tenho escolhido para minha Corôa, nem das terras que estão dadas a terceiro. E porque eu Conselho da Fazenda, tomadas as informações necessarias, sendo ouvido o Procurador d'ella, se lhe nomeou ao dito Bento Maciel, a Capitania do *Cabo do Norte*, que tem pela costa do mar trinta até quarenta leguas de districto, que se contém do dito Cabo até o rio de Vicente Pinçon, onde entra a repartição das Indias do Reino de Castella, e pela terra dentro Rio das Amazonas arriba, da parte do canal que vai sahir ao mar oitenta para cem leguas, até o rio dos Tupuyosús (*desaguadouro do lago Sarubijú*).

« E visto por mim seu requerimento e a forma da Portaria relatada, porque lhe fiz esta mercê ao dito Bento Maciel, com a mesma qualidade, jurisdicção e obrigação, com que foi concedida a outra Capitania ao dito Alvaro de Souza, e com a do Estado do Brazil, e considerando eu quanto serviço de Deos e meu, e bem commum de meus Reinos e Senhorios, dos naturaes subditos d'elles, e ser a minha costa e terra do Brazil, Maranhão e Pará mais povoada do que até agora foi, assim para se nella haver de celebrar o culto illozo e se exaltar a nossa Santa Fé Catholica, como trazer e promover a ella os naturaes da dita terra indios e idólatras, como pelo muito proveito que se seguirá a meus Reinos e Senhorios.

« E aos naturaes e subditos d'elles em se a dita terra povoa e aproveitar, houve por bem de mandar repartir e ordenar as Capitaneas de certas em certas leguas para dellas prover as primeiras que bem me parecesse, pelo qual havendo respeito aos serviços que me fez e espero me faça o dito Bento Maciel Parente, e por folgar do lhe fazer mercê em satisfação d'elles, usando de meu poder real e absoluto, certa sciencia, hei por bem e me praz de lhe fazer mercê como em effeito faço por esta Carta irrevogavel doação entre vivos, valedoura desde dia para todo sempre de juro e herdade para elle e todos seus filhos, netos e herdeiros, e successores, que apoz elle vierem assim descendentes como transversaes e collateraes, segundo ao diante irá declarado das terras que jazem no *Cabo do Norte* com os rios que dentro nellas estiverem, que tem pela costa do mar, trinta até quarenta leguas de districto que se contém do dito Cabo até o rio de Vicente Pinçon, e onde entra a repartição das Indias do Reino de Castella, e pela terra dentro do rio das Amazonas arriba, da parte do canal que vai sahir ao mar oitenta para cem leguas, até o Rio dos Tupuyosús, com declaração que nas partes referidas por onde acabarem as trinta e cinco até quarenta leguas de costa de sua Capitania se porão marcos do pedra, e estes marcos correrão via recta pelo sertão dentro.

« E bem assim, mais será do dito Bento Maciel Parente e seus successores as ilhas que houver até dez leguas ao mar na fronteira e demarcação das ditas trinta e cinco até quarenta leguas de costa de sua Capitania, as quaes se entenderão medidas via recta, e estraço pelo sertão e terra firme a dentro pela maneira referida até o rio Tupuyosús, e d'ahi por diante tanto quanto poderem entrar e fôr de minha conquista, da qual terra, ilhas e rios pelas sobreditas demarcações lhe faço doação e mercê de juro e herdade para todo sempre como dito he. E quero e me praz que o dito Bento Maciel e todos seus herdeiros e successores, que as ditas terras herdarem, e nellas succederem, se possam chamar, e se chamem Capitães Generaes, e Governadores dellas. »

Bento Maciel Parente nada pôde fazer em beneficio de sua Capitania, porquetendo ido administrar todo o *Estado do Maranhão*, a sua má fortuna o acolheu em S. Luiz em 1641.

O Almirante Hollandez Lichthardt com 18 vasos de guerra, levando a seu bordo uma força respeitavel commandada pelo Coronel Koin, apossou-se da ilha do Maranhão e cidade de S. Luiz á falsa fé, estando em paz a Republica das Provincias-Unidas com Portugal.

Bento Maciel que tinha ordens da Metropole para receber todos os estrangeiros como amigos, menos os Mouros e Castelhanos, não pôde fazer resistencia alguma; tanto mais quanto, dispondo tão sómente de poucas praças, apresentavam-se os Hollandezes como amigos.

O resultado da alevisioa hollandesa combinada com o fraco esforço que fez Maciel, foi, além da tomada da ilha, a sua prisão e deportação na fortaleza dos Reis Magos no Rio Grande do Norte, onde pouco durou; acabando em Fevereiro de 1642, coberto de desgostos, e em poder daquelles que tantas vezes venceu e humilhou.

Este acontecimento fez com que não vingasse a colonisação da *Capitania do Cabo do Norte*, que revertêo á Corôa, e assim se conservou até o presente.

Essa Capitania apenas contou um Governador ou Capitão-mór João Velho do Valle, que não teve successor.

Entretanto o mesmo Bento Maciel não se esqueceo de encetar a colonisação da sua conquista antes de succumbir no Maranhão; porquanto para começa-la mandou daquelle ponto em uma caravella sessenta soldados e doze casaes de Colonos ás ordens de Manoel Madeira, que por odio ao mesmo Maciel fez o piloto errar o rumo, e seguir para as Antilhas Hespanholas. Este ensaio ficou perdido.

Cumprir notor que a despeito de tantos mallogros, os Hollandezes não perdia de vista este territorio: e em 1639, um patacho armado em guerra renovou alias hostilidades subindo o rio, e indo attaca a fortaleza de Gurupá. Mas teve má sorte, por que foi rendido por abordagem pelo Commandante da fortaleza João Pedro de Caceres.

Em 1647 nova invasão Hollandesa dirigida por Bandergus se apossa das ilhas da *Capitania do Cabo do Norte* na foz do Amazonas, fortificando-se no ponto de *Maricary*, onde pela ultima vez os foidesalojar o Capitão-mór do Para Sebastião de Lucena de Azevedo, auxiliado pelo intrepido Alferes Antonio da Costa.

Cessando as incursões Hollandezas e Inglezas, auxiliadas pelos indigenas *Nheengaibas*, *Aruans* e *Tucujús*, que os nossos Colonos exterminarão, começaram as Francezas de 1674 em diante.

Foi por essa epocha que a França tendo-se apossado de Cayena começou suas incursões no nosso territorio, guiada pelos Padres da Companhia de Jesus de sua nacionalidade Grillet e Bechamel, que atravessando com os indigenas de suas Missões o rio Oyapock alcançavam nossas possessões.

Em 1679 os Francezes penetrão no rio Amazonas, e dirigem-se até Gurupá, onde a passagem lhes foi tolhida pelo respectivo Capitão-mór.

Em 1682 e 1683 essas invasões se repetem pelo interior, não obstante as reclamações dos Missionarios Portuguezes, tanto Jesuitas como Capuchos da Piedade, á quem definitivamente ficaram pertencendo estas Missões; e dos Capitães-Generaes do Maranhão, que fazião reconduzir os invasores aos Governadores de Cayena.

Em 1686 o Capitão-General Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho resolveu fortificar a margem septentrional do Amazonas para pôr termo á essas incursões. Para este fim ali se apresentou com o Jesuita Aloisio Corrado, Italiano, distincto Mathematico; e depois de examinar as posições dos antigos fortes *Torrejo*, *Camauá* e *Maricary* tomados aos Inglezes e Hollandezes, funda em Abril de 1688 sobre as ruínas do segundo, a fortaleza de S. Antonio de Macapá, pouco acima da actual.

Esta providencia mais significativa exasperou o governo de Cayena que contava com o nosso descuido naquella fronteira; e um dos Chefes mais audaciosos o Marquez de Ferolles, dirigio em 1691 um officio ao mesmo Capitão-General para que evacuasse os territorios da margem septentrional do Amazonas, por que era esse o limite da Guyana Franceza.

Repellida como mereceu ser tão impertinente reclamação em 31 de Maio de 1697, foi a fortaleza de S. Antonio de Macapá sorprehendida e tomada pelo mesmo Marquez de Ferolles, fundando-se para este commettimento no alludido pretexto.

O Commandante da fortaleza, Manoel

Pestana de Vasconcellos rendeu-se com toda a sua guarnição sem dar um tiro.

Este desastre accendeu os brios do Capitão-General, e passados quarenta dias Francisco de Souza Fundão auxiliado de João Muniz de Mendonça, tomarão de assalto a fortaleza, depois de um renhido combate.

Em 4 de Março de 1700 celebrou a França com Portugal um Tratado provisional; pelo qual obrigava-se a primeira a não invadir o nosso territorio até final solução da questão, demolindo os Portuguezes as fortificações que tinham na foz do Amazonas.

A este Tratado seguiu-se o de Utrecht em 1713, que fixou definitivamente os nossos limites com a Guyana Franceza. Esse celebre tratado foi posteriormente reforçado pelo de Vienna em 1815, e Convenção de Pariz de 1817, cuja disposições consignamos no artigo relativo ao Mappa n. II.

Aquelles Tratados não fizeram mais do que renovarem a doutrina consagrada pelos ajustes dos Reis de Hespanha e de Portugal em execução da Bulla do Papa Alexandre VI, fixando no rio Oyapock o limite do dominio das duas Corôas; para o que firmou-se no cabo da montanha, hoje denominada de *Argent*, ao Occidente do cabo de Orange, outr'ora de S. *Vicente*, um padrao com as armas de Portugal, que ainda em 1721 e em 1727 fóra visto e examinado pelo Capitão João Pedro do Amaral, e Sargento-mór Francisco de Mello Palhêta, authorisado pelo Capitão-General do Estado do Maranhão João da Maia da Gama. E outro tanto fez em 10 de Junho de 1728 o Capitão Diogo Pinto da Gaya, em obediencia ao Governador Alexandre de Sousa Freire.

Depois do Tratado de Utrecht, cuja execução quanto a demarcação não se levou a effeito, por interesse da França que nenhum desejo tinha de realisa-la; propozêro os Francezes em 1720 ao Governador Bernardo Pereira de Berredo a abertura de communicações e commercio reciprocos, e venda de Indios para os seus estabelecimentos de Cayena.

Esta proposta não podendo ser acolhida, excitou os Francezes a renovarem suas incursões no nosso territorio; o que se houvera impedido com estabelecimentos nossos na margem direita do Oyapock, que o governo creado em Macapá vigiaria melhor do que o de Belém.

O Tratado de 13 de Fevereiro de 1761, annullando o de 13 de Janeiro de 1750, e as suspeiças que já existião de uma luta com a França e Hespanha, em consequencia do *Pacto de Familia*, arrancou de sua somnolencia a Corte de Lisboa, até então muito atarefada em descobrir e exterminar Jesuitas.

Nesse momento lembrou-se o Marquez do Pombal de fortificar a foz do Amazonas.

Com tal proposito foi o Governador do Pará no anno de 1761, ou principios do seguinte, á Macapá, em companhia do Major allemão Gaspar João Gerardo Gronfeldts, Henrique Galluzzi e outros Engenheiros para se começar uma importante fortificação, cujo commando fóra confiado ao Coronel Nuno da Cunha de Athayde Varona.

Os ultimos planos dessa magnifica fortificação terminarão em 1761, sendo approvados pelo Capitão-General Fernando da Costa de Athayde Teive, que para ali se dirigio nesse anno; assim como em outros até a conclusão da obra, que, diz Accioli, importara em trez milhões de cruzados. A artillaria que a guarnecesse hoje sem grande importancia pelos novos inventos, excede a oitenta peças de ferro e bronze de diferentes calibres.

Tentar uma obra tão dispendiosa para defenza destes vastos dominios de Portugal na foz de um rio como o Amazonas, sem organizar o territorio escolhido em Capitania, como os Governos transactos tinham feito no Sul e centro do Brazil, he inacreditavel; tratando-se de um Estadista como Pombal, cuja habilidade tanto se preconisa, principalmente pelos que nunca demorarão-se em examinar a sua administração.

A historia do territorio de que nos occupamos, dessa epocha por diante he conhecida. Foi sepultado na aglomeração de territorios chamada—*Capitania*, hoje *Província de Grão-Pará*; tratando-se uma ou outra vez incidentalmente da posição de Macapá. A Provisão de 4 de Novembro de 1816, he um exemplo: nella apenas se aventura a idéa de constituir Macapá cabeça de uma Comarca, que se pretendia crear naquella Capitania, e que por interesse historico aqui exaramos :

« D. João por graça de Deos, Rey do Reino Unido de Portugal, Brazil e Algarves, etc.:  
 « Mandamos a vós Governador e Capitão General da Capitania do Pará, me informeis com o vosso parecer se em lugar dos Juizes de Fora que no officio de 15 de Julho do anno passado propozestes para as villas de Santarém, e de Cametá, convirá antes a criação de uma nova Comarca e Ovidoria, como já propuzestes o presente Governador e Capitão General, D. Francisco de Souza Coutinho, em officio de 29 de Julho de 1800, declarando qual das villas deve ser a cabeça da Comarca, quaes villas deverão ser comarcas della e da antiga Comarca do Pará, a distancia em que cada uma das villas fica de sua respectiva cabeça de Comarca, e finalmente se convirá que nesta divisão fique sendo cabeça da nova Comarca a Villa de Macapá, apezar de ser tão distantia, que a sua população se diminua successivamente, arruinando-se em consequencia muitas casas della; remetendo-me tambem se possível for, um mappa da Comarca actual do Pará, no estado actual em que se acha.  
 « El Rey Nosso Senhor mandou pelos Ministros baixos assignados do seu Conselho, e seus Dezembargadores do Paço, João Pedro Maynard da Fonseca e Sá a fez no Rio de Janeiro, a 4 de Novembro de 1816.—Bernardo José de Souza Lobato a fez escrever.—Monsenhor Almeida—Monsenhor Miranda. »







lome aquelle grão de actividade que convém, por isso que tendo ao pé de si as mais apreciáveis madeiras de construção, lhe pertence ser o nosso mais activo fornecedor de bons navios. Assim se queira. »

Na exposição do clima e salubridade de Macapá faz o illustre Conselheiro apreciações mui dignas de ser estudadas:

« Para aquelles que nunca forão á Villa de Macapá e só têm della conhecimento pelas desfavoráveis, e exageradas informações que della se lhes faz; e mesmo para os que tendo lá ido encaráo os factos unicamente pelo resultado que elles lhes apresentão, sem indagar das causas que os produzem, e meios do as remover; he aquella localidade a mais pestifera que se pôde imaginar, e como que impossível têm o poder de resistir por muito tempo a acção destruidora do seu inhospito, e envenenado clima. »

« Não he porém tanto quanto se diz. »  
« Com effeito na Villa, e particularmente no tempo das suspensões da chuva, e da sua primeira queda, grassão febres intermitentes ou secões que accommettem grande parte de seus moradores; mas que sendo convenientemente tratadas cedem facilmente, e nem deixão vestígios moribundos; salvo o caso de se complicarem com outras molestias existentes no individuo que accommettem. »

« Na pobreza fazem contudo maior estrago, deixando-lhe inflamações que só a muito custo se desvanecem, mas não he porque aos dessa desfavorável classe ellas accommettem de differente forma que aos abastados, mas sim por falta de tratamento, e por que na Villa qualquer individuo se julga um insignificante meio, e a seu talento faz applicações, e vezes barbaras, que mais do que a propria molestia causão damnos terribes. »

« He opinião geral que esta epidemia provém das evaporações putridas das aguas estagnadas nos lagos que existem proximos á Villa, dos quaes já acima fiz menção. »

« Desde sentir foi o Capitão-General Francisco Xavier de Mendonça Furtado que mandou abrir o Norte da Villa uma valia para se communicar e esgotar os lagos, trabalho porém que sendo principiado com grande actividade se não levou á devida conclusão, permanecendo porém a dita valia, hoje conhecida como acima digo, pelo nome de *Igarapé das mulheres*. »

« Apesar que, á primeira vista não parece razoavel esta opinião, por isso que os lagos existem a solum da Villa, contudo considerando que quasi todas as madrugadas sopra um brando terral na direcção delles para a Villa, creio que com razão os considero como uma das causas do mal; mas do que eu não posso dar demonstração, por isso que não conheço, he o como nos campos, e em proximidade de taes lagos se não soffrio as febres, antes se goza a melhor saúde, como fui informado por pessoas de credito. »

« He aqui digno de notar-se que dentro da Villa de Macapá o gado que se mata para o consumo, deve ser morto no mesmo dia, porque a carne apodrece em menos de 8 horas; o que porém se não nos campos e mesmo em proximidades dos lagos aonde se faz a matança de vespéra, e a carne se conserva sem o menor signal de putrefacção. »

« A causa a que a dita, aos muitos assaenheiros que estão em devorador da povoação, e muito dentro della, ao pantano de que já fallei existente ao Sul da Villa; ao uso d'agua potavel do peços sujos e abertos em lugares aonde ha assaenheiros e outras substancias venenosas; ao completo desprezo de todas as regras de hygiene, e a immundicie que cobre as praças, ruas, e mesmo a maior parte das quintas da villa, se deve por certo attribuir a insalubridade do clima, devendo notar-se que essa insalubridade só se faz sentir dentro do povoado, por que fora delle, e em todo o districto, com excepção de um ou dous pontos no rio Araguay, e de outro no Matary, tudo o mais he saudo. »

« No tempo dos antigos Governadores da praça, cuja jurisdicção se estendia ao districto, alguns houverão, que estorcendo-se pela limpeza e policia territorial, conseguirão por muito tempo extinguir as febres, particularmente um delles que ali mandou derrubar as arvores venenosas. »

« Posso pois dizer, e sem medo de errar, que a insalubridade da Villa de Macapá não he irremediavel, antes ella desaparece. »

« 10—Communicando os trez igarapés que existem na Villa, com os lagos, afim de lhe ser a agua renovada, evitando assim sua prejudicial estagnação. »

« 20—Destruindo todo o arvoredo venenoso que circula a Villa, e que em seu recinto existe. »

« 30—Secando o pequeno pantano existente ao Sul da mesma Villa, ou conservando limpos as actuaes valias, e mesmo obtendo outras. »

« Consta-me que o actual Exm. Sr. Presidente do Pará tem dado ordens neste sentido. »

« 40—Ter o maior cuidado na limpeza dos peços que ministão agua potavel, e não consentir que qualquer os abra aonde lhe parecer, mas sendo isso cousa em que intervenha a autoridade, mediante os precisos exames. »

« 50—Conservar as praças e ruas sempre limpas, e descapinadas, afim de na occasião das chuvas não ficarem encharcadas. »

« 60—Ter a maior inspecção possível para que os quintas das casas particulares se conservem limpos, e desenvolver o gosto de assaillar as casas de madeira para as tornar menos humidas; e de as cobrirem de telha para as fazer mais arejadas. »

« Removidos estes elementos de insalubridade ficará por certo a Villa de Macapá restituída ao estado de excellentes aros, o aguas que lhe dá Bana no seu *Ensaio Corographico*, e della se poderá dizer, como o illustrado author da *Corographia Brasiliica*, que he a Villa formosa, e das mais consideraveis da Provincia do Grão-Pará. »

Se a myopia do Governo Colonial não se tivesse alargado tanto do seculo decimo settimo para o decimo oitavo na guerra sem tregoas feita á Igreja, de ha muito que os pantanaes de Macapá estarião esquecidos.

Se em vez de uma fortaleza tivessem fundado ali um mosteiro de Trappistas, Macapá figuraria hoje como outra *Sauvelli*, embora os que fizessem o beneficio fossem amanhã despedidos com desdem, e expropriados do fructo de seus trabalhos.

Quem ignora o que as Ordens Religiosas praticarão de util e proveitoso sob este ponto de vista na Europa? Quantos pantanos não enchugarão, que são actualmente occupados por florescentes cidades, o ornamento daquella parte do mundo?

Além do que fica expellido cumpre ouvir a opinião do mesmo Conselheiro sobre a melhor posição para o estabelecimento de uma Colonia na foz do Amazonas, por quanto he este ponto o mais importante da sua missão:

« Entendendo eu da doutrina do Aviso de 3 de Novembro, que me cumpre em vista das investigações feitas dar a minha opinião acerca de qual dos lugares examinados julgo mais apropriado para o estabelecimento de uma importante Colonia, vou concluir o presente Relatório com a manifestação dessa opinião. »

« Depois do que venho de dizer sobre os exaões levados a effeito, erio que seu consequente e razoavel de-clarando, que o lugar que acho, ja não digo preferivel em concurso com os demais, mas sim o unico bom e mesmo excellent para se estabelecer uma importante colonia, he a propria villa de Macapá. »

« Nenhum dos outros lugares, reúne como aquelle tão vantajosos recursos, quer pela sua posição geographica, quer pela sua constituição physica, quer pela sua importancia commercial e militar. »

« Removidos pois os elementos que lhe tornão insalubre o clima, o que entendo não será de difficil execução, tanto que isto já se conseguiu quando um de seus antigos Governadores o quiz, entendo, que devesse ali que se estabeleça a importante Colonia, de que falla o já citado Aviso de 3 de Novembro. »

« Tem o districto de Macapá em si, e com abundancia todas as produções do alto e baixo Amazonas; tem excellentes campinas para a criação de gado em grande escala, tem as melhores proporções para estabelecer em grande, o novadas por agua, serrarias de cedros que o Amazonas lhe traz das praias, e vendo o desprezo que na actualidade delles fazem pela maior parte, os retoma e vai entregar ao Oceano; tem meios para fazer em grande escala o excellento azeite de andiroba, a ponto de até o exportar para as outras Provincias; tem a facilidade da saia do peixe piracuri, da manufacção da manteiga da tararuga, da extracção do oleo de cupahyba, etc., e além disso, he este districto que existem os mais productivos e abundantes *sringas* da Provincia. »

« Acrescentando a tudo isto a bondade do seu porto, e a franqueza com que a elle se pôde chegar, maxime procedendo-se aos melhoramentos, e de que fiz menção quando tratei do canal das Flexas, he inquestionavel que promovendo-se a emigração para aquella Villa, e povoando-se convenientemente o seu fertil districto, elle virá em poucos annos a ser opulenta cidade, e elle a mais opulenta tambem, e importante parte da Provincia do Grão-Pará, assim como, para aquelles que a conhecem já ho a mais rica, e mais cheia de recursos naturaes. »

Não obstante tudo quanto acima fica transcripto, que revela o merito do trabalho e a consciencia com que foi elaborado, não se olvidou o seu digno author de uma *descripção hydrographica* da foz do grande rio, de que tanto nos hemos esquecido.

Se a Corte estivesse mais visinha do Norte, por certo nos recordariamos com outro empenho do grande thesouro que possuímos, do que das margens do Rio da Prata, onde nossos interesses não avultão tanto.

A foz do rio mar sem cidades e outras povoações importantes, com ilhas de grande extensão perfeitamente desertas, he o maior documento que podemos dar de que não somos dignos de possuir um tal thesouro; e todos os dias o nosso patriotismo se sobressalta com o presentimento de que pelo abandono sem justificação de tão brilhante joia do Imperio, possa esta passar a outras mãos, onde por certo lhe darião a verdadeiro merecimento.

Então, e tarde, se infelizmente isto succeder, lastimaremos o tempo inutilmente perdido, o dinheiro e sangue que temos despendido em uma guerra que se podia ter evitado, e cujos resultados, permitta o Céu, que ainda sejam beneficos a nossa Patria.

Copiando a *descripção hydrographica* a que acima alludimos, começa o author por fixar com muito criterio a foz do Amazonas, distinguindo-a do rio Tocantins, outr'ora *Paraná-quassá*, e hoje *Grão-Pará*.

« *Descripção hydrographica*.—Ita opiniões que a foz do rio Amazonas deve ser considerada desde o Cabo do Norte (*Raso*), até a ponta da Tijoca; sendo dividida pela grande ilha de Marajó em duas entradas, ou foz de barlavento, pela qual se vai para a cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará, e costando a ilha de Marajó pelo Sul, se entra no Amazonas pelos furos do Bujari, Tajapuri, Limão, etc.; e a outra de Sotavento, que directamente conduz ao rio Amazonas, propriamente dito pelo traço canal, que passa fronteiro á villa de Macapá, e segue pela parte occidental da ilha de Gurupá, on pelo, cuja derrota encaminha pela bahia do Vieira, que he cheia de baixos, e faz passar em frente da villa de Gurupá, collocada na margem direita do Amazonas. »

« Outras ha, porém, que sómente a esta he que chamão a verdadeira foz do Amazonas, dando aquella outra o nome de *Gujará*, por ser a continuação do rio que corre junto a Cidade; ou *Pará* (e este he o nome vulgar) por conduzir para a capital dessa Provincia; ou finalmente, e com mais propriedade, *Tocantins*? por ser este rio que engressado por outros de menor vulto, se junta na altura da ilha da Tatoca com o Guajará em muito maior cabedal do que elle, e que seguindo assim con-

fundidos, até transporem os baixos da Tijoca e Bragança, se misturão nas aguas do Oceano; perdendo todos ali o nome, mas até onde só devera de prevalecer o do mais poderoso—o *Tocantins*. »

Continuando, faz a descripção das trez entradas da embocadura do rio mar, e começa por descrever o 1º canal, entrando em largos, curiosos e mui importantes detalhes:

« Segundo em esta ultima opinião por me parecer a mais conforme, e considerando a foz do Amazonas propriamente dilo aquella, que os da primeira opinião chamão de sotavento, direi que apresenta elle trez entradas a 1ª entre a costa do Cabo do Norte (*Raso*) a ilha Caviána; a 2ª entre esta ilha e a Mixiana; e a 3ª entre a ilha das Flexas, e a costa boreal de Marajó. »

« O primeiro destes canaes, seria certamente o melhor pela sua profundez, que nunca he menor do que 6 braças, e em muitos lugares 20; se não fosse o inconveniente de ser cheio de baixos; pela maior parte mudaveis que o acompanhão desde a embocadura do rio Araguay, até a ponta Jupaty ou Jupatiba, como noutras cartas, e os Práticos lhe chamão; e particularmente na altura da ilha do Balique, aonde taes baixos se tornão frequentes e variaveis, devendo-se acrescentar que a cegueira de quem por ali tentasse investir a entrada do Amazonas, lhe ficaria os olhos esparceados baixos da ilha de Caviána se estendiam no mar cerca de cinco milhas, baixos estes que a carta de Montraval não apresenta. »

« Além desto não pequeno inconveniente, outro existe de differente natureza; mas muito mais perigoso que elle, e que ainda mais lhe augmenta o risco. »

« As aguas que banhão as terras desde o Cabo do Norte (*Raso*) até as ilhas do Balique, Marinheiros, Brigue, Guará, ponta do Jupaty, e bem assim as que por sobre o esparcelho se vão encontrar com a contra costa de Caviána em face ao Norte; são inhospitas nas conjuncções e opposições da lua, pelo impetuoso arebamento da velocidade que adquirem, e melindrosos escarabões em que se elevão nas accessões que assim formão a destruidora *pororoca*; sendo nestas mesmas occasões que se faz sentir em Rebordello, posto que distante destas praças, o rapido crescimento das aguas, como em lugar proprio mencionel. »

« A carta dos demarcadores Portuguezes dá quasi no meio da embocadura do lugar mais estreito entre a ponta da Caviána e terras firmes do Jupatiba, uma pequena ilha chamada de Bragança, na qual já em outro tempo esteve montada uma bateria com grossas peças de artilharia. »

« O fallecido Capitão de Fragata Boldt quando foi examinar por ordem da Presidencia do Pará em 1849 a Colonia de Pedro 11, ali aportou, e encontrou 8 peças que servião nessa antiga bateria; sendo duas de calibre 36, duas de calibre 24 que estavam em bom estado, e quatro de calibre 18 muito arruinadas. »

« Montraval não faz menção desta ilha, ou para melhor dizer lá a colloca, mas não lhe dá nome. »

« Em vista pois do que fica dito, vê-se que se outro canal não houvesse que desse entrada para o Amazonas, não se poderia lançar com muito risco, e sendo preciso um estubo continuo sobre a collocação de seus baixos; e ai daquello que errando-lhe o rumo encallasse e fosse assim sorprendido pela *pororoca*, que em si o envolvia. »

« Vencidos porém as difficuldades e riscos deste canal, o navegante que incolumo o passasse, e se achasse em frente á ponta occidental da ilha de Caviána, que he chamada Espirito-Santo, deverá dirigir a sua navegação inclinando-se para a costa de Macapá podendo mesmo saltar rumo directo para as ilhas da Pedreira, que tomão a dimetria da boea do rio do mesmo nome. »

« Se se pudera lançar com muito risco, e sendo preciso um estubo continuo sobre a collocação de seus baixos; e ai daquello que errando-lhe o rumo encallasse e fosse assim sorprendido pela *pororoca*, que em si o envolvia. »

« O lado oriental da ponta da Caridade que he a mais saliente da ilha de Caviána no angulo Sudoeste he guardado por um extenso baixo de areia chamado da Conceição, aonde e naufragou outr'ora a escuna da nossa marinha da guerra *Bella Americana*. »

Passa depois á descripção do 2º canal, por esta forma:

« O 2º canal, ou canal perigoso conforme lho chama Montraval, he como acima se diz, formado pelas duas ilhas Caviána e Mixiana. »

« He elle com effeito muito arriscado, porque os baixos que das duas ilhas se estendem para o mar, se cruzão por tal forma, e nollas arrebenta tão fortemente o mar impellido pelo vento, que difficil e até desconhecidos são os tortuosos canaletes que entre si os mesmos baixos formão. »

« A não ser esta difficil e muito perigosa passagem do Oceano até Rebordello, seria este um bom canal, porque desde Rebordello até a ponta da Caridade e Chaves, ha excellent e profundo caminho, mas para a banda da ilha de Mixiana; por que da de Caviána existem alguns baixos. »

« O lado oriental da ponta da Caridade que he a mais saliente da ilha de Caviána no angulo Sudoeste he guardado por um extenso baixo de areia chamado da Conceição, aonde e naufragou outr'ora a escuna da nossa marinha da guerra *Bella Americana*. »

Termina o seu interessante trabalho com a descripção compendiosa do 3º canal, o melhor que possui o Amazonas:

« O 3º canal, conhecido pelo nome de canal das Flexas, he formado pelos esparcelados das ilhas dos Navios e das Flexas; e com quanto seu curso não seja muito amplo he o unico e melhor, que mais convenientemente pôde servir para entrarem as embarcações que pretendão entrar no Amazonas. »

« Este canal que na actualidade, e apezar da sua superioridade aos outros não goza com tudo da fama de facil accesso, talvez devio isso aos poucos bons Práticos que delle ha, e aos poucos recontros que os navegadores que demandão ali enconirão, ficará habilitado para bem se prestar á navegação, se se construir um pharol na ilha das Flexas, e se se estabelecer ali mesmo uma companhia de Práticos que apenas avistarem qualquer navio lho preste seus serviços. »

« As pequenas embarcações, e particularmente as gabarões que conduzem gado para a Cidade, navegaõ sempre costando a ilha de Marajó, e dobrando o cabo de Maguary passão por dentro dos baixos de S. Rosa e seguem caminho da mesma cidade. »

« Entre a Mixiana e ilha das Flexas não se pôde passar por causa dos baixos que ali existem. »

« Vencido o passo das Flexas, navega-se por algum tempo sómente á vista da costa da ilha de Marajó, que deve ficar á esquerda dos que foram para o Amazonas, e tendo assim navegado até se avistar a ilha de Mixiana, se deve a derrota dirigir um pouco mais encostado á costa dessa ilha, consultando sempre o prumo o qual hade dar nunca menos de 9 braças. »

« Apenas se entrar no canal formado pela costa da ilha de Marajó e da de Mixiana, se continuará a navegar convenientemente sempre com grande fundo, que será indicado pela sonda. »

« Das pontas do Carmo o Anjos e Marajó partem dous baixos que nem descobrem, nem avançaõ muito ao canal, no qual mesmo em frente de taes baixos en prumel em 17 braças, e não achel fundo. »

« Na carta dos demarcadores Portuguezes se menciona um baixo em frente a Chaves, que se ia nair com a ilha de Cajetuba. »

« Esse baixo que era visivel então, e ainda poralgum tempo o foi em occasões de baixa mar de aguas vivas ordinarias; pôde-se dizer que já não existe; porque por sobre elle passei eu agora em 6 e 7 braças. »

« Os baixos acima ditos das pontas do Carmo e Anjos, segundo fui informado, principião a apparecer quando este de que venho de fallar se foi desmanchando. »

« Tambem me disserão, e he razoavel acreditar, que em quanto em frente a Chaves existia o tal baixo, a barreira da villa não soffria tanta destruição, como depois que elle se foi desfazendo. »

« Entre a villa de Chaves e o mencionado baixo que hoje tem 7 braças d'agua sobre si, ha um canal que he propriamente o porto da villa que tem 8, 9, 10, 11, e mais braças do fundo, e pela parte de fóra do baixo igualmente o fundo he grande. »

« Nas proximidades da dita ilha de Cajetuba, o baixo ainda se conserva quasi como na primitiva, e com o que se despe da ponta de S. Joaquin em Marajó, forma uma estreita garganta entre a dita ponta, e a mencionada ilha, a qual porém pela parte de fóra apresenta bom canal, entre ella e a ponta da Caridade, o tal espigoso e profundo. »

« Além da ilha de Cajetuba ha n'aquellas immedições umas outras duas que são Camalifés e Pacas. »

« A Cajetuba liga a sua raiz com a dos Camalifés por um baixo de lodo do pouco fundo, desta ultima, parte um outro baixo que com o da ilha das Pacas forma estreitissimo canal, e entre esta e a de Jurupary, de que já fiz menção, ha um largo e profundo canal, como para compensar a escassez dos que são formados pelas suas visinhas. »

« A passagem mais franca para se subir o Amazonas he sem contradicção costando a ilha de Caviána até a ponta da Bussutuba. »

« Na ponta da Caridade so pruma em 36 braças, e vai diminuindo progressivamente até chegar a 8, que he o fundo que ha no ancoradouro de que já fallei ao abrigo das ilhas das Marrecas; o desse lugar torna de novamente a crescer até a ponta da Bussutuba, que he de 36 e mais braças; sendo toda esta costa muito lumpy. »

« A Bussutuba he o ponto de partida para os diferentes lagos do Amazonas; podendo-se tomar d'ali o caminho entre as ilhas das Pacas e Jurupary para o subir pela Bahia do Vieira, ou navegar entre a Caviána e Jurupary para demandar Macapá, e rio acima seguir tambem para o Amazonas. »

« Não ha ainda muitos annos, que nesta ultima derrota se continava a costear a Caviána até a já mencionada ponta do Espirito-Santo, e d'ali se segnia para Macapá, como disse quando tratei do primeiro dos trez canaes: Montraval assim traça a derrota que fez; agora porém a navegação he differente, porque tendo-se formado baixos na embocadura do rio Guajará, pelo motivo já dito da *pororoca*; os Práticos se não querem ariscar a levar os navios grandes para ali, o porisso he mister da Ponta da Bussutuba fazer rumo á ponta mais proxima da ilha do Jurupary, costando-a ir sair em frente da Pedreira, seguindo-se então o caminho já sabido. »

« A travessia da Bussutuba para Jurupary he franca porque o seu menor fundo são 6 braças; mas no costear aquella ilha he mister muito cuidado, porque assim como se enconirão fundos maiores de 13 braças, tambem se achão 4 em alguns lugares na occasião da baixa mar. »

« Chegando-se á ponta de Oeste da Jurupary so seguir em rumo directo para a ponta da Pedreira, que lembra ao de Ocasoroeste, e assim se irá achando maior fundo até 18 braças. »

« Nessa travessia da Jurupary para a Pedreira, e depois rio acima até Macapá, se notão á esquerda varias ilhas como Cutia, Jaruaça, Carás, Maruim, Saracura, Remedios, etc., as quaes nem todas são mencionadas por Montraval, porém não devem ellas servir de baliza, porque da de Saracura apenas existe uma circumscripta base que em breve tempo será destruida pela correnteza das aguas, no passo que talvez novas ilhotas se formão sobre os baixos existentes. »

« O navegador deve sempre procurar o maior fundo mais para o lado da terra firme. »

« Os baixos chamados dos Remedios que o navegador deixa á sua esquerda, principião da perpendicular da ilha Jaruaça com bastante largura, e diminuindo-a progressivamente, vão-se unindo á ilha que lhes dá o nome, seguindo porém ainda algum espaco até as ilhas da Corva Grande quasi em frente a villa de Macapá. »

« A carta de Montraval supposto seja exacta em muitas das partes que representa, tem contudo em outras notaveis differenças, não só nas sondas como nos canaes. »

« Talvez que estes tivessem soffrido alteração depois que ella foi levantada. »

« A ilha de Jurupary na sua costa opposta á que fôrma o canal de que venho de fallar, offerece tambem um profundo canal que vem sair entre a ponta da mesma ilha e a ilha das Cutias, para d'ali seguir para a Pedreira. »

« Foi a bordo da corveta a vapor *Purouse* que eu segui da cidade do Pará pelos Breves, e Tajapuri para a villa de Macapá, afim de cumprir as ordens que tinha recebido acerca das observações cujo relatório apresento, e como calculei que nem a todos os lugares poderia a mesma corveta chegar, levei de Gurupá, aonde se achava enfiado, o brigue-escuna *Andorinha*. »

« Com effeito foi no dito brigue-escuna que eu fui aos lugares abaixo de Macapá, não só por não depositar, então, muita confiança no brigue que tinha, como para evitar a maior despeza com o combustivel, e mesmo por me dizerem que em alguns dos canaes difficil seria a corveta passar. »

« Verifiquei porém o contrario, não só ella, que demanda 13 pés, como maiores navios, poderão por ali livremente navegar. »

« Da cidade até Macapá a navegação he feita por profundos canaes, e a descida do Amazonas, desde a ponta superior da ilha do Gurupá, aonde fui para evitar os baixos da Bahia do Vieira até Macapá he excellent, quer pelo canal traçado por Montraval na sua carta, quer pelo que em segui entre a ilha chamada do Pará, e a costa de Mazagão. »

Não concluiremos este longo artigo, sem que arrisquemos algumas reflexões sobre a ilha de *Maracá*, onde se acha situado esse *Cabo do Norte*, ponto de partida de nossas questões com a França, visto como os geographos dessa nação para limitar a nossa fronteira dão essa designação ao *Cabo Raso*, onde parece terminar a costa que hauiha o rio Amazonas.

A ilha de *Maracá* de que nenhum caso temos feito, deveria tambem ter occupado nossa attenção, ainda que fosse com uma Colonia Militar, permitindo-se que fosse deposito de carvão para os vapores que fizessem a navegação, communicando nosso paiz com a outra America.

A posição excepcional dessa ilha dar-lhe-ha no futuro um grande merecimento, seja em relação as necessidades de commercio, seja as provenientes das lutas dos Estados. Um Governo previdente e patriótico já teria lançado as vistas para aquelle ponto com zelosa attenção.

Copiaremos aqui o que diz Mr. Walckenaer nos *Annaes das Viagens de 1837*, to. 3 pag. 11:

« Desde o cabo de Orange até o cabo do Norte (*Raso*) que se considera do nosso dominio (*attenda-se para esta pretensão*), a costa he cortada de numerosos rios desaguardo em lagos, onde se encontra grande quantidade de peixes proprios para o oleo procurado no commercio e onde se pôde fazer salgas de facil venda. »

« Era destes lagos que se provia o. Pará de peizo salgado; os Indigenas pescadores estando perto dos nossos estabelecimentos, gozaria a Guyana desta novo ramo de industria. Já os habitantes de Guyana mandão estabelecer pescarias, e o lico das primeiras animará a criação de ovas. »

« A ilha de *Maracá* on do *Cabo do Norte* não está separada da foz do Mapá (*Amajá*), senão por um canal de duas leguas. Tendo quizeo em dezeto leguas de circunferencia são suas terras de extrema fertilidade. »

« Em todas as Cartas dá-se esta ilha como composta de terras alagadas; ha um erro. »

« Eu verdadeiramente he provavel que as marés a cubressem, porém hoje o solo não he inundado senão em cinco ou seis dias no anno, e sómente nos syzígias (*conjuncções da lua*) na epocha das chuvas copiosas, e cheias do rio. Cumprido notar que nunca as aguas em taes condições passarão de uma a duas pollegadas; e haveria mui pouco trabalho em resguarda-las das raras invasões do mar. »

« A ilha se acha coberta de grande e basto arvoredo; e he perorrida por grande quantidade de vendos e outras caças, além de onças, o que bem prova que as aguas nunca a cobrem inteiramente. »

« No centro existe um grande lago de agua doce, onde se pesca o peizo bo (*lamproie*), que dá um precioso oleo para as artes, e ainda para o sustento dos Indigenas. »

Estabeleça-se um Governo em Macapá, que garanta o viver nessa e em outras ilhas da foz do Amazonas, e em breve elle se povoarão, e pagarão ao paiz com juros onzeiros essa simples protecção.

N. B. Nos primeiros exemplares do nosso mappa em falta de uma planta da cidade de Macapá, nos utilizamos de uma mal esboçada que encontramos nos mapps de Mr. Montraval: mas este defeito foi reparado nos outros exemplares, depois que conseguimos plantas de 1761, e 1764, e a de 1834 do Conselheiro J. M. de Oliveira Figueiredo.

A nova planta de Macapá contém a cidade como actualmente existe ou existia em 1834, porque pouco terá progredido, comprehendendo o desenho do *lago de Macapá*, hoje o pantano ao Sul da cidade como era em 1761. Sómente não reproduzimos o terreno entre a cidade e a fortaleza que a corrente do rio foi arrebatando durante o espaço de um seculo.

Esse lago, o pantano actual, não tinha mais de 300 braças. Se fôr restabelecido o lago formando uma doca, e portanto um porto seguro, onde possa ancorar a esquadra da Divisão do Norte, e ainda os navios do commercio, como he mais natural; seria maior beneficio do que o proprio aferto do pantano, completamente, ou conservadas as respectivas vallas ou escadouras.

Mas de qualquer destas formas o clima de Macapá perderá a reputação de que goza, principalmente tornando-se aquelle ponto commercial, e consequentemente mais habitado, e sanitado por muitas outras medidas hygienicas que a apreciação local de-verá por sem duvida lembrar.

## ADDITAMENTO

No interesse do estudo da Historia Patria dos primeiros seculos da colonisação da *Terra da Santa Cruz*, denominação que não resistio a designação vulgar de *Brasil* e *Brasiz*, que lhe davão todos os navegantes e aventureiros que devassavão a costa, antes

da distribuição das terras pelos Donatarios; apresentamos em dous quadros os nomes dos primeiros desses Donatarios, e dos que se lhe seguirão, tanto no seculo decimo sexto, como no immediato; indicando-se as datas das Cartas Regias das

respectivas doações, assim como dos *Fo-raes*, que obtiverão: especie de *Magna Charta* desses territorios, em que se conferia aos Donatarios poderes quasi soberanos.

Apresentamos tambem os limites de cada uma dessas doações, assim como os nomes

das primeiras povoações que se fundarão em nosso territorio.

Na segunda edição, se Deos no-lo permitir, additaremos um mappa de todo o paiz, como imaginamos que devera ser, tendo cada rio o nome indigena primitivo, assim

como as ilhas, povoados, etc.; e na costa os nomes que os primeiros navegadores impozerão aos cabos, pontas, promontorios, bahias, enseadas, etc., de modo a tornar comprehensíveis as nossas antigas chronicas, e os feitos dos primeiros exploradores.



DONATARIOS DO BRAZIL					
SECULO XVI.			SECULO XVII.		
	PRIMEIROS DONATARIOS.			TERCEIROS DONATARIOS.	
I	João de Barros.		I	Francisco de Albuquerque Coelho de Carvalho.	
II	Ayres da Cunha.		II	Alvaro de Souza.	
III	Fernão Alvares de Andrade.		III	Feliciano Coelho de Carvalho.	
IV	Antonio Cardozo de Barros.		IV	Bento Maciel Parente.	
V	Pêro Lopes de Sousa.		V	Antonio de Sousa de Macêdo.	
VI	Duarte Coelho Pereira.		VI	Visconde de Assêca ( <i>Salvador Corrêa de Sá e</i>	
VII	Francisco Pereira Coutinho.			<i>Benevides</i> ).	
VIII	Jorge de Figueiredo Corrêa.		VII	João Corrêa de Sá.	
IX	Pêro de Campos Tourinho.				
X	Vasco Fernandes Coutinho.				
XI	Pêro de Góes.				
XII	Martim Affonso de Sousa.				
	SEGUNDOS DONATARIOS.				
XIII	Luiz de Mello da Silva.				
XIV	D. Alvaro da Costa.				

O BRAZIL  
NOS SECULOS XVI E XVII  
Distribuição dos territorios descobertos pelos Donatarios

Ns.	DONATARIOS	CAPITANIAS	DATAS DAS DOAÇÕES	DATAS DOS FORAES	LIMITES	PRIMEIRAS POVOAÇÕES	REVERSAO A COROA	PROVINCIAS A QUE PERTENCEM	OBSERVAÇÕES
1	Bento Maciel Parente	Cabo do Norte.	C. R. de 14 de Junho de 1637.		Os rios Amazonas, Tapuyusú e as possessões Hespanholas ( <i>Indias de Castello</i> ).	Macapá ( <i>Camau</i> ).	1642 por morte do Donatario.	Grão-Pará.	
2	Antonio de Souza de Macêdo.	Ilha Grande de Joanes ( <i>Marajó</i> ).	C. R. de 23 de Dezembro de 1665.		Os da mesma ilha.	Monforte ( <i>Joanes</i> ).	C. R. de 29 de Abril de 1734.	"	
3	Feliciano Coelho de Carvalho.	Camutá.	1633.		Incertos.	Camutá.	Por abandono do Donatario em 1637?	"	Não se sabe o fim que teve Feliciano Coelho de Carvalho.
4	Corôa.	Grão-Pará.	1615.		Rios Acoty-perú e Tocantins.	Belem.		"	Conquistada em 1615 por Francisco Caldeira Castello Branco.
5	Alvaro de Souza.	Gurupy e Cayté.	1628.		Os rios Tury-assú ( <i>Pindohytuba</i> ) e Acoty-perú.	Vera Cruz ( <i>extincta</i> ).	1720? ignora-se a causa.	Grão-Pará e Maranhão.	Berredo faz menção do Donatario que vivia no seu tempo, o Porteiro mór José de Mello e Souza.
6	Francisco de Albuquerque Coelho de Carvalho.	Cunian.	1620?		Rios Tury-assú e Pinaré.	Alcantara ( <i>Tapuy-tapera</i> ).	1630? ( <i>idem</i> ).	Maranhão.	Talvez o descendente do 1º Donatario Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho fizesse cessão a Corôa. Segundo Varnhagen os limites desta Capitania partião da fôz do Gurupy ( <i>obra de Diogo Leite</i> ) até a ponta dos Mangues verdes ( <i>Cabo Todos os Santos</i> ).
7	João de Barros e Ayres da Cunha.	Maranhão.	1331.	11 de Março de 1533.	Os rios Pinaré e Paraoassú ( <i>Parnahyba</i> ).	S. Luiz.	1540? por abandono e morte dos Donatarios.	"	Segundo o Padre José de Moraes, o 1º Donatario do Maranhão ou antes do Amazonas foi Luiz de Mello da Silva, e não João de Barros e Ayres da Cunha: e não sem algum fundamento.
8	Luiz de Mello da Silva.	"	1560.				1370? ( <i>idem</i> ).	Maranhão, Piahy e Ceará	Segundo Varnhagen os limites desta Capitania começavam na ponta dos Mangues verdes até o rio da Cruz ( <i>Camucy</i> ).
9	Fernão Alvares de Andrade.	Jurucócoára.	1334.		Rios Paraoassú e Mondohytuba ( <i>Mundahy</i> ).	Tutoya ( <i>Ototoy</i> ).	1540? ( <i>idem</i> ).	"	O Donatario desta Capitania naufragou nos baixos de D. Rodrigo nas Alagôas, e foi como o 1º Bispo do Brazil D. Pedro Sardinha, devorado pelos indígenas Cahetés, no anno de 1556.
10	Antonio Cardoso de Barros.	Ceará.	1534.		Rios Mondohytuba e Jaguaribe.	Aquiráz.	1556? ( <i>idem</i> ).	Ceará.	
11	João de Barros e Ayres da Cunha.	Rio Grande do Norte.	1534.	11 de Março de 1535.	Rio Jaguaribe e bahia da Traição ( <i>Acejubiró</i> ).	Natal.	1540? ( <i>idem</i> ).	Ceará, Rio Grande do Norte e Parahyba.	
12	Pêro Lopes de Souza.	Itamaracá.	C. R. do 1.º de Setembro de 1534.	6 de Outubro de 1534.	Bahia da Traição e rio da Santa Cruz ( <i>Igarassú</i> ).	Itamaracá.	Por compra em 1743.	Parahyba e Pernambuco.	
13	Duarte Coelho Pereira.	Pernambuco.	C. R. de 10 de Abril de 1534.	24 de Outubro de 1534.	Rios da Santa Cruz e de S. Francisco ( <i>Opara</i> ).	Igarassú.	Por abandono do Donatario em 1654 e final desistência em 1716.	Pernambuco e Alagôas.	
14	Corôa.	Sergipe d'El-Rey.	1590.		Rios de S. Francisco e Itapucuria.	Aracajú.		Sergipe e Bahia.	Conquistada em 1590 por Christovão de Barros.
15	Francisco Pereira Coutinho.	Bahia de Todos os Santos.	C. R. de 5 de Abril de 1534.	26 de Agosto de 1534.	Da ponta do Padrão aorio de S. Francisco ( <i>Opara</i> ).	Villa Velha.	Por morte e abandono em 1548.	Bahia.	Thomé de Souza 1º Governador do Brazil desembarcou na Bahia em 29 de Março de 1549.
16	D. Alvaro da Costa.	Paraguassú.	C. R. de 17 de Janeiro de 1537.		Rios Paraguassú e Jaguaribe até a serra Gurarau.	Itaparica.	Ignora-se.	"	
17	Jorge de Figueiredo Corrêa.	Ilhéos.	C. R. do 1.º de Abril de 1535.		Rios Jaguaribe e Jequitinhonha.	Ilhéos.	Por compra em 1761.	"	
18	Pêro de Campos Tourinho.	Porto Seguro.	C. R. de 27 de Maio de 1534.	23 de Setembro de 1534.	Rios Jequitinhonha e Doce ou o Mucury.	Porto Seguro.	Por confisco em 1759.	"	O lugar onde desembarcou Pedro Alvares Cabral.
19	Vasco Fernandes Coutinho.	Espirito Santo.	C. R. do 1.º de Junho de 1534.	7 de Outubro de 1534.	Rios Doce ou Mucury e Itabapuna até S. Catharina das Mós ou a ponta do Retiro.	Espirito Santo ( <i>Villa Velha</i> ).	Por compra em 6 de Abril de 1718.	Espirito-Santo.	
20	Pêro de Góes.	S. Thomé.	C. R. de 28 de Janeiro de 1536.	29 de Fevereiro de 1536.	Rios Itabapuna (de onde terminava a precedente Capitania) e Macahé.	S. Catharina das Mós ( <i>extincta</i> ).	Por compra em 10 de Junho de 1753.	Rio de Janeiro.	
21	Visc. de Assêca e João Corrêa de Sá.	Parahyba do Sul.	C. R. de 17 de Julho de 1674.			S. João da Barra.		Rio de Janeiro.	
22	Corôa.	Cabo Frio.	1615.		Rio Macahé e Ponta Negra ou <i>Erityba</i> .	Cabo Frio.		"	Conquistada para a Corôa por Constantino de Menelau em 1615.
23	Corôa.	Rio de Janeiro.	1567.		Ponta Negra ou <i>Erityba</i> e o rio Mambucaba.	Villa Velha ( <i>provincia a fortaleza de S. João</i> ).		Município neutro.	<i>Idem</i> por Estacio de Sá em 1567.
24	Martim Affonso de Souza.	S. Vicente.	C. R. de 20 de Novembro de 1530, e 6 de Outubro de 1534.	20 de Janeiro de 1535.	Rios Mambucaba e Curupacó ( <i>Juquiriqueré</i> ), e da fôz do Casqueiro ou S. Vicente à barra mais meridional da bahia de Paranaçu.	S. Vicente.	Por compra em 17 de Novembro de 1791.	Rio de Janeiro, S. Paulo, e Paraná.	
25	Pêro Lopes de Souza.	S. Amaro e Terra de S. Anna.	C. R. do 1.º de Setembro de 1534.	6 de Outubro de 1534.	Rios Curupacó ( <i>Juquiriqueré</i> ) e a fôz do Casqueiro ou S. Vicente. Da barra meridional da bahia de Paranaçu ao rio Mampituba ou Araranguá.	Laguna ( <i>na terra de S. Anna</i> ).	Por compra em 9 de Novembro de 1709.	S. Paulo, Paraná e S. Catharina.	A Capitania de S. Amaro não tinha povoado.
26	Corôa.	S. Pedro d'El-Rey.	1680.		Rios Mampituba e de Martim Affonso ( <i>Chuy</i> ), ou ponta de Castilhos grandes.	Estreito.		S. Pedro do Rio Grande do Sul.	Sómente em 1737 foi fundada a cidade hoje de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

ADVERTENCIA

Não poremos remate ao presente trabalho, sem cumprirmos um grato dever, para com as pessoas que nos ajudarão a levar ao desejado termo o nosso *Atlas*.  
Cabe o primeiro lugar aos nossos prestimosos amigos, que confiando em nossa probidade, dedicação ao trabalho, e recursos de nossa acanhada intelligencia, nos franquearão seus capitães.  
Receando offender sua modestia e delicadeza de sentimentos custa-nos bastante não proclamar neste momento seus nomes; que aliás ficão bem gravados em nosso coração, onde, prezamo-nos de assegura-lo, a gratidão tem um asylo.

Sem a cooperação de tão generosos e excellentes amigos não era possível que na presente epocha, se concluisse esta obra, posto que inda incompleta, como se publica.  
Recebão portanto nestelugar os nossos reaes e sinceros agradecimentos, que lhe damos com toda aeffusão do coração o mais reconhecido.  
Somos ainda devedores de uma grande divida, de que nos cumpre dar conhecimento ao publico, pois desta forma sómente poderemos em parte resgata-la.  
O nosso credor he o Exm. Sr. Conselheiro Henrique de Beaurepaire Rohan, que quando Ministro da Guerra dignou-se de expedir o Aviso de 21 de Dezembro de 1864, afim de que nos fosse franqueado o Archivo Mi-

litar, que he um thesouro em documentos cartographicos da Geographia patria, para que podessemos fazer os estudos e investigações de que necessitavamos.  
E tanto mais meritoria foi a concessão, quanto, sem entreter relações algumas de amizade com tão respeitavel Cavalheiro, um dos ornamentos do nosso Exército, fez-se sem demora, e sem a dependencia do empenho.  
Esta ordem do illustrado Ministro, que muito nos habilitou a aperfeiçoar o nosso trabalho, foi cortez e delicadamente correspondida pelos distinctos funcionarios daquelle Repartição, auxiliando-nos com a melhor vontade quanto interesse pelo feliz complemento da nossa obra.

A todos rendemos graças pelos bons officios que nos prestarão.  
Tambem não nos olvidamos neste momento dos nossos concidadãos e amigos, que generosamente pozerão á nossa disposição os auxilios cartographicos que possuíão, bem como livros, e informações uteis, tanto manuscritas como verbaes.  
Da mesma sorte aproveitamos o presente ensejo para agradecer a todos os Srs. artistas, que nos acompanharão, o auxilio do seu valioso concurso. Fazemos aqui menção especial dos que ha muito tempo nos tem coadjuvado neste rude labor, confiando em nosso esforço.  
O Sr. Paulo Ludwig, artista de reputação

formada por trabalhos lithographicos de incontestavel merito, foi o que em sua officina nos preparou com não menos zelo quanto intelligencia, a impressão colorida dos nossos mappas.  
A respectiva gravura foi partilhada pelos Srs. Claudio Lomelino de Carvalho, José Teixeira, C. Schwestka e O. Koegel: artistas talentosos, cada um em sua especialidade, e que crearão um nome no nosso paiz, se ao esforço e interesse pela arte juntarem a boa vontade com que nos auxiliarão.  
Rio de Janeiro, 30 de Agosto de 1868.  
CANDIDO MENDES DE ALMEIDA.



ATLAS

DO

IMPERIO DO BRAZIL

NUMERAÇÃO DOS MAPPAS

I — Mappa-Mundi.	VII — Mappa da Provincia do Ceará.
II — Idem do Imperio do Brazil (com <i>divisões administrativas</i> ).	VIII — » » do Rio-Grande do Norte.
A — Idem do Imperio do Brazil (com <i>divisões Ecclesiasticas</i> ).	IX — » » da Parahyba.
B — Idem do Imperio do Brazil (com <i>divisões electorales</i> ).	X — » » de Pernambuco.
C — Idem do Imperio do Brazil ( <i>mudo</i> ).	XI — » » das Alagoas.
MAPPAS PARCIAES DAS PROVINCIAS	XII — » » de Sergipe.
<i>Divisões Judicarias.</i>	XIII — » » da Bahia.
III — Mappa da Provincia do Amazonas.	XIV — » » do Espirito-Santo.
IV — » » do Grão-Pará.	XV — » » do Municipio Neutro.
V — » » do Maranhão.	XVI — » » da Provincia do Rio de Janeiro.
VI — » » do Piauhv.	XVII — » » de S. Paulo.
	XVIII — » » do Paraná.
	XIX — » » de Santa Catharina.
	XX — » » de S. Pedro.
	XXI — » » de Minas-Geraes.
	XXII — » » de Goyaz.
	XXIII — » » de Matto-Grosso.
	XXIV — » » de Pinsonia ( <i>projecto</i> ).









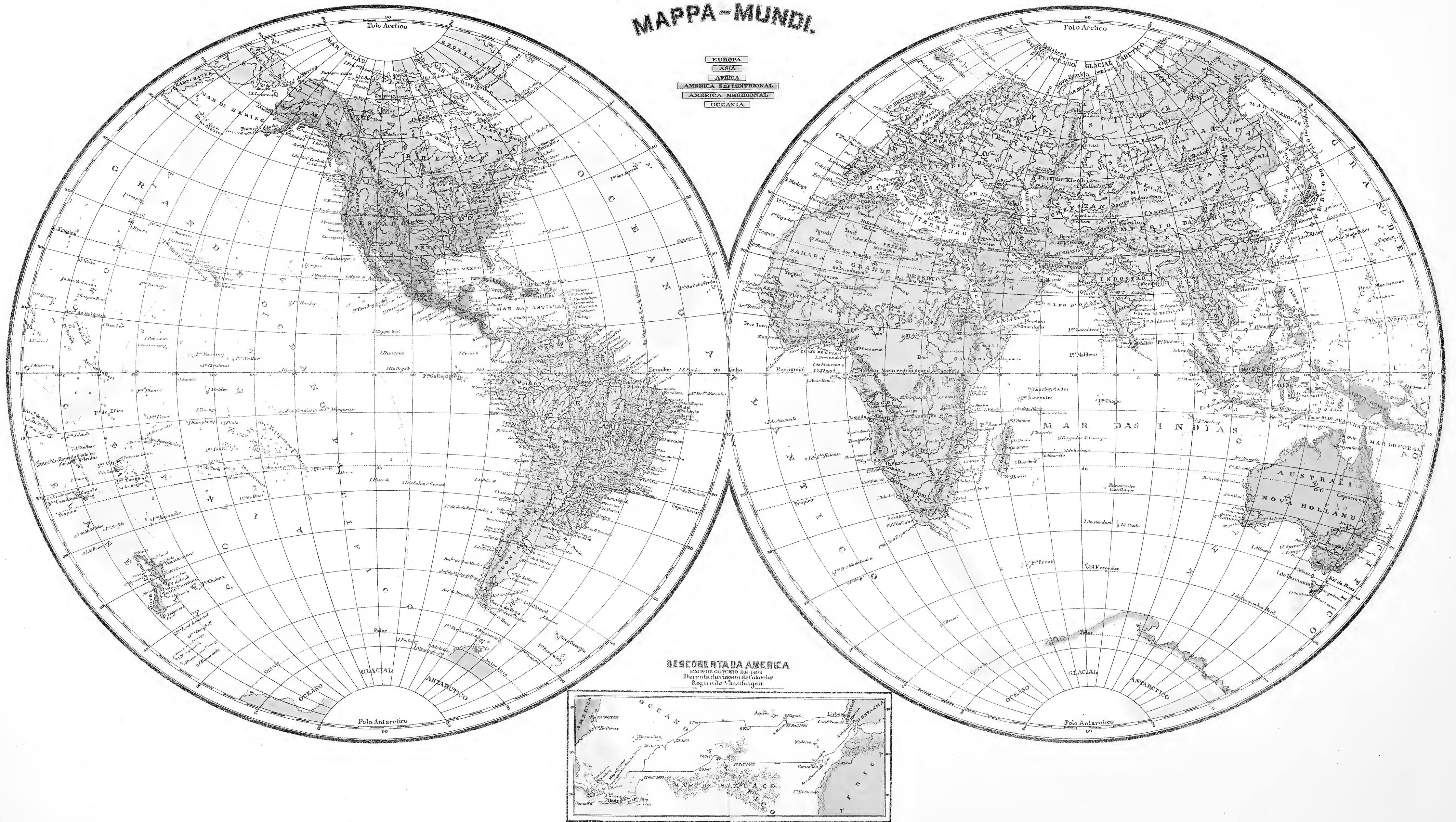




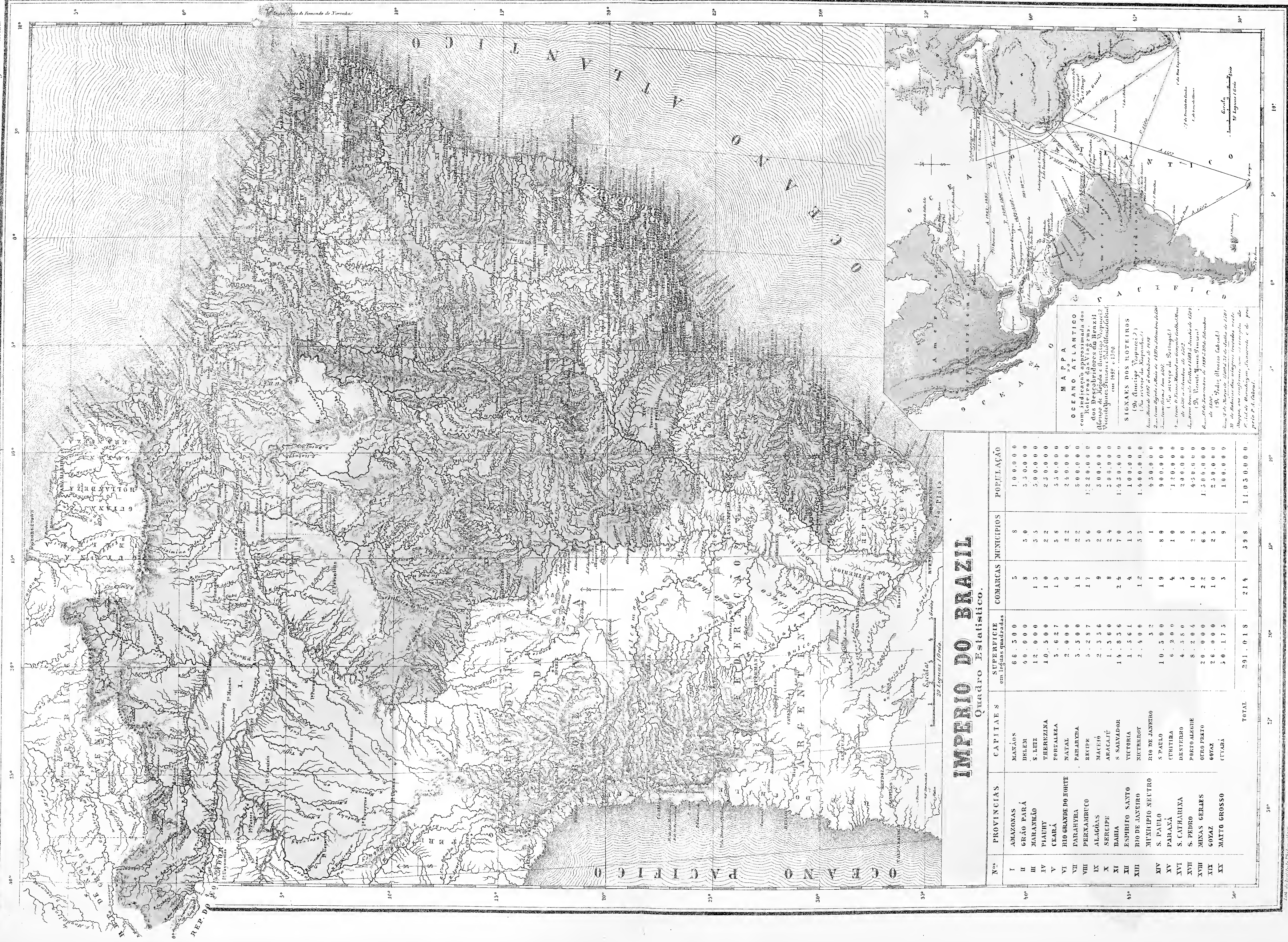


I.  
**MAPPA-MUNDI.**

EUROPA  
ASIA  
AFRICA  
AMERICA SETENTRIONAL  
AMERICA MERIDIONAL  
OCEANIA







# IMPERIO DO BRAZIL

## Quadro Estatístico.

N.º	PROVINCIA	CAPITAES	SUPERFICIE em leguas quadradas	COMARCAS	MUNICIPIOS	POPULAÇÃO
I	AMAZONAS	MANAOS	66.500	5	8	1.000.000
II	GRÃO PARÁ	BELEM	40.000	8	50	3.500.000
III	MARANHÃO	S. LUZ	12.000	13	35	3.000.000
IV	PIAUDY	THEZINA	10.500	10	22	2.500.000
V	CEARÁ	FORTALEZA	5.627	15	58	3.500.000
VI	RIO GRANDE DO NORTE	NATAL	2.000	6	22	2.500.000
VII	PARAÍBA	PARAÍBA	3.500	11	22	500.000
VIII	PERNAMBUCO	RECIFE	5.287	17	56	1.200.000
IX	ALAGOAS	MACEIO	2.356	9	20	500.000
X	SERGIPE	ARACATU	1.300	8	24	300.000
XI	BÁHIA	S. SALVADOR	14.836	24	70	1.450.000
XII	ESPIRITO SANTO	VICTORIA	1.561	4	13	100.000
XIII	RIO DE JANEIRO	NITERROI	2.400	12	53	1.400.000
XIV	MUNICIPIO NEUTRO	RIO DE JANEIRO	32	1	1	450.000
XV	S. PAULO	S. PAULO	10.500	19	80	900.000
XVI	PARANÁ	CRITIBA	6.200	4	10	120.000
XVII	S. CATARINA	DESTERO	4.580	5	8	200.000
XVIII	S. PEDRO	PORTO ALEGRE	8.204	10	28	450.000
XIX	MINAS GERAES	OURO PRETO	20.000	22	64	1.500.000
XX	GOYAZ	GOYAZ	26.000	10	25	250.000
XXI	MATTO GROSSO	UITABÁ	50.175	3	9	100.000
TOTAL			291.018	214	398	11.030.000

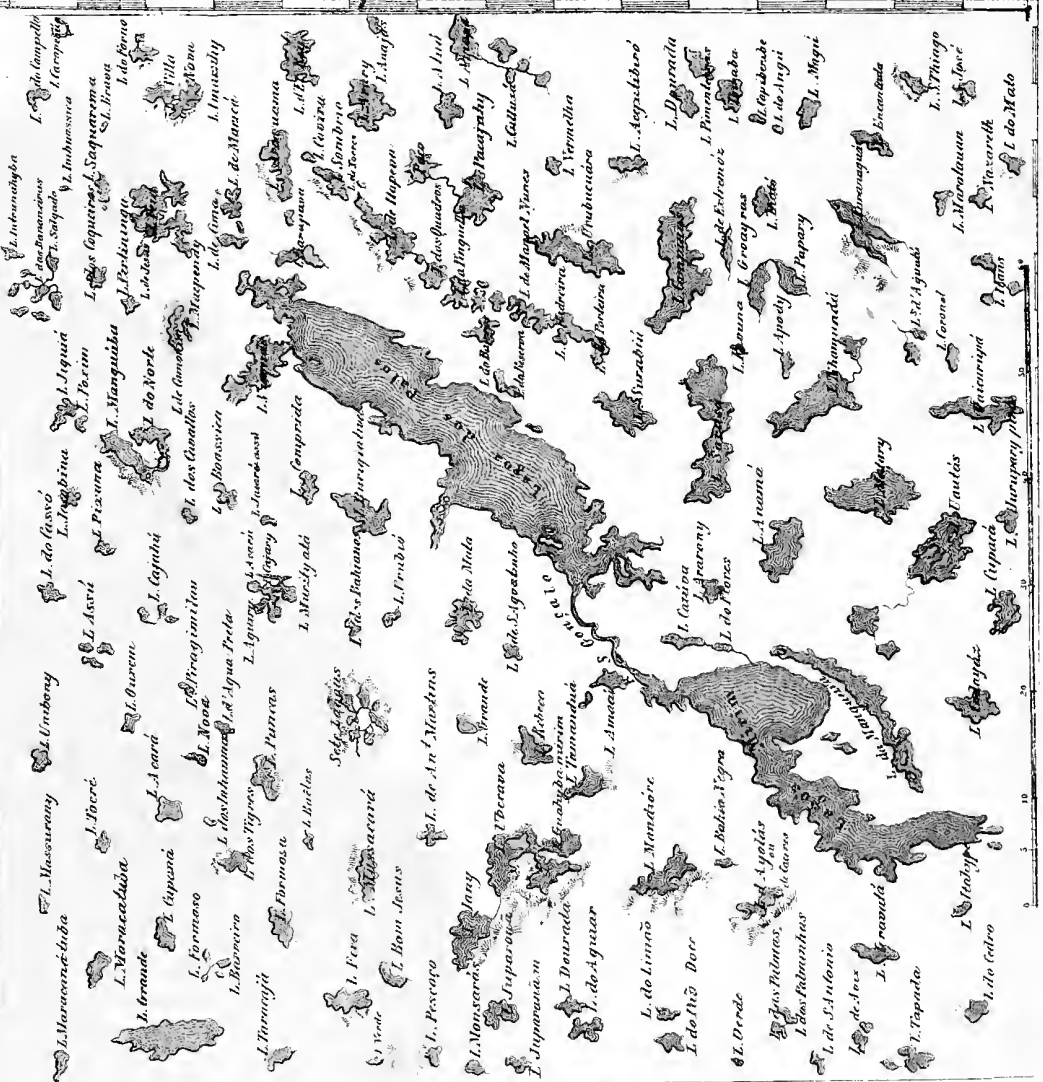
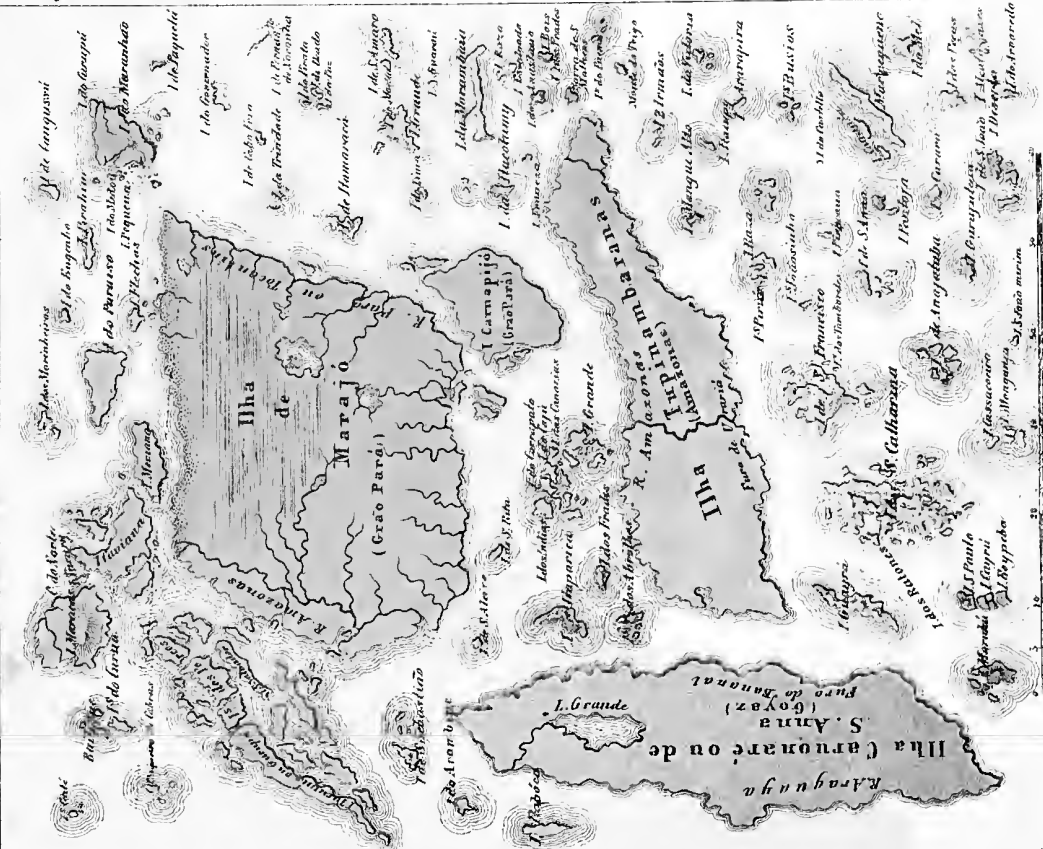
**MAPPA**  
com indicação aproximada dos  
Roteiros das Viagens  
dos Descobridores do Brazil  
Alfonso Albuquerque  
Vicente Gomes  
em 1492 e 1500

**SIGNAES DOS ROTEIROS**  
(De Alencar, Viagens, 2.ª ed.)  
1.º Roteiro das Viagens de 1492  
2.º Roteiro das Viagens de 1498  
3.º Roteiro das Viagens de 1500  
4.º Roteiro das Viagens de 1502  
5.º Roteiro das Viagens de 1504  
6.º Roteiro das Viagens de 1506  
7.º Roteiro das Viagens de 1508  
8.º Roteiro das Viagens de 1510  
9.º Roteiro das Viagens de 1512  
10.º Roteiro das Viagens de 1514  
11.º Roteiro das Viagens de 1516  
12.º Roteiro das Viagens de 1518  
13.º Roteiro das Viagens de 1520  
14.º Roteiro das Viagens de 1522  
15.º Roteiro das Viagens de 1524  
16.º Roteiro das Viagens de 1526  
17.º Roteiro das Viagens de 1528  
18.º Roteiro das Viagens de 1530  
19.º Roteiro das Viagens de 1532  
20.º Roteiro das Viagens de 1534  
21.º Roteiro das Viagens de 1536  
22.º Roteiro das Viagens de 1538  
23.º Roteiro das Viagens de 1540  
24.º Roteiro das Viagens de 1542  
25.º Roteiro das Viagens de 1544  
26.º Roteiro das Viagens de 1546  
27.º Roteiro das Viagens de 1548  
28.º Roteiro das Viagens de 1550  
29.º Roteiro das Viagens de 1552  
30.º Roteiro das Viagens de 1554  
31.º Roteiro das Viagens de 1556  
32.º Roteiro das Viagens de 1558  
33.º Roteiro das Viagens de 1560  
34.º Roteiro das Viagens de 1562  
35.º Roteiro das Viagens de 1564  
36.º Roteiro das Viagens de 1566  
37.º Roteiro das Viagens de 1568  
38.º Roteiro das Viagens de 1570  
39.º Roteiro das Viagens de 1572  
40.º Roteiro das Viagens de 1574  
41.º Roteiro das Viagens de 1576  
42.º Roteiro das Viagens de 1578  
43.º Roteiro das Viagens de 1580  
44.º Roteiro das Viagens de 1582  
45.º Roteiro das Viagens de 1584  
46.º Roteiro das Viagens de 1586  
47.º Roteiro das Viagens de 1588  
48.º Roteiro das Viagens de 1590  
49.º Roteiro das Viagens de 1592  
50.º Roteiro das Viagens de 1594  
51.º Roteiro das Viagens de 1596  
52.º Roteiro das Viagens de 1598  
53.º Roteiro das Viagens de 1600





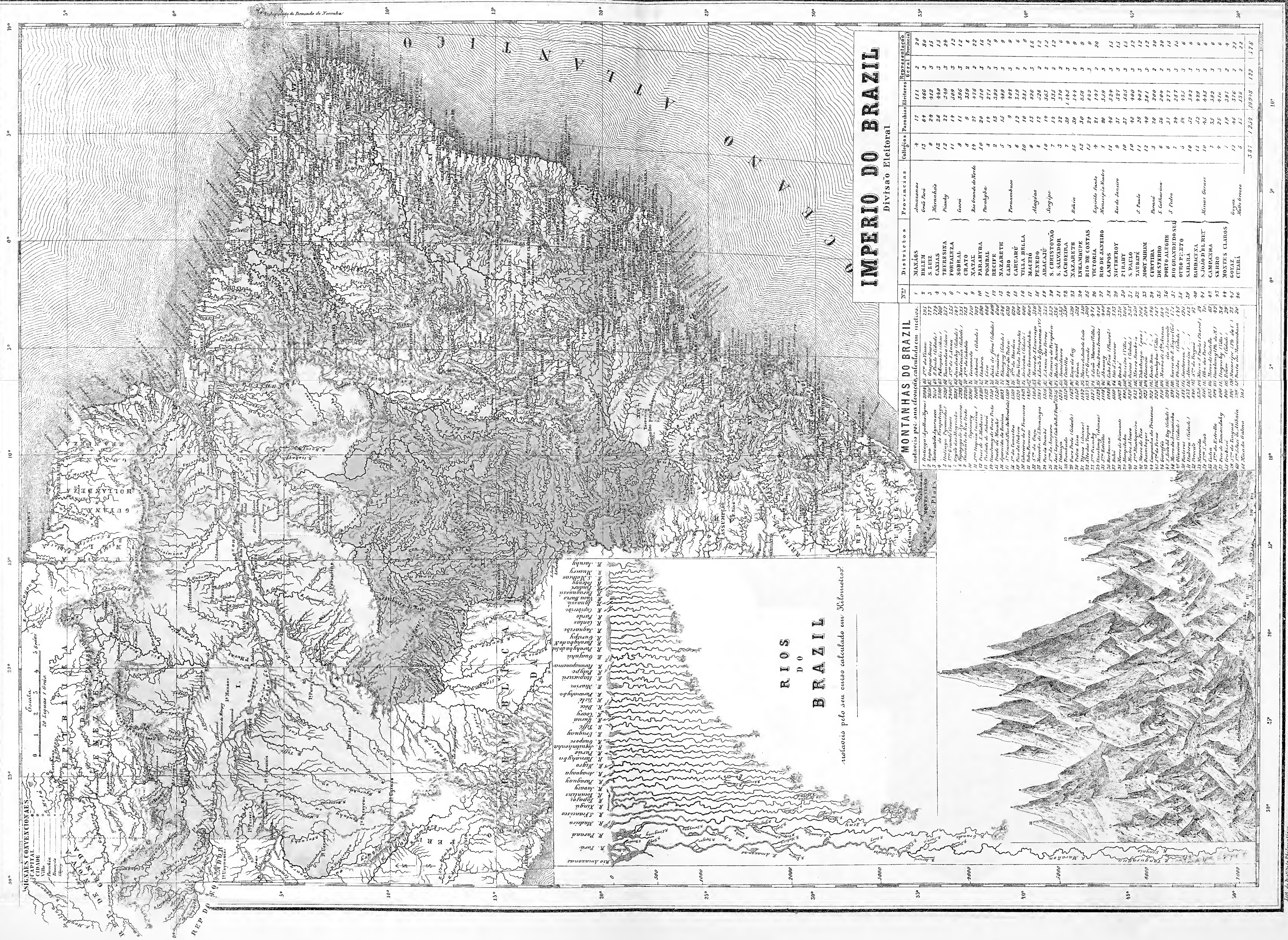
N.º	Diocese	Provincia	Dados da Criação	Residência do Bispo	População atual
I	S. SANTIADOR	Bahia e Sergipe	21 de Fevereiro de 1530	Bahia	170
II	S. SERGIÃO	Rio de Janeiro, Espírito Santo, parte oriental de Minas Gerais	16 de Fevereiro de 1676	Rio de Janeiro	202
III	OLINDA	Paraná, Piauí, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte	16 de Novembro de 1672	Olinda e Recife	2 000 000
IV	MARANHÃO	Maranhão e Paraguary	30 de Agosto de 1671	S. Luiz	75
V	GRÃO PARÁ	Grão Pará e Amazonas	4 de Março de 1748	Belem	98
VI	S. PAULO	S. Paulo, Paraná e parte meridional de Minas Gerais	6 de Dezembro de 1743	S. Paulo	169
VII	MARIANNA	Minas Gerais parte oriental	6 de Dezembro de 1743	Marianna	102
VIII	GOYAZ	Goiaz e parte occidental de Minas Gerais	12 de Junho de 1746	Goyaz	68
IX	GUJARÁ	Minas Gerais, Mato Grosso, São Pedro	11 de Julho de 1736	Cuyabá	16
X	S. PEDRO	São Pedro e Caravá	1 de Maio de 1888	Porto Alegre	70
XI	CEARÁ	Ceará	6 de Junho de 1837	Fortaleza	35
XII	DIAMANTINA	Minas Gerais parte septentrional	6 de Junho de 1837	Diamantina	35
Total					1 287

























Longitude Ocidental

Rio de Janeiro.

Lith. do Instituto Philomathico.

# PROVINCIA DO AMAZONAS

## COMARCAS

DA CAPITAL

Mandacaru (cidade)

Barcellos (cidade)

Silves

PARINTINS

Maués (cidade)

Bella da Imperatriz

Borba

SOLIMÕES

Tefé (cidade)

População 100.000 Almas

Área quadrada 66.300

SIGNAES CONVENCIONAES

CAPITAL da Província

Cidade

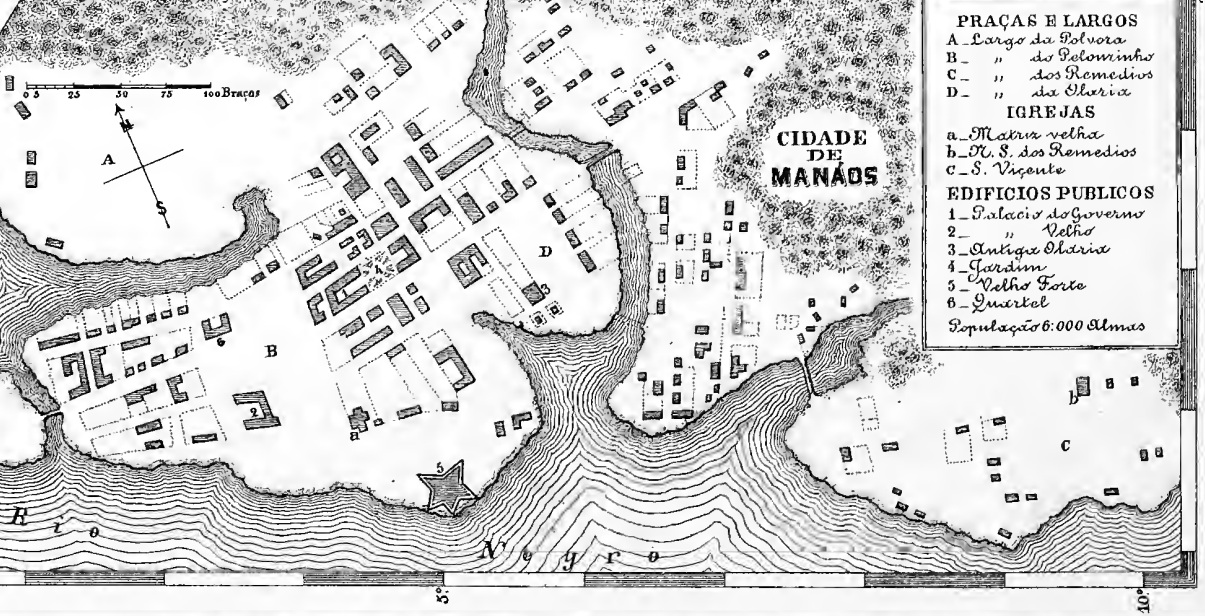
Villa

Parochia

Parochia

- PRACAS E LARGOS
- A Largo da Polvorosa
  - B " do Polominho
  - C " dos Remedios
  - D " da Oliveira
- IGREJAS
- a Igreja velha
  - b N. S. dos Remedios
  - c S. Vicente
- EDIFICIOS PUBLICOS
- 1 Palacio do Governo
  - 2 " Velho
  - 3 Antiga Oliveira
  - 4 Jardim
  - 5 Velho Forte
  - 6 Quartel
- População 6.000 Almas

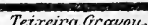
## CIDADE DE MANAOS











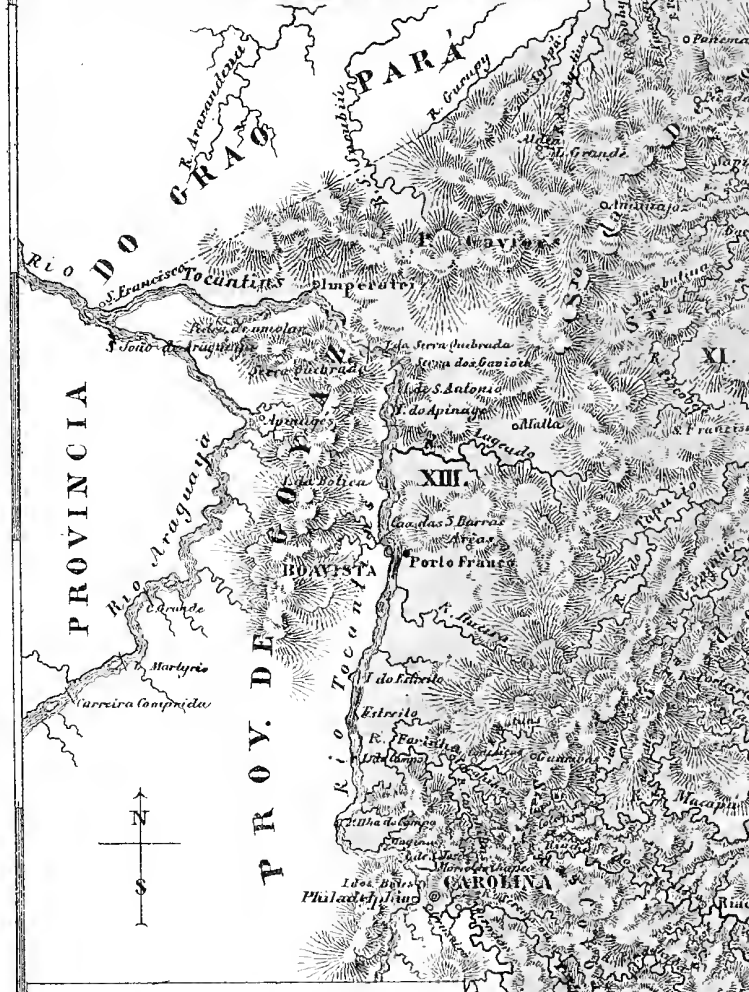
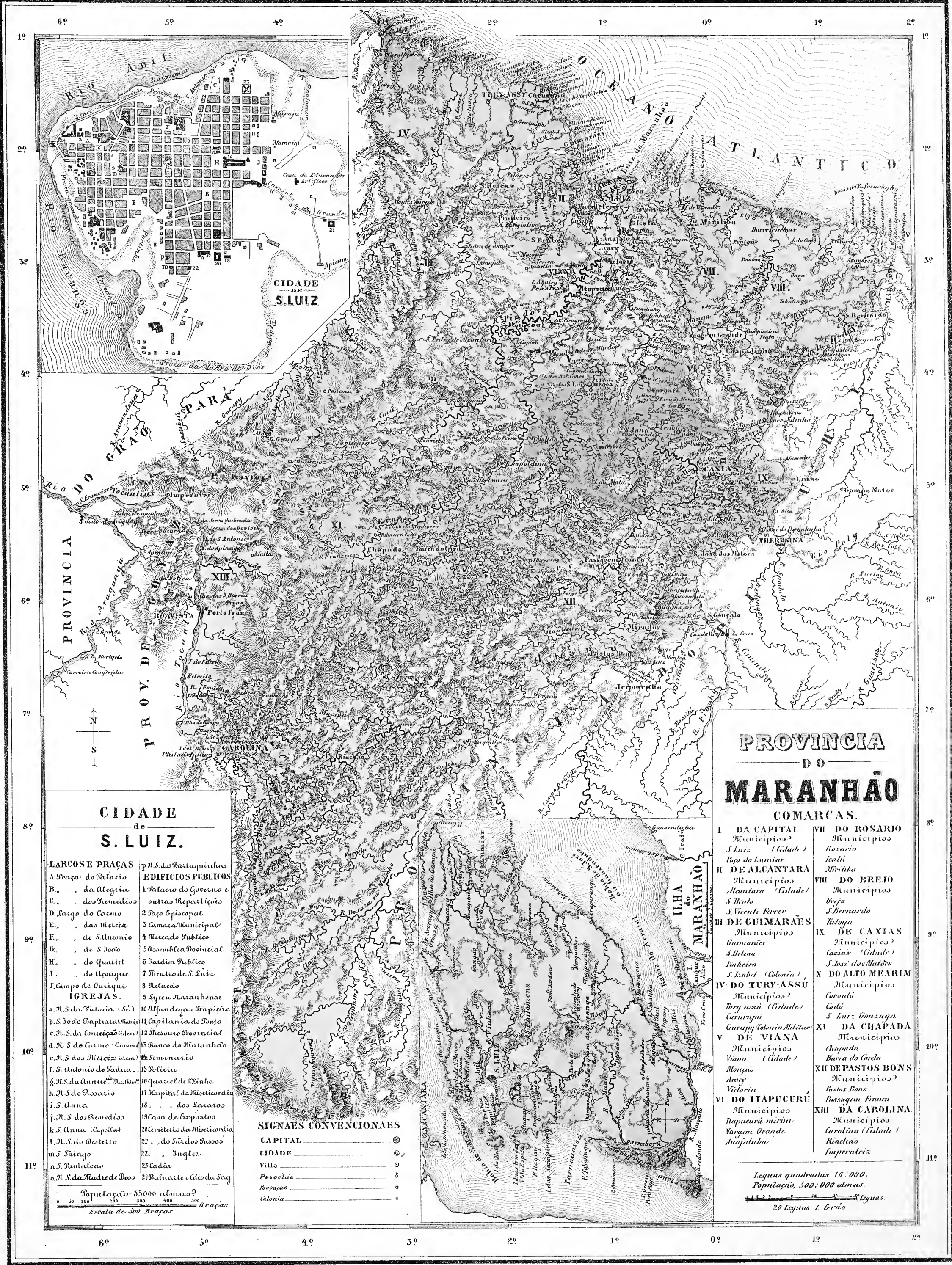












- LARCOSE PRAÇAS**
- A. Praça do Salicio
  - B. da Alegria
  - C. dos Remedios
  - D. Largo do Carmo
  - E. das Meicix
  - F. de S. Antonio
  - G. de S. João
  - H. do Quatrel
  - I. do Alougue
  - J. Campo de Ourique
- IGREJAS.**
- a. N. S. da Victoria (S.)
  - b. S. João Baptista
  - c. N. S. da Conceição (idem)
  - d. N. S. do Carmo (Convent)
  - e. N. S. dos Milagres (idem)
  - f. S. Antonio de Padua
  - g. N. S. da Annua
  - h. N. S. do Rosario
  - i. S. Anna
  - j. N. S. dos Remedios
  - k. S. Anna (Capella)
  - l. N. S. do Beateito
  - m. S. Thiao
  - n. S. Rualtação
  - o. N. S. da Madre de Deus
- EDIFICIOS PUBLICOS**
- 1. Palacio do Governo e outras Repartições
  - 2. Paço Episcopal
  - 3. Camara Municipal
  - 4. Mercado Publico
  - 5. Assembleia Provincial
  - 6. Jardim Publico
  - 7. Theatro de S. Luiz
  - 8. Relação
  - 9. Lyceu Maranhense
  - 10. Alfandega e Trapiche
  - 11. Capitania do Porto
  - 12. Thesouro Provincial
  - 13. Banco do Maranhão
  - 14. Seminario
  - 15. Policia
  - 16. Quartel de Linha
  - 17. Hospital da Misericordia
  - 18. dos Lazarios
  - 19. Casa de Expostos
  - 20. Cemiterio da Misericordia
  - 21. do São dos Passos
  - 22. Ingler
  - 23. Cadea
  - 24. Saluante cldes da Sag.
- SIGNAES CONVENCIONAES**
- CAPITAL
  - CIDADE
  - Villa
  - Parochia
  - Povoação
  - Colonia
- População 35000 almas?
- Escala de 500 Braças

PROVINCIA DO MARANHÃO

- COMARCAS.**
- I DA CAPITAL Municipios: S. Luiz (Cidade)
  - II DE ALCANTARA Municipios: Alcantara (Cidade), S. Bento, S. Vicente Ferver
  - III DE GUIMARÃES Municipios: Guimarães, S. Helena, Pinheiro, S. Isabel (Colonia)
  - IV DO TURVASSU Municipios: Turvassu (Cidade), Gurupui, Gurupui (Colonia Militar)
  - V DE VIANA Municipios: Viana (Cidade), Monção, Arary, Victoria
  - VI DO ITAPUCURU Municipios: Itapucuru mirim, Vargem Grande, Anajaluba
  - VII DO ROSARIO Municipios: Rosario, Itaibi, Miraliba
  - VIII DO BREJO Municipios: Brejo, S. Bernardo, Italoja
  - IX DE CAXIAS Municipios: Caxias (Cidade), S. José dos Matos
  - X DO ALTO MEARIUM Municipios: Coratá, Codo, S. Luiz Gonzaga
  - XI DA CHAPADA Municipios: Chapada, Barra do Corda
  - XII DE PASTOS BONS Municipios: Pastos Bons, Passagem Franca
  - XIII DA CAROLINA Municipios: Carolina (Cidade), Rinchão, Imperatriz

Leguas quadradas 16.000.  
População, 500.000 almas

20 Leguas 1. Grao





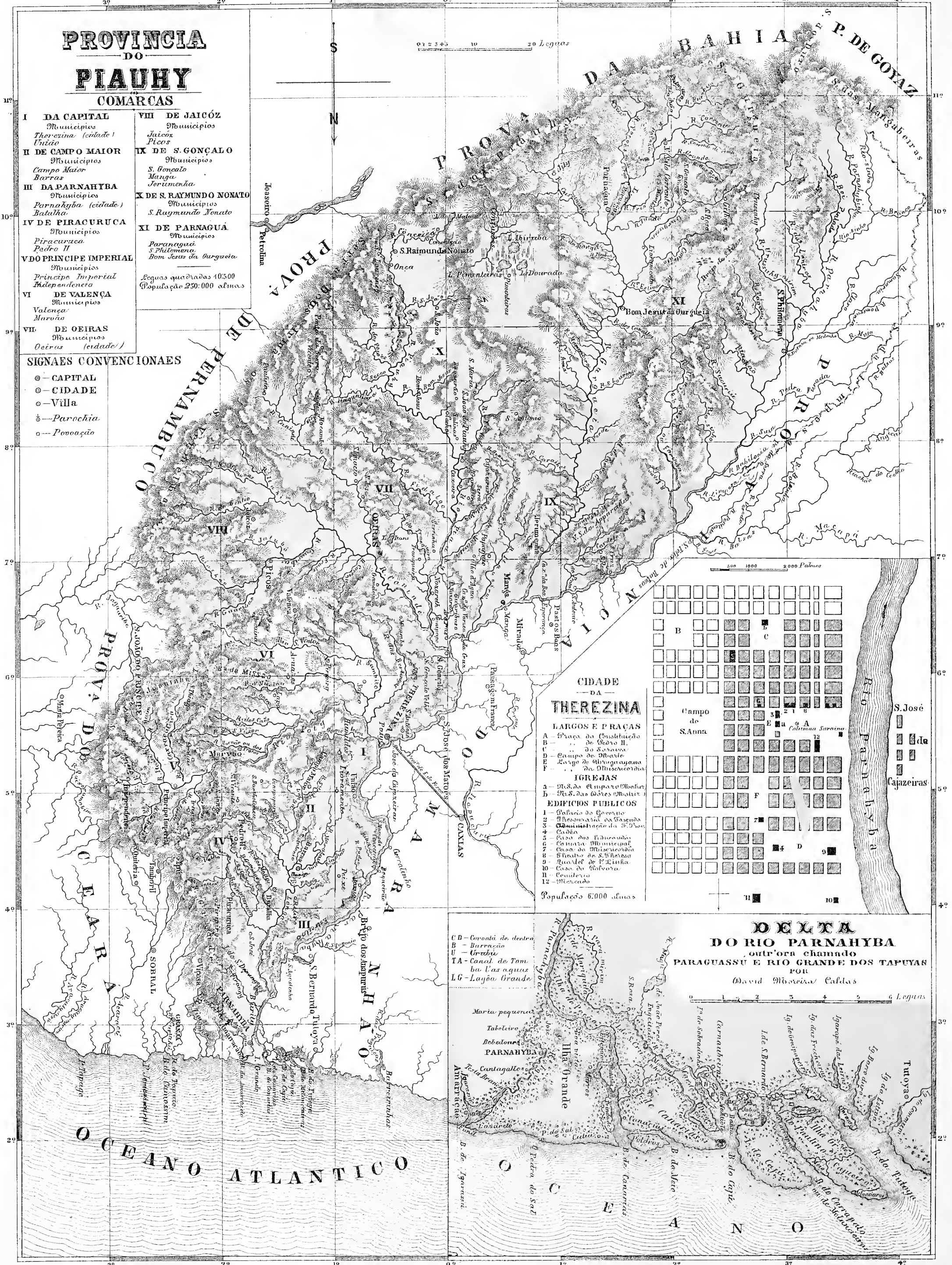


# PROVINCIA DO PIAUHY

- COMARCAS**
- I DA CAPITAL**  
Municípios  
Therézina (cidade)  
União
  - II DE CAMPO MAIOR**  
Municípios  
Campo Maior  
Barras
  - III DA PARNAYBA**  
Municípios  
Parnayba (cidade)  
Batalha
  - IV DE PIRACURUCA**  
Municípios  
Piracuruca  
Padre II
  - V DO PRINCEPE IMPERIAL**  
Municípios  
Príncipe Imperial  
Independência
  - VI DE VALENÇA**  
Municípios  
Valença  
Marinho
  - VII DE OERAS**  
Municípios  
Oeiras (cidade)
  - VIII DE JAICÓZ**  
Municípios  
Jaicóz  
Picos
  - IX DE S. GONÇALO**  
Municípios  
S. Gonçalo  
Jornalense
  - X DE S. RAYMUNDO NUNATO**  
Municípios  
S. Raymundo Nunato
  - XI DE PARNAGUA**  
Municípios  
Parnagua  
S. Philomena  
Dom Jesus da Gurgueia

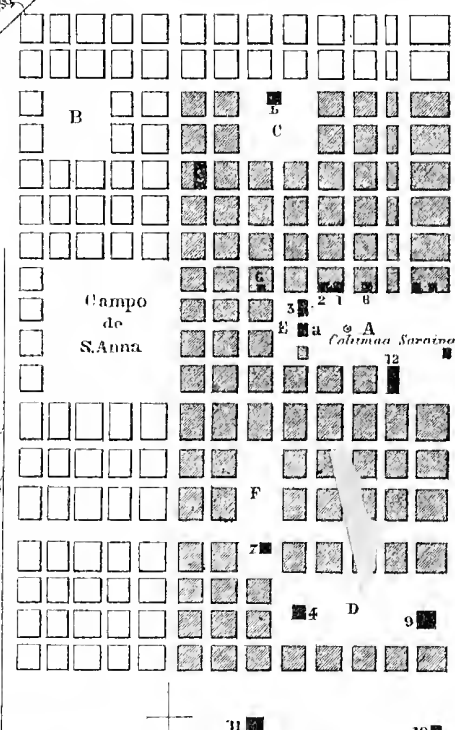
**SIGNAES CONVENÇIONAES**

- — CAPITAL
- — CIDADE
- — Villa
- — Parochia
- — Povoação



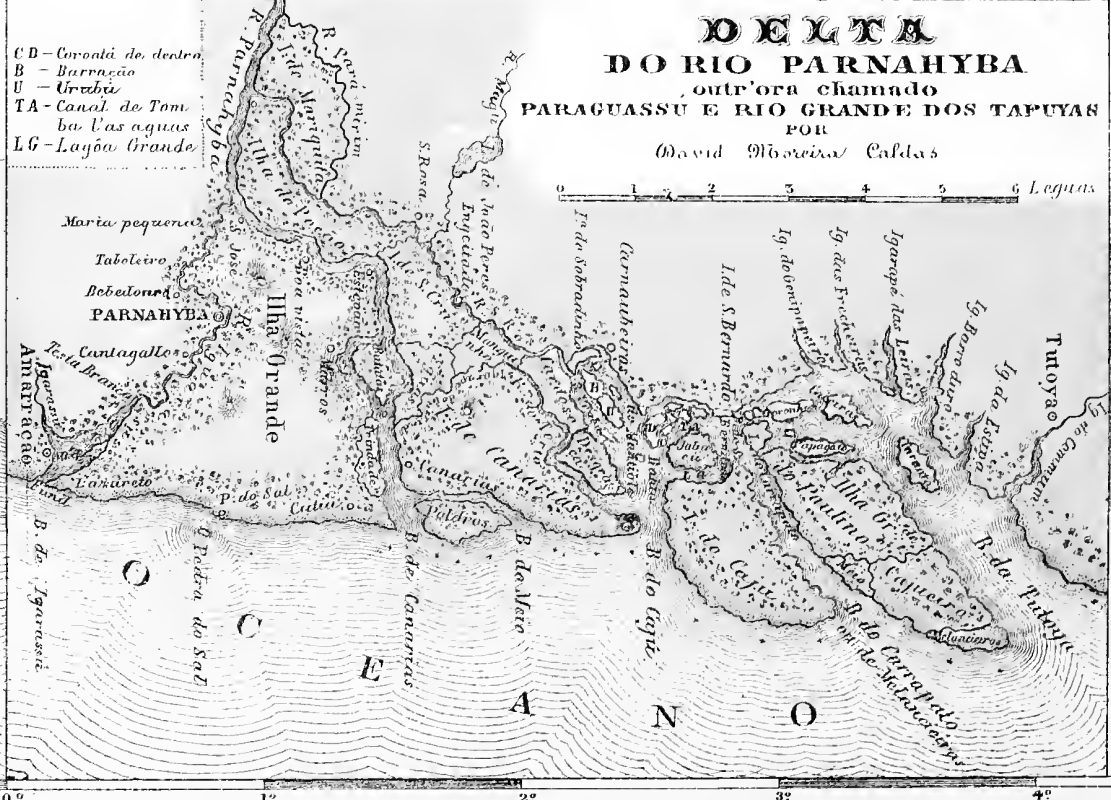
## CIDADE DA THEREZINA

- LARGOS E PRACAS**
- A — Praça da Constituição
  - B — Praça de S. João II.
  - C — Praça de S. João
  - D — Praça de S. João
  - E — Praça de S. João
  - F — Praça de S. João
- IGREJAS**
- 1 — Igreja do Espírito Santo
  - 2 — Igreja de S. João
  - 3 — Igreja de S. João
  - 4 — Igreja de S. João
  - 5 — Igreja de S. João
  - 6 — Igreja de S. João
  - 7 — Igreja de S. João
  - 8 — Igreja de S. João
  - 9 — Igreja de S. João
  - 10 — Igreja de S. João
  - 11 — Igreja de S. João
  - 12 — Igreja de S. João
- EDIFICIOS PUBLICOS**
- 1 — Prefeitura do Governo
  - 2 — Prefeitura do Governo
  - 3 — Prefeitura do Governo
  - 4 — Prefeitura do Governo
  - 5 — Prefeitura do Governo
  - 6 — Prefeitura do Governo
  - 7 — Prefeitura do Governo
  - 8 — Prefeitura do Governo
  - 9 — Prefeitura do Governo
  - 10 — Prefeitura do Governo
  - 11 — Prefeitura do Governo
  - 12 — Prefeitura do Governo
- População 6.000 almas



## DELTA DO RIO PARNAYBA

out'ora chamado  
PARAGUASSU E RIO GRANDE DOS TAPUYAS  
POR  
David Moreira Caldas



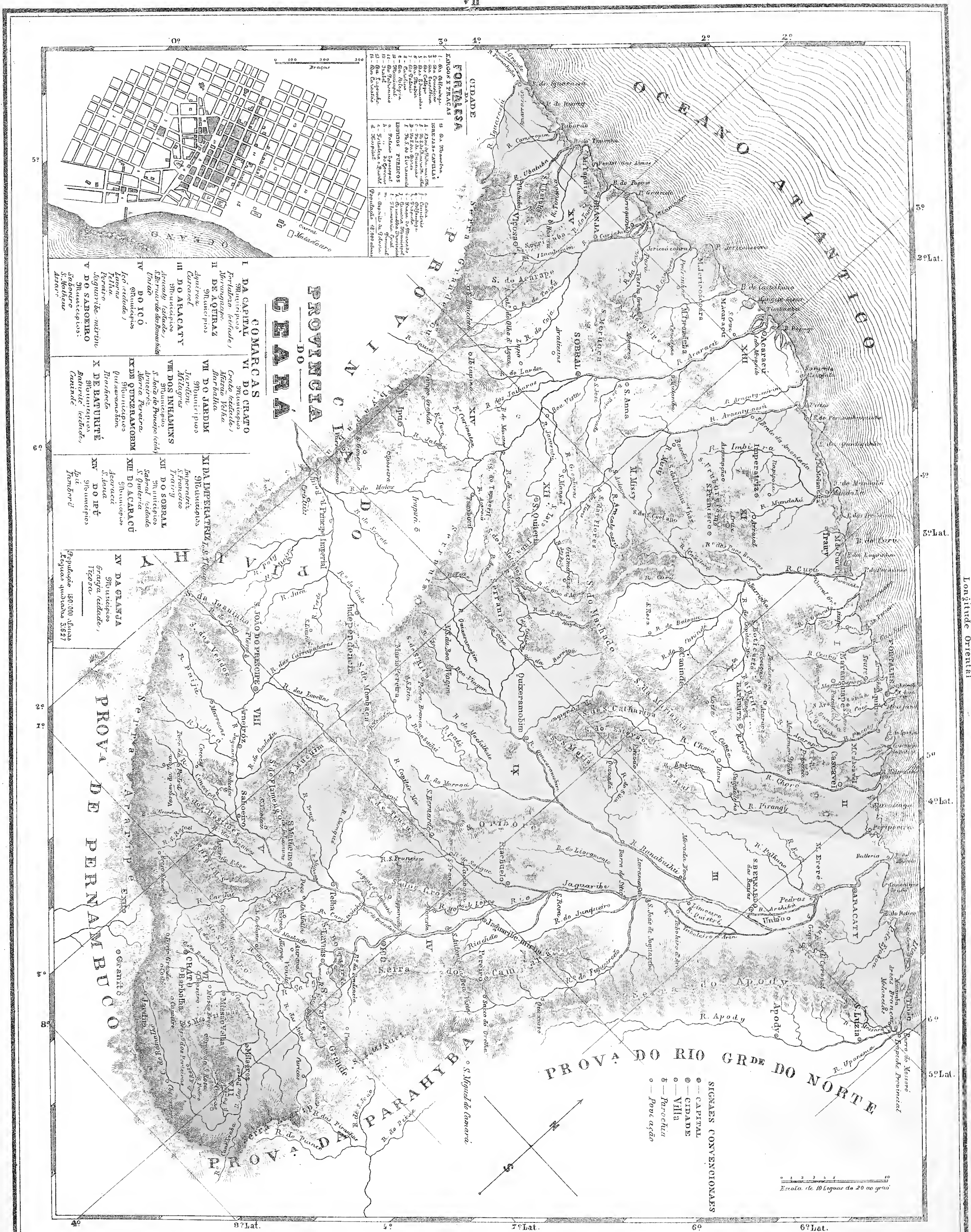








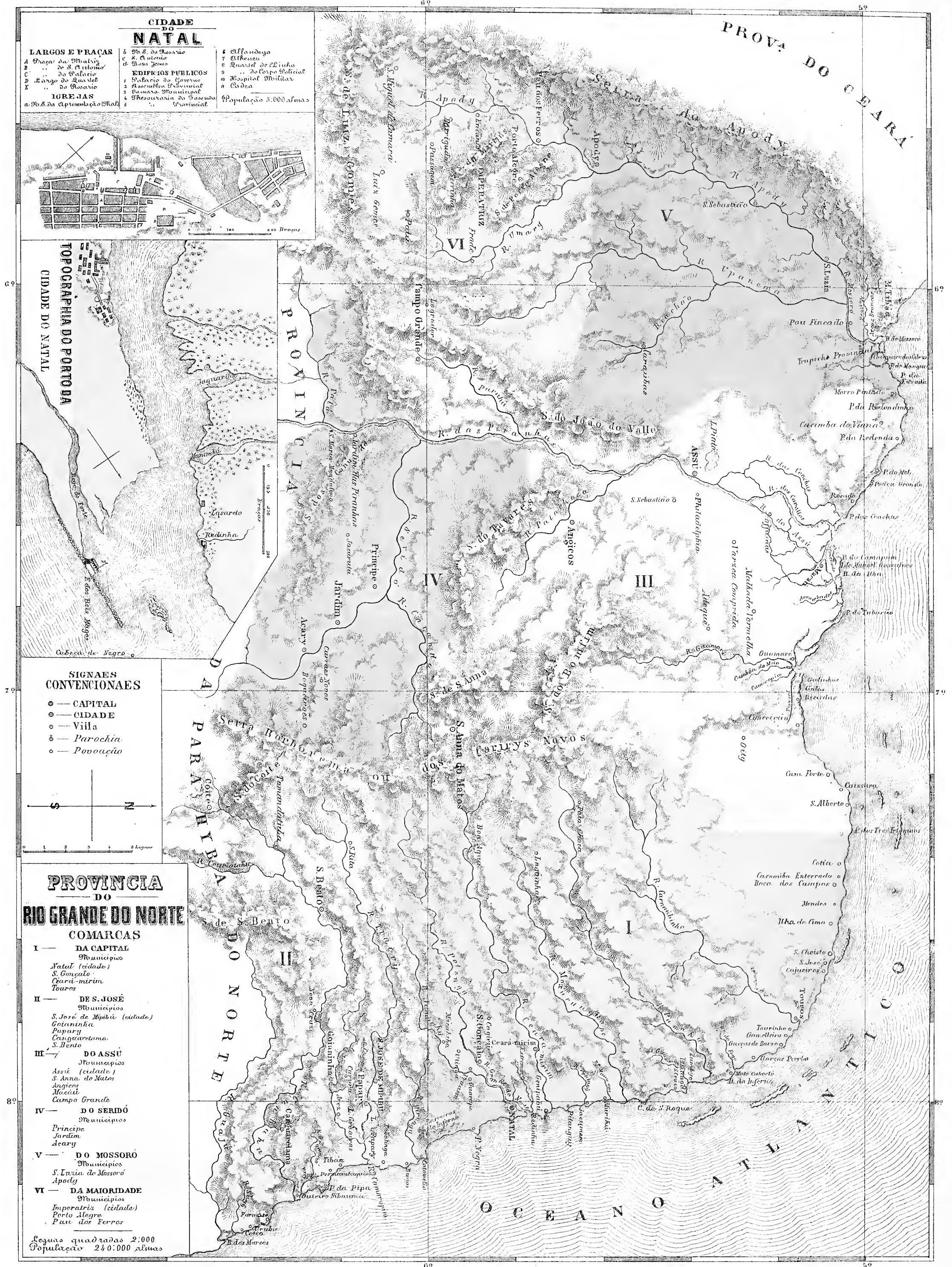








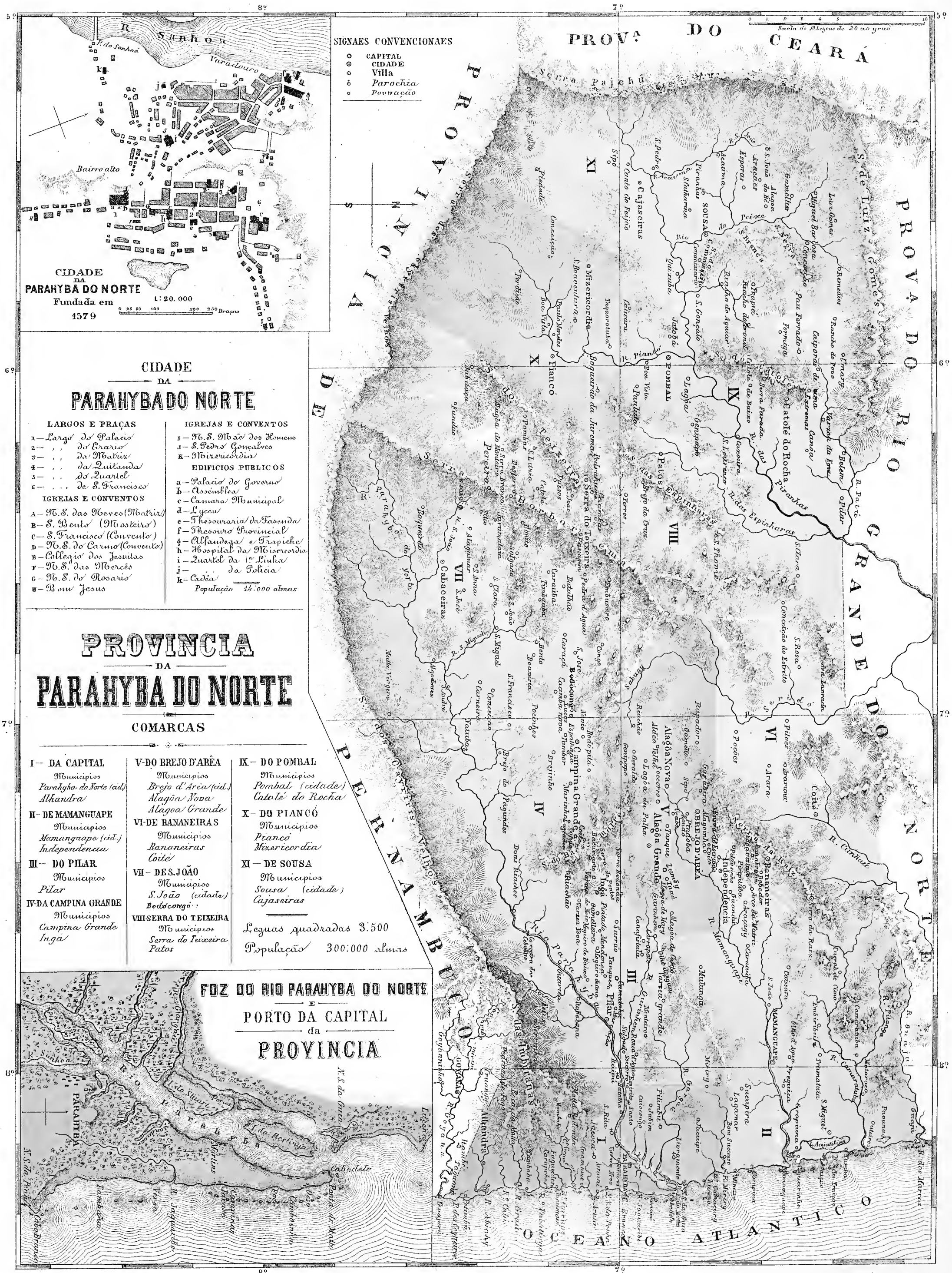


















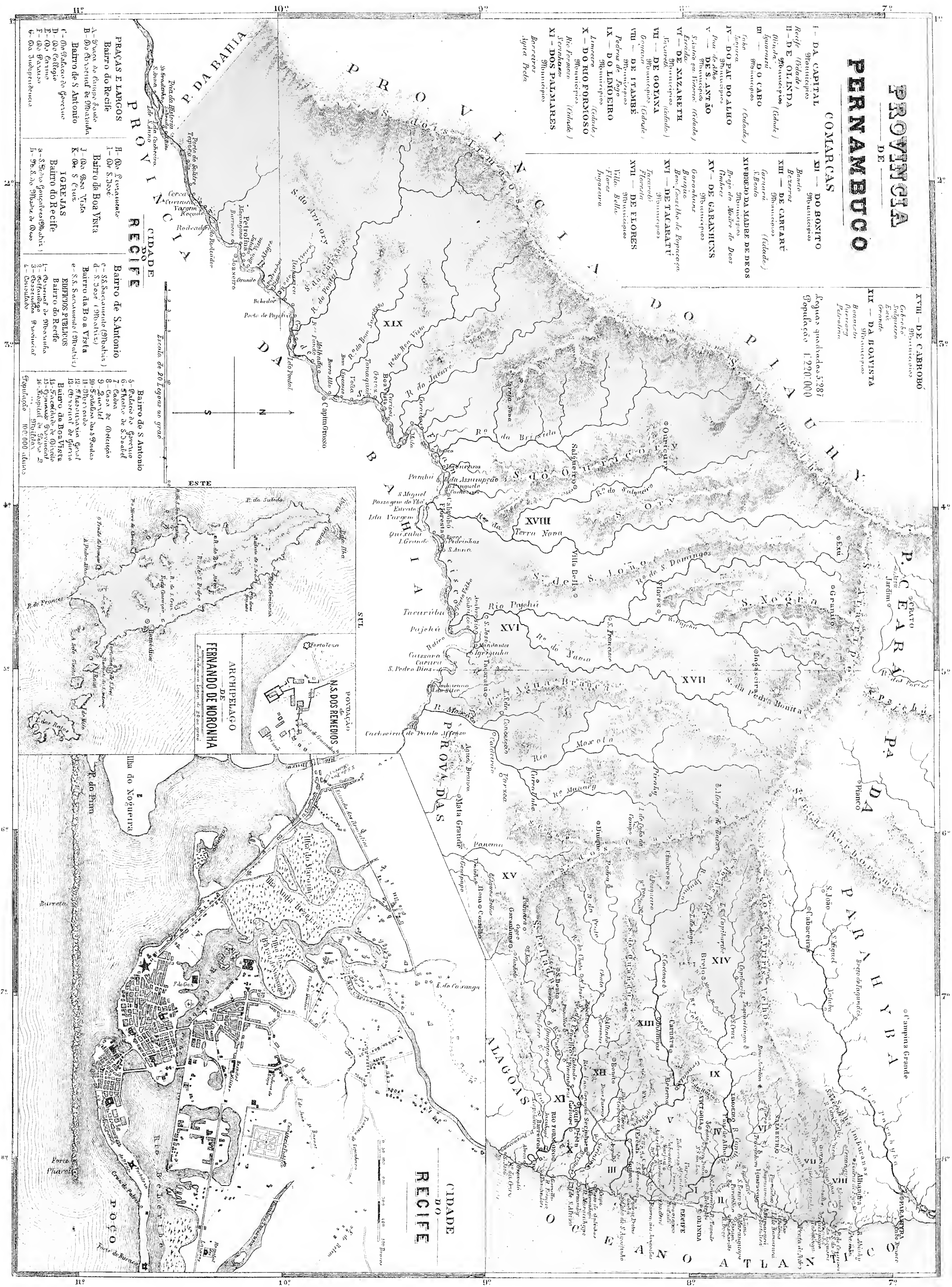
# PROVING A

## COMPARCASA

- XI — DA CAPITAL  
     *Recife (cidade)*  
 XII — DE OLINDA  
     *Olinda (cidade)*  
     *Quarenta e oito*  
     — DO CABO  
     *Quarenta e oito*  
     *(cidade)*  
 XIII — DO PAT DO ALHO  
     *Quarenta e oito*  
     *Pua de alho*  
     — DE S. ANTÃO  
     *Quarenta e oito*  
     *Estreito de Itamaré (cidade)*  
 XIV — DE NAZARETH  
     *Quarenta e oito*  
     *Itanhaba (cidade)*  
 XV — DE GOIANA  
     *Quarenta e oito*  
     *Goiana (cidade)*  
 XVI — DE ITAMBÉ  
     *Quarenta e oito*  
     *Pedra de Itapo (cidade)*  
     — DO LINDO EIRO  
     *Quarenta e oito*  
     *Limoeiro (cidade)*  
 XVII — DO OITO FORQUOSO  
     *Quarenta e oito*  
     *Rio Forquoso (cidade)*  
 XVIII — DOS PALMEIROS  
     *Quarenta e oito*  
     *Barraeira (cidade)*  
     *Agua Preta (cidade)*

- XVIII — DE CABROBO  
gibuticiados  
*Cabrobo*  
*Salgueiro*  
*Forêt*  
*Grande*

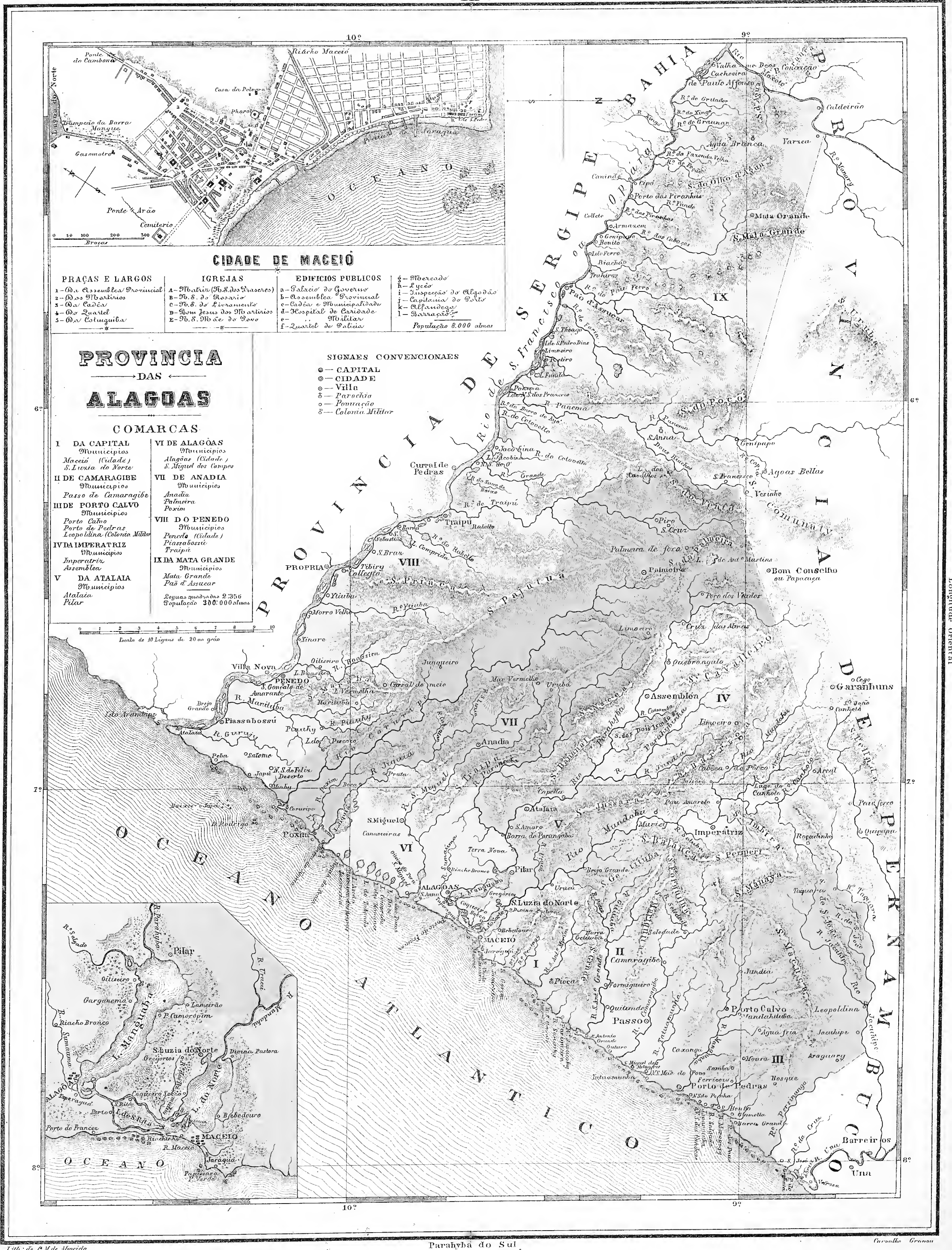
Seguindo a graduação 5.287  
População 1.220.000











**CIDADE DE MACEIÓ**

PRAÇAS E LARGOS	IGREJAS	EDIFÍCIOS PÚBLICOS	4 - Mercado
1 - (da) Assembleia Provincial	A - (de) São José dos Passos	a - Palácio do Governo	5 - Lacerda
2 - (dos) Martimões	B - (de) São José	b - Assembleia Provincial	6 - Inspeção do Algodão
3 - (da) Cadeia	C - (de) São José	c - Cadeia e Municipalidade	7 - Capela do Porto
4 - (do) Quartel	D - (de) São José	d - Hospital de Caridade	8 - Alfândega
5 - (da) Colúmbia	E - (de) São José	e - Quartel de Polícia	9 - Barragem

População 8.000 almas

**PROVINCIA DAS ALAGOAS**

**COMARCAS**

<b>I DA CAPITAL</b> Municípios Maceió (cidade) S. Lúcia do Norte	<b>VI DE ALAGOAS</b> Municípios Alagoas (cidade) S. Miguel dos Campos
<b>II DE CAMARAGIBE</b> Municípios Passo de Camaragibe	<b>VII DE ANADIA</b> Municípios Anadia Palmeira Poxim
<b>III DE PORTO CALVO</b> Municípios Porto Calvo Porto de Pedras Leopoldina (Colônia Militar)	<b>VIII DO PENEDO</b> Municípios Penedo (cidade) Piaçabossú Traipu
<b>IV DA IMPERATRIZ</b> Municípios Imperatriz Assembleia	<b>IX DA MATA GRANDE</b> Municípios Mata Grande Paço d'Assucar
<b>V DA ATALAIA</b> Municípios Atalaia Pilar	

Seguindo quadras 2.356  
População 300.000 almas

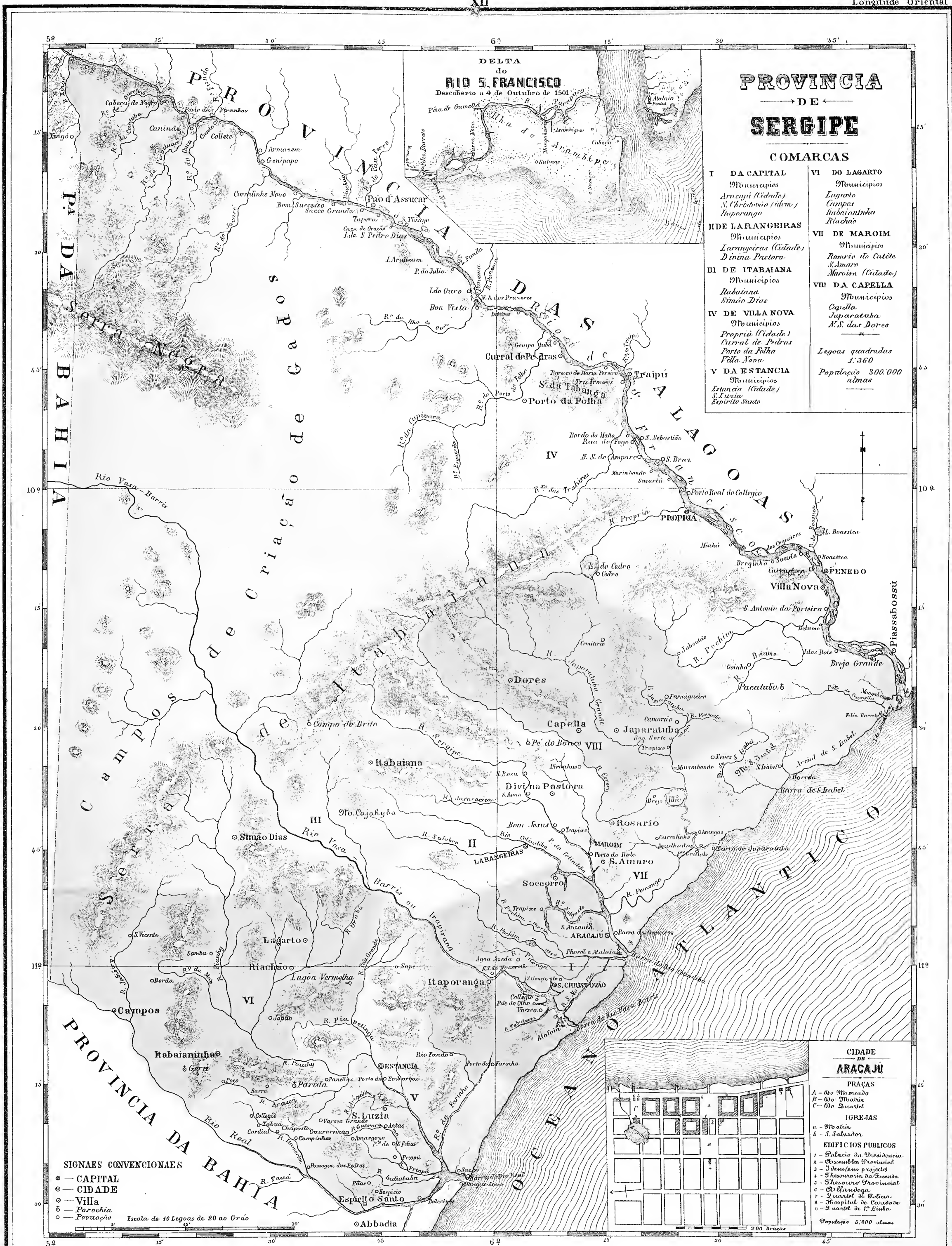
**SIGNAES CONVENCIONAES**

- CAPITAL
- CIDADE
- VILLA
- PAROQUIA
- PARRÓQUIA
- COLÔNIA MILITAR





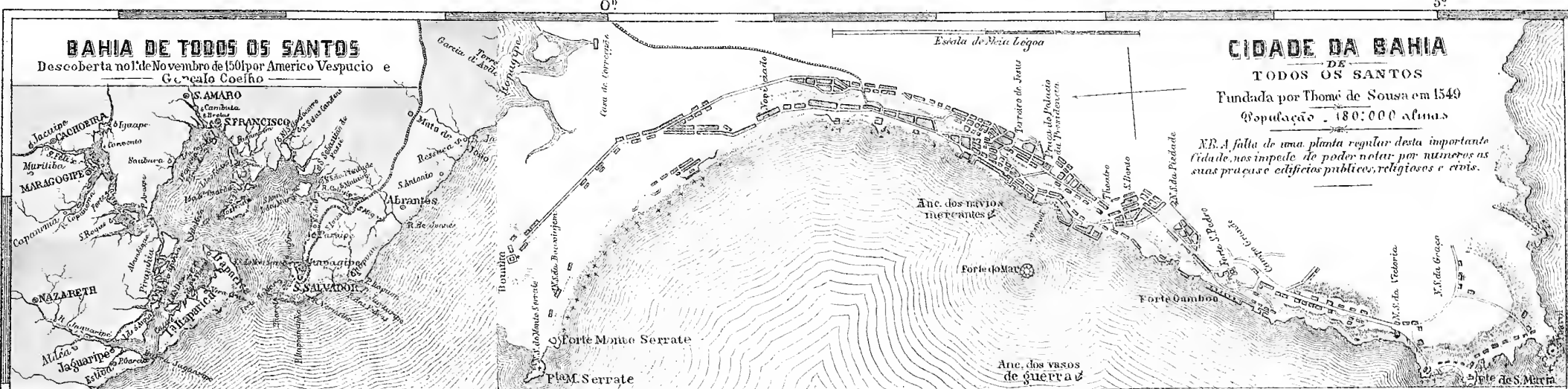






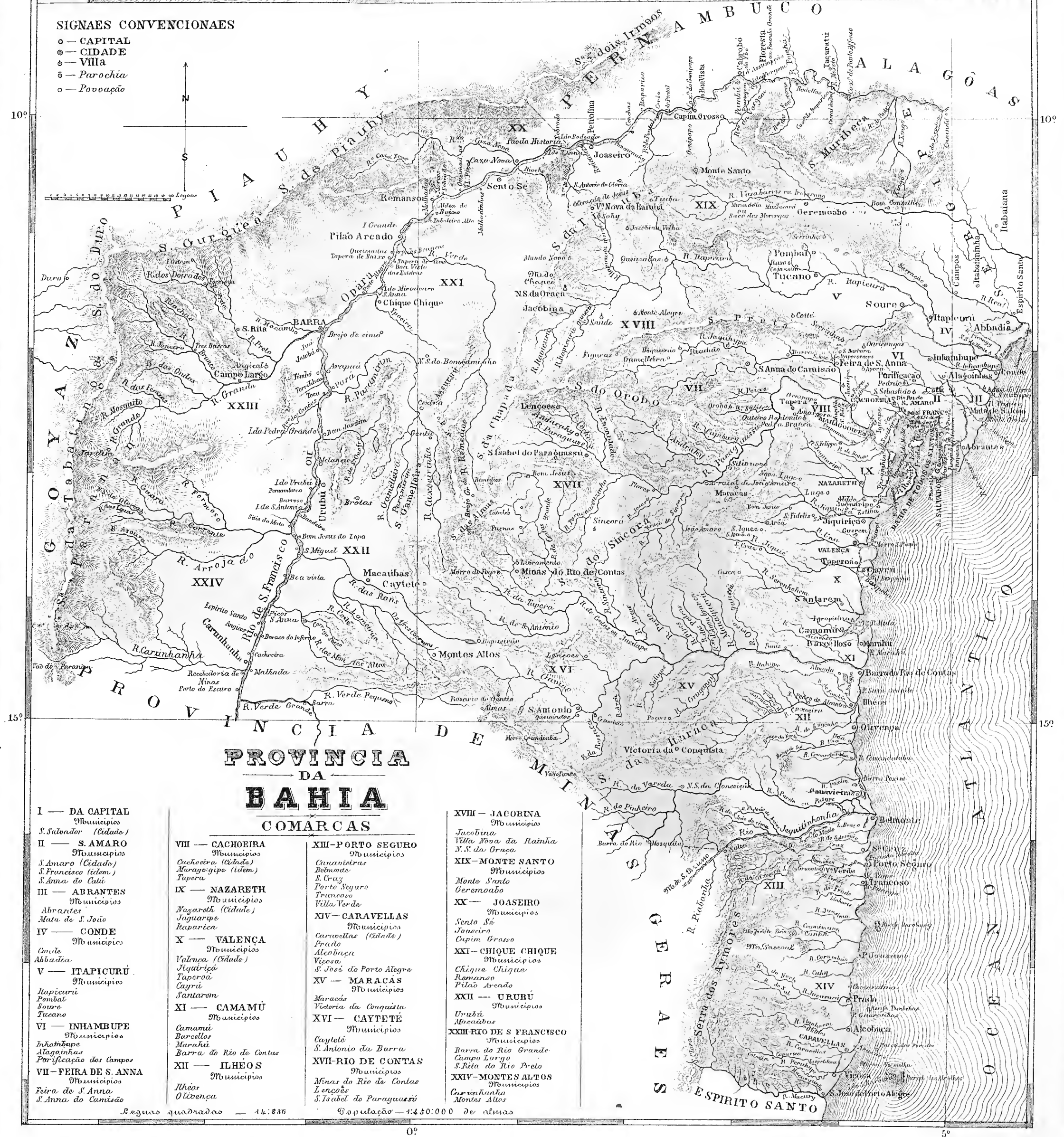






SIGNALES CONVENCIONAES

- — CAPITAL
- — CIDADE
- — Villa
- — Parochia
- — Povoação



- I — DA CAPITAL  
Municípios  
S. Salvador (Cidade)
- II — S. AMARO  
Municípios  
S. Amaro (Cidade)  
S. Francisco (idem)  
S. Anna do Calil
- III — ABRANTES  
Municípios  
Abrantes  
Mata de S. João
- IV — CONDE  
Municípios  
Conde  
Abadia
- V — ITAPICURU  
Municípios  
Itapicuru  
Pombal  
Sourê  
Tucano
- VI — INHAMBUPÉ  
Municípios  
Inhambupe  
Alagoinhas  
Parificação dos Campos
- VII — FEIRA DE S. ANNA  
Municípios  
Feira de S. Anna  
S. Anna do Camisão

- VIII — CACHOEIRA  
Municípios  
Cachoeira (Cidade)  
Maragocipio (idem)  
Tapera
- IX — NAZARETH  
Municípios  
Nazareth (Cidade)  
Jaguaré  
Raparim
- X — VALENÇA  
Municípios  
Valença (Cidade)  
Tiquirica  
Taperoá  
Cayré
- XI — CAMAMU  
Municípios  
Camamu  
Barcellos  
Marahú  
Barra do Rio de Contas
- XII — ILHEOS  
Municípios  
Ilheos  
Olivença

- XIII — PORTO SEGURO  
Municípios  
Cananinhas  
Bom Jardim  
S. Cruz  
Porto Seguro  
Trancoso  
Villa Verde
- XIV — CARAVELLAS  
Municípios  
Caravellas (Cidade)  
Prado  
Alcobaça  
Vicosa  
S. José do Porto Alegre
- XV — MARACÁS  
Municípios  
Maracás  
Victoria da Conquista
- XVI — CAYTETÉ  
Municípios  
Cayteté  
S. Antonio da Barra
- XVII — RIO DE CONTAS  
Municípios  
Mina do Rio de Contas  
Lencóas  
S. Isabel do Paraguassu

- XVIII — JACOBINA  
Municípios  
Jacobina  
Villa Nova da Rainha  
S. S. da Graça
- XIX — MONTE SANTO  
Municípios  
Monte Santo  
Geremoabo
- XX — JOASEIRO  
Municípios  
Sento Sé  
Joazeiro  
Capim Grosso
- XXI — CHIQUE CHIQUE  
Municípios  
Chique Chique  
Remanso  
Pitão Arcado
- XXII — URURU  
Municípios  
Ururu  
Macabubus
- XXIII — RIO DE S. FRANCISCO  
Municípios  
Barra do Rio Grande  
Campo Largo  
S. Rita do Rio Preto
- XXIV — MONTES ALTOS  
Municípios  
Montes Altos

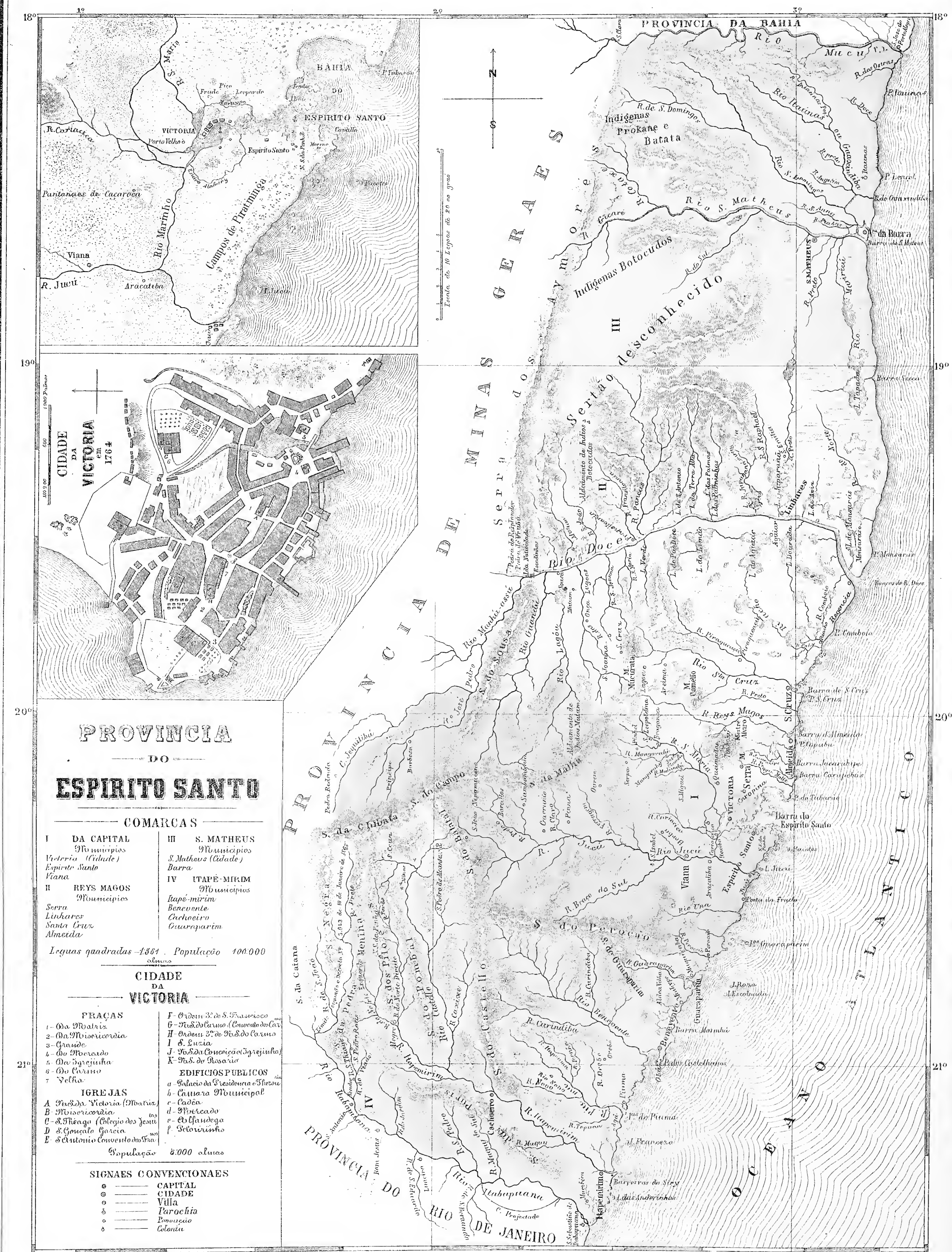
Legua quadrada — 14:835

População — 140.000 de almas















# CIDADE RIO DE JANEIRO

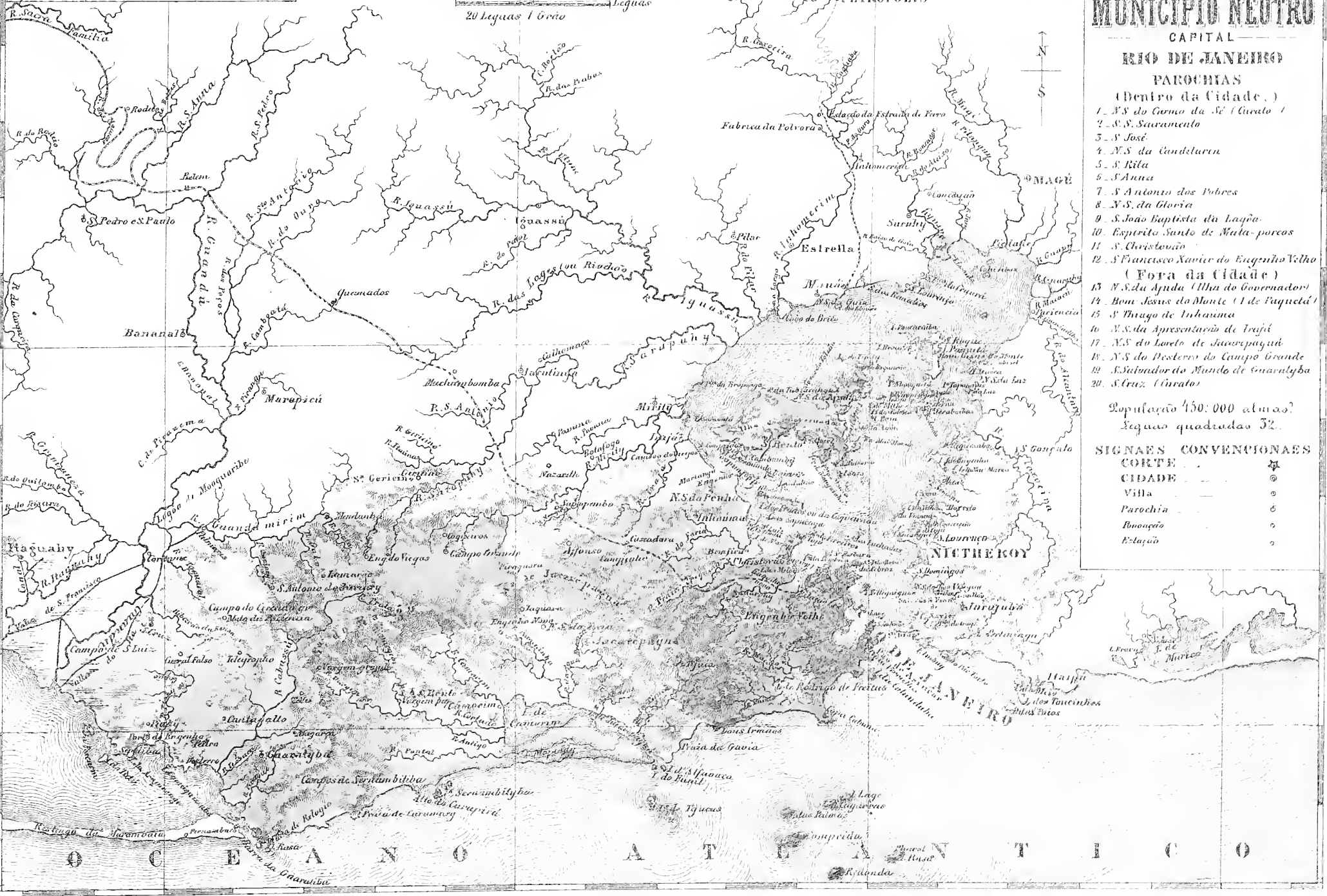
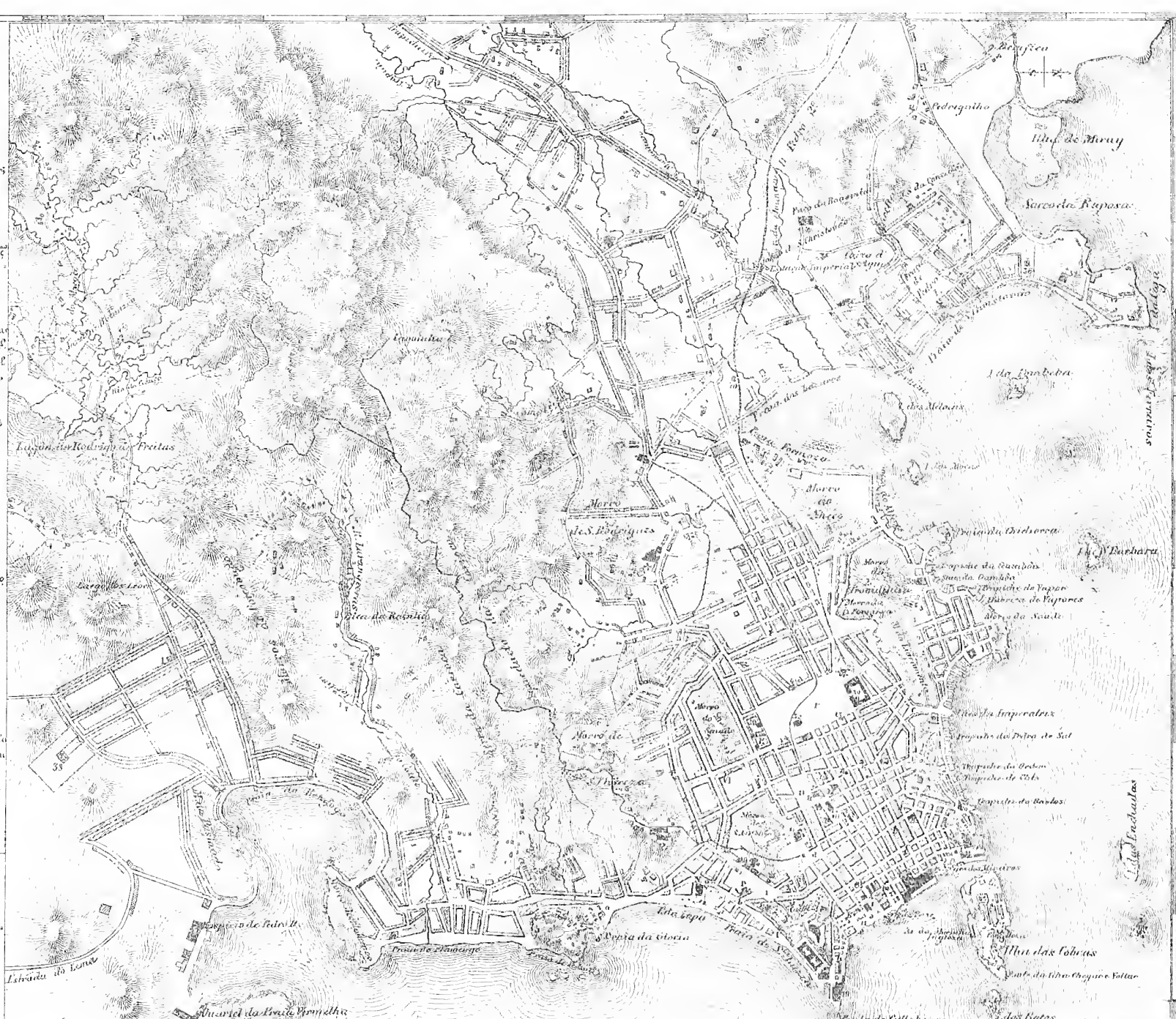
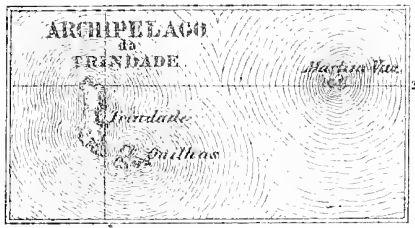
## LARGO E PRAÇAS

- 1 Largo do Paço
- 2 da Ajuda
- 3 da Lapa
- 4 da Carioca
- 5 da Impetatriz
- 6 da Lapa
- 7 de Nossa
- 8 da Mãe do Poço
- 9 de São Rita
- 10 de S. Domingos
- 11 da S. M.
- 12 de S. Francisco
- 13 Praça da Constituição
- 14 da Glória
- 15 da Carmoim
- 16 de N. de S. Joao
- 17 Campo d'Ursula

## EDIFICIOS PUBLICOS

- 1 Paço Imperial
- 2 da Boa Vista
- 3 Câmara dos Deputados
- 4 Senado
- 5 Supremo Tribunal de Justiça
- 6 Ministério da Fazenda e Tesouro
- 7 Ministério do Império
- 8 da Justiça
- 9 da Guerra e Marinha
- 10 da Agricultura e Minas
- 11 da Marinha e Armada
- 12 Ministério do Comércio
- 13 Câmara Municipal
- 14 do Rio
- 15 Academia das Belas Artes
- 16 Escola Central
- 17 Correio
- 18 Faculdade de Medicina
- 19 Arsenal da Guerra
- 20 Academia de Música
- 21 Colégio de N. S. de S. Joao
- 22 Banco do Commercio
- 23 Banco do Brasil
- 24 Alfândega
- 25 Estação da Estrada de Ferro
- 26 Hospital da Misericórdia
- 27 dos Lazaretos
- 28 Seminário de S. Joao
- 29 Quartel do Corpo Oficial
- 30 de S. Lázaro
- 31 Theatro Nacional
- 32 Lyceo
- 33 Gymnasio
- 34 Banco Publico
- 35 Convicção de S. Paulo
- 36 da Ordem do Carmo
- 37 do S. Joao
- 38 de S. Joao Baptista
- 39 da Glória
- 40 Matadouro

População 350 000 almas?



## MUNICIPIO NEUTRO CAPITAL

### RIO DE JANEIRO

#### PAROCHIAS

(Dentro da Cidade.)

1. N. S. do Carmo da S. (Curato)
2. S. S. Sacramento
3. S. Joao
4. N. S. da Conceição
5. S. Rita
6. S. Anna
7. S. Antonio dos Pobres
8. N. S. da Glória
9. S. Joao Baptista da Lapa
10. Espirito Santo de Mata-pereias
11. S. Christovão
12. S. Francisco Xavier do Engenho Velho

(Fora da Cidade)

13. N. S. da Ajuda (Illa do Governador)
14. N. S. do Monte (I de Nogueira)
15. S. Miguel de Inhamatã
16. N. S. da Apresentação de Trajã
17. N. S. do Loreto de Jurepague
18. N. S. do Doctor do Campo Grande
19. S. Salvador do Mundo de Guaratiba
20. S. Cruz (Curato)

População 450 000 almas?

Leguas quadradas 52.

#### SIGNAES CONVENÇIONALES

CORTE	
CIDADE	■
Villa	●
Parochia	○
Bonifacio	△
Estação	□





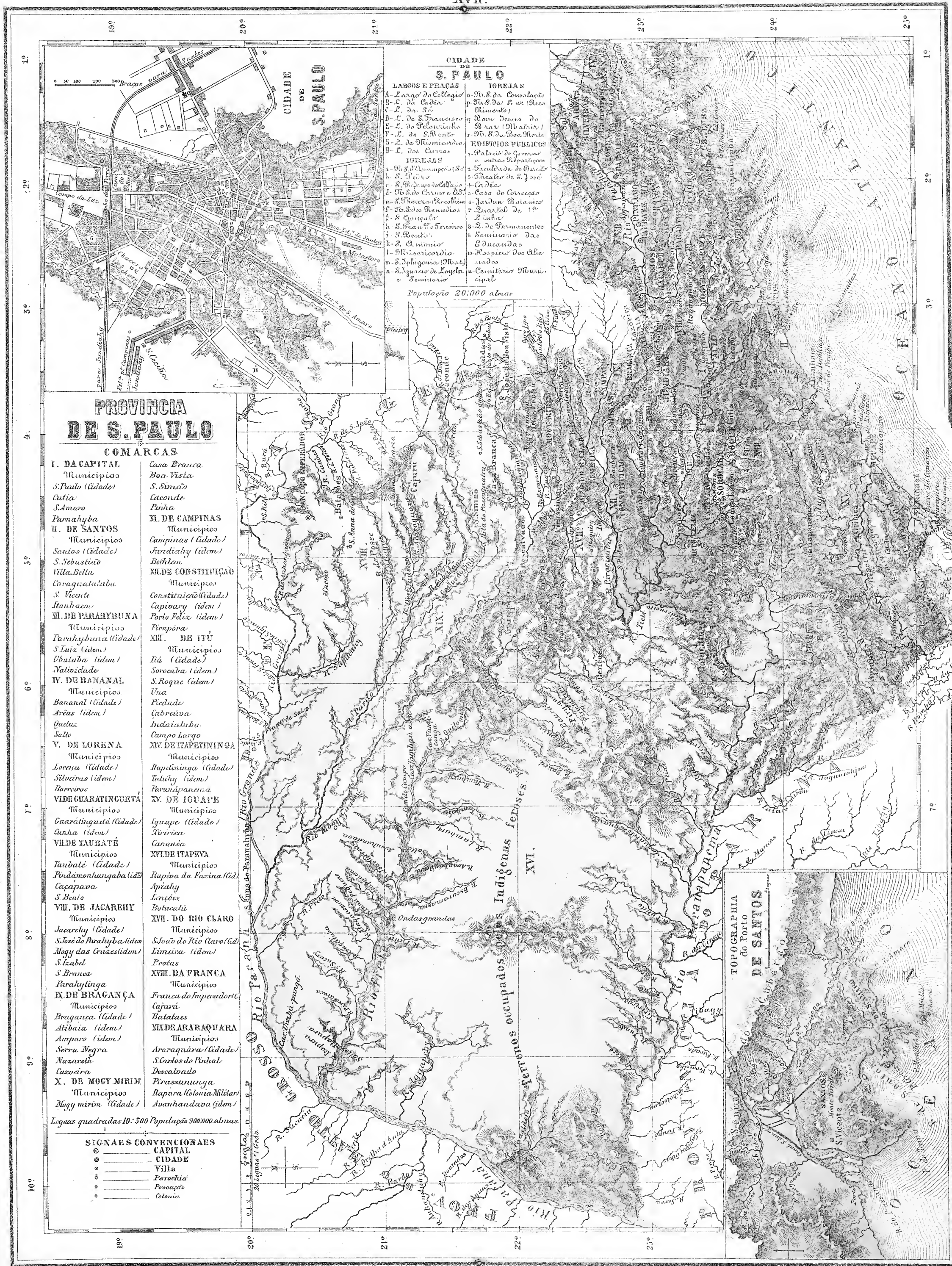












# PROVINCIA DE S. PAULO

## COMARCAS

- I. DA CAPITAL  
Municípios  
S. Paulo (Cidade)  
Culia  
S. Amaro  
Parnaíba  
II. DE SANTOS  
Municípios  
Santos (Cidade)  
S. Sebastião  
Villa Bella  
Caraguatatuba  
S. Vicente  
Itanhaém  
III. DE PARAHYBUNA  
Municípios  
Parahybuna (Cidade)  
S. Luiz (idem)  
Ubatuba (idem)  
Natividade  
IV. DE BANANAL  
Municípios  
Bananal (Cidade)  
Araçatuba (idem)  
Queluz  
Salto  
V. DE LORENA  
Municípios  
Lorena (Cidade)  
Silveiras (idem)  
Barro Preto  
VI. DE GUARATINGUETÁ  
Municípios  
Guaratinguetá (Cidade)  
Araçatuba (idem)  
VII. DE TAUBATÉ  
Municípios  
Taubaté (Cidade)  
Pindamonhangaba (idem)  
Cachoeira  
S. Bento  
VIII. DE JACAREHY  
Municípios  
Jacarehy (Cidade)  
S. José do Parahyba (idem)  
Mogi das Cruzes (idem)  
S. João  
S. Branca  
Parahytinga  
IX. DE BRAGANÇA  
Municípios  
Bragança (Cidade)  
Atibaia (idem)  
Amparo (idem)  
Serra Negra  
Natividade  
Caxoeira  
X. DE MOGI MIRIM  
Municípios  
Mogi mirim (Cidade)  
Mogi das Cruzes (idem)

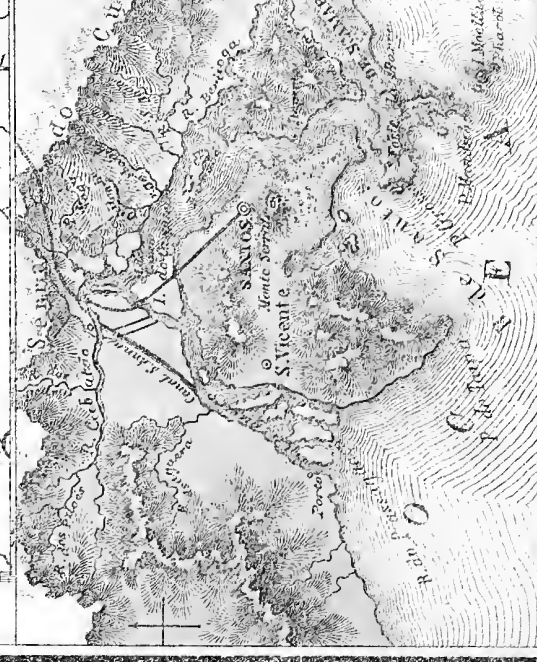
Leguas quadradas 10: 500 População 300.000 almas.

- SIGNAES CONVENÇIONAES
- CAPITAL
- CIDADE
- VILLA
- Parochia
- Povoação
- Colônia

## CIDADE DE S. PAULO

- LARGOS E PRAÇAS
- IGREJAS
- EDIFÍCIOS PUBLICOS
- População 20.000 almas

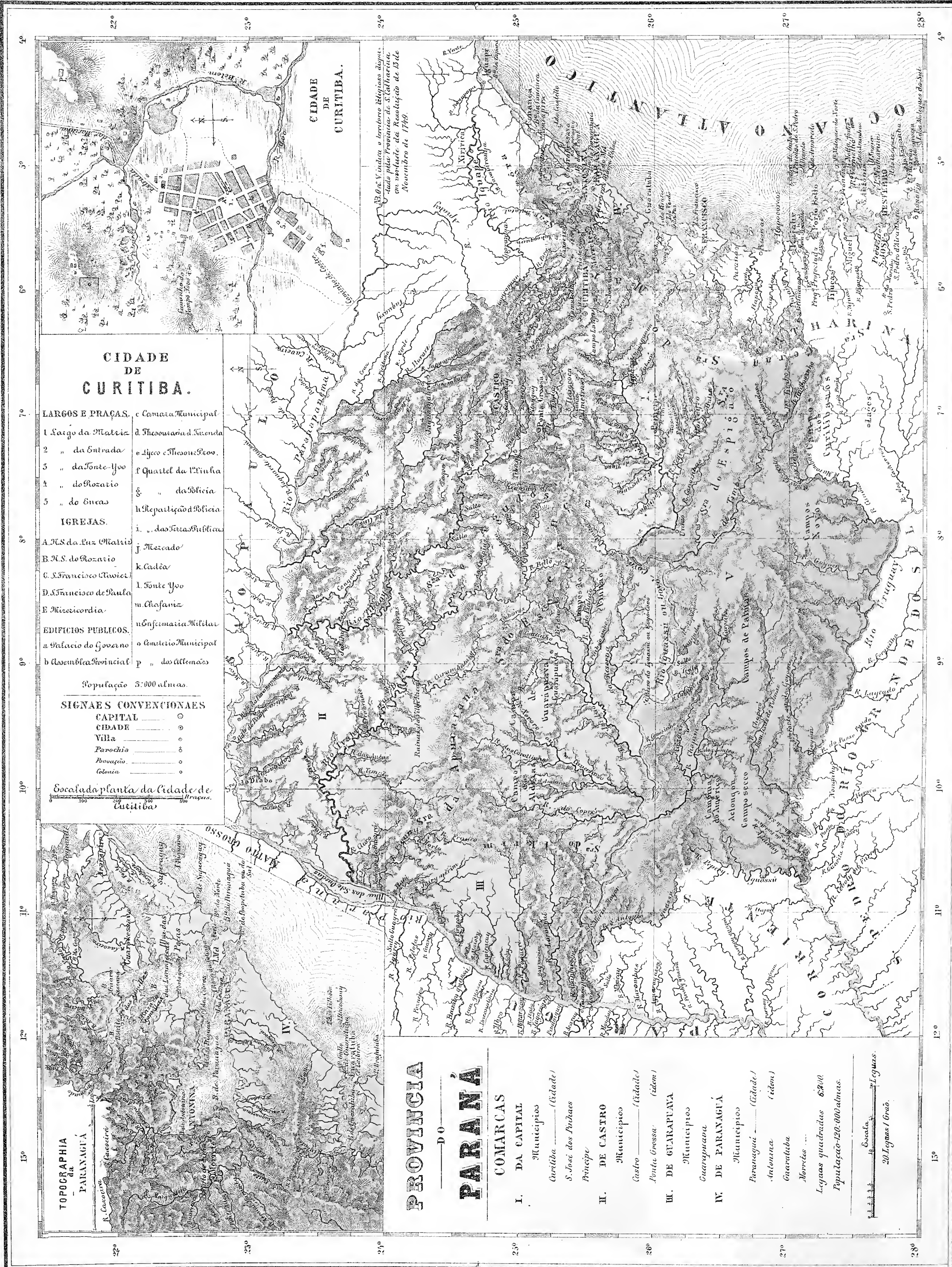
## TOPOGRAPHIA do Porto DE SANTOS







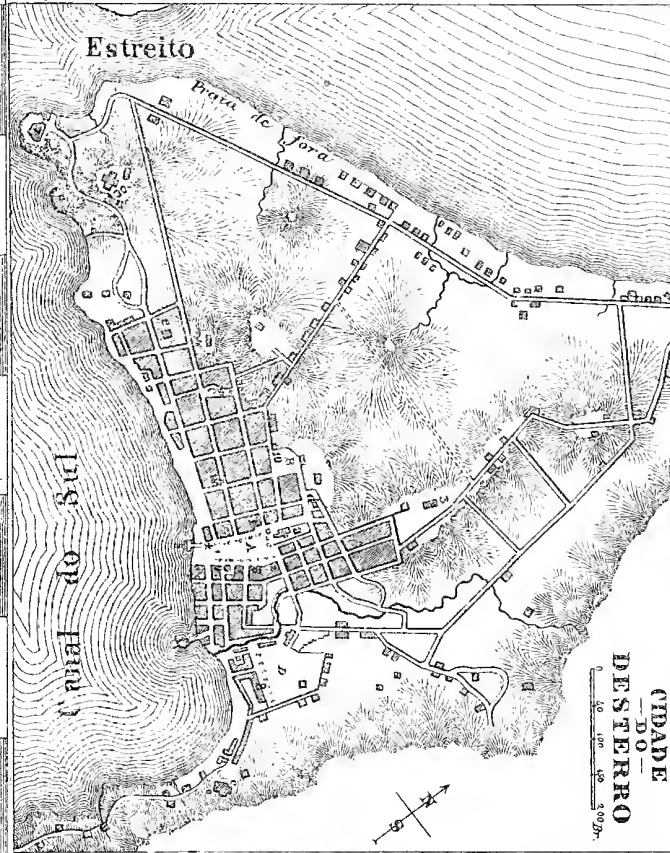
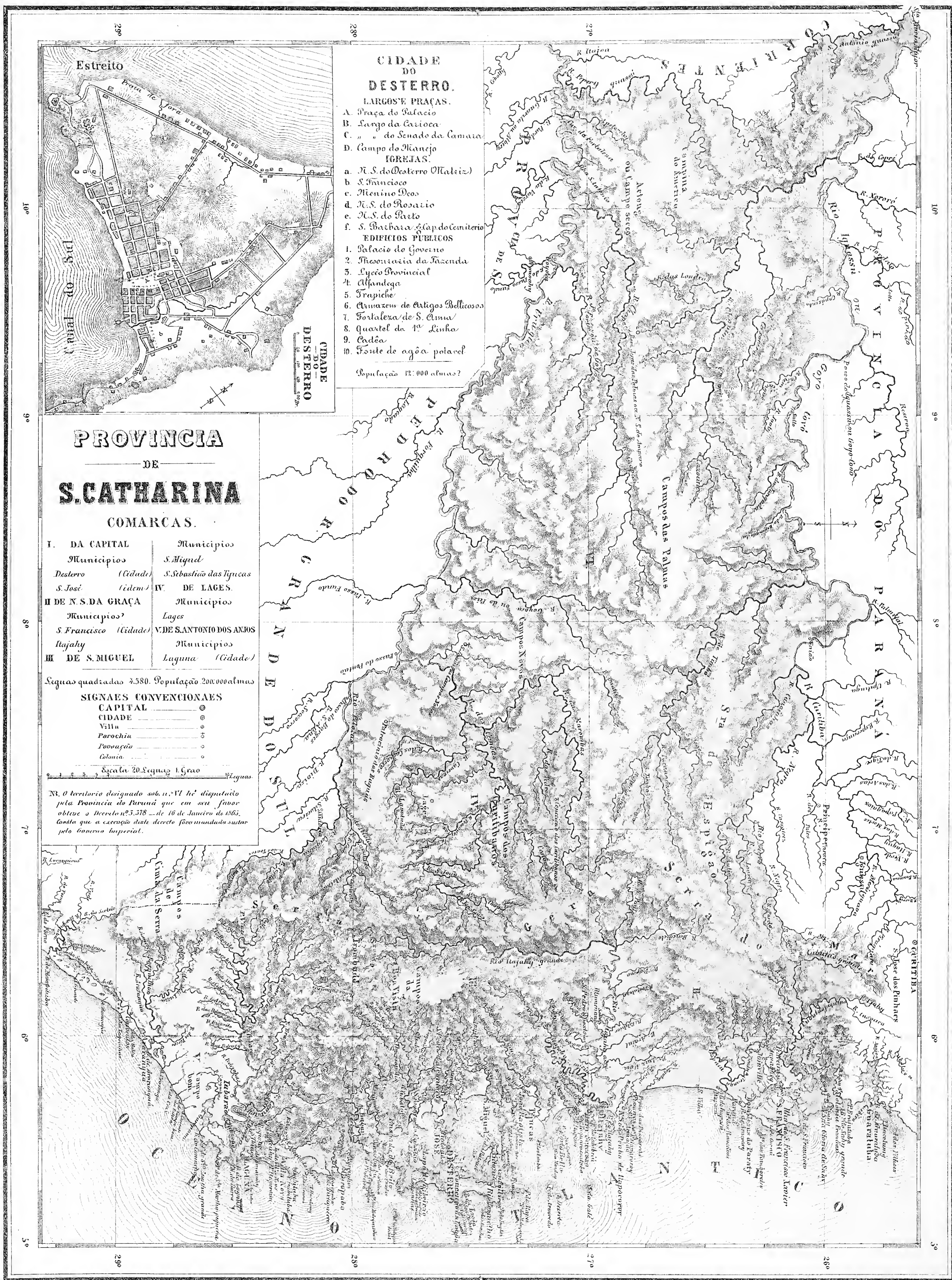












- CIDADE DO DESTERRO.**  
LARGOS E PRAÇAS.  
A. Praça do Palácio  
B. Largo da Carioca  
C. " do Senado da Câmara  
D. Campo do Manejo  
IGREJAS.  
a. N. S. do Desterro (Matriz)  
b. S. Francisco  
c. Menino Deus  
d. N. S. do Rosário  
e. N. S. do Parto  
f. S. Sebastião (Cap do Cemitério)  
EDIFÍCIOS PÚBLICOS  
1. Palácio do Governo  
2. Secretaria da Fazenda  
3. Lyceio Provincial  
4. Alfândega  
5. Trapiche  
6. Armazém de Artigos Bellicosos  
7. Fortaleza de S. Anna  
8. Quartel da 1ª Linha  
9. Cadeia  
10. Fonte de água potável  
População 12.000 almas?

**PROVINCIA DE S. CATHARINA**  
COMARCAS.

I. DA CAPITAL	Municípios
Municípios	S. Miguel
Desterro (Cidade)	S. Sebastião das Ilhas
S. José (idem)	IV. DE LAGES
II. DE N. S. DA GRAÇA	Municípios
Municípios	Lages
S. Francisco (Cidade)	V. DE SANTO ANTONIO DOS ANJOS
Itajaí	Municípios
III. DE S. MIGUEL	Laguna (Cidade)

Segu. quadradas 2.580. População 200.000 almas

**SIGNAES CONVENÇIONAES**  
CAPITAL  
CIDADE  
Villa  
Parochia  
População  
Colônia

Escala 20. Seguas 1 Grao

N. O territorio designado sob. n. VI he' disputado pela Provincia do Paraná que em seu favor obtive o Decreto n. 3.378 de 16 de Janeiro de 1863. Consta que a execução deste decreto ficou mandada sustar pelo governo Imperial.







# PROVINCIA DE S. PEDRO

## COMARCAS

I DA CAPITAL

Porto Alegre (cidade)

S. Leopoldo (cidade)

Porto Alegre (cidade)

S. Leopoldo (cidade)

Porto Alegre (cidade)

S. Leopoldo (cidade)

Porto Alegre (cidade)

S. Leopoldo (cidade)

Porto Alegre (cidade)

S. Leopoldo (cidade)

Porto Alegre (cidade)

S. Leopoldo (cidade)

Porto Alegre (cidade)

S. Leopoldo (cidade)

Porto Alegre (cidade)

S. Leopoldo (cidade)

Porto Alegre (cidade)

S. Leopoldo (cidade)

Porto Alegre (cidade)

S. Leopoldo (cidade)

Porto Alegre (cidade)

S. Leopoldo (cidade)

Porto Alegre (cidade)

S. Leopoldo (cidade)

Porto Alegre (cidade)

S. Leopoldo (cidade)

Porto Alegre (cidade)

S. Leopoldo (cidade)

Porto Alegre (cidade)

S. Leopoldo (cidade)

Porto Alegre (cidade)

S. Leopoldo (cidade)

Porto Alegre (cidade)

S. Leopoldo (cidade)

Porto Alegre (cidade)

S. Leopoldo (cidade)

Porto Alegre (cidade)

S. Leopoldo (cidade)

Porto Alegre (cidade)

S. Leopoldo (cidade)

Porto Alegre (cidade)

S. Leopoldo (cidade)

Porto Alegre (cidade)

S. Leopoldo (cidade)

Porto Alegre (cidade)

S. Leopoldo (cidade)

Porto Alegre (cidade)

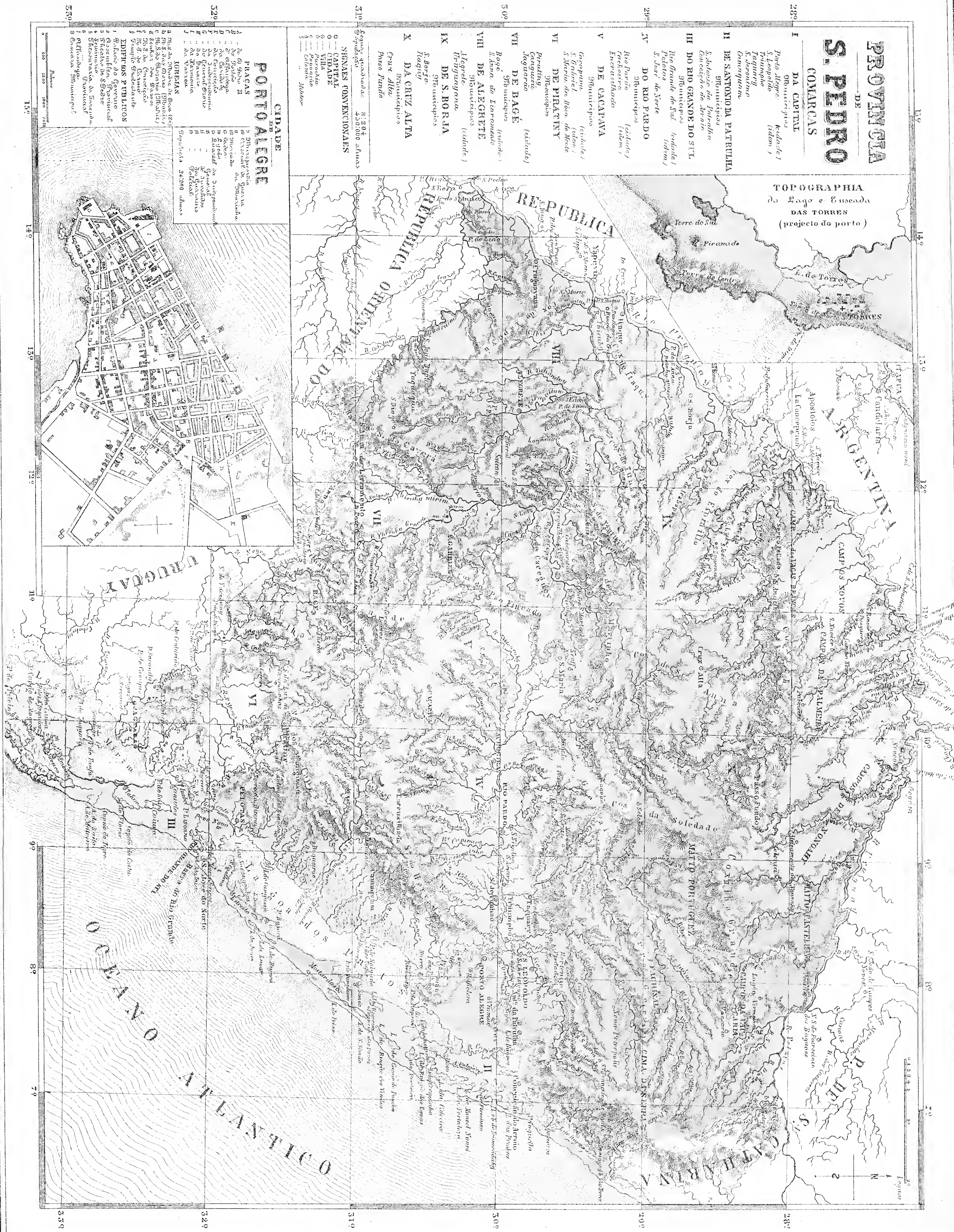
S. Leopoldo (cidade)

Porto Alegre (cidade)

S. Leopoldo (cidade)

Porto Alegre (cidade)

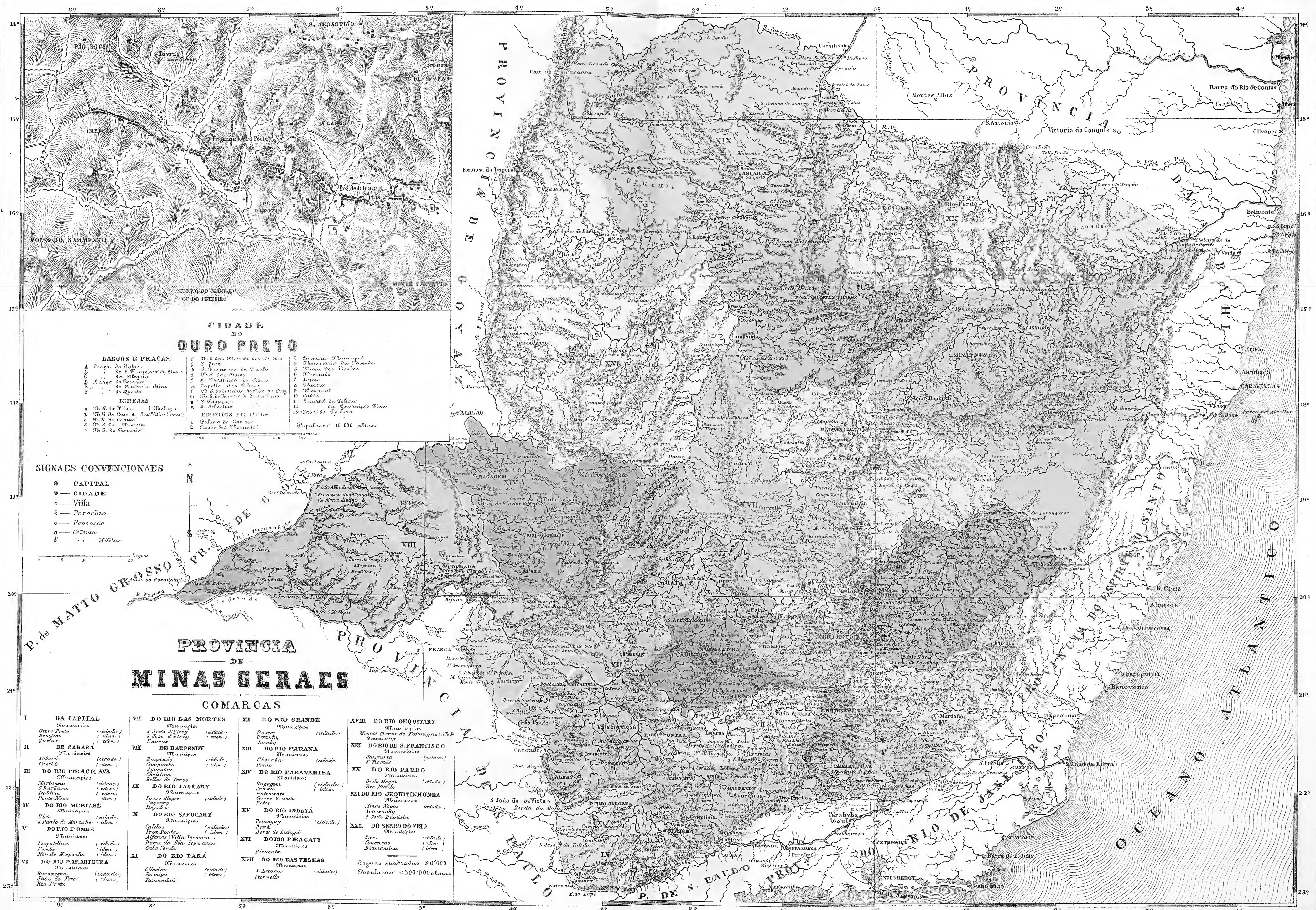
## TOPOGRAPHIA do Lago e Encosta DAS TORRES (projecto do porto)







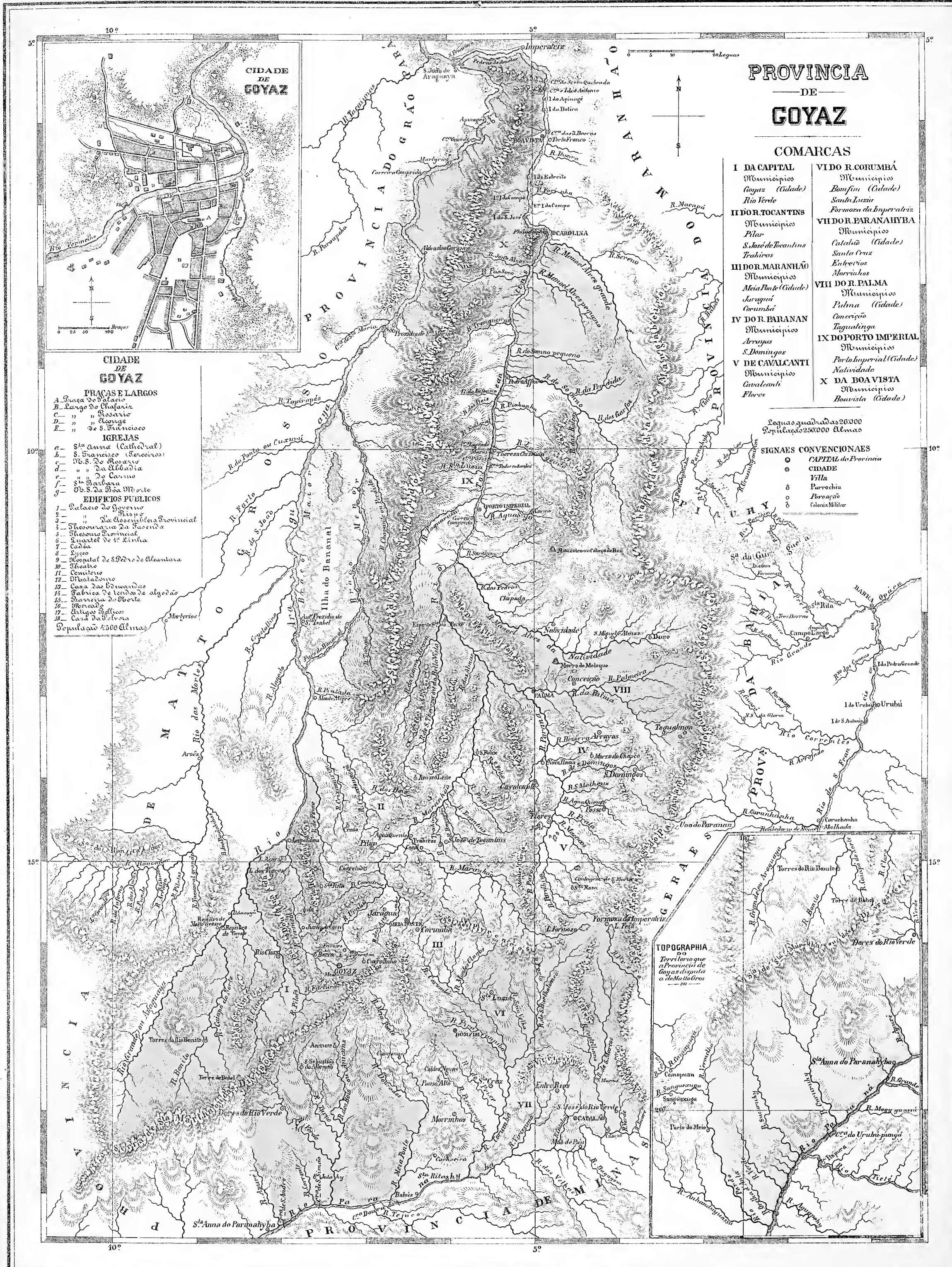












PROVINCIA DE GOYAZ

COMARCAS

- I DA CAPITAL Municipios: Goiaz (Cidade), Rio Verde
- II DO TOCANTINS Municipios: Pilar, S. José de Tocantins, Traiões
- III DO MARANHÃO Municipios: Meia Ponte (Cidade), Jaraguá, Corumbá
- IV DO PARANAN Municipios: Aruyas, S. Domingos
- V DE CAVALCANTI Municipios: Cavalcanti, Flores
- VI DO CORUMBÁ Municipios: Banfim (Cidade), Santa Luzia, Formosa da Imperatriz
- VII DO PARANAHYBA Municipios: Catalão (Cidade), Santa Cruz, Eubórios, Morrinhos
- VIII DO R. PALMA Municipios: Palma (Cidade), Conceição, Taguatinga
- IX DO PORTO IMPERIAL Municipios: Porto Imperial (Cidade), Natividade
- X DA BOA VISTA Municipios: Boa Vista (Cidade)

Legua quadrada 26.000  
População 250.000 Almas

SIGNALES CONVENCIONALES

- CAPITAL da Provincia
- CIDADE
- Villa
- Parochia
- Povoação
- Colonia Militar

- CIDADE DE GOYAZ**
- PRACAS E LARGOS**
- A Praça do Palacio
  - B Largo do Chaparia
  - C " " Rosario
  - D " " George
  - E " " de S. Francisco
- IGREJAS**
- a S.ª Anna (Cathedral)
  - b S. Francisco (Benevolos)
  - c N.ª S.ª do Rosario
  - d " " da Albadia
  - e " " do Carmo
  - f S.ª Barbara
  - g S.ª da Boa Morle
- EDIFICIOS PUBLICOS**
- 1 Palacio do Governo
  - 2 " " do Bispo
  - 3 " " da Assembleia Provincial
  - 4 Theatrum da Fazenda
  - 5 Theatrum Provincial
  - 6 S.ª de S.ª Linha
  - 7 Cadea
  - 8 Lyceo
  - 9 Hospital de S.ª Pedro de Alcantara
  - 10 Theatrum
  - 11 Conventos
  - 12 Misericordia
  - 13 Casa das Escrivães
  - 14 Fabrica de tecidos de algodão
  - 15 Bateria do Forte
  - 16 Mercado
  - 17 Colégio de S.ª Joaze
  - 18 Casa da Botica
- População 4500 Almas

TOPOGRAPHIA  
Territorio que a Provincia de Goiaz disputa a de Mato Grosso







